REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

REVISTA 0 -2006 (ITENS 5 e 6 ANO 2006)
ISSN 2183-9115

ÍNDICE REVISTA 0 2006 ITENS 5 E 6

1.ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2006 ITEM 5

2 ÍNDICE COLABORADORES REVISTA 0 2006 ITEM 6

1)	ANA CLÁUDIA RODRIGUES COSTA
2)	ANA DA SILVA
3)	ANABELA MIMOSO
4)	CÁRMEN MARIA COMIÑO
5)	FRANCESCA BLOCKEEL
6)	GRAÇA BORGES CASTANHO
7)	ISA SEVERINO
8)	LUÍS ANDRADE
9)	J. CHRYS CHRYSTELLO
10)	HELENA CHRYSTELLO
11)	REGINA DE BRITO
12)	Mª ZÉLIA BORGES
13)	REGINA H. DE BRITO
14)	MOISÉS L MARTINS
15)	NELSON REIS

TEMAS REVISTA 0 2006 ITEM 5

1. Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a Língua Portuguesa na Galiza

1. Do Galaico-Português até hoje. Acontecimentos no último século,

1.2.1. Como se impõe uma língua oficial (o castelhano) que não é falada pela maior parte dos habitantes – Análise da situação,

1.2.2. Como se regeneram os usos linguísticos duma língua oficial menorizada, o caso galego – Análise da situação,

1.3. A situação dos direitos linguísticos na Comunidade Autónoma Galega

1.4. projetos, perspetivas: o presente e o futuro da lusofonia europeia (Galiza e Portugal). Análises comparativa e contrastiva.

1.5. - Linguística e sociolinguística

1.6. - Literatura nacional: língua e sistema literário

1.7. - ONG culturais e processo normalizador na Comunidade Autónoma Galega.

2. Tradução Estudos de Tradução e Interpretação - que futuro?

2.1. Tradutores e Ferramentas

2.2. O Ensino da Tradução e a Tradução no Ensino

2.3. A tradução como instrumento de preservação e revitalização linguística

1. **ANA CLÁUDIA R. COSTA,** claudia.costa@sapo.pt

A LITERATURA DOS AÇORES: VESTÍGIOS DE INSULARIDADE EM GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS DE JOÃO DE MELO

João de Melo (S. Miguel, 1949) é um dos vultos mais reconhecidos do panorama português da literatura açoriana. Tendo passado a sua primeira infância nos Açores, veio aos onze anos estudar num seminário, para o continente. Terá sido esta a principal causa que o levou a recordar nas suas obras o tempo da ilha, misturando memórias pessoais com histórias ficcionadas, que arrancou de um universo repleto de fantasias, medos, inseguranças, amores e desamores. É nesta mistura de ingredientes que o autor encontra a essência da sua identidade açoriana, cujo principal tempero é a insularidade.

Assim, o objetivo deste nosso trabalho é anotar vestígios de açorianidade na obra Gente Feliz com Lágrimas (1988), aquela que foi a mais premiada e a mais traduzida de João de Melo, que se considerou ele mesmo "*um escritor português dos Açores*" e do mundo, acrescentamos nós.

Para tal, pretende-se mostrar como este autor retratou a sua ilha natal, através dos cenários socioculturais da época que ao longo da obra foi deixando adivinhar. Ao mesmo tempo, ambiciona-se revelar como aqui se entrançaram as relações humanas de afetividade, ao captar as vivências das comunidades rurais açorianas, isoladas pelo mar que as cercou do resto do mundo, pela importância que tal poderá ter na definição dos traços da personalidade e na construção da identidade de cada um.

No fundo, tentaremos ilustrar como esta obra, algo autobiográfica, narra simplesmente a experiência humana, conforme afirmou Onésimo Teotónio Almeida.

O céu fechado, uma ganhoa pairando.
Mar. E um barco na distância:
olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,
Califórnias perdidas de abundância.

Pedro da Silveira, *Ilha*

Nas entranhas da literatura, qualquer que seja o seu género, insinua-se intrinsecamente o seu vital papel de reconstituir a realidade envolvente, cujos contornos dependem da visão subjetiva do autor que, ao interpretá-la, lhe dá uma roupagem única. A este propósito, Maria Lúcia Lepecki tem a convicção de que "*narrar sempre reflete. E em dois sentidos: espelha o mundo e pensa sobre ele" (*1988: 175).

Gente Feliz com Lágrimas não é exceção, visto que esta obra, publicada pela Dom Quixote, em 1988, da autoria de João de Melo, tem como uma das suas principais finalidades anotar rasgos do quotidiano das gentes do arquipélago açoriano. Está espacialmente localizada na Ilha de S. Miguel, no lugar do Rosário, onde a diegese se desenrola, quando se refere aos Açores. Cronologicamente, é na década de sessenta que se desencadeia grande parte das encenações episódicas relativas à infância das três personagens-chave da diegese, Nuno Miguel, Maria Amélia e Luís Miguel, que narram as suas aventuras e desventuras já enquanto adultas, embora se verifiquem vários saltos temporais, compreendidos entre avanços e recuos, ao longo da organização da narrativa.

Para fazermos o seu devido enquadramento, importa apresentar uma brevíssima biografia do autor. Com efeito, João de Melo, revelando-se um dos vultos açorianos mais reconhecidos do atual panorama da literatura portuguesa, nasceu a 4 de fevereiro de 1949, em Achadinha – S. Miguel. Também ele passou a sua primeira infância nos Açores, só daí saindo aos dez anos quando foi estudar para um seminário do continente. Terá sido eventualmente esta a principal causa que o levou a recordar de forma visceral o tempo da ilha, misturando memórias pessoais com histórias ficcionadas, que arrancou de um universo repleto de fantasias e de acontecimentos reais, deitando mão a vários registos de discurso. Sem se pretender aprofundar demasiado esta questão, porque não é de todo objeto do nosso trabalho, é necessário lembrar que este romance poderá ter incidências autobiográficas, pelos indícios que deixa transparecer, dado que os acontecimentos relatados são descritos sobre a auréola da evocação, pelo recurso a aspetos vivenciais do autor, que se desnudam através do seu olhar açoriano. O próprio João de Melo regista na obra este raciocínio: "*existe no meio de ambos um terceiro indivíduo. Esse trocou todos os nomes, inventou fisionomias, reuniu em Nuno e em Rui Zinho* [o pseudónimo] *a mentira da sua despersonalização e vai deixar outro nome escrito na capa deste livro*" (2002: 271). Com o intento de reforçar a ideia, sublinhamos que qualquer matéria ficcional coadjuva, conforme advogou Paul Ricoeur, "*a súmula instável entre fabulação e experiência"* (1990: 191), talvez por estas serem indissociáveis e até confundíveis.

Num primeiro momento, o encadeamento de *Gente Feliz com Lágrimas* faz-se pela confissão e / ou reflexão adulta do que foi a vida de três crianças irmãs, nascidas de uma família remediada e muito avarenta, mas que, entretanto, seguiram percursos diferentes. Assim, segredam, página a página, as suas pequenas histórias reveladoras do que foram e porventura daquilo em que se tornaram, remetendo no fundo as suas memórias para a cogitação sobre a experiência insular. De facto, em termos de construção narrativa, não raramente "*as incursões ao passado surgem intimamente associadas ao desenvolvimento das próprias personagens*" (2003, 39), segundo o esclarecimento de Ana Paula Mendes, o que pode explicar e delinear os seus perfis psicológicos.

Estas três vozes narrativas confessionárias, e outras, que implicam na obra múltiplos sujeitos, passam todas elas por um renascimento ao embarcarem na "caravela metafísica" (2002: 24), expressão pedida de empréstimo ao texto. Todo o enredo termina no Lumiar, em Lisboa, a 20 de agosto de 1988, concretizando o tempo presente da ação e do discurso, depois de um regresso incorporal à "casa açoriana" da infância. Esta ação culminante permite no final do romance o seguinte desabafo do narrador, ao referir-se à história da sua vida: "*ainda hei de pensar que tudo isto não passou afinal de um riso que chora ou de um pranto que ri – e de literatura!"* (2002: 415).

Por ironia do destino, quem herda esta casa, por desejo expresso do pai, é Nuno Miguel, o que mais cedo se ausentou dos Açores, especulando, todavia, que essa vontade se deveria porventura ao facto de o progenitor haver criado a ilusão de ter sido ele o único filho a "*preservar a poesia, o culto e a docilidade da infância perdida nesta casa"* (2002: 150), transformando-se o protagonista, portanto, no símbolo de ligação afetiva com a terra açoriana. Porém, Maria Amélia revê esta velha casa de aldeia como um sítio castrador, uma vez que ali tudo era proibido e triste. Do seu ponto de vista, a casa era "*o que se pode*

chamar uma prisão sem grades: nela, todos vivíamos de cócoras e com medo de tudo" (2002: 157), como se ela metonimicamente simbolizasse o isolamento insular que a todos afligia e influenciava.

É retratado com bastante empenho, na narrativa em estudo, o quotidiano rural açoriano, ao mostrar que a exploração da terra era a fonte de rendimento de famílias inteiras, por sinal muito numerosas, que tratavam de pequenas explorações agrícolas, em regime de policultura e minifúndio, assim como do gado. A lida da aldeia dividia-se, então, pela lavra dos terrenos e pelo amanho e largada dos animais nos campos de pasto, sendo estas atividades não poucas vezes desempenhadas, antes e depois da escola, por crianças de tenra idade. Esta terra era tratada, às vezes sob condições climatéricas adversas, sendo a chuva quase uma presença obrigatória, por gente que a via como um bem sagrado, porque lhe garantia a sua sobrevivência. Enfim, a dependência a ela para sobreviver era tal que quase passava a ideia de "escravatura", o que pode ser entendido, sem sombra de dúvidas, como uma das marcas de insularidade da obra, tornando-se o apego à mesma um vestígio de açorianidade.

A forma que o povo encontrava para compensar ou amparar as situações menos agradáveis do dia-a-dia prendia-se com a imensa fé que tinham na igreja, sendo este o refúgio espiritual para ganhar esperanças numa vida melhor, que passaria com certeza pelo embarque nos barcos rumo ao destino americano. Por isso, cremos que aqui a insularidade dos açorianos, simbolizada no profundo isolamento que eles sentiam do resto do mundo, era quiçá atenuada pela fé na sua religião, que lhes dava uma força diferente para, de forma esperançosa, superar as vicissitudes diárias. Talvez seja por este motivo que a ilha é toda ela mostrada como um lugar de eventos religiosos, sendo amiúde referidas algumas das tradições dos Açores, como as Festas do Espírito Santo e da Função ou as do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Nesta perspetiva, se percebem as várias referências que no romance João de Melo faz aos hábitos católicos, mas acima de tudo de raiz cultural, que as pessoas tinham, como por exemplo a bênção dada pelos mais velhos, apesar da crítica sublimada nas descrições que o autor não se coibiu de fazer. Embora não deixando de serem marcas de açorianidade, herdadas dos tempos da infância, o narrador mescla estas tradições católicas com outras realidades estrangeiras, com o objetivo de fazer sobressair a ideia da constante presença dos símbolos americanos no quotidiano daquela gente.

Eis um exemplo que transcrevemos:

> "*Nuno viu […] a redoma de vidro, a imagem barroca do Senhor Santo Cristo dos Milagres, as chaminés dos candeeiros a petróleo e a caixa de música da estátua da Liberdade. Antigamente, dava-se-lhe corda e de dentro dela saía uma melodia heroica Antes de descobrir que se tratava do hino americano, parecera-lhe sempre tão sublime quanto a das bandas de música que antigamente vinham ao Rosário iluminar festas, quermesses e procissões*" (2002: 398).

No texto em análise, bastante extenso por sinal, o mar também assume uma importância crucial, o que se deve afinal ao facto de este metaforicamente se articular à volta da dialética do fechado e do infinito. Com efeito, e passando a explicar a afirmação, é-lhe atribuído um duplo sentido, já que ele era entendido pelos habitantes da ilha como a "ponte aquática" para um outro lugar, que podia ser Portugal ou os locais de eleição de emigração dos açorianos, essencialmente a partir dos anos cinquenta, como a América ou o Canadá e, antes disso, o Brasil. Logo, o oceano garantir-lhes-ia uma melhor situação sociocultural e principalmente económica, dado que lhes permitiria experimentar, e roubamos a expressão a João de Melo, "o perfume das «dolas»" (2002: 65).

Por outro lado, o mar simbolizava o isolamento, traduzido pelo encerramento insular em si mesmo. Assim, o discurso sobre o mar não é em *Gente Feliz com Lágrimas* unívoco, pois se permitia abrir horizontes geográficos e existenciais incomensuráveis, também fechava e isolava o arquipélago sobre a sua insularidade, pela solidão que provocava em quem aí habitava, a tal ponto que na ilha "*à exceção dos boatos que fermentavam no ar e depois conheciam, de boca em boca, novas e acrescentadas versões, não tínhamos qualquer outra forma de contacto com o mundo*" (2002: 28), e estas são palavras da matéria textual que temos em mãos.

Porque o mar é um elemento capital em todo o enredo, são vários os episódios que descrevem a hora do embarque de passageiros e de animais, no

cais da Cidade (assim denominada Ponta Delgada), invadido de pessoas que se despediam dos seus familiares e amigos em brandos dolorosos, ao mesmo tempo que os barcos iam "*cheios de gente feliz com lágrimas em direção à América*" (2004: 379), conforme uma das descrições da obra ficcional.

De facto, nesta despedida subentende-se um misto de tristeza e de alegria, o que nos leva a concluir da antítese presente desde logo no título, expressão que depois não poucas vezes aparece nas quatrocentas e tal páginas do livro, uma vez que o sentido denotativo que vulgarmente atribuímos ao verbo "chorar" se contrapõe com o sentimento de felicidade, apreendido no adjetivo utilizado.

Na realidade, estava no pensamento daquela gente a ideia de que só partindo é que se podiam abraçar novos horizontes e seguir caminho em frente, numa ânsia de melhorar as condições de vida, o que, a *posteriori*, no regresso à terra de origem, equivaleria a ter ganho prestígio social e respeito entre os que aí iam ficando. Ir embora era, então, o único recurso face ao fechamento das ilhas, sendo muitas vezes esta atitude interpretada como um protesto contra as limitações impostas aos Açores pelo regime isolacionista de Salazar, que naquela altura sufocava não só os arquipélagos como as colónias africanas portuguesas.

Assim, havia desde logo a perceção da partida associada à do regresso, inicialmente temporário, em definitivo no final da vida, alimentada pelo sentimento tão português da saudade, como se fosse uma espécie de fogueira que garantia a manutenção do vínculo umbilical à terra-mãe. A passagem do texto, que transcrevemos a seguir, cimenta a ideia explanada: "*todos estão aqui [no Canadá] mas continuam nesse tempo da Ilha. Trouxeram-na, mantém-na intacta dentro de si. […] Sonham com as vacas, as terras e os cavalos dos Açores, e fazem planos para casas vistosas à beira da estrada que liga o Nordeste a Ponta Delgada*" (2002: 300).

Nunca se perdia, afinal, a esperança de voltar um dia mais tarde, para passar férias ou então aí morrer, porque a ida era apenas provisória, mas necessária. Toda esta perceção lembra-nos o "Terra-longismo", movimento cabo-verdiano da *Claridade*, revista literária que nasceu em 1936, cujo lema era "fincar os pés na terra". Esta temática foi muito explorada na literatura colonial de expressão portuguesa de Cabo Verde, arquipélago em muito semelhante ao dos Açores. Ora, em *Gente Feliz com Lágrimas*, o narrador, na voz de Luís Miguel, chega a usar uma enunciação bastante parecida com este lema, embora o tom seja acentuadamente pejorativo, dado que se lê a páginas tantas "*e nós condenados a isto: de pés fincados na lama deste chiqueiro*" (2002: 113), numa clara alusão à terra açoriana.

Grosso modo, o evasionismo abordado vinculava-se necessariamente à fuga oceânica, que na maior parte das situações era feita com o objetivo de não enfrentar os problemas socioeconómicos de todos os dias do arquipélago, onde era cada vez mais difícil viver, pois só havia "mar e céu, só mar e céu" (2002: 90), conforme desabafa a personagem mamã. Assim, persistia a falta de coragem de cada um para resistir às adversidades da vida, tornando-se mais fácil tomar a opção passiva de fugir (permitam-nos o oximoro), ou então esperar pela tão desejada autorização para partir desse território, o que podia tardar, não havendo outra hipótese sequer, visto que, segundo outra personagem, "*sair da Ilha, só a nado, e não se sabe com que rumo nem em que direção"* (2002: 203).

Perante a leitura atenta da narrativa, tiramos a ilação de que tais sentimentos se desenvolvem nos ilhéus pelo estado de alma que os assiste, uma vez que sentem o peso do exílio por estarem afastados do resto do mundo, e em particular da mítica pátria, que é Portugal Continental, por um oceano profundo que, apesar da sua riqueza natural, rouba vidas, separa famílias e limita os sonhos, que começam por ser infantis. Pela razão de estarem exilados, como se de uma gaiola se tratasse, estes açorianos, "*separados do mundo por este mar arisco e intransponível"* (2002: 88), confessa Luís Miguel, caem continuamente na tentação de partir, aguardando que uma carta-de-chamada para a América ou para o Canadá lhes mude o rumo da vida, como tinha feito a outros que, como sarcasticamente o narrador diz, regressados de férias à ilha, "*além de venderem saúde, esses «americanos»* [emigrantes que por aqui eram tratados pela alcunha de 'calafonas'] *traziam palavras novas ou mal conhecidas, tratavam as esposas por sweetheart e repreendiam os filhos em inglês*" (2002: 30).

Para isso, ironiza o autor, era suficiente saber assinar o nome, treino que até os analfabetos não dispensavam. É certo que o sonho da "Terra Prometida", subentendida na vulgar e expressiva sinédoque "Califórnia(s)", empolgou, portanto, gerações e gerações de açorianos, visto que eram muitos os que

sentiam o aperto insular. Teotónio Onésimo de Almeida afirma perentoriamente que "*a camada inferior da pirâmide social não tinha outra hipótese senão buscar na América a concretização das suas aspirações*" (2004: 24), como se, e permitam-nos a redundância, todas as ilhas estivessem apenas voltadas para o mar.

Regressando aos episódios do embarque, aqueles que o narrador descreve com maior pormenor são a saída, pela primeira vez de S. Miguel, de Nuno e Maria Amélia, a sua irmã mais velha, ambos destinados ao continente para estudar e se tornarem padre e freira, respetivamente. Era comum, no tempo narrado na história, as crianças também se verem obrigadas, ou então desejosas (como aconteceu com estas duas personagens), de se ausentarem do arquipélago, rumo a uma vida escolar como internos e novamente enclausurados, que lhes poderia, não obstante, garantir um futuro melhor. No entanto, esta atitude poderia implicar uma submissão eclesiástica, que segundo Amélia era preferível aos sacrifícios impostos na terra natal.

Na hora da despedida no porto, ambos ficaram com a sensação que partiam sozinhos, perante um adeus solitário a que ninguém da família, a não ser o pai, merecia assistir, além de terem de enfrentar cinco difíceis dias de viagem, ao passarem por uma espécie de "morte marítima". É que o mar que libertava obrigava primeiro à passagem por tormentos físicos e psicológicos, pois era como se tivessem que naufragar naquele "*abismo oceânico e da solidão de quantos eram levados a vivê-lo por dentro*" (2002: 24), nas palavras de João de Melo. Apesar de tudo, tornava-se um mal necessário, dado que através desta viagem os passageiros iam "à procura da sua estrela" (2002:11), mesmo não sabendo bem como essa se afigurava. Por isso, alguns deles desejavam em simultâneo partir e ficar, pela insegurança de não conhecerem o que procuravam, nem tão pouco terem a certeza se sabiam bem o que queriam, porque a sua realidade era intrinsecamente açoriana.

Esta ideia fica ainda mais vincada quando nos lembramos que, nos primeiros dias do seminário, Nuno Miguel se sente como um estrangeiro porque, embora falasse a mesma língua que os outros seminaristas, só ele tinha vindo das ilhas vulcânicas. Sentiu por causa disso algumas atitudes discriminatórias e de incompreensão, pelo simples motivo de se expressar com um sotaque diferente, ao ponto de naquela comunidade todos o conhecerem depreciativamente por "o açoriano".

Transcrevemos esta esclarecedora passagem do texto: "*aos primeiros interrogatórios respondeu que se chamava Nuno Botelho, ia fazer onze anos e tinha seis irmãos nos Açores. Educadamente, pediam-lhe que fizesse o favor de repetir. E como ficassem a olhar uns para os outros e a franzir os lábios e a encolher os ombros, sempre educadamente, teve a lucidez triste de pensar que talvez fossem cidadãos dum país diferente do seu. O mesmo no nome e na religião, sem dúvida. Porém, quanto ao nome, ao verbo e à origem dos seus santos, um país sem mar nem barcos e já muito distante da sua infância*" (2002: 21).

No que diz respeito à sua irmã, vemos que repetidamente ela dá o entender que sentia um profundo desejo de partir de barco para muito longe de S. Miguel, ideia que começou por amadurecer na escola, através do globo terrestre, pousado na secretária do professor, ou do quadro negro, ecrã dos seus sonhos, cujos traços de giz simbolizavam os meridianos da sua viagem para outro lugar, pois "*queria sentir a própria pulsação do mundo, sobretudo do que existia para além do mar*" (2002:105). De facto, esta personagem feminina da narrativa encarna a vontade de deixar de ser prisioneira da crua realidade açoriana. Projeta, então, no mar e nos barcos o seu futuro, mesmo também ela não fazendo, e citamos "*a menor ideia de como […] aconteceria esse destino*" (2002:109).

Ainda no que concerne à importância do elemento marítimo, há, no entanto, um paradoxo. Com efeito, se, como já mencionámos, à volta dele toda a ficção gravita, a verdade é que as crianças da família protagonista da história tarde tiveram a oportunidade de o ver de perto, dado que "*papá, porque relacionava o mar com o lazer e a preguiça, opôs-se sempre"* (2002: 74). Para evidenciar a sua proximidade da casa, o narrador abusa dos efeitos de sinestesia, uma vez que os apenas dois quilómetros de distância permitiam sentir-lhe o cheiro, ouvir o vento e as aves marinhas. Pensamos que foi propositadamente que João de Melo registou este episódio paradoxal, mais do que inocente, intencionalmente mensageiro das contradições do arquipélago.

Doutro ângulo, em bastantes passagens do romance, especialmente na sua parte inicial, onde se recorre gramaticalmente à primeira pessoa do singular, mesmo perante uma constante mudança de vozes narrativas, é possível apercebermo-nos de que o universo infantil aparece representado, nem que não seja só através das descrições feitas pelas personagens adultas e reveladoras dos seus pensamentos, das suas visões, dos seus desejos ou das suas atitudes. Na verdade, em *Gente Feliz com Lágrimas* há a vontade declarada em revelar o quotidiano da aldeia do Rosário, onde os pequenos começaram a ter a primeira consciência da sua terra e do seu mundo, inscrevendo tudo na memória com os seus olhos pueris, mesmo confundindo, volta e meia, o real com a fantasia, o que segundo Mircea Eliade é tipificado na infância, uma vez que "*a criança vive num tempo místico, paradisíaco"* (2000: 73).

Por outro lado, como se pode detetar na diegese, estas vivências por parte dos mais novos possibilitam a edificação de uma dada imagem do mundo, ao mesmo tempo que facilitam a construção da sua identidade, quer em termos pessoais, quer coletivos, implicando manifestas associações à herança cultural da comunidade em que o indivíduo está socialmente inserido, pela importância que tal poderá ter na definição dos traços da personalidade de cada um. No caso concreto deste romance, mais flagrante isso se torna porque a insularidade exponencia, por excelência, tal realidade.

De modo claro, o autor aproveita estes relatos de infância para retratar a sua ilha natal, através dos cenários socioculturais da época que ao longo da obra vai revelando, além de explorar as tranças de afetividade que resultam das vivências das comunidades rurais micaelenses, transformadas em impressões digitais dessa gente.

A este propósito, António José Saraiva e Óscar Lopes asseveram que

> "*a ruralidade açoriana, suas misérias, explorações, tradições e superstições, e emigração […] tem a sua melhor expressão em Gente Feliz com Lágrimas, […] sobretudo pela narrativa do seu «Livro» inicial, que reúne testemunhos de três (entre nove) irmãos, os quais no «2º Livro» se encontram todos eles emigrados na América do Norte, com exceção do narrador singular desse «Livro» (ou de um seu duplo, também escritor) " (s / d: 1142-1143).*

Regra geral, não são memórias felizes, como as sequências narrativas comprovam, nomeadamente o extrato que recolhemos, relativo a uma reflexão de Maria Amélia*:*

> *".... Enquanto não nos libertarmos por completo desta chuva de lágrimas que foi a infância, duvido que possamos sentir-nos na condição de pessoas merecidamente felizes. É uma felicidade cinzenta, entre o negro e o branco da memória e da vida presente, como se chegasse a nós envenenada e imerecida*" (2002: 76).

Para terminarmos este nosso trabalho, necessariamente superficial devido à sua natureza, resta-nos anotar que a obra em destaque deu, de modo excelso, forma ao imaginário do povo açoriano. Na verdade, nesta narrativa, João de Melo, que se considerou ele mesmo "um escritor português dos Açores", recria a vivência insular da sua meninice, ao mesmo tempo que reescreve a história genesíaca e civilizacional do povo micaelense, em particular, açoriano, em geral, com o intuito de procurar as suas coordenadas existenciais. No entender de António José Saraiva e Óscar Lopes, a quem recorremos novamente, "*estão aí alguns dos quadros ou cenas mais pateticamente realistas da ficção atual"* (s / d: 1143).

No fundo, *Gente Feliz com Lágrimas* narra simplesmente a experiência humana, conforme afirmou Onésimo Teotónio Almeida, o que a torna intemporal e universal. O interesse em esboçar esta experiência do Homem pode ser simplesmente alimentado pela necessidade que qualquer um tem, segundo deduz Salvato Trigo, em se descobrir enquanto ser individual e social, porque, como o autor afiança, *"nenhum povo consegue saber exatamente para onde vai, ou deve ir, sem que descubra, primeiro, donde vem, isto é, quais são as suas raízes*" (s / d: 36).

Em síntese, na nossa opinião de leitor, é, portanto, nesta mistura de ingredientes que o autor (re)encontra a essência da sua identidade açoriana, cujo principal tempero é deveras a insularidade. Todavia, e apoiando-nos no sublinhado de Aguiar e Silva, "*o leitor ideal é um elemento com relevância na própria estruturação do(s) texto(s)"* (1982: 302). Logo, por essa ordem de razão,

assiste-lhe, ou assiste-nos, alguma liberdade interpretativa nas leituras que faremos, porque ler, como escrever, também é criar.

E mais nada acrescentamos, senão que *Gente Feliz com Lágrimas* se tornou o livro de João de Melo mais premiado, recebendo por exemplo em 1989 o Grande Prémio do Romance e da Novela da APE – Associação Portuguesa de Escritores –, para além de se encontrar traduzido em várias línguas, designadamente em francês, espanhol, holandês e romeno.

Não obstante, e depois de ter sido feita uma produção televisiva homónima, pela RTP Açores, da responsabilidade de João Medeiros e o patrocínio da Presidência do Governo Regional, está neste momento a ser dramatizado nos palcos nacionais (por exemplo, em Sobral de Monte Agraço, a 6 maio 2006), com interpretação do Grupo de Teatro "O Bando" e encenação de João Brites, o que com certeza mais confirma a atualidade da sua escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel (1982) *Teoria da Literatura*, vol I, Coimbra: Livraria Almedina.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio de (2004) "Entrevista a… Onésimo Teotónio de Almeida, por Fátima Vieira", *In Revista Eletrónica de Estudos sobre a Utopia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ELIADE, Mircea (2000) Mito e Realidade, São Paulo: Editora Perspetiva.

LEPECKI, Maria Lúcia (1988) *Sobreimpressões: Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*, Lisboa: Caminho

MELO, João de (2002) *Gente Feliz com Lágrimas*, Coleção Mil Folhas 19, Porto: Público Comunicação Social SA

MENDES, Ana Paula Coutinho (2003) "Ficções de Lusodescendentes Híbridas", *In Literatura e Identidades – Cadernos de Literatura Comparada 8 / 9*, Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Llosa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RICOEUR, Paul (1990) *Soi-même comme un Autre*, Seuil: Collection Points-Essais

SARAIVA, António José, LOPES, Óscar (s / d) *História da Literatura Portuguesa*, 7ª ed., Porto: Porto Editora

TRIGO, Salvato (s / d) *Ensaios de Literatura Comparada Afro-luso-brasileira*, Lisboa: Editorial Veja.

2.ANA DA SILVA ana.silva@eses.pt

ERA UMA VEZ UM DIÁRIO ILHÉU: A LITERATURA DIARÍSTICA DE FERNANDO AIRES

Embora muitas obras da literatura açoriana tivessem um cariz autobiográfico, não havia, antes de Fernando Aires, diários açorianos.

*O que se pretende aqui evidenciar é a dimensão intimista que prevalece no diário **Era uma vez o tempo** de Fernando Aires.*

Com efeito, a notação diarística ocupa-se do registo de sensações e reações cognitivas a essas sensações e, muito secundariamente apenas, da transcrição dos factos do quotidiano.

Parece-nos ser este um dos casos em que a ação é considerada como "cosa mentale".

Outra dimensão, digna de consideração e relacionada com a dimensão intimista, foi a inserção geográfica do diarista numa ilha: trata-se de um diário marcado pelo espaço da produção.

Tentaremos mostrar como o Diário[1] de Fernando Aires, que se situa na tradição literária açoriana, pode ser considerado um protótipo do que se pode entender por diário íntimo: um diário ilhéu.

1.Primeiro Tempo: Fernando Aires: iniciador e impulsionador de uma diarística açoriana.

A questão de haver uma literatura açoriana, com traços peculiares que a distinguem da literatura portuguesa em que se insere, tem sido uma questão muito debatida dentro e fora dos Açores. Mas o que a literatura açoriana ainda não tinha, passou a ter com Fernando Aires: uma literatura diarística. Apesar do cariz autobiográfico de muitas obras da literatura açoriana, das quais se destacam por exemplo *Não Percas a Rosa* de Natália Correia, *O Jornal do Observador* de Nemésio, *Memórias da Cidade Futura* ou *Memórias das Ilhas Desafortunadas* de Manuel Barbosa, *Os Amores da Cadela Pura* de Margarida Vitória, *Gente Feliz com Lágrimas* de João de Melo, *Raiz Comovida* de Cristóvão de Aguiar, verifica-se a total inexistência de diários açorianos antes de Fernando

[1] Não incluímos no corpus deste trabalho o primeiro volume do Diário, que não estava disponível no mercado.

Aires, que, numa entrevista dada a Vamberto Freitas, avançava uma tentativa de explicação: "*Este gosto pelo interior, tão nosso, tão carateristicamente nosso (…) leva-me a estranhar a ausência de diaristas nas ilhas. O meio demasiado estreito e censurado pode explicar isso. O refúgio na poesia intimista também pode ser a explicação*" (Freitas, 1992: 185).

Fernando Aires, então assistente convidado da Universidade dos Açores, onde leciona História, já com uma notoriedade consagrada pelos seus trabalhos de investigação académica e pela sua colaboração em jornais e revistas açorianos, publica a sua primeira obra literária em 1988: o volume I do seu Diário, *Era uma vez o tempo*. Concordamos com Vamberto Freitas ao dizer: "*Publicar um diário sem obra criativa previamente feita é um ato arrojado, não pode haver falhanço, a credibilidade do autor depende por inteiro da arte com que os pessoalíssimos, gentes e coisas são aí retratados. Não existem aqui nem o refúgio num narrador fictício nem, uma vez mais, em outras obras que possivelmente tenderiam a colocar o leitor em predisposição para tudo acreditar ou perdoar*" (1991: 8).

O facto é que Fernando Aires conseguiu despertar um grande interesse e curiosidade por parte não só do público como da crítica, sobretudo a partir da publicação dos dois últimos volumes do *Era uma vez o tempo*[2] que, por terem sido publicados na capital continental, beneficiaram de uma maior visibilidade no mercado. Desde então, mereceu a admiração de críticos como Eugénio Lisboa, Aníbal Pinto de Castro, José Augusto Seabra e Luís Amaro, tendo, no meio académico, passado a ser objeto de teses universitárias. Na sua introdução às *Páginas do Diário Íntimo* de José Régio, Eugénio Lisboa refere-se a Fernando Aires como sendo "*autor de um dos mais belos e sensíveis diários em língua portuguesa".*

Pensamos que Fernando Aires foi o iniciador e o impulsionador de uma diarística açoriana que conta com escritores como António João Marinho Matos, que publicou o seu *Diário I, Jornal do Ocidente (1996-97)*, na sua própria editora Espaço XXI, em 1998, e Cristóvão de Aguiar, autor de *Passageiro em Trânsito*, que decidiu finalmente publicar, em 1999, o diário que já vinha escrevendo desde 1964: *Relação de Bordo (1964-88)*.

2.Segundo tempo: intimismo e diário íntimo

A palavra íntimo, como as palavras intimismo e intimidade são difíceis de definir e, por isso, foram ao longo dos tempos conscientemente evitadas por vários críticos. Para designar o autor de diários íntimos, Michèle Leleu (1952) prefere recorrer ao neologismo «diariste» do que empregar o termo «intimiste», privilegiando assim o primeiro termo da expressão «diário íntimo». As mesmas reservas são feitas por Béatrice Didier (1976), que utiliza o mesmo neologismo, mas também a expressão «auteur de journal intime»: «*pour le critique le mot «journal» est moins fuyant, moins irritant que le mot «intime» (...) il charrie avec lui une connotation quelque peu désuète et d'un romantisme délavé, qui correspond certes à un aspect du journal, mais à un aspect seulement*.» (1976: 9-10)

Após uma introdução ao seu livro *L'Intimisme* (1989), na qual chama a atenção para o caráter impreciso, esbatido e obscuro do conceito intimismo, Daniel Madelénat tenta defini-lo no âmbito de uma cadeia verbal que inclui os termos «intimismo», «intimista», «íntimo» e «intimidade». Assim, «intimismo», substantivo que aparece no início do século XX, designa essencialmente uma estética que privilegia temas como a meditação introvertida e a vida quotidiana e uma escrita ou pintura simples, mas pode também designar uma caraterística de uma personalidade introvertida:

> «*Est intimiste celui Qui aime vivre et exprimer les aspects intimes de l'existence sans rompre par les artifices clinquants de la représentation le calme discret et feutré, le silence d'une intimité où les sentiments et les pensées se répandent sur l'environnement immédiat*» (1989: 20-21).

Madelénat analisa em seguida o que o conceito significa para Camille Mauclair que o inventou e promoveu:

[2] *Era uma Vez o Tempo*, 2º volume, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1990. *Era uma Vez o* Tempo, Diário *III* (1993) e *Diário IV* (1997), Edições Salamandra, Lisboa.

«Ils *cherchent [*os intimistas] *'dans le recueillement, dans le mystère, dans le calme, dans la subtilité presque musicale des tonalités, le secret d'une beauté plus intérieure, plus psychologique' (...) l'art d' 'exprimer ce que les objets et les êtres, tels qu'on les aperçoit, laissent deviner de profond, le tragique et mystère quotidien de l'existence ordinaire, la poésie latente des choses'» (1989: 21).*

Madelénat opõe prática intimista do diário íntimo a esta estética considerada *«une composition intentionnelle en vue d'un effet sur le lecteur.*(no caso de Aires há uma conjugação dos dois sentidos, não?). «Íntimo» e «intimidade» designam a dimensão mais profunda das coisas ou dos seres que a observação e a análise não conseguem atingir. Num sentido mais lato, designam a arte que representa a vida interior e privada ou o ambiente que a favorece.

Madalénat carateriza o intimismo através de um conjunto de temas fundamentais no que respeita ao género do diário íntimo que aqui nos interessa:

«*Quotidienneté, cercle de l'intimité familiale ou amicale et de l'humilité sentimentalisée, paysage intérieur, communions avec le cosmos: toutes ces constellations de thèmes composent la galaxie intimiste et doivent s'envisager comme un ensemble, car les écrivains, éclectiques pour la plupart, n'affirment pas un tempérament littéraire fort et n'imposent pas à leur œuvre une stylisation exclusive*» (1989: 102-103).

Alain Girard (1986) e Béatrice Didier (1991) numa tentativa de definição do género, apresentam as seguintes caraterísticas do diário íntimo:

- Escrita diária passível de tudo incluir (o género não obedece a uma poética bem definida), numa ordem qualquer (o género não obedece a uma estrutura determinada), mas de natureza fragmentária, oposta à obra composta / construída (como as memórias). A distância do momento da escrita em relação ao acontecimento é muito mais reduzida em relação à escrita de autobiografia ou de memórias. O descontínuo da escrita fragmentária alia-se paradoxalmente à continuidade dos dias. Os únicos elementos de transição entre os dias são os espaços brancos que separam na página um dia do outro e a inscrição da data e do local. Trata-se de uma escrita que se prolonga num longo período de tempo.

- Texto no qual o autor está pessoalmente presente como centro de observação. Identidade entre autor, narrador e personagem. Apesar do «eu» não ser o único pronome pessoal utilizado, é ele que prevalece, tal como afirma *Béatrice Didier:*

- *«Le 'je' néanmoins l'emporte à tel point sur les autres personnes, que tout le journal s'organise autour de cet obsédant 'je' Qui perpétuellement souligne que le texte n'a d'existence, ici, que par référence á l'auteur. C'est là que le journal, si décousu, si disparate soit-il, trouve son unité. Ce 'je' obsédant semble la seule règle d'un genre Qui n'en connait pas (...)»* (1991: 154).

- A observação é interior, ou seja, incide mais sobre o lado privado da vida do redator do que sobre o lado exterior. Diário íntimo opõe-se a «diário externo», segundo a terminologia de Georges Gusdorf (1948). Neste segundo tipo de diário, os factos / acontecimentos prevalecem sobre os estados de alma e de pensamento da pessoa. Porém, tanto para Girard como para Didier, não existe uma forma pura de diário íntimo, há sempre uma espécie de crónica quotidiana dos acontecimentos e das relações que o diarista estabelece com os outros. Béatrice Didier chama a atenção para a dificuldade atual de delimitação entre «interior» e «exterior». Para Didier, a intimidade do eu definir-se-ia hoje em relação ao inconsciente e aos vários níveis da consciência estabelecidos por Freud. Didier mostra uma grande variedade de tempos utilizados nos diários íntimos. No entanto, nos diários menos factuais, como o de Maine de Biran, Amiel ou Charles Du Bos, as distâncias temporais perdem a sua importância e prevalece, assim, um presente da continuidade.

- Segundo Girard, trata-se de um texto que não se destina a um público nem a ser publicado. Guardado como um segredo. Escrita privada. Didier contesta esta noção de intimidade, pois alguns diaristas organizam a publicação do seu diário e, mesmo quando tal não acontece, o outro está sempre presente na mente do diarista.

- A introversão prevalece sobre a extraversão. Os acontecimentos exteriores só importam enquanto ressonância, ou seja, enquanto impressões que ressoam na consciência do autor. Um diário íntimo não implica forçosamente

introspeção, pois geralmente o diarista limita-se a anotar o que acontece, podendo o diário caraterizar-se por um aspeto repetitivo e um ritmo lento e monótono. Para muitos autores, sendo um modo de expressão paralelo ao de uma obra em curso, o diário íntimo torna-se uma crónica da atividade criativa.

- Segundo Girard, esta escrita corresponde a períodos depressivos e pouco criativos. Pelo contrário, Didier afirma que pode muito bem também corresponder a períodos de exaltação e grande criatividade.

Para Girard e Didier, o diário íntimo revela da parte do diarista uma tentativa de escapar à fuga do tempo (registando instantes fugidios privilegiados) e testemunha de uma procura do inexprimido. Girard tenta sistematizar uma experiência comum da noção de pessoa, determinando assim três grandes configurações aspetos do autor de diários íntimos: a procura do eu, a perda do eu e a conquista do eu.

3.Terceiro tempo: a intimidade do eu ilhéu

"Este o sentir de que somos feitos, nós ilhéus mais do que ninguém." (IV, 30)[3] *"Esta Ilha onde nasci!" (III, 131)*

Os diários de Fernando Aires são uma afirmação identitária de pertença à ilha, materializando a consciência que ele tem da açorianidade, isto é, de um sentir, de um viver e de um escrever caraterísticos do ilhéu. Lembremos aqui que Madelénat, no livro acima referido, estuda as figuras da esfera, do círculo e da circunferência como arquétipos da intimidade. Gilberd Durand, nas *Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1969: 269-307) analisa a casa, o círculo e o centro como símbolos da intimidade. Tentaremos delinear os traços que a açorianidade reveste no Diário, considerando não apenas a intimidade (no sentido de Madalénat) do autor do diário, mas a intimidade de todo o povo açoriano.

Um primeiro traço é a ambivalência da ilha. Por um lado, é cerco ou espaço de opressão:

"Ilha é prisão de mar. De tédio tecida. De distância tecida. Ilha de Nemésio e de Mesquita, com aves do mar na tormenta e o torpor dos dias pasmados de distância. Que não é o mar que sufoca de prisão, mas o céu côncavo (…)" (II, 113).

Por outro lado, simultaneamente, a ilha é refúgio ou espaço virgem e puro de salvação:

"*hoje foi um daqueles dias da Ilha em que serra, e mar e céu aparecem aos olhos como a obra espetacular acabada de sair das mãos de Deus. Ainda coberta do orvalho primitivo. (…). Estávamos ali de corpo e alma em comunhão com tudo*." Ou ainda: "*De manhã, banho de mar – a água cristalina do começo do mundo, milagrosamente preservada das repetidas violações dos homens. Todas as vezes que me banho nestas águas saio puro como de um batismo. Sentimento de que recuperei a vida. De que a salvei.*" (II, 83).

O mar tem para Fernando Aires um incomparável poder de purificação que não implica forçosamente este gesto simbólico da imersão: "*Assim me purifico do enrugado das horas a olhar o mar*." (III, 16).

Deste primeiro traço, decorre um segundo que é a tensão entre duas forças contrárias, uma centrípeta e outra centrífuga: o apego à ilha e o desejo de fuga. Aquilo que dois críticos açorianos designam por "circularidade e fuga" (Vamberto Freitas) ou "errância e permanência" (Urbano Bettencourt): "

*Os espaços limitados têm isto (…) é urgente deixar a Ilha. Deixar a Ilha. Deixar a Ilha…" (*IV, 99); "*Descobrir até que ponto este povo a que pertenço é inesperado e paradoxal, perdido no sonho maior de buscar mundo, porém teimoso no melancólico apego a estas ilhas – pedaços desgarrados de uma Europa que quase não lhes sabe o nome*." (II, 84).

Significativo é o facto de Gilberd Durand estudar as imagens de sepulcro e de enclausuramento, ligadas ao tema da intimidade, citando Baudouin que, na poesia de Victor Hugo, liga este complexo ambivalente do enclausuramento ao

[3] No que respeita às citações do *Diário* de Fernando Aires, a referência bibliográfica aparece no corpo do texto, no fim da citação, entre parêntesis, e inclui em numeração romana o número correspondente ao volume em que está inserida a citação, seguido do respetivo número de página em numeração árabe.

tema da insularidade (1969: 273-74). Béatrice Didier, por seu lado, estabelece uma ligação entre esta situação e a produção diarística:

> «*Le prisonnier aura tendance à tenir un compte de ses jours monotones. Parce qu'il a du temps, trop de temps, il est saisi d'un vertige devant cette répétition décevante où le temps disparaît. Le journal est alors sa seule vie. (...). Le journal naît aisément d'une situation carcérale*» (1976 : 12).

Outro traço da açorianidade é o sentimento de degredo. A constante revolta de um povo por se sentir afastado e esquecido: *"O pior é o sentimento de desterro geográfico e de esquecimento oficial*" (II, 125). Este sentimento abrange todas as áreas. Veja-se como Aires exprime esse traço no que respeita ao escritor açoriano:

> "*a deficientíssima forma como se faz a promoção dos livros de autores açorianos em Lisboa."* (II, 73).

Um outro traço caraterístico da açorianidade é o sentimento de insegurança e de medo de quem vive desde sempre num mundo ameaçado pela contingência. As referências aos sismos são mais uma anotação intimista, pois o que sempre o diarista foca é o sentimento que nele e na sua comunidade eles provocam. "*Crise sísmica (…) velhas inquietações na alma de todos nós. Memória das ilhas ligada à ameaça de rebentamento dos vulcões. (…) O medo, como uma pedra, pesando no fundo do peito."* (II, 74).

Por ser em permanência alvo de fatalismo, o povo açoriano acabou por criar uma carapaça de resistência que lhe permite sobreviver:

> *"Era mais um sismo (…) senti que os cumes da serra escondiam uma ameaça. Senti claramente a presença dessa ameaça (…) A vida das pessoas suspensa por um fio, balouçada ao sopro da contingência. O que vale é que cada ilhéu já nasce armado de carapaça e de reflexos como o guerreiro de Esparta. Não é qualquer inimigo que o desarma. E quando a desgraça vem e é sem remédio, encolhe os ombros e diz: Paciência! – os pés teimosos na terra, os olhos apontados ao horizonte como homem do mar que também é."* (II, 84).

Este sentimento de insegurança faz com que, desde muito cedo, o ser ilhéu se torne desconfiado: "*O ilhéu que sabe, não vai nessa – e aí aparece logo o seu estigma de nascença: a desconfiança*." (III, 149).

De tudo isto, advém o culto de dois mitos muito impregnados na alma dos açorianos. O mito das origens: "*No espelho de água, o mistério intrínseco das coisas por desvendar. A exaltante sensação de que tudo permanecia no como no começo: intocado e puro."* (II, 13). E o mito do fim do mundo, cujo símbolo nem sempre é o cataclismo: "*Qualquer dia, com a humidade e a chuva constantes, a ilha destorroa-se, desfaz-se nas águas. (…) Continuará decerto assinalada nos mapas, mas nenhum navio jamais a encontrará. Quanto a ser a velha Atlântida desaparecida, os séculos se hão de encarregar de dizer."* (II, 179).

A instabilidade do tempo meteorológico, ora chuva fina e nevoeiro opaco, ora "dia azul e oiro a explodir do céu" (II, 186), reflete-se também na alma açoriana, ora ensimesmada e melancólica, ora expansiva e eufórica:

> A"*Dualidade conflituosa entre intimismo e abertura ao mundo. Entre expansão e recolhimento interior. (…) Alma insular –cambiante e instável como o solo sísmico (…)*" (II, 66).

A relação de amor / pavor que o povo açoriano tece com o mar, assim como com as outras forças da natureza eleva-o ao conhecimento do sagrado:

> "*a dialética dos três MM (como eu lhe chamo) à volta da qual tudo se joga: Mar-Marinheiros-Morte. A luta agónica contra a morte, de cada vez que é preciso levar o sustento para casa. (…) O homem ilhéu na sua luta contra o fatalismo, contra as raivas da natureza. (…) Com efeito, por meio e através da Natureza atinge a nossa gente o sagrado: Homem-Natureza-Deus*." (II, 56).

No Diário de Fernando Aires, a Galera, é uma ilha mais pequena dentro da Ilha, um espaço refúgio ainda mais íntimo:

> "*Lentamente, aquilo foi surgindo como uma ilha dentro da ilha, e já sonho com o dia em que desembarcarei nas suas praias e beberei das suas águas correntes*." (II, 73); "*Nunca encontrarei resposta para explicar o sentimento*

de segurança que me toma quando aqui chego." (II, 167); *"A suspeita de que será aqui, talvez, o meu lugar." (II, 168).*

E tal como a Ilha que é a matriz com que se identifica, a Galera, geograficamente situada entre o céu, o mar e a terra, é o ponto de referência a partir do qual o escritor se define:

> *"A nova casa da Galera já vai adiantada. Sigo os trabalhos, ansioso por me ver num espaço criado por mim. Projetado por mim. (…) Terra de pais e avós (…) Foi uma espécie de segundo útero que me alimentou. (…) é sempre lá que me situo e me decifro. Me significo e me reconheço. Daqui o valor da casa no cimo da colina, com janelas para o ilhéu da Vila e vale de cabaços. Com vista para o alto da serra e para o crescente de mar que chega até aqui em aroma e em som (…)"* (II, 49)."

Constante é a exaltação da paisagem exuberante da Galera, sinédoque da beleza paisagística da Ilha e de todo o arquipélago: *"Aqui só faz sentido o abandono à evidência de haver beleza" (II, 95); "Hoje. Aqui. Eu, no deslumbramento de haver beleza."* (II, 187).

Outro traço da açorianidade no Diário de Aires, é o facto de todos os traços anteriormente analisados contaminarem a própria linguagem poética, como o atesta uma vasta panóplia de metáforas enraizadas no imaginário da ilha, à semelhança das que se seguem:

> *"o amanhã muito provavelmente igual ao de hoje e ao ontem deste convento, onde as horas inúteis são redondas como o horizonte que nos cerca."* (II,70); *"Aqui, da clausura, espreitei por uma frincha o mundo largo. Vontade de abrir as asas e desferir o voo para os lugares onde o europeu se ergueu do chão e se fez gente."* (II, 137).

Diríamos que Aires, à semelhança de um poeta ou pintor intimista, cultiva a arte de exprimir aquilo que de mais profundo carateriza o seu eu como um ser ilhéu. Pensamos, por isso, que o intimismo, como estética literária, pode, ao contrário do que parece julgar Madalénat, ser conciliado com o intimismo como prática do diário íntimo, que a seguir analisamos.

4.Quarto Tempo: a procura do «eu» ou o sentido da vida e da escrita

> *"Há, pois, que inventar um pretexto de adiar a sentença, começar um novo livro, sem o que chegará breve a morte anunciada." (IV, 49)*

Que *Era uma vez o tempo* de Fernando Aires é um diário ninguém duvidará, não só pelo pacto de leitura estabelecido no paratexto através da menção «Diário», mas também pelo facto de o autor escrever diariamente, pouco tempo após o acontecimento, inscrevendo no início de cada novo dia a data e, muitas vezes, o local onde se encontra. Chegando mesmo, por vezes, a referir o dia da semana. Assim, sabemos, por exemplo, que dia 11 de fevereiro de 1992 era uma terça-feira.

Menos frequentemente, aponta por vezes o momento do dia: «De tarde» (II, 100). A única estrutura do texto é esta cronologia dos dias. O texto é de tal modo heterogéneo e fragmentário de dia para dia que, nos casos em que o autor não insere a data, o editor vê-se na obrigação de utilizar um sinal gráfico para separar fragmentos distintos.

Era uma vez o tempo não obedece a uma poética bem definida, pois a par do discurso propriamente dito do diarista, encontramos um amálgama dos mais heteróclitos tipos de texto como cartas, entrevistas, poemas, narrativas, etc. Verifica-se também a preponderância do pronome pessoal «eu», no qual se identificam autor, narrador e personagem. Apesar, de F. Aires também utilizar este pronome no plural («nós») quando integra o seu «eu» na comunidade açoriana.

Todavia, *Era uma vez o tempo* não é apenas um diário, mas um diário íntimo. E o facto de confirmarmos, no próprio texto, que o autor organiza a sua publicação não impede que seja um diário íntimo, como já o referimos acima. Girard apenas considera que o diário íntimo não se destina a ser publicado porque não tem em conta o diário moderno: «*De nos jours cependant, beaucoup d'auteurs de journaux intimes n'écrivent plus seulement pour eux, mais pour un public potentiel. Le marché littéraire étant disposé à absorber tout ce qu'ils ont à*

exprimer, la publication de toutes sortes de journaux est devenue monnaie courante» (Boerner, 1978: 217).

Tentaremos, pois, mostrar que, neste diário, a introversão prevalece sobre a extraversão, que a observação incide muito mais sobre o lado privado da vida do diarista do que sobre o lado exterior, ou seja que nada há de factual neste diário. A única coisa que acontece é um «eu» que sente e pensa o seu destino no tempo. Veremos como este diário corresponde às três grandes configurações definidas por Alain Girard: a procura do eu, a perda do eu e a conquista do eu.

Esta procura do *autós*, no caso de Fernando Aires, está intrinsecamente ligada a uma procura do sentido do *bíos*, por sua vez ligada a uma procura do sentido do *gráphein*: "*What significance do we impute to the act of writing?", segundo as palavras de James Olney (1980: 6).*

O pilar da escrita de Aires é a consciência de que a vida é um milagre irrepetível que não se pode deixar ao desbarato um único dia. "Aproveita" (III, 8 / III, 216 / IV, 26) exclama Aires para si mesmo, tal como nos aconselha o famoso *carpe diem* de Horácio: "*Pelos vistos, sempre compreendi muito bem que a vida não é para ser vivida um dia sim outro não.*" (II, 163). *E a vida é estar atento e alerta, é reparar nas coisas pequenas, é escutar em vez de ouvir* (III, 37), é não ceder à indiferença da qual se queixa logo no início do terceiro volume, é não se deixar vencer pela apatia geral e alienação que equivalem a uma morte em vida: "*Não podemos viver como quem caminha distraído por uma paisagem conhecida.*" (IV, 74).

O sentimento de ser diferente, original, único, tão caraterístico dos autores de diários íntimos reflete-se na quantidade de ocorrências do verbo reparar. Aires repete vezes sem conta que repara no que (a seu ver) os outros não reparam: por exemplo, um cão a farejar as sarjetas.

E para reparar, segundo Aires, é preciso devolver aos sentidos a sua importância, é preciso reabilitá-los. Por isso, eles são aqui fundamentais, sobretudo o olfato, que "*é um dom especial nos deuses*" (III, 184), o ouvido e a visão: "*Porque a paisagem é um estado de alma que nos vive nos olhos, nos ouvidos, no olfato*." (III, 21). O Diário está repleto de cheiros, de sons e de cores que têm o poder de fazer da vida inferno ou volúpia.

O cheiro a fritos pela casa, o cheiro a ratos da casa fechada, a pestilência de um matadouro (de que ninguém se queixa) revoltam profundamente os sentidos de Fernando Aires, que se delicia com o perfume das açucenas, da hortelã do mato, dos incenseiros, das figueiras, com o cheiro "já esfumado e, todavia, tão penetrante" da cana brava (II, 167), com o cheiro a maresia das abróteas, com o cheiro a mosto das adegas, com o *"cheiro que as coisas (e as pessoas) ganham no abandono*" (II, 141), com "o *cheiro da noite – um cheiro secreto. Feminino. Saído do corpo adolescente da terra*." (II, 193). Não por acaso, Aires dá conta das suas crises de alergia que lhe afetam os sentidos, sobretudo o olfato, fazendo da sua vida um verdadeiro martírio (II, 197 / III, 22 / IV, 75), confirmando também aqui a conclusão de Girard, segundo a qual o autor de diários íntimos sofre habitualmente de uma fragilidade física e / ou psicológica da qual resulta um sentimento amargo da vida.

Na sociedade moderna, já todos se habituaram ao ruído urbano. Não é este, no entanto, o caso de Aires: "*O ruído que trouxe da rua, sacudo-o aqui como se fosse poeira. Liberto-me dele*." (II, 177). Liberta-se dele para se deixar penetrar pelo cantar dos melros (um *leitmotiv* do Diário), pelo rumor das ribeiras, pelo grito dos milhafres, pelas vozes dos netos em correria pela casa, pelo "*ruído do vento nos incenseiros e o rumor da chuva fina*" (II, 106). Todavia, é no ouvir crescer os pinheiros que Fernando Aires mais se distingue dos seus semelhantes no que respeita à alegria e à paz que esse reparar / estar atento lhe propicia: "*Ali hei de ficar a ouvir crescer os pinheiros" (II, 73), "ouço crescer os pinheiros*" (II, 81). Qualquer homem atento poderá ouvir o roçar dos pinheiros, mas só um intimista poderia ouvir crescer os pinheiros. Através dos sentidos, Aires parece atingir uma esfera íntima que ultrapassa a superfície das coisas.

O Diário está repleto destes reparos em que não raramente se lê uma comunhão harmoniosa dos sentidos: "*o sol já descia no mar, embutido em carmim. Um frémito de luz atravessava o espaço. Pousava, devagar, na cumeeira da serra. Escorria, depois, violeta, até ao rés d'água – um vidro gelado e redondo onde se repetia, invertida, a respiração dos bosques. A terra abria-se como um ventre (…) Perfumava-se de mística e de cedros (…) O rebanho das casas imóveis*

apascentava o musgo das margens, bebia na água o carmim do céu. E a gente sem saber se devia acreditar." (II, 126). Este encantamento que persiste perante as coisas, como se as visse pela primeira e última vez, carateriza o intimista que julga ser capaz de penetrar cada vez mais «o mistério e a poesia latente das coisas», por isso elas lhe aparecem sempre sob um prisma diferente.

Uma das dimensões da escrita é, pois, o discurso de um intimista revela uma forma mais humana de existir que não pode ocorrer senão na intimidade de cada ser: "*A sociedade alheia-se da essencialidade da pessoa. (…). Depois, nada do que diz respeito ao essencial do homem pode ser posto em execução por decreto imperial. O mais importante acontece sempre no íntimo de cada intimidade*." (II, 120). Eis porque o espaço citadino adquire, no Diário, uma conotação assaz negativa, opondo-se diametralmente ao espaço circunscrito pela casa da Galera que equivale ao *locus amoenus* da intimidade:

> "*aprecio agora este silêncio do meu quarto. A cortina de plátanos e de metrosíderos a defender-me do mundo. Pondo à distância a cidade ruidosa e enlameada (…). Ter este canto, esta cadeira que é a minha. Ter esta mesa onde escrevo (…). Saber a cidade ao longe, engasgada de trânsito e de esgares irritados (…). Será que faço batota comigo mesmo para me convencer destes privilégios e poder suportar a cidade cercada e o mais que dentro de mim me constrange*?" (II, 99).

Cabe ao escritor o dever de velar por e revelar essa essencialidade, mesmo que isso venha a diminuir o número de possíveis leitores:

> *"Numa época de tecnologias, para muitos não fará sentido um certo tipo de delicadezas e de sentimentos. Por essa razão, talvez grande parte do que aqui fica não tenha mais valor do que um velho bric-à-brac que só interessa a meia dúzia de colecionadores de velharias. Mas, por outro lado, não posso deixar de pensar que é justamente ao escritor que se pede seja guardador do imenso rebanho das interioridades e do indizível inacessível às matemáticas. (…) A única lei é que as coisas que fiquem escritas tenham dimensão humana. (…). Que quem encha um volume de palavras se liberte dos grilhões das modas, tantas vezes empobrecedoras das oportunidades de ser. Que deixe bem vincada a evidência de que a vocação humana está na capacidade de desferir livremente o voo até às estrelas sem pedir licença a ninguém. A isto se chama criar*." (II, 148).

A escrita, para Aires, deve funcionar como um antídoto para a falta de humanidade veiculada pelos meios de comunicação social: "*Mas o mundo está repassado quase só de violências que a imprensa, a rádio, a TV não se fartam de propagandear. Falta o outro lado humano – o país silencioso e invisível do afeto (…). O espaço ainda mal conhecido do amor que falta mostrar às pessoas para que elas possam continuar a viver*." (II, 147).

Tal como acontece, segundo Girard, com os autores de diários íntimos, Fernando Aires considera a escrita do diário como uma incontornável necessidade diária de existir plenamente e de comunicar, como uma forma desesperada de convivência, devido à dificuldade de relacionamento com os outros e à falta de comunicação real:

> *"E vou à rua e é o mesmo: caras fechadas. As pessoas no seu fadário – curvadas de cuidados e tédios. (…) Penso que alguma coisa de muito errado se passa. (…). Afinal, esta confidência interminável tem a ver com isto mesmo: com o ar desabrido e triste dos que vejo à minha volta. Assim, a única saída é este monólogo de todos os dias."* (II, 170); "*Chega mesmo o momento em que se queria, com urgência, uma casa sem gente, habitada apenas pelo nosso querer. (…). Tudo seria então à nossa imagem e semelhança e teria a dimensão da nossa exigência*." (III, 60); "*Trata-se, sobretudo, de uma necessidade. De ter alguém que me acompanhe, uma Presença com quem mantenha longa conversa de intimidade e de afeto. Se lhe pusesse ponto final definitivo, não sei o que seria."* (III, 96).

"*Comment peut-on penser que dans l'autobiographie c'est la vie vécue qui produit le texte, alors que c'est le texte qui produit la vie!" (Lejeune,* 1986: 29). Assim é para Fernando Aires, que, para utilizar a expressão de Girard, consegue conquistar o seu eu através da escrita:

> "*Só estou preso à vida por este fio de palavras com que vou tecendo estas páginas. Todos os dias as vou tecendo pelo desejo de me refugiar na ficção de me pensar vivo – e então é como se estivesse."* (II, 112).

Conquistar o seu eu, tornando-se aquele em que acredita e que inventa para esse efeito: "*vou-me certificando que o escrever é, sobretudo, necessidade. Mesmo assim, maltalhado, o escrever é necessidade. Decerto que sinto os meus limites, mas também, uma vez por outra, oportunidades mentais de me esclarecer e de me inventar (…) Assim, muito mais do que o desejo de ser lido, tenho necessidade de me ver descrito e confessado em tinta e papel. Para todos os efeitos, é um retrato que fica (…)"* (II, 231). Este «eu», inventado e construído pela escrita, é o seu «eu» verdadeiro e não aquele que os seus vizinhos conhecem.

Aires coloca muito claramente o problema da verdade / falsidade e da sinceridade no terceiro volume. Uns amigos a quem lê umas páginas do diário colocam em dúvida a veracidade do relato que o diarista fez de um velório, ao que ele responde:

> "A *verdade é mais 'verdadeira' quando, para estabelecê-la, se usa a ficção de dizer que se comeu amendoins no velório. (…). É nisto que consiste a arte de contar – esta mentira propositadamente inventada para se colher, da forma mais honesta, a porção da verdade possível* (…)".

Esta questão é retomada e desenvolvida no volume seguinte do Diário: "Por estranho que pareça, é esta a forma de revelar a 'verdade': *inventar para ficar mais perto da verdade, e poder comunicar essa 'verdade' a quem não participou nela."* (IV, 50). À semelhança dos autores de diários íntimos que Girard descreve, também Fernando Aires lê e relê páginas do seu diário para si próprio e para amigos, como uma maneira de reviver o seu verdadeiro eu (aquele que constrói através da escrita) e de confirmar a sua existência.

Aires não admite a ideia de poder parar de escrever o seu Diário:

> "*Por vezes anseio 'chegar ao fim' deste segundo volume do diário. (…) E depois de escrito, de impresso e de contemplado na estante, o que vou fazer comigo*?" (II, 146); "*Um Diário é assunto que não mais se acaba. Que tem de ser levado até à invalidez ou até à morte." (*II, 180).

Como pensa Girard sobre o diário íntimo, este diário é também uma meditação sobre o tempo e a efemeridade da vida: "*Sensação de que tudo é terrivelmente provisório*." (III, 152). Ainda neste mesmo registo e lugar-comum do diário íntimo escrito na maturidade, ocorre frequentemente o tema da velhice ligado à degradação do corpo: "*e eu neste estado, como uma árvore de casca enrugada, de folhas cada vez mais raras e frutos cada vez mais mirrados e ácidos. O que o tempo fez de mim em tão pouco tempo."* (III, 178).

A sua consciência do absurdo da morte e da constante mutabilidade dos seres leva-o a fixar os espaços íntimos do seu sentir nos quais nem sempre posteriormente se reconhece:

> "*Escreveria agora tudo o que deixei escrito da maneira como o escrevi? Mas ninguém é nunca mais da mesma maneira. Daqui, por vezes, a dificuldade de me reconhecer nas páginas que ficaram definitivamente escritas. (…) há páginas (não sei quantas) que me desespero de não ter rasgado. Porém, apesar das páginas que eu já não diria da mesma maneira como o disse (e que me desespero, sinceramente, de não ter rasgado) ali ficou uma certa memória de mim que não repudio. (…). Afinal tudo é provisório. (…). Isto que passou já tomou ausência como se não tivesse sido*." (II, 32).

Esses espaços íntimos são preenchidos pelo mar da ilha, pela ternura para com os netos, por uma voz de mulher com harpejos de violino, pelas valsas de Strauss e as sinfonias de Beethoven… Olhemos de mais perto para alguns desses espaços.

5.1.O privilégio da solidão

Para Aires, a solidão é um privilégio. Estar só é não se preocupar senão consigo próprio e, assim, viver o prazer de andar nu pela casa, despenteado e com a barba por fazer, é não ter que vigiar a sua maneira de ser perante testemunhas e, assim, poder passar o dia inteiro a pensar na escrita ou simplesmente a olhar um pássaro ou um pinheiro.

Estar só é ver reduzidas, ao mínimo, as necessidades diárias de uma casa, pois, por exemplo, basta-lhe haver pão, queijo, fruta e água para a refeição. Sobretudo,

é a liberdade de conviver com o seu «verdadeiro» sem o constranger do tempo e de se despir da máscara que usa perante os outros, porque

> "*na aparência, somos diferentes conforme estamos com estes ou com aqueles. (…) Porém, definitivamente, somos mais nós quando estamos com o nosso cão*." (III, 67): "*o prazer de estar só, atenção miúda ao dentro de mim e a respeito do agora e do outrora. É a liberdade de fazer e não fazer na ausência de testemunhas. É sentimento de que se é dono e senhor do tempo e do modo. É disponibilidade de deixar de ser ator para se ser autor de cada minuto que nos cabe viver*." (II, 85), "*Já disse que os meus melhores momentos é quando estou sozinho a rebuscar em mim motivos desta escrita?"* (II, 144).

Escrever, para um intimista, é um ato que exige um isolamento voluntário: "*No casulo da casa, eu, como escritor, sou um homem voluntariamente solitário, na atitude do médium que espera a visita dos espíritos (…) Sou prisioneiro voluntário*" (IV, 47-48). A verdadeira solidão só começa "*quando o livro chega ao fim*":

5.2.O outro

O espaço que os outros ocupam no diário de Aires é muito reduzido. Sabemos dos seus serões com um círculo de amigos muito restrito, mas quase nada sabemos acerca desses amigos. Pois, num diário íntimo, os outros ocorrem apenas em relação ao autor e para revelar a sua intimidade. É por isso que tantas vezes os amigos aparecem a ler, a ouvir ou a comentar passagens do seu diário.

Mais significativa ainda é a ausência de Linda. O espaço que a esposa de Aires ocupa no seu diário é apenas o das cinco letras que compõem o seu nome ou quase. Linda é apenas um nome. Na maioria das vezes, ora um nome que o acompanha: "Eu e a Linda" (III, 19 / IV, 15); ora um nome que o deixa sozinho em casa: "*A Linda foi de visita a Riba d'Ave, como de costume. Lá fiquei outra vez de casa vazia."* (III, 29). Contudo, nada ficamos a saber a respeito da sua maneira de ser, nem tão pouco a respeito da sua relação com o esposo.

Não deixa de ser significativo, porém o facto de serem poucas as referências ao desejo sexual e ao amor. Temas íntimos *per se*. Aqui, muito provavelmente, o meio pequeno onde e para o qual o autor escreve funciona como um agente de inibição. O que tal nos permite afirmar é o facto de encontrarmos no diário algumas passagens em que o autor revela uma grande fascinação por figuras femininas jovens anónimas: uma mulher que passa de lenço vermelho ao pescoço (III, 18) ou uma operadora de caixa num hipermercado com *"o rosto e os seios do oval perfeito do quarto crescente*" (IV, 88): "A *voz dela tinha arpejos de um violino (…) Depois disto tenho a certeza de que nunca mais a esquecerás (…) e eu no desejo de ficar ali naquela sala – para sempre*." (II, 180).

Há uma única referência a uma desordem de caráter sentimental que nos faz supor qualquer desgosto amoroso: "*Compreendo, cada vez melhor, como a desordem sentimental de que padeci se vai resolvendo e compensando através da excitação intelectual que a escrita me dá*." (II, 170). No entanto, quando seria pertinente esperar um desenvolvimento desta desordem neste tipo de diário, a primeira e única referência que o diarista faz quanto a ela.

5.3.A feitura da obra

Outro espaço íntimo deste diário é o da feitura dos livros e acompanhamento da sua divulgação. O diarista aponta a revisão de provas, o lançamento dos livros, o que eles significam para si, assim como elogios e críticas de que vão sendo alvo, o modo como surgiram os textos: "*Escrevi hoje um conto que intitulei O Homem Que Se Perdeu No Mar. Já o vinha pensando há semanas e hoje saiu-me quase de jato (…) O que hoje me saiu, por exemplo, foi sentido como libertação e procura. Pretendeu ser saga e afirmação."* (II, 160).

O diarista compara o seu diário a um livro de atas no qual transcreve fiel e integralmente uma entrevista de Vamberto Freitas publicada no Açoriano Regional: "*Posto o que passo à dita entrevista que aqui tombarei, como se de um livro de atas este escrito se tratasse*." (III, 51);

No dia 20 de outubro 88, confessa a sua emoção ao rever as provas de *Histórias do Entardecer*. A 3 de julho 90, fala-nos de um conto intitulado "Desenraizados", escrito em 1988, que nunca deu à estampa por pensar vir a fazer dele uma novela. Em novembro de 92, indica que vai passar a figurar no *Dicionário Cronológico da Literatura* e na *Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa*. No dia 12 de junho de 94, refere um conto intitulado "Elegia a Sul de Capricórnio" e, no dia 25

de maio de 95, revela-nos o caráter autobiográfico dos seus contos *Memórias da Cidade Cercada*.

Carateriza-se este diário por uma constante autorreflexividade no que respeita à obra que se vai criando. Surgem frequentemente inquietudes e dúvidas tanto quanto ao valor intrínseco dos textos, como quanto ao facto de virem ou não a ser lidos:

> "*Disse há dias que gostaria de escrever a dita página cheia de rasgo e de frescura que ainda não escrevi.*" (III, 55); "*Acabo de reler estas páginas do 3.º volume, numa espécie de balanço geral. (…) há de tudo: passagens aproveitáveis, mesmo boas – não fossem as outras, as medíocres: forçadas, artificiais, sem aquela força por que tanto me tenho esforçado*." (III, 61); "*O insulto da escrita falhada" (IV, 10). "Mas os deuses nem vão saber que o livrinho existe." (II, 19), "Mas quem é que me vai ler? Meia dúzia de pessoas. E daí? Pois sim, mas o estar ali exposto, mesmo sob a forma das metáforas dá desconforto. Põe-me pouco à vontade" (II, 27); "E quando sair impresso [este volume do diário] quem saberá? Quantas pessoas o vão ler? Não tenho dúvidas de que fará menos ruído do que uma pedra atirada ao charco." (II, 232); "Vistas bem as coisas, que oportunidades tem um ilhéu, que vive no seu rochedo, de vir a ser conhecido na capital e arredores? Antero, Teófilo, Nemésio, fizeram a sua vida pela metrópole e tinham posição – além do talento que Deus lhes deu*." (IV, 12).

Este tipo de queixas e a procura de elogios, como abaixo veremos, são, segundo Girard, comuns aos autores de diários íntimos (1986: 506) e caraterizam o seu sentimento de perda do eu.

Como forma de combater este pessimismo, vai lendo os seus textos aos amigos e anotando o seu contentamento por eles agradarem: "*O serão foi quase alegre, até porque tive oportunidade de ler coisas da minha lavra. Cometo, por vezes, este pecado, talvez levado pelo desejo de ser 'centro'. Possivelmente por algo de narcísico que nos toca a todos. Também (e principalmente) por ser oportunidade de catarse, de exercício mental, de pretexto para outras conversas. Necessidade de me dar a conhecer e de comunicar. (…). Deixem-me ao menos a ilusão de me saber escutado.*" (II, 158).

Reconhece sem falso pudor que precisa de se saber lido, de ser elogiado, de se sentir amado:

> "*Ah como me soube bem ouvir as suas palavras sobre os meus escritos! (…) Não se escreve para ouvir elogios. Escreve-se porque sim. Mas eu preciso de alguém que venha e me diga.*" (II, 78); "*O nosso Ego insaciável de mesuras não suportando o anonimato.*" (II, 109).

Grita o seu orgulho por ser alvo de elogios por parte de pessoas que respeita, tais como uma sua aluna (II, 145), Onésimo Teotónio de Almeida (II, 37), Eugénio Lisboa (II, 157), ou ainda Vergílio Ferreira: "*Tive carta de Vergílio Ferreira falando que tinha lido o meu Diário. (…) aqui no meu rochedo, recebo notícias de Vergílio Ferreira (…). Um acontecimento destes não podia ficar no segredo. Ajuda-me a amenizar os dias (…) dá-nos uma grande vontade de continuar.*" (II, 162). Aires precisa do reconhecimento, não só como escritor, mas também simplesmente como homem sensível que é. Veja-se como ele espera que lhe "façam uma ovação" por ter cozinhado abróteas com batatas e hortaliças (II, 81).

5.4.O ser versus o ter: valores do intimista

Em sintonia com os valores que inspiram a conduta de muitos autores de diários íntimos, segundo Girard (1986: 534), Aires mostra um profundo desprezo pelo dinheiro e pela atitude consumista da sociedade moderna, pela ambição política e pela "mentalidade burguesa do lucro" (II, 100), a favor dessa forma mais humana de existir que passa forçosamente pela comunhão com a natureza e com a intimidade de cada ser:

> "*deixo aos outros os ganhos fartos em notas de banco, a conquista dos lugares importantes do Poder, (…) A mim me basta a velhice das faias e este cheiro a caruma das matas – as coisas que acrescentam vida à vida (…)* " (II, 87); "*Não estou nos bastidores da política local (Devia estar?). Nem no segredo da política dos politiqueiros (…) Quando a gente sabe que tudo neles (na esmagadora maioria deles) é da natureza da flatulência (…)*" (II, 102); Outra vez o Natal (…) *A chamada santa quadra do Natal é isto que se vê: uma espécie*

de 'estouro da manada' (como dizem, suponho, os cowboys) e que faz desabar uma multidão enlouquecida em todo o lugar onde se compram coisas." (II, 33).

Aires é um espírito confessadamente religioso que recusa o catolicismo tal como é praticado. Revoltado contra os dogmas, não aceita o Deus intolerante e concebe que a fé só pode verdadeiramente ser vivida na intimidade do ser:

"*15 de agosto, dia de Santa Maria: "A Senhora vai sair no seu andor por entre uma chuvada de dólares, e haverá bebedeiras pelas tabernas e cascas de melancia espalhadas pelo adro. (…) Salve-nos Deus, que é quase só isto a nossa santa religião*." (II, 78);

"*Mas Deus, se existe, não está lá para (…) Deus não se interessa nada, mesmo nada, com aquilo que os padres insistem em dizer que Ele se interessa: por exemplo, como nós termos de acreditar que é trino e uno. E que o Filho está à direita do Pai, e assim. Deus está interessado é com o nosso coração*." (II, 189);

"*Dia chegará em que não será na montanha, nem no Templo, nem em nenhum altar particular que se prestará culto, mas no íntimo de cada um."* (III, 208).

5.5. Arquivo Histórico

Como historiador que é, vai anotando a ocorrência de factos que marcam a história, ou lembrando datas já há muito registadas: o ano um depois do muro de Berlim (9 / 11 / 89), a queda de Ceausescu (12 / 89), o octogésimo segundo aniversário do assassinato de Carlos de Bragança (1 / 2 / 90), a reunificação da Alemanha (10 / 90), o bicentenário da morte de Mozart (5 / 12 / 91), a morte de Fernando Namora (31 / 1 / 89) ou de Greta Garbo (4 / 90). Através da simples seleção dos factos, mas também da sua interpretação, o que o autor pretende revelar é uma intimidade.

Estas datas são amiúde acompanhadas de reflexões, mas sobretudo de preocupações que o diarista repudia por não suportar o sentimento de um horror perante o qual se sente totalmente impotente:

"As novas que a imprensa traz, cada vez mais inquietantes. Que vai acontecer no Golfo?" II, 233: "*últimas notícias sobre a crise do Golfo. Fala-se de uma nova cruzada (…)*

Mas agora já não é por causa da profanação dos lugares santos do Cristianismo (como foi nos sécs. XI-XII) mas por causa da profanação dos lugares sagrados do Petróleo, outro deus ainda mais universalmente adorado. (…).

Com todo o seu cortejo de horrores, a guerra está aí à porta (…). Em mim um sentimento de impotência e de humilhação. Para esquecer, fui à noite ouvir Eduardo Hubert. Tocou Schumann e Ravel." (II, 224);

"No coração dói-me a amargura da impotência. A dor do mundo." (IV, 83).

Arquiva também nas páginas do seu diário a sua história íntima da cultura açoriana, ao registar impressões de concertos e festivais de música, exposições de pintura e lançamentos de livros, congressos e colóquios. Deixa-nos páginas de valor inestimável ao conciliar crítica literária e testemunho sobre um determinado escritor.

É o que acontece, por exemplo, com os escritores Dias de Melo (II, 51-59 / III, 191-192), Daniel de Sá (III, 190), Álamo Oliveira (IV, 100-101), ou com a pintora Luísa Athaíde (III, 25-26). Chega a transcrever na íntegra o que disse acerca de um poeta em praça pública.

É o caso de Ruy Galvão, que considera seu mestre e muito admira ao ponto de integrar poemas seus nas páginas deste diário (II, 64-65). No mesmo espírito de arquivista que intimamente pretende mostrar, transcreve cartas que escreve a amigos e cartas que deles recebe (II, 82).

Pouco fala da sua atividade de professor, mas a referência a algumas aulas serve-lhe frequentemente para veicular ideias e modos de conceber a História:

"*Aula sobre o tema: O significado do Sebastianismo no contexto da União Ibérica. (…).*

Sugeriu-se por exemplo, que na península, por falta de hábitos de investigação científica, só tardiamente se demarca a fronteira entre o possível

e o impossível. A realidade e o sonho. Donde a dominância do sobrenatural e da fantasia que ajudam, também, a definir a nossa alma sebástica." (II, 143).

5.Quinto Tempo: a perda do eu e a tentativa de recuperação do passado

> *"E eu lembrei a imensa manhã da minha meninice onde havia o lugar do mundo mais seguro que já me foi dado conhecer: o colo de minha Mãe." (II, 133)*

À semelhança de Proust, em *À la recherche du temps perdu*, Aires procede a uma justaposição de tempos e espaços passados e presentes, tentando assim ultrapassar o tempo que nega a vida e o espaço que separa os seres. Tal como acontece no episódio da madalena, no romance de Proust, em que o sabor atual de um biscoito molhado numa chávena de chá desencadeia a lembrança do mesmo sabor experimentado num passado já longínquo e com ele ressuscita todo esse passado, no dia 10 de novembro de 1988, a chuva fina a mudar de direção conforme o vento parece ao diarista um enxame de mosquitos no ar, desencadeando a lembrança da mesma sensação experimentada num dia de desgraça para a sua avó, traz-lhe a memória de um passado não totalmente recuperável:

> "*E foi esta chuvinha, assim como o farelo peneirado do alto, que me trouxe as vozes e um susto diluído que ainda sinto. Tudo cheio de interrupções e de coisas esquecidas para sempre*." (II, 30).

A voz da Linda a chamá-lo para o almoço lembra-lhe a da mãe em semelhante situação (II, 166); o gesto de refrescar uma melancia ao fio da torneira lembra-lhe o hábito antigo antes do aparecimento dos frigoríficos (II, 222); a contemplação de uma vindima lembra-lhe "a *ladeira pedregosa do Pico do Frade e os homens carregados de cestos de uvas (…)" e o ti Ermínio Cassota* (II, 223); o cheiro a sardinha assada lembra-lhe o pai "*em mangas de camisa, a comê-las com pão de milho caseiro*." (II, 230); o cheiro a "*roupa que em tempos vinha da América para os parentes pobres das Ilhas*" lembra-lhe a excitação da família ao chegarem as encomendas de Tia Silvana: "*Isto era antigamente*." (III, 34).

O cheiro, o sentido mais trabalhado por Fernando Aires, é dos mais poderosos no que respeita a esta alquimia proustiana:

> "*De manhã a Linda trouxe tangerinas (…) descasquei uma, e o perfume intenso recordou-me tudo de uma vez: o Natal da infância, o licor que minha mãe fazia, o presépio, a consoada* (…)" (III, 196); "*Surpreendo-me com o poder que tem o cheiro para recriar presenças, disposições de alma (…*)" (IV, 60).

Certos lugares são também suscetíveis de ativar a rememoração do passado. É o caso do cais que lhe lembra a sua partida para Coimbra aos 18 anos (II, 151), assim como da casa da sua infância: "*basta passar por ali, olhar (…) Num relance, é toda uma vida, com o que ela teve de coisas e de gente."* (III, 57). E assim recorda Tia Querubina, D. Antónia "de luto fechada" e a caixa de música que guardavam no quartinho do meio.

No quarto volume, um jantar em sua homenagem no salão do seu antigo liceu traz-lhe lembranças do tempo em que ali vinha como aluno e dá conta das leituras que fazia naquela época:

> "*Depois dos contos de fadas da minha meninice, seguiu-se, de perto, Júlio Verne (…)*" (IV, 90).

As transformações inevitáveis do progresso que caraterizam hoje em dia Ponta Delgada acendem na memória do diarista a imagem do antigo rosto desta cidade:

> "*Pus-me a relembrar como era a cidade de há quarenta anos. (…). Que restava de outrora?"* (II, 178); "o *sítio por onde antigamente se entrava na Mata da Doca (…) Agora já não é mata nenhuma. Agora é uma coisa monstruosa e de pedra (…). Pois naquele tempo, havia ali uma mata (…). Logo no começo, voltada para a Rotunda, ficava a minha escola primária* (…)" (II, 227 / 228).

A imagem deste lugar dá azo a recordações da professora e das aulas.

Mortes e aniversários são também energia de ativação da memória: a morte de um amigo (II, 164 / III, 16), o aniversário da morte do seu pai (III, 131-132), o dia do seu aniversário (II, 149 / III, 107 /), ou do da sua esposa: *"Faz hoje anos a Linda. (…) E um dia aconteceu o encontro* (II, 237 / 238).

Outro meio de recuperar o passado e de travar a roda do tempo é através da leitura de velhas cartas e jornais: "*Estive a ler cartas de há muitos anos e foi como se o tempo parasse*" (II, 114); "*Encontro num armário vários números do Açores de 1967. Folheio alguns e é como levantar a tampa de um baú onde se tivesse aferrolhado o passado*." (III, 6). Ou ainda da contemplação de velhas fotografias: "*Tenho para aí retratos de antepassados (…) Torturo a memória, rebusco-a (…*)" (II, 234).

Por analogia, a sua convivência com os netos faz vir à tona impressões da sua própria infância:

> "*Quando a sua neta Beatriz faz um ano: "E eu lembrei a imensa manhã da minha meninice onde havia o lugar do mundo mais seguro que já me foi dado conhecer: o colo de minha mãe."* (II, 133).

A autorreflexividade que carateriza este diário é ainda um agente de transição do tempo presente para o tempo passado. Assim, na tentativa de explicar a génese do próprio diário, Aires apresenta uma retrospetiva da sua vida literária:

> "*Desde os verdes anos me tomei de admiração por quem escreve. E, digamos, desde o liceu, no jornalinho 'Girassol', me pus a ensaiar aquilo que só no tempo se foi configurando em escrita. Aos 14-15 anos (imagine-se!) comecei mesmo um romance que chegou a ser batizado ('As ruínas de Valhadolid') e que morreu, logo ao nascer, de debilidade congénita. Com os anos fui percebendo o em que consiste a intimidade da pessoa consigo mesma (…).*
>
> *Começava eu então (por 45-46) a partilhar dos modos e dos sonhos do grupo do bar Jade (como eu o designo) do qual saiu, em devido tempo, a ideia do Círculo Cultural Antero de Quental e a revistinha Açória.*
>
> *Além da minha pessoa, constituía o grupo o Eduíno (…) o nosso grupo propunha-se em primeiro lugar (…).*
>
> *Depois foi Coimbra (…) Afonso Duarte (…). Foi assim que nasceu este Era Uma Vez o Tempo*." (II, 27-28).

Através da leitura de textos antigos, Aires avalia a consistência ontológica em função da ideia de permanência, desafiando o caráter transformador do tempo:

> "*Estive a ler cartas de há muitos anos. Foi como entrar na minha alma antiga e descobrir como muito pouco mudou (se é que mudou): as mesmas nostalgias, a mesma impaciência, os mesmos desejos. O mesmo silêncio interior onde eu próprio tenho dificuldade em entrar*."

Apesar da aproximação que fizemos com a obra proustiana, Fernando Aires nunca poderá escrever o capítulo intitulado "Le temps retrouvé", pois para ele os lugares da sua memória são "*um estilhaçar de imagens que se incompletam"* (II, 228):

> "*No fim, não somos mais do que túmulos vivos de um passado extinto que, em grande parte, não aconteceu da maneira que se conta e, definitivamente, ficará por contar*." (II, 153);

> "*O que temos do passado são pedaços, nomes perdidos, sombras, numa grande promiscuidade impossível de destrinçar*." (III, 196).

Por fim, pensamos que o Diário de Fernando Aires revela uma preocupação estilística que não deve ser menosprezada e poderá ser analisada em relação com o caráter intimista que marca profundamente este texto, como o revelam metáforas tais como:

> "*Depois a chuva para, e o ar, as casas, o chão, ficam com o desalinho de cabelos, o perfume, a frescura de pele, a ereção de mamilos de moça que acabou de sair do banho e se contempla diante do espelho." (IV*, 80).

O autor utiliza variados recursos estilísticos para tentar veicular o indizível das coisas, ou mais uma vez «a poesia latente das coisas», como acontece por

exemplo com as seguintes aliterações: "*a luz fuzilou no espelho do quarto, azulando a escuridão. E os trovões rolaram longamente como calhaus imensos num céu oco*." (II, 118).

O autor considera esta preocupação estilística como primordial, pois grava-a nas próprias páginas do seu diário como que para ainda mais a reforçar: "*Estar atento ao som das vogais e à posição das consoantes. Ter infinita cautela com os adjetivos e os verbos. Não abusar dos hífenes e das reticências. Recuperar as sílabas perdidas." (*IV, 23).

6.Bibliografia

- Aguiar, Cristóvão de (1999) *Relação de Bordo (1964-88)*, Porto, Campo das Letras.
- Aguiar, Cristóvão de (1997) "Relação de Bordo I. Sobre Diário IV de Fernando Aires", in *Suplemento Açoriano de Cultura*, n.º 56, 12 junho.
- Aires, Fernando (1990) *Era uma Vez o Tempo*, 2º volume, Instituto Cultural de Ponta Delgada. *Era uma Vez o Tempo*, Diário *III* (1993) e *Diário IV* (1997), Edições Salamandra, Lisboa.
- Bettencourt, Urbano (1983) *O Gosto das Palavras*, col. Gaivota, nº 31, Angra, SREC; (1987) *O Gosto das palavras II*, Ponta Delgada, Signo; (1999) *O Gosto das Palavras III*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Boerner, Peter (1978) «Place du Journal dans la Littérature Moderne», in *Le Journal Intime et ses Formes Littéraires*, Actes du Colloque de septembre 1975, Genéve-Paris, Librairie Droz.
- Didier, Béatrice (1991) *Le Journal Intime*, Paris, P.U.F., Collection Littératures Modernes, 2è. Ed.
- Durand, Gilbert (1969) *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*, Paris, Brodas.

Freitas, Vamberto (19
91) *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro, Revista de Livros.

- Freitas, Vamberto (1992) *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Freitas, Vamberto, (1999) *A Ilha em Frente*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Girard, Alain (1986) *Le Journal Intime*, Paris, P.U.F., Collection Dito, 2è. Ed.
- Gusdorf, Georges (1991) *Auto-bio-graphie*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Gusdorf, Georges (1948) *La Découverte de soi*, Paris, P.U.F.
- Lejeune, Philippe (1986) *Moi Aussi, Le Pacte Autobiographique (bis)*, Paris, Seuil.
- Leleu, Michèle (1952) *Les Journaux intimes*, Paris, P.U.F.
- Madelénat, Daniel (1989) *L'Intimisme*, Paris, P.U.F.
- Olney, James (1980) Autobiography. *Essays Theoretical and Critical*, Princeton, Princeton University Press.
- Régio, José (1994) *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

3.ANABELA MIMOSO anabelamimoso@hotmail.com

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ANTERO DE QUENTAL

Muito se tem escrito sobre Antero de Quental (S. Miguel, 1842 – S. Miguel, 1891), nomeadamente sobre a sua poesia e o seu pensamento filosófico. Mas há um outro Antero que tem sido subvalorizado: o Antero que refletiu e procurou pôr em prática as suas reflexões e as da Geração de 70 sobre a Educação, sobre a posição da mulher e, particularmente, sobre a Literatura para a Infância.

Através da leitura do Tesouro Poético da Infância*, articulada com outros textos deste vulto das nossas letras e com textos de outros autores da mesma época, pretende-se mostrar até que ponto Antero veiculou ou se sobrepôs às ideias pedagógicas oitocentistas e como as pôs em prática. Nesse sentido, procuraremos mostrar a génese e a importância do* Tesouro Poético*.*

O século XIX ficou marcado, politicamente, pelo Liberalismo e, logo, pelo abraçar de grandes causas sociais, entre as quais a batalha da educação, a começar na alfabetização. Para colmatar as lacunas do passado, a alfabetização teria de ser feita em duas frentes: na infância e entre as classes trabalhadoras.

Procurava-se então, e sobretudo, «criar um cidadão moralmente são e socialmente útil», como proclamava Alexandre Herculano, citado por Maria do Rosário Cunha, (2004:32), pois, só assim, se garantiria o acesso ao progresso. Mas a educação garantiria ainda o acesso à liberdade, como dizia Antero, num artigo de 1860 ("Leituras Populares"), tinha então dezoito anos, ao advertir que «*um povo que possui a liberdade sem instrução (…), a custo poderá conservá-la, e o que é mais, conservá-la sem abusar*» (1982: 116).

O interesse precoce de Antero pela educação, obviamente que tem os seus antecedentes. Diz Albino Forjaz de Sampaio que, muito jovem, em S. Miguel, Antero

> «*assistiu ainda a um grande movimento a favor da instrução popular, dirigido por Castilho, que nesse sentido promoveu uma cruzada em que tomou parte toda a sociedade micaelense, podendo-se encontrar nela a génese do*

interesse de Antero pela instrução das classes populares, revelado logo aos dezoito anos em artigos publicados em revistas de Coimbra» (s.d.: 156-157).

Obviamente que este interesse não é seu exclusivo, já que é comum a quase todos os membros da Geração de 70 e, antes deles, a muitos dos românticos.

Assim, dando corpo a este pensamento, por exemplo, em 1850, Castilho publicava a sua *Leitura Repentina. Método para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos* (1)[4], Adolfo Coelho, em 1872, publicaria o texto da sua Conferência "A Questão do Ensino", Eça de Queirós, nesse mesmo ano, dedicar-lhe-ia várias das suas *Farpas* e, em 1876, publicava João de Deus a *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura.*

Para realizarem os fins que tinham em vista, as coordenadas do pensamento pedagógico oitocentista tinham em conta, por um lado, a formação moral e cívica, por outro, a formação profissional, num programa bastante bem pensado. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, tão nobre desiderato não se cumpria. Várias causas podem ser apontadas para este estado de coisas, mas elas devem-se, sobretudo, à falta de recursos financeiros, à instabilidade política e à falta de interesse dos políticos.

Antero diria então, no mesmo artigo atrás citado: «*Remissa e vagarosa, porém, vai a instrução nesta boa terra de Portugal*» (1982: 116). Deste modo, as taxas de analfabetismo eram enormes, sobretudo entre as mulheres: em 1878, 64% dos homens e 90% das mulheres eram analfabetos.

Bem se pode sintetizar na frase de Ramalho Ortigão o pouco esforço que os governos faziam em prol da educação: «*Temos um exército de 42 mil homens, que custa 4 a 5 mil contos de réis, e uma instrução pública que custa 799 contos, sobre um orçamento de 23 mil contos*» (1992: 25; vol. XV). Apesar do reconhecimento, por parte dos intelectuais liberais, do direito à instrução, a verdade é que, por volta de 1900 a percentagem de total de analfabetos andaria pelos 73%. Não admira, pois, que este avanço tão lento tivesse merecido a Eça, em 1872, uma das suas *Farpas*: «A *instrução em Portugal é uma* ***canalhice*** *pública*» (s.d.: 292) [5]. Eça, mas também Antero haveriam de zurzir ferozmente os sucessivos governos que cometiam chocantes atos contra a cultura, como o encerramento das Conferências do Casino.

Efetivamente, as escolas portuguesas, além de escassas (em 1872, deixavam fora da escolaridade mais de 600 000 crianças, segundo uma das *Farpas* de Eça de Queirós – s.d. 287) não eram propriamente locais aprazíveis para o ensino. No mesmo texto, afirmava-se que:

> «*Os edifícios (a não ser os legados pelo conde de Ferreira, que ainda quase não funcionam) são na sua maior parte uma variante torpe entre o celeiro e o curral. Nem espaço, nem asseio, nem arranjo, nem luz, nem ar. Nada torna o estudo tão penoso como a fealdade da aula*» (s.d.: 290).

Guerra Junqueiro [6]haveria de condenar a escola num poema da *Musa em Férias*, intitulado precisamente "Escola Portuguesa":

Isto escolas!... que indecência!
Escolas, essa farsada!
São açougues de inocência,
São talhos d'anjos, mais nada.

Manuel Ferreira Patrício, ao analisar este poema, salienta o facto de que para Junqueiro, a escola, «*é de sua natureza inadequada à infância, porque impede a natural expansão da sua alegria e da sua espontânea liberdade. É uma prisão hedionda.*» (1998: 313), mas vê neste poema não a condenação da escola em geral, mas a da escola portuguesa, mostrando assim o seu desejo de «*uma sociedade com outra escola*» (1998: 315). Em confronto com as ideias da época, parece-me que esta posição pode ser entendida também como a condenação da

[4] Curiosamente, Castilho é também um dos autores ligados aos Açores e, mais concretamente a S. Miguel. Aí viveu entre 1847 e 1850. Foi ainda membro da Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de Ponta Delgada. Antero, em Lisboa, frequentaria o Colégio do Pórtico à Lapa, dirigido pelo seu já conhecido Castilho.

[5] Claro que não era só o ensino primário que estava em crise: todo o ensino estava em crise, até mesmo, e sobretudo, o ensino universitário, como tão bem caricatura Eça na figura do bacharel.

[6] Lembremos que também Guerra Junqueiro esteve ligado aos Açores, dado que foi secretário-geral do governo civil de Angra do Heroísmo.

escola-instituição e a defesa de um outro tipo de ambiente e, conforme veremos adiante, de outros métodos de ensino,

Ora, se o estado da nossa educação institucionalizada era mau, no que respeita à educação feminina era péssimo, como testemunhava, por exemplo, Eça de Queirós, em 1872: «*Os colégios, pelos seus métodos fatigantes, repelem os espíritos das mulheres dos livros e das coisas da ciência» (*s.d. 306).

Mas se bem que a *inteligência* da época se preocupasse com a educação feminina, não a punham em pé de igualdade com a educação masculina. Assim, quando Antero de Quental, aos dezassete anos, no artigo intitulado "Educação das Mulheres", se preocupava com a «necessidade da educação intelectual e, maximamente, moral da mulher» (1982: 113), fá-lo de uma maneira condescendente, já que reconhece que a mulher *«é um ente fraco, desvalido, apaixonado», se bem que «nobre*» (1982:111).

Ora, o seu papel de mãe, de irmã, de esposa, de amante tornam-na na «mestra da nossa educação moral, em todas as fases da nossa vida» (1982: 112). Sintomaticamente, em epígrafe a esse artigo, figura a seguinte frase de Aimé Martin: «*É em vossa alma, jovens esposas, que repousam os destinos do género humano*» (1982: 109). Eça diria: *«A valia de uma geração depende da educação que recebeu das mães» (*s.d.: 293).

Neste assunto estavam então todos de acordo: liberta da formação profissional, o lugar da mulher era em casa, ocupada a ser esposa e mãe, por isso, a sua educação deveria ser feita também aí, e não no colégio, local perigoso para ela, «onde se aprende a disfarçar», como garantia Eça de Queirós (s.d.:308). Assim, as afortunadas que tinham tido direito à instrução obtiveram-na na esfera familiar, visando, primordialmente, o papel que viriam a desempenhar na família.

Precioso testemunho das restrições postas à educação feminina feita em instituições é o texto de Ramalho Ortigão em que ele se insurge contra o costume que, desde 1877, havia de as meninas dos colégios de Lisboa se submeterem a exames no Liceu Nacional, afiançando que estas práticas «comprometem absolutamente os fins da educação, desviam-na do verdadeiro ponto de vista pedagógico, são uma ostentação ridícula, ofendem o bom gosto, desprimoram a delicadeza e a dignidade senhoril, assopram o pedantismo, incham a frivolidade e incapacitam a mulher para a missão a que ela é chamada na família (1992: 123; vol. VIII).

Não admira, pois, que, no final do século, 82% das mulheres permanecesse analfabeta. Ainda em 1892, Carolina de A. Lima, citada por Teresa Joaquim, afirma que *«para se defender na presente época a instrução da plebe feminina, pugnar pelos seus direitos, (…) é preciso afrontar com a crítica de uma ou outra personalidade, que (…) vê na educação do povo e, em particular, na da mulher, um luxo supérfluo, uma banalidade, um erro até prejudicial à nação*.» (1997: 321).

Apesar deste estado depauperado da educação feminina no final do século, o facto de se desejar então que a mulher tivesse uma educação esmerada do ponto de vista moral e sofrível do ponto de vista intelectual marca um avanço em relação aos séculos anteriores, até mesmo em relação a meados do século. Veja-se este texto de Garrett, citado por Teresa Joaquim, em que ele se insurge contra essa abertura:

> «*A educação feminina moderna geralmente se esmera demasiado em prendas e estudos: o nosso século filosófico exagerou-se neste ponto bem como em outros. Com efeito a mulher não foi criada para fazer meia e arrumar baús, como se dizia no tempo dos nossos bisavôs, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro ou a tribuna*» (1997: 284).

Ora, se por um lado se se reconhecia a necessidade dessa educação para formar os filhos e por outro denegria-se as instituições de ensino, a preparação dos professores, os métodos utilizados, logo, os seus préstimos, seria muito difícil que a mulher obtivesse uma educação esmerada no espaço limitado da sua casa.

É o que faz Eça, numa das suas *Farpas*, quando põe em contraste a educação das senhoras inglesas e francesas com as das portuguesas, sobretudo a nível das

suas leituras[7], atribuindo aos colégios a falta de preparação das senhoras portuguesas. Só com grande esforço próprio e da família, é que a mulher portuguesa poderia usufruir de uma educação razoável que a tornasse capaz de educar convenientemente os seus filhos. E poucas foram. O reconhecimento do direito à igualdade na educação só seria uma realidade já o século XX ia adiantado, o que em nada diminui a luta dos autores aqui citados, e de outros, em prol do desenvolvimento da educação da mulher.

Ora, se as instituições de ensino eram más e os métodos aí seguidos não eram minimamente aliciantes, o caminho a seguir, proposto por estes pensadores era, obviamente, a educação maternal.

Seria no aconchego do lar que a educação deveria começar como, aliás, já preconizava Antero: «A educação, no sentir de um grande homem (Aimé Martin), não deve começar nem pelo clero, nem pelo povo, nem pelas escolas, nem pelos mestres, mas pelos mestres e educadores naturais, - pelas mulheres; pelas mães, pelas filhas, pelas amantes, pelas esposas: e esse bem que lhe fizermos – ficai certos – que todo sobre nós, e com usura, reverterá» (1982: 112).

É precisamente devido ao reconhecimento deste papel de "educadoras naturais" que se preconiza que é por sua mão que a educação deve começar. Fora devido à influência de Aimé Martin, mas também de Michelet, que Antero entendia a mulher «como elemento formativo e educador da criança e agenciador da organização doméstica, o fulcro de todo o processo de socialização», como entende Laura Bulger (1993: 71). Anjo do lar, a ela competiria verdadeiramente a transformação da sociedade.

Mas esta convicção é comum a outros escritores. Por isso mesmo, João de Deus dedica-lhes a sua *Cartilha*: «Às mães, que do coração professam a religião da adorável inocência e até por instinto sabem que em cérebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos neste sistema profundamente prático o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional» (1876).

Também Guerra Junqueiro, nas "Duas Palavras" que antecedem os seus *Contos para a Infância*, não esconde que remete a sua obra para as mães: «*É um ramo de florinhas cândidas, que as mães, à noite, deixarão sem temor na cabeceira dos berços*» (!978).

Contudo, os autores que temos vindo a referir defendem que a educação da infância, e dos adultos também, não deveria ficar só pela alfabetização. Para recreação e moralização das crianças e adultos há que dar-lhes a ler livros próprios que, no dizer de Antero, são também «o pão do espírito» (1982: 120). Eça diria num dos *Textos do Distrito de Évora I*, precisamente intitulado "Leitura Modernas" que «*A literatura é a educação das almas. Quando ela robustece, fortifica o povo, dá-lhe grandes e belas ideias, justos e fecundos sentimentos; aparecem grandes carateres, profundas honradezas, amor da justiça, preocupação do trabalho*» (s.d. 309), mostrando o quão se valorizava então a literatura, numa época em que nem a televisão, nem o cinema ocupava ainda os ócios do povo. Aliás, até para os camponeses, Antero, inspirado em Cormenin, propunha, em 1860, a criação de umas Bibliotecas Rurais Ambulantes, equipada com livros de leitura apropriada a este setor da sociedade, constituída por *«pequenos volumes sobre ciências naturais, medicina doméstica, livros de religião, de agricultura, de política geral, de administração, história, geografia e viagens»* (1982: 122).

E para as crianças que espécie de livros lhes eram julgados adequados? Por volta de 1879, escrevia Eça de Queirós, numa das suas cartas enviadas de Inglaterra:

> «*Em geral, nós os portugueses, só começamos a ser idiotas – quando chegamos à idade da razão. Em pequenos, temos todos uma pontinha de génio: e estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou a da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual*» (1928: 59).

[7] Alberto Queirós, na *Revolução de Setembro*, de 13 de Junho de 1871, resumiria esta máxima num texto crítico sobre a conferência do irmão "A Nova Literatura: O Realismo como Nova Expressão de Arte": «tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais», - citado por Beatriz Berrini (2000: 22)

Para dar um exemplo, Eça cita o caso de Inglaterra, onde

«*existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e génios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos. Aqui, apenas o bebé começa a soletrar, possui logo os seus livros especiais: são obras adoráveis, que não têm mais de dez ou doze páginas, intercaladas de estampas, impressas em tipo enorme, e de um raro gosto de edição. Ordinariamente o seu assunto é uma história, em seis ou sete frases, e decerto menos complicada e dramática que O Conde de Monte Cristo ou Nana; mas enfim tem os seus personagens, o seu enredo, a sua moral, e a sua catástrofe*» (1928:56).

Se esta era a leitura recomendada para os mais novinhos, a verdade é que havia também uma leitura para leitores em processo:

«*Depois, quando o bebé chega aos seus oito ou nove anos, proporciona-se-lhe outra literatura (…) vêm então as histórias de viagens, de caçadas, de naufrágios, de destinos fortes, a salutar crónica do triunfo do esforço humano sobre a resistência da natureza.*

Tudo isto é contado numa linguagem simples, pura, clara» (1928:57).

Finalmente para o jovem leitor experiente ou fluente, impõem-se outros temas: «popularização da ciência; descrições dramáticas do universo; estudos cativantes do mundo das plantas, do mar, das aves; viagens e descobertas; a história; e, enfim, em livros de imaginação a vida social apresentada de modo que nem uma realidade muito crua ponha no espírito tenro securas de misantropia, nem uma falsa idealização produza uma sentimentalidade mórbida» (1928: 58).

Eça traça, assim, um verdadeiro programa de leitura para a infância e para a juventude.

Mas, se em Inglaterra existia então uma Literatura infantojuvenil, a verdade é que «*em Portugal nem em tal jamais se ouviu falar» (*1928: 58).

Eça acrescentaria ainda uma nota importante a este programa quando, num artigo denominado "O Francesismo" de 1887, incluído posteriormente nas *Últimas Páginas*, ao referir-se à sua infância em Verdemilho, na casa dos seus avós, ele convocava a figura do criado Mateus trazido do Brasil pelo avô:

«*A minha mais remota recordação é de escutar, nos joelhos de um velho escudeiro preto, grande leitor de literatura de cordel, as histórias que ele contava de Carlos Magno e dos Doze Pares*» (s.d.: 388).

Recordemos que foi também por meio das criadas velhas que Garrett conheceu e amou a literatura oral. Literatura tradicional ou narrativas originais apropriadas constituiriam então, segundo Eça, o corpo de uma biblioteca infantil.

Mas as preocupações pedagógicas do autor de *Os Maias* levam-no mais longe: em 1891 planeara mesmo publicar uma biblioteca escolar, para o que contactara o editor francês Delagrave. Escreve Calvet de Magalhães: «*Das várias conversas que tivera com Delagrave resultara a aceitação por parte deste de se associar com José Maria para lançar em Portugal uma biblioteca escolar e este, exultando, comunicava o facto a Oliveira Martins, oferecendo-lhe uma participação no projeto e contando com a sua influência política para encontrar a "fórmula" que permitisse a aceitação oficial do empreendimento*» (2000: 189-190). O plano não foi para a frente, porque Oliveira Martins não conseguiu remover os obstáculos que o sistema levantava à escolha dos compêndios.

Apesar de todas as suas preocupações, não seria, no entanto Eça a dar forma à necessidade de haver uma literatura para a infância, se bem que não desdenhasse produzi-la em troca de «*Uma boa fazenda, de rendimento certo, numa província rica, com casa mobilada e alguns cavalos na cavalariça, não seria talvez de mais. Se a gratidão do governo imperial quisesse juntar a isto, para alfinetes, um ou dois milhões em ouro, eu não os recusaria. E, se me não quisessem dar nada, bastar-me-ia então que um só bebé se risse e fosse alguns minutos feliz. Pensando bem: - é esta a recompensa que prefiro»* (1928: 61). Não o fez, mas o repto estava lançado.

Quando, em 1883, Antero publica o seu *Tesouro Poético da Infância* é, pois, um precursor da Literatura Infantil no nosso país, a par de Guerra Junqueiro (*Contos para a Infância* – 1877), de Adolfo Coelho (*Contos Nacionais para Crianças* – 1883) e, talvez, o primeiro a perceber o encantamento e a sedução que o texto poético desperta no público infantil, pois, se bem que Adolfo Coelho tenha recolhido no mesmo ano (1883) *Jogos e Rimas Infantis*, estas tinham um caráter essencialmente lúdico, cabendo a este autor o mérito de "descobrir" a utilidade do jogo: «*forma adequada da atividade da criança – atividade sem finalidade consciente*» (1994:138). Não se trata, portanto, verdadeiramente de poesia.

Evidentemente que várias explicações podem ser dadas para o papel pioneiro que Antero teve na literatura para crianças, para além, obviamente, da crença na ideia de que "a arte afeta o progresso da sociedade", que está na base do Realismo e para além da crença na «alta missão que foi sempre a da Poesia em todos os tempos», conforme a "Nota [Final da Odes Modernas]", datada de 1865 (1982:195). Uma delas é o extraordinário sentido de ética que Antero possuía. Evidentemente que para a Geração de 70 a arte é produto de um modo particular de entendimento do mundo moral e é motor de renovação literária[8] , mas em Antero esse sentido ético é profundamente vivido, pois, para ele,

> «*dada a sua nobreza moral, a filosofia não significa apenas a curiosidade do intelecto. A ideia torna-se nele uma condutora de vida, em norma da existência. As abstrações fazem-se sangue, o verbo faz-se carne», como explicaria Junqueiro no seu "Antero de Quental: o drama da sua vida*" (1978: 18-19).

O próprio Antero teve muitas oportunidades de vincar esta sua forma de viver. Assim, por exemplo, em 1889, num artigo sobre "*O Socialismo e a Moral", Antero proclamaria: «moralidade, moralidade e sempre moralidade!» e, mais adiante, evocaria a frase de Proudhon: «o mundo só pela moral será libertado e salvo»* (1982: 441 e 442).

Eça salientou também essa austera linha de ética «porque ela o explica nesses anos de paz e admirável doçura» (1913: 369), nos tempos em que, em Vila do Conde, «*com ele viviam as duas meninas que adotara, "as suas pequenas", que então ensinava e educava»* (1913: 370). Emocionado, Guerra Junqueiro haveria de afirmar que «*Houve em gérmen, em Antero de Quental, um santo, um filósofo e um herói*» (1978: 13) E mais adiante haveria de realçar a sua «*Consciência de justo, cristalina, límpida, inalterável, levando, pelo cumprimento do dever, ao heroísmo e à santidade*» (1978: 17).

Bem podemos dizer, como afirmou Luís de Araújo, que «*da reflexão ética de Antero resulta que o progresso humano se enraíza no aprofundamento da experiência da consciência moral, voz íntima que orienta o aperfeiçoamento pessoal em que se traduz o supremo objetivo do dever»* (1993: 35). De facto, a «*arte, para Antero, só pode ser alcançada através do Bem»,* como constatou Lucette Petit (1993: 242).

Em 1881, pouco antes da publicação do seu *Tesouro*, Antero fixara residência em Vila do Conde, juntamente com as duas filhas do seu amigo Germano Meireles que tinham ficado órfãs, iniciando assim a educação das duas meninas. Para elas terá escrito "As Fadas", composição original sua que figurará na antologia poética. Que Antero não encetou a missão de educar as duas meninas forçado pela amizade que nutria pelo pai delas, é bem claro nas palavras de Eça que não se cansa de referir o gosto que Antero tinha em lidar com crianças:

> «*Era tocante como atraía as crianças. Muitas noites em Santo Ovídio, quando junto do fogão Antero conversava, sentado no meio de um divã, na sua atitude costumada, com as pernas cruzadas, as duas mãos cruzadas sobre o joelho magro, surpreendi pequenos de seis ou sete anos, que, desviando os olhos de algum livro de estampas, o contemplavam maravilhados. Ele possuía, de resto, a subtil ciência de tratar com crianças (…).*

[8] «*Entre nós nenhuma senhora se dá às sérias leituras de ciência. Não da profunda ciência (**o seu cérebro não a suportaria**), mas mesmo dos lados pitorescos da ciência, curiosidades da botânica, história natural dos animais, maravilhas dos mares e dos céus. Isso lembra-lhes a mestra, o dever, a monotonia dos colégios. Depois acham vulgar, insípido. Querem ser impressionadas abaladas – preferem o drama e o romance. As senhoras inglesas e francesas aos serões da família, lê, ou para si, ou em **voz alta** aos irmãos mais pequenos ou aos filhos, livros de história natural, curiosas vidas de animais, viagens*» (s.d. 307, sublinhados meus).

O motivo desta incomparável sedução era a sua bondade, tão luminosa, tão repassada de intelectualidade. Antero nesse tempo, tornado verdadeiramente Santo Antero, irradiava bondade» (1913: 381-2).

Este foi o tempo em que Antero respirava saúde e boa disposição, conforme Eça nos testemunha. Foi aquilo a que Ana Maria Martins chamou «A Década de Ouro de Vila do Conde – 1881-1991» (1993: 165): «*é o tempo das grandes leituras ou releituras e o seu pessimismo ia-se desvanecendo com a vida contemplativa "no meio da natureza"*. Com as filhas adotivas e o sobrinho Jorge, dava grandes passeios pelos campos e praias» (*ibidem*: 167).

Mas poderemos falar ainda de outras caraterísticas do caráter anteriano. Isabel Pires de Lima salientou, na sua alocução de abertura do Colóquio Internacional por ocasião do centenário da sua morte, que: «*Toda a sua vida foi dominada por uma ânsia de perfeição, pela obsessiva perseguição de uma essência inalterável e eterna, pela procura dilacerada de um "farol firme", capaz de o nortear a ele mesmo e à sua geração, face à qual Antero foi, para o bem e para o mal, ele próprio um farol»* (1993: 9). É neste sentido que Forjaz Sampaio o tinha considerado o primeiro dos "poetas revolucionários", juntamente com Guilherme Braga, Guilherme de Azevedo, Gomes Leal, Guerra Junqueiro e outros (s.d.: 195).

O seu exemplo em prol da literatura para crianças seria seguido por outros escritores da sua geração que não desdenharam dedicar-se a um "género" então considerado menor. E fê-lo muito bem, pois, para além da natural preocupação com a educação, para além de ser «um académico revolucionário e racionalista», era «*além da melhor ideia da Academia, o seu melhor verbo»,* como afirmou Eça (1913: 349-50), seu grande admirador.

Todas estas ideias atrás expostas podem ser comprovadas na "Advertência" ao *Tesouro.* Da autoria do próprio autor, é um precioso documento que convém explorar. Aí se faz a distinção entre Literatura Infantil e a "outra", a tal dos "homens sisudos", já que o autor destina esse "livrinho" «exclusivamente à infância» (1983: 5).

Aliás, a designação de "livrinho" dada à obra, aponta para o lugar modesto que a literatura então destinada aos mais novos tinha. Assim a pensava também Eça, na já citada carta, uma vez que a considera própria para a pena das senhoras. Dizia ele: «*Muitas senhoras inteligentes e pobres se poderiam empregar em escrever essas fáceis histórias (…). Há entre nós artistas de lápis fácil e engraçado, que comentariam bem essas aventuras num desenho de simples contorno, sem sombras e sem relevo, lavado a cores transparentes*» (1928: 60).

Se era às mães que cabia o papel de educadoras e de mediadoras da leitura, bem podiam ser elas a escrever, repto que algumas mulheres de então aceitariam: Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Maria Rita Chiappe Cadet († 1885) e, um pouco mais tarde, Ana Castro Osório (1872- 1935), Alice Pestana ou Caïel, de seu nome literário, (1860-1929) e Virgínia Castro e Almeida (1874-1945).

Aliás, esta presença feminina marcaria a literatura para a infância até meados do século XX, constituindo aquilo que ficou conhecido por "escrita maternal", não já, ou não ainda, literatura. Aliás é sintomático o que Forjaz Sampaio diz sobre esta "literatura": «*O conto para crianças é o género literário que em Portugal tem sido – **como é natural** – quase exclusivamente cultivado por escritoras*» (s.d.: 310).

Um pouco mais adiante, na "Advertência" ao *Tesouro*, lê-se:

> «*Destina-se, pois, este **volumezinho** sobretudo à leitura doméstica», logo à mediação maternal como seria de esperar, se bem que, «Talvez não fosse também descabido nas escolas das primeiras letras: mas receio que a simplicidades quase sempre pueril dos assuntos e a tenuidade do estilo pareçam a muitos mestres destoar daquela gravidade pedagógica que, em **seu** entender, é atributo do ensino»*.

Não no entender de Antero, nem no de Froebel, nem no de João de Deus que ele evoca, pois todos eles defendem que «*o tipo de ensino é o maternal, o que segue passo a passo as tendências naturais e acomoda o método e doutrina à condição peculiar do espírito infantil*». E imediatamente a seguir reitera a ideia expressa acima na quadra de Junqueiro: «Para uns entezinhos, em quem tudo é

movimento e imaginação, a escola, se não for jardim, será só prisão, a doutrina, se não for encanto, será só tortura».

São, pois, as mães que «*compreendem por instinto que é pelo caminho florido e suave da imaginação e do sentimento que a infância deve ser encaminhada para o mundo superior da razão*», pois que «*a razão reveste, para o espírito em que tudo é instinto e fantasia, as formas da intuição e da imaginação: essas formas podem, porém, envolver* ***lição moral*** *e até elevados conceitos racionais*». Estão assim traçados os objetivos da literatura infantil: desenvolver a imaginação, veicular princípios. Faltava explicar o porquê da poesia:

> «*Ora é esse justamente o caráter e privilégio da* ***poesia****: tornar, pela idealização sentimental dúctil e plástico o que, nas formas da pura razão, é naturalmente abstrato e acessível só à meditação. A poesia é o ideal percebido instintivamente». A poesia é entendida como o instrumento, por excelência, para desenvolver o sentimento do bem e do belo. Para ser percebida* ***instintivamente*** *pela criança, Antero confessa que teve que recusar o recurso à poesia clássica, optando por recorrer à poesia popular, pois, «O povo é uma grande criança coletiva, é o eterno infante», ou seja «dizer popular é, pois, dizer infantil… É que uns e outros são simples».*
>
> *Não deixa também de mencionar a importância da memória e da afetividade na transmissão oral: «E todos nos recordamos do prazer delicioso com que escutámos, na meninice, os contos maravilhosos ou os romances e cantigas com que alguma criada velha nos sabia encurtar, como por encanto, as horas largas dos serões de inverno*».

A inclusão de composições pertencentes à cultura popular, recuperada desde o Romantismo, justifica-se ainda pelo seu interesse sobretudo estético e pedagógico e atendendo também à sua simplicidade. Por esse motivo, recorreu aos romanceiros e aos cancioneiros populares, mas nem por isso se esqueceu de incluir também a poesia «publicada nos últimos sessenta anos» (Tomás Ribeiro, Castilho, Guilherme Braga, João de Deus, o mais representado, Gonçalves Crespo, Júlio Dinis, Gomes Leal, Bulhão Pato, Guerra Junqueiro, Soares dos Passos, João de Lemos - Eusebiozinho bem podia ter aprendido no *Tesouro*, o poema "A Lua de Londres" que declamou, a pedido da mamã, para o Sr. Vilaça – são os mais conhecidos), não faltando também os poetas brasileiros, o que deu um volume, se não tão rico como se fazem em Inglaterra ou na Alemanha, pelo menos "remediado".

Não resistiu, porém, como ele confessa, à tentação «de suprimir uma ou outra estrofe e de substituir uma ou outra palavra… inadequadas à compreensão infantil». Curiosa é a explicação que dá para a inclusão da ode "Deus" de Alexandre Herculano, uma vez que embora reconhecendo, que «o grandioso e sublime não é certamente para as crianças», também admite que «*há certa sublimidade que elas sentem intuitivamente, embora não cheguem a compreender», reconhecendo assim a capacidade que a criança tem de ser sensível à beleza*.

Depois de afirmar que a Advertência terminara, ainda acrescenta que «*Se as* ***mães*** *de família e os* ***mestres inteligentes*** *acolherem com favor este* ***livrinho****, aplaudir-me-ei por este pequeno serviço prestado à causa da educação»* (1983: Advertência).

Se alguns homens cultivaram então a literatura para crianças, como Antero e Guerra Junqueiro, fizeram-no mais, sobretudo, como compiladores e animados pela convicção de estarem a prestar um serviço à aprendizagem da leitura, ao desenvolvimento da imaginação, à aprendizagem das regras da moral, mas também à recreação do espírito.

Antero projetava ainda escrever mais dois ou três livros para a Infância e Adolescência[9], o que não fez, porque lhe faltou o estímulo, porque lhe faltou a vida. Que Antero tenha sido recompensado com muitos sorrisos de crianças no

[9] Leia-se a comunicação de Maria Emília Traça "Antero e os «Tesouros» para a Infância", especialmente, a pág. 372.
Alberto Queirós, na *Revolução de Setembro*, de 13 de junho de 1871, resumiria esta máxima num texto crítico sobre a conferência do irmão "A Nova Literatura: O Realismo como Nova Expressão de Arte": «tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais», - citado por Beatriz Berrini (2000: 22)

pouco tempo que ainda viveu, já que não consta que o governo de então lhe tenha ficado grato, nem tenha agraciado este papel pioneiro na História da Poesia para a Infância!

Bibliografia:

ARAÚJO, Luís (1993) '*Antero: o Repto da Ética*', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa

BARRETO, Garcia (2002) *Dicionário de Literatura Infantil*, Porto: Campo das Letras

BERRINI, Beatriz (2000) *Eça de Queiroz: Literatura e Arte – uma Antologia*, Lisboa: Relógio de Água

BULGER, Laura Fernanda (1993) '*O Enigma do Feminino nos Textos de Antero*', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa

COELHO, Adolfo (1994) *Jogos e Rimas Infantis* (1883), Porto: Asa

CUNHA, Maria do Rosário (2004) *A Inscrição do Livro e da Leitura na Ficção de Eça de Queirós*, Coimbra: Almedina

DEUS, João (1876) *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, Lisboa: Expresso (ed. fac-similada)

JOAQUIM, Teresa (1997) *Menina e Moça: A Construção Social da Feminilidade*, Lisboa, Fim de Século Ed.

JUNQUEIRO, Guerra (1978) *Contos para a Infância* (1877), Porto: Lello & irmão

JUNQUEIRO, Guerra (1978) *Prosas Dispersas*, Porto: Lello & Irmão

MAGALHÃES, José Calvet (2000), *Eça de Queirós: Vida Privada*, Lisboa: Bizâncio

MARTINS, Ana Maria (1993) '*A Década de Ouro de Vila do Conde – 1881-1991*', *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1998) '*A Libertação do Homem em Junqueiro*' in *Guerra Junqueiro e a Modernidade*, Porto: Lello Editores

PETIT, Lucette (1993) '*A Busca do Bem e a Busca do Belo: Antero e Eça*', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa

QUEIRÓS, Eça (1928) *Cartas de Inglaterra*, Porto: Liv. Chardron, de Lello & Irmão

QUEIRÓS, Eça (1913) *Notas Contemporâneas*, Porto: Lello & Irmão

QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Uma Campanha Alegre* in *Obras Completas*, Lisboa: Resomnia Ed.

QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Textos do Distrito de Évora I*, Lisboa: Resomnia Ed.

QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Últimas Páginas*, Porto: Lello & Irmão

QUENTAL, Antero (1982) *Prosas sociopolíticas*, Lisboa: IN-CM

QUENTAL, Antero (1983) *Tesouro Poético da Infância* (1893), Porto: Lello & Irmão

SAMPAIO, Albino Forjaz de (s.d.) *História da Literatura Portuguesa dos Séculos XIX e XX,* Porto: Liv. Fernando Machado

TRAÇA, Maria Emília (1993) '*Antero e os «Tesouros» para a Infância* ', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa.

4.CARMEN MARIA COMINO, cmcomino@unex.es

PERFIS DA TRADIÇÃO PAREMIOLÓGICA NAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DO QUIXOTE

Após a experiência que representou ter lido as traduções de El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha em português*, este artigo visa analisar, sob um ponto de vista paremiológico, as principais dificuldades que tal leitura me sugeriu.*

Nesta abordagem, a autora pretende fazer uma reflexão sobre a pertinência do estudo da paremiologia tradicional no âmbito da teoria da tradução literária, sobretudo com autores do Século de Ouro *espanhol como Cervantes.*

Aborda vários casos específicos da tradução da imortal obra deste autor em Portugal e no Brasil, interessantes do ponto de vista histórico temporal, e examina as principais particularidades extraídas das traduções desses autores.

O conhecimento paremiológico ad hoc *por parte dos tradutores, antes ou no momento de proceder à tarefa de traduzir esta obra, são também objeto de análise. As caraterísticas contextuais nas quais se inserem os textos objeto de estudo serão descritas como base preliminar para a compreensão caso clarifiquem ou modifiquem as parémias.*

Merece especial destaque o reconhecimento expresso dos provérbios por parte dos tradutores, assim como as suas observações sobre os mesmos e as referências à obra de outros autores.

Desde que, em 1794, veio a lume a primeira tradução portuguesa, anónima, de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha* até ao nosso século, têm-se sucedido várias traduções e edições. As duas últimas[10], de 2005, coincidem com o quarto centenário da publicação da primeira parte desta obra de Cervantes. Neste ensaio não vou entrar no estudo pormenorizado de cada uma delas; servir-

[10] *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha,* tradução e notas de José Bento, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2005; *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha,* tradução e notas de Miguel Serras Pereira, Lisboa, D. Quixote, 2005. Esta última acabou de publicar-se também periodicamente com o *Expresso*, em 10 volumes. As minhas citações da tradução de Serras Pereira procedem destes últimos.

me-ei da tradução de José Bento quando o achar elucidativo para a apresentação dos contextos onde se inserem os provérbios.

O destaque dado aos provérbios na obra cervantina tem sido mencionado, nomeadamente, pelos aqueles estudiosos que se interessaram pelos provérbios portugueses. Assim, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1986: 29) salientava a universalidade que alcançaram os provérbios, dada a sua frequência na boca de personagens que se tornaram quase protótipos:

Os provérbios espanhóis que alguns representantes geniais do respetivo espírito nacional, tais como o cavaleiro engenhoso, o seu escudeiro e a velha Celestina, tornaram famosos no mundo inteiro...[11]

As obras antigas de compilação dos provérbios portugueses datam do século XVII. Anteriormente, já Fernán Núñez tinha incluído alguns provérbios portugueses nos seus *Refranes,* publicados em 1555 em Salamanca (ex.:"*A aden, molher, e cabra, he ma cousa sendo magra*"; "*A carga bem se leva, ò sobrenal causa a queda*"; "*Achò o cego hum dinheiro*"). Da autoria de Frei Aleixo de Santo António é a *Filosofia Moral tirada de alguns provérbios,* 1640; de António Delicado, *Adágios Portugueses,* 1651, de Bento Pereira, *Florilégios,* 1655.

Os dicionários de Agostinho Barbosa, *Dictionarium Lusitanico-latinum*, 1611 e de Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino,* 1712-1728, apresentam provérbios e expressões sentenciosas em grande número. Próximos da data da primeira tradução do *D. Quixote,* estão os *Adágios* de Francisco Rolland, 1780, ricos de conteúdo, ordenados por assuntos, que encontraram alguma divulgação.

Muito de quanto alguns autores (Sbarbi, 1874-1878) consideraram não serem mais do que criações espanholas, é comum às duas nações irmãs, sobretudo no que, quanto à forma e ao conteúdo, se revela arcaico. Para Carolina Michaëlis, naqueles casos em que a rima e a assonância aparecem na forma castelhana e não na portuguesa, é que se mostra que a versão castelhana é a mais primitiva. Por ex. "*A quem mal vive, o medo lhe segue" (= sigue).- "Alegria certa, candeia morta (= cierta, muerta).* No entanto, «muitas vezes basta, contudo, retroceder até ao português arcaico para se restabelecer a rima. É o caso por ex. de: *"A coelho ido, conselho vindo" = "A coẽlho ido, conselho vẽido"»* (Michaëlis, 1986: 35)[12].

O uso dos provérbios e anexins populares na literatura faz-nos recuar à época do classicismo português. Um homem da corte, Jorge Ferreira de Vasconcelos, escreveu dramas carregados de sentenças segundo o modelo da *Celestina.* Passemos a considerar a seguir como têm sido tratadas algumas parémias espanholas que oferecem certa dificuldade, alguma surpresa ou perdem conotações nas traduções portuguesas do *Quixote.* Atendendo à intenção expressa de um dos últimos tradutores, compreendemos por que é que faz o seu trabalho de traduzir em linhas gerais (José Bento, 2005: 12):

> *Quanto à minha tradução [...] fi-la sobretudo para melhor poder saborear esta obra querida, não no seu original, mas em algo que também é meu*.

Palavras reveladoras não só do espírito que guia a tradução do *Quixote* de José Bento, mas também da maneira em que a introduz no seu mundo de (re)criação. É bom lembrar as palavras de Octávio Paz (1990: 23) "*traducción y creación son operaciones gemelas*". Nem por isso José Bento deixa de manifestar o seu interesse por ser fiel ao texto original ("*Pretendi servir o livro traduzido, cingindo-me muito à sua letra, que cifra o seu espírito, o que não foi fácil nem isento de dúvidas e de receios*") nem de prestar particular atenção a determinados elementos que condizem com o mesmo espírito: "... *concedi a atenção para mim possível a muitos* ***provérbios****, procurando situar muitos deles por os considerar um elemento importante do saber do tempo, reveladores da mentalidade de quem os cita, mesmo quando o faz para os parodiar, como acontece por vezes com Sancho [...], não esquecendo que muitos desses dizeres faziam parte do património da língua que o escritor aproveita nos seus variados*

[11] Carolina Michaëlis de Vasconcelos, "Mil provérbios portugueses", em *Revista Lusitana (Nova Série),* 7 (1986), pp. 29-71. Este artigo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos apareceu publicado primeiramente no volume em honra do Prof. Doutor A. Tobler (*Festschrift zun siebzigsten geburtstage Adolf Tobler's*) organizado pela Sociedade Berlinense para o Estudo das Línguas Modernas (Braunschweig, 1905, pp. 13-48). A tradução deste artigo, de alemão para português, foi feito por Maria da Assunção Pinto Correia.

[12] Carolina Michaëlis de Vasconcelos "Mil provérbios portugueses", *op. cit*., p. 35, nota 21.

recursos[13]" (Bento, 2005: 12). A única condição que estabelece Ciça Pinto – servindo-se da recomendação do capítulo XXVI do *Quixote* – para o uso dos provérbios é ter habilidade para sua colocação na conversa (Pinto, 2001: 11).

Não sendo José Bento o único tradutor que comenta os provérbios do *Quixote*, é sim o único que mostra – na "Nota" inicial da tradução – a sua especial atenção e cuidado para com estes elementos. Assim, por exemplo, quando Sancho, com uma visão fatalista – a que traz a desgraça (Amando de Miguel: 2000, 74), se mostra arrependido da sua ambição de querer ser governador, expressa o provérbio ***por su mal le nacieron alas a la hormiga*** (II, 33, 906.14, S.[14]).

José Bento que traduz "para seu mal nasceram asas à formiga" indica, em nota de rodapé, que se trata de uma alusão ao provérbio recolhido por Hernán Nuñez: *"De grande subida, grande queda: para seu mal nascem asas à formiga"*, e que existe em português. O que não explica, apesar de ser um provérbio um pouco críptico, é o porquê do seu significado – como o faz noutros casos. Tem de se contemplar que o que parece benefício pode conduzir à perdição, pois as asas que nascem às formigas ou são de limitada duração por natureza ou terminam os seus dias no ventre dalguns animais; quando as formigas voam são presa mais fácil dos pássaros. Por isso, o facto de começar a estrutura em espanhol "por su mal" e em português "para seu mal" podem ser equivalentes se ambas tiverem um sentido de finalidade, de fatalidade, embora o primeiro pareça causal à primeira vista.

Compreende-se isto se atentarmos nas palavras de Sancho no diálogo com a duquesa que precedem o provérbio: "*Y si vuestra altanería no quisiese que se me dé el prometido gobierno, de menos me hizo Dios, y podría ser que el no dármelo redundase en pro de mi conciencia, que, manguera tonto, se me entiende aquel refrán de «por su mal le nacieron alas a la hormiga», y aun podría ser que se fuese más aína Sancho escudero al cielo que no Sancho gobernador*". Na tradução de José Bento (2005: 692):

> *"E assim, se vossa altanaria não quiser que se me dê o prometido governo, antes Deus fez-me de menos, e talvez não me dar mais acabasse por ser benefício para minha consciência; que embora eu seja pateta, entendo aquele provérbio que diz «para seu mal nasceram asas à formiga»"*.

Este aspeto negativo é o que não se deduz do acrescentado a este provérbio por Luís da Câmara Cascudo (1952, 26) no Prefácio da tradução brasileira do *Dom Quixote de la Mancha,* realizada por Almir de Andrade (Primeira Parte) e Mílton Amado (Segunda Parte), em 1952: "A formiga quando quer se perder cria asas". É nesse mesmo sentido que Mílton Amado o traduz?: *"para perder-se a formiga criou asas"* (Andrade, 1952: IV, 1355[15]). Ora bem, a perda não é a vontade que a formiga tem de fugir, como se poderia deduzir no tratamento do provérbio que fazem estes autores, mas uma consequência negativa da altanaria, seria a sua "perdição".

O provérbio estava presente na coletânea do português Francisco Rolland, – *Dá Deos azas á formiga, para que se perca mais asinha* (Rolland, 1780: 56) – e nos *Ditados tópicos de Portugal Coligidos da Tradição Oral* (Leite de Vasconcelos, 1882). Existe com outras variantes semelhantes ao que analisávamos anteriormente, no *Vocabulário* de Correas (2000: 656[16]), "*Por su mal y ruina nacen alas a la hormiga" e "Da Dios alas a la hormiga, para que se pierda más aína"* (Correas, 2000, 215), que poderiam ser a base para o uso de uma ou outra preposição (*por / para*). Esta última variante é a mais conhecida e a que se encontra na tradução de Benalcanfor, de Carcomo e, mais tarde, na de Ribeiro: "*Dá Deus asas à formiga para que se perca mais asinha*" (Benalcanfor, 1877[17]: II, 249); (Carcomo, 1888: II, 239); (Ribeiro, 1954: II, 155). Serviria até para introduzir as palavras de Sancho, "*podría ser que se fuese más aína Sancho escudero al cielo que no Sancho gobernador*", que retomam o contraste metafórico entre a subida ao céu e a queda; entre o ser escudeiro e governador para o bem da sua alma.

[13] José Bento na "Nota" inicial da sua tradução de *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* p. 12. O sublinhado é meu (em todos os casos).

[14] Indico no original espanhol a parte do *Quijote* em números romanos e, a seguir, o capítulo, a página e a linha em números arábicos, conforme a edição dirigida por F. Rico, Crítica, 1999. Os nomes dos personagens estão abreviados quando são dom Quixote ou Sancho.

[15] Nas traduções com vários volumes, indico-os em números romanos; nas que têm vários tradutores, indico o nome de quem a começou.

[16] Esta recolha foi realizada por Gonzalo de Correas em 1627. Utilizo nesta citação e nas seguintes a edição de Castalia, 2000, que atualiza a ortografia.

[17] Embora algumas traduções fossem impressas ao longo de vários anos (Benalcanfor, 1877-1878), por economia indico só o ano em que começou a ser publicada.

O uso, alusão ou evocação dos provérbios e frases proverbiais apresenta-se às vezes no *Quixote* de maneira inacabada ou até contrária daquilo que seria lícito esperar.

Hoje em dia já poucos duvidarão da importância de que se revestem na obra de Cervantes aspetos como a "dilogia", a ambiguidade e o jogo verbal em geral. Merece atenção particular como é proferido por Teresa Pança, que se quer opor à vontade ou capricho do marido, o provérbio repetido noutros contextos na forma habitual, "*allá van leyes do quieren reyes*" (II, 37, p. 936.22, doña Rodríguez), ou enunciando a primeira parte e dando por sabida a que resta, "*allá van leyes, etc*., y no digo más" (I, p. 45, p. 524.5-6, sobrebarbero).

Teresa dirige uma piscadela de olhos ao leitor alterando o provérbio para "***Allá van reyes do quieren leyes***" (II, 55, p. 667.25-26, Teresa Panza) e isso talvez não seja um erro inocente. Na tradução do visconde de Castilho[18] já era respeitada esta nova forma com que se modifica o provérbio primitivo, "*lá vão reis aonde querem leis*" (Castilho, 1876: II, 39).

Daniel Augusto Gonçalves também traduz deste modo, "*lá vão reis onde querem leis*" (Gonçalves, 1978: I, 401) e acrescenta, em nota, que a forma "correta do rifão" (assim a define) é *"lá vão as leis onde querem reis"*. Não acontece igual na maioria dos tradutores que, como José Bento, – "*mais mandam os reis do que as leis" (Bento*, 2005: 503) – não reparam ou ignoram esta mudança.

Também em nota, explica Bento que se trata de uma alusão ao provérbio "*Lá vão as leis onde querem os reis*", recolhido pelo marquês de Santilhana, que significa que as leis vão até onde os poderosos desejam, manobrando-as à sua vontade. Não se incide, pois, neste equívoco, nesse jogo de palavras de Teresa.

Outra inversão irónico festiva é a que Sancho faz a propósito do provérbio, *Quem bem está, e mal escolhe, por mal, que lhe venha, não se anoje* (Rolland, 1870: 21), coligido também pelo marquês de Santilhana[19] (1508: 140), "*Quien bien tiene y mal escoge / por mal que le venga no se enoje". No tiene razon de se enojar / quien dexo el bien y escogio el mal*". Sancho transforma-o de maneira a poder jogar com os vocábulos homófonos *venga*, procedente do verbo *vengar(se)* – presente do indicativo – (port. "vingar(-se)") e *venga*, do verbo *venir* – presente do conjuntivo – (port. "vir"): *"**quien bien tiene y mal escoge, por bien que se enoja no se venga***" (I, 31, p. 362.28-29, S.). Sancho animara a dom Quixote para casar com a princesa Micomiconia, avisando-o de que se ele o não fizer, fá-lo-á o licenciado e que, por muito que se lamente mais tarde, não poderá vingar-se disto. É relevante sublinhar estes jogos verbais que se fazem com os provérbios porque, como no caso dos personagens do *Quixote*, não são nada estranhos na língua castelhana do dia-a-dia.

Por isso, optar pela não introdução do provérbio tradicional na sua forma habitual sem mais comentário, como acontece na tradução anónima (1794: II, 200), na de Castilho (1876: I, 295), Benalcandor (1877: I, 328), ou na de Ribeiro (1954: I, 164) –"*quem bem está, e mal escolhe, por mal que lhe venha não se enoje"* ou com similar variante na de Carcomo, "*quem bem tem e mal escolhe, por mal que lhe venha não se anoje*" (Carcomo, 1888: I, 372) –, não é realmente manter este jogo linguístico nem dar conta dele. O mesmo se passa com a paráfrase que fazem tanto Almir de Andrade, "*quem bem está e mal escolhe, não se queixe do mal que lhe suceder*" (1952: II, 584), como Eugénio Amado *"quem pode ter o bem, e vai o mal escolher, não venha lamentar o bem que deixou de ter"* (1985: I, 295) e Miguel Pereira *"quem bem tem e mal escolhe não se queixe do bem que lhe foge"* (2005: 122).

José Bento é o único que explica a alteração do provérbio (registado na coletânea do marquês de Santilhana) e faz uma tradução acorde com estes novos elementos, conseguindo uma nova expressão também rimada: "*quem tem bem e mal escolhe, por bem que se zangue vingança não colhe*" (Bento, 2005: 281).

[18] Esta tradução começada pelo visconde de Castilho em 1876, foi continuada pelo visconde de Azevedo e terminada, em 1878, por Pinheiro Chagas. Também para abreviar escreverei sempre o nome de quem a começou, Castilho, e o ano da primeira publicação.

[19] Sobre *Los refranes que recopilo Iñigo Lopez de Mendoça por mãndado del Rey don Juã. Agora nueuamente glosados. En este año de mil e d.e xl.i*, citaremos pela edição de 1876, incluída em *El Refranero General Español*, op. cit., de Sbarbi, pp. 69-152. Existe outra edição posterior com introdução e notas de Mª Josefa Canellada (1980), *Refranero del Marqués de Santillana*, Madrid: Ediciones Magisterio Español.

José Bento, que – como acabámos de ver – menciona em muitos casos a coletânea atribuída ao marquês de Santilhana ou o *Vocabulário* do salmantino Correas – coevo do *Quixote* - como referentes para descobrir os provérbios cervantinos, não parece que os tenha consultado diretamente na sua totalidade, mas através das obras doutros autores. Efetivamente, nas páginas prévias à sua tradução, indica que "para o conhecimento dos provérbios foram-me úteis […] sobretudo o *Refranero clásico español y otros dichos populares de Felipe* C. R. Maldonado (Taurus Ediciones, Madrid, 9ª reimpressão, 1987), que seleciona as coletâneas do marquês de Santilhana […], de Pedro Vallés […], de Hernán Núñez […] e de Gonzalo Correas".

Por isso, talvez não deva estranhar que o *provérbio* ***¡jo que te estrego, burra de mi suegro!*** (II, 10, p. 707.13, aldeana), não seja reconhecido por José Bento como tal, pois não está recolhido neste *Refranero*. Embora não seja dos mais conhecidos, encontra-se já na *Calestina "Jo, que te estrego, asna coja"* (I, 92), em Santilhana, no *Vocabulário* (Correas, 2000: 405).

Empregar-se-á de modo figurativo com o sentido de '*não me convencem as palavras bonitas*!'; é um provérbio usado também, quase sempre ironicamente (em cast. *jo* `so´, voz para deter às cavalariças; *estregar*, referido a animais, `esfregá-los, escovar a capa para a limpar') para quem, lisonjeando (em port. "escovar" em sentido figurado) a alguém que não o merece ou que não é da sua simpatia, pretendem dissimuladamente tirar algum proveito.

Podemos ler as frases de Sancho que provocam esta reação da aldeã: " – Oh *princesa y señora universal del Toboso! ¿Cómo vuestro magnánimo corazón no se enternece viendo arrodillado ante vuestra sublimada presencia a la columna y sustento de la andante caballería?*

Oyendo lo cual otra de las dos, dijo:

– Mas ¡jo, que te estrego, burra de mi suegro! ¡Mirad con qué se vienen los señoritos ahora a hacer burla de las aldeanas, como si aquí no supiésemos echar pullas como ellos!"

Continuando com a tradução de José Bento (2005: 535),

— Oh princesa e senhora universal do Toboso! Como o vosso magnânimo coração não se enternece ao ver ajoelhado diante da vossa altíssima presença a coluna e sustento da cavalaria andante?

Ouvindo isto, uma das outras duas disse:

— Mas, *oh, malditas palavras de um animal tão feio!* [e continua]. Olhai este palavreado dos doutores da mula ruça, a fazer pouco das aldeãs, como se aqui não soubéssemos dizer piadas como eles!"

Observamos que, pelo contexto, o sentido está próximo do indicado acima, pois salienta a descrença, desconfiança ou não convencimento em relação às palavras ouvidas pela aldeã. O que não fica claro é se erroneamente as atribui ao "animal tão feio" como se fosse um atributo de Sancho. Ao não perceber que se trata de um provérbio com sentido figurado na sua totalidade, José Bento quer fazer uma tradução mais literal do segundo elemento, de "*burra de mi suegro*" para "animal tão feio". Não me parece o mais acertado, pois o tradutor deveria escolher ou a versão literal de um provérbio que se desconhece na língua de chegada, introduzindo-o, ou parafraseá-lo completamente.

A primeira opção é a mais geral no resto dos tradutores anteriores, como por exemplo parece ser a que faz Castilho: "¡Chó, que te estrafego, burro do meu sogro!" (Castilho, 1876: II, 69). Ora bem, "estregar" esp. (do lat. vulgar "stricāre") e "estrafegar" port. (Houaiss: sufocar, esganar, estrangular) têm semelhança sonora, mas não semântica. A tradução de Benalcanfor, com "alimpar" (m.q. "limpar"), sim apresenta um significado que corresponde ao original espanhol: "Xó! Eu te alimpo, burra do meu sogro!" (Benalcanfor, 1877 II, 66). Aquilino Ribeiro na sua original "versão" do *Quixote* – assim a chama ele próprio – parafraseia completamente a expressão substituindo-a da seguinte maneira: "Que está o tinhoso a alanzoar?" (Aquilino, 1954: II, 53). Novamente o que não sabemos é se atribui as palavras ao "animal tinhoso", como atributo de Sancho, ou constrói uma nova expressão com sentido figurado. Prefiro pensar que é o segundo caso.

Outro provérbio ao qual se alude no *Quixote* – também não reconhecido como tal por Bento e presente no *Vocabulário* – seria "*A quien nada tiene, el Rey le hace franco"* (Correas, 2000: 34). É aproveitado por Sancho, "***el rey me hacía franco"*** (I, 23, p. 256.13, S.), num contexto em que o duplo sentido da palavra "franco" se

configura como uma estratégia utilizada por Cervantes para articular o seu ponto de vista literário. No caso de haver litígio Sancho ficaria isento de fiança por ser pobre; mas cria-se uma piada porque *franco* significa também 'sincero'. De facto, já não enganaria ninguém se dissesse que não tinha o dinheiro. Vejamos este contexto em que o cavaleiro da Triste Figura resolveu procurar o possível dono do saco e da mala encontrada por eles e Sancho o tenta dissuadir com as seguintes palavras:

– *Harto mejor sería no buscarle, porque si le hallamos y acaso fuese el dueño del dinero, claro está que lo tengo de restituir, y, así, fuera mejor, sin hacer esta inútil diligencia, poseerlo yo con buena fe, hasta que por otra vía menos curiosa y diligente pareciera su verdadero señor, y quizá fuera a tiempo que lo hubiera gastado, y entonces el rey me hacía franco.*

Na tradução de Bento, "e talvez fosse numa altura em que eu já o tivesse gasto e então *eu ficaria livre de ter de devolvê-lo*" (Bento, 2005: 196), como na maioria das traduções, não se atende a esta ironia, ao jogo verbal de Cervantes. Assim, na primeira tradução de Portugal, lemos: "*fiquei desobrigado pelo rei*" (anónima, 1794: II, 14); em Benalcanfor (1877: I, 234), "*o rei me desobrigaria*", e na tradução de Castilho até se pode confundir o sentido da frase, porque o rei não aparece claramente como agente que exerce a sua função, mas como alguém sobre quem se produz a perda, "*onde não há, El-rei o perde*" (Castilho, 1876: I, 162).

Certo é que o que realmente faz é usar um provérbio português mais ou menos equivalente (Chaves, 1928: 188). Gonçalves – não sabemos se será monárquico ou não – faz recair a força legal não na figura do rei, mas nas leis: "*ficando* nesse caso *por lei desobrigado*" (Gonçalves, 1978: I, 149). Apenas por falta de provas, longe da pobreza, desaparece de todo a obrigação de restituir o que não é próprio quando, na tradução de Albertina de Sousa, lemos: "*e então não havendo prova, fico ilibado*" (Sousa, 1991: I, 181).

O sentido original de não ter nada aprecia-se também nas traduções brasileiras de Almir de Andrade (1952: II, 433), "*onde não há nem o rei pode*", e de Eugénio Amado (1982: I, 206), *o próprio Rei me desobrigaria da devolução*", mas continuam sem perceber o jogo linguístico do vocábulo "franco". No que diz respeito à tradução de Serras Pereira (2005, III, 24), constatamos que ele opta por fazê-la literal, "*e então o rei me faria franco*", e explica, em nota, «o sentido de "franco" [como] próximo do que assume em "feira franca"», sem excluir a evocação dos «reenvios para termos como "sincero", "generoso"».

Um pouco mais para frente, Sancho afirma, mentindo descaradamente, que não se apropriou da mala para não ter complicações. Disse-o com um expressivo, sonoro e vibrante provérbio: **no quiero perro con cencerro** (I, 23, p. 257.15, S.). É outra máxima cautelosa, a de não querer embaraços, embora seja mentindo. Os espertos aldrabões não gostam da publicidade. Como se verá, estamos muito longe da pretensa simplicidade que se costuma atribuir a Sancho Pança. Aqui o seu espírito é o de uma pessoa calculadora.

A maioria dos provérbios era bimembres, ou até plurimembres, na origem. Em muitos casos, com o passe do tempo vão-se desprendendo de alguns dos seus elementos, chegando a ser mesmo desconhecidos para o utente atual (Casares, 1969: 192). É o que acontece, por exemplo, com este provérbio recém-mencionado que era na origem bimembre "*Não quero gato con pollos, ni perro con cencerro*" (Correas, 2000, 586).

Encontramos talvez consciência destes dois membros encontramos na tradução de Castilho: "*não quero rabos-de-palha, nem cão com guiso*" (Castilho, 1876: I, 163). Em Benalcanfor continua este provérbio, mas já aparece desprendido do segundo membro, "*não quero rabos-de-palha*" (Benalcanfor, 1877: I, 235). Carcomo substitui-o por outro com uma semelhança de significado que não é fácil de deduzir à primeira vista: "*– É o mesmo que eu digo, atalhou Sancho; porque também as encontrei, mas passei por elas como cão por vinha vindimada. Lá as deixei, e lá ficaram como estavam*, porque *fama sem proveito faz mal ao peito*" (Carcomo, 1888: I, 242).

Compreende-se que não quer má fama inutilmente, mas ficamos sem saber se é este o único motivo para não se apoderar da mala e se Sancho fica sem nada. Também não retoma o vocábulo "cão", como o faz este, e a rima é menos simbólica, pois como salienta García Yebra (1997: I, 285-286), o *erre* vibrante pode ser escolhido como representante do "simbolismo fónico", neste caso seria do barulho, daquilo que não passa desapercebido. Reconhecido e explicado o provérbio por José Bento, quem diz que "significa que não se devem querer coisas

que trazem dificuldades", decide-se pela tradução literal, *"não quero cão com chocalho"* (Bento, 2005: 197). Mais distante quanto ao léxico empregado e à subtileza temática resulta a versão de Serras Pereira: "*não quero por atalhos meter-me em trabalhos"* (Pereira, 2005: III, 26). Conscientes da rima entre os dois elementos da frase, quase todos os tradutores a procuram.

Os provérbios costumam adotar a forma de conselhos ou prevenções. Supõe-se que são dados a uma pessoa inexperiente por outra que já viveu muito. Tem de ser feito um grande esforço para tirar uma conclusão geral de acontecimentos parciais ou factos individuais. Como lembrava dom Quixote, ***Una golondrina sola no hace verano*** *(I, 13, p. 141.4, D. Q.).*

Mais um caso de dissipação de um dos membros do provérbio original rimado, que consta na coletânea de Correas como "*Una golondrina no hace verano, ni una sola virtud bienaventurado*" (Correas, 2000: 800) e que é compilado já nos *Adágios, Provérbios, Rifaõs e Anexins da Língua Portuguesa* de Rolland com a ausência do segundo membro, "*Huma andorinha naõ faz verão"* (Rolland, 1780: 11).

No texto do *Quixote* aparece igualmente com este membro e emprega-se para indicar que um facto isolado não serve de base para fazer uma afirmação de caráter geral. Apenas um é pouco e são necessários vários para emitir um juízo definitivo. De igual maneira é traduzido com esta forma unimembre nas traduções em português, tendo em conta também o elemento modificador intensificativo "sola" ("uma andorinha só não faz verão") e que coincide como a variante compilada no *Rifoneiro Português* (Chaves, 1928: 272).

É evidente que não existem andorinhas sozinhas e que não chegam no inverno. Aparentemente, o que não se mantém em todas as traduções é o vocábulo "verão", que em autores como Castilho, Ribeiro, Gonçalves e Bento é substituído por "primavera". Mas, se formos ao significado etimológico de verão, do lat. vulgar *veranum tempus* 'tempo primaveril', que em castelhano clássico se chamou "verano", e de primavera, do lat. vulgar *prima vera* << lat. *primo vere*, 'ao princípio da primavera', observaremos que os dois termos se usavam para referir a época anterior ao estio, do lat. aestivum < aestas, 'verão'.

É um exemplo de como os provérbios costumam conservar uma versão arcaica que os torna duplamente atrativos. Para a sociedade tradicional contava muito a experiência dos anciãos. Tanto mudaram os vocábulos quanto os tempos são outros, verificando-se, conforme Muir (1992:107) sugeriu, que "*all translation of past literature is by its very nature an apparent turning away from present realities to a world of the past"*; neste caso não seriam as realidades presentes diferentes das passadas, mas sim a maneira de as considerar e mencionar.

O provérbio que aparece na coletânea de Correas "*La ocasión, asilla por el copete, o por el guedejón"*, onde se explica que os antigos pintaram à ocasião os pés com asas, e, posta sobre uma roda e com uma faca na mão, o corte para diante como cortando por onde voa: tudo denota a sua rapidez; e com todo o cabelo da meia cabeça deitada sobre a fronte, e a outra meia de atrás rasa, dando a entender que ao momento que chega se há de apanhar pela sua guedelha, porque em passando a ocasião, não há maneira de prendê-la (Correias, 437[20]).

Ainda que pareça de tradução muito fácil na alusão que se faz no *Quixote, "**No [...] se deje pasar la ocasión, que ahora con tanta comodidad ofrece sus guedejas**"* (I, 25, p. 275.15-16, D.Q.), é interessante comprovar como, ao referir a "ocasión" utilizando outro termo, existe uma não-correlação com esta imagem tradicional na qual se reflete e, portanto, diminui a sua visualização. Isto é o que acontece na tradução de José Bento (2005: 211), "*não há motivo para se deixar fugir a **fortuna** que agora com tanta facilidade consente que eu a agarre pelos cabelos".* Será que visualizamos a "fortuna" personalizando-a com os atributos próprios da "ocasião"? Duvido muito.

Benalcanfor mostra-se mais consequente com a mudança de termos dado que, ao falar em "ensejo", não lhe põe, não lhe atribui cabelos, "*convém não esperdiçar o ensejo, que tão favorável agora se me offerece"* (Benalcanfor, 1877: I, 251) e igualmente faz A. Ribeiro, "*não devo perder a magnífica oportunidade que se me oferece"* (Aquilino, 1954: 119), embora não se reconheça o provérbio.

[20] Nas explicações ou definições dadas por autores espanhóis, a tradução para português é da minha autoria.

Perante alguns provérbios inexistentes em português, possível se torna procurar o mais equivalente nesta língua. É o caso de **buenas son mangas después de Pascua** (I, 31, p. 360.31, D. Q.), que quer dizer que bom, ou útil, é bom embora chegue mais tarde do que se espera; *manga* equivalia no espanhol da época a `aguinaldo, propina, prenda´, que seria em port. 'consoada, gorjeta, prenda' como o italiano *mancia*. O mais que conseguimos descobrir através da paremiologia portuguesa é o provérbio que se encontra na coletânea de Rolland, *O que não se fez em dia de Santa Luzia, faz-se em outro dia* (1780: 43), de Chaves (1928:30) e que, com variante similar, é utilizado por Castilho: "mas *o que se não faz em dia de Sancta Maria, far-se-ha n´outro dia*" *(Castilho*, 876: I, 234), Ribeiro (1954: 163) e por Gonçalves (1978: I, 217).

Talvez fosse melhor se tivessem acrescentado ao provérbio português "e tudo se conseguirá". Benalcanfor e Carcomo substituem-no por outra frase popular mais breve, cujo sentido tem igualmente uma marca de temporalidade prolongada, mas que também não faz referência ao facto de esperar alguma dádiva: *"até ao lavar dos cestos é vindima"* (Benalcanfor, 1877: I, 327) e "*até ver não é tarde*" (Carcomo, 1988: 370). Na tradução de Almir de Andrade, indo mais além da permanência da qualidade do que se espera, surpreende a certeza com que afirma "*o que é bom **sempre** chega*" (1952: II, 582).

Na outra tradução brasileira mantém-se a ideia de ficar à espera, mas as palavras de dom Quixote aparecem, não como uma predição, mas como uma recomendação para se ter paciência: "*dá tempo ao tempo, deixa estar"* (Amado, 1985: I, 294). Adverte muito bem José Bento que é um provérbio recolhido pelo marquês de Santilhana e explica o seu significado. Opta por procurar um equivalente apenas para a palavra de mais difícil compreensão, "mangas" passa a "prendas" e, para o resto, faz a tradução literal, "*boas são as prendas depois de Páscoa"* (2005: 279), que é o mesmo que tinha feito Rodrigues (1967: II, 18). Finalmente, Pereira substitui-o por outra expressão que também existe em castelhano, "*melhor é tarde que nunca"* (Pereira, 2005: III, 121).

Em quase todos os casos a explicação da equivalência de tradução se cumpre por estar inserido o provérbio num contexto que facilita a compreensão, e começar pela adversativa, "mas". Vamos explicá-lo e reproduzi-lo seguindo a tradução de José Bento. Dom Quixote e Sancho estão a falar sobre a suposta visita que este fez à formosa Dulcineia, dama por quem dom Quixote oferece todas as suas façanhas. Depois de dom Quixote perguntar que joia foi a que lhe deu à despedida e Sancho lhe responder que nenhuma, tenta consolá-lo dizendo-lhe: "... e se não te deu uma joia de ouro, sem dúvida deve ter sido porque não a tinha ali à mão para ta dar; mas "*boas são as prendas depois de Páscoa*: vou estar com ele e tudo se arranjará" (Bento, 2005: 279).

Também com o sentido de "tudo se arranjará", "tudo será melhor" é que se pode empregar a frase proverbial "**Amanecerá Dios y medraremos**". Usa-se tanto para diferir para outro dia a execução de uma coisa, como para indicar que o tempo pode mudar favoravelmente as coisas. Repete-se, com as mesmas palavras, em três momentos no *Quixote,* e ainda mais uma com outra variante "Amanecerá Dios y verémonos". A primeira vez está em boca de Doroteia que ouvia (à noite) a dona Clara contar o seu problema amoroso. Tinha-lhe recomendado que descansasse e confiasse na ajuda de Deus. Desassossegada dona Clara e não conseguindo ela deixar de se rir, insistia: " – *Reposemos, señora, lo poco que creo que queda de la noche, y amanecerá Dios y medraremos, o mal me andarán las manos*" (I, 43, p. 505. 14-15, Dorotea). Esta recomendação e esperança estão recolhidas em todas as traduções, desde a primeira, "*em amanhecendo ho dia, Deos nos ajudará*" (anónima, 1794: III,147). Bento, constatando que se imiscui Doroteia, faz a sua "*amanhã Deus **e eu** tudo arranjaremos*" (Bento, 2005: 389).

A segunda aparição da frase tem um contexto muito diferente. Usa-o o escudeiro do Bosque para rematar uma discussão con Sancho (II, 14, p. 140. 4-5). Talvez pelo tom agressivo em que se desenvolve, na tradução anónima apela-se a Deus para resolver, dá-se mais importância à sua decisão "*á manhã tambem he dia, e Deos fará o que lhe aprouver"* (1794: IV, 170); na de Castilho e na Ribeiro, simplesmente, continua-se a conversa no dia seguinte, "*em amanhecendo fallaremos*" (1876: II, 65), *"deixai amanhecer e falaremos*" (1954: II, 69) e em Bento marca-se um predomínio do escudeiro do Bosque na resolução: "*A ver vamos e será como digo*" (2005: 558).

O terceiro uso desta frase proverbial pode ser considerado como "neutro". Após um incidente com uns porcos, Sancho só deseja dormir o pouco que resta da noite e repete quase as mesmas palavras introdutórias de Doroteia: "... y

durmanos lo poco que queda de la noche, y *amanecerá Dios, y medraremos*" (II, 68, p. 1181.22). Recomendação também recolhida em todas as traduções, desde a primeira, *"ámanhã he dia, e veremos o que se ha de fazer" (*1794: VI, 252). Bento, não sei se por estar perto do fim da obra, não imiscui mais ninguém e aplica o seu "*amanhecerá Deus e tudo se arranjará*" (2005: 907).

Neste sentido são aceitáveis quase todas as traduções, mas em nenhuma há um eco de entender que se se trata de uma alusão ao tradicional provérbio: "*Amanecerá Dios, y verá el ciego los espárragos" (Correas, 2000: 78) também modificado por Cervantes e compilado por Sbarbi* (1873:225) *já com esta variação, "Amanecerá Dios y medraremos".*

Certamente que na análise e comparação anteriores se podem já inferir as conclusões destas observações. No entanto, parece conveniente insistir aqui que, no sempre renovável percurso de descoberta da riqueza do texto cervantino, estas páginas constituem apenas um momento de reflexão sobre alguns dos provérbios ou termos de grande densidade e amplitude de sentidos, presentes nos diálogos das personagens do *Quixote*.

Quanto às breves considerações formuladas a propósito da tradução de José Bento, também não será certamente demais sublinhar a enorme complexidade da tarefa que o tradutor se propôs empreender.

Assim, e pese embora o facto de termos apontado algumas propostas de tradução menos conseguidas, não me resta senão apreciar o seu esforço tanto de ser fiel ao original como de prestar especial atenção aos provérbios.

Referências Bibliográficas

Barbosa, Agostinho (1611), *Dictionarium Lusitanico Latinum: juxta seriem alphabeticam...*, Bracharae: typis, & expensis Fructuosi Laurentis de Besto.

Bluteau, Rafael (1712-1728), *Vocabulario portuguez e latino...*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Casares, Julio (1969), *Introducción a la lexicografía moderna*, 2ª ed., Barcelona: Gustavo Gil.

Cervantes Saavedra, Miguel (1794) *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha,* 5 vols., [s. n. tr], Lisboa: Typographia Rollandiana.

Cervantes Saavedra, Miguel de (1876-1878), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* 2 vols., tr. Viscondes de Castilho, de Azevedo e Pinheiro Chagas, Porto: Impresa da Companhia Litteraria.

Cervantes Saavedra, Miguel de (1877-1878), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* 2 vols., tr. Visconde de Benalcanfor, Lisboa: Francisco Arthur da Silva editor.

Cervantes Saavedra, Miguel de (1888-1889), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* 3 vols., tr. José *Carcomo*, Biblioteca de Instrução e Recreio.

Cervantes Saavedra, Miguel de (1954-1955), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* 2 vols., tr. Aquilino Ribeiro, Lisboa: Edições Artísticas fólio.

Cervantes Saavedra, Miguel de (1978), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* tr. Daniel Augusto Gonçalves, Lisboa: livraria civilização editora.

Cervantes Saavedra, Miguel de [1967], *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha,* tr. Adelino dos Santos Rodrigues, Lisboa: Minerva.

Cervantes, Miguel de (1993), *Dom Quixote*, 2 vols., tr. Albertina de Sousa, Lisboa: Clássica Editora.

Cervantes, Miguel de (1999), *Don Quijote de la Mancha*, Barcelona: Crítica.

Cervantes, Miguel de (2005), *Dom Quixote de la Mancha*, 10 vols., tr. Miguel Serras Pereira, Lisboa. Expresso.

Cervantes, Miguel de (2005), *Dom Quixote de la Mancha*, tr. Miguel Serras Pereira, Lisboa: D. Quixote.

Cervantes, Miguel de (2005), *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, tr. José Bento, Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Correas, Gonzalo de (2000), Vocabulario *de refranes y frases proverbiales (1627)*, Madrid, Castalia.

Delicado, António (1651), *Adágios portuguezes reduzidos a lugares communs*, Lisboa: Domingos Lopes Rosa.

García Yebra, Valentín (1997), *Teoría y práctica de la traducción*, 3ª ed. rev., Madrid: Gredos.

López de Mendoza, Íñigo – marqués de Santilhana (1508), *Refranes que dicen las viejas tras el fuego... por el orden del A. B. C.*, Sevilla: Jacobo Cromberger.

Michaëlis de Vasconcelos, Carolina, "Mil provérbios portugueses", em *Revista Lusitana (Nova Série),* 7 (1986), pp. 29-71.

Miguel, Amando de (2000), *El espíritu de Sancho Panza a través de los refranes*, Madrid: Espasa Calpe.

Muir, K. (1992), "Translating Golden Age Plays: A Reconsideration", in *Translation and Literature*, 1, pp. 104-111.

Núñez Pinciano, Fernán, (1618), *Refranes hechos por Hernando Núñez Pinciano, Maestro que fue eminantísimo en la insigne Universidad de Salamanca, y Catedrático de Retórica y Griego en ella, puestos por la orden del A. B. C.,* Madrid: Juan de la Cuesta.

Paz, Octavio (1990), *Traducción: literatura y literalidad*, 3ª ed., Barcelona: Tusquest Editores.

Pinto, Ciça Alves (2001), *Livro dos provérbios, ditados, ditos populares e anexins*, 2ª ed., São Paulo: Senac.

Santo António, Frei Aleixo de (1640), *Philosophia moral: tirada de algus prouerbios ou adagios...*, Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro.

Sbarbi, José Mª (1874-1878), *El refranero general español*, Madrid: A. Gómez Fuentenebro

Vasconcelos, J. Leite de (1882), *Ditados típicos de Portugal: colligidos da tradição oral*, Barcelos: Typ. da Aurora do Cavado.

5.FRANCESCA BLOCKEEL FRANCESCA.BLOCKEEL@SKYNET.BE

PERCEÇÃO DO ESPAÇO E DA IDENTIDADE AÇORIANOS: O CASO DE "UMA AVENTURA NOS AÇORES"

Como uma ficção narrativa decorre sempre num determinado local que lhe dá significação, a sua importância na narração é idêntica à que o mundo real adquire na vida quotidiana.

O espaço existe na sua relação com a perceção dos lugares narratológicos: como olham e reagem as personagens frente ao espaço em que se encontram?

Na minha apresentação tenciono dar primeiro um apanhado dos possíveis valores do espaço na literatura em geral, para depois salientar a sua importância através do exemplo concreto de 'Uma Aventura nos Açores', mostrando como as autoras se aproveitam do espaço para criar laços afetivos nos leitores, visando elas obviamente reforçar a identidade portuguesa entre os leitores tanto açorianos como não-açorianos.

Uma ficção narrativa decorre sempre num determinado local ou espaço que lhe dá significação e verosimilhança. Se a personagem é o elemento decisivo da efabulação porque nela se centraliza o interesse do leitor, o espaço, diz Nelly Novaes Coelho (1987: 53), é o ponto de apoio para a ação das personagens, porque determina as circunstâncias locais, espaciais ou concretas que dão realidade aos sucessos narrados: a sua importância na efabulação é idêntica à que o mundo real adquire na vida quotidiana.

A crítica literária holandesa Mieke Bal aborda a distinção *lugar – espaço* em dois níveis (1980: 101-107). O *lugar*, como elemento da história, é a posição topológica onde se encontram os atores e onde ocorrem os acontecimentos; é a *realidade* da narrativa. Tem a ver com as formas físicas e medíveis das dimensões espaciais, as circunscrições geográficas, enquanto o *espaço* tem a ver com a maneira como se apresenta a história. O espaço consiste nesses lugares narratológicos na sua relação com a perceção dos mesmos: como olham e reagem as personagens frente ao espaço em que se encontram? Como observa Maria Lúcia Lepecki, isso «coloca o espaço como construído pela atividade do sujeito, não como um *dado*», mas como uma construção na qual há sempre *«uma seleção de propriedades que serão ou não apreendidas»* (1999: 550).

A investigadora russa Maria Nikolajeva faz outra distinção muito útil do ponto de vista da funcionalidade do espaço como elemento narratológico. Distingue entre «*backdrop settings, which may be basically anywhere and anytime» e «integral settings that are an essential part of the plot*» (1996: 24). De facto, o espaço pode ter várias funções: um *backdrop setting* tem essencialmente uma função estética, quer dizer, os elementos do espaço só servem de cenário à ação sem auxiliar nem modificar o desenvolvimento dos acontecimentos. Um *integral setting* tem sempre uma função pragmática. Há várias funções pragmáticas: provocar, acelerar, reatar ou alterar a ação das personagens; ajudar a sua caraterização e revelar a sua atitude mental, os seus costumes; criar uma atmosfera propícia ao desenrolar do conflito; esclarecer um conflito; ou até funcionar como antagonista (Nikolajeva 1996: 24).

Ora, a funcionalidade do espaço de uma narrativa, ou de um conjunto delas, em relação ao meio em que vivem os leitores desses textos ainda não foi analisada em profundidade. No entanto, a interação "espaço fictício - espaço do leitor" é um fator importante, certamente na literatura infantojuvenil, na medida em que as histórias que se contam às crianças ou que elas leem contribuem para uma melhor perceção da identidade pela criança, tanto da identidade pessoal como da social. Assim, espaço, cenário, paisagem, ambiente social ou rural, etc., podem desempenhar um papel de destaque, visto que se revestem de dimensões que ajudam à formação de uma rede de padrões e de moldes através dos quais a criança-leitora pode articular a sua experiência.

O investigador Tony Watkins toca neste aspeto num artigo sobre estudos culturais em que afirma que *«narratives, we might say, shape the way children find a home in the world»* (1992: 183). Ora, o conceito inglês de *home* abrange vários conceitos menores, e certamente não apenas o espaço físico em que a criança vive, o que transparece logo ao querer traduzir-se a palavra *home*. Não se pode traduzir simplesmente por "casa" ou "em casa", não cobrindo essas traduções todas as conotações que o conceito *home* evoca, como "lar", "família" e até "pátria". Ao nível da imaginação cultural, Watkins propõe um sentido particularmente interessante: *«A meaning of "home", and one that has a*

powerful effect in shaping our children's identity through the cultural imagination, is constructed through the images we supply and the stories we tell of the land in which we live: our "homeland"» (1992: 184).

De facto, a literatura infantojuvenil costuma oferecer uma rica fonte de imagens que contribuem para a construção de uma pátria imaginária que sustente mitos de identidade nacional, de herança comum. O sentido de *homeland* lembra imediatamente o que Alice Vieira diz numa entrevista (*O Diário* 23 / 6 / 1985, página Cultura 6-7): «*é preciso fazer as crianças sentir que este país é a sua casa - e ninguém se sente bem numa casa de que não conheça todos os cantos, de que não sinta os cheiros, de que não pressinta os ruídos».*

Daí que me tenha parecido interessante estudar a maneira como os autores portugueses para a juventude se apropriam de aspetos do espaço para ensinar aos jovens portugueses o seu *homeland,* a sua "terra natal". Estudei-o num corpus de 35 narrativas juvenis de entre 1974 e 1994 (Blockeel 2001). Quais são os cenários que mais frequentemente se utilizam para situar uma história? Haverá histórias sobre a terra portuguesa e narrativas etiológicas? Descreve-se um ambiente com que o leitor pode simpatizar?

Quanto à primeira pergunta, há um elemento que se destaca logo de início e é que os lugares mais frequentes são lugares portugueses. Portugal até parece ser quase o único país digno de interesse: a esmagadora maioria dos livros tem como palco da ação o próprio país. Destaca-se em segundo lugar que a grande extensão sul formada pelo Alentejo e o Algarve, que ocupa uma boa terça parte do país, tal como o extremo Norte, são regiões muito menos frequentes como cenário de uma narrativa do que as regiões centrais do país, que correspondem em essência às regiões mais urbanas.

O mundo urbano português parece ser de longe o lugar preferido, e dentro dele a grande cidade está presente de forma proeminente, com a particularidade que é na maioria dos casos a cidade de Lisboa, sendo o Porto palco da história de muito menos livros. O campo não só é alvo de menos interesse do que o espaço urbano, mas, e isso é significativo, em geral são espaços não identificados. Quando uma narrativa se situa no interior do país os sítios ficam vagos («perto de Viseu») ou têm um nome fictício. É como se o que se passa fora das duas metrópoles se pudesse passar em qualquer outro sítio, como se as aldeias fossem intercambiáveis.

Uma consequência da dominação da cidade é que as crianças do interior do país recebem muito mais informação sobre o estilo da vida urbana e lisboeta do que sobre a sua própria vivência. Outra consequência é que as crianças-leitoras de Lisboa ficam a saber demasiado pouco sobre a vida no interior do país. Elas reconhecerão bem o seu próprio ambiente, mas não encontrarão muita afinidade com a vida das vilas e cidades pequenas do interior ou das ilhas, que, no entanto, apresenta contrastes bastante violentos. E isso é mais preocupante, ainda mais se se considerar que, para muitos, o quadro de referências de que dispõem antes da leitura se limita unicamente a Lisboa.

Ora este quadro é um elemento fulcral na construção do conteúdo semântico de um espaço (Bal 1980: 103). Quem não conhece o meio rural, como muitos meninos lisboetas, terá mais dificuldades em imaginar o panorama, sentirá, portanto, menos empatia com este meio, e isso vem acrescentar-se ao facto de o campo ser o espaço menos representado na literatura para os jovens. À luz disso, a cidade como espaço dominante, e sobretudo Lisboa, tem um peso enorme na formação da imagem do país. Quanto às ilhas portuguesas, a sua presença é bastante fraca: no corpus primário de 35 narrativas os dois arquipélagos aparecem em somente duas delas, ou seja, em apenas 6 por cento das narrativas analisadas, cada arquipélago numa narrativa.

Voltando à distinção de Maria Nikolajeva, constatei que na maioria dos livros está-se perante *integral settings*, espaços que são essenciais ao enredo. De facto, os *backdrop settings*, os espaços que não importam na intriga, apenas aparecem esporadicamente. Contudo, notei diferenças vincadas nos autores portugueses mais lidos. Da análise da função pragmática do espaço na obra de Alice Vieira, por exemplo, depreende-se que é através da representação de Lisboa como convívio de tantos indivíduos, como *espaço social*, que se entra dentro da cidade como lugar, que, portanto, prescinde de descrições. O espaço define os lugares. Em contrapartida, nos livros da coleção Uma Aventura, de Magalhães & Alçada, parte-se muito mais dos lugares, que têm sempre uma função pragmática importante, uma vez que sem eles a aventura não poderia ter lugar, para se

chegar ao espaço social. O mistério que o grupo de cinco amigos tem de resolver está, na maioria das narrativas, ligado às peculiaridades do sítio.

As autoras querem transmitir conhecimentos de certos aspetos de Portugal, aspetos geográficos, culturais, históricos e artísticos e este objetivo aflora constantemente nas entrevistas que concedem. Além disso, as frequentes descrições pormenorizadas da habitação e da mobília chamam a atenção em toda a obra de Magalhães & Alçada. Frisam sempre o que é típico da região, como se quisessem mostrar as diferenças regionais.

No meu estudo, cheguei à conclusão que Portugal como espaço geográfico é considerado parte essencial da literatura juvenil, parte essencial que faz o leitor sentir-se em casa no seu próprio país, e em segundo lugar, que através dessa consciencialização do acervo de informações espaciais, a identidade nacional é reforçada quase constantemente.

A literatura juvenil portuguesa no seu conjunto ajuda em grande medida a construir uma identidade nacional. Julgo que isso acontece menos intencionalmente do que inconscientemente, a não ser nos livros de Magalhães & Alçada, onde é mesmo um dos objetivos (Blockeel 2001: 242).

Ora, mais importante do que o mero espaço físico é a espessura mitológica que este adquiriu na memória coletiva dos portugueses. Se consultarmos ensaios sobre a identidade nacional portuguesa e os seus alicerces, constata-se que aparece sempre o mar como uma das ideias-matrizes culturais mais tenazes. Portugal considera-se indubitavelmente um país com uma vocação marítima, embora tenha uma população rural relativamente grande.

Pesquisei (Blockeel 2000) qual é a imagem mais frequentemente atribuída ao espaço português na literatura para jovens. Para este efeito, analisei em pormenor como se retratam o mar e o campo e com que aspetos da mitologia nacional são associados. A análise revelou que o campo não consegue suscitar no leitor a mesma empatia, que destacam sobretudo os aspetos marítimos na imagem de Portugal que os autores querem transmitir aos leitores.

Como não podia deixar de ser, o mar está bem presente em contos e lendas tradicionais, porque são géneros literários que costumam representar a história idealizada pelo sonho coletivo. Mas é sobretudo nos livros de aventura, de mistério e indagação destinados à pré-adolescência que a presença do mar é mais marcada. Entre estes destacam-se as coleções mais lidas da dupla Magalhães & Alçada, pelo número de livros cujo cenário se situa perto do mar. Na coleção Uma Aventura trata-se de quase uma quarta parte da coleção. Nela abundam as descrições bonitas e expressivas, quase sempre cheias de admiração, tanto por parte do narrador como sobretudo por parte dos protagonistas.

Se o mar é cenário, é quase sempre cenário de particular grandeza, impondo a visão do espaço oceânico ao qual os autores ligam muito frequentemente ideias ou conotações portuguesas. Por exemplo, em *Uma Aventura no Algarve* os cinco amigos frisam a particular beleza da costa algarvia, onde ficam numa pensão cujo nome já diz tudo: "Mar Azul".

Estão maravilhados: o mar é *«de um azul límpido e transparente, manso, manso!», «Realmente, o mar aqui do Algarve é diferente! Tão azul! Tão brilhante!», «cheio de reflexos dourados!», «a manhã estava de sonho, com tons rosados, depois dourados, sobre aquele mar azul, de um azul único»* e com aquele *«som cavo, doce, balançante»* das ondas (15-16-26-27). As referências a um «azul único» e a um mar «diferente» destacam a particularidade, a singularidade da costa algarvia, o que funciona como estratégia de unificação entre os portugueses, contribuindo para um sentimento de orgulho. Mas não é apenas nas descrições; também nos desenhos aparecem o mar e as praias algarvias com as típicas rochas, penhascos e falésias plantadas de pinhais.

Além disso, nos últimos parágrafos desse livro relaciona-se o Algarve, o mar e a natureza com "alegria" e "magia": *«O Pedro sentiu de repente uma alegria intensa que quase lhe deu vontade de chorar. Era tão bom ter tido uma aventura...era tão bom estar ali no Algarve, na Quinta da Moura Encantada, com os amigos, e com o barulho do mar ao longe lembrando que era mesmo verão! [...]. Uma onda breve de magia percorreu o jardim [...]»* (154-156).

Essas palavras eufóricas que terminam o livro, reforçadas ainda pela repetição de que «era tão bom», ligam alegria e amizade a elementos espaciais, a saber, ao mar e ao Algarve, com as genuinamente portuguesas quintas da "Moura Encantada", elemento da tradição mítica da região. Referências a elementos da natureza como *«o vento do sul é nosso amigo»* vêm frisar isso, como se o sítio só oferecesse segurança e aconchego.

O sentimento eufórico de alegria é passado inconscientemente para o sítio onde estão os protagonistas, e ao mesmo tempo nasce dele. Além disso, outro elemento acrescenta-se a isso, a saber, a emoção que sente o Pedro: a alegria intensa que dá vontade de chorar. Sem ir procurar toques nacionalistas, isso lembra fortemente a saudade portuguesa em que alegria e dor andam a par.

Tudo isso são pormenores que se referem a Portugal, contados ao redor do elemento mar, e cada um em si não representa um valor nacional, mas no seu conjunto estes elementos todos constituem como que peças de um puzzle refletindo uma imagem marítima de Portugal. A partir de um registo de sensações experimentadas surge por relacionamento um registo de ideias conectadas com o próprio país.

Apenas um livro apresenta uma comparação entre mares. A narradora de *Umas Férias na Argélia* (Madalena Gomes 1990: 18) compara o Mediterrâneo que defronta na Argélia e o Atlântico da sua infância nos Açores: *«Tão diferentes de alma, de ímpeto! O primeiro doce, quase feminino na sua mansidão e envolvência; o outro, bravo e viril. Lembro-me das ondas alterosas, a bater na velha ponte de madeira do Aterro; dos versos que li no meu livro de escola»*. Esta passagem evoca uma imagem do mar português manifestamente diferente, onde não há mansidão mas força ou violência. É uma imagem complementar, a imagem açoriana do *Mau Tempo no Canal*, a imagem de quem vive o mar no seu dia-a-dia.

E efetivamente, se o mar na literatura juvenil evoca por um lado tantas emoções eufóricas nos protagonistas, por outro lado também existem as emoções negativas de medo e de morte. De facto, o que se destaca, mais uma vez sobretudo nos livros de Magalhães & Alçada, é que o mar sugere com muita frequência a dialética amizade / inimizade que sempre caraterizou a postura do povo português perante o mar. O mar aparece no seu aspeto inquietante e malévolo, como um mar que infunde respeito, um mar que mete medo, ou aparece como elemento de solidão, de isolamento e de desamparo para as muitas mulheres que ficam sozinhas. Em quase todos os livros da dupla com um espaço situado à beira-mar há um episódio em que o mar é o inimigo dos protagonistas, há tempestades, há a maré que sobe inesperadamente e com tanta força que os deixa quase todos afogados, há naufrágios etc.

Este aspeto do mar inquieto está obviamente ligado ao facto de se tratar de livros de aventura, em que é lógico que o mar apareça como cenário favorito para um bocado de "suspense".

No entanto, acho que através dos episódios de medo e de naufrágios, tão presentes nos livros em questão, se refletem inconscientemente o sofrimento e as dificuldades com que o povo português se viu confrontado ao travar a luta com o mar para fazer a vida e que, deste modo, estas aventuras contribuem para instilar o passado marítimo no imaginário coletivo português das crianças.

Com isso chegamos a outro aspeto que o mar na literatura juvenil evoca, a saber, a relação fulcral que em Portugal existe entre o mar e o período dos Descobrimentos. Não é exagerado considerar o mar o mais típico cronótopo da literatura portuguesa, termo que refere «as dominantes espaciotemporais, as imposições de proveniência histórico-cultural e geocultural que se projetam sobre o texto narrativo» (Reis & Lopes 1994: 90).

A relação mar-Descobrimentos está presente na literatura juvenil contemporânea não só através das muitas narrativas em que o passado marítimo de Portugal aparece quase espontaneamente, ou automaticamente, ao falar do mar, mas também em muitas narrativas que, sem serem histórias sobre os Descobrimentos, evocam-nos através de objetos ligados ao mar e de explicações sobre o passado marítimo. As referências a Portugal não sugerem em si grande orgulho, mas é a redundância da presença histórica do mar na vida portuguesa, apresentada como a coisa mais natural, de que ninguém se admira, que faz com que o leitor se aproprie inconscientemente do sentimento / de que Portugal é um país com vocação marítima.

Ora, está claro que o livro *Uma Aventura nos Açores*[21], não pode dispensar o mar. No entanto, o que é de estranhar, o mar como elemento de beleza e de admiração não tem tanta importância nesta aventura como se podia pensar. É sobretudo a vertente do mar como força da natureza incontrolável que mais aparece. Suponho que haja tantas outras coisas que contar sobre as ilhas, com os seus vulcões, crateras, fumarolas, natureza deslumbrante, etc., que o mar perde nesse livro algum do seu interesse. Porque é verdade que os jovens leitores desta narrativa chegam a conhecer bastante coisa sobre as ilhas, de que os amigos visitam quatro: São Miguel, a Terceira, o Faial e São Jorge. Delas apresentam-se todos os elementos mais destacáveis. Não faltam nem o *Cruzeiro das Ilhas,* nem os cagarros de São Jorge, nem o sotaque dos micaelenses…

Se não é através do mar que as autoras conseguem introduzir o sentimento de pertença a Portugal e instilar um elemento de orgulho nacional, é através da evocação dos descobrimentos. Na parte que se segue analiso um trecho bastante largo do livro em que se descrevem as emoções dos protagonistas quando avistam as lagoas das Sete Cidades, e pretendo mostrar-vos a maneira subtil das autoras de estabelecer uma relação com Portugal.

Depois de passar dois dias na Terceira os cinco amigos seguem para São Miguel onde vão visitar, diria quase obrigatoriamente, a lagoa das Sete Cidades. Fazem-no de camioneta, em companhia de um casal exótico e muito simpático que os amigos, no entanto, suspeitam vagamente de ter alguma coisa a ver com a tentativa de matar Tony. No caminho o casal fala-lhes da Atlântida, relacionando-a com Portugal (62-64):

> *Ignorando o efeito que provocara, Sara falava de si própria e das suas atividades. E Mário ia tomando a palavra de vez em quando para acrescentar detalhes. O que diziam era fascinante.*
>
> *- Nós pertencemos a uma associação que se dedica ao estudo de civilizações desaparecidas. Por isso é que estamos aqui. Viemos procurar vestígios da Atlântida.*
>
> *- Vocês com certeza já ouviram contar que as ilhas dos Açores são o que resta de um antigo continente que havia a meio do oceano. Afundou-se por causa de um grande tremor de terra e só ficaram de fora os cumes das montanhas. São as ilhas.*
>
> *Pedro conhecia a história, mas tomara-a por lenda.*
>
> *- Lenda? Todas as lendas têm um fundo de verdade. E neste caso até há documentos escritos. As informações mais antigas a respeito dos atlantes têm vinte e cinco séculos e foram dadas por um filósofo grego chamado Platão, que ficou famoso por ser muito inteligente e sabedor.*
>
> *- Você falou em atlantes? Então quer dizer que essa terra era habitada? - perguntou Luísa, de olhos arregalados.*
>
> *- Habitadíssima. Os atlantes eram um povo rico e civilizado. Tinham cidades magníficas com templos, palácios, torres, jardins e ginásios. Diz-se que recobriam as muralhas e as estátuas de ouro puro e que fabricavam as joias com um metal ainda mais precioso que só eles possuíam, o oricalco.*
>
> *- E desapareceu tudo com um tremor de terra? Morreram todos?*
>
> *- Quanto a isso, há várias teorias. Há quem diga que se adaptaram à vida no fundo do mar, o que é pouco provável. Há quem garanta que morreram afogados e que os poucos vestígios da sua existência se encontram nas lagoas açorianas. Também há uma versão que inclui sobreviventes. Esses teriam conseguido escapar de barco. Navegando à deriva, espalharam-se pelo mundo e em toda a parte deixaram descendência.* [Falando nisso, chegam ao destino.]
>
> *Quando avistaram a lagoa das Sete Cidades, fez-se silêncio. Sabiam muito bem que eram duas lagoas, uma verde e outra azul. Já as tinham visto em fotografias, postais, prospetos e livros, sempre acompanhadas de um texto elogioso. Mas não há papel nem palavras que possam transmitir uma beleza assim. Que deslumbramento! Apearam-se, possuídos do mesmo espanto que maravilhou os primeiros*

[21] Resumo aqui brevemente o argumento da narrativa. O grupo de cinco amigos acompanha Tony, um americano de descendência açoriana e dono riquíssimo duma empresa de turismo, numa viagem com os seus colaboradores aos Açores, onde quer desenvolver essa atividade económica. O sobrinho dele, Sam, tem um comportamento suspeito e comunica em segredo com dois sócios do tio. No hotel das Furnas em São Miguel, Tony apenas escapa a um incêndio posto, e Sam é acusado e preso, mas solto quando um detetive prova que está inocente. Contudo, no Faial parece outra vez implicado num naufrágio que quase mata 4 pessoas. Com o detetive, o grupo descobre que os sócios são os verdadeiros malfeitores da história, e conseguem fazê-los prender.

povoadores no momento em que descobriram que aquele recanto existia e lhes coubera em sorte.

- É a cratera mais linda do mundo - disse Mário.

Não houve discordâncias. Parecia-lhes era impossível que aquilo alguma vez tivesse sido um vulcão.

- A terra, cansada de cuspir fogo, aquietou-se, encheu-se de água e agora espreguiça-se em boa paz!

Mário e Sara só abriam a boca para dizer coisas invulgares. E eles bebiam-lhes as palavras num enlevo. Se alguém se desse ao trabalho de reparar, verificava que as meninas o ouviam sobretudo a ele, e os rapazes a ela.

Embora o nome de Portugal não apareça no trecho, o país está presente de uma maneira muito positiva, e isso por meio de vários processos.

1. Fala-se de duas coisas, a Atlântida e a lagoa açoriana das Sete Cidades, e ambas se relacionam entre si de maneira a não deixar espaço para dúvidas: uma é vestígio da outra. As palavras que fazem dissipar as dúvidas são: '*vocês com certeza já ouviram',' as ilhas dos Açores são o que resta' e '... os cumes das montanhas. São as ilhas.'*

Em primeiro lugar, assume-se como evidência que as crianças já ouviram falar nisso. Em segundo lugar, pelo duplo uso do presente «são» em vez de um mais hipotético «seriam», assume-se que isto é simplesmente verdade. O elemento negativo de incredulidade que a frase *«Pedro conhecia a história, mas tomara-a por lenda»* poderia induzir, é logo aniquilado num raciocínio construído por argumentos cada vez mais fortes.

Primeiro vem o argumento de que todas as lendas têm um fundo de verdade, depois diz-se que *até* há documentos escritos, muito antigos (25 séculos!) e, em terceiro lugar, estes documentos foram escritos, ainda por cima, por Platão, um filósofo famoso, muito inteligente e sabedor. Quem não acreditaria na veracidade do que está a ouvir ou a ler?

2. Os dois elementos, a Atlântida e a lagoa das Sete Cidades, são descritos nas palavras mais eufóricas possíveis:

a Atlântida:

> a existência: civilizações desaparecidas - vestígios - verdade - até documentos escritos - informações antigas - filósofo famoso, inteligente e sabedor

> a terra e os habitantes: um antigo continente [implica ideia de grandeza] - povo rico e civilizado - cidades magníficas - palácios - templos - jardins - ouro puro - joias - metal precioso.

Depois das coisas positivas que Mário e Sara contaram não se pode esperar senão superlativos para a lagoa. Palavras negativas quase não há, com a exceção de palavras referentes às forças destrutivas da natureza.

a lagoa:

[a noção de abundância: fotografias, postais, prospetos e livros] - sempre... texto elogioso – não há papel nem palavras - uma beleza assim – que deslumbramento! - espanto - maravilhou - recanto - lhes coubera em sorte - a cratera mais linda do mundo - não houve discordâncias - aquietou-se - em boa paz.

3. Não só o que os jovens ouvem é fascinante, também quem o diz os fascina. Mário e Sara são pessoas fora do vulgar que captam em poucos instantes a atenção de todos: *«eles bebiam-lhes as palavras num enlevo»*. A primeira frase do excerto fala do *«efeito que provocara»* Sara. Trata-se do facto de João estar a apaixonar-se por ela. Nas duas páginas anteriores descreve-se delicadamente o que acontece ao rapaz, que conclui:

"Apaixonei-me", concluiu em êxtase, "apaixonei-me à primeira vista por uma mulher mais velha." A ideia era duplamente perturbante [...]. Como é que era possível [...] "Afinal é", repetiu com os seus botões.

Adultos mais convincentes quase não há em toda a coleção Uma Aventura.

Quando Mário e Sara falam do desaparecimento da Atlântida apresentam três teorias, de que rejeitam imediatamente a primeira. Para verificar a segunda versão eles estão precisamente nos Açores, portanto devem acreditar nela. No que respeita à terceira, depreende-se da conversa que têm - não se diz mas é um

dos *vazios* óbvios do texto que guia o leitor - que eles não são senão descendentes dos sobreviventes: também têm o desejo imenso de voltar, chamam-se entre si Sarin e Marin, como teriam feito os atlantes, tentam captar a energia universal por todos os modos, trazem ao pescoço uma tira de couro com bocadinhos de vários metais em bruto - outro *vazio*: tratar-se-ia de oricalco, esse metal mais precioso do que o ouro, como se confirma nas páginas finais -, etc.

A mensagem, em si tão positiva e cativante, vem apresentada por pessoas sumamente fascinantes, o que corrobora o que dizem. No entanto, o grupo de *investigadores* não é crédulo, e quando reaparece o elemento que os levou a pensar em cumplicidade na tentativa de matar Tony, não deixam de vasculhar os objetos pessoais do casal.

4. Tal como acontece em outras narrativas dessa coleção, este casal não estabelece nenhuma ligação direta com Portugal, mas como tudo se passa nos Açores, que é parte integrante de Portugal, os protagonistas e, através da identificação também os leitores, devem sentir-se implicados com essa história remota e fascinante. Alguns elementos ligam quem transmite a mensagem e quem a recebe, como por exemplo o uso de um deítico de proximidade em *«por isso estamos aqui»*, nos Açores. Além de «aqui», aparecem nesse trecho mais 3 referências aos Açores: *«as ilhas dos Açores», «as ilhas», «as lagoas açorianas»*.

A impressão dos amigos ao ver pela primeira vez a lagoa, *«possuídos do mesmo espanto que maravilhou os primeiros povoadores no momento em que descobriram que aquele recanto existia e lhes coubera em sorte»* é uma forte alusão aos Descobrimentos, o período mais glorioso da História de Portugal. Neste sentido, a pergunta de Luísa para saber se essa terra era habitada é menos inocente do que parece à primeira vista, uma vez que toda a criança portuguesa aprende na escola que os Açores estavam desabitados quando os Portugueses lá chegaram.

5. Uma vez terminada a própria narrativa, as autoras apresentam para cada ilha uma lenda, em relação às quais se repete que *«as lendas têm sempre algo de verdade»* (199). Dessas páginas explicativas (179-208), duas lendas dão ainda mais informações, sempre em palavras elogiosas, sobre a Atlântida, a sua riqueza e a civilização dos atlantes, retomando as ideias já contadas na narrativa. Essa *«grande ilha ou mesmo um continente»* desapareceu devido a um tremor de terra violentíssimo, e *«há quem garanta que os cumes das montanhas ficaram de fora transformados em ilhas e que essas ilhas são os Açores»*. Aqui a afirmação não é tão forte e vem matizada pelo «há quem garanta». No que respeita à autenticidade dos dados não dizem nada, embora acrescentem o seguinte (206):

> *Na antiguidade, as notícias a respeito da Atlântida passaram de boca em boca durante muitas gerações. O primeiro que as registou por escrito foi um pensador grego chamado Platão, que viveu no século V antes de Cristo. Depois, muita gente escreveu a respeito do continente desaparecido. No início do nosso século já havia mil e setecentos livros publicados sobre o assunto e raro é o ano em que não aparecem estudos, artigos em jornais e revistas, livros variados.*

Uma criança que ainda não sabe avaliar bem a informação e que lê esta passagem fica talvez pensando que todos estes livros tratam de Portugal, que todos mencionam o país, ou que Platão escreveu sobre Portugal. As autoras aproveitam Platão para dar um fundo verídico à sua interpretação. Ora, a *Encyclopædia Brittanica* diz sobre a "Atlantis" que Platão a menciona em dois textos seus, acrescentando que é impossível saber se a lenda é pura invenção de Platão ou baseada em factos de que não ficou nenhuma evidência.

Mas não é só isso: Platão situou a "Atlantis" perto das Colunas de Hércules e na Idade Média fizeram-se muitos mapas, situando-a em vários sítios. Ora, de todos os vários sítios que a enciclopédia aponta como tendo sido encarados como a Atlântida, só se apresenta uma interpretação, a tradição portuguesa, e não se fala das outras sagas. É como se a hipótese das ilhas portuguesas fosse a única. Desse modo focaliza-se a importância dos Açores ou de Portugal em detrimento dos outros sítios possíveis.

Penso ter posto em evidência com esta análise discursiva, como a apresentação do espaço por excelência dos Açores leva a uma interpretação da história remota, em que o país está implicitamente presente, embora se trate dum tempo em que Portugal ainda nem existiu, e em que inconscientemente espaço e história são apresentados de maneira atrativa. Vê-se, pois, como uma

narrativa juvenil contribui para conservar a tradição popular e para revitalizar a mitologia portuguesa, como faz também um dos últimos livros da igualmente popular coleção 'Triângulo Jota' de Álvaro Magalhães, *O Rei Lagarto* (1998), em que a aventura gira igualmente em redor do mito da Atlântida e ocorre também parcialmente nos Açores. A introdução dessa lenda, e dessa maneira, numa narrativa juvenil, além de insistir na (passada) riqueza e na (presente) beleza dos Açores, e, por conseguinte, de Portugal, contribui certamente para avivar a identidade coletiva nos jovens leitores.

Analisei em pormenor este trecho e esta lenda, mas analisar outros elementos típicos dos Açores também ia levar-nos às mesmas constatações, a saber que o espaço físico nas narrativas de Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada é quase sempre não apenas um dos alicerces da construção da narrativa, mas que desempenha um papel fulcral na construção de um imaginário coletivo português, um imaginário coletivo de que os Açores fazem 'bel et bien' parte integrante.

Bibliografia

Bal, Mieke (1980) *De theorie van vertellen en verhalen. Inleiding in de narratologie*, Muiderberg, Coutinho (1:1978).

Blockeel, Francesca (2000) *A imagem de Portugal nas narrativas juvenis (1974-1994): identidade e alteridade,* (tese de doutoramento) Lovaina: edição própria.

Blockeel, Francesca (2001) *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: identidade e alteridade,* Lisboa: Caminho.

Coelho, Nelly Novaes (1987) *Literatura infantil. História - Teoria - Análise*, São Paulo: Edições Quiron Lda (1:1981).

Gomes, Madalena (1990) *Umas Férias na Argélia,* Lisboa: Areal.

Lepecki, Maria Lúcia (1999) "*Um requinte discursivo: a descrição*" in *Letras, Sinais*, Lisboa: Edições Cosmos.

Magalhães, Ana Maria & Isabel Alçada (1985) *Uma Aventura no Algarve,* Lisboa: Caminho.

Magalhães, Ana Maria & Isabel Alçada (1993) *Uma Aventura nos Açores,* Lisboa: Caminho.

Nikolajeva, Maria (1996) *Introduction to the Theory of Children's Literature*, Tallinn: Tallinn Pedagogical University.

Reis, Carlos & Ana Cristina M. Lopes (1994) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Livraria Almedina, (1:1987).

Watkins, Tony (1992) "*Cultural Studies, New Historicism and Children's Literature*" in Peter Hunt, *Literature for Children. Contemporary Criticism*, Londres & Nova Iorque: Routledge, 173-195.

6.GRAÇA BORGES CASTANHO gcastanho@hotmail.com

O ENSINO DO PORTUGUÊS NOS EUA NO CONTEXTO DA DIPLOMACIA DAS LÍNGUAS EUROPEIAS

Esta apresentação visa caraterizar o ensino do Português nos EUA, no contexto da diplomacia das línguas europeias mais ensinadas naquele país.

Após o enquadramento das manifestações de ensino português em geral, centraremos a nossa atenção nos Estados de grande concentração das comunidades açorianas, o que nos permitirá refletir sobre o que tem sido feito ao nível das escolas oficiais norte-americanas e das escolas comunitárias.

Com base em legislação federal e estadual sobre o ensino de línguas estrangeiras nos EUA e partindo do trabalho realizado pelas línguas europeias mais ensinadas (Espanhol, Francês, Alemão e Italiano), apontaremos caminhos possíveis para a promoção do Português junto das comunidades falantes do idioma luso e da sociedade norte-americana em geral.

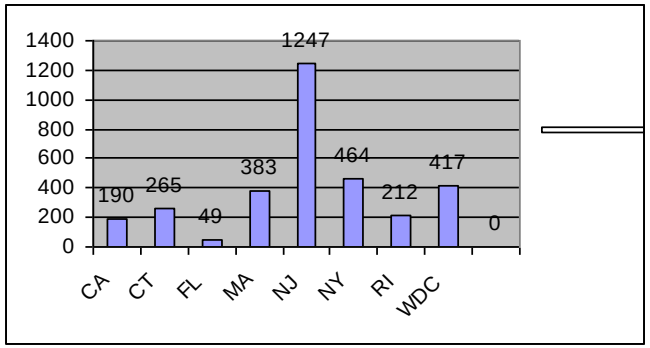
O Ensino do Português nos EUA conta com quase 100 anos de existência e é ministrado em vários tipos de escola: escolas oficiais norte-americanas; escolas comunitárias; escolas privadas com currículo norte-americano (escolas católicas, ex.); escolas privadas com currículo próprio.

1.Levantamento das Situações de Ensino Português No ano letivo de 2003-2004

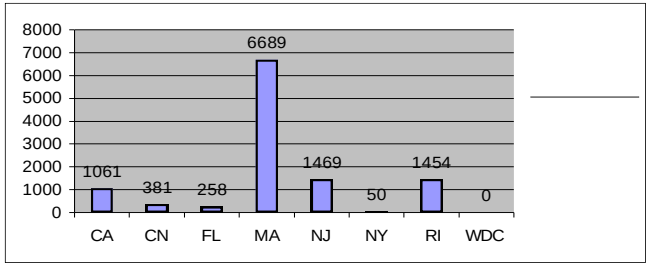
Pela primeira vez, no ensino do Português nos EUA, foi feito o levantamento deste fenómeno na sua máxima abrangência (estudo elaborado pela Conselheira de Ensino).

Até 2003, o ME e o MNE receberam da Coordenação de Ensino dados relativos apenas às escolas comunitárias, situação grave porque as escolas comunitárias representam uma percentagem diminuta no cômputo geral das manifestações de ensino Português.

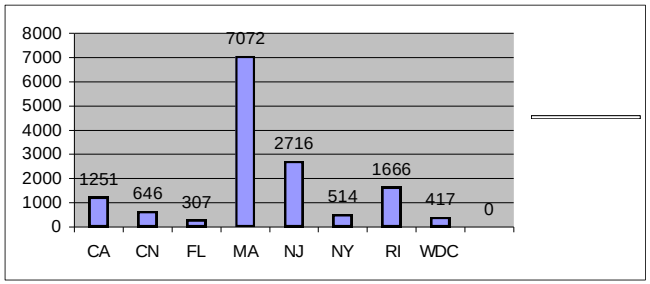
Escolas Comunitárias Total – 2127



Escolas Oficiais Total – 10.362



Escolas Comunitárias e Oficiais Total – 12.489



2.Conclusões do Estudo

- As escolas comunitárias integram crianças e adolescentes portugueses, na generalidade.
- Ensinam Português basicamente do 1º ao 6º ano.
- As escolas oficiais americanas integram crianças de várias culturas lusófonas.
- Investem essencialmente no ensino do Português a partir do 8º ano, deixando a descoberto os níveis anteriores.
- O corpo docente das escolas oficiais integra professores de diferentes nacionalidades.
- As comunidades açorianas é que mantêm viva a língua Portuguesa nos EUA, consequência do número de portugueses e lusodescendentes provenientes dos Açores (estima-se mais de um milhão).
- Os estados de concentração de açorianos são onde se encontra a vasta maioria de manifestações de ensino do Português.
- Uma grande maioria dessas situações de ensino já se encontram integradas no ensino regular norte-americano.

3.O estudo da real situação do Português nos EUA levou à quebra de mitos que todos aceitavam como verdade. Que Mitos eram esses?

- "Os estados de concentração de continentais investem mais no ensino do português".
- "As comunidades açorianas não valorizam o ensino da língua".
- "As comunidades açorianas foram para os EUA para ficar, os continentais para voltar".
- "As escolas comunitárias é que mantêm vivo o ensino do português nos EUA".

3.1. Durante mais de 20 anos os Governos de Portugal…

- Garantiram um serviço de Coordenação.
- Autorizaram o destacamento ou requisição de mais de 30 professores que estão ao serviço das escolas comunitárias, sendo pagos pelas mesmas.

- Oferecem reformas a estes docentes, perante o pagamento pelos próprios dos descontos à Segurança social.
- Cederam livros.
- Fizeram alguma formação de Prof.
- Firmaram um protocolo com Massachusetts.

3.2. Neste momento, o Governo está a redefinir as regras…

- A Coordenação de Ensino, a funcionar em Washington DC, foi extinta ou será extinta.
- Há em projeto a criação de duas coordenações (uma na costa leste outra na oeste).
- No país mantém-se uma Consultora do Protocolo com Massachusetts, com funções apenas em MA.
- Uma funcionária do ME encontra-se no Consulado em Providence, Rhode Island.
- O ensino do português passou para a tutela exclusiva do MNE, através do Instituto Camões.

3.3. Neste momento, no século XXI, Portugal ainda está à procura de um modelo de ensino para os EUA

- Numa altura em que outras línguas europeias ensinadas nos EUA se encontram, há mais de duas décadas, em pleno funcionamento, com base em políticas de ensino que nos poderiam servir de exemplo.
- Numa altura em que outras línguas tomam de assalto as nossas áreas de intervenção por direito (as comunidades com grande concentração de falantes do Português).
- Numa altura em que o Português não é de interesse exclusivo para as comunidades falantes do mesmo, mas sim para a comunidade norte-americana em geral.

3.4. Congresso dos Estados Unidos

No Congresso foi aprovada uma lei (janeiro de 2006) que recomenda a promoção urgente do ensino de várias línguas estrangeiras, incluindo o Português.

O projeto denominado National Security Language Act considera a LP uma língua crítica para a defesa nacional, juntamente com as línguas árabe, coreana, japonesa, persa, servo-croata, russa, etc.

3.5. Porquê o português uma língua crítica?

- - Posicionamento crítico do povo brasileiro face aos EUA
- - Instabilidade político-social dos países africanos
- - Posicionamento estratégico de Portugal como Membro da UE e país amigo do Brasil e PALOP
- - Existência de comunidades muçulmanas nos países africanos
- - Facilidade de atuação de grupos terroristas em África
- - Existência de petróleo em Angola e São Tomé
- - Brasil, terceiro maior mercado consumista em 2010

3.6. Outros motivos que levam ao interesse pela Língua Portuguesa?

- É uma língua de comunicação internacional
- É uma língua de diálogo político e financeiro internacional
- Conta com mais de 230 milhões de falantes no mundo
- É uma língua que aproxima continentes e diásporas espalhadas pelo mundo
- É uma língua representativa de muitas culturas
- Dá acesso a um vasto leque de possibilidades profissionais.
- Os falantes do português entendem 90% de Espanhol; 50% de Italiano; 30% de Francês
- É a 6ª língua mundial; a 3ª europeia mais falada no mundo

Apesar de tudo isto, Portugal continua sem uma política de ensino no estrangeiro.

4. NÃO HÁ UM PROJETO DE DIPLOMACIA DA LÍNGUA EM PORTUGAL

4.1. Conceito de Diplomacia

- "Ciência e arte de representar os interesses de um estado no estrangeiro ou de dirigir e promover o direito e as relações internacionais.

- Ramo da política referente às relações entre os estados.
- Conjunto dos representantes de um estado junto a outro."

4.2. Diplomacia da Língua

- A diplomacia exige conhecimento da língua do país recetor
- A diplomacia da língua é, hoje em dia, um fenómeno recíproco: quem chega comunica na língua do país de acolhimento; quem recebe tenta usar a língua do país estrangeiro interlocutor.
- Consciencialização da importância das línguas na comunicação, no estreitamento das relações, no estabelecimento de parcerias, como prova de respeito mútuo.

4.3. Diplomacia da Língua nos EU (reciprocidade)

Os países estrangeiros têm interesse em ensinar a língua de origem às suas comunidades emigrantes e à população estudantil em geral.

O país de acolhimento cria condições aos países estrangeiros para que esse ensino se torne uma realidade.

4.4.A diplomacia da Língua nos EU "Todos chegaram de barco. A única diferença é que uns chegaram mais cedo do que outros"

- National Security Language Act.
- Legislação estadual e federal de apoio ao ensino das línguas estrangeiras com base na representatividade das comunidades imigrantes.
- Financiamento estadual e federal direcionado para as línguas.
- Esforço de começar a ensinar línguas cada vez mais cedo.
- Valorização das línguas menos ensinadas.
- Ano das línguas estrangeiras (comemorações previstas pelo período de 10 anos)

4.4.1. Número de falantes por língua nos EUA, 2000 US Census

English	215,423,557	Italiano	1,008,370
TODAS MENOS INGLÊS	46,951,595	Coreano	894,063
Espanhol	28,101,052	Russo	706,242
Chinês	2,022,143	Polaco	667,414
Francês	1,643,838	Árabe	614,582
Alemão	1,383,442	Portuguese	564,630
Vietnamita	1,009,627	Japonês	477,997

4.4.2. Ensino secundário (9º -12º)

Língua	1990-1991	2000-2001
Total alunos / as	11,338,000	13,514,000
Espanhol	2,611,000	4,058,000
Francês	1,089,000	1,075,000
Alemão	295,000	283,000
Italiano	40,000	64,000
Japonês	25,000	51,000
Russo	16,000	11,000

4.4.3. Ensino Universitário (2002-2003)

Espanhol	746.267
Francês	201.979
Alemão	91.100
Italiano	63.899
Japonês	52.238
Chinês	34.153

4.4.4. Licenciatura em Língua Estrangeira

	1991-92	**2001-2002**
Espanhol	4.768	7.243

Francês	3.371	2.396
Alemão	1.616	1.092
Outras línguas	2.612	2.511
Total	**12.367**	**13.242**

4.4.5. MESTRADOS em Língua Estrangeira Doutoramentos em LE

	1991-1992	2001-2002
Espanhol	647	792
Francês	465	356
Alemão	273	208
Outras Línguas	734	591
Total	2.119	1.947

4.5.O que têm feito as outras Embaixadas EUROPEIAS COM vista ao ensino das suas Línguas?

4.5.1. Embaixada de Espanha

- Conselheiro em WDC para os EU e Canadá
- Técnicos de Ensino espalhados pelo país: Nebrasca, Novo México, Carolina do Sul, **Utah**, Washington DC, Washington (Estado), Nova Iorque, Tennessee, Illinois, Louisiana, Massachusetts, Califórnia, Connecticut, Florida, Geórgia

4.5.2. Atividades do Departamento de Educação, Embaixada de Espanha

- Formação de Prof.
- Colaboração c / Univ.
- Informação
- Integração de Prof. vindos de Espanha
- Intercâmbios
- Bolsas
- Estudar em Espanha
- Estudar nos EUA
- Concursos
- Publicação de materiais
- Página na *Internet*
- Elaboração de materiais
- Apoio às escolas e Universidades
- Estabelecimento de Protocolos
- Criação de Centros de Recursos
- Presença nos grandes eventos de línguas estrangeiras nos EU
- CIÊNCIA E TECNOLOGIA

4.5.3. Embaixada de França

- Serviço Cultural e de Cooperação da Embaixada da França sedeado em Nova Iorque, com Departamento em Washington DC
- Com responsáveis pela educação em diferentes estados
- Em Washington DC, o Departamento trabalha com outras instituições francesas:
  - Maison Française sediada na Embaixada, DC
  - Alliance Française

4.5.4. Atividades Embaixada de França e da Alliance Française

- Apoio a escolas e universidades norte-americanas
- Escolas Francesas
- Immersion Schools
- Parcerias com escolas
- Estudar em França
- Estagiar em França
- Bolsas
- Materiais para escolas, alunos e famílias

- Disponibilização de site na Internet
- Formação de professores
- Cursos de língua
- Intercâmbio de Alunos
- Campos de férias
- Centros de recursos

4.5.5. Embaixada da Alemanha

- Departamento Cultural, na Embaixada em Washington DC, com a responsabilidade da Língua e dos Estudos do Alemão nos EU
- Mas quem, de facto, promove a Língua Alemã é o Goethe Institute com sedes em:

Atlanta, Boston, Chicago, New York, San Francisco, Washington DC

4.5.6. Embaixada de Itália

- Departamento de Educação na Embaixada em WDC que trabalha em colaboração com os departamentos de Boston, Chicago, Los Angeles, Miami e New York.
- Responsabilidade de todos os níveis de ensino
- Colaboração com a Casa Italiana – Language School e com a Italian Cultural Society of Washington DC, Inc

5.Aspetos comuns garante do sucesso das outras línguas europeias nos EU

- Recursos financeiros
- Recursos humanos
- Valorização do ensino das línguas como forma de promover os países e suas culturas
- Visão economicista do ensino da língua
- Autonomia das coordenações de ensino, relativamente às Embaixadas e Consulados
- Cobertura de todos os níveis de ensino
- As universidades ao serviço da língua
- Parceiros extra embaixada / Institutos
- Permanência em Washington para garantir proximidade com os órgãos de decisão
- Ao serviço das políticas de Ensino dos governos dos países e não ao sabor das vontades de Embaixadores e / ou Cônsules, os quais não têm formação científica para decidir sobre políticas de língua.

5.1. Que soluções para o ensino português nos EUA?

1. Manter a Coordenação na Embaixada de Portugal em Washington como garante da visibilidade e dignificação da língua, junto dos organismos que decidem, a nível nacional, os destinos da língua.

2. Fornecer técnicos especialistas em Língua Portuguesa, ao serviço dos estados com grande concentração de falantes do Português, radicados nos Consulados.

3. Os destinos da língua nos EU passam por um trabalho articulado com o Brasil e Cabo Verde

- Portugal com um milhão e meio de imigrantes e descendentes nos EUA.
- Brasil com um milhão de imigrantes nos EUA, bem como descendente.
- Cabo Verde com um milhão de imigrantes nos EUA e descendentes.

5.2. Grupos Comunitários para levar ao cumprimento da lei

Criação de grupos de defesa da língua para “pressionar” os sistemas escolares a ensinar Português, em áreas de grande concentração de falantes da Língua Portuguesa.

5.3. Ações de formação para professores dos seguintes estados, preparando-os para a diversidade linguística e cultural do idioma Luso:

Área Metropolitana de Washington
Massachusetts
Rhode Island

Califórnia
Nova Jérsia
Nova Iorque
Connecticut

5.4. Participação em Congressos de línguas estrangeiras

- Luso-American Education Foundation (MA e CA)
- National Language Conference (Dep. Defesa DC)
- Congressos das associações estaduais (Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Jersey, New York, Área Metropolitana de Washington, DC, Florida, Califórnia) Foreign Languages Association)
- NorthEast Conference on the Teaching of Foreign Languages NECTFL
- Associação de Professores de Português dos EUA e Canada
- APSA (American Portuguese Studies Association)
- ACTFL (American Council Teachers Foreign L)
- AATSP (American Association of Teachers of Spanish and Portuguese)

Elaboração de materiais culturalmente relevantes para os alunos que estudam o idioma luso nos EU, considerando a diversidade linguística e cultural das comunidades falantes do Português.

5.5. CONTINUAÇÃO DA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS JÁ INICIADA PELA COORDENAÇÃO DE ENSINO (2003-2005)

- MATERIAIS BILINGUES
- Cartazes
- T Shirts e Consumíveis
- Desdobráveis
- CD

7.ISA SEVERINO isaseverino@clix.pt

A VIVÊNCIA DA INSULARIDADE EM VITORINO NEMÉSIO E CECÍLIA MEIRELES

A presente comunicação, sob um título aparentemente difuso, pretende estabelecer um paralelismo entre dois autores que, apesar de distanciados geograficamente e com percursos distintos, apresentam uma temática que lhes é comum – a vivência da insularidade –, que perpassa a sua obra.

A insularidade pode ser entendida como um conjunto de caraterísticas que advém das vivências insulares daqueles que viveram ou vivem numa ilha, como foi o caso de Vitorino Nemésio ou ainda como qualidade do que está isolado numa ilha. No entanto, o conceito não se esgota nesta definição. Pode ainda adquirir outras nuances e ser transposto para um outro tipo de isolamento – o isolamento interior, próprio daqueles que, apesar de nunca não terem vivido numa ilha, a interiorizaram e adotaram como se de um estado ontológico se tratasse, como é o exemplo da escritora brasileira Cecília Meireles.

Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade por Cecília Meireles, como foi pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas.

O mar adquire significados plurifacetados na obra de Cecília, estabelecendo uma associação com a infância da escritora, um tempo povoado "por histórias encantadas" e pela presença inolvidável da sua avó. E constitui uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas. A memória, qual vaga, transporta-a a um regresso a esse tempo ancestral cheio de tradições. Também em Nemésio a memória reporta-o para a íntima ligação ao mar e aos Açores, por isso afirma: "os *Açores estão mais ou menos na raiz de tudo quanto faço".*

Assim, a presente comunicação tem como objetivo perscrutar os diferentes vetores que a água, de forma geral, assume nas obras poéticas dos dois autores e quais os significados que lhe são atribuídos.

0. É possível que o título da nossa intervenção suscite algumas dúvidas uma vez que, numa primeira leitura, pode parecer pouco adequado, quando nos referimos à escritora brasileira Cecília Meireles. Como se pode atribuir marcas de insularidade a uma autora que não nasceu nem viveu numa ilha?

Poder-se-á estabelecer um paralelismo entre um autor açoriano como foi Vitorino Nemésio, cuja infância e parte da adolescência se desenrolaram numa ilha, mais especificamente na Ilha Terceira, que desde sempre lhe moldou a forma de estar, pensar, sentir, e acima de tudo, de ser, com uma poetisa que não conheceu empiricamente a vida insular?

1. Que paralelismos estabelecer entre um autor que "*arrastava os Açores às costas (ou arrastava-se, por entre os Açores no coração?)*" (Teotónio, 1989:35) e um outro cujas reminiscências da infância e laços de hereditariedade são os principais elos de ligação ao arquipélago?

São estas as questões a que pretendemos dar reposta, apresentando interpretações possíveis para algumas construções poéticas dos autores, que nos pareceram mais elucidativas para o tema em questão.

Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade pela escritora brasileira Cecília Meireles como o foi pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas de insularidade que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas.

Como referiu J. de Almeida Pavão:

> *Os Açores contam com a suprema glória de verem inscritos nas páginas de oiro da poesia de língua portuguesa alguns dos seus mais notáveis representantes [e destaca os nomes de Roberto Mesquita, Côrtes-Rodrigues, Teófilo Braga, Antero] ou os que continuaram a mergulhar no seu húmus as raízes de inspiração e o substrato da sua própria lírica, como Vitorino Nemésio; mas ainda os que lhes estão presos pelos laços de hereditariedade, transmudada nos seus valores poéticos, como Garrett, Fernando Pessoa ou Cecília Meireles. (Almeida, 1973:* 4).

Pretendemos, retomando as palavras de Almeida Pavão, perscrutar, por um lado, o modo como Vitorino Nemésio retirou do "seu húmus as raízes de inspiração" e, por outro, verificar a influência que o legado familiar exerceu na atividade poética da autora e o modo como nela se reflete.

I. Insularidade.

1. Nemésio – insularidade vivida.

Vitorino Nemésio nasceu em 1901, em Praia da Vitória, na Ilha Terceira. A sua infância e o tempo passados na ilha são frequentemente evocados pelo autor, despoletando um regresso à infância e à ilha. Na verdade, este legado do passado perpassa a sua obra quer em verso quer em prosa e é enaltecido através de construções e lexemas de caráter valorativo.

Esta herança do passado engloba o mar, as gentes, as tradições, a fauna, a flora, as aves e a terra que o viu nascer, o arquipélago dos Açores, um universo com um pulsar próprio, mas impercetível para o "comum dos continentais", como afirma o autor:

> [Os Açores é] *para o comum dos continentais, a trapalhada geográfica que o nome da Ilha abrevia. Para os açorianos desterrados, é o berço, o amor, as reminiscências, a família e, na esfera dos desejos que se criam mais ao peito, a tumba, a cova para o sono que nunca mais se acorda, e que o mar ali eternamente vigia* (…)
> (Nemésio, 1929: 4).

A ilha é o "berço", a origem, na verdadeira aceção da palavra, o primeiro despontar para o mundo: o "*mundo é a Praia da Vitória, primeiro, depois a Terceira, ainda depois os Açores, só então Portugal e o mundo inteiro no círculo mais vasto*" (Teotónio, 1989:32).

Para este açoriano desterrado, a ilha é concomitantemente "o berço, o amor", a sua fonte de inspiração, que despoleta o pensamento e faculta a matéria, que depois é transmudada nos seus versos e lhe viabiliza o traçar de um trajeto que conduz à *Ilha* perdida, ambicionada, mas dificilmente alcançável.

2. Cecília – insularidade idealizada.

Cecília, contemporânea de Nemésio, nasceu no mesmo ano, do outro lado do Atlântico. Contrariamente ao exemplo do escritor açoriano, nunca viveu nos Açores. O arquipélago, porém, não lhe é uma realidade completamente alheia e, apesar de não ter o significado nem a intensidade que Nemésio lhe captou e simultaneamente conferiu, não deixou de ser merecedor de afeto. Ele constitui um importante manancial que percorre a vida e a obra poética da autora, como a própria explica, aquando da sua visita ao arquipélago:

> *Se me perguntarem o que me traz aos Açores, apenas posso responder: a minha infância. A minha infância: o romanceiro e as histórias encantadas; a Bela Infanta e as bruxas; as cantigas e as parlendas; o sentimento do mar e da solidão; a memória dos naufrágios e a pesca da baleia; os laranjais entristecidos e a consciência dos exílios. A dignidade da pobreza, a noção mística da vida, a recordação constante da renúncia; o atavismo do cristão*.
>
> *Depois de tantas experiências variadas em todos os territórios do mundo e do espírito, alguma coisa reclamava em mim esta participação nos lugares da minha gente passada. Dispus-me a esta espécie de aventura lírica, depois de conhecer os povos mais diversos em suas mais complexas expressões. Minha vinda a estas ilhas é como um regresso, uma visita familiar, um ato de ternura. Não desejaria que me recebessem como uma escritora brasileira por mais que me seja cara a terra onde nasci e onde tenho vivido: — mas como a uma criança antiga que a poesia de S. Miguel nutriu, numa infância de sonho, no regaço de uma avó dolorida, heroica e nobremente sentimental* [22] (Almeida, 1973: 4).

O apelo das suas origens lusíadas, a ânsia de recuperar fragmentos da infância "*as histórias encantadas, as parlendas, o sentimento do mar",* levaram-na a regressar a S. Miguel. Mas como poderia Cecília regressar a um sítio onde jamais havia estado? Qualquer regresso implica um retorno, o revisitar de um local onde já se esteve. Para Cecília o regresso é a recuperação da infância e das histórias contadas pela avó açoriana. Trata-se então de uma vivência diferida, uma experiência comunicada durante a infância, numa época em que, segundo Piaget, o pensamento é de um realismo ingénuo, daí que seja tão real a vivência-vivida como a vivência-imaginada, o que explica que a vivência insular seja tão real para um autor como para outro.

Há um outro contacto com os Açores em Cecília Meireles – a sua correspondência com escritores portugueses, nomeadamente com Armando Côrtes-Rodrigues, que alimentou as suas recordações infantis e reforçou o desejo de regresso à ilha. Esta ligação é ainda fortalecida pelos trabalhos desenvolvidos pela autora. Lembramos, a título de exemplo, o *Panorama Folclórico dos Açores especialmente da Ilha de S. Miguel*, que demonstra o apreço e o conhecimento que Cecília manteve pelo arquipélago, percorrendo as cantigas típicas das diversas ilhas, que refletem o cenário marítimo.

Este estudo revela uma pesquisa atenta que se espraia por diversos aspetos, pelo património imaterial e pela vida material (habitação, trajes, penteados, alimentação, vida família), o que patenteia um conhecimento do *modus vivendi* e da tradição daquelas ilhas, com especial enfoque para a ilha de S. Miguel, de onde era oriunda a sua avó materna, uma presença preponderante na sua vida, uma vez que Cecília ficou órfã muito cedo. Esta visita constitui ainda um ato de apreço pela figura de Jacinta Garcia Benevides: "Minha *avó era beleza total de corpo e de espírito. Nunca vi uma criatura assim, de boa, de terna, de feminina, de masculina*."

Os Açores, mais especificamente a Ilha de S. Miguel, representam o acesso ao legado da infância, esse universo a que tantas vezes a poetisa acede numa ânsia de recuperar. É inegável o que esse mesmo legado lhe proporcionou, permitindo-lhe desenvolver uma depurada sensibilidade, um forte sentimento de estoicismo e solidão, indissociável do elemento marítimo, que irrompe com frequência na obra poética da autora e constitui um ponto de partida para reflexões profundas:

> *Aqui está minha herança – este mar solitário,*

[22] Palavras proferidas ao microfone do Emissor "Asas do Atlântico" do Aeroporto de Sta. Maria em, 23-9-51, aquando da sua visita aos Açores.

Que de um lado era o amor e do outro esquecimento
(Meireles, 1994*a:337)*

Cecília imerge num universo de solidão para aceder à sua "herança – o mar solitário", que lhe inundou a alma e ressoa na sua poesia.

Ao estabelecermos um paralelo entre os dois autores, encontramos pontos que, apesar de divergentes, desaguam num sentimento comum. O mar, na obra de Vitorino Nemésio, constitui uma presença constante. O "cronista do mar" foi "*um conhecedor profundo da rica simbologia das águas, ele transformou ainda o mar numa fonte perene de inspiração metafórica e até mítica*" (Silva, 1985: 96). Protagonizou "*uma açorianidade sublimada e sentida no dia-a-dia*"
(Gouveia, 2001: 1029).

Cecília regressa à ilha, terra natal de sua avó, para aí adquirir e assumir alguns traços de insularidade, que apenas lhe foram transmitidos por via hereditária, mas que a autora encarou como algo que lhe é intrínseco, como se pode verificar em "Beira-mar: "*Porque isto é mal de família, ser de areia, de água, de ilha*".

Nemésio expressa também a sua insularidade em "Da universal inquietude":

A Esfinge do mar é a ilha. Levanta-se do deserto de águas como a pétrea cabeça que afrontava Édipo na estrada de Tebas, mas não traga os transeuntes como monstro [bem pelo contrário], agasalha-os, amamenta-os com a sua lava." E acrescenta ainda que é "*o complexo de todos os temas na sua carne viva de possibilidade e inquietação*" (Nemésio, 1995: 162).

O mar representa, para os dois autores, uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas e surge como um cordão umbilical que os prende às suas origens e à ancestralidade das tradições.

A ilha, por seu turno, é para Nemésio "o berço", a origem, a representação do tempo da infância, do passado e simboliza o espaço almejado pelo autor, como teremos oportunidade de analisar. Para Cecília, a ilha remete para um espaço de idealização, onde o eu lírico se pretende evadir, para poder ser, "areia, água, ilha", indo ao encontro das suas raízes familiares e também insulares – " porque isto é mal de família".

II. A água: representações e aceções.

A água tem uma presença constante nas obras poéticas dos autores, mantém fortes elos de ligação com o sujeito lírico e constitui um ponto de partida para reflexões profundas. A água, sobretudo a água do mar, desencadeia um fluxo de memória e convida a um regresso ao passado, um navegar pelo tempo da infância:

Beira-mar
Foi desde sempre o mar.
E multidões passadas me empurravam
como o barco esquecido.

Agora recordo que falavam
da revolta dos ventos,
de linhos, de cordas, de ferros,
de sereias dadas à costa.

E o rosto dos meus avós estava caído
Pelos mares do Oriente, com seus corais e pérolas,
E pelos mares do Norte, duros de gelo.
(Meireles, 1994*b:*265)

O mar empurra o sujeito poético para uma travessia, levando-o a imergir no passado e a revisitar histórias evocadas aqui pelas expressões enumerativas – "*revolta dos ventos, de linhos (…) de sereias dadas à costa" – e presenças – "o rosto dos meus avós".*

Também em Nemésio a água do mar sugere esse retorno ao tempo da infância:

Todas as tardes levo a minha sombra a beber
Como nuvem ao mar de que saiu o meu ser."

O determinante indefinido todas acentua o regresso reiterado ao tempo e espaço da infância – a ilha – representados aqui pela "nuvem ao mar", que se confunde com a própria essência do sujeito lírico.

Existem, no entanto, outros sentidos que se associam ao mar, como demonstra a construção metafórica e comparativa:

Sou moradora de areias,
de altas espumas: os navios
passam pelas minhas janelas
como o sangue nas minhas veias,
como os peixinhos no rio…
(Meireles, 1994*b:*293)

Esta associação, de forte pendor visualista, assume uma força tal que o sangue que passa nas veias reporta ao movimento dos peixes que deslizam pelos rios e dos navios que rompem a água salgada, dando-nos a perceção de se tratar de algo indistinto. Quer a água, sob a forma de mar, quer o eu lírico fundem-se e metamorfoseiam-se na mesma natureza.

Também o poema "O Paço do milhafre" expressa essa fusão entre o sujeito poético e os elementos marítimos:

Á beira de água fiz erguer meu Paço
De Rei-Saudade das distantes milhas:
Meus olhos, minha boca eram ilhas;
Pranto e cantiga andavam no sargaço.

Atlântico, encontrei no meu regaço
Algas, corais, estranhas maravilhas!
Fiz das gaivotas minhas próprias filhas,
Tive pulmões nas fibras do mormaço.
(Nemésio, 1986:130)

As partes do rosto do sujeito lírico – olhos e boca – transformam-se, numa linguagem metafórica, em ilhas. No seu regaço, qual mapa geográfico, desvenda preciosidades aquáticas, como refere a enumeração: "algas, corais, estranhas maravilhas!

A saudade da terra distante adensa o desejo de retorno, anunciado pelo verso – "Fiz das gaivotas minhas próprias filhas" –, no qual o determinante possessivo minhas remete para uma apropriação do espaço e as gaivotas (sinédoque da ilha), seres alados, portanto livres, são as suas "próprias filhas". O último verso parece condensar a ideia implícita nos anteriores, nas fibras do mormaço, do calor entorpecedor da ilha, angaria o conforto e estabilidade necessários para prosseguir o seu poetar.

Uma situação semelhante verifica-se no poema "Mar Absoluto", presente na obra com o mesmo nome, em que o eu lírico suplica a sua aceitação, isto é, a sua incorporação na natureza:

Aceita-me apenas convertida em sua natureza:
plástica, fluida, disponível,
igual a ele, em constante solilóquio,
sem exigências de princípio e fim,
desprendida de terra e céu.
(Meireles, 1994*b:*267)

Pretendendo assemelhar-se à natureza marítima, adjetivada de *"plástica, fluida e disponível"*, vislumbra-se o desejo da união perfeita e única. Se com o elemento humano uma relação sem exigências seria impossível, já com o mar essa relação "desprendida" e isenta de preconceitos seria exequível, estabelecendo-se assim uma ligação inigualável. A indistinção existente entre o mar e o eu lírico não passou despercebida a Manuel Bandeira que na obra *Belo Belo* comparou a tenacidade e a fragilidade de ambos: "*Cecília és tão forte e tão frágil como a onda ao termo da luta."*

Para além da autoidentificação já referida, o mar irrompe na poesia de Cecília, revelando-se um verdadeiro companheiro de solidão:

O mar e só o mar, desprovido de apegos,
matando-se e recuperando-se

(…)
Não precisa do destino fixo da terra,
ele que, ao mesmo tempo,
é o dançarino e a sua dança.
(Meireles, 1994*b:* 266)

O primeiro dístico vem ao encontro das palavras de Bandeira, salientando, através de construções antitéticas, o caráter itinerante do mar e a sua mutabilidade – "matando-se e recuperando-se". A luta que o mar trava consigo mesmo parece representar a transposição para o elemento marítimo da vivência, ou melhor, da luta interior do eu lírico.

Também na obra nemesiana o mar assume, por vezes, o papel de conselheiro;

O mar só quis dar-me sina
Abrir-me ossos e veias:
A vida foi-se-me menina,
Suas promessas dei-as

O elemento marítimo manifesta uma total compreensão e disponibilidade face aos anseios do sujeito poético, numa tentativa de contribuir para a sua progressão. Contudo, os sonhos da juventude esboroaram-se e resta o desencantado adensado pela ausência do mar, por isso, urge recuperá-lo.

Nas obras dos dois autores deparamo-nos com outras aceções associadas ao mar, que representa um abrigo, chegando a ser considerado a última morada para os sonhos:

Lança destes altos montes
às frias covas dos oceanos
meus sonhos sem horizontes,
claro puro e sobre-humano.
(Meireles, 1994*c:* 185)

No poema "agosto", o mar atinge uma proporção mais vasta e, sob a forma de oceano, constitui um refúgio, a última morada para os sonhos da poetisa. Companheiro de desilusão, chega a ser um íntimo confessor, o depositário dos seus sonhos mais recônditos, "claros" e "puros", mas sem qualquer possibilidade de poderem irromper e persistir, sendo considerados "sem horizontes".

Além de companheiro, o mar atinge uma vertente demolidora, metamorfoseando o sonho em "flor de espuma". Esta feição destruidora e despojadora de sonhos e anseios do sujeito poético evidencia-se no poema "Canção":

Pus meu sonho no navio
e o navio em cima do mar
depois abri o mar com as mãos
para o meu sonho naufragar.
(Meireles, 1994*d*: 116)

Assiste-se a um desencanto anunciado nos versos "abri o mar com as mãos / para o meu sonho naufragar." O mar parece funcionar como um útero materno, normalmente hospitaleiro e permite momentos oníricos que mais tarde aniquila. Contudo, contrariamente ao útero materno que gera e faz brotar a vida, o mar não engendra o sonho, fá-lo "naufragar", destituindo-o de qualquer possibilidade de sobrevivência. O mar assume a forma de urna, adquirindo potencialidades destruidoras: "debaixo da água vai morrendo / meu sonho".

É interessante notar que este paralelismo entre mar-útero (origem da vida) e mar-urna (depósito de sonhos) também tem representação na obra poética do escritor açoriano:

Deixem-me só no mar, não aluguem o bote:
Medi o salto e o mundo antes de me atirar.
Assim, não há ninguém que me derrote:
Afogado ou flutuante hei de chegar.

(…)

E vou, lavado em mar e enxuto em ossos
Buscar a minha estrela aos céus de Oeste:

De tanta água, levo os olhos grossos;
A tristeza de ser alma me veste.
(Nemésio, 1986:136)

Esta súplica de libertação revela um desejo arquitetado: "Medi o salto e o mundo antes de me atirar". A imersão nas profundezas da água tem um efeito catártico, purifica o sujeito lírico, como anuncia o paradoxo lavado em mar / enxuto. Se por um lado lava, por outro enxuga, na medida em que lhe permite traçar uma diretriz, tendo em vista o alcance da sua estrela, o tempo perdido da infância.

Nunca fui senão mar numa coisa peluda
Mar numas veias cheias de ânsia
De o derramar na superfície muda
Que está à minha espera desde a infância.

(…)

Um homem, forte apenas do mandato,
Só grande porque o mar me penetrou:
No mais mísero e nu; o único fato
É a pele que o pecado me emprestou.
(Nemésio, 1996:137)

O eu lírico reforça a sua identificação com o mar, que irrompe como metáfora do eu. O mar é não só um ponto de partida, na medida em que simboliza o início da existência, como também a própria a essência do eu: "Nunca fui senão mar". Assim, o mar pode ser interpretado como símbolo do ciclo de vida: representa, numa primeira instância, o útero materno, que engendra a vida; acompanha depois o percurso do eu poético, chegando mesmo a fundir-se com ele e, numa fase final, é o seu depositário, o local onde ele flutua e imerge.

O mar desencadeia nos dois autores o fluxo da memória. As vagas convidam a reflexões profundas, acompanham o deambular no tempo, o regresso ao passado e convocam a uma incursão pelo universo ontológico do sujeito poético. O cenário físico remete para o cenário interior e subjetivo do eu lírico:

Não é apenas este mar que reboa nas minhas vidraças,
mas outro, que se parece com ele
como se parecem os vultos dos sonhos dormidos.
E entre água e estrela estudo a solidão.

E recordo a minha herança de cordas e âncoras,
e encontro tudo sobre-humano.
E este mar visível levanta para mim
uma face espantosa.
(*Meireles,* 1994*b*: 267)

O mar visível, que reboa nas vidraças, remete para a idealização de um outro mar, o Mar que Cecília recria e onde imerge ao encontro dos "vultos e sonhos dormidos", da sua "herança insular "de cordas e âncoras".

O poema "Correspondência ao Mar" patenteia igualmente a transmudação do elemento marítimo:

Quando penso no mar
A linha do horizonte é um fio de asas
E o corpo das águas é luar.

De puro esforço, as velas são memória
E o porto e as casas
Uma ruga de areia transitória.
(…)

Quando penso no mar, o mar regressa
A certa forma que só teve em mim
(,,,)
(Nemésio, 1986: 142)

O cenário, presente nos poemas analisados, remete para o campo semântico de mar, como comprovam os temas e lexemas que neles pululam – "areia, oceano, ilha, horizonte, peixes, navio, cordas, espuma" –, reforçando o isolamento e

ensimesmamento do eu, que encontra nos seres, nas coisas e nos diferentes espaços sentidos ocultos. O real observável remete para a idealização e interioridade do sujeito e, através do fluxo da memória, é a fonte primordial para o exercício poético. Os elementos, sobretudo o mar, assumem uma feição intermitente, sujeitos à mutabilidade do tempo e da memória: "*Quando penso no mar, o mar regressa / A certa forma que só teve em mim*".

O mar concreto conduz à interioridade do sujeito, remete para o seu passado, para a sua terra e origens e consequentemente para a ilha. A ilha, no caso de Cecília, não é senão um estão de espírito. Como bem notou Margarida Gouveia, a poetisa "quando define a ilha, mitifica-a e abstratiza-a, ao ponto de a considerar a ilha de "nenhures", a "Ilha do Nanja"[23]:

> *Médias vacas, encaracoladas ovelhas, arroios sussurrantes… Os carros pesados de frutos redolentes… Os barcos de pesca…As procissões pisando ruas de flores… Tudo isto é a ilha do Nanja: mas a ilha do Nanja não é nada disso. É muito difícil explicá-la, pois certamente é o que não é* (*apud* Gouveia, 2001: 108).

À semelhança do que sucede com o mar, também a ilha assume uma feição intermitente – " *é (...) mas não é nada disso." A ilha é um espaço idealizado, "embora com uma paisagem e uma morfologia que a tornam referível à ilha das suas origens ancestrais (S. Miguel) "* (Gouveia, 2001: 108). A ilha remete para o universo interior e subjetivo de Cecília.

De modo análogo, encontramos em Nemésio a identificação com a ilha:

Tenho a carne dorida
Do pousar de umas aves
Que não sei de onde são:
Só sei que gostam de vida
Picada em meu coração.
Quando vêm, vêm suaves;
Partindo, tão gordas vão!

A realidade observada, o *topos* da infância, é sublimada, através do exercício da escrita para um outro plano, e remete para a interioridade do sujeito, que se funde, por intermédio de uma linguagem metafórica, na terra natal distante e perdida: "Tenho a carne dorida". A ilha é caraterizada pela sua abundância e fertilidade – as aves, "quando vêm, vêm suaves", mas partem gordas. O vaivém das aves pode ser associado ao exercício da escrita, pois o poeta, qual ave, procura, "suave" o regresso à terra natal, onde pretende mergulhar na sua essência, em busca da interioridade, saindo também ele mais fecundo.

Nemésio considerou que o que fez de Roberto Mesquita um "*poeta original e duradoiro é o sentimento de solidão atlântica*". Não foi também esta caraterística, apesar de sentida de diferentes formas, comum aos dois autores aqui referenciados? Não foram também o mar e o sentimento de solidão elementos inspiradores, quer para Cecília quer para Nemésio, que estiveram na base da sua criação poética e os imortalizou?

Bibliografia

Almeida, J. Pavão de. (1973) "O portuguesismo de Cecília Meireles e os Açores" *in Separata da Revista Ocidente, vol. LXXXIV.*

ALMEIDA, Onésimo Teotónio.

(1983) *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra do Heroísmo: SREC (col. Gaivota).

(1989) *Açores Açorianos Açorianidade*, Ponta Delgada: Signo.

Gouveia, Margarida Maia. (2001) *Vitorino Nemésio e Cecília Meireles: a ilha ancestral,* Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Meireles, Cecília.

(1994*a) Retrato Natural in Poesia Completa, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.*

(1994*b) Mar Absoluto in Poesia Completa, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.*

(1994*c) Vaga Música in Poesia Completa, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.*

(1994*d) Viagem in Poesia Completa, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.*

Nemésio, Vitorino.

(1986)Poesia *(1935-1940), Venda Nova:* Bertrand.

(1995) *Sob os signos de agora* (introdução de José Martins Garcia), Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Silva, Heraldo Gregório da. (1985) *Açorianidade na poesia de Vitorino Nemésio: realidade, poesia e mito, Ponta Delgada: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.*

[23] cf. Gouveia, Margarida Maia (2001). Vitorino Nemésio e Cecília Meireles: a ilha ancestral, Porto: Fundação António de Almeida. pp. 107-115.

8.LUÍS ANDRADE andrade@notes.uac.pt

A UNIVERSIDADE DOS AÇORES E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com esta comunicação, proceder-se-á à análise do que tem sido a Cooperação Internacional da Universidade dos Açores ao longo dos últimos anos, concedendo um realce especial à cooperação com o Brasil e os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não esquecendo as nossas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

O principal objetivo desta intervenção tem a ver, por um lado, com a problemática da Política Externa e de Cooperação Portuguesa relativamente aos países lusófonos e, por outro, com o papel que as Universidades Portuguesas, e em particular a Universidade dos Açores, têm vindo a desenvolver nesse sentido, sem esquecer, como é óbvio, a nossa diáspora.

Não iremos proceder a uma análise histórica dessas relações, mas tão-somente tecer algumas considerações, que nos parecem ser importantes, acerca da forma como Portugal tem vindo a gerir a sua política externa e de cooperação, designadamente no que diz respeito àqueles países.

De uma forma geral, podemos afirmar que essa política externa assenta nos seguintes pressupostos:

1 - Aprofundar o papel de Portugal como sujeito ativo no processo de construção europeia.

2 - Reforçar a relação privilegiada com o espaço lusófono, designadamente no que diz respeito aos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, ao Brasil e a Timor.

3 - Privilegiar a OTAN, a ONU e a OSCE, como instituições basilares no que diz respeito à Segurança, à Defesa e aos Direitos Humanos.

4 - Aprofundar as relações bilaterais com os países vizinhos.

5 - Reforçar a presença de Portugal nas Organizações Internacionais.

6 – Garantir a manutenção de uma estreita ligação às Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo.

7 - Defender e afirmar a língua e a cultura portuguesas.

8 - Promover uma diplomacia económica ativa

9 - Rumar a uma diplomacia nova para o século XXI.

Relativamente à problemática que mais nos interessa neste momento, entendemos que é essencial que Portugal continue a reforçar a valorização e o aprofundamento dos laços indeléveis que nos unem quer aos países africanos de língua oficial portuguesa quer ao Brasil e a Timor, através de uma política de empenhamento criativo.

A fim de concretizar estes objetivos, é necessário, em primeiro lugar, aumentar e diversificar os programas que estimulem a circulação e o reforço das relações culturais, económicas e políticas entre Portugal e esses países.

Em segundo lugar, aumentar a coordenação entre todos os países que falam Português nos congressos internacionais.

Por outro lado, entendemos que a Política de Cooperação constitui uma das vertentes mais importantes da Política Externa Portuguesa, que assenta, sobretudo, em valores como a procura da paz, a preservação e o aumento, se possível, da solidariedade entre os povos, a manutenção e, se for caso disso, a promoção e consolidação da Democracia e do Estado de Direito, a garantia e o respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, assim como a defesa da Língua Portuguesa e a preservação do ambiente.

Tendo em conta este desiderato, foram definidas algumas linhas de atuação política relativamente à problemática da cooperação para o desenvolvimento:

Em primeiro lugar, é essencial promover-se a melhoria das condições de vida das populações dos países em desenvolvimento e da consolidação da democracia e do Estado de Direito.

Acerca deste assunto, pensamos que é fundamental que Portugal, no seio da União Europeia, continue a desenvolver esforços no sentido de sensibilizar os nossos parceiros para os problemas do continente africano, assumindo uma postura político diplomática de promoção e de aprofundamento do diálogo euro-africano, não esquecendo a prioridade que deve ser concedida aos Estados africanos de Língua Portuguesa, reforçando, de igual modo, o relacionamento

entre Portugal e esses Estados, na base da coordenação política e diplomática e aproveitando os laços de língua, de cultura e de confiança existentes.

Na prossecução da sua política de cooperação, designadamente no que concerne aos países africanos de língua oficial portuguesa, um dos principais objetivos a alcançar, pensamos nós, é a ajuda que deve ser prestada e esses países no sentido de criarem bases sólidas a fim de poderem conseguir alcançar o seu desenvolvimento autossustentado.

Para se conseguir alcançar estes objetivos, é, em nosso entender, essencial que se promova e defenda a Língua Portuguesa, tendo em consideração a sua função aglutinadora e estruturante no desenvolvimento (saúde, educação e ciência). Por outro lado, não nos podemos esquecer da cooperação institucional, designadamente no que diz respeito à assistência técnica e à formação, visando o reforço do Estado de Direito e da Sociedade Civil, da eficácia e da transparência da ação administrativa.

Um outro aspeto que, de igual modo, nos parece ser extremamente importante tem a ver com a cooperação empresarial e o apoio ao desenvolvimento do setor privado. Neste contexto, o ano de 1995 foi extremamente importante na medida em que foi marcado pela preparação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Criada em 1996, esta Comunidade tem como objetivo essencial o reforço das relações de solidariedade entre os países de Língua Portuguesa quer no plano político diplomático, quer no plano da cooperação em geral. O que, de facto, nos parece ser relevante, de igual modo, é o apoio financeiro a projetos que contribuam para o desenvolvimento desses países.

.

Por outro lado, é importante referir que a articulação luso-brasileira é, de igual modo, essencial à construção de uma plataforma atlântica, cooperativa e utilitária, na articulação dos projetos pela via da troca de experiências em África.

O aprofundamento dos laços de solidariedade que ligam os Estados de língua oficial portuguesa é para o nosso país uma política prioritária; uma política que se orienta numa perspetiva de futuro e que, com base no património inestimável que é a nossa língua comum, procura conjugar experiências e esforços para a ampliação do intercâmbio cultural e para o reforço da cooperação para o desenvolvimento económico e social, assim como para a nossa mútua capacidade de afirmação externa.

Um outro aspeto tem a ver com o importante papel que as Universidades Portuguesas, e especificamente a Universidade dos Açores, têm vindo a desempenhar no que diz respeito à formação de muitos alunos provenientes dos PALOP, facto que tem contribuído, inequivocamente, para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, e reportando-nos concretamente à Universidade dos Açores, desde que iniciámos funções, há cerca de um ano e meio, no âmbito da Pró-Reitoria para a Mobilidade e a Cooperação, temos procurado, dentro das nossas possibilidades, reforçar o relacionamento com a diáspora, designadamente com as comunidades imigrantes radicadas nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Brasil assim como nas Bermudas.

Neste contexto, temos vindo, anualmente, a organizar um Curso de verão cujo objetivo é não apenas o ensino da língua e cultura portuguesas, mas também da História, da Sociedade, da Economia, da Vulcanologia, da Sismologia, assim como as problemáticas ligadas ao Mar e à Terra da Região Autónoma dos Açores. O Curso decorre em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

O que nos parece ser essencial, em todo este contexto, é a preservação da nossa língua e da nossa cultura, em suma, da nossa identidade relativamente aos países que acolheram e acolhem os nossos imigrantes, bem como os seus descendentes.

Um outro aspeto, intimamente relacionado com o anterior, que gostaríamos de realçar, prende-se com a formalização da cooperação da Universidade dos Açores, consubstanciada através da assinatura de protocolos e outros acordos com Universidades e Instituições desses países.

Ainda no passado mês de março tivemos a oportunidade de visitar a Nova Inglaterra, a Califórnia e o Canadá, a fim de procedermos à divulgação, não apenas do Curso de verão a que fizemos referência anteriormente, mas, de igual

modo, à oferta de ensino da nossa Universidade, tanto ao nível dos cursos de graduação como de pós-graduação, por forma a recrutarmos alunos provenientes das nossas comunidades residentes nos Estados Unidos da América e no Canadá.

Não podemos deixar de referir, todavia, o inestimável apoio que temos vindo a receber por parte da Direção Regional das Comunidades na pessoa da sua Diretora, Dra. Alzira Silva, a quem prestamos pública homenagem.

Por outro lado, a apresentação de comunicações e conferências, assim como a organização de seminários e de mesas redondas em várias instituições de ensino superior norte-americanas e canadianas, constitui, de igual modo, um aspeto importante a ter em consideração, na medida em que nos concede a possibilidade de darmos a conhecer o que a Universidade dos Açores está a oferecer ao nível do ensino e a desenvolver no âmbito da investigação. Foi exatamente o que fizemos no passado mês de novembro, através do Programa "Teach Europe", uma iniciativa conjunta das Embaixadas de Portugal, de Espanha, da França, de Itália e da Alemanha, cujo convite à Universidade dos Açores se ficou a dever às iniciativas desenvolvidas, em Washington, pela Senhora Professora Graça Castanho.

Temos vindo, de igual modo, a proceder, gradualmente, à divulgação dos apoios institucionais que existem, quer no âmbito da Comissão Fulbright quer da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, no seio dos estudantes e professores da Universidade dos Açores, tendo como objetivo fomentar a cooperação, a vários níveis, entre o pessoal docente e discente dos dois lados do Atlântico. Neste contexto, merece destaque a assinatura do protocolo entre a U. A. e a Comissão Fulbright, que viabilizou, em março de 2005, a criação do Centro Regional de Informação Fulbright com sede na Reitoria da Universidade dos Açores, e que tem como objetivos fundamentais a divulgação do sistema de ensino norte-americano, o aumento do intercâmbio de professores e estudantes, bem como a informação atempada acerca do programa de bolsas Fulbright. O trabalho que se tem vindo a desenvolver foi publicamente reconhecido pela Comissão Fulbright que atribuiu um prémio de mérito à Universidade dos Açores, concedendo uma bolsa que fará com que a nossa instituição participe, pela primeira vez, na NAFSA, em Montreal, entre 21 e 26 de maio.

No entanto, somos os primeiros a reconhecer que muito há ainda a fazer, muito embora tenha sempre constituído uma prioridade da política de cooperação da Universidade dos Açores, o nosso relacionamento com a diáspora açoriana espalhada pelo mundo, designadamente nos Estados Unidos da América, no Canadá e no Brasil, sem esquecer, como é evidente, as Bermudas.

É, por conseguinte, uma prioridade da Pró-Reitoria para a Cooperação e Mobilidade da Universidade dos Açores, a intensificação dos laços que nos unem, e que devem ser cada vez mais fortes, a essas comunidades espalhadas pelo mundo. Esse relacionamento, assente em protocolos de cooperação, visitas de estudo sistemáticas, cursos, e outros programas, tem como objetivo, como já foi referido, reforçar e diversificar a cooperação já existente.

Já constitui um lugar-comum dizer-se que vivemos, hoje em dia, num mundo globalizado. Porém, independentemente dos consideráveis desenvolvimentos que têm vindo a ocorrer no âmbito das novas tecnologias da informação, designadamente através da Internet, somos da opinião de que o contacto pessoal continua a ser imprescindível no processo de aprendizagem. Neste sentido, está em estudo por parte das autoridades norte-americanas e europeias uma proposta de criação de uma licenciatura transatlântica ("transatlantic degree"), a ser implementada por instituições de ensino superior de ambas as margens do Atlântico entre 2006 e 2013.

Entendemos que esta iniciativa poderá constituir mais um passo importante no âmbito do relacionamento transatlântico, que, como sabemos, sofreu, nos últimos anos, alguns percalços, devido sobretudo à problemática que teve a ver com a intervenção militar anglo-norte-americana no Iraque. Para concluir, diríamos que é necessário continuarmos a trabalhar, em conjunto, no sentido de podermos preservar tanto a nossa língua como a nossa cultura, duas componentes essenciais da nossa identidade como povo. E iniciativas como esta são, de facto, extremamente importantes para se alcançar esses objetivos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

9. J. CHRYS CHRYSTELLO drchryschrystello@yahoo.com.au **E**
10. HELENA CHRYSTELLO hchrystello@gmail.com

AVÓS DE BARRA, AVÓS DE BAÍA, UMA TRIBO ABORÍGENE AUSTRALIANA A FALAR CRIOULO PORTUGUÊS ATÉ AO SÉCULO XX

Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de interrelacionamento matrimonial duma tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580.

No século XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígene e de português crioulo.

Segundo von Brandenstein existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas

Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de interrelacionamento matrimonial duma tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580.

[Este trabalho segue trabalhos do Prof. Dr. Carl von Brandenstein. Ao texto base, revisto, editado e compilado, foram acrescidas, anotações, dados de pesquisa e investigação e explicações descritivas].

No século XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígene e de português crioulo. A importação de escravos teve início em 1444 pelo Infante D. Henrique e cresceu rapidamente a partir daí, mas nada há escrito ou conhecido que prove que escravos africanos terão vindo para Timor durante a primeira centena de anos de ocupação portuguesa.

Segundo von Brandenstein (um excêntrico personagem octogenário em 1990, de trato difícil e desconfiado, mas categorizado linguista e historiador) existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas

1.

As descobertas em 1967, e 1989, de material linguístico Português na zona das tribos aborígenes Kariyarra (Karriera) e Ngarluma, que residem na região de Pilbara foram alargadas pela descoberta de uma vasta colónia portuguesa na região dos montes Kimberley. Esta abarcava uma área oeste–leste do arquipélago Buccaneer até ao vale de Fitzroy, e pelo menos, até à passagem ou travessia de Fitzroy. Crê-se que a Terra de Dampier (Dampierland), a Angra do Rei (King Sound) e a sua costa leste, desde aproximadamente Derby até à foz do rio Fitzroy, em Yeeda, foram exploradas e parcialmente colonizadas. O mesmo se diria da estrada de Broome até Yeeda, com uma vasta base de exploração **"Jaula-enga"** e uma aldeia ou povoação **"Recém Vila"**, no rio Logue, ambas rodeadas de florestas de baobás.

2.

A colónia durou sessenta anos, entre 1520 e 1580, podendo inclusive ter sobrevivido muito mais tempo com proprietários portugueses, de direito próprio à posse daquela estação. A preocupação principal aqui é relativa ao impacto da ocupação durante sessenta anos em relação à população aborígene. De acordo com os estudos existentes, eles não só lançam novas pistas sobre a situação linguística na região, mas revelam igualmente aspetos inesperados e híbridos numa tribo aborígene, que tem sido descrita com diferentes nomes, tais como: **Jaudjibara**, **Jawdjibara**, **Yawidjibaya**, que se supõe ter habitado as ilhas Montgomery.

2.1.

Descrever ou dar provas de hibridismo observado por diversas vezes na região do arquipélago Buccaneer, não é solução para todos os problemas daí advenientes, dado que tal só poderia ser feito com o auxílio da antropologia, da física ou genética. Embora aquela tribo tenha deixado de existir desde 1987, pode não ser demasiado tarde para que os peritos com conhecimentos relevantes possam estudar o assunto, falando com descendentes da tribo, estudando fotografias e relatórios, tais como aqueles efetuados pelo professor J. Birdsell em meados da década de 50. Tal esforço concertado poderia atingir o veredito há muito necessário para explicar a natureza híbrida daquela tribo. No que concerne à parte linguística descobriram-se, sob detalhado estudo de nomes e outras referências, a existência de dois grupos tribais miscigenados através de laços matrimoniais: os **Yawuji Bara** (em crioulo português) ou os **Avós de Barra** (em Português) e, os **Yawuji Baia** (em crioulo português) ou os **Avós de Baía**. O primeiro nome significa Antepassados da Barra, sendo esta a existente na região envolvente das ilhas Montgomery. O segundo nome significa Antepassados de Baía, que pode ser a baía de Collier sendo Collier um anglicismo da palavra **Colher**, significando (re)**colher** velas para aportar.

2.2.

Adiante se descrevem de forma breve todos os atores envolvidos nesta ocupação clandestina dos australianos montes Kimberley:

- *um número indeterminado de pessoal náutico da Armada Portuguesa,*
- *um número indeterminado de civis, dentre eles membros do clero, cientistas, artesãos e potenciais residentes ilegais,*
- *mais de um milhar de negros africanos, calculados pelo número de cabanas de pedra para albergar trabalhadores e escravos, ainda existente na ilha High Cliff (Altas Escarpas). Eles eram provavelmente utilizados pelos portugueses como escravos das galés, para trabalhos forçados a processar peixe e dugongo fumado e a cortar pedra duma mina de pedras semipreciosas de Calcedónia e duma mina à superfície de minério de ferro na ilha Koolan.*

A importação de escravos e as primeiras expedições portuguesas à costa noroeste africana datam de 1434. A partir de 1450, a maior parte dos seus escravos veio das regiões ribeirinhas do centro e sul da costa africana ocidental, agora Guiné-Bissau. Por volta de 1500, Angola, o Cabo da Boa Esperança e Moçambique haviam sido anexados e Madagáscar descoberto, e havia também escravos retirados desta parte de África. Rapidamente, a maior parte das nações coloniais se apercebeu de que os escravos africanos eram os melhores.

Os Portugueses tentaram utilizar escravos malaios em Java, naquilo que se provou ser um grave erro, jamais repetido. Os escravos malaios tinham uma reputação de serem bastante autoritários e mandões e até mesmo de gerirem os negócios dos seus donos. Os índios americanos (ameríndios)*, quer do Norte, quer do Sul, tinham uma reputação de serem inúteis e perigosos. Não havia ninguém melhor do que os Negros da África Ocidental para trabalhar nas plantações de cana do açúcar no Brasil.*

Em poucas décadas, mais de quatro milhões de escravos africanos foram vendidos e enviados para as Américas. Tudo parece apontar para que os escravos portugueses na Austrália fossem originários da África Ocidental, em vez da África Oriental ou Madagáscar, e existe outra pista que apoia esta versão: a existência de árvores baobá nos montes Kimberley (ver 2.8). A maior parte destes escravos africanos terá ficado quando os portugueses abandonaram a região dos Kimberley, cerca de 1580, na esperança de poderem regressar um dia. É altamente provável que, antes e depois do período de ocupação, eles se tenham miscigenado com os aborígenes das ilhas da baía Collier, e a norte desta. Durante 470 anos, as duas metades, miscigenadas através do casamento, desenvolveram-se num grupo étnico híbrido, transportando consigo os nomes de origem portuguesa, como **Avós de Barra** *e* **Avós de Baía***, os quais sobreviveram até aos nossos dias.*

Os escravos na Austrália falavam a língua portuguesa. Os portugueses começaram as suas expedições em busca de escravos, cerca de noventa anos antes de se estabelecerem na Austrália. Por volta de 1520, os seus escravos falavam Português há duas ou três gerações.

Até 1520, os subsequentes **Yawuji Baía** *não existiram, mas os seus antepassados eram aborígenes puros, talvez relacionados por sangue e língua aos* **Worrora***, vivendo lado a lado na baía de Collier e suas ilhas adjacentes, nunca a mais de vinte quilómetros da costa, que era o limite*

*máximo das suas embarcações. Quando a armada invasora portuguesa aportou à costa dos Kimberley, ao largo da ilha Champagny (vd. 7), de acordo com planos prévios e bem organizados, acostou primeiro na ilha das Altas Escarpas (High Cliff) no grupo das ilhas Montgomery, a seguir na ponta sul da Baía, a que então deram o nome de Baía Colher ("Baía de recolher velas para aportar"). Os portugueses amigaram-se com os aborígenes locais e para ganhar a confiança destes para fins tão distintos como a pesca, a guarda costeira e expedições, forneceram-lhes canoas feitas de madeira, até então deles desconhecidas. Os portugueses chamavam a estas canoas "**nau mendi**" ou **"barcos de mendigo** (beggar ship)**".** Este termo permaneceu em toda a região costeira dos Kimberley como **namandi** (Crioulo) ou **namindi.** A maior mobilidade e velocidade deste tipo de embarcação e o seu mais amplo limite de ação, permitiu aos aborígenes adquirirem com este meio de navegação acesso a ilhas mais afastadas. Eles também se miscigenaram com a mão-de-obra africana inicialmente estacionada na ilha MacLeay (em português **Galés irá**, em crioulo **Galij irra**, ou seja, o local para onde os escravos irão). Os seus locais de trabalho eram em High Cliff (Altas Escarpas) e a ilha Koolan (vd. 6.6)*

2.3.

*Outra tribo aborígene a ter tido contacto com os portugueses terá sido a dos **Nyikina**, que vivia a sul da Angra do Rei* (King Sound) *e na baía de Fitzroy, até à zona de Passagem ou Travessia de Fitzroy. Para além da existência de membros destas tribos com uma aparência física diferente da raça miscigenada, parece existir pouca evidência física deste contacto. Contudo, há alguns termos importados e um deles é extremamente importante pois dá-nos a saber como a árvore baobá originária de África chegou aos Kimberley: o termo em **Nyikina largari** (baobá) dificilmente pode ser dissociado do seu étimo português **[árvore] larga**. Da mesma forma conspícua é a presença do termo **langurr** (marsupial roedor, de cauda anelar ou Ringtail Possum), conhecido pela facilidade com que é capturado, apático e lento, quando se compara tal termo com o étimo português **langor**, definido como lento ou preguiçoso.*

Espero que mais termos adotados por empréstimo venham a ser descobertos.

2.4.

Um grupo de tribos aborígenes da Angra do Rei (King Sound) *e a oeste da mesma, cujos nomes se perderam desde o impacto da invasão portuguesa, adotaram o nome global de **Jaui, Jawi ou Chowie**, todos eles sendo uma deturpação do étimo **chave**, nome bem apropriado para o novo quartel-general nas ilhas Sunday. Provavelmente, os aborígenes ali residentes foram forçados a abandonar as ilhas durante o período de ocupação, tendo regressado depois da partida da Armada. É igualmente provável que os membros do clero tentassem disseminar a fé entre os infiéis. Pelo menos sobreviveu a implantação de **inferno**, enfaticamente substituída por um padre pela exclamação **Dor quê!** como seu sinónimo. Este étimo é ainda utilizado pelos **Jaui** e noutros idiomas da região da Angra do Rei* (King Sound) *e no dialeto **Ngarinyin** como **dorge**, significando inferno.*

A vasta topologia e toponímia deixada pelos portugueses na região dos Kimberley provam para além de qualquer dúvida, a existência de uma vasta colónia portuguesa. Para o afirmar, as muitas instâncias em que a análise linguística dos étimos é consistente com a realidade geográfica e a possibilidade histórica. Até ao momento, apuraram-se 101 étimos de Português ou Crioulo Português. Adicionaram-se igualmente palavras isoladas, na sua maioria importadas para dialeto locais, dentre um vocabulário português que se cifra, à data, em 260 palavras. A densidade populacional portuguesa na área de colonização europeia teria de ser reduzida e isso prova, de forma evidente, que a presença portuguesa terá sido maior do que qualquer descoberta arqueológica – sem proporcionar nomes – poderia provar. Contudo, em ambos os casos, auxiliam a identificar o enigmático caso das cabanas de pedra em High Cliff (Ilha das Altas Escarpas).

2.5.

Foi apenas depois da descoberta toponímica portuguesa do professor Brandenstein que houve a possibilidade de fazer pesquisas arqueológicas onde estas jamais haviam sido feitas. Refiro-me à área de Derby a Yeeda e Willare, dado que o leito do rio Fitzroy de há 470 anos é agora o rio Yeeda. Não surpreenderá

assim saber que o termo português **Ida**, equivale ao termo crioulo **Yida** (significando porto de embarque ou destino, cais) e que a feitoria **Jaula-enga**, ou estação rural de Yeeda, teria sido um ponto de transbordo durante a época dos portugueses, onde as naus poderiam carregar ou descarregar no mesmo cais - consoante as marés - em simultâneo com as barcaças fluviais. Estas, transportavam produtos agrícolas, rio abaixo e rio acima até Bruten Hill (a colina Bruten) no ribeiro Christmas, para a estação de Cherrabun e até Noonkanbah, na parte mais meridional que se podia atingir no rio Fitzroy.

> *A evidência para este tráfego fluvial é proporcionada, uma vez mais, pelos nomes acabados de mencionar. No português* ***brotem*** *[podem flutuar (o barco numa curva depois da colina)], é a terceira pessoa plural do conjuntivo de* ***brotar. Cherrabun*** *é o equivalente português de* ***Cheira a bom. Noonkanbah*** *era uma estação pastoril cujo passado se desconhece, mas que em 1880 era gerida pelos* (irmãos) *portugueses Emanuel, de acordo com E. Kolig [1987: 19]: "Surpreendentemente as histórias aborígenes falam numa fase anterior de paz e de harmonia racial. A origem desta tradição oral é algo misteriosa, carecendo ao que parece, de substanciação histórica."*
>
> *Será mesmo assim? A palavra* ***Noonkanbah*** *soa bem ao português* ***Nunca pá****, como grito de alívio ou desalento. Será que alguém se fartou de remar rio acima e rio abaixo? Ou todos os remos de uma barcaça se foram numa manobra errada? Escusado será acrescentar que a estação de Noonkanbah se localiza no rio Fitzroy, e a 12 quilómetros para leste fica a estação pastoril de Kalyeeda. Sete quilómetros a noroeste e sete a nordeste daquela o rio Fitzroy forma duas largas curvas, em cuja margem ou flanco existe uma pista de gado onde este tem acesso à água. Este tipo de pista para o gado beber corresponde totalmente ao significado português de* ***Calheta****, cuja ortografia atual é* ***Kalyeeda****. Obtiveram-se, até ao momento, mais 22 nomes de locais habitados na região do rio Fitzroy.*
>
> *Existe ainda, um último étimo, dado ser extremamente comum e ter uma importante relação geográfica para o que foi, em tempos, o proeminente porto de* ***Yeeda****. Atualmente, trata-se de importante ponto de paragem ou abastecimento à margem da estrada, mas* ***Willare*** *é claramente o mesmo que em Português* ***Vila à Ré*** *tal como era vista de Yeeda lá atrás, ou vista de cima.*

2.6.

A análise de acontecimentos históricos e condições no auge do poder colonial português, quer nas Índias Orientais ou fora delas, não pode ser tomada como sendo infalível e final. Em especial no que concerne à retirada da armada da região dos Kimberley cerca de 1580, as conjeturas podem ser reduzidas a uma pergunta alternativa:

> ***"Terão os colonos portugueses e a sua comitiva partido com a armada, ou ficaram amigavelmente com os aborígenes locais, desenvolvendo as estações pastoris cujos nomes ainda hoje se mantêm, e quiçá talvez tenham vivido felizes para sempre, até que Alexander Forrest e os padres, Sir John e Matthew exploraram e adquiriram vastos interesses na área dos Kimberley a partir de 1879?"***

Como foi dado a entender no capítulo anterior, as tradições locais aborígenes apoiam a teoria da estadia pacífica dos primeiros colonos europeus (ou seja, os Portugueses).

> *O cuidadoso planeamento de uma estrita invasão clandestina dos Kimberley necessitou de uma palavra de código para todos os que, como parte das suas obrigações de serviço, participaram sob promessa e juramento de não divulgação. Será importante recordar que havia um profundo relacionamento entre causa e efeito de obrigações e deveres por parte das autoridades portuguesas, e pela lealdade e obediência por parte dos seus escravos negros, fundadores da única tribo afro-australiana na História. A sua fidelidade ininterrupta durou 407 anos, entre 1580 e 1987.*
>
> *Esta história contém algumas deduções, as quais demonstram de forma importante os meios de que as autoridades portuguesas da época se serviram para evitar um estado declarado de guerra com os seus competidores espanhóis nas Filipinas, enquanto simultaneamente distendiam o seu vasto Império pelos quatro cantos do mundo. A operação nos montes Kimberley deve ter sido fruto da brilhante mente de Francisco Rodrigues, o melhor estratega e planeador que à data os Portugueses tinham em Malaca. Foi ele aliás que mais tarde preparou a conquista de*

Macau, na China, em 1557. Para ele, era uma absoluta necessidade a invasão clandestina dos montes Kimberley. Ele estava cônscio de que se os espanhóis descobrissem que os portugueses estavam a fazer um esforço de descoberta e avanço para sul ou para leste, a guerra era um facto inevitável. Isto tinha de ser evitado a todo o custo pois resultaria na perda das Malucas e do lucrativo comércio das especiarias obtido em Ternate em 1512, para além de pôr em perigo a conquista de Timor em 1516. A paz aparente e periclitante assinada em 1529 entre Portugal e Espanha dá-nos uma indicação de que a operação clandestinamente engendrada por Rodrigues surtiu efeito entre 1516 e 1529. A minha convicção e melhor aposta são que "tal aconteceu na década de 20".

A fim de desencorajar explorações de descobrimento no mar de Timor e potenciais informadores aborígenes, todo o pessoal, incluindo escravos e colonos livres a bordo da armada, tiveram de jurar segredo sobre a sua identidade nacional, ou seja, as palavras Portugal e Português foram banidas do vocabulário por uma palavra de código que fosse idêntica em todos os vocabulários dos poderes coloniais que então lutavam pela supremacia. Numa mistura de orgulho e prudência a escolha recaiu em **Eufonia***, do grego clássico Euphonia, significando com* boa e forte voz. *Recorde-se que naquela época, a pena capital era o castigo imposto a todos os participantes na operação que violassem o juramento sagrado. Assim, a língua portuguesa oficialmente falada nos novos quartéis-generais da armada em* **Chave** (atualmente a ilha Sunday) *era denominada "*Eufonia*". Quando os poucos aborígenes autorizados a entrar no local fizessem perguntas ficavam a saber que aquela palavra era o nome dos recém-chegados e do seu idioma. Para os aborígenes, porém, era difícil aprender este étimo estrangeiro* Eufonia. *Dada a diferente fonologia eles pronunciavam* **E^{u}funi'a** *mantendo apenas* **E**, **n**, **a**, *e substituíam o estrangeiro som* **^{u}f** *por* **w**, *o segundo* **u**, *por* **Э**, *deixando de fora a intonação forte de* **i' a**, *transferindo-a para o* **E'** *inicial. Isto produzia* Ewnya*, ou transcrito por nós como* **Ewanya***, a versão crioula do português* Eufonia*, sobrevivendo os últimos 470 anos, ainda no seu habitat temporário de antanho na ilha Sunday. Por um erro, perfeitamente compreensível dos sucessores dos portugueses da ilha* **Chave***, o seu nome e o do seu idioma derivou para* **Jaui***, do étimo português chave. Alguns Jaui admitiram considerar* **Ewanya** *como o nome da sua língua, mas os Jaui deixaram* **Chave** (ilha Sunday) *como os portugueses o haviam feito e vivem agora numa região designada* "One Arm Point (Ponto de um Braço)" *na região continental mais próxima. Foi desta forma que o código secreto* Eufonia *e o crioulo* Ewanya *sobreviveram, guardando o seu segredo até aos dias de hoje.*

O que aconteceu aos escravos negros quando os portugueses deixaram a Austrália em 1580, por ordem do seu novo rei e inimigo, Filipe II de Espanha ficará para já no limbo das conjeturas. Existem boas razões para acreditar que os escravos foram deixados na terra onde viviam e trabalhavam há já sessenta anos. Provavelmente foi-lhes dito que tinham ainda certas obrigações para com os seus donos e ameaçados com punições e nova escravatura, se alguns deles ou seus descendentes falasse com pessoas de outros grupos étnicos, ou divulgasse o nome da sua língua e nacionalidade. Os aborígenes que não fossem de descendência afro-australiana, em especial, eram para ser tratados com desconfiança. Será lógico e realístico admitir que depois da partida dos portugueses do arquipélago Buccaneer tenha havido uma familiarização mais relaxada entre os afro-australianos, resultando numa hibridação nos seus novos locais de residência insular.

Um desenvolvimento importante das preferências linguísticas dos parceiros na nova tribo é significativo, derivando do facto de os machos africanos estabelecerem a tradição de manter o Português Puro como sua língua em todas as ocasiões. As suas parceiras aborígenes tinham apenas a lei da inércia a seu favor, contribuindo para um lento crescimento do Português Crioulo, dada a falta de habilidade dos seus parceiros aborígenes dentro da tribo em reproduzirem de forma correta a fonologia portuguesa. Isto era aceite, ou tolerado, pelos africanos dado que eles eram capazes de compreenderem, e é provável, que as crianças – em especial os varões – aprendessem Português através dos seus pais, que nem estariam interessados em aprender as línguas puras aborígenes. Assim, sob a influência africana durante um certo decurso de tempo, toda a tribo – sem mais estrangeiros com quem comunicar – se torna monolingue, numa mescla de Português Puro e de Português Crioulo. Na

parte ocidental do arquipélago Buccaneer a escolha de transmitir às gerações vindouras os nomes Portugueses em Crioulo foi mais ditada pela necessidade de ocultar a sua origem não Yawuji*, tais como os* Jaui*, ou de europeus, como N. B. Tindale. Desta forma mantiveram os seus nomes, mas não o significado dos mesmos.*

2.7.

Gostaria de poder discutir aqui dois casos individuais que podem explicar o comportamento dos afro-australianos Yawuji *sob pressão para não revelarem a sua verdadeira identidade:*

No primeiro caso temos uma pessoa cujo Português é o seu idioma nativo e que utilizou este idioma quando, pessoas estranhas tais como antropólogos australianos, missionários ou linguistas começavam a fazer perguntas para as quais não estava preparado / a a dar uma resposta. J. Birdsell, um antropólogo norte-americano, perguntou a esta pessoa, em 1954, pelo nome real do seu dialeto e tomou nota daquilo que pensou ser um só étimo, obviamente o nome que havia utilizado para perguntar. Tal "nome" que apontou no seu livro de notas era "Bergalgu"*. Este nome foi mencionado por N. B. Tindale em "*As tribos aborígenes da Austrália [1974, 242, 268 Aboriginal Tribes of Australia]"*. Entretanto em Português coloquial puro:* "Perca Algo"*, uma mescla que significa* "perca" *(1:* pode perder *ou, 2:* peixe perca*), e* "algo" *(alguma coisa) significando* "uma perda qualquer" *ou "*uma perca pequena" *ou seja, uma forma expressiva de comunicar uma meia verdade de forma evasiva. Este homem estava determinado a não deixar que Birdsell soubesse a verdade sobre a sua língua "aborígene". De qualquer modo, manteve-se calmo, arrependido, inconspícuo e bem-comportado.*

Embora menos diplomática, mas de igual forma não menos determinada é a declaração espontânea que outro informador deu a H. H. J. Coate (data imprecisa), tal como citado no livro de W. McGregor "Handbook of Kimberley Languages (1988:97)"*. Após ter declarado que o nome da tribo era* Yawuji Bara *acrescentou mais duas palavras, que Coate assumiu tratar-se de um nome alternativo da ilha de Montgomery. Tratava-se de um excesso temperamental da pessoa em questão. Embora a princípio parecesse e soasse tipicamente aborígene, trata-se de uma forma crioula de Português:* Winjawindjagu *(de acordo com Coate) em vez daquilo que devia ser* wynia, winjwegui!*. Isto é de facto Português* vinha, vindico*, uma forma causal consecutiva dos verbos* vir *e* vindicar*. A nasalação frequente do* n *antes do* d *em Português não pode ser repetido pelos aborígenes que falam Crioulo. Em vez disso, em Português* ngd *passa em Crioulo a ser* nyj*. A tradução deste segmento é clara: "[Como]* eu vim dali e quero-o de volta"*. A súbita raiva do informador aborígene ressalva da sua lembrança de ter sido detido pelos brancos em 1931 e forçado a viver no seio dos* Worrora *num campo fechado e sobrepovoado numa terra estranha. Durante toda a sua vida ele tinha aproveitado as delícias da vida, do dugongo à tartaruga, ao peixe e ao caranguejo em abundância, mas agora a sua dieta além de lhe ser estranha era monótona. A mudança de vida, do estilo de vida marinha saudável das suas ilhas para a situação presente, das gentes da sua tribo numa reserva asquerosa em Derby ou na missão lamacenta de Mowanjum deve ter sido profunda:* "Quero voltar para donde vim!" *Quem seria incapaz de sentir o mesmo? Mas quer aquela personagem quer a sua tribo não teriam hipóteses de escolha, a não ser manterem-se firmes na sua decisão firme de 1580 de jamais revelarem o segredo da sua origem, frustrando tanto quanto possível os esforços e perguntas inquisitórias de estrangeiros. Estas são as virtudes imprevistas e não recompensadas de uma tribo independente e híbrida afro-australiana, descendente dos* Avós de Barra *e dos* Avós de Baía*, de língua e nacionalidade portuguesas, incapazes de respeitarem passivamente as reivindicações britânicas de duzentos anos mais tarde.*

Estes atrasados comentários elegíacos dos Yawuji Bara / Baía *podem dar lugar a variadas questões:* "Porque é que os australianistas ou missionários que com eles lidaram jamais consideraram o Português como língua de origem dos seus enigmáticos idiomas?" *A única exceção pertence a J. Urry e M. Walsh (1981:106) que compreenderam que algumas das palavras ouvidas por B. Ryder (1936:33), e então assumidas como Espanhol ou Latim, eram de facto Portuguesas. Mas eles negaram o relatório de Ryder, como não substanciado, declarando e, aqui cito:* "Os termos portugueses se assim forem provados podem ser derivados de termos comerciais malaios"*. Como obviamente estavam apenas*

interessados no idioma e povos de ***Macassar****, foram incapazes de ver os Portugueses como os grandes colonizadores da era moderna, referindo-se a eles apenas como ubíquos negociantes algures na zona norte da Austrália. Outra pergunta que se poderia pôr é por que é que B. Ryder da Real Sociedade de Geografia de Londres sugeriu Espanhol ou Latim, em vez de Português? Por que é que J. R. B. Love que conhecia e trabalhou entre os* ***Yawuji*** *durante mais de vinte anos deixou a sua críptica nota sobre o seu idioma como sendo dialeticamente discreto? No primeiro caso, quem aconselhou as autoridades da Austrália Ocidental para que a remoção dos habitantes das ilhas Montgomery e a sua reinstalação no continente fosse um tipo desejável de ação? Por que é que eles foram obrigados a aprender uma língua estranha e difícil como a dos* ***Worrora*** *quando já detinham como sua uma língua europeia própria? Ou seria porque alguns dos seus antepassados de há mais de 470 anos poderiam ter dominado o dialeto* ***Worrora****? Por que não ensinar-lhes diretamente Inglês, que teria sido bem fácil, considerando as inúmeras similaridades de vocabulário entre o Inglês e Português.*

Depois do seu desaparecimento em 1987 qual é a utilidade de encontrar uma resposta a todas estas questões? Nem uma única qualquer que seja!

Para o caso das atividades dos portugueses na parte oriental do arquipélago Buccaneer temos o apoio de resíduos arqueológicos. Embora nunca tenham sido totalmente explorados ou avaliados (Sue O'Connor 1987:30 / 39; 1989:25 / 31), o seu total e localização são equivalentes aos dos maiores centros de atividade dos portugueses na mesma área.

Nas inúmeras e dispersas ilhas da parte oriental do arquipélago Buccaneer, Sue O'Connor encontrou apenas três locais de relevância:

a) na ilha MacLeay "pequenos artefactos espalhados";

*b) na ilha High Cliff (*Altas Escarpas) *"literalmente coberta por restos de ocupação, incluindo estruturas de casas de pedra e largos artefactos espalhados", e um "abrigo de rocha";*

c) na ilha Koolan "dois abrigos de rocha".

2.8.

Dentre os vários nomes portugueses da parte oriental do arquipélago Buccaneer apenas três têm importância histórica:

d) A ilha MacLeay pelo seu nome português de ***Galés irá****, crioulo* ***Galij irra****;*

e) A ilha Montgomery inclusa com a ilha High Cliff (Altas Escarpas) *para o seu homónimo português de seus habitantes nativos* ***Avós de Barra****, em crioulo* ***Yawuji Bara****, iniciais aliados dos Portugueses;*

f) A ilha Koolan cujo homónimo português é ***Colham****, em crioulo* ***Koolan [Ko:lan]*** *(arrear velas aqui) que na gíria dos marinheiros significa Podemos ficar aqui!, não para ver a paisagem mas para minar à superfície o minério de ferro. Os abrigos de rocha ou pedra, atrás referidos, eram parte da área de habitação dos africanos e, as duas pequenas ilhas gémeas "As irmãs* (The Sisters)*" eram a sua área recreativa ou zona das suas escapadelas.*

A Armada invasora portuguesa na sua incursão ao flanco sul, através da costa dos montes Kimberley, quando atingiu um grupo de ilhas a cerca de 70 quilómetros a norte do seu paradeiro inicial: ilhas Collier e Montgomery, obviamente decidiu prosseguir viagem a partir daí em linha contínua. Deixou unidades singelas em posição, possivelmente anteriores manobras de reconhecimento haviam revelado que não havia nativos nas ilhas a atingir. Tudo isto pode ser deduzido de um simples nome português: o da ilha Champagny ou Champagney. Mas, aprendemo-lo com uma vingança: a forma peculiar da sua ortografia não se refere a uma forma antiquada de Inglês, mas sim à forma portuguesa de champanhe, um francesismo. Se quisermos ir mais profundamente ao segredo do champanhe francês (engarrafado?) - em 1520 numa ilha isolada ao largo da costa dos [montes] *Kimberley, teremos a recompensa ao analisar o étimo aborígene que lhe foi dado. Não se trata de um termo aborígene, nem de nenhuma língua aborígene. H. H. Coate (W. J. & Lynette F. Oates 1970:47) cita* ***Windjarumi****, enquanto W. McGregor (1989, 1-56) cita* ***Winyjarrumi****.*

2.9.

Para facilitar a compreensão do original em Português, separe-se a palavra composta e desta forma há duas versões possíveis:

- (Crioulo) Winy(j)^{u} arrumi *< (Português)* Vinh^{o} arrume *(O vinho deve ser guardado). Com tal leitura teríamos uma ligação com o nome das ilhas no mapa Champagny / ey =(Port.) Champanhe, derivado do étimo francês champagne.*

- (Crioulo) Winyja rumi *< (Português)* Vinda Rume *(para a queda ou sorte inesperada, devo decidir o rumo, ou partir sem ele?!)*

*Decerto que se trata de um caso raro em batismo nominal, em que duas palavras alternativas na sua fonologia acabem de facto por representar o mesmo significado: "**Se o armário do vinho for encerrado, a queda está iminente."** Quer navegantes quer passageiros saberiam sobre isto. No caso presente dos três nomes supostos para o grupo de ilhas situadas na latitude sul 15º 18 / 19", longitude leste 124º 14 / 17", o assunto de importância real contido no nome **"Vinda Rume"** foi simultaneamente e, por uma razão bem aceitável, expresso pelo som similar mais mundano e bem-sonante de **"O vinho que tenho de armazenar em primeiro lugar",** e isto aconteceu nas ilhas Champagney. A história destas ilhas nascida desde os anos 1520 até à sua última impressão nos mapas (1:100 000) podia ser viável apenas nas "vinhas".*

2.10

Esta teoria, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas. A revelação vai mais longe ao definitivamente identificar nomes próprios de origem portuguesa ancestral, justificando o silêncio dos portugueses com base no Tratado de Tordesilhas e, citando a existência de construções e artefactos que datam de entre 1516 a 1580, aguardando-se apenas a sua verificação científica da sua origem, de acordo com o professor von Brandenstein. Vejamos em mais detalhe esta explicação da presença dos primeiros europeus na Austrália, de acordo com as próprias palavras do professor:

A descoberta aqui revelada e documentada é um fruto do meu trabalho de pesquisa linguística, liderando uma descoberta arqueológica e prometendo futuras descobertas de arqueologia marítima. Demorou-me mais de vinte e cinco anos para percorrer os quatro estádios desta descoberta. Entre 1964 e 1967 foi a descoberta do problema linguístico, seguida do reconhecimento e identificação da evidência arqueológica em 1967 e manter a pesquisa não obstante o silêncio de descrédito imposto por colegas entre 1967 e 1976.

Finalmente, ao completar vinte e cinco anos de estudo, decidi, em 1989, tornar públicos os meus estudos. Espero que com o apoio do Museu de Marinha da Austrália Ocidental e da Real Marinha [australiana], ou organismos privados, possam ser descobertos segredos que jazem no fundo do Oceano Indico e que nos ajudarão a descobrir a história marítima dos últimos quinhentos anos.

Em 1964, assumi um trabalho de pesquisa linguística como Membro Associado do Instituto Australiano de Estudos Aborígenes na Austrália Ocidental, tendo escolhido as áreas tribais dos Ngarluma e dos seus vizinhos Karriera, juntamente com tribos mais interiores tais como os Yindjiparndi, baseado nas caraterísticas peculiares dos idiomas utilizados por estes grupos. A zona ocupada por estas tribos tem uma área costeira de mais de 120 km entre o arquipélago de Dampier e o rio de Grey, passando por uma cordilheira montanhosa chamada Hammersley. O comportamento linguístico totalmente anómalo destas tribos diz respeito a gramática e conceitos de ação verbal.

A maioria das tribos aborígenes australianas dispõe de conceitos ergativos onde a ênfase se concentra na ação verbal sobre o objeto. Contrastando com isto as tribos Ngarluma, Karriera e outras utilizam um conceito verbal europeu, com ênfase na ação nominativa do sujeito e o objeto no acusativo. Isto torna-se ainda mais interessante ao verificarmos que estas tribos utilizam a voz passiva, inexistente em qualquer outra tribo australiana. Outra peculiaridade no triângulo verbal Ngarluma-Karriera é a existência no seu vocabulário de palavras de origem Portuguesa, que já não são consideradas como palavras estrangeiras pelos contemporâneos e, portanto, devem ter sido adquiridas há muito tempo.

2.11.

De uma lista de 60 palavras idênticas às suas versões portuguesas, selecionarei aqui apenas 16:

(P) tartaruga >(N, K) thatharuga. O termo português deriva do grego tartarouxos (do diabo), do latim tartarukus, do italiano tartaruga, do espanhol tartuga. Esta palavra foi criada dentro do simbolismo cristão. Curiosamente quer o Português, quer os dialetos Ngarluma e Karriera distinguem dois sons de "r", um rolado e outro dobrado, o que acontece em poucos idiomas no mundo. Uma das razões da aceitação de uma palavra estrangeira, pode resultar da importância ecológica da tartaruga ao longo de toda a costa do Noroeste. Os portugueses e os aborígenes dependiam dela como meio de obterem comida, e elas encontram se em inúmeras ilustrações aborígenes em rochas, desde a foz do rio de Grey até à península Burrup. Dado não haver qualquer influência italiana na Austrália de antanho a única origem possível para o termo tem de ser portuguesa.
(P) chama, >(N, K) thama, pronunciado tchama
(P) fogo, fogueira >pugara (pron. fugara) (Y, Yindjiparndi) > puua / pughara,
(P) cinza>(N, K, Y) tynda pron. cindza,
(P) monte> (N, K, Y, Pnj) monta / manta,
(P) fundo>(N, Y) punda pron. funda,
(P) paludismo> (N) paludi significando águas paradas, pântano, poça,
(P) mal> (N) malu, significando mal, diabo, cobra má que morde, raia
(P) pintura> (K) pintyura significando pintura, desenho,
(P) tardar> (N, Y) thardari, significando tornar-se lento, hesitar, demorar,
(P) manjouro> (N, K) mandyara, manyara, manya (pron. manjiara, manja), significando caminho ou calha para beber ou comer,
(P) caço, caçoila, caçarola> (N) Kadyuri pron. Caçiula
(P) perdição> (N, K, M Manduthurnira) perdidya, perdalya, perdadya, significando vingança, morte secreta, combate mortal, perda mortal,
(P) bola (esfera para jogar)> (N, K, Y) p / bula significando redonda, bola,
(P) teto (N, K) thatta significando o mesmo que o original em Português,
(P) por> (N, K) puru, significando através, atrás, por trás ou sob como aposição (oposto a preposição, ou seja, utilizado após e não antes). Em Português *"por teto"* e em Ngarluma Karriera "*hatta puru*", ambas com o mesmo significado.

3. AS BALAS DE CANHÃO

Existem várias balas de canhão escondidas em vastas áreas ocupadas pelos Ngarluma-Karriera-Pandjima, e embora a sua força ou valor mágico não possa aqui ser discutido por motivos óbvios, poderemos concentrar-nos no seu valor linguístico. ***Ngarupungku*** *significa literalmente atirar e esmagar, embora originalmente as tribos aborígenes nada tivessem para projetar as balas de canhão, feitas de material granítico.*

Uma das pessoas que me ajudava respondeu-me em Karriera-Ngarluma que as balas estavam por toda a parte, ao fundo de uma colina na ilha Depuch e que estavam lá desde tempos imemoriais, num campo sagrado, tal como citado por Robert Churnside, Roeburn em 18 / 9 / 67.

Gordon Mackay registava em 15 / 9 / 1967: *"As balas foram desde tempos perdidos na memória trazidas de onde estavam junto ao mar. Todos os anciãos respeitáveis respondiam que as balas estavam todas numa certa área da ilha Depuch, que era terreno sagrado. Uma das balas que eu vi tinha 12 centímetros de diâmetro, e segundo testes recentes era de granito."*

Dada a natureza geológica da região, ou as balas faziam parte do balastro de navios ou eram de facto balas de canhão. Se eram balas, o local onde foram descobertas era o local óbvio de naufrágio de um navio. Dezenas de anos mais tarde as balas de canhão continham ferro e eram de calibre diferente das utilizadas no século XVI. Os Portugueses ocuparam Goa em 1510, Malaca em 1511 e as Malucas ou Ilhas das Especiarias em 1512. Timor foi descoberto por António de Abreu entre 1511 e 1515, sendo o enclave de Oé-cusse e a capital, Lifau, ocupados em 1516. Uma das razões para os portugueses, sempre tão secretos em assuntos marítimos, se manterem ainda mais silentes a sul das Malucas, era a de ali se situar a linha divisória da metade portuguesa e da metade espanhola do mundo.

Esta é uma das razões porque tão poucos mapas portugueses eram publicados, mas em 1529, o francês Jean Parmentier da escola cartográfica de Dieppe rumou com pilotos portugueses para Samatra

onde morreria. Dois dos barcos da sua expedição regressaram e, em consequência disso dois mapas portugueses, até então desconhecidos, foram publicados com inúmeros mapas derivados desses mapas portugueses.

Já em 1957, O. H. K. Spate, publicava em Melbourne a obra "Terra Australis - cognita?", na qual dizia que não havia dúvidas de que o Mapa Delfim, e versões posteriores tinham por origem fontes portuguesas desconhecidas, e que vários estudiosos e académicos haviam já aceitado a hipótese de a Austrália ter sido descoberta pelos portugueses no século XVI. Num dos mapas aparece um porto, na foz de um rio, a que é dado o nome de Porto do Sul (em francês Havre de Sylla), que parece localizar-se na foz do rio Fitzroy em Vitória.

Dado o potencial marítimo dos portugueses até ao mar de Timor, deve ser assumido que qualquer nau na costa noroeste será portuguesa, e este facto torna-se mais evidente, como vimos atrás, pela herança linguística deixada. O cenário possível é o de os portugueses terem naufragado na ilha Depuch e estabelecido contacto com as tribos Ngarluma e Karriera, sem terem tido a oportunidade de construírem novo barco que lhes possibilitasse o regresso.

Eventualmente aceites pelos nativos, ter-se-iam acasamentado, daí derivando a razão de as mulheres e filhos reproduzirem termos portugueses utilizados pelos pais, as quais acabariam ao longo do tempo por permear as línguas indígenas, como atrás foi visto.

Na opinião do professor von Brandenstein "*Este naufrágio terá ocorrido entre 1511 e 1520 na região da ilha Depuch.*"

Cinquenta anos antes de os holandeses surgirem no oceano Índico, em 1616, 1618, 1619 e 1622 na costa ocidental da Austrália, os portugueses utilizaram a rota de Java, com pilotos indianos de Goa. O livro "*História Trágico Marítima*", de Bernardo Gomes de Brito, Lisboa, 1735-1732, conta a história de uma segunda viagem à Austrália ocorrida em 1560-1561, que culminou com o naufrágio da nau São Paulo, tal como narrado pelo sobrevivente, o Apotecário Henrique Dias. De acordo com este, os portugueses conheciam os ventos da região, 50 anos antes da primeira chegada dos holandeses e entre 1557 e 1558 a nau São Paulo utilizou a rota de sudoeste no regresso à Índia.

Na viagem de 1560 – 1561, a São Paulo foi mais para sul e leste, chegando até 900 milhas para ocidente da costa ocidental da Austrália antes de regressar a Samatra onde naufragou. O piloto de Goa, nesta segunda viagem tinha diretivas do rei de Portugal que parecem levar a concluir a importância desta nova rota.

Um outro aspeto socioeconómico particularmente único dos Ngarluma e Karriera é o do método de cultivo e armazenamento, que se não encontra noutras tribos. Sob a supervisão dos "*venerandos anciãos*" toda a tribo utiliza contentores de forma cilíndrica, da mesma altura e diâmetro, para recolher os grãos de Spinifex ("*Triodia sp*. "). Os grãos são depois contados e esvaziados em caves secas e frescas, sendo constantemente guardados.

A sua distribuição era feita de acordo com as necessidades de justiça social, atribuindo primeiro aos mais velhos e depois aos mais jovens. Isto permitia-lhes nunca depender das faltas sazonais, criadas pela variação climática e isto penso que só poderia ter sido introduzido como um método português.

4. APÊNDICE: LISTAGEM DOS NOMES PORTUGUESES DE ILHAS E DE PONTOS GEOGRÁFICOS

A fim de ilustrar os nomes dados pelos Portugueses às novas terras pátrias dos grupos tribais afro-australianos em Avós de Barra *e* Avós de Baía*, no arquipélago Buccaneer, elaborou-se por ordem alfabética a seguinte lista de trinta nomes de ilhas e de pontos geográficos, dados em Português (*Port.*), Crioulo (*Creo*), tradução para Inglês (*Et.*) e nomenclatura inglesa (*Em*):*

(Port.)	**Ambí(guo) (e)streito**	> (Creo) Yambi
(Et.) Ambiguous Strait = Yampi Sound (vários acessos e saídas)		
(Port.)	**Baía** (ver Baía Colher e Ilhas de Baía)	
(Et.) Bay (vd. Collier Bay Is. e Collier Bay)		
(Port.)	**Baía segura**	> (Creo)?
(Et.) Secure Bay		(Em) Secure Bay

(Port.) **Baía Maior ideei**	> (Creo) Baia Myridi
(Et.) · (The) Bay I thought (to be) larger	(Em.) Myridi Bay
(Port.) **Barra** (Ilhas da Barra)	> (Creo) Bara
(Et.) Bar, Breakwater, Reef	(Em.) Montgomery Is., Breakwater
(Port.) **Bi lancha**	> (Creo) Bila:nya ver Bilha unha (Port.)
(Et.) Twin Launch	(Em.) Cockatoo Is.
(Port.) **Bilha Foliam**	> (Creo) Bilya Wuliam
(Et.) Twin island (where) they fool around =	(Em.) The Sisters, 3 km east of Koolan Is.
(Port.) **Ilha Colham**	> (Creo) Ilya Ko:lan
(Et.) Island where they should strike sails	(Em.) Koolan Is.
(Port.) **Ilha de Ciciar**	> (Creo) Cissiarr?
(Et.) Island of Whispering =	(Em.) Cæsar Is. (18 km. NW das ilhas Koolan).
(Port.) **Bilha unha**	> (Creo) Bila:nya (ver Bi lancha)
(Et.) Twin Is. holding fast =	(Em.) Cockatoo Is.
(Port.) **Ilha costeiam**	> (Creo) Ilya Kutjun
(Et.) · (The) island they can coast along by =	(Em.) Rankin Is. Até às ilhas da Baía a 400 m. da costa.
(Port.) **Galés irá**	> (Creo) Galij irra
(Et.) (Island where) the slaves will go =	(Em.) MacLeay Is.
(Port.) **Ilha Meloa mais**	> (Creo) Melomys
(Et.) · (Island where) mostly round melons (are) =	(Em.) Melomys Is. P / as ilhas da Baía> (Em.) Wood Is.
(Port.) **Ilha Mel o Mais**	> (Creo) Melomys
(Et.) · (Island) most (of which) is honey =	(Em.) Melomys Is., Woods Is.
(Port.) **Nu Monstro**	> (Creo) Numuntju
(Et.) Naked Monster - uma rocha no farol da ilha Cafarelli. É possível que o nome "Naked Monster" seja moderno e dado pelos **Yawuji Bara** antes de 1931. À falta de melhor comprovativo uma pedra de aspeto e formato peculiar poderá ter levado os portugueses a denominar de Ilha do Nu Monstro.	
(Port.) **Ilha do Pó Doido**	> (Creo) Pudu:du
(Et.) Island of the Painful Dust =	(Em.) Bathurst Is.

(Port.) **Ilha Sítio Lancha**	> (Creo) Tjitulanj
(Et.) Island site of a launch	(Em.) Gibbings Is. No canal Goose.
(Port.) **Ilha Travessa**	> (Creo) I'lya trrawetja?
(Et.) Contrary Winds Is.	(Em.) Traverse Is. As ilhas da Baía.
Port.) **Ilha Vão Ganir**	> (Creo) Wanga'ni:
(Et.) · (Island) where you shall howl in vain =	(Em.) Irvine Is. A mais próxima a este de Cockatoo Is.
(Port.) **Ilha Vinhei** (imperativo dialético obsoleto)	
(Port.) **Ilha Venhi!** (imperativo plural)> (Creo)?	
(Et.) Come Back (to this island)	(Em.) Viney Is. Às ilhas de Baía.
(Port.) **Ilhas de Baía**	> (Creo) I'lyaji Baia
(Et.) Islands of (Collier) Bay	(Em.) Collier Bay Is.
(Port.) **Ilhas de Barra**	> (Creo) I'lyaji Bara
(Et.) Islands of the Bar / Breakwater / Reef	(Em.) Montgomery Is.
(Port.) **Ilhas de Carnagem**	> (Creo) Gar'rrena:t
(Et.) Islands of Bloodshed / Meat provisions =	(Em.) Bedford Is.
(Port.) **O Canal**	> (Creo) Canal?
(Et.) The Canal	(Em.) The Canal, lado sul da ilha Koolan.
(Port.) **Onda Maranha**	> (Creo) Unda Marra
(Et.) Wave (flood) turbulence =	(Em.) Foam Passage, NW da Baía de Collier.
(Port.) **Ponta Nariz**	> (Creo) Punta Nares
(Et.) Point Nose =	(Em.) Nares Point, SW da ilha Koolan na Angra de Yampi.
(Port.) **Varar**	> (Creo) Wa'rar tb utilizado em Wunambal
(Et.) To run her aground (ship) =	(Em.) a noroeste e norte de Kimberley
(Port.) **Vago**	> (Creo) Wa:ko [N.B. Tindale 1974:146 mapa]
(Et.) Empty, unoccupied =	(Em.) um vasto espaço vazio a cerca de 6 km da Angra de Yampi no continente, assinalado por N. B. Tindale com um ponto. Sugiro que ele não tenha compreendido a mensagem do seu informador de fala crioula **Yawuji Bara**, que apenas queria informá-lo que nada havia para buscar. A má interpretação de Tindale de Wa:ko como nome de lugar, marcado com um ponto no mapa, demonstra a existência de um povo com nome português utilizado pelos Yawuji na época contemporânea.

(Port.) **Vista Encare** > (Creo) Widzh inka'rri (Et.) I / He should keep the view (from here) under strict observation! (Eu / Ele deve manter-se em vigia (daqui). Quererá isto dizer de Freshwater Cove, no continente, até sudoeste em High Cliff (Altas Escarpas) e para o mar, ou ao contrário de High Cliff Is. para noroeste em Freshwater Cove? De qualquer forma, o nome demonstra o papel desempenhado pelos **Yawuji** para os Portugueses. Sue O'Connor dá o nome crioulo de **Widgingarri**, mas o nome em português **Vista Encare** [pronunciado Vishtaencarre] é bem significativo. Ela localiza-o em Freshwater Cove, a 13 km. das ilhas High Cliff (Altas Escarpas).

5. NOTAS FINAIS

Seria desejável acrescentar aqui, outra lista com as regras da conversão fonética de Português Puro para Português Crioulo. A razão pela qual a mesma não é incluída baseia-se na vasta gama de palavras de diferentes regiões, que será necessário subdividir - mais tarde ou mais cedo - sob o nome de Crioulo Português. Pode acontecer que o Crioulo de origem afro-australiana aborígene difira entre o grupo **Jaui** através do vocabulário que eles tomaram de empréstimo. Seria extremamente difícil definir tais variações em função da origem tribal.

> *Como exemplo, pode citar-se uma área localizada entre a cordilheira Óscar e o rio Fitzroy onde se falava **Punaba**. O nome desta área é mantido pelos aborígenes como **Mowanban**, que é assumido como um nome Punaba. Admitindo contudo que esta região foi sempre uma via de tráfego importante para todos os movimentos de aborígenes ou recém-chegados até às duas últimas décadas do século passado (século XIX), será importante lembrar o avanço dado pelos colonos portugueses de 1520 e depois de 1580 nesta área. **Mowanban** não era uma palavra **Punaba**, mas Português Puro **Movam ban**[e], uma ordem significando "se eles se moverem ou ficarem impacientes vejam-se livres deles." É exatamente disto que os poucos contemporâneos Punaba se queixam, com exceção de um pequeno detalhe: desde metade do século passado até metade deste século (o último caso aconteceu em 1940, de acordo com E. Kolig 1987:17)*
> ***"a polícia do homem branco e os seus "guias" mataram-nos."***
>
> *Os portugueses que ali ficaram tinham-se visto livres deles [**Punaba**]. Este é um caso típico de uma palavra obtida por empréstimo de outra língua que pode trazer à mente – aparte o valor histórico – a necessidade de fazer uma mais detalhada busca linguística de Português na região dos* [montes] *Kimberley.*

Limitaram-se aqui todas as explicações ao problema dos afro-australianos da tribo **Yawuji**, ou seja, os **Antepassados da Barra** e **da Baía** num período de 470 anos. Espero que para fazer o mesmo para o vale do rio Fitzroy e áreas adjacentes, em especial se se tiver o apoio de arqueólogos demore bastante mais, mas poderá inclusive proporcionar resultados mais positivos e quiçá menos trágicos.

Falta agora apenas quem possa fazê-lo e seguir as pisadas do professor von Brandenstein. O desafio aqui fica, a herança portuguesa dos **AVÓS DE BARRA e AVÓS DE BAÍA** assim o exige de todos nós para que a História seja reescrita em toda a sua plenitude e os nossos vindouros saibam.

Desde há mais de dez anos que se tentam divulgar estas teorias que deveriam encher de orgulho e justificado interesse em aprofundar tais estudos, todos os que se interessam pela língua, cultura e história portuguesas mas apenas escutei o silêncio cúmplice dos que se sentem culpados do Tratado de Tordesilhas ter sido violado.

Recordemos que até 1832 a Inglaterra não reconheceu como suas as possessões da Austrália Ocidental aguardando que Portugal as reclamasse. Quem sabe se hoje não teríamos metade deste enorme continente a falar Português?

Decerto que muitos dos cerca de um milhão de aborígenes poderiam não ter sido exterminados como foram e a Austrália poderia ser mais multirracial do que é. Este era o tema do tal documentário ficcionado que apresentei à televisão SBS e à ABC. Ambas as teses aqui delineadas hoje deviam constar dos programas curriculares portugueses como já constam de muitos dos programas australianos.

11.REGINA DE BRITO rhbrito@mackenzie.com.br **e**
12. Mª ZÉLIA BORGES zeineborges@uol.com.br

MONTEIRO LOBATO, OS ESTRANGEIROS E A "BRASILINA"24

O presente estudo, parte de uma pesquisa maior a respeito da língua portuguesa na perspetiva de autores brasileiros, abordará o ideal de Monteiro Lobato, um de nossos autores que propugnava por uma "língua do Brasil" (a que chamaria "brasilina").

A questão da diversidade linguística geográfica, especificamente no caso brasileiro, vem sendo discutida ao longo de nossa História por filólogos, linguistas e vários outros escritores – essencialmente a partir do século XIX, quando se registram as primeiras manifestações a respeito da necessidade de se afirmar a brasilidade de nossa variante linguística diatópica. Neste sentido, o romântico José de Alencar se destacou como o primeiro a considerar como "dialeto" o português falado no Brasil.

Ao longo da História, vários autores abordaram a questão da língua nacional – mas nenhum com uma atitude tão *sui generis* como Monteiro Lobato. Este polígrafo sonhava com uma língua brasileira, mas desprezava a nossa elite intelectual, mostrando-se fortemente influenciado por autores estrangeiros - a princípio, especialmente os de língua francesa e inglesa.

Revela-se integralmente a favor de um modelo de língua adaptado à realidade brasileira, pautando-se nos "bons" autores estrangeiros numa tentativa de assimilar a influência, processá-la e produzir o "nosso" uso. Será essa convicção que fará de Lobato um grande leitor de autores portugueses, ora movido por uma admiração apaixonada, ora por uma repulsa que não se explica – bem ao sabor da sua "veneta", como ele mesmo diz.

Nosso estudo levanta e analisa as referências que o brasileiro Monteiro Lobato faz aos autores estrangeiros, em especial aos portugueses, encontradas na obra A barca de Gleyre (1944), que traz a correspondência ativa de quarenta anos, mantida entre ele e seu amigo Godofredo Rangel.

> A obra *A Barca de Gleyre – quarenta anos de correspondência entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel (de 1903 a 1948)*[25] - relata as memórias de um homem, compostas aleatoriamente sem um planejamento anterior. Quando escreveu cartas ao amigo Rangel, Lobato não imaginava que estas seriam reproduzidas. Ao longo da leitura da obra, observamos que o autor não se importava com a escrita, muitas vezes não acentuava palavras e usava termos e jargões até mesmos obscuros para um homem tão expressivo de nossa literatura e isto se justifica: eram cartas familiares.

Publicada quando Lobato já não era um escritor militante (1944), pode ser considerado o título mais representativo do escritor, não de sua obra. Trata-se da correspondência de quarenta anos com o amigo G. Rangel em que encontramos, além de lembranças particulares, registros da trajetória de pensamento, que vai do entusiasmo da juventude ao desencanto da velhice. Assim é que, ao lado de sua posição sobre alguns dos principais fatos e ideias da República (de Rodrigues Alves até quase o final do Estado Novo), a correspondência nos permite conhecer um crítico frente à produção jornalística e literária da época, impressões de leitura e ideais estéticos.

Em carta de 15 / 11 / 1904, Lobato comenta com Rangel o destino que os aguarda na busca de seus ideais. Expõe simbolicamente essa procura e é desse comentário que vem o nome da obra:

> *(...). Nunca viste reprodução dum quadro de Gleyre, Ilusões Perdidas? Pois o teu artigo me deu a impressão do quadro de Gleyre posto em palavras. Num cais melancólico barcos saem, e um barco chega, trazendo à proa um velho com o braço pendido largadamente sobre uma lira - uma figura que a gente vê e nunca mais esquece (...). Em que estado voltaremos, Rangel, desta nossa aventura de arte pelos mares da vida em*

[24] O presente artigo é um recorte de estudo que se encontra publicado em *Ensaios: língua e literatura*. (2003) / Lopondo, L.; Bastos, N.M.O. (orgs.) São Paulo, Instituto Presbiteriano Mackenzie: Scortecci Editora, 2003. p. 45-92.

[25] Utilizamos a edição de 1964, publicada pela editora Brasiliense. Todas as transcrições seguem a grafia original.

fora? Como o velho de Gleyre? Cansados, rotos? As ilusões daquele homem eram as velas das braças – e não ficou nenhuma. Nossos dois barquinhos estão hoje cheios de velas novas e arrogantes, atadas ao mastro da nossa petulância. São as nossas ilusões. Que lhes acontecerá?

Quando Lobato faz a seleção das cartas para compor a obra retifica o engano cometido ao descrever o quadro:

Há um erro (...). Esse quadro de Charles Gleyre, que entrou para o museu de Luxemburgo e de lá se passou para o Louvre, sempre foi vítima de traições. Gleyre denominou-o Soir, mas o público foi mudando esse nome para Illusions Perdues e assim ficou. Eu também mexi no quadro. Pus o velho dentro da barca e fiz a barca vir entrando no porto, toda surrada. Trai o pobre Gleyre. Sua barca não vai entrando, vai saindo, como se deduz da direção das velas...

A leitura da obra propicia-nos traçar uma trajetória das atividades do autor no tocante às suas relações com a língua até culminar com o sonho de uma língua brasileira, que assim esquematizamos:

- *1903 – 1908: período de alheamento com relação ao estudo da língua portuguesa;*
- *1909 – 1913: introdução da literatura portuguesa às suas leituras estrangeiras;*
- *1915 – 1917: preocupação extrema com o estudo da língua portuguesa via literatura;*
- *1917 – 1920: sinais de rejeição da gramática portuguesa;*
- *1921 / 22: dialeto, com possibilidade de vir a ser língua: a Brasilina.*

A percepção do fenômeno da variação linguística se desenvolve concomitantemente com a formação do homem de letras que defendia uma língua nacional, mas desprezava a nossa elite intelectual:

O fim em vista é mineralizar o Verbo para ver se não morro da tísica mesentérica do "estilo brasileiro", para o qual devo ter predisposição congenial. (...) O estilo nacional, morno e sorna, revê capilé com goma, xarope de melancia, mingau de araruta (11 / 12 / 1917), mostrando-se fortemente enlevado com a leitura em língua estrangeira (Gráfico 1 – *País de origem dos autores citados até 1913*):

Tenho lido meio milhão de coisas. Estou com uma coleção de David Corazzi – Biblioteca Universal, antiga e moderna, uns 30 volumes vermelhos com boas coisas de Dickens, Poe, Balzac, Goethe, Byron, Bocage, Camões (não os Lusíadas), Karr, Fontenelle, Collins, Voltaire. Pura mina. (15 / 12 / 1906)

Revelando-se integralmente a favor de um modelo de língua adaptado à realidade brasileira, pauta-se nos "bons" autores estrangeiros numa tentativa de assimilar a influência, processá-la e produzir um uso "nosso":

Tenho lido muito em inglês – viagens. Há cá uma porção de números de Wide World Magazine e do Strand. Enjoei-me do francês. (...) Alimentemo-nos dos Sumos – os Balzacs, os Shakespeares, os Nietzches, os Bains, os Kiplings, os Stuart-Mills. (15 / 03 / 1906)

Essa convicção fará de Lobato também um grande leitor de autores portugueses (Gráfico 2 - *Os 10 autores portugueses mais citados)*, ora movido por uma admiração apaixonada, ora por uma repulsa que não se explica. Sua impulsividade, bem ao sabor da "veneta", explica essa complexidade de sentimentos, como ele mesmo confessa:

Meu hábito em tudo é por de lado métodos e seguir as intuições da veneta. Acho a veneta algo sério e misterioso, Rangel. (30 / 01 / 1915)

Sirvam de exemplos da admiração e da repulsa, respectivamente, os trechos abaixo:

Se Camilo houvesse dito:
Uma coruja piou no galho seco de uma árvore, eu teria deixado no barranco esse ninho de beija-flor. O "berrou" é que me seduziu. Toda vida, para toda gente, as corujas piam – só em Camilo aparece uma que berra. Lindo! (16 / 01 / 1915)

Eu continuo a não achar salvação fora de Camilo, a ponto de não conseguir ler ***Os Maias.*** *(10 / 07 / 1916)*

Uma análise estatística das referências a autores estrangeiros demonstra que a partir de 1915 Lobato realça os portugueses, sobretudo Camilo, Eça de Queirós e Fialho de Almeida.

Embora a admiração pelo português seja explicitada via Frei Luiz de Souza: *Que linda deve ser, meu Deus, a língua de Fr. Luiz de Souza! (15 / 09 / 09), Camilo* teria sido o responsável pelo momento epifânico de Lobato com relação à língua portuguesa: *Em Urupês aparecem uns clarões ricocheteados de Camilo – o grande Camilo que me revelou a língua portuguesa e me fez ver as balizas que a extremam da língua bunda dos jornais e deputados – a Língua de Cafra para Cafrarias, diz Camilo.*

Devido à influência basilar que o próprio Lobato afirma procurar em Camilo (*em matéria de língua minha base de operações é Camilo* - 20 / 01 / 1916), limitaremos nossa explanação, neste espaço, a alguns comentários feitos ao autor de **Amor de Salvação.**

Entre 1915 e 1917 (contra, em média, 17% de Eça e 10% de Fialho), Camilo figura com cerca de 50% das referências feitas aos portugueses. No entanto, Lobato já o havia citado várias vezes, tendo sido a primeira em 15 / 07 / 05. Em carta de 07 / 06 / 09 elogia Camilo, pondo-o no topo como escritor exemplar, falando no seu tom costumeiramente hiperbólico e irreverente:

> *Saber a língua é ali! Camilo é a maior fonte, o maior chafariz moderno donde a língua portuguesa brota mijadamente, saída inconscientemente, com a maior naturalidade fisiológica. Eu tenho a impressão de que os outros aprenderam a língua e só Camilo a teve ingênita até no sabugo da unha de todas as células de seu corpo*.

Em carta de 15 / 09 / 1909, coloca Camilo à esquerda de Fr. Luiz de Souza, que vê então como expoente maior da língua:

> *Estou, Rangel, dentro da língua de Fr. Luiz, embora ainda longe de lá do centro, onde ele deve figurar como um Deus, com Herculano á direita e Camilo á esquerda.*

Retoma loas efusivas a Camilo, em carta de 12 / 01 / 1910, enaltecendo-o mesmo à custa de depreciação do português praticado no Brasil:

> *Leio e penetro-me de Camilo, ensaboo-me com as riquezas do maior sabedor da língua daquém e d'allem mar (...) e, com a "descoberta" que fiz do que realmente é a língua portuguesa, espanto-me do atrevimento da filha bastarda que vingou vicejar nestas paragens, tomou-lhe o nome e vive a dar-se como sua sucessora!*

Dizendo-se atacado de sífilis incurável no idioma, por ter-se *"cevado em literaturas exóticas, eslava, britânica, escandinava e até hindustânica"*, acredita poder curar-se do mal após longo estudo da língua portuguesa: (...) *Mas é provável que encetando agora o estudo da Grande Língua, aos oitenta anos menos leigo serei de suas louçanias que hoje. E como ajustado ao intento me pareceu Camilo, a ele me arremeti.*

Intensificar-se-á seu fascínio pelo autor entre 1915 e 1917 – período em que Lobato buscava *ter uma horta de frases belamente pensadas e ditas em língua diversa da língua bunda que nos rodeia* (16 / 01 / 1915). Camilo será a via que, conscientemente, escolherá para desenvencilhar-se da mesmice do estilo padrão mais em moda que desfecha no estilo do jornal: Camilo não é clássico no sentido gramaticoide do termo (...). Convidei-te para o passeio através de Camilo como remédio contra o estilo redondo dos jornais que somos forçados a ingerir todos os dias. Camilo é o laxante.

> *Faz que eliminemos a "redondeza". É a água limpa onde nos lavamos dos solecismos, das frouxidões do dizer do noticiário (...). Camilo nos "desabusa", como aos seminaristas tímidos um companheiro desbocado. Ensina-nos a liberdade de dizer fora de qualquer forma. Cada vez que mergulho em Camilo, saio lá adiante mais eu mesmo – mais topetudo*. (23 / 01 / 1915)

A leitura de Camilo, portanto, não seria elemento para decalque; ao contrário, sua influência seria "veneno" contra "pragas", significando busca da manutenção da identidade e ressaltando a presença camiliana a ser digerida pela alma do escritor e não a transparecer em pedaços em seus textos:

> *Na tua carta levas ao extremo o estudo camiliano. (...). Com o teu sistema de glossário, sabe o que acontece? Tornamo-nos uns Camilos enfezados, uns puros camelinhos, quando o que eu quero é que de Camilo tu saias mais Rangel do que nunca e eu saia bestialmente Lobato – embora sem as brocas e lagartas para as quais o melhor veneno é justamente Camilo. (16 / 01 / 1915)*

Ressalta a solidez da escrita camiliana e a força de seu estilo pleno de modelos a serem ingeridos e reelaborados, comparando-o a Eça (então "em baixa"):

> *Camilo é floresta virgem, irregular, (...) Eça é um jardim francês daqueles que Le Nôtre desenhava. É possível levantar a planta dum jardim, mas quem tira a planta duma floresta virgem – dum Camilo? Eu recomendo a Boêmia do Espírito aos que sofrem de lazeira de estilo. (30 / 03 / 1915)*

Muitos de seus comentários sobre o estilo camiliano recaem sobre o uso primoroso e muito preciso que o autor português faz dos adjetivos, destacando a linguagem enxuta, o estilo substantivo das últimas obras de Camilo, que procurará imprimir a suas obras:

> *Não há ali células de gordura. Nada balofo, só durezas (...) Temos aqui [num trecho extraído de Boêmia do Espírito] 13 adjetivos para 198 palavras – 6%! Não pode haver linguagem mais virilizada, mais enxuta, mais ossos e nervos – e gordura nenhuma. Nada amolengante. Lembra vergalho de boi estorricado ao sol. Só 13 adjetivos e todos matematicamente exatos. (30 / 09 / 1915)*

Nos próximos anos, haverá uma diminuição substancial nas referências e críticas às suas leituras – seja de obras em português, seja em idioma estrangeiro. Em meio a confusões políticas, econômicas e traumas pessoais, Lobato passará a dedicar-se à produção de sua obra destinada às crianças e a intensas atividades de tradução.

É de se notar que, ao longo da correspondência, há muitos momentos em que Lobato faz o elogio da Língua Portuguesa. Em *pós-escrito* à carta de 02 / 09 / 09, falando de obra de M. Dias - *Paixão* -, comenta-lhe o estilo: (...)

> *Estilo lindo, claro de meter inveja. É escrito em português de Portugal, do bom, do que corre como regato em leito de pedras lá da fazenda do meu avô. Vale a penas lê-o só pelo português.*

Noutra ocasião, em carta de 15 / 09 / 09, diz:

> *(...) nós não sabemos esta maldita língua, Rangel, e manejamos achavascadamente, plebeiamente, um barro, um caolim de primeira, com o qual se podem modelar as mais leves e finas coisas. Só agora ando alcançando a extensão do meu erro nesse ponto. Até aqui me repastei, quasi que exclusivamente no francês, e "ouvia falar" da "língua de Frei Luiz de Souza". Meu português era o caseiro e do jornal. E eu ficava de olho grande (...). Parei com minhas leituras de língua estrangeira. Não quero que nada estrague minha lua de mel com a língua lusíada...*

Além de elogiar a língua de Portugal, ainda na mesma carta, fala sobre o que mais o atrai e coloca a língua portuguesa do Brasil em inferioridade com relação a ela:

> *(...) E sabe o que mais me encanta no português? Os idiotismos. A maior beleza das línguas está nos idiotismos, e a lusa é todo um Potosi. (...) Por que é o português de Portugal tão superior ao português do Brasil? Porque é muitíssimo mais <u>idiotizado</u> pela colaboração incessante do povo, ao passo que aqui o povo praticamente não colabora na Língua geral - vai formando dialetos estaduais como a Itália.*
>
> *Suas rusgas contra gramática e gramáticos aparecem em toda a correspondência com Rangel, a quem agradece as correções gramaticais:* grande bem me fazes com a denúncia das ingramaticalidades *(30 / 09 /*

1915). Sua ojeriza pela gramática é explicada por achar que ela não forma, deforma – a gramática fará letrudos, não faz escritores – além do que é também a gramática que o reprova: [...] voltei-me para a gramática e tentei refocilar num Carlos Eduardo Pereira. Impossível. O engulho voltou-me – a imagem do Freire e da bomba[26]*. Dá-me ideia duma morgue onde carniceiros de óculos e avental esfaqueiam, picam e repicam as frases, esbrugam as palavras, submetem-nas ao fichário da cacofonia grega. A barrigada da língua é mostrada a nu, como a dos capados nos matadouros – baços, fígados, tripas, intestino grosso, pústulas, "pipocas", tênias. Larguei o livro para nunca mais, convencido de que das gramáticas saem Silvios de Almeida, mas não Fialhos.*

Desta forma, aparentemente[27], abandona a ortodoxia dos estudos gramaticais para se dedicar ao aprendizado da língua – *lendo os que a têm e ouvindo os que falam expressivamente* (30 / 09 / 1915). Ou, como reitera um ano mais tarde:

Como deliberei aprender a língua de ouvido, e meu ouvido é lerdo, despendo mais trabalho que os que vão logo às regras – à Gramática. (13 / 09 / 1916).

Começava a sonhar com uma língua "nossa", *porque a língua pátria já não é propriamente a língua lusa de Portugal – é a sua filha brasileira*[28]. Esta preocupação com a dimensão brasileira da língua portuguesa culminará com a "brasilina" – denominação usada, pela primeira vez, em 1922, ao comentar O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral:

E a velha língua-mãe, que cá vige mas não viça, abdicará de vez na filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada. (...) E sinhazinha Brasilina não tem pressa[29] .

A ideia da brasilina reaparecerá em Emília no País da Gramática (1933):

A parte de lá – explicou o rinoceronte – é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguesas. Com o andar do tempo essas palavras foram atravessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais. Desse modo formou-se o grande bairro da Brasilina.[30]

Hoje, passados mais de 500 anos da chegada dos primeiros sons lusitanos no Brasil, vale registrar a constatação feita por Lobato:

A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou no Brasil. Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileirismo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500. E desde então não se passou um dia, talvez, em que a língua do reino fosse na colônia infiltrada de vocábulos novos, de formação local, ou modificada na significação dos antigos. Hoje, após quatrocentos anos de vida, a diferenciação esta caracterizada de modo tão acentuado, que um camponês do Minho não compreende nem é compreendido por um jeca de São Paulo ou um gaúcho do sul. Quer isto dizer que no povo – e a língua é criação puramente popular – a cisão já está completa. Nas classes cultas a diferença é menor, se bem que acentuadíssima, sobretudo na pronúncia e no emprego das palavras novas[31].

No seu projeto de brasilidade, conforme assinala Borges[32], *vendo a língua brasileira plenamente estabelecida na fala do povo, acreditava que, para consolidar o cisma ocorrido na língua portuguesa, era necessário dar status literário à nova língua do Brasil*. Entretanto, embora a ideia de uma gramática brasileira não permanecesse até o fim de sua vida[33], essa perspectiva

[26] Lobato refere-se à sombra pela "bomba" levada, ainda na juventude (1895), no seu primeiro exame de português.

[27] Uma vez que, de certa forma, Lobato tornou-se um gramático ao defender a "brasilina", ao produzir **Emília no País da Gramática**, procurando tornar acessível às crianças alguns conceitos ou, ainda, ao dar conselhos acerca de correção gramatical na idade adulta, como se pode ler em **Cartas escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1961.

[28] *Gramática portuguesa* (1921). MONTEIRO LOBATO. **Crítica e outras notas**. SP: Brasiliense, 1965, p. 78.

[29] **Onda verde**. São Paulo: Brasiliense, 1921.

[30] **Emília no País da Gramática**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 14.

[31] *O dicionário brasileiro*. **Onda Verde**. op. cit.

[32] BORGES, M.Z. (1999) Exatidão e liberdade na linguagem de Monteiro Lobato. **Todas as Letras**. Revista da FLE. Ano 1, n.1. São Paulo: Editora Mackenzie. p. 40.

[33] Conforme Borges (ibidem, p. 40-1): *todavia, vinte anos depois, referia-se ao português e não ao brasileiro (...). O escritor reassume a fidelidade à gramática tradicional (...).*

marcadamente sociolinguística de reconhecimento de normas distintas se concretiza com a substituição do padrão literário tradicional por outro mais próximo da nossa realidade cultural e da modalidade falada no Brasil, comprovada, por exemplo, com nossos modernistas – muitos dos quais, injustamente, condenaram Monteiro Lobato. De fato, Lobato não foi apenas um escritor que lutou pela descoberta e conquista do nacional, mas foi também um cidadão brasileiro preocupado com a busca da identidade e da valorização sócio-político-econômica de sua pátria.

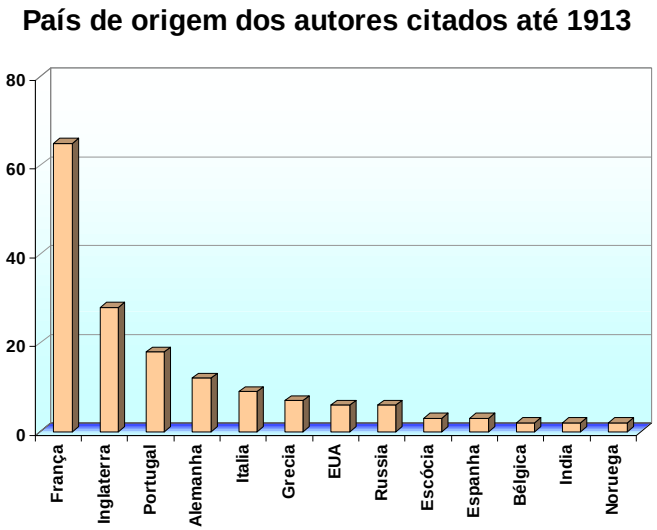


GRÁFICO 1 – PAÍS DE ORIGEM DOS AUTORES CITADOS ATÉ 1913

http: / / www.portugal.gov.pt / Portal / PT / Geral / Lusofonia (a

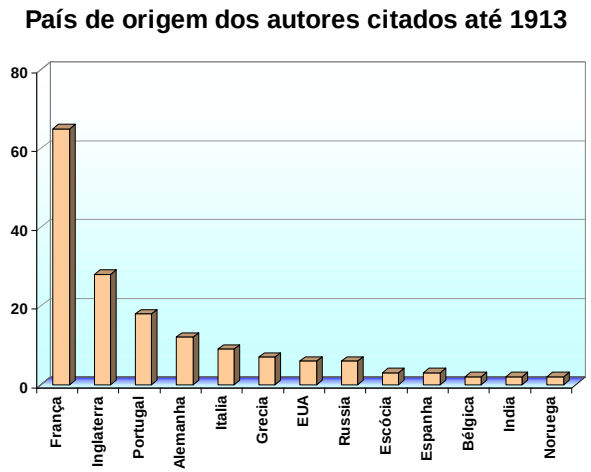
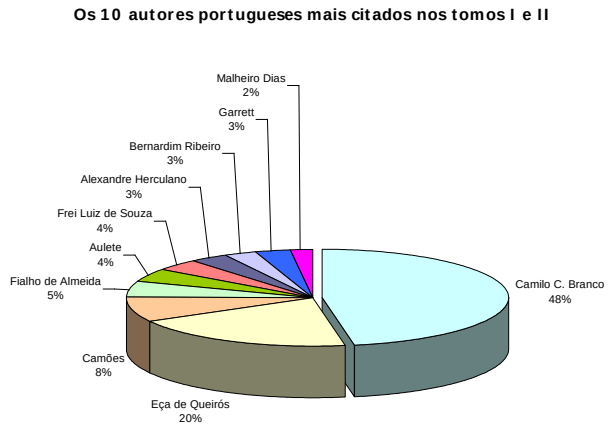


GRÁFICO 2 – OS 10 AUTORES PORTUGUESES MAIS CITADOS



http: / / www.portugal.gov.pt / Portal / PT / Geral / Lusofonia

13.REGINA DE BRITO rhbrito@mackenzie.com.br **E**
14. MOISÉS MARTINS moisesm@ics.uminho.pt

REFLEXÕES SOBRE O SENTI(R) / (DO) DA LUSOFONIA

Defrontar-se com diferentes espaços em que o português é uma das línguas de expressão oficial (materna ou não) revela-nos que a utilização do termo Lusofonia (e de uma série de outras expressões daí decorrentes, tais como: países lusófonos, mundo lusófono, cultura lusófona, unidade lusófona, identidade lusófona, etc.) provoca interpretações e reações muito diversas no contexto que abarca a denominada "comunidade dos países de expressão portuguesa".

Esta comunicação procura refletir acerca desse multifacetado "sentimento de lusofonia", trazendo subsídios que apontem para uma conceituação desvinculada de egocentrismos e traumas que a palavra LUSOFONIA tem carregado.

O conceito «Lusofonia» usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo.

Este é o primeiro parágrafo do tópico "lusofonia", com grande destaque na página inicial do *Portal do Governo Português*.[34] É para esse *site*, também, que, por exemplo, o *Portal do Governo Brasileiro* remete quando se pesquisa por esse tema – não sem que antes se faça uma certa navegação[35] pela página.

A mesma pesquisa, em *sites* oficiais dos outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)[36], aponta, via de regra, para *notas da imprensa* em que é a palavra (ou, mais comummente, formas dela derivadas) veiculada.

Nessa rápida incursão nos espaços oficiais de divulgação dos oito estados-membros pela Internet pode-se já vislumbrar a diversidade de sensações que tratar da *lusofonia* provoca, concretamente, nos seus múltiplos modos de existir. Se, no Portal do Governo Português, a referência à lusofonia, mais do que explícita, é de exaltação (em visita à página, observe que a caixa de chamada destaca-se pelo tamanho, pela cor, pela ilustração e pelo desenho diferenciado das letras), em nenhuma das demais *homepages* governamentais observa-se (tão enfática e declaradamente) qualquer alusão à lusofonia.

Abordar o tema "lusofonia", portanto, não significa percorrer caminhos serenos – seja os trilhados pelos políticos, seja os trilhados por estudiosos ou literatos. Breve revisão da literatura a respeito revela a gama de discussões que a matéria tem suscitado, oscilantes entre insinuações de uma penetração cultural e da invasão empresarial e colocações que enfatizam os benefícios que essa unidade de língua proporciona(ria) nos diversos setores da vida de cada um desses países – isto do lado português.

Do lado africano, há várias considerações acerca da imprecisão e das pressões políticas que rodeiam o conceito – por exemplo, Pacheco (2000) assinala que a lusofonia é "como um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos" outros entendem que *o facto de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderia reforçar essa presença* [do português no território] *se uma política linguística clara e consequente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e das línguas autóctones do outro.* (Kukanda, 2000: 112).

Do lado timorense, a perspetiva se reveste, normalmente, de uma certa consciência da necessidade de difusão do português para o fortalecimento dos mecanismos de cooperação e de reconstrução da nova nação, conforme as palavras do líder da Resistência e atual Presidente da República, Xanana Gusmão:

[34] http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia (acesso em 25/04/2006).
[35] http://www.brasil.gov.br/pais/lingua_portuguesa/portugues/ - clicando, em seguida, em "comunidades lusófonas" no tópico "Veja Também". (acesso em 25/04/2006).
[36] Veja os demais portais oficiais disponíveis na internet: República de Angola: http://www.mapess.gv.ao/; República de Cabo Verde: http://www.governo.cv/; República da Guiné-Bissau: http:// www.guine-bissau.com/; República de Moçambique https://www.govnet.gov.mz; República Democrática de São Tomé e Príncipe: http://www.presidencia.st/; República Democrática de Timor-Leste: http://www.gov.east-timor.org/ . (todas as páginas acessadas em 25//04/2006).

> *A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de caráter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional.* [37]

Neste caso, vale trazer, também, a perspetiva que norteia os estudos linguísticos no país:

> *Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional. (Hull, 2001: 39)*

Tratar desta questão do lado brasileiro implica, para alguns, numa visão tendendo à negatividade; para outros, no entanto, representa uma busca de integração entre unidade / variedade, o reconhecimento de que são muitos os "proprietários" da Língua Portuguesa, assumindo a noção de diversidade cultural como caraterística inerente a esse conceito[38].

Neste aspeto

> *[...] a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente coletivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos. (Martins, 2004)*

Desta forma, a pluralidade de sensações e sentimentos que a mera evocação da palavra faz aflorar necessita do conhecimento e do reconhecimento da imagem histórico-cultural de cada um desses espaços da chamada "comunidade lusófona".

Na verdade, do ponto de vista dos povos colonizados, não há como ser fácil dissociar o passado histórico colonial do sentido a palavra Lusofonia traz nos dicionários: no plano etimológico, o substantivo abstrato **Lusofonia** liga-se à "Lusitânia", província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos Lusitanos: a forma **luso**, do latim lusu, remete a lusitano, português, relativo a Portugal e a forma (de origem grega) **fon** relaciona-se a som, voz, palavra, língua. É desta via, portanto, que se retira seu conceito mais evidente: o de abranger os países de língua portuguesa. Numa conceituação um pouco mais alargada, costuma-se, então, aplicar o termo "lusófono" aos indivíduos que têm em comum a Língua Portuguesa e que partilham elementos culturais e históricos.

No plano histórico, a ideia da "lusofonia" teria tido início com a expansão marítima portuguesa a partir do século XV, que espalhou e que, em certa medida, difundiu sua língua e cultura por todas as partes do mundo, pela atuação de missionários e colonos diante de povos contactados. Como primeiros "teorizadores" desse ideal de "lusofonia", costuma-se citar o Padre António Vieira (*Sermões de S. Francisco Xavier*, 1694), com o projeto messiânico do Quinto Império, e Fernando Pessoa, que teria retomado e reformulado tal projeto séculos depois (em *Mensagem*, 1934, e, mais tarde, em especial, no *Livro*

[37] Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [p. cap. em 03/08/02].

[38] Para comentários a esse respeito, remetemos ao artigo de nossa autoria intitulado *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala português* (ver: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1005). Além disso, aprofundamos a questão em Dimensão semântica e perspetivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia, que apresentamos em 7 de outubro de 2005, na Universidade do Minho, durante a Conferência "Comunicação e Lusofonia", organizada por Helena Sousa e Moisés Martins, cuja publicação, pela Fundação Calouste Gulbenkian, sairá ainda neste ano de 2006.

do Desassossego, ao conceber a língua portuguesa como um espaço do futuro império espiritual, caraterizado pela universalidade: "a minha pátria é a língua portuguesa"[39]).

No plano político, o dos "discursos oficiais", a ideia da lusofonia se apresenta como sendo um sistema de comunicação linguístico cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau - que constituem os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* - e Timor-Leste. No entanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras dos territórios nacionais delimitam. Antes, é preciso considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada "diáspora lusa" e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de "uso", na verdade, ela seja minimamente (se tanto) utilizada: Macau, Goa, Diu, Damão e Malaca. Além disso, Lourenço (2001) – o intelectual que, com certeza, mais tem pensado criticamente a matéria - assinala, com rigor, que a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza:

> *[...] é o espaço galaico-português onde, com a língua que é ainda a nossa, eclodiu o primeiro e nunca acabado canto que dará à cultura portuguesa [...] um lugar à parte na constelação poética da romanidade. [...] Quer dizer, como imaginar o espaço lusófono, e na medida em que ele é o horizonte onde inscrevemos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sem incluir nele a Galiza? [...] dado o contexto histórico-político da península a que pertencemos, não se estranhou que a Galiza não tenha estado presente e fosse incluída na nova comunidade de referência lusófona a que se deseja dar, além da vida formal, vitalidade e futuro. Mas isso significa, pelo menos, que o espaço da lusofonia e o da comunidade de referência lusófona não coincidem. (LOURENÇO, 2001: 178*)

Vale assinalar que, criada em 1996, a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* define-se como "foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político diplomática e da cooperação entre os seus membros"[40], com o intuito de reunir os países de língua oficial portuguesa a fim de uniformizar e difundir a língua e aumentar o intercâmbio cultural entre eles. Em torno disto, em diversas circunstâncias, Eduardo Lourenço refere-se à CPLP - ao afirmar que a *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, tal como existe, ou queremos que exista, seria um refúgio imaginário* (2001: 182) - e aos ideais da lusofonia – um *projeto*, uma *aposta*, na qual deve residir *alguma verdade* (uma vez que foi "imaginada" – 2001:176). No ensaio "Imagem e miragem da lusofonia" (escrito no ano da criação da CPLP), assinala:

> *Só para nós, portugueses, a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caraterizam cada uma das suas componentes. Como portugueses, seria impossível e sem sentido não a imaginar assim, pois somos o espaço matricial da língua portuguesa, levando-a connosco para as paragens que tocámos ou colonizámos [...] O que não podemos é atribuir a essa centralidade nossa na esfera lusófona outra dimensão que não seja essa de essência genealógica, de caráter estritamente comunicacional [41] [...] O nosso drama – tragédia é sempre metáfora para os Portugueses – é que, dadas as complexas relações culturais que tecemos com o Brasil e as novas nações de expressão oficial lusófona – ou elas connosco -, nenhum dos povos lusófonos se sente empenhado, como nós, na visão que a lusofonia induz e, muito menos, nos fantasmas não muito antigos que a assimilavam à esfera lusíada*. (LOURENÇO, 2001: 179-80)

As colocações que Lourenço faz ao longo de sua obra a respeito do tema não deixam dúvidas sobre a viabilidade da lusofonia. O que se deixa entrever é que

[39] Creio que não terá escapado a ninguém que fale português, ou se reclame de uma mítica lusofonia, o uso e o abuso que, a partir de um dado momento – digamos, o da revolução de abril -, tem sido feito da famigerada frase de Pessoa 'a minha pátria é a língua portuguesa'. Só podia ter inventado esta frase, destinada a tanto sucesso, quem imaginasse como hipótese viável – e era o seu caso – que também teria outra pátria se noutra língua se exprimisse, analisa Lourenço (2001: 183).

[40] "Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de julho de 1996.

[41] Registre-se, como curiosidade, o comentário de Ana Castro Osório, feito em 1918: "O Brasil é para nós sagrado, porque a sua grande missão futura é afirmar ao mundo as qualidades de nossa raça e impor a nossa língua". In MATTOSO, José (Dir.) História de Portugal. Sexto Volume (autor: Rui Ramos). Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. p. 587.

não é viável a instituição de uma ideologia lusófona que nasça e corra por conta de interesses político-económicos na esteira da chamada globalização.

Num outro plano – que acaba por distanciar-se da noção política do termo - o conceito de lusofonia (Reis,1997; apud Sousa, 2002: 306-7) pode ser formulado tomando por base três princípios. O primeiro deles é o da *globalização*, entendendo que os problemas da lusofonia e a afirmação de uma identidade comunitária que se funda na língua ultrapassam o fator linguístico e convocam globalmente governos, ONGs, sociedade civil, etc. O segundo princípio é o da *diversificação*, reconhecendo a heterogeneidade de cada realidade nos países que compõem a comunidade lusófona e que, do ponto de vista português, são marcados por elementos que não têm origem portuguesa. A *relativização* é o último dos princípios, implicando que a comunidade lusófona, devido à diversidade de cada realidade, é desigual e muito pouco coesa.

Essa síntese do mundo lusófono – que se procura reunir numa noção (ainda que mítica) de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português. Deste modo, como referimos, essa descrição oferece uma dimensão geográfica da língua portuguesa distribuída por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caraterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspeto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema linguístico, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade. Assim é que se reconhece, por exemplo, o "Português Europeu" e o "Português Brasileiro" (e os muitos falares dentro de cada um), da mesma forma que há estudos do português em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste: *se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextrincavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense* (Lourenço, 2001: 112).

No entanto, como assinalamos, não se pode centrar a questão da lusofonia somente no aspeto linguístico. Sem dúvida, a língua portuguesa é o grande instrumento para o sentimento de lusofonia, mas também o é para o reconhecimento e para a construção do chamado espaço da lusofonia. Deste modo, é necessário ter clareza quanto aos papéis distintos que a língua portuguesa forçosamente cumpre em cada localidade; pensar a lusofonia é, igualmente, pensar na função que o português exerce em cada um dos contextos de sua "oficialidade" – é, por exemplo, língua materna no Brasil, mas, ao mesmo tempo, é totalmente desconhecida em muitos espaços moçambicanos ou timorenses.

> *A ideia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer perceção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono, é que a lusofonia pode vir a ser, de facto: não somos 200 milhões de lusofalantes; somos a língua portuguesa que fala em cada um* (Brito e Martins, 2004).

> *A Lusofonia não é sonho de que alguém possa envergonhar-se (…)*
> *Mas convém sonhá-la de olhos abertos, sem ilusão alguma,*
> *num mundo que a não consente*
> (Lourenço, 2001: 181).

Referências Bibliográficas

Brito, Regina Helena Pires de e Martins, Moisés de Lemos (2004) "Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono". In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo / Lisboa. Lusocom pp. 69-77.

Carrascalão, João (2000) "Painel sobre a Lusofonia" – VIII Fórum da AICEP. www.aiecep.pt / versao_texto / noti_indi_2000-06_02.hrml [cap. 25 / 06 / 2001].

Hull, Geoffrey (2001) Timor Leste – Identidade, língua e política nacional. Lisboa, Instituto Camões.

Kukanda, Vatomene. (2000) "Diversidade linguística em África". *Africana Studia*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nº 3. pp. 101-11.

Lourenço, Eduardo. (2001) *A nau de Ícaro*. São Paulo, Cia das Letras.

Martins, Moisés de Lemos (2004) "Lusofonia e luso tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiperidentitários". http: / / hdl.handle.net / 1822 / 1075. Conferência inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, realizado em São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica, entre 28 de abril e 1 de maio de 2004. Conferência a ser publicada nas Atas.

Pacheco, Carlos (2000) "Lusofonia e regimes autoritários em África" In: *Público*. Lisboa. 3 de fevereiro.

Sousa, Helena. (2002) "Os media ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia". *Comunicação e Sociedade 2 - Cadernos do Noroeste*. Série Comunicação, vol. 14 (1-2). Braga, Universidade do Minho. pp. 305-17.

15.NELSON REIS nelson_reis@hotmail.com

PATRIMÓNIO LÚDICO AÇORIANO – O PAPEL DA ESCOLA NA SUA PRESERVAÇÃO

A globalização, na tentativa de encontrar uma forma de vida padronizada para todo o mundo, na forma de vestir, na alimentação e, até mesmo, no modo de pensar, criou uma autêntica instabilidade nas pessoas. Obviamente que muitos se preocuparam com o rumo que esta nova perspetiva de vida proporcionava, tendo consciência que as identidades nacionais estavam condenadas ao esquecimento. Todavia, surgiram movimentos que tentaram reconstruir tais identidades, numa clara resistência à globalização do homem, lutando para que a diversidade antropológica continue a ser uma realidade.

É desta forma que entendemos, atualmente, a cultura popular: uma resistência em nome do humanismo que algum radicalismo tecnocrático tudo fez para destruir. Porém, temos de ter consciência que muitas atividades do passado entendidas como património que nos identifica são, na sua maioria, evoluções de atividades desenvolvidas nos séculos anteriores e em contextos socioculturais bem diferentes dos atuais. Assim, a procura dessa diversidade pode ser conseguida através de variadas formas.

Na nossa opinião, a Escola cumpre um papel fulcral para a construção e preservação da nossa identidade. É neste sentido que compreendemos o documento emanado pela UNESCO, intitulado "Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional ou Popular".

No referido documento foram sugeridas, aos países membros, linhas orientadoras para a preservação, difusão e proteção da cultura, prevendo, inclusive, uma cooperação entre os estados membros. Este documento problematiza com rigor a cultura popular, e o facto de ter sido distribuído pelas Escolas portuguesas demonstra quão importante poderá ser o papel da instituição Escola para o resgate da cultura tradicional.

Hoje, mais do que nunca, os estudos relacionados com as tradições, com os jogos tradicionais / populares e com tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, para nós um imperativo ético. Neste contexto, o presente estudo verificou como tem sido tratado o património lúdico açoriano em todas as escolas do 1º ciclo da região.

1. INTRODUÇÃO

No contexto da cultura portuguesa, de acordo com Costa (1989: XVII), a Região Autónoma dos Açores constitui um sistema singular, aberto e dinâmico de nove ilhas culturalmente diferentes, localizadas na encruzilhada da Civilização Ocidental, onde o velho Mundo se encontra com o novo, no meio do Oceano Atlântico, a cerca de 990 milhas da costa da Península Ibérica e 2500 milhas da costa Este da América do Norte.

O vulcanismo continua a ser o seu principal estigma. Com as sucessivas erupções que as castigaram ao longo dos séculos, as ilhas têm-se formado constantemente, bem como as pessoas que nelas vivem. Os cones dos vulcões, agora ocupados por uma variedade de vegetação e lagos de rara beleza, os campos de sulfato e as caldeiras de água quente, ainda visíveis em muitas ilhas, as formações de lava que abundam e o basalto que dá a cor preta às praias são aspetos que evidenciam a origem vulcânica das ilhas.

O estatuto variável de cada ilha é determinado por um conjunto de fatores, entre eles, a dimensão territorial, os recursos de que dispõe, a distância geográfica das restantes e a função político-económica, militar e religiosa que desempenha. A sociocultura açoriana possui, no entender de Costa (1989:XVIII), um caráter marcadamente mediterrâneo atlântico que resultou da recriação, pelos seus habitantes, de um fundo cultural luso mediterrâneo num ambiente insular atlântico.

A situação geográfica do Arquipélago e a distância a que se encontra dos continentes possibilitou-lhe um papel importante, contudo, vulnerável na comunicação. O seu complexo isolamento, se por um lado, explica parcialmente a estabilidade e a permanência de antigas caraterísticas biológicas e dos padrões de cultura, por outro lado, favorece a rápida difusão de mutações genéticas e de inovações culturais.

Outro fator a considerar é a exiguidade territorial das ilhas que impede a multiplicidade dos nichos ecológicos, limita os efetivos populacionais, como também os recursos alimentares. Todavia, tais desequilíbrios provocados pelas calamidades naturais, crises agrícolas, comerciais ou por deficiência da política económica, deram origem às vagas de emigração para algumas áreas do Brasil, dos Estados Unidos da América e do Canadá.

No seu processo de povoamento, a região utilizou, segundo Martins (1989:65-67), elementos provenientes, sobretudo, do continente português e, por isso, existe entre a cultura açoriana e as culturas continentais um elevado grau de interligação, não havendo dúvidas em considerar os Açores como uma área da cultura Portuguesa.

Em cada uma das ilhas, as festas de âmbito religioso das populações insulares açorianas, mormente as romarias quaresmais - práticas religiosas na Páscoa com a procissão do "*Senhor dos Enfermos*"; as festas do Divino Espírito Santo que perpassam todas as ilhas e que lhes cunham determinadas particularidades; as festas dos Santos populares com especial atenção às "*Cavalhadas*", na Ribeira Grande, ilha de São Miguel; festas paroquiais; e, finalmente, as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, "*assumem um forte valor emblemático*" (Costa, 1989: XVIII-XX).

Neste teor, os diversos espaços de identidade definem-se uns relativamente aos outros, num jogo complexo de identidade, diferenciação e autoafirmação, onde as diferenças e as representações recíprocas competem e se ritualizam.

Relativamente a outras manifestações, podemos salientar a festa do "*Entrudo*", caraterizada pelo desfile de pessoas com máscaras pelas ruas das freguesias, tradição esta já em desaparecimento em virtude do surgimento de bailes de fantasia em recintos fechados; os Bailes de Espada e Comédias caraterísticas da ilha Terceira e que se enraízam no teatro satírico de Gil Vicente; a "*Batalha das Limas*", tradição mais recente, na ilha de São Miguel; a "*Festa das Estrelas*", recentemente recuperada na Ribeira Grande, São Miguel; as "*Touradas*" praticamente existentes só na ilha Terceira, entre outras. Gradualmente, o arquipélago tem fomentado a prática dos designados "*Festivais de verão*", tendo alguma expressão em, praticamente, todas as ilhas. São épocas onde se nota uma maior mobilidade no arquipélago, quer dos naturais quer dos emigrantes não naturais.

Na história do homem, o jogo, mais ou menos organizado, de competição ou recreação, sempre esteve ligado à festa. Estes nasceram, naturalmente, em ocasiões festivas, constituindo-se como autênticos ritos religiosos. Lévi-Strauss (2000:29-32) salienta que não se conhecem povos sem os seus jogos. Segundo o mesmo autor (2000:33), é através do jogo que podemos chegar mais facilmente ao conhecimento do povo que o pratica.

Para Caillois (1990:45), o jogo praticado por um povo pode definir alguns traços morais ou intelectuais, a imagem da cultura de uma época ou mesmo de uma civilização, sendo possível identificar e distinguir os diversos povos através de um simples jogo.

Costa (1993:41-43) afirma que pela sua origem, pela sua história e pelo seu funcionamento, o desporto é um fenómeno humano estruturalmente ligado ao fenómeno cultural, logo, exaltando o triplo princípio da eficácia, do rendimento e do progresso. Deste modo, o desporto é um código cultural específico para a interpretação e realização dos sentidos das ações motoras dos homens, é parte significativa de um consumo humanizante da tarefa de vive, é parte integrante do processo de cultura citadina, é o local do encontro, da exercitação, da convivência, da sociabilidade e do bem-estar dos homens, consigo mesmo e com os outros, ou seja, com a natureza pessoal e com a natureza social.

Na sociedade industrial, o desporto foi um instrumento de compensação do tempo de trabalho, um retemperador das forças físicas e psicológicas consumidas nos trabalhos dos escritórios e nas linhas de montagem, um equilibrador das tensões e excitações que o trabalho provocava.

Neste sentido, e de acordo com Elias e Dunning (1992:101), uma sociedade que não ofereça aos seus membros oportunidades suficientes para desenvolver e libertar todo o tipo de energia e tensões poderá dar azo a efeitos nefastos na vida dos mesmos. Porém, vivemos num tempo onde a sociedade se complexificou. A mudança acelerada é, indiscutivelmente, um dos traços de contemporaneidade. Desta forma, as sociedades estão a sofrer um processo

complexo de redefinição das suas identidades, de reconcetualização de práticas e de valores.

Atualmente, o mundo deixou de se constituir numa ideia abstrata, longínqua e imprecisa para se tornar em algo que faz parte do nosso dia-a-dia. Os problemas sociais mais distantes são conhecidos como se do nosso quintal se tratassem. Muitas vezes, sabemos mais rapidamente aquilo que se passa no outro lado do planeta, do que do outro lado da nossa própria rua.

Tal transformação, segundo Giddens (1999:34-38), ao contrário daquilo que inúmeras vezes é admitido, não diz respeito somente a um fenómeno económico; é a transformação do espaço em tempo. Não só se confina à criação em larga escala de sistemas, mas também à transformação local e mesmo pessoal, a contextos da experiência social.

O escudo, verdadeira identidade nacional, deixou de ser a nossa moeda para dar lugar a uma outra que corre por todo o espaço europeu. As fronteiras físicas entre os países ibéricos desapareceram completamente, tornando unos estes dois estados que durante séculos lutaram pela afirmação de um marco, de uma linha imaginária, de um pedaço de terreno. Este desaparecimento provocou a desertificação de algumas povoações que nasceram e floresceram à luz de uma conceção secular de fronteira, refletindo-se, inclusive, no pequeno comércio transfronteiriço, chegando mesmo a provocar focos de desemprego naquelas profissões associadas a esta conceção de unidade territorial.

De acordo com Vaz e Garcia (s / d:5), o povo, intimamente, exclama bem alto que aceita a unidade, mas acima de tudo com o devido respeito pela diversidade cultural, ou seja, com respeito pela diversidade antropológica. Assim, é neste ambiente sem moeda, sem fronteiras, quase sem poder para decidir, que as culturas populares emergiram um pouco por toda a Europa, no sentido de preservar, ou mesmo de fazer renascer, as identidades ou idiossincrasias de um povo, sendo que muitas dessas expressões culturais há muito estavam votadas ao esquecimento. Mais do que nunca, o estudo dos mitos, das lendas, das tradições, dos jogos tradicionais / populares, das danças, das músicas e de tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, mesmo um imperativo ético.

Neste contexto, a possibilidade de contribuir para uma política de desenvolvimento do desporto, da educação física e do desporto escolar, baseado no conhecimento mais profundo do povo açoriano e da cultura açoriana, através das suas festas religiosas, do seu folclore, dos seus jogos tradicionais / populares, das suas manifestações desportivas, bem como de comparar os diferentes processos utilizados no desenvolvimento desportivo regional, em cada uma das ilhas que compõem o arquipélago, justificam, por si só, o presente estudo.

2. A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO LÚDICO NA ESCOLA

O processo da globalização aparece na nossa sociedade como um elemento perturbador de uma ordem ancestral. À conceção de sociedade marcada pela estabilidade, onde uma geração reproduzia praticamente tudo aquilo que era o património da anterior, segue-se uma outra sociedade onde a “mudança rápida” aparece como o elemento regulador, chegando mesmo ao extremo de se afirmar que nesta sociedade só não se muda a ideia de mudar.

Contudo, as mudanças resultantes desta nova sociedade provocaram uma grande erosão nos hábitos e costumes tradicionais, sem que nenhuma franja apreciável de população consiga resistir por muito tempo ao impacto desta autêntica nova cultura. É certo que algumas regiões rurais, mais afastadas dos grandes centros urbanos, tentaram, de alguma forma, oferecer uma certa resistência, porém, foram submetidas à lógica hegemónica da modernidade.

Com este cenário, criou-se a ilusão de que a mudança é sinónimo de progresso, pelo que qualquer sinal do passado, qualquer atividade mais ou menos conotada com a nossa ancestralidade, era para ser substituída por alguma prática tida como moderna e urbana e, por isso mesmo, considerada evoluída. Todavia, temos que ter a consciência que o mundo evolui e que uma das principais Caraterização humanas é a sua capacidade de adaptação. Lutar cegamente contra a globalização é um verdadeiro suicídio. Tentar impor ao homem de hoje um modo de vida estranho àquilo que é um dado inquestionável, é uma batalha perdida.

Centrado o problema no âmbito da escola e da educação, José Augusto Seabra em 1991, baseando-se em Leonardo Coimbra, lembra que «*a educação tem que estar mais voltada para o futuro que para o passado ou mesmo para o presente, já que ela é geradora de uma outra cultura, partindo sempre do nosso momento histórico, da herança que nos foi legada, como um património não apenas a conservar, mas a investir e a enriquecer*».

Hoje, sabemos que o papel das famílias e da escola no campo da socialização e educação dos mais novos, se debate com a concorrência positiva de outras instituições que desempenham este papel. Por vezes, até de uma forma mais atrativa e interessante para as crianças e para os jovens.

Surgiram espaços estruturados, normalmente, ligados a instituições públicas, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e a outras instituições de caráter social, como os Centros Sociais e Paroquiais ou Instituições de Solidariedade Social.

Para além destas, não podemos esquecer que a socialização também é feita nos bairros e nas ruas. Benavente *et al.* (1991:151) salienta que a rua pode ser entendida como um espaço de jogo e brincadeira, porque possui caraterísticas de riqueza renovável propiciadoras da atividade lúdica dos mais jovens. Possui um quadro social em constante movimento e constitui, para o grupo etário mais novo, uma sucessão de acontecimentos singulares. É uma fonte inesgotável de experiências e descobertas. Mais do que isso, a rua, o espaço público de uma comunidade, é um contexto social onde encontramos múltiplas dimensões constitutivas da vida de uma sociedade.

Bento (1998:131) refere que passado o tempo da crença na escola nicho ou espaço pedagógico protegido, hoje, é aceite a ideia de que a educação também se faz para além dos seus muros, pois é aí a realidade da vida. Quando a criança está na rua, brincando ou não, ela encontra-se inserida numa rede de relações sociais muito diversificadas, no seio do qual age e se relaciona, vivendo momentos interligados e sobrepostos de jogo, aprendizagem e socialização.

Boia (2003:163) refere que existem, no meio envolvente da escola, potencialidades no campo da formação, que não podem ser descuradas. Neste contexto, temos que reconhecer que a rua é mais um importante espaço educativo onde a criança está sujeita a uma grande diversidade de sensações, relações, experiências sociais que serão decisivas para sua formação. Todavia, não devemos esquecer que, atualmente, as crianças passam mais horas do dia em frente às televisões, aos computadores e jogos eletrónicos e pouco, ou quase nada, brincam na rua.

Segundo Morin (1999:61), a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, saber-fazer, regras, normas, interdições, estratégias, crenças, ideias, valores e mitos. São transmitidos de geração para geração. Controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Deste modo, o desenvolvimento cultural por parte das pessoas torna-se muito importante, tendo em vista acompanhar a rápida evolução da sociedade com que nos deparamos nos dias de hoje.

Sobre este assunto, Boia (2003:142) refere que a conquista da liberdade dependerá do capital cultural e escolar que o indivíduo se consiga apropriar, na convicção de que a libertação interior conseguida através da apropriação da cultura, implicando, igualmente, a libertação material.

De acordo com Fernandes (1997:86), a cultura deve ser compreendida como um campo de possibilidades de entender o mundo de um modo mais rico e, naturalmente, como um património de que somos herdeiros, facilitando o acesso à pluralidade de vias e de perspetivas que tornam o nosso mundo individual mais amplo e variado.

Para Gadotti (2000:39), uma escola que educa na cidadania deverá ter como orientações a integração entre educação e cultura, entre a escola e a comunidade, entre a educação multicultural e a comunitária, a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentar da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores.

Assim, tal escola, que educa na cidadania, preconiza um projeto que une a teoria e a prática. Ele, o projeto, constrói-se e reconstrói-se para dar resposta à diversidade, respeitando todos os intervenientes no processo educativo.

É devido a esta forma de entender a cultura que surge a necessidade de existir uma escola, com um cariz cultural, a Escola Cultural, que concilia por um lado a cultura tradicional veiculada pelo currículo oficial e, por outro lado, a cultura vivida por prazer e recriação em clubes de diversa natureza. Durante muito tempo considerou-se que a atividade lúdica da criança apenas a ajudaria a resolver conflitos internos, sendo vista, por isso, como apenas numa perspetiva psicanalítica.

Porém, foi com o aparecimento das teorias cognitivas aplicadas como a de Piaget, em 1947, e a de Vygotsky, em 1976, que se iniciou a valorização das atividades lúdica, pois, concluiu-se que tais poderiam contribuir para o desenvolvimento de competências. Contudo, foi nos finais dos anos sessenta que a atividade lúdica passou a ter um lugar de destaque nas áreas do desenvolvimento infantil e da psicologia educacional, no que diz respeito ao domínio cognitivo.

Tendo em conta a nossa experiência empírica, existem vantagens em integrar a atividade lúdica nos currículos, mesmo nos mais tradicionais, porque levam à aplicação de metodologias que alteram, não só os materiais e os programas, mas também a relação entre o professor / aluno.

A propósito do papel do ato lúdico, este representa um primeiro nível de construção do conhecimento, ou seja, o nível do pensamento intuitivo, ainda nebuloso, mas que já aponta para uma direção. O prazer e a motivação iniciam o processo de construção do conhecimento que deve prosseguir com a sua sistematização, sem a qual não se podem adquirir conceitos significativos. Com este entendimento sobre o ato lúdico foi percetível a importância que ele tem na construção do conhecimento por parte da criança.

O brincar tem um papel muito importante no processo de desenvolvimento da linguagem. Salienta, ainda, que para ser capaz de falar e de se expressar sobre o mundo, a criança precisa saber brincar com o mundo, com a mesma desenvoltura que carateriza a ação lúdica, desenvolvendo, deste modo, o poder combinatório, não da aprendizagem da língua ou da forma de raciocinar, mas as oportunidades que têm de brincar com a linguagem e o pensamento.

Se observarmos os pré-requisitos solicitados para que as crianças possam frequentar as escolas do primeiro ciclo, acabaremos por reconhecer a importância do brincar, do lúdico. Os benefícios em termos de desenvolvimento de capacidades são enormes. Passam pela capacidade de resolver problemas, desenvolvimento da linguagem e relacionamento com os outros.

Para Martins (1994:119), a ação pedagógica não termina na relação direta enquadrada pela aula / classe, mas encontra na escola um sistema de relações, de recursos e interações com o meio social mais próximo, o qual, necessariamente, constitui, por si mesmo só, um dos vários aspetos de experiência socioeducativa.

Também sobre a necessidade da diversificação no ensino, Canário (1994:66) considera que a diversidade de práticas constitui uma condição necessária para que a escola possa dar resposta de forma positiva a públicos escolares, social e culturalmente diferenciados. Promover a diversidade significa aceitar a formação como um processo de pesquisa, em que o erro desempenha um papel importante no processo coletivo de aprendizagem.

É no dia-a-dia que a criança e o jovem se desenvolvem integralmente. As suas rotinas de vida promovem o desenvolvimento do ponto de vista emocional, social, motor, intelectual e afetivo. É no qualificar deste dia-a-dia que as políticas para a infância devem assentar e não em episódios esporádicos como os grandes acontecimentos pontuais, sociais e políticos ou as festas comemorativas, puramente, ocasionais.

Vivemos num país demasiado burocrático, que ainda exerce um controlo muito forte sobre o que se faz no ensino. Além disso, a nossa cultura, que exerce uma grande influência nas nossas práticas, não incentiva o espírito crítico, como forma de ser e de estar na vida.

Nos dias de hoje, precisamos, de acordo com Soares e Tomás (2004:145), que as crianças passem a ser consideradas cidadãs ativas e por isso tenham o direito de fazer escolhas, de tomar decisões relativas à organização dos seus quotidianos e de influenciar e / ou partilhar a tomada de decisões dos adultos, sempre que estas de alguma forma lhes digam respeito.

Jurema (2001:15-17) refere no seu estudo sobre os Tucanos, povo indígena que habita a reserva do alto rio Negro, Amazónia, que o brincar significa viver o mundo dos seus antepassados. Cada brincadeira exalta um herói, um mito, um feito ou um simples acontecimento do quotidiano. Demonstra-nos que o lúdico, isto é, o simples divertimento de uma criança ou de um adulto, está em perfeita harmonia com o mítico. Neste contexto, o jogo é vida, porque está ligado à disputa pela sobrevivência e na manutenção viva das tradições. O jogo é uma maneira de sobreviver a todas as dificuldades que existem na selva.

De acordo com Huizinga (1990:17-18), o jogo nada mais é do que a necessidade natural de ser capaz de algo. Assim, as atividades físicas, as brincadeiras, os jogos e a aprendizagem dos conteúdos servem de preparação para as idades vindouras. Tudo pode ser transmitido para as crianças e para os jovens durante a prática da atividade física e as brincadeiras e os jogos são os principais veículos.

Nas sociedades mais desenvolvidas, a criança e o jovem tendem a perder sua originalidade lúdica. O objetivo das brincadeiras é o de reviver a vida onde a competição reflete grandes exemplos de socialização. Neste contexto, se um biólogo lamenta tanto o desaparecimento de um qualquer ser vivo, mesmo que sobrevivam outros seres, por que haveríamos de aceitar o desaparecimento da diversidade cultural? Pois, o homem sempre desenvolveu atividades lúdicas e expressou-se através das mesmas a sua cultura, os seus valores, as suas lendas, as suas danças, os seus usos e costumes, os seus jogos, enfim, a sua forma de vida.

Sentimos, diariamente, a pressão que a globalização exerce sobre nós nas mais variadas atividades, mas de uma coisa não poderemos esquecer: o movimento lúdico é a linguagem universal para as crianças e para os jovens.

Atualmente, existe uma transformação do jogo para fora da experiência corporal e criativa. Hoje, também, se joga, se corre e se luta, mas através do computador. E isto tudo com uma agravante; possuímos um botão para ligar e desligar o computador e assim não nos confrontamos com a derrota ou com a dor.

A importância e valorização do jogo acontecem por uma mudança deveras importante no panorama lúdico. Segundo Garcia (1998:23), as brincadeiras de infância eram as corridas, os jogos, as lutas e a construção de artefactos para executar essas mesmas atividades, pois, o corpo estava sempre presente.

3. TAREFA DESCRITIVA

A busca da identidade de um povo constitui, atualmente, "*uma quase obsessão*" (Sousa Santos,1996:168:169). Neste contexto, torna-se fulcral encontrar, na tradição, traços identificadores e aspirações para o futuro. Assim, na busca dessa identidade cultural não poderemos esquecer alguns aspetos importantes, tais como: os costumes populares, a observação e a interpretação sociológicas, a contextualização histórica e análise simbólica de todo o património cultural e, principalmente para o nosso estudo, a sua vertente lúdica.

Dentro das várias opções de observação possíveis, utilizámos, no estudo ora apresentado, a observação direta, pois a mesma permite-nos fundamentar os conceitos que abrangem a totalidade da compreensão de um facto e da própria região.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998:164), o método de observação direta apresenta-se como um método eficaz para captar os comportamentos no momento em que eles se realizam. Deste modo, foi nosso objetivo assegurar a qualidade e a confiabilidade do nosso estudo. Desta forma, realizámos um levantamento e análise de todo, ou quase todo, património lúdico açoriano, tendo como base os critérios metodológicos apresentados nos estudos de Casal (1996) e de Garcia (1993).

Contudo, não podemos esquecer que, em estudos desta natureza, a infiltração na vida quotidiana de uma população, o contacto com costumes ou a divulgação das suas experiências exigem uma abertura por parte da comunidade observada e que esta aceite culturalmente o observador, cuja diferença é denunciada pelo seu próprio estilo cultural.

No que se refere ao modelo de observação, foi fulcral a fundamentação metodológica que encontramos em Gonçalves (1992) Hérbert (1994) e Lima (1995), para uma observação direta da sociedade açoriana. Para tal, construímos de uma ficha de observação, na qual foi utilizado como princípio o plano de estudos de uma sociedade, conforme nos apresenta Mauss (1993).

Assim, o presente trabalho teve como universo da amostra a Região Autónoma dos Açores e os seus estabelecimentos de ensino. O referido estudo teve como espaço temporal o ano letivo de 2004 / 2005, no qual ainda existiam para além das Escolas Básicas Integradas, três Áreas Escolares (AE); AE de Ponta Delgada (São Miguel), AE de São Carlos (Terceira) e AE da Horta (Faial). Neste contexto, para a consecução do nosso trabalho, no campo prático da pesquisa, seguimos as seguintes fases:

- Contactámos, numa primeira abordagem, via ofício, todos os Conselhos Executivos dos estabelecimentos de ensino da região, seguido de um segundo contacto, via telefone, ambos com o objetivo de incentivar e de motivar as escolas para participarem no estudo. Torna-se pertinente referir que a região optou como agrupamento de estabelecimentos na forma de Escolas Básicas Integradas. Foram, também, realizados contactos direto com a realidade açoriana, em todas as ilhas do arquipélago, sendo esta fase a que dispensámos uma maior parte de tempo do nosso estudo, uma vez que não tínhamos a definição do que iríamos encontrar no decorrer da nossa recolha;

- *Após recebida a devida autorização dos respetivos Conselhos Executivos, efetuámos um levantamento nas instalações de todas as escolas que possuíam a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de caraterizar todo o espaço envolvente, o(s) edifício(s) e as instalações dedicada à disciplina de Educação Física. Para este fim, foi elaborada uma ficha de observação, como também, foi fotografado todos os espaços destinados à prática da atividade física. Foi, igualmente, solicitado uma cópia do Projeto Educativo de Escola aos respetivos Conselhos Executivos;*
- *Aplicámos, in loco, um inquérito, de fácil preenchimento, aos docentes de dois níveis de ensino, sendo esta participação de caráter voluntário. Realizámos, quando foi possível, uma observação das atividades efetuadas pelos discentes nos intervalos letivos;*
- *Recolhemos toda a bibliográfica disponível da Região Autónoma dos Açores, bem como, contactamos com Bibliotecas das próprias ilhas, Instituições Culturais e Recreativas, Câmaras Municipais, Igrejas entre outros.*
- *No nosso estudo participaram 28 agrupamentos de escolas, 905 docentes, caraterizámos 188 escolas com Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e tivemos acesso a 14 Projetos Educativos de Escola.*

4. TAREFA INTERPRETATIVA

Na sequência do trabalho, após realizado todo o levantamento do Património Lúdico Açoriano existente e necessário para o estudo, e de posse dos dados recolhidos, efetuámos as respetivas análises. Utilizámos, para este fim, o modelo mais adequado, procurando extrair o verdadeiro significado do que foi observado no decorrer da nossa pesquisa etnográfica. Deste modo, no que se refere à Região Autónoma dos Açores, baseámos as nossas observações, seguindo os métodos propostos por Mauss (1993), Moreira (1994) e Lima (1995).

Assim, no que diz respeito à participação dos agrupamentos, dos 29 (vinte e nove) agrupamentos de escolas existentes na Região Autónoma dos Açores, no ano letivo 2004 / 2005, participaram no estudo 28 agrupamentos (vinte e oito), ou seja, 97% de participação. Relativamente aos estabelecimentos de ensino da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento, ano letivo referido anteriormente, realizámos o levantamento em 188 escolas das 207 existentes, o que representa 91%. Todavia, conhecemos a realidade nos 19 (dezanove) agrupamentos de escolas existentes.

Em relação ao Projeto Educativo de Escola, apenas foi possível consultar cerca de 50%. Pese embora o nosso interesse fosse apenas saber se havia alguma preocupação com o Resgate, não só lúdico, mas do Património Açoriano.

No tocante aos docentes, participaram no presente trabalho cerca de 905 docentes, 70% de inquéritos respondidos no universo de 1286 docentes. Esta participação só foi possível devido ao contacto direto com os docentes no seu

local de lecionação, ao apoio dado por parte dos Conselhos Executivos e dos(as) Coordenador(as) de núcleo e principalmente devido às várias estratégias utilizadas para que um maior número de docentes pudessem participar e assim contribuírem de forma inequívoca.

Segundo o pensamento de Vaz e Garcia (s / d:68) "desportivizar" uma atividade é o garante da sua perpetuação e a garantia que a escola, através da disciplina de Educação Física, não vai, nem deve deixar a tradição desaparecer. Atualmente, vemos o panorama lúdico da Europa, especialmente das crianças dos países do sul, de uma maneira pessimista.

A atividade lúdica sempre esteve ligada ao jogo, constituindo-se como uma experiência corporal criativa. Em todas as brincadeiras, o corpo ocupava um lugar importante. A aventura e o risco também tinham o seu lugar. Hoje em dia, tal já não acontece. O jogo infantil saiu da esfera da experiência corporal, não sendo mais do que uma experiência informática. Nós brincamos cada vez mais com o computador e menos com o corpo (Vaz e Garcia, s / d:69).

5. CONCLUSÃO

A elaboração do presente trabalho, dada a forma como foi realizado, proporcionou-nos um conjunto muito vasto de informações, desde o conhecimento *in loco* dos diversos estabelecimentos de ensino existentes em cada ilha da região, passando pelo contacto com aqueles(as) que lideram todo, ou quase todo, o processo de desenvolvimento educativo regional, tornando-se, assim, num importante Contributo para a Preservação e Resgate do Património Lúdico Açoriano.

Do estudo levado a cabo, no tocante aos objetivos pretendidos, chegamos às seguintes conclusões:

- Segundo as respostas obtidas nos inquéritos aplicados aos docentes da Educação Pré-Escola e do 1º Ciclo do Ensino Básico, 96% dos inquiridos afirmam que a Escola deveria encontrar soluções para o resgate do Património Lúdico Açoriano;
- Das várias formas apresentadas, é de salientar as seguintes: levantamento exaustivo através de pesquisas executadas pelos discentes, sobre a orientação dos docentes do nosso passado; intercâmbio com a comunidade local; realização de exposições com o objetivo marcante da cultura da terra e intercâmbios desportivos com jogos tradicionais;
- Em relação aos Projetos Educativos, foram consultados 50%; destes não encontrámos nenhuma preocupação no Resgate do Património Lúdico Açoriano.

No nosso entender, a Escola deveria aproveitar o património cultural, em toda a sua extensão, no seu projeto educativo. Desta forma, a verdadeira ligação da Escola ao meio não seria compreendida apenas em alguns aspetos mais eruditos da cultura, ao património físico da cidade, mas também às danças e jogos tradicionais / populares. Cabe a ela a função, enquanto instituição, de revitalizar o jogo.

O estudo dos jogos tradicionais mostra uma natureza individual ou jogado em pequenos grupos, em virtude da caraterística dispersão das populações que lhe deram origem.

Realmente, é de prever que povos que vivem em pequenos núcleos produzam jogos de tipo individual. Pensamos que é cada cultura que produz os seus jogos, pelo que mais importante que estudar os jogos é estudar a cultura que os produz.

Vivemos num tempo em que a sociedade se complexificou. Tempos difíceis. Tempos de mudança. Tempo em que o velho já deixou de dar resposta às sociais necessidades, mas, também, tempo em que o novo ainda não conseguiu um espaço de afirmação no quadro da dinâmica das ideias e na estrutura da organização social.

Numa cultura de risco como a nossa, e num momento onde a própria UNESCO apela à conservação do património cultural, cabe à escola revelar todas as suas potencialidades para se transformar num verdadeiro instrumento transformador.

Essa transformação é uma necessidade, porque a linguagem desportiva é a linguagem do nosso tempo. Temos a convicção que a melhor forma de conservar uma atividade lúdica tradicional é impregná-la, também, de valores do desporto moderno.

6. BIBLIOGRAFIA

Benavente, A. *et al*. (1991): *Do Outro Lado da Escola* - Lisboa - Editorial Teorema.

Bento, J. (1998): *Desporto e Humanismo - O Campo do Possível* - Rio de Janeiro - Editora UREJ.

Bento, J. (1995): *O Outro Lado do Desporto* - Porto - Campo das Letras.

Boia, J. (2003): *Educação e Sociedade - Neoliberalismo e os desafios do futuro* - Lisboa - Edições Sílabo.

Caillois, R. (1990): *Os Jogos e os Homens - A máscara e a vertigem* - Lisboa - Edições Cotovia.

Canário, R. (1994): "*ECO: Um Processo Estratégico de Mudança*". in: Uma Escola em Mudança com a Comunidade - Lisboa - Instituto de Inovação Educacional.

Costa, A. (1993): *"Cultura Desportiva e Cultura Industrial"*. in: A Ciência do Desporto a Cultura e o Homem - Porto - Universidade do Porto / Câmara Municipal do Porto.

Costa, F. C. (1989): *Enologia dos Açores* - vol. 1 - Açores - Câmara Municipal da Lagoa.

Elias, N., Dunning, E. (1992): *Em Busca da Excitação* - Viseu - Difusão Editorial Lda.

Fernandes, J. (1997): *"Cultura de Escola. Cultura de Rua. Que ideia de Cultura?"*. in: Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos anos 2000 - Porto - Porto Editora.

Gadotti, M. (2000): *Perspetivas Atuais da Educação* - Brasil - Artmed Editora.

Garcia, R. (1998): *Da Desportivização à Somatização da Sociedade* - Lição de Síntese apresentada com vista à obtenção do título de Agregado - Porto - FCDEF / UP.

Garcia, R. (s / d*): Desporto: Uma Perspetiva Cultural* - Porto - FCDEF / UP - (Documento ainda não publicado).

Giddens, A. (1999): *Para Uma Terceira Via* - Lisboa - Editorial Presença.

Huizinga, J. (1990): *Homo Ludens* - 2ª edição - Brasil - Edições Perspetiva.

Jurema, J. (2001): *O Universo Mítico-Ritual do Povo Tucano* - Brasil - Editora Valer.

Lévi-Strauss, C. (2000a): *Mito e Significado* - Lisboa - Perspetivas do Homem / Edições 70.

Martins, M. (1994): *"Espaços Educativos e Percursos de Formação"*. in: Uma Escola em Mudança com a Comunidade - Lisboa - Instituto de Inovação Educacional.

Martins, R. S. (1989): *"Os Processos Criativos e as Origens do Povoamento"*. in: Oceanos - Lisboa.

Morin, E. (1999): *Os sete saberes para a Educação do Futuro* - Lisboa - Instituo Piaget.

Patrício, M. (1997): *A Escola Cultural e os Valores* - Porto - Texto Editora.

Sousa Santos, B. (1996): *Plena Mão de Alice* - Porto - 5ª edição - Edições Afrontamento.

Soares, N e Tomás, C. (2004): *"Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Cidadania da Infância... Os Intrincados Trilhos da Ação, da Participação e do Protagonismo Social e Político das Crianças"*. in: Crianças e Miúdos - Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação - Porto - Edições Asa.

] INDICE COLABORADORES REVISTA 0 2006 ITEM 6

Tema 1. Galiza TEMA 2 TRADUÇAO

16.	A língua da Galiza no quadro jurídico estatutário e as suas perspetivas num novo estatuto autonómico, **Alexandre Banhos**
17	*Ângelo Cristóvão, Associação De Amizade Galiza Portugal,* A Lusofonia Galega: Processos E Modelos Desde 1980, **Ângelo Cristóvão**
18	A língua galega: perspetiva histórica e contributo para a sua compreensão, **António Bento**
19	Aos 100 anos da *Real Academia Gallega de la Coruña*: mais uma análise de discurso, **António Gil Hernández**
20	A promoção da língua portuguesa no sistema educativo da Comunidade Autónoma Galega. Uma política linguística de fronteira. **Carlos Figueiras**
21	Fazer jornalismo em português na Galiza, Gerardo Uz (Minho M.)
22	Caminhos para a reintegraçom: os média portugueses na Galiza. **Héctor Canto**
23	O dicionário eletrónico Estraviz, **Isaac Alonso Estraviz**
24	Introdução à historiografia do folclore galego-português, **José Luís do Pico Orjais**
25	Integração linguística e desenvolvimento dos povos: o caso das interações do galego com o português, **Lino Moreira da Silva**
26	Vantagens e desvantagens de cada norma ortográfica na Galiza, **Luís Fontenla Figueroa**
27	Visión e revisión de Rosalía de Castro na historiografia literária, **Maria Vilariño**
28	Os marcadores conversacionais como marca de cortesia no Galego atual, **Marisa Moredo**
29	Um novo projeto: a Academia Galega da Língua Portuguesa, **José-Martinho Santalha**
30	O Corpus Musicum Gallæciæ, **Rudesindo Soutelo**
31	A atividade do Movimento Defesa da Língua e as suas propostas para a promoção da língua e cultura galego-portuguesas, **Teresa Carro**
32	A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística. **Xavier Vilhar Trilho**
33	A língua do romanceiro transmontano e a sua proximidade com o galego: algumas questões sintáticas, **Xosé Manuel Sánchez Rei**
34	Algumas considerações a propósito do português na Galiza, **Xosé Ramón Freixeiro**
35	Dicionário da língua portuguesa arcaica – uma tentativa de resgatar o idioma galaico-português, **Zenóbia C M Cunha**
36	O *Schriftstella* (sic!) Zé do Rock, ou de como a diversidade na língua alemã é útil para a Lusofonia, e vice-versa, **Adelaide Chichorro**
37	A edição bilingue, **Anabela Mimoso**
38	Línguas minoritárias e a importância da tradução, **Barbara Terseglav Jursic**
39	O lugar do tradutor no mundo hodierno, **Isabelle Oliveira**
40	Os Cursos Superiores de Tradução no Brasil e uma Proposta para Introdução do Ensino dos Aplicativos Computadorizados de Auxílio à Tradução, **Kelson & Jacqueline H. Araújo**
41	O tradutor e o problema da multicultura, **Regina Célia Carvalho Pereira Da Silva**

TEMAS REVISTA 0 2006 ITEM 5

A insularidade e o isolamento fatores de preservação da língua portuguesa no mundo

Tema 1: Tradições açorianas

Tema 2: Açorianos no mundo

2.1. Identidade açoriana, uma matriz de insularidade

2.2. Escrita açoriana. Tendências e projeção

2.3. O caráter açoriano nos quatro cantos do mundo. Fatores exógenos e endógenos que permeian

Tema 3: Outros Temas (ex. º Tradução / Contos Infantis/ Ensino, etc.)

TEMA 1 GALIZA

16. ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA PORTUGAL

A LUSOFONIA GALEGA: PROCESSOS E MODELOS DESDE 1980, ÂNGELO CRISTÓVÃO

No texto estudamos brevemente a situação existente na altura da chamada «transición» política espanhola, em que os estudantes e utentes em geral receberam um galego castelhanizado, aprendido como matéria de segundo nível dentro do ensino oficial espanhol, ou de forma autodidata, sem mais autoridade e critério de correção que o costume dos escritores e a sua proximidade com o padrão castelhano, a língua da alfabetização.

A literatura existente demonstra como este galaico-castelhano, promovido oficialmente desde a aprovação da autonomia política para a Galiza, recebeu um processo de padronização coerente com o papel secundário que a constituição espanhola de 1978 estabelece para as "lenguas propias", regionais.

Demonstramos, com exemplos práticos, a coerência e mútua solidariedade entre os valores associados ao galego (a noção da língua), as atitudes (visíveis em diversos textos publicados e nas políticas linguísticas desenvolvidas) e os comportamentos (usos linguísticos, orais e escritos).

Em clara oposição aos âmbitos oficiais, a lusofonia galega, entendida como o conjunto dos utentes ativos e conscientes do português da Galiza tem vindo a crescer, qualitativa e quantitativamente desde que, nos começos da década de 80, foram criadas algumas associações culturais comummente conhecidas pelo nome de reintegracionistas, incidindo especialmente no hábito da escrita correta da língua.

Estas organizações, através das suas atividades de investigação, divulgação, publicação e dinamização sociocultural, iniciaram, nos âmbitos de incidência mais imediata (o dos intelectuais e, especificamente, o universitário) um processo de mudança radical para tornar o português galego - herdado na forma de língua regional castelhanizada - na língua nacional da Galiza.

Neste trabalho estudamos as mudanças das últimas décadas que afetam à noção da língua, aos modelos organizativos e às políticas a desenvolver. Ao mesmo tempo salientamos alguns dos desafios que o próprio desenvolvimento da questione della língua *trará para o primeiro plano da atenção pública.*

0. Introdução

Os Colóquios da Lusofonia têm tratado, desde 2001, a situação da língua portuguesa nas suas diversas perspetivas. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as suas problemáticas no mundo. A organização decidiu dedicar a edição de 2006 à Galiza sob o título «Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza». Além de outorgar-lhe a máxima difusão pelos canais habituais, foram enviados convites de participação a um amplo leque de entidades públicas e privadas, cujas respostas estão refletidas nas comunicações que agora são publicadas. E

xistia o convencimento de que a convocatória do Colóquio e a cidade de Bragança constituíam um contexto apropriado e atraente para a participação, num mesmo espaço, das diversas sensibilidades existentes a respeito da língua da Galiza, das diversas entidades culturais que, em linhas de atuação semelhantes, mantêm divergências sobre a forma de escrever, defender e promover o galego, o português da Galiza.

É justo agradecer a participação de todos os oradores, e lamentar a ausência de outros que, querendo participar, por diversos motivos ficaram excluídos. Para o sucesso do Colóquio contribuíram também os intérpretes Isabel Rei e Yerko

Ivánovic, guitarrista e pianista cujos concertos e estreias musicais merecem todo o respeito e gratidão.

Os depoimentos reproduzidos neste livro permitem obter uma ideia geral sobre a situação, posicionamentos e perspetivas do português na Galiza. O debate produzido teve lugar por decisão dos participantes. Naturalmente, o colóquio não pretendeu substituir nenhuma função nem encerrar nenhum tema. Antes ao contrário, tentou servir como contexto para o início ou consolidação da colaboração entre as diversas entidades associativas participantes.

As comunicações sobre o tema das traduções têm sido constantes em todos os colóquios, constituem um elemento de continuidade e uma janela aberta para outras culturas e realidades linguísticas, que nos enriquecem mutuamente. Se for preciso ressaltar uma iniciativa entre as apresentadas esta é sem dúvida a proposta de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Defendida pelo Professor Doutor Martinho Montero Santalha, que lembrava a antiguidade da ideia e a adequação do contexto de Bragança para o seu lançamento, este ambicioso projeto recebeu a maior quantidade de comentários no debate posterior. O texto, a gravação da intervenção e a transcrição dos debates receberam uma ampla difusão em diversos meios da internet, e constitui um empreendimento de grande envergadura cuja consolidação poderá significar um salto qualitativo para a Galiza na defesa e ilustração da sua língua nacional.

Para um cidadão português comum pode resultar difícil perceber a problemática do português na Galiza, começando por não identificar o galego como uma das variedades do português. Mesmo no caso de ter alguns conhecimentos sobre a questão, e admitir que «o galego», com os seus sotaques e léxico diferenciados, é uma das formas da língua portuguesa, a afirmação contradiz o discurso político «correto», tornado em hábito cultural maioritário, que se resiste a reconhecer a Galiza como nação lusófona. Então, que fazem estes galegos, no fim de contas, espanhóis, a quererem aprender português?

A questão perde essa simplicidade aparente quando começamos a observar a realidade sem preconceitos e com alguma atenção. No caso de um sociolinguista notável, e provavelmente o mais importante do âmbito peninsular, o catalão Lluís Aracil, o seu interesse pelas línguas como factos sociais surgiu quando, indo pela rua, sentiu uma mãe a falar em catalão com as amigas, enquanto falava só em castelhano ao filho. Era claro – razoava ele – que, se todos os pais se comportassem assim, o catalão desapareceria numa geração. A pertinência desta cita reside em que, na Galiza de 2006, sob diversas formas, continuam a produzir-se esses comportamentos. É essa espécie de esquizofrenia social que tem lugar no terreno da língua, a história, a música ou política, que motivou diversos esforços de investigação e reflexão dos estudiosos galegos presentes no V Colóquio da Lusofonia.

As dificuldades para os portugueses, em geral, perceberem em toda a sua dimensão a questão da língua na Galiza não se explicam pela singularidade galaica, mas pela especificidade portuguesa, pelos hábitos linguísticos e culturais de uma nação unilíngue ou, dito por outras palavras, sem experiência de convivência com outras línguas no seu território (se excetuarmos o ásture-leonês de Miranda do Douro). As situações de contacto linguístico, a implicarem a necessidade de aprender mais de uma língua ou mais de uma variedade da mesma língua, não apenas como opção pessoal, mas principalmente como norma social estabelecida, transmitida e reproduzida, são um caso muito frequente, em todo o planeta.

Quanto uma situação de contacto de línguas se torna continuada no tempo, estabelece-se uma norma de atuação social e, por consequência, pessoal, em resposta a essa situação, que se torna rotineira até tornar-se inconsciente, não reflexiva. Por exemplo, até há poucas décadas, os galegos, em geral, não refletiam, não punham em questão a obrigação social de aprender castelhano, e a exclusão total da sua língua do sistema de ensino, da igreja, da justiça, da comunicação social, etc.

Eram os hábitos aprendidos, transmitidos principalmente pela família, a escola, a igreja e a administração pública, alicerçados na repressão política do estado espanhol, que garantiam a reprodução desse comportamento linguístico de submissão ao castelhano, que puniam qualquer tipo de dissidência através de diversos mecanismos de coação. A tomada de consciência de grupos pequenos, mas ativos, de pessoas organizadas em associações culturais e políticas, já a começos do século XX, mas especialmente desde a década de 1960, iniciou um

processo de mudança na situação do português galego, primeiro nas camadas mais ativas e conscientes de intelectuais, transmitido depois a todas as ordens da vida social, num processo que continua na hora presente e demorará algumas décadas em atingir o seu alvo.

As questões que em 1980 se apresentavam publicamente a respeito da língua, a chamada *questão do galego*, tinham a ver com o rango legal da língua e, secundariamente, com a discussão sobre normas para a escrita. É claro que, se a luta do século XX se concentrou em conseguir a oficialidade do galego, a pergunta e o debate sobre qual galego se deveria difundir e ensinar ficou preterida por diversos motivos, num segundo plano, ou "para momentos mais propícios".

Na altura da queda do regime franquista, em 1975, era um problema não apenas pendente, mas escassamente esboçado, tratado e discutido. Se na altura de 1980 se registam duas linhas linguísticas claramente diferenciadas e divergentes nos níveis universitários, o debate não chegava suficientemente ao público em geral, e a consigna na comunicação social era "poupar essa discussão à população".

Foi esse atraso, e essa indefinição, o contexto que aproveitou a Aliança Popular, depois Partido Popular - que tomaria as rédeas do governo da Junta da Galiza para promover a castelhanização gramaticalizada, institucionalizada, sob a cobertura "científica" do Instituto da Língua Galega e Real Academia Galega.

1. O CONTEXTO LEGAL

Vejamos qual é o rango do galego no plano legal. A década de 1980 começa no plano institucional com a criação da Comunidade Autónoma da Galiza, cujo estatuto de autonomia foi concedido pela constituição espanhola de 1978, instrumento principal da chamada *transición española*. No *Estatuto de Autonomia para Galicia* o galego fica a par do castelhano no rango oficial, mas várias sentenças do Tribunal Constitucional espanhol assinalaram, em 1986, a hierarquia linguística indiscutível: nas comunidades autónomas com duas línguas oficiais, só o castelhano é sujeito do direito e dever de ser aprendido.

Para o galego, basco e catalão foi denegado explicitamente, em sentença do Tribunal Constitucional espanhol, o *dever* de os cidadãos o conhecerem. Em rigor, estas línguas e o seu uso só podem ser sujeito de direito. No caso da Galiza, este direito, nas relações com a administração, está condicionado à coincidência de o recetor - o interlocutor - conhecer igualmente o galego, e de ter vontade de o utilizar.

Basta, no âmbito administrativo, o funcionário alegar desconhecimento da língua da Galiza para anular este direito ao cidadão. Por outro lado, os organismos públicos têm o dever de ensinar "o galego", mas não podem obrigar a utilizá-lo. Por conta, sempre que um cidadão espanhol solicitar o uso do castelhano, na Galiza, as administrações púbicas estão obrigadas a atendê-lo nessa língua.

Em último caso, o uso do galego depende da vontade dos cidadãos residentes na Comunidade Autónoma. Em suma, os galegos continuam a ser discriminados por uma legislação antidemocrática, endereçada a conseguir a inveterada pretensão do estado espanhol, a supremacia do castelhano, e a aniquilação ou, pelo menos, a subordinação das outras línguas. Permanece, contudo, o *prémio de consolação*, porquanto é reservado para "las demás lenguas" (ignominiosamente anónimas na *Constitución*) o rango de *léngua propia*, neologismo e eufemismo do que antes era denominado língua popular, regional, vernácula ou *patois*.

2. DA EXCLUSÃO À APROPRIAÇÃO: O CASTELHANO COMO MODELO DA "LÍNGUA GALEGA"

Para entendermos o processo de padronização do português da Galiza deveríamos ter em conta os antecedentes, que se remontam aos fins do século XIX. A literatura demonstra que a necessidade de aproximação do português era comummente admitida entre os escritores galeguistas, mas, na prática, o uso mais estendido era a aplicação da ortografia do castelhano, por ser esta a língua em que era alfabetizada a população, mesmo os escritores. Isto acontecia na primigénia Real Academia Galega (instituída em 1906) e nas Irmandades da Fala históricas (nascidas em 1916).

Esta situação deve ser entendida no seu contexto, em que não havia possibilidade de levar a termo um projeto galeguizador real. Nas décadas seguintes, desde âmbitos oficiais do Estado Espanhol e da República Portuguesa, foram promovidos, esporadicamente, eventos culturais para salientar a unidade da língua e a cultura galego-portuguesa, como os Encontros Galaico-Minhotos da década de 1960. Tratava-se de atos folclóricos, frequentemente apoiados ou organizados pelas autoridades franquistas e salazaristas, sem maior transcendência.

A cultura do galeguismo, quer na primeira fase, quer na sua etapa antifranquista, incluía uma noção do galego como *fala do pobo*, como língua popular, o que em grande medida se situa nos antípodas de toda e qualquer língua nacional. Isto pode ser facilmente demonstrado, quer pelas análises de discurso, quer por uma leitura atenta dos textos.

Esta noção foi assumida pela generalidade dos dirigentes do nacionalismo galego desde a década de 1960, em que iniciaram um labor político que, com o passar do tempo, seria finalmente capitalizado pelo Bloque Nacionalista Galego, especialmente a partir da década de 80.

É verdade que durante o século XX se registaram várias controvérsias em revistas especializadas e correio privado sobre a *questione della língua*. Mas foi só nos fins da década de 1970 que a discussão sobre o modelo de galego, especialmente sobre a ortografia, se tornou objeto de controvérsia pública.

A razão parece evidente: era a altura em que, pela primeira vez na história, existia o contexto político para a língua da Galiza se tornar oficial e, por consequência, existirem âmbitos de poder académico, político e económico. Nesse contexto de queda da ditadura, as instituições espanholas decidiram mudar a estratégia política.

O estado não podia manter a velha política explicitamente repressiva contra as línguas diferentes do castelhano. Era preciso mudar as formas para manter os velhos privilégios, a antiga hierarquia. No nosso caso, o que antes da *Transición Española* era desprezo e exclusão do galego em todas as ordens da vida pública, como discurso e prática oficiais, foi mudado para uma política planificada de apropriação académica e institucional, para promover uma forma do galego extremamente castelhanizada, o que garantia a continuidade da hegemonia linguística e ideológica, os velhos privilégios provenientes da ditadura.

O passo principal nesta política foi o chamado Decreto Filgueira (decreto de castelhanização), produzido de costas viradas ao Parlamento Autónomo, em 1983, dando caráter oficial às normas do ILG, assumidas pela RAG em 1982. Nesse contexto iniciaram um processo com duas vertentes: por um lado, os intentos de coação da «dissidência linguística» oposta à castelhanização; por outro, a apropriação da legitimidade académica e institucional.

O galego tem rango de língua oficial, mas, de facto, esse direito não pode ser exercido pelos cidadãos em muitos aspetos da vida pública, pela oposição institucionalizada contra qualquer progresso no uso do galego em âmbitos anteriormente exclusivos do castelhano, com é o caso justiça.

Em contradição com a legalidade e as suas declarações, os sucessivos governos da Junta da Galiza, do Partido Popular, dedicaram mais esforços à defesa das normas galaico castelhanas, do que à defesa do direito real dos utentes ao uso do galego. Isto concretizou-se no início, pela inspeção escolar, de expedientes sancionadores contra professores do ensino primário e secundário que incluíam nos conteúdos explicações sobre a existência da tendência reintegracionista, sobre o português ou a lusofonia.

Pessoas como Jesus Sanches Sobrado, Manuel Zebral, António Gil, Manuel Alonso Nozeda, João Guisan, Isaac Estraviz ou Jesus Peres Bieites, foram objeto de intimidação ou repressão, por motivos linguísticos. Há também casos de pessoas que perdem o seu emprego pelo facto de serem «lusistas».

A respeito da chamada *luta normativa*, Pérez Barreiro-Noya, num artigo publicado na revista em *Portuguese Studies* (Londres, Volume 6, 1990), comentava o contexto produzido pelo Decreto de Castelhanização de 1983 (traduzo):

> *Dada a complexidade da situação [inícios da década de 80], incluindo a ausência de entusiasmo popular pelo uso da língua, a única atitude sensata*

teria sido promulgar um conjunto de regras como tentativa provisória e meramente indicativa, no intuito de incorporar gradualmente de todas as variedades individuais do Galego que poderiam provar o seu valor à luz da experiência e grau de aceitação.

Teria sido necessário um longo debate, em que as vozes a favor da persistente orientação do processo cara ao Português teriam tido a oportunidade de ser ouvidos e, dado o peso das razões históricas, filológicas e, no fim de contas, também práticas para a sua aceitação, poderiam atingir o objetivo da reintegração». (P. 203)

Pérez acertava no diagnóstico, mas a história da normativização da língua da Galiza apanhou o caminho contrário. Os detentores do poder político e académico não pretendiam qualquer acordo, mas uma imposição por todos os meios possíveis dos seus pontos de vista. Um assunto que devia ser debatido publicamente, foi fechado apressadamente nos começos da década de 80. O debate foi negado, e a orientação na linha do português foi objeto de perseguição pública.

No nível académico, os promotores do galaico castelhano decidiram, em meados da década de 80, que lhes prejudicava debater publicamente sobre a questão da língua. Foi quando tiveram a constatação de que o poder político os apoiava decididamente e colocava o ILG no centro das decisões sobre o galego.

O último debate formal e em igualdade de condições, entre conceções contrapostas sobre a *questione della língua* foi a dos Encontros Labaca (1984, as ponências foram publicadas por Ediciós do Castro, Corunha), sob o título "Que Galego na escola?".

Durante os últimos 25 anos o desprestígio dos castelhanistas galegos cresceu em toda a parte, dentro e fora da Galiza, em Portugal e especialmente nas comunidades autónomas de Catalunha e Valência, por semelhança com o isolacionismo valenciano. Neste contexto difícil cresceu e desenvolveu-se o reintegracionismo linguístico.

O paradoxo da noção de língua que promove o movimento reintegracionista, ou a *lusofonia galega*, consiste em que, pretendendo recuperar para a língua e o país o modelo clássico - em que se faz uma clara distinção entre oralidade e escrita; língua popular e língua culta - está a introduzir uma espécie de revolução, indo da desagregação dialetal ao fomento da unidade, do populismo à língua nacional. Este paradoxo não define tanto o movimento de recuperação linguística, como a situação da Galiza.

O seu *leit-motiv* é aplicar ao galego os critérios das línguas nacionais e, neste sentido, manter-se afastado das modas, os oportunismos políticos e as necessidades partidaristas. Os processos que desenvolveu o movimento lusófono galego durante os últimos 30 anos têm duas vertentes principais.

Em primeiro lugar, a legitimação académica, através de inúmeras publicações e revistas especializadas, como Nós, O Ensino, Temas de O Ensino, Cadernos do Povo, Agália, etc., e por outro, a criação de um forte movimento associativo, que realiza uma ampla atividade de dinamização sociocultural, através de congressos, seminários, aulas de língua, e fomento da cultura em geral.

A participação galega nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa marcou um ponto de inflexão e um distanciamento entre associações que fizeram uma opção claramente lusófona, e outras que permaneceram num reintegracionismo que ainda não aceita as convenções gráficas da língua comum. Com os Acordos de 1986 no Acordo do Rio de Janeiro, e de Lisboa em 1999, inicia-se o discurso da lusofonia galega.

Na Galiza de 2006 continua a ser objeto de controvérsia a existência de dois modelos, em parte coincidentes, em parte divergentes. Por um lado, o discurso reintegracionista de *uma língua com três normas autónomas,* reticente à unidade da língua escrita, e o lusófono, de *uma norma com variações*.

Neste sentido, o Acordo de 1990 incluía a realização de um vocabulário ortográfico comum da língua, com participação de todos os países de língua portuguesa, incluída a Galiza, em que cada palavra incluísse os significados e variações na escrita existentes.

As diferenças entre as associações lusófonas galegas podem explicar-se atendendo ao intuito ideológico inerente às suas atividades, situado entre dois polos aparentemente contraditórios: a procura da legitimidade interna e a integração plena na lusofonia.

Apesar de todo o trabalho realizado nestas décadas, o movimento ainda tem de demonstrar que a Galiza merece fazer parte da lusofonia.

Para além das considerações sobre direitos históricos, que ninguém põe em causa, ou do mérito da participação da Comissão Galega nos Acordos Ortográficos, que muito poucos discutem já, o futuro só pode ser ganho com organizações sólidas e solventes nos níveis académico e social.

Como disse inúmeras vezes o professor António Gil, é preciso criar textos para construirmos contextos adequados. As pessoas e entidades implicadas deveriam propiciar a colaboração nos âmbitos em que for possível.

No meu entender, e cada vez no de mais gente, a disputa sobre o modelo de língua para o português da Galiza só pode resolver-se com a aceitação generalizada das convenções gráficas da língua comum, e a assunção do discurso da unidade como garante da unidade e do futuro, conjugado com o reconhecimento das pronúncias, os sotaques, as especificidades lexicais e também, se for o caso, verbais, que têm o seu lugar de expressão privilegiado na literatura.

Ângelo Cristóvão

17. ALEXANDRE BANHOS, SOCIÓLOGO, AGAL

TEMA 1 – GALIZA A LÍNGUA DA GALIZA NO QUADRO JURÍDICO ESTATUTÁRIO E AS SUAS PERSPETIVAS NUM NOVO ESTATUTO AUTONÓMICO. A LÍNGUA DA GALIZA NO QUADRO JURÍDICO ESTATUTÁRIO E AS SUAS PERSPETIVAS NUM NOVO ESTATUTO AUTONÓMICO

1. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE "OFICIALIZAÇÃO" DO PORTUGUÊS DA GALIZA, MODERNAMENTE

O século XIX começa com a guerra peninsular contra do francês, chamada da *Independência* em puros termos espanhóis. O primeiro antecedente dessa guerra peninsular foi a Guerra das Laranjas em 1801, da que ainda fica a vergonha da ocupação ilegítima de Olivença[42], nunca reconhecida por Portugal nem pelo direito internacional.

Porém, em Portugal o assunto não está na mesa da política, um feito muito esquisito olhado desde a outra beira da raia. A guerra produziu a quebra do poder central -castelhano (espanhol) - e os galegos tiveram que agir por eles mesmos. Para mover o povo galego à resistência, a *Junta de Galicia* permite a difusão de cantigas populares que incitem ao patriotismo.

Esse é o primeiro momento, o proémio do que a partir do 1830-50 vai dar lugar, em palavras de Murguia, ao *Rexurdimento*. Todos os galegos, homens e mulheres, eram analfabetos na sua língua, desconheciam a sua história, os textos medievais...

Os escritores mais cultos que iniciam o *Rexurdimento* v.g. Joám Manuel Pintos, levantam, ao começarem a escrever, o debate ortográfico. De facto, Pintos escreve *A Gaita Gallega* com g e j, seguindo a pauta que corresponderia a partir do latim, evidência que ficou oculta nas edições atuais *deturpadas - normalizadas*. Aí começa o nosso debate ortográfico, que salvo nas pessoas mais cultas de funda formação latinista, é levado a cabo por quem só conhece as normas ortográficas da língua castelhana, que funcionam para eles como verdadeiras normas "naturais".

Em fins do século XIX, diversos estudiosos começam a recuperar a literatura e o galego medieval, e pedem que se volte a uma escrita mais etimológica e mais

[42] O território ocupado pelos espanhóis, corresponde-se exatamente ao que ocupam os atuais municípios da Estremadura espanhola, de Olivença e Taliga.

ligada à tradição histórica da língua. Entre outros muitos exemplos podem pôr-se o de Manuel R. Rodrigues, ao analisar a "Crónica Troiana" em 1899.

As falas da Galiza, ou português da Galiza, conhecido popularmente como galego, não eram nem são – e assim o vão mostrar –, uma língua sem história dum povo sem história, mas uma velha língua romance cheia de história, e na que não se podia estar partindo de zero, pois também não éramos nenhum povo da periferia mundial do século XIX, descoberto por "europeus".

O cerne do debate sempre era o mesmo e muito simples: ao serem os galegos, em grande medida, analfabetos - e os poucos alfabetizados estão-no na língua de Castela ter-se-á que aguardar a que esta situação tenha remate para podermos pôr o remédio. No *nacionalismo galego* o *debate* acompanha todo o seu que fazer; se olharmos, por exemplo, o jornal *A Nosa Terra* histórica (1917-22), agora reeditado, e se começarmos pelo seu primeiro volume, o leitor olhará, praticamente em todos os números, o debate ortográfico.

O debate, como não podia ser de outra maneira, era uma questão não fechada, e não vou cansar agora com todas as polémicas, discussões e opções que sobre tão importante tema se deram entre 1850 e 1936, só vos direi uma cousa: todos os que defendiam sempre utilizar o modelo ortográfico do espanhol, usavam um único argumento, o citado antes, o que continua a ser utilizado presentemente: – *na Galiza todos somos alfabetizados só em espanhol, e isto é o que nos ensinaram. Quando chegar o momento de termos escolas galegas já se resolverá o assunto.* Mas alguns dos polemizadores com muito siso apontavam: olhai, quem defende a incúria fica na incúria!

Para o nacionalismo galego tudo isto, até datas muito recentes, independentemente do seu comportamento na escrita, representava uma tautologia: galego e português são a mesma língua, é dizer, falas e variedades dum único diassistema. Isso fora afirmado por Murguia nos Jogos Florais de Tui 1890, e ele que foi o primeiro Presidente da Real Academia Galega mantê-lo-ia sempre. Não há nenhum vulto no nacionalismo desta altura a afirmar algo diferente.

No ano de 1906[43] nasce a *Real Academia Gallega*, impulsada pelos emigrantes na Havana. Não nasce, nem pretende, nem figura nos seus Estatutos, para ser uma *academia da língua*, ainda que entre os seus objetivos figura a edição dum dicionário. Poucos anos depois e muito devagarinho, começa a fazer um dicionário do que foram editando cadernetas, mas que não chegou a rematar-se nem a publicar-se, e fazia-se sendo o *Dicionário da Academia*, em ortografia histórico-etimológica. Em Vigo estão as cadernetas, e a cumprida informação histórica sobre o *debate*, na Fundação Penzol. Se o leitor puder, vá, e olhará como estes factos históricos que semelham tão desconhecidos (ou melhor dito, tão ocultados), apareceram com total normalidade.

Nos anos 20 segue este prometeico debate da Galiza sobre normativização nos mídia galeguistas - nacionalistas (logicamente aos alheios a esse credo, o galego ou português da Galiza nada lhes importa), e a fins dos anos vinte começa a dar-se uma certa política, uma "Koiné" sobre achegamento gráfico ao Português[44]. Quer dizer, ao velho tronco, ao galego histórico.

Assim temos usos escritos como a separação do pronome por traço, vocabulário técnico comum...

No Congresso de 1934 do Partido Galeguista acorda-se impulsar essa via. Cria-se uma comissão para elaborar umas normas de escrita para o galego e um dicionário no Seminário de Estudos Galegos[45]. No 1933, seguindo esse modelo, as Irmandades da Fala publicam o seu vocabulário castelhano-galego. O seu modelo vai ser o da escrita histórica, que é adotada pela *Mocidade galeguista*[46] no mês de abril de 1936.

[43] A iniciativa começara em 1904 na Havana.

[44] Dizia Ramom Vilar Ponte, que quanto melhor era o galego mais português seria. "Quanto mais galego o galego é, mais português é; quanto mais português o português é, mais galego é".

[45] Seminário de Estudos Galegos sim era uma verdadeira academia, será por isso que as suas dependências e fundos, criação do melhor do nosso país continuam sem ser devolvidos, é dizer: trespassados à administração autonómica galega. E do que sobreviveu, muito continua apagado polo estado que se apoderou dos seus fundos.

[46] s juventudes do Partido Galeguista.

1.1. O FRANQUISMO

A ditadura franquista[47] estendeu o seu manto do terror sobre os cidadãos; diz *Paul Preston* na sua excelente biografia de Franco que ele, por cima de qualquer outra cousa ou consideração, foi um mestre no manejo do terror, do terror como arma política ao serviço do poder, de controlo de vontades. E diz o professor *Ramom Maiz* na sua tese, minuciosa obra de contagem de assassinados - as no terror incivil, que na Galiza o número dos "passeados" chega a uma cifra situada entre vinte e cinco, e trinta mil pessoas.

Ainda no ano 52 na memória anual do Fiscal Geral do Estado, este lembrava, que a magnanimidade de Franco fizera que nos anos passados, os milheiros e milheiros de condenados a morte pelo aparelho judiciário apenas ultrapassaram os 12.800 *agarrotados*[48].

A ditadura estendeu a ignorância sobre o próprio na Galiza, a gente nova ficou cortada na sua comunicação com tudo o criado no nosso país antes da guerra, e com os vultos de antes, que estavam fugidos ou mortos. Uma outra vez como Prometeu, na Galiza tínhamos que recomeçar de zero. No dia da pátria do ano 1950 nasce em Compostela a editorial *Galaxia*. Na realidade, esta editorial era a limitada estrutura que ficava no país do Partido Galeguista[49], concretamente das suas mocidades. E será esta editorial, dentro da sua pequena anarquia ortográfica, que vai ter um role relevante na configuração escrita do galego na Ditadura.

A respeito do galego utilizado pela editora, esta não empregou um padrão uniforme, ainda que na documentação interna nem se conheciam segundas formas do artigo, e usava-se uma base vocabular que agora chamariam de raiz "lusista", e a respeito da ortografia dos autores, em geral respeitava-se o seu particular idioleto ortográfico, editando-se livros também em ortografia plenamente reintegrada com farda histórica e comum com o além-Minho. No prólogo de "*Lua a Além-Mar*" do saudoso professor *Guerra da Cal*, figura uma nota da editora que diz:

> "*Empregamos grafia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela podem ser representados sem se deturpar o caráter da nossa peculiaridade idiomática. Moveu-nos a isto duas razóns, ao nosso ver validamente justificadoras: — a primeira, a evidência de que o sistema gráfico vigente até hoje entre nós non tem base alguma respeitável nem histórica nem científica; a segunda, e ainda mais importante, é o considerarmos inadiável o restabelecimento dos vencelhos tradicionais das nossas letras com o âmbito amplo e rico da cultura luso-brasileira, à cal, tanto pola verba, canto pelo espírito pertencemos. Non fazemos nisto senóm seguir o conselho venerável do patriarca Murguia que já recomendou a unificaçóm linguística com Portugal, apontando que nela estava o porvir do nosso idioma*".

Até o ano 72 na revista da editorial, GRIAL, na que se plasma o ideário Galaxia, vai ter artigos em distintas normativas, incluídas as plenamente reintegradas ou padrão português. Na metade dos sessenta, na editorial dera-se um debate, para duma vez por todas, começar a ser sérios no aspeto da normativa, e adotar um padrão mais homologável com as formas do galego oficiais no além-Minho, o próprio Ramom Pinheiro, firma-se como um dos mais "lusistas" nesse momento, mas depois, o facto de estimar que o povo galego esteja só alfabetizado em espanhol, punha-lhe dificuldades à tarefa, e decidiu-se seguir da mesma forma, mas com o compromisso de no futuro encetar duma vez esse caminho. Porém tudo acabou numa deriva na que se aceitou um padrão ortográfico regional espanhol plenamente assumido.

A década de 70 significa um processo de *aggiornamento* da editora, com um papel como o de qualquer uma empresa editorial, e um achegamento do "Pinheirismo"[50], que esqueceu todo velho compromisso galeguista, e o trabalho que este exigia, de restabelecimento do partido galeguista na clandestinidade,

[47] Não confundir coa ditadura do general Franco em Portugal, durante três anos da primeira década do século XX.
[48] Garrote, sistema tradicional castelhano de executar.
[49] Declarações de Júlio Garcia Santiago, um dos galeguistas fundadores de Galaxia, num encontro da AGAL.
[50] Ramom Pinheiro, foi o líder do Partido Galeguista no interior, que guiou o seu processo de desartelhamento organizativo reduzindo-o a atividade cultural (Galaxia). A sua dura estadia no cárcere franquista e a sua ideologia temerosa do comunismo que percebia ameaçador sobre o mundo, influiu decisivamente no seu comportamento.

para mudar num achegamento às forças espanholas da *transição* política, pois tentava-se conseguir algo de sombra dos novos poderes que institucionalmente emergiam[51].

Esse role do *Pinheirismo* significou a renúncia a qualquer proposta normativa que reintegrasse o galego na sua farda histórica, e a aceitação implícita de as normas do castelhano *"língua nacional espanhola"*, ser as normas *per se* do galego por ser uma língua do estado espanhol; e que toda a deturpação do galego pela pressão esmagadora do espanhol, constituía uma *pura evolução natural*.

Se o galego era, sob o nome de português, língua normal noutros estados (afirmação tautológica do nacionalismo galego sempre), esta nova *aceitação* significava, em consequência, que o português e o galego eram línguas distintas e estranhas uma da outra, e que qualquer fala d'além das fronteiras administrativas espanholas era, obviamente, algo estrangeiro, o que de acordo com a sua raiz etimológica, significa *estran*ho[52]. Esta perceção da língua será assumida pelos poderes espanhóis entusiastas da mesma, e pelas autoridades regionais.

2. A NORMATIVIZAÇÃO PÓS-FRANQUISTA DO PORTUGUÊS DA GALIZA, E A NORMALIZAÇÃO DOS USOS DA LÍNGUA

Suponho que as pessoas da Galiza, que estejam entrando na faixa dos cinquenta anos e mais, lembrarão os debates que havia no nacionalismo sobre a língua e a norma na altura dos setenta, que podem ser resumidos assim: O primeiro é a libertação social e o socialismo, o demais virá depois (sic) – *per se* –. E por enquanto, a incúria continuava a governar-nos. Que norma se usava no português da Galiza? Graficamente direi que uma inconcreção com duas variedades. Quer dizer, o português da Galiza tinha normas por aproximação ou por distanciamento entre espanhol e português, dependendo do grau de formação pessoal de quem escrever (ou a sua conceção do que devia ser a Galiza e o seu povo), porque a língua na Galiza continuava a carecer de norma formalizada e padronizada.

Também deve ser dito que no país não se reclamava socialmente a formalização padrão do português, coisa que sim acontecia nos anos anteriores à guerra. No fim de contas, depois de quarenta anos de ditadura e cortada a comunicação, éramos mais analfabetos do próprio, ou melhor dito, muito mais e profundamente alfabetizados em espanhol, língua que cada vez era mais internalizada em muitos galegos e galegas, como também sua.

Ao longo da década de 70, que na Galiza pode afirmar-se ter encetado com as mobilizações universitárias do 68 em Compostela, fazia-se cada vez mais patente que o franquismo estava nos seus derradeiros momentos, e que o pós-franquismo ou o que vier logo, dalgum jeito deveria regrar a utilização das línguas não castelhanas, pois o principal problema do estado espanhol continuava a ser a integração das nações não castelhanas.

O português da Galiza estava como estava, e começou-se a perceber a importância da sua formalização, curiosamente, mais por setores ligados – por dizê-lo de alguma maneira – ao "*espanholismo*", melhor dito ao *establishment institucional*, do que ao nacionalismo. O que era o galego naquela altura para a ciência linguística? Melhor do que responder é dar-vos este exemplo: antes do ano 1970 não existe nenhum livro de linguística publicado no estado espanhol e, por suposto, no mundo[53], que afirme as falas galegas constituírem um idioma

[51] Ramom Pinheiro foi deputado do PSOE na 1ª legislatura do Parlamento Galego, num PSOE liderado por Paço Vázquez, com posterioridade alcaide memo e colonial na cidade da Crunha, a qual infelizmente sob o seu mandato, não deixou de piorar todos os seus rubros comparando-a com outras semelhantes. Foi a Crunha a cidade onde algum *galáctico (de Galaxia) Domingos Garcia Sabell* sob o guarda-chuva de realidade Galega e apoiado na UCD e AP e logo PSOE, sempre os partidos espanhóis, gabou o pacovasquismo e ocupou o triste fado de delegado do governo espanhol na Galiza, levando-o isso a fazer vários recursos contra do português da Galiza. O verdadeiramente bobo nesta personagem, consiste ter sido, ao mesmo tempo, Presidente nessa mesma altura da Academia Galega.

[52] Isto está também presente no tratamento que da língua galega fazem instituições como o ILG, que para o galego de fora do território administrativo, das quatro províncias do ministro Isabelino Javier de Burgos, (agora comunidade autónoma), andam fazendo subnormas específicas. Pelo contrário, o Estatuto republicano, afirmava a natureza nacional galega da Faixa Leste (territórios do Eu-Návia, Berzo, Portelas...) e punha as bases para que aquela divisão administrativa do estado não se convertesse em divisora da nação galega, e tratar de reintegrar esse espaço na comunidade autónoma galega republicana.

[53] Fora do estado espanhol ainda continua a ser basicamente assim, apesar do esforço do PP e as suas pitorescas cátedras de galego nas mais diversas universidades, enquanto aqui se nega, e até chegaram

diferente do português. Todos confirmam que fazia parte do mesmo diassistema do português.

A Academia Galega, na sua história, nunca se atreveu a fazer uma afirmação rotunda contra a unidade da língua. Defender essa *tese* vai ser o eixo da existência do ILG, elemento fulcral na formalização do galego como variedade regional espanhola e distinta do português (*é para eles outra língua*).

2.1. O PROCESSO DA FORMALIZAÇÃO DAS NORMAS

No ano 1971 produz-se o primeiro intento de publicitar uma norma, pois pela Academia Galega forma elaboradas outras, sobre as que afirma Carvalho Calero no livro "Conversas em Compostela" (pag.182)

> *"A minha aportaçom a estas normas foi tam particular como geral, pode-se dizer que as figem quase na sua totalidade, tendo em conta algumhas observaçons doutros colegas". E segue " há que ler com olhos desprovistos de teas de aranha e observar-se-á que estam implícitas nesta codificaçom as linhas gerais que depois se desenvolverom dentro dumha política linguística de aceitaçom do sistema geral (o do português) ao que o galego pertence*".

No ano 72 cria-se a cátedra de filologia galego-portuguesa na Universidade Compostelana, e é nomeado titular o Professor Carvalho Calero. Esta Cátedra dá lugar pela primeira vez, à existência de pessoal qualificado em língua galega e, claro, ligado com tal Cátedra, *já não todos vão ser analfabetos*. Nos anos 70 na Universidade de Santiago, ganham força à medida que se pesquisa e se estuda o galego, as propostas de cara a reintegração da nossa língua, numa farda própria e coerente com a sua história e a sua realidade presente como português da Galiza.

Por outra banda, unido ao departamento de Hispânicas, e ao institucionalismo no quadro espanhol, no ano 71 cria-se o *Instituto de la Lengua Gallega* (ILG) – como instituto universitário de investigação - por um professor asturiano, Constantino Garcia, que é membro da Academia Asturiana além de o ser agora da Galega[54], e que concebe o galego - língua que não falava e nunca chegará a dominar - como um *bable*, uma variedade regional.

Em 1971 como uma encenação, o ILG tirou do prelo o *famoso* (pelo seu sucesso) *Gallego I*", que seria seguido em 72 pelo *Gallego II* e, em 74, *Galego III*. Os livros pretendiam afrontar a carência social de falta de formação *dos galegos no galego, e de manuais de formação*, para adequá-los às necessidades dos novos tempos que já se sentiam. Concebiam a formação na língua dentro do sistema linguístico central espanhol, negando as relações das falas galego-portuguesas. Neste método estudo de galego do ILG, apresenta-se um modelo de língua galega separada do romanço ibérico ocidental, com inventos de palavras muito peculiares – *televexo, guiandeiro*... (eis *o seu diferencialismo*), e um modelo de escrita baseado nas normas da *"língua por essência para os galegos desta conceção, o castelhano; e virada contra as normas da Academia Galega de 1971* (eis o "*oficialismo tão particular"* do ILG desde as origens).

No *Galego III* é antológica a definição e aclaração do que é lusismo, sobre todo olhando as escolhas terminológicas de apoio como muito bem tem examinado o professor Valentim Fagim[55].

a anular o curso de galego da Universidade da Crunha porque o percebiam como variedade do diassistema galego-português.

[54] É um facto muito curioso a enorme quantidade de relações pessoais que existem entre a Academia de la Língua Asturiana e a Galega, vários da Galega, são membros ou correspondentes; mas com certeza não há na RAG nenhum correspondente com instituições similares de Portugal...

[55] Fenómenos diferenciatístas (IV) Instituto da Língua Galega - Gallego III - Universidade de Compostela 1974 <O Lusismo> "Tódolos diferencialismos se esplican por unha fuxida da identidade ou semellanza co castelán e, como o galego e o portugués son polas diverxentes dun mesmo toro, coidan moitos que a renovación do galego ten que vir através do portugués. Os lusizantes, xá que logo, razonan mais ou menos deste xeito: sendo como foron galego e portugués a mesma cousa, ó quedaren politicamente separados Galicia e Portugal, producíuse un estancamento no cultivo do galego que durou hastra mediá-lo século pasado. Mentres tanto o portugués continuóu facéndose unha lingua culta importante, enriquecendo o seu vocabulário con préstamos latinos, gregos, franceses, amerindios, asiáticos, africanos, ingleses, etc. e pulindo outros médios de espresión. Sendo así, lóxicamente. o portugués culto de hoxe, tamén constituirá o estrato culto do galego. Pró a realidade linguística bota abaixo esa apreciación teórica; porque desde hai 600 anos pra acó tanto a lingua portuguesa popular, coma a galega, tiveron a súa propia deriva, diverxente en moitos casos. Lembremos, por exemplo, as diferencias notables que se abriron no térreo da fonética e mesmo no da morfoloxía.
Por outra banda, non convén esquencer que en Galicia síntese desde hai moito tempo a influencia do adstrato castelán. que ven operando como língua de cultura na nosa terra. Esto provocóu que o galego popular se fixera permeable a certas diverxencias entre as polas galega e portuguesa. Pra sermos, xá que logo, consecuentes co noso principio de no xebrar excesivamente o galego culto do popular (de

Em 77, (faço recordação de que o ditador Franco morrera em novembro de 1974) aparece a primeira proposta formalizada de norma do ILG (já visível nos seus *gallegos*), num livrinho intitulado *"Bases prá Unificación das Normas Linguísticas do Galego"* sob o guarda-chuva do limiar do Presidente da Academia Domingos Garcia-Sabell[56].

Esta será a única norma do ILG na que participaram pessoas alheias a esse organismo, o que se nota nos comentários e pegadas que se acham na mesma, v.g. nela aparecem entre outras, formas como *amábel*, que nunca seria utilizado pelo ILG.

Em 1977 nasce a ASPG[57] organizada, fundamentalmente, por professores ligados ao BNPG. A recém-nascida associação estava imersa no debate da língua (qual modelo) pois os professores que davam aulas naqueles dias de duros conflitos, pediam umas normas claras a respeito da formalização.

No curso 79-80 o galego passa a ser uma matéria optativa, e à ASPG, os seus associados reclamam uma norma para ministrar nas aulas. Em 1979 a ASPG faz uma proposta (*as primeiras mecanografadas*) de normas sob o título de *"Orientacións para a Escrita do Noso Idioma"* destinadas ao professorado nacionalista adscrito ao BNPG, que seriam reeditadas em 1980[58].

2.2. A FORMALIZAÇÃO DESDE AS INSTITUIÇÕES AUTONÓMICAS

No momento da concessão à Galiza dum regime pré-autonómico, havia uma língua própria o português da Galiza, em processo de formalização ortográfica com vários modelos: o modelo da Cátedra de Galego, o do ILG, o da Academia, e um modelo híbrido, o da ASPG.

Disse que no reino de Espanha não se legisla sobre língua[59], pois são instituições independentes as que fixam as normas, as modificam e aplicam, sem que o poder político as discuta; não há um espanhol oficializado por lei frente a outro que não for. Existem a Academia Espanhola e as academias dos países americanos com o seu dicionário e gramática normativos comuns[60].

Em 79 institui-se a pré-autonomia, e começa a utilizar-se internamente o galego acastrapado e diverso (o de cada utente), pois na realidade o português na Galiza era uma língua sem normalizar e sem arroupamento formal para a sua apresentação externa (*e interna*) de uma *auctoritas* admitida por todos. Aqui tínhamos um totuum revolutum. Para o poder político ficou claro que era necessário regular essa situação, simples questão de viabilidade no caminho que se abria de descentralização e de reconhecimento parcial dos direitos nacionais da Galiza.

xeito que aquel non sexa letra morta prós galegos), témonos que pronunciar contra a portuguesización do galego. Se queremos ter unha norma operante teremos que estraela do uso. Non quixéramos, por otra (sic) banda, que o noso antilusismo fora interpretado como antilusismo integral. Ben ó contrario, sómo-los primeiros en estimá-lo admirable pobo portugués.

Ora ben. en materia linguística somos radicalmente enxebristas, é dicir, «separatistas» no primitivo sentido da palabra. Vede tamén a nosa postura com respecto ó castelán en lecións de mais adiante. Non se pode facer unha clasificación sistemática dos lusismos porque os escritores galegos, en xeral. Conocen bastante mal o português, razón pola que sóio entranlusismos esporádicos, á maioria deles pertencentes ó lésico. Exemplos: podemos considerar como mostra de lusismos fonéticos aqueles que consisten na eliminación dun yod: estudar, estudante, muto, truta...; morfolóxicos: ele no canto de «el». a desinencia verbal -ste no canio de –ches (cantaste por cantaches, o sufixo -bel ou -vel no canto de -ble {amável) entre outros; lésicos: achar «atopar» xornal «diario» «periódico», ar «aire», termo «término», diabo «diablo», degredar «decretar», banir «desterrar», xanela «ventano», isolado «aislado», só «soío». garavata «corbata», rédea «ramal», rosto «rostro», liberdade «libertade», ate «hastra», paixón «pasión». comezar «comenzar», sen «sin», estrada «carretera», próprio «propio», mas «pró», coñecer «conocer», cidade <<ciudad», esquecer «esquencer», etc.

[56] A Academia Galega tem toda a sua documentação interna desde 1936 até a década de 90 em espanhol.

[57] Inicialmente tentou-se legalizar como *Instituto Socio-Pedagóxico galego*, adotando o nome de Associação ao não ser aceite legalmente o de Instituto.

[58] Um bocado antes de que apareceram as normas da Junta 1980, as *de mínimos*. Que seriam saudadas desde a ASPG e desde o nacionalismo como magníficas

[59] Cita de António Gil Hernández.

[60] O modelo do castelhano é de enorme sucesso para manter a unidade internacional da língua, com o grande valor que isso supõe. O Institut de Estudis Catalans, que pretende usar o mesmo modelo, formaliza as normas de Castelló em 1938. Na altura escritores valencianos aceitam pequenas modificações unificadoras.

O segundo Conselheiro em aceder à responsabilidade da pasta da Cultura, Alejandrino Fernandez Barreiro, decide a criação duma Comissão Linguística[61] para estabelecer uma norma ortográfica para o galego, e cuja constituição e objetivos foi publicada no Boletín Oficial da Xunta de Galicia (BOXG) nº 3 de junho

[61] Para uma história da ortografia galega (Agália n.º 2 pagina 223). O relatório de 1979 por Ricardo CARVALHO CALERO: "Durante a realizaçom da Primeira Reuniom Galega de Estudos Clássicos, que tivo lugar em Santiago e em Pontevedra, do 2 ao 4 de julho de 1979, o Conselheiro de Educação e Cultura da Junta da Galiza, Dom Alejandrino Fernández Barreiro, estabeleceu contacto comigo a fim de conversar a propósito dos problemas da língua galega que afetavam ao seu Departamento. O Conselheiro solicitou a minha colaboraçom para o tratamento de aqueles problemas. Mas estes estavam já postos, e de algum modo conduzidos, por entom, pois o Sr Fernández Barreiro *fixera algum nomeamento e recebara alguma informaçom sobre o particular, e o seu antecessor no cargo, dom Marino Dónega Rozas, é de supor que nom se despreocupasse totalmente dessas questons. Mas até a data indicada, ninguém solicitara de mim tipo algum de assessoramento ou concurso.*

Expressei ao senhor Fernández a minha opiniom sobre a conduçom do assunto no passado, tanto polo seu antecessor como por el mesmo; e como tal opiniom nom coincidisse com as reflexadas na política seguida, especialmente pola concepçom do idioma como realidade à vez geográfica e histórica, o Conselheiro propuxo-me a designaçom, para integrar-se no aparato da Conselharia, de uma persoa que representasse a postura crítica que eu manifestava, para que esta postura gravitasse devidamente no campo das resoluções que se adotassem no futuro. Dei-lhe entom o nome de um linguista que poderia encher essa funçom — que nunca chegou a desempenhar - e mostrei-me disposto a nom negar ao Conselheiro o assessoramento pessoal que me fosse, em cada caso, requerido, sem que isto supusesse adscriçom pola minha parte à titularidade de posto algum na burocracia autonómica Sem embargo, sucessivas entrevistas revelarem que o senhor Conselheiro desejava constituir uma Comissom de Linguística, integrada por técnicos, que elaborasse umas normas ortográficas às que se ativesse a Junta, e que a minha disponibilidade nom oficial como eventual assessor nom se avinha com os seus planos, nos que me assinava a funçom de presidente da projetada Comissom. Discutimos essa possibilidade e chegamos a um acordo, segundo o cal se formaria uma Comissom integrada por professores com título de doutor ou licenciado, expertos em linguística, que fôrom quatro professores numerários de universidade e quatro do ensino médio.

A Comissom ficou organizada como segue:

- Dom Ricardo Carvalho Calero, Catedrático de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago.
- Dom José Luis Pensado Tomé, Catedrático de Filologia Românica da Universidade Salamanca
- Don António Santamarina Fernández, Agregado de Filologia Românica Universidade de Santiago.
- Dom José Luís Rodriguez Fernández, Adjunto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Santiago.
- Dom Ramón Martínez López, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado. Antigo professor da Universidade de Austin, Texas (U. S. A.).
- Dom José Filgueira Valverde, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado.
- Dom Isidoro Millam Gonçalez-Pardo, Catedrático de Grego do Instituto Rosalia de Castro, de Santiago.
- Dom Manuel Vidám Torreira, Agregado de Latim do Instituto de Bacharelato de Monelos (A Corunha).

Os nomeamentos fôrom resultado de um acordo entre o Conselheiro e o Presidente da Comissom. Da exclusiva responsabilidade de aquel fôrom as designações de Dom Ricardo Carvalho Calero, Dom José Filgueira Valverde, Dom António Santamarina Fernández e Dom Manuel Vidám Torreira. Eu propuxem, e o Conselheiro aceitou sem discuti-los, os nomes dos restantes membros da Comissom. Mesmo eu fixem as gestons que conduzirem à aceitaçom desses nomeamentos polos senhores designados à proposta minha.

Como é evidente, inspirei-me no feito de que todos e/es erãoconhecidos como investigadores no campo da filologia galega. Lembremos, por exemplo, as edições de Sarmiento por Pensado, da traduçom da Grande e General Estória por Martínez, de Joám Airas por Rodriguez, ou os Comentários a antifona da Cantiga de Cabanilhas por Millam. Em questons de normativizaçom da língua, alguns trabalharam algo, outros nada. Mas todos se consideravam aptos para o labor de assessoramento técnico que caracterizava à Comissom Como era natural, a proposta de normativa ortográfica devia elaborar-se mediante a formulaçom duma ponência que logo passasse ao pleno da Comissom.

Por aconselharem-no asserazons de facilidade e eficácia, propuxem que aquela ponência estivesse constituída polos três professores da Universidade de Santiago que formavam parte da Comissom: o Catedrático Carvalho, o Agregado Santamarina e o adjunto Rodríguez. Os três pertenciam à Faculdade de Filologia, e, portanto, tinham os seus despachos na mesma planta do mesmo edifício, a planta quinta do edifício numemero 1 da Praça de Maçarelos, antigo Colégio de Exercitantes fundada polo arcebispo Yermo, cujas armas ostenta a fachada. Aceitada por unanimidade e sem discussom esta proposta, começamos imediatamente as sessons de trabalho no despacho do Presidente, Chefe do Departamento de Filologia Galega.

Trabalhamos arreu, e chegamos a acordos unânimes que, por suposto, era o resultado muitas vezes de transacçons, pois na ponência estavam representados distintos pontos de vista sobre a orientaçom da ortografia do idioma. Mas devo dizer que jamais se negárom por ninguém os princípios que alguém professasse. Havia matizes na valorizaçom que procedia dar aos 'feitos históricos ou à sincronia atual, à atençom às normas vigentes noutras áreas galego-portuguesas e à recetividade social. Mas todo o mundo -os três que éramos- considerava todos esses fatores dignos de ser tidos em conta. Jamais houvo votaçom, de jeito que os acordos se tomarom por unanimidade, como dixem. Nalguns casos certamente despois de prolongados debates. Mas sempre se achaou uma fórmula que assumirem todos os presentes

. Nengum dos membros da Ponência estivo ausente em sessom alguma das celebradas. Houvo, pois, frequentes transações, mas nada se acordou por maioria -que teria de ser de dous votos contra um - senom por geral consenso. Quando nalgum ponto nom se logrou a unanimidade, o que nunca ocorreu en questons fundamentais, esse ponto nom se incluiu no texto com o que se entende ser opcional a soluçom. Nom lembro mais que um caso desta classe. Quando uma forma verbal acabada em consoante nasal vai seguida do pronome de terceira persoa, que representa o objeto direto da acçom transitiva, ou um predicado atributivo, esse pronome o, a, os, as, antigamente lo, la, los, las, conserva, assimilada por aquela consoante nasal final do verbo, a própria consoante inicia/ (l>n). Entom caberia escrever, dentro do sistema da ponência, mataron-no (forma mais etimológica), ou mataron-o, e mesmo mataro-no (forma mais fonética). O mesmo son-no (so-no): Es ti: profesor? Son-no. Claro que

1980)[62]. A Comissão estava formada por catedráticos e professores técnicos em linguística, ligados a universidades, a Academia e o ILG. No BOXG n.º 10, Publicam-se: *As normas ortográficas do idioma galego.*

No seu limiar, formosíssima peça literária, é onde está a filosofia da que se tira a ideia da expressão ***normas de mínimos***, por permitir a própria norma um avanço para formas coerentes com a história linguística da nossa língua, a do romanço ibérico ocidental a que pertence, e convidando nas próprias normas, às instituições mais cultas, e dizer às universidades, a utilizar a forma histórica própria do galego. Nesse mesmo BOXG nº 10, figurava a reunião da Comissão Mixta que generalizava a aula de galego no curso 1980-81.

Em 1980 o ILG, que participara na elaboração das normas da Junta de Galiza, tentará travá-las republicando as *"Bases Pra Unificación das Normas Linguísticas do Galego",* (uma forma de questionar as normas da Junta)[63].

Na apresentação *se diz que são a reedição das de 1977*, mas de facto têm mudanças fundamentais, e começa-se a mover um monte de fios, para que o Ministério de Educação, que fazia geral o galego como optativa no ensino (aprovado pela Comissão Mixta BOXG nº 10), sendo naquela altura do Ministério que dependia o ensino); não aceite as normas da Junta da Galiza, e assim, a meio de Resolução do Ministério (BOE agosto do 1980) acaba-se declarando que as normas da Junta da Galiza só servem para eles, e juridicamente a administração do estado nenhuma dependência tem deles. Na própria Comissão Mixta *Estado-Junta*, inclui o Ministério os membros do ILG, e sob o peregrino argumento, de que não há que criar traumas aos nenés formados em espanhol *(com algo um chisco dissimil).*

Pelo seu lado a ASPG, em *1981,* reforma as suas *Orientaçóns* radicalmente*, para fazê-las verdadeiramente* reintegracionistas. Foi curioso o facto de o cerne do debate da reforma para convencer a maioria dos membros, tenha sido, por um lado, que o reintegracionismo era o desenvolvimento lógico da norma de mínimos, e que havia que pular pelo seu avanço; por outro, *que nos não podemos ficar atrás das normas da Junta, ao fim de contas é espanholismo da UCD*[64].

3. O ALCANCE DAS NORMAS DA JUNTA DA GALIZA: ASPETOS JURÍDICOS

Que alcance tinham aquelas normas da Junta da Galiza? A resposta é muito simples, a que lhe derem os utentes. A administração pode impor umas normas a si própria ao não existir norma concreta e *real* alguma para as falas portuguesas da Galiza, *mas o seu alcance social é o que os galegos quiserem*[65], dado que o galego é língua oficial, mas não se estabelece legalmente (sobre isso já falei que

o son. Nom ficando convencida a ponência, como unidade, da superioridade duma grafia sobre a outra, nom se incluiu esse ponto na precetiva,

[62] BOXG (Boletin Oficial da Xunta de Galicia), no que toman estado as normas e disposições

[63] Publicam-se ao mes e pico de ser aprobadas as "oficias" da Xunta. As da ASPG, do 80 em cámbio foram públicadas dous meses antes, e ASPG uma vez saidas as "oficiais", falou já a prol de estas.

[64] Entre os impulsores da nova orientação figuravam vultos como Francisco Rodrigues (atual parlamentário do Bloco no Parlamento de Madri) e Pilar Garcia Negro, que menos dum ano depois moveram a organização dividindo-a e expulsando da mesma aos mais dos reintegracionistas, e obrigando-a a renunciar a esse avanço, voltando às *Orientacións para a Escrita do Noso Idioma,* curiosamente, não para as normas Junta 1980; e atribuindo-lhe a condição de *mínimos*, sem caminhar para nenhures, a essa proposta ossificada da ASPG. Isto será defendido pólo BNG e o seu entorno social até a aceitação da política oficial com a língua e a sua história da "Xunta" sob o guarda-chuvas da reforma das normas do 2003, e para esse caminho voltaram a ser decisivos a intervenção desses dous importantes vultos políticos.

[65] Toda norma ortográfica é em princípio uma convenção, a sua força é a que lhe derem os seus utentes; toda norma deve fazer-se dentro do que é a história interna da língua, e para ter êxito deve ser aceite e ter a seu favor as pessoas mais comprometidas com a língua, aquelas que vão gerar as dinâmicas para o sucesso na sua implantação.

Partindo desses princípios, a norma de mínimos, a da Junta 1980, reunia essas caraterísticas, foi feita com consenso, teve o apoio de todos os setores comprometidos com a língua, especialmente do entorno nacionalista (que é fulcral), afirmava-se reintegracionista, no sentido que a própria dinâmica da norma encaminhava os utentes para o rego do português internacional, de onde não deveria ter saído o galego. Esta norma foi boicotada por todos os comprometidos decisivamente com a nossa estatização (regionalização).

No galego dá-se um facto muito particular a respeito de línguas como o catalão ou o basco. A língua de aquém-Minho está num estado chamado Espanha, e a língua do além-Minho num estado chamado Portugal onde tem o ornamento da normalidade estatal (nacional), semelha para os castelhano-espanhóis, que qualquer feito racional que rompa um pouco essa barbaridade cultural de não permitir a língua funcionar como uma, está a pôr em perigo a "integridade de Espanha", a pouco que se investigue, vê-se que a fronteira política é a causa determinante de decisões político-culturais que se tomam no país. Frente à norma de mínimos de 1980, a norma de 1983, elaborada sem consenso, é defendida ferrenhamente por aqueles que não acreditam no galego nem o usam. E é buque ensenha da "normalización lingüística" que realiza um governo galego indiferente ao galego e à Galiza, tem em contra a totalidade de pessoas que no país estão comprometidas com a língua, incluídas as suas forças político-sociais.

não se legisla) que tenha que ter uma forma determinada. Na norma chamada *de mínimos*, a da Junta de 1980, editou-se muita cousa, desde o melhor dicionário atual do galego, o *Sotelo Blanco* (Estraviz), até à melhor gramática para o ensino prático (Via Láctea: *Gramática para a Aprendizaxen da Língua Galega*), ou os trabalhos gramaticais e linguísticos de Freixeiro Mato. Esses *mínimos*, como leva visto o leitor, receberam uma oposição radical de toda a "inteligentsia" espanhola, - *A Galiza por este caminho deixa de ser Espanha, e põe-se lhe dificuldades adicionais aos nenos e nenas*.

Há uma tautologia na Sociolinguística, "quanto mais próximo é o código duma língua a respeito de outra com a que está em contacto (ou misturada) ou, se além disto o código de B é o de A, mais difícil é a sua conservação, por não dizer impossível, e ainda mais se o modo de vida que sustinha a língua se está derrubando". E isso sabe-o qualquer estudioso honrado a respeito do que são as cousas.

O ano 1982 é de transferência das competências em matéria do ensino do Governo Central à Junta da Galiza. E no mundo do ensino, apoiado na norma de mínimos, avançava o uso dum galego que ia recuperando a sua farda histórica, porém frente a isso produziu-se o Decreto 173 - 82 de 17 de novembro de *"Normativización"* publicado no DOG de 20 de abril de 1983[66], imposto com fortíssima resistência social dos setores mais comprometidos com a

Como me dizia um dia um alto cargo da *Junta* relacionado com o tema, "dedicamos imensa quantidade de dinheiro, pressões e energias, não a promocionar o galego e a sua recuperação, mas a garantir que, na Galiza a norma de 83 se implantava e se rejeitava o lusismo".

[66] O problema que se apresentava, no período chamado de *transição*, no que à recuperação de pautas democráticas se refere, é que levava necessariamente à recuperação de usos das línguas antes negadas, mas nom todas tinham construída uma farda, que dizer, um modelo de escrita ortográfica apresentável e respeitado. Além da nossa, havia outras línguas nas que não existia uma verdadeira formalização. Já comentei o curioso facto da abundante comunidade de relações que se produz entre a Real Academia Galega e Academia de la Llingua Asturiana, acrescentado ainda mais agora pelo facto de os homens e mulheres do ILG terem entrado em grande número na Real Academia Galega; vou deter-me um pouco e fazer uma pequena análise do caso Asturiano, por ter muito de elucidativo a respeito do que se passa na Galiza, e infelizmente não ser muito conhecido. Nas Astúrias, sob o nome de falas *bables* há vários retalhos da velha língua leonesa, da que ficam restos nalguns vales do norte de Leão, algo no Berço nor-oriental, e na zona Mirandesa em Portugal, achando-se pegadas do leonês nos falares de gentes do norte da Extremadura, Salamanca, Samora, e Leão, especialmente na metade ocidental desses territórios.

O Leonês não tem nenhuma proposta normativa uniforme, e neste momento a única zona que realmente tem um certo grau de normalidade, pode dizer-se que é a que ocupa o Mirandês (35.000 pessoas), para quem o galego-português funciona como língua teto, e do que está tirada a sua ortografia (curiosamente nas últimas publicações asturianas afirma-se literalmente que o asturiano se fala nas Astúrias, nos vales do norte de Leão e na área de Miranda do Douro).

O ásture-leonês, segundo definição de Méndez Pidal, ou *galor* (galaico oriental; galego-português e galor procedem, ambos, duma única variedade de baixo latim conhecida como proto-galaico, segundo definição de Coseriu), nas Astúrias está dividido em três dialetos fundamentais, com bastantes sub-variedades locais, conhecidas pelos seus falantes como bables. E o Central, que ocupa a zona demográfica mais importante, pode dizer-se que vai de oeste a leste, de Grau até às Arriondes/Cangas de Onís. Do Oriental, que vai desse ponto até ao território que os asturianistas chamam a *fastera oriental*, e alguma das suas caraterísticas linguísticas acham-se em falas do ocidente Cântabro, e do norte oriental de Leão. A variedade ocidental, do centro para o oeste, vai desde Grau, desembocadura do Nalom/Narcea, até à Serra do Ranhadoiro. Esta variante ocidental tem quatro subdialetos principais nas Astúrias. Nas Astúrias ao oeste da Serra do Ranhadoiro temos já falas do português da Galiza *(para o galego português do território do Eu-Návia -aquém do Ranhadoiro - o ILG tem elaborada uma subnorma) quando o mesmo critério poderia estendê-lo a todas as outras comarcas da Galiza, basta estudar as isoglossas. Muito esforço dedicam os do ILG à procura de diferenças, e pouco a defender a língua no seu conjunto, e justinho ao revês do que fazem os linguistas do espanhol).* Na segunda metade do século XX, curiosamente a partir da década de 60, começou a haver nas Astúrias quem começou a chamar-lhe *asturiano* às falas conhecidas como *bables* polos falantes, esquecendo-se totalmente do velho leonês, ou galor; ásture-leonês, se for procurada uma clara definição geográfica. A começos da década de setenta (1974) nasceu a entidade político-cultural Conceyu-Bable em Madrid, que na sua curta vida teve o grande sucesso de popularizar o nome de Asturiano como substituto do Babel.

À chegada do regime preautonómico, que afastou Astúrias e Leão (leão, Samora, Salamanca) – e uniu este último com Castela - significou o nascimento da Academia de la Llingua Asturiana em dezembro de 1980 – criada por Decreto do Conseyu Rexional. O primeiro que pede a recém-nada Academia é a elaboração duma norma de escrita da *llíngua*, para que possa ser usada polos utentes (administração, ensino, escritores...). No ano 1981, quase dous anos antes de sair à luz as normas que correspondem ao conhecido como *Decreto Filgueira*, viram a luz as normas elaboradas pola Academia Asturiana, baseadas nas variedades centrais dos bables (com muita pegada vocabular oriental, e escasa das variedades ocidentais, pois noutro caso podia-lhes sair um asturiano muito achegado às falas galegas), facto que reconhece a Academia, já no prólogo de apresentação da norma.

Essas normas são de muito interesse, polo que segue: São muito semelhantes na sua estrutura e estilo às do ILG; têm um tratamento das consoantes cultas (g,j), distinto de todas as línguas românicas, e só comum com o que se produz no galego *rexional*. Tanto na conceção do asturiano como do galego *rexional*, o castelhano-espanhol deve continuar a ser a língua de interelação. Obviamente, não se aspira a nenhuma verdadeira normalização. As regras da Academia Espanhola funcionam como verdadeiras normas que estão sobre todo o processo de elaboração de normas: acentuação, uso e nome das letras, etc. (disto foi verdadeira mostra um programa especial da Televisão Galega em que interrogava os académicos da Academia Galega, a propósito de a Academia Espanhola tornar o "ch" e ao "ll" em dígrafos e, por tanto, deixarem de ser letras do alfabeto espanhol). O sucesso do galor corre paralelo ao do galego, contudo vai mais avançado.

Olhemos para esse êxito: do ponto de vista sociológico a situação do processo de normalização, ou melhor, da especial proteção que o Estatuto de Autonomia dispõe para o bable, pode-se definir por

normalização da língua e o seu avanço social, estávamos ante outro trabalho *cañí*[67] da pena Filgueira Valverde[68]. Joam Coromines, – o maior romanista e linguista peninsular – daquela ainda vivo, numa carta ao jornal *La Voz de Galicia* denunciou o facto com estas palavras – *galegos assim caminhais cara ao vosso suicídio linguístico*...

O Decreto 173 - 82 derroga as normas publicadas no Boletín Oficial da Xunta de Galicia nº 10 e nele, como anexo[69] aprovam-se umas normas em que se declara ser elaboração conjunta e por acordo do ILG e da Academia Galega[70]. Curiosamente estas duas instituições nos seus próprios estatutos não têm competência alguma sobre norma da língua galega. A Academia Galega não é da Língua até ao BOE (Boletín Oficial del Estado) de 4 março de 2000, em que aparece a reforma dos seus velhos Estatutos para dar-lhe competência, parcial, na matéria[71].

Que alcance têm estas normas do ponto de vista legal? Como dizia, a que quiserem dar os utentes; nelas não há o sintagma *galego oficial*. A Administração pode exigir o seu uso internamente[72] (o que não é pouco) e mais nada, ainda que muito faz pela via dos subsídios, prémios, compras de publicações, censuras jornalísticas, sempre interpretando-as do jeito mais restrito.

O Tribunal Superior de Justiça de Galiza tem vindo a aclarar parcialmente a questão, pois o intento de imposição deu lugar a diversa jurisprudência, na sentença sobre os Estatutos da Universidade de Vigo, e em várias sentenças sobre a língua no ensino e o direito de cátedra. Reproduzo um *considerando* para que possa ser observado o alcance disso que alguns chamam *norma oficial*:

Tribunal Superior de Justiça da Galiza (Proceso n° 01 - 0001112 - 1995)

> "*Considerando que, en principio no resulta función de la Sala la de valoración ortográfica de los escritos procesales — determinando el de Galicia en su artículo 5 que la lengua propia de esta es el gallego, ahora bien, esta específica designacion alude a una de las modalidades existentes en el área lingüistíca llamada ibérica occidental de las varias que presenta. (gallega, portuguesa, brasileña, angolana, etc.); en paralelo - a lo que ocurre en el área linguística denominada, ibérica, central con sus respetivas variedades (castellana, andaluza, peruana, argentina, etc.); y, por supuesto, en el área, lingüística, ibero oriental con las suyas (cataĺana, valenciana, balear); una prueba de esa amplitud en el enjuiciamiento al respecto há sido la aceptación a efectos de validez*

poucas palavras: que esta língua em Astúrias se esvaece, melhor dito dissolve-se por cima (não há ninguém em Astúrias não pertencente a setores muito populares que a use), desaparecendo totalmente por baixo, ficando pegadas no peculiar castelhano do principado, onde se rastejam os giros "bables".

A única variedade que resiste um chisco melhor é, curiosamente, a occidental e nas zonas de contacto com o galego, na medida em que este resistir. Há, de todos os jeitos, um aspeto cheio de enorme interesse nas duas normas, galega e asturiana: o tratamento dos grupos cultos: Na norma galega (ILG), de início força-se a pronúncia ordinária dos falantes, para manter as formas castelhanas, (ver *Estudo Crítico* das Normas -Agal). Na norma asturiana inicialmente trata-se de manter certo verniz "rexional" (copio literal polo seu interesse) ponto *1.4: Grupos Consonánticos Cultos:palabres emprestaes del llatín y griegu sobre tou, que tienen combinación de delles consonantes que nun se dan asina na fala la xente*....cita os grupos... continua com uns comentários sobre o que faz o povo e depois diz: *Hai que tener bien nidies estes oservaciones: A) convién mantener el grupo consonánticu cuandu puea dase equivocu: ex: polípticu/políticu, constar/costar, ata/ata. B) Convién buscar la palabra asturiana afayaiza ensín necesidá de dir a la gueta´l cultismu. C) Dellos cultismus que nel momentu presente mos lleguen pel castellán foron ya adataos al asturião munchayá y ye esa la espresión que taría bien caltener seye tonicu´l ditongu. Ex.: direuto, perfeutu, reutu, pauto, aición, direición, preceuto, proyeuto...correutu, esauto, efeutu, conceuto, afeutu, impautu...*

[67] Gíria madrilena,

[68] Numa entrevista ao Sr. Filgueira (o Sr. era membro da Comissão das normas Junta '80), no jornal La Voz De Galicia, ao dia seguinte da publicação do Decreto (21-4-1983), manifesta, *que as* normas *eram necessárias porque os nenos estão alfabetizados en espanhol e não se lle pode criar confusões e problemas, um mesmo sistema vai facilitar o avanço do galego.* E digo eu, deste jeito, procede-se a separar o galego do aquém-Minho do galego do além-Minho, que deveria funcionar como elemento vivificador e de correção, cordão umbilical necessário com o mundo na nossa língua. (eis a nossa regionalización espanhola).

[69] O anexo do Decreto foi sofrendo contínuas modificações, não publicadas sistematicamente até à reedição desse anexo no ano 1999, essa pequena reforma do anexo é em geral desconhecida, deve-se basicamente à pressão social dos que não estão na linha da norma, e nela estenderom as terminações patrimoniais em "-zom" e outros aspetos definidos em 82 como *pecados de lusismo*.

[70] Confirmo que a nossa moribunda Academia nada teve a ver com o texto.

[71] Porém a Lei 3/83 da Galiza, numa disposição adicional, sim fixa a Academia Galega como critério de autoridade em matéria de escrita.

[72] As normas que têm a resistência dos utentes, das pessoas mais comprometidas com a língua, não têm defesa. Olhai a quantidade de esforços e dinheiro dedicado à sua imposição, e olhai o resultado nos usos linguísticos. As normas são a outra cara da moeda do processo estupefaciente de substituição linguística vivido na Galiza.

procesal, dentro ambas de la variante idiomática gallega, de las corrientes llomadas normativista y reintegracionista; la primera patrocinada a efectos de la Administración Pública, por una norma de ella emanada (con soluciones que ofrecen mayor facilidad para las pesonas escolarizadas en la ortografía castellana y dirigidas sobre todo a lectores del propio país gallego) y la segunda patrocinada por la Associação Galega da Língua (con soluciones acordes con la etimologia de las palabras, tratando también de reintegrar al idioma, las que le pertenecen de cuando el uso notarial, judicial y literario del mismo, lo que da como resultado. coincidencias parciales con atrás variantes del área y, por tanto un alcance internacional); de esa postura abierta es muestra el hecho, no solo de haber sido la sala, - formando parte de la Audiencia Territorial -, el primer Organo jurisdicional que dictó en la época moderna una sentencia en gallego (la de 27 de marzo de 1985), sino el haber continuado, poniendo. otras varias después, indistintamente en una, u otra de las dos corrientes ortográfícas de mención; — "

Como se pode ver-se, a Sentença faz referência a duas normas: a da Junta da Galiza e à da AGAL[73] [74], estas são atualmente as únicas duas verdadeiras normas que se utilizam no país. O que temos, pois, são aproximações ou afastamentos duma ou da doutra. É dizer, a gente normalmente não vai desde a primeira – na que o espanhol é o padrão de correção por essência – até à segunda, sem um período de aprendizagem e treino.

Pelo demais o sucesso da norma *Xunta 1982,* verdadeiro elemento chave da chamada normalização linguística dos nossos governos, temo-lo à vista: No ano 79, segundo o informe FOESSA, na Galiza o 81 per cento da população tinha de língua habitual o galego, no ano 98 segundo estudo do Conselho da Cultura Galega só é habitual no 56 % per cento da população. No ano 81 o galego era maioritário em todas as faixas etárias. No ano 98 o galego é língua manifestamente minoritária em todos os menores de 20 anos (e as cifras desde então demonstram-se pavorosas).

Nos últimos vinte anos perdeu-se o 70 per cento dos falantes. Eis o resultado de 20 anos de *normalização*. Eis o resultado de todo um mundo de miúdos, moços e moças, que experimentaram o processo de "normalización", e que comprovaram aquele *galego* no ensino. Chegados aqui, acho ter explicado o termo *ortografia de mínimos,* equivalente a ortografia *oficial* da Junta 1980, pois tal e como figurava no limiar das normas do 1980, estas sabiam-se no início dum processo que só poderia ter êxito se rematava a ortografia do galego reintegrando-se na sua farda histórica, e a sua origem era tão oficial como a do *lindo* castrapo no que foça atualmente o DOG[75] – e que com precisão matemática, resulta paralelo ao espanhol[76].

3.1. A REGULAÇÃO LEGISLATIVA DA LÍNGUA DA GALIZA

[73] A Associaçom Galega da Língua (AGAL) é uma organização que nasce em setembro do 1981, com missão estatutária na codificação da língua contribuindo a normalização do padrão do galego, entre outras. Entre os seus órgãos têm uma Comissom linguística Da AGAL fizaram e fazem parte os mais importantes vultos e estudiosos da língua da Galiza e aliás do estrangeiro: Carvalho Calero, Manuel Rodrigues Lapa..... Durante os seus 20 anos de existência tem uma produção sem comparação na Galiza, como 5 impressionantes Congressos Internacionais sobre a Língua, com participação de professores de todos os continentes. Em 83 publica uma análise científica pormenorizada das Normas da Junta de 82. Em 85 o *Prontuário Ortográfico*, e logo *Guia prático dos verbos galegos conjugados; Manual de galego científico*; *Dicionário quadrilingue de Zoologia*; *Curso prático de galego*; *Atas dos Congressos*, e a sua revista científica trimestral *Agália*, entre outra muitíssima cousa, sem esquecermos o PGL: http://www.agal-gz.org Hoje em dia, a nível de criação científica no debate sobre a língua, o posicionamento do ILG é insustentável (que seria dessa postura sem o apoio – por vezes cenoura - dos partidos espanhóis e dos seus psicofantes) a pouco que se olhar à luz da ciência. O reintegracionismo ganhou muitos espaços sociais, porque tem detrás todo um imenso trabalho, a AGAL funcionou nestes anos como a verdadeira Academia do país.

[74] As normas da AGAL, olhadas sem óculos, são basicamente as normas da Academia de Ciências de Lisboa, com pequenas diferenças (til de nasalidade, e pouca cousa mais) são por tanto umas normas de transição de cara ao estabelecimento pleno da norma portuguesa (na que se exprime com toda naturalidade o galego com todos os seus particularismos, e de facto usa-se também na revista AGALIA); tê esse pequeno clique de separação com a norma padrão portuguesa, simplesmente para na altura real na que estamos na Galiza, não posa ser apresentada como não galega. É perfeitamente integradora para os seus utentes no espaço lusófono, e mantendo certos sinais identitários que no momento presente são fáceis de explicar teoricamente, mas incapazes de o poder fazer praticamente. A norma da AGAL é também, por outra banda, na realidade, o desenvolvimento radical da normativa de mínimos da Junta de 1980; numa leitura aberta da mesma, até pode entender-se incluída nessa norma de mínimos.

[75] Diário Oficial de Galicia – jornal oficial onde se publicam as normas legais para vigorar.

[76] Isso é a negação da linguística, mas que se lhe vai fazer.

No ano 1981, mediante a Lei Orgânica 1 - 81 de 6 de abril, aprova-se o *Estatuto de Autonomia da Galiza*. O seu artigo 5 refere-se ao reconhecimento dos direitos linguísticos dos galegos, neste artigo determina-se:

5.1- A Língua própria da Galiza é o Galego.

5.3- Garantem-se os direitos dos falantes na comunidade autónoma a dirigirem-se à administração e a serem atendidos em galego ou castelhano.

5.4- A não serem discriminados por isso.

Mas essa obriga de serem atendidos...não é oposição para que uma das línguas, o galego, tenha o caráter de própria, como vem repetidamente estabelecendo a jurisprudência, e de cara à língua própria tem especiais obrigas a administração pública.

No art. 27, e dentro do título de *competências* está a competência exclusiva nas seguintes matérias... no ponto 20: promoção e ao ensino da língua galega. Em desenvolvimento desta competência estatutária, e de garantia dos direitos dos cidadãos galegos, no ano 1983 publica-se a Lei 3 - 83 de *Normalización Linguística* (DOG.14.7.83).

Nos artigos. 1º, 2º e 3º recolhe-se in extenso o artigo 5 do Estatuto de Autonomia, engadindo o direito a atuar em galego ante os Tribunais de Justiça.

No artigo 4.1 Declara-se o galego como a *língua oficial das instituições da comunidade autónoma*, *da sua administração, da administração local e das entidades públicas dependentes.*

No artigo 6.3 Fixa a obriga de promover os poderes públicos, o uso normal oral e escrito da língua galega como meio de relação com os cidadãos.

No artigo 10.1 Fixa a toponímia em galego

O artigo 11.1 Implica para a administração a obriga de capacitar o pessoal da administração no conhecimento e domínio da língua galega. Como pode ser observado, nas leis com referência ao idioma próprio da Galiza fala-se do galego; e a esse galego não se lhe adicionam adjetivos alguns. Pelo demais na Galiza não existem mais leis que tratem especificamente do idioma nacional, salvo algum artigo em outras leis como a reguladora da função pública, (artigo 33), onde se faz referência, para os empregados públicos, da obriga de acreditar o conhecimento do galego[77], porém fazendo-se sempre uma interpretação tão restritiva desta obriga de tal jeito que a mesma se entende como *obriga de entender e interpretar um texto administrativo*, num galego que agora se converteu na prática administrativa, numa língua exatamente paralela à castelhana no âmbito semântico das palavras, e sem esquecer que como dizia Lluis Aracil, qualquer palavra castelhana pelo facto de o ser já pode ser galega, e não estará nunca acusada do pecado de lusismo[78].

E no âmbito do ensino, onde se tem desenvolvido mais a normativa, se, além disto, valorizamos o papel fundamental que tem esta atividade na socialização de conteúdos linguísticos, e se sabemos que o ensino foi o elemento fulcral da socialização do espanhol na Galiza, entendemos a sua necessidade qualquer que for o objetivo linguístico final.

Ora, se partirmos do princípio que no processo seletivo dos professores não há que acreditar o conhecimento da língua galega, e que esta se limita aos professores específicos dessa matéria, é muito fácil compreender que o ensino continua a ser um elemento fulcral na socialização de usos do espanhol entre os galegofalantes, como tem posto de relevo os mais recentes trabalhos de pesquisa sociológica, nos que se constata que os nenos que entram na escola falando em galego, são, com grande sucesso, socializados no espanhol, porém nada se produz no sentido contrário. Não consegue garantir aos galegofalantes a permanência e a instalação normal na sua própria língua, nem sequer dentro do que a *ideologia oficial substitucionista* chama *bilinguismo harmónico*.

Em todos estes processos, o debate normativo, serviu para utilizar perfeitamente aos validadores da Conceição ilhada e regional do galego, como elementos ideológicos de apoio das políticas substitucionistas, ao além da

[77] A interpretação que fazem as autoridades da obriga de acreditar o conhecimento do galego é tão chamativa, que a nenhum castelhano de nação lhe causa dificuldades para conseguir a sua acreditação.

[78] Lluis Aracil, revista Agália nº 17.

vontade que, alguns persoeiros de entre eles, manifestarem (mas os feitos são teimudos). No ano 2001 o Diretor Geral de Política linguística da Junta da Galiza, o Sr. E Moreiras[79] impulsou a elaboração dum plano de normalização linguística, cousa já feita na Catalunha e no Pais Vasco, dentro do que se vem chamando *language Planning.*

O resultado foi um verdadeiro desiderato, onde os pontos fracos da língua eram a vez os fortes, e no que falta toda temporização, e isso enquadrado num modelo substitucionista como bem é exprimido na apresentação do Plano. O tal Plano foi aprovado pela unanimidade do Parlamento galego o dia 22 de setembro de 2004, sem que até agora se tenha traduzido em mudanças efetivas da política linguística substitucionista, nem no impulso às medidas estabelecidas timidamente no Plano, e isso com independência de acharmos na Galiza um governo de coligação socialista nacionalista, onde a língua própria, frente à imposta, era constante e retoricamente citada no acordo de governo que deu luz à coligação[80].

3.2. AS MODIFICAÇÕES NORMATIVAS. A INTEGRAÇÃO DO BLOCO NACIONALISTA GALEGO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES NO QUADRO INSTITUÍDO PARA O PORTUGUÊS NA GALIZA.

A normativa do ILG sofreu de jeito constante modificações ao longo dos anos, sempre ante a pressão social, e sempre no sentido da integração de formas e termos considerados antes por essa normativa como lusismos inadmissíveis. No ano 92 republicam-se as normas com modificações substanciais a respeito das originais de 10 anos antes.

Porém, as organizações mais numerosas do nacionalismo galego continuavam sem aceitar esse modelo de normativa, e defendendo retoricamente, ainda que sem muito valor prático, as normas de mínimos, não as da Junta pré-autonómica, mas as elaboradas pela ASPG no ano 99, não como uns mínimos de reintegração, de voltar à farda comum, mas como um objeto ossificado e do que inconsequentemente não se desenvolveu nenhum aspeto formativo na própria militância.

Em fins dos anos 90 pessoas da ASPG reúnem com outras do ILG, que depois da integração de Esquerda Galega no Bloco Nacionalista Galega estavam já caminhando cara à sua órbita, para fazer uma proposta de consenso normativo. No ano 2001 estava elaborada uma modificação das normas, que se apresentavam como *de concórdia*, ainda que tecnicamente implicava a aceitação de todo o processo normativo levado a cabo até daquela com o aval do ILG. Levada essa proposta *de concordai* entre o Instituto da Língua Galega e a Associación Socio-Pedagóxica Galega com a bênção de Francisco Rodrigues e Pilar Garcia Negro – dirigentes do partido que controla a Frente BNG, que decidem nesta matéria –, foi rejeitada pela Real Academia Galega, sob as pressões do Partido Popular, quer dizer, a vontade de Manuel Fraga[81] ILG e ASPG,

[79] Para fazer isso foi determinante a minha relação pessoal com o Diretor Geral, o convencimento para tomar a iniciativa e até o contributo dum rascunho de plano para a administração e ensino da minha autoria.

[80] Neste governo de coligação socialista-nacionalista, a qualidade da língua que se usa polos conselheiros (ministros) do governo é bastante deficiente, incluídos os nacionalistas, e todos eles exprimem-se com muita mais qualidade e cuidado em espanhol, que no português da Galiza, no que qualquer cousa serve, e nada indica socialmente, nem positiva nem negativa de quem fala.

[81] Comentário humorístico sobre este feito da minha autoria, publicado no jornal A Nossa Terra naquela altura: O ASUNTO NORMATIVO São muitas as pessoas que se têm dirigido à CIG de São Caetano solicitando algumha aclaração sobre o assunto engraçado do acordo normativo *concordial*, v.g.- um Subdiretor Geral de Mergulho e Interiores com Vistas para o Mar com destino em comissão de serviços em Política Linguística, ouvido o Sr. Currás, diz-nos que os seus chefes não se aclaram, e diz, "sabendo como sei que aí tendes conexões diretas com o Mosad, e além disto, assessorais ao mediador Cabo-Verdiano para o assunto da guerra mais-do-que santa no território afegão" prego-vos que me esclareçais. Tras umha detida pesquisa, olhai o resultado:

1-Consultado o Cambrige Linguistic Atlas, o Guinnes of Knowledge, Rheinisische Zeitung –Corpus Linguarum -" e multiplas conexões na Internet, descobrimos que o galego é o português. São cientificamente duas variedades, ou falas dum mesmo diassistema: o galego-português-brasileiro, é dizer codialectos dumha mesma língua.

2- A Galiza histórica está dividida em dous estados, Hespanha e Portugal, na Hespanha os galegos (praticamente) todos são alfabetizados em espanhol e analfabetos na sua língua.

3- Na Galiza do aquém-Minho há quem defende "para que imos complicar aos galegos e galegas conhecendo a sua língua, pois se já conhecem o espanhol, e todo o que seja de interesse está em castelhano ou nele lhe virá"

4- Segundo informe da ONU, na Galiza administrativa espanhola (ainda que não o pareça) ha certa autonomia política e, claro, algumha cousa fazem em galego, vejamos que fixo essa autonomia.

a) - No ano 80-junho (BOXG nº 10) publicou umhas normas, nas que participarom todos, e forom chamadas de mínimos, pois nas mesmas se diz que pouco a pouco (a medida que nos desanalfabetizarmos) usaremos o galego bem e fetém, e poderemos ir contentos polo mundo.

não desistirão do consenso normativo. Reúnem-se de novo, a ASPG, quer dizer, o entorno Bloco, com as gentes do ILG, e aceitam capar a proposta de concórdia naqueles aspetos que fazia que as normas até daquela usadas ficaram como não normativas, reduzindo substancialmente as modificações, em muitos aspetos em inferior medida que as introduzidas na republicação do ano 92. Esta norma de concórdia, devidamente capada, foi aprovada pela RAG no ano 2003[82].

4. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO PORTUGUÊS DA GALIZA. MUDANÇAS QUE SE ALVISCAM NO FUTURO.

O acordo de governo da coligação PSOE-BLOCO tem muita referência à língua; mas as necessidades normativas da língua galega estão absolutamente ausentes, limitando-se o acordo à vontade de aplicar o Plano de Normalização que citava antes. A ausência de um compromisso para elaborar uma lei da língua nacional da Galiza, de reforma da Lei do Conselho da Cultura, e a ausência do Bloco no anteprojeto de Lei de Reforma da Lei da Função Pública, de tanta importância neste campo, falam infelizmente mal do que nos pode trazer este governo nesta matéria: a simples continuação da política de substituição só que com um sócio, se cabe na Galiza, mais *vilego*[83] e jacobino (o PSOE espanhol).

Desde o nacionalismo governante apresentam-se todas as esperanças na modificação do Estatuto de Autonomia da Galiza, de aí que para fazer uma análise de futuro, sejam os aspetos jurídicos da proposta estatutária do Bloco, como máximos da reclamação, o melhor guia. Reproduzo a seguir a análise feita por mim recentemente, posta à disposição dos cargos do Bloco, abstendo-me do estudo de aspetos políticos como são os de oportunidade ou as questões das possibilidades reais de sacar algo avante, que possa pelo menos parar a desfeita substitutiva na que vive submersa a sociedade galega.

5. ANALISE JURÍDICA DA PROPOSTA ESTATUTÁRIA DO BNG NO CAMPO DA LÍNGUA, E MEDIDAS QUE ENTENDO DEVERIAM INFORMAR O NOVO ESTATUTO.

Um estatuto autonómico é uma lei orgânica, que vai mais alo, pois forma parte do entravado constitucional. As disposições estatutárias, salvo aquelas medidas que pela sua precisão sejam imodificáveis e alicerce sobre que montar as futuras normas; não são diretamente aplicáveis senão, que o jeito como se apliquem virá estabelecido nas leis de desenvolvimento; ou até pode ser pior, pois nunca se chegarem a aplicar por não ser desenvolta a legislação que faria essas disposições reais.

Para pôr um exemplo, no Estatuto galego do 81 em vigor, no artigo 27 estabelece-se, que a Galiza se estrutura (politicamente e organizativamente) em freguesias e comarcas. Passaram 25 anos e ainda nada está desenvolto com respeito a esse mandato estatutário. Todos os elementos declarativos e enfáticos do Estatuto, são como ao final fiquem nas leis de desenvolvimento e naquelas normas que precisam e fixam as declarações enfáticas do Estatuto.

---

b). Em abril de 83 (DOG nº 36), anulam-se as anteriores normas, para não complicar a vida aos galegos e galegas. E não importa muito o galego à oficialidade, sempre que se pode come-lo caldo, o caldo da sopa boba que comem alguns com a normativa.

5- As normas de 83 foram elaboradas só polo ILG, e aprovadas pola RAG, numha sessão plenária de 10 minutos, com ausência de mais dum terço dos membros. A Academia Galega, que não o é da língua, faz o que o poder dixit.

6- O grande sucesso da norma do 83. Olhai: qualquer cousa que for espanhol é galego (pois noutro caso seria estrangeira ou portuguesa), logo vem a deriva cara o espanhol, - fonética e morfossintática -. Isso sim nas escolas aprende-se que o português é tão estrangeiro quanto o Russo. Que se passou com esta política, que além de ir a nossa língua cara abaixo, todo aquele que crê no galego não a usa: não a usam nem escritores, nem professores, nem partidos políticos galegos, nem sindicatos..., ninguém que acredite no galego a usa. Quem a defende, pois, os da sopa boba, os cicutas da norma, Paco Vasques e amigos. Onde se vai assim?

7-Como não se vai a nengures, e até parecia que o BLOCO (polo que diziam) podia governar já, e no seu programa figurava restabelecer a oficialidade das normas de consenso, (as da Xunta 1980), propõem-lhe os do ILG aos do Bloco um acordo onde se aceita algo do que figurava nas normas do 80, sem tocar a acentuação castelhana, nem a ortografia castelhana, e assim eles fazem-se da mesma vezeira, e santificam o destrabalho feito no galego.

8- Se o Bloco governasse aprovavam-se para pexar qualquer avanço, mas como não ganhou o professor Fraga, dixit, não imos mudar, nem umha vírgula, a nossa política de substituição linguística que tanto sucessso está a ter. E a singular Academia assentiu, pois tanto lhe tem o futuro do galego; e o povo, a continuar a ser analfabeto, que para algo há de servir o espanhol: para dissimulá-lo Informação proporcionada por Isaac Ibrahim, agente do Mossad infiltrado com progesterona, por não sei que de não ficar prenhado.

[82] O mais simpático do assunto, se não fosse dar-se a rendição nesta matéria do Bloco, se tivesse mantido uma atitude mais coerente, é provável que no ano 2001o poder político espanhol tivesse admitido aquele pequeno avanço normativo

[83] Vile*go*, na Galiza, apresenta-se contrário *a de aldeia*, os das vilas castelhanizados, as aldeias fieis à língua.

Na proposta de estatuto elaborada por unha comissão do BNG e posta no Parlamento a disposição dos outros grupos como elemento de debate, vou apontar todos as referencias a ver com a língua e aqueles aspetos que no debate parlamentar deverão ser completados, para tentar introduzi-las no processo de debate no relatório parlamentar; visando assim fixar uns elementos que deveriam ter um certo caráter absolutamente infranqueável para nós.

5.1. O TEXTO ESTATUTÁRIO E A LÍNGUA NACIONAL

Na proposta de Estatuto do BNG, concentra-se de jeito bastante exaustivo o tema da língua no artigo 3, ficando ao além do artigo, só aspetos que dum jeito colateral, mas que deveriam ser importantes, tocam o tema; passa um algo, como no estatuto de autonomia em vigor, que concentra o tema da língua no artigo 5 (artigo que estava copiado literalmente do Estatuto Catalão de Sau). O Artigo 3 tem 11 apartados, nos que dum jeito avançado com respeito a redação do artigo 5 atual tenta-se fixar as extremas linguísticas duma administração, e aparato público, que se entende há funcionar, e ainda mais vendo as caraterísticas sociolinguísticas da Galiza, como elemento galeguizador.

(Não vou comentar os apartados que acho não dão lugar a debate).

> *O artigo 3.1 diz: "O galego é a língua própria da Galiza. Todos os cidadãos e cidadãs têm a obriga de conhecê-lo e o direito de usá-lo"*

Simplesmente fazer um apontamento, esse apartado pode ser a trampa saduceia parlamentar para que se retirem finalmente outros apartados muito mais importantes sob a ótica de que tendo já o dever, a cousa está feita. Pois o dever, no caso de o T. Constitucional não botar um jarro de água fria ao povo galego com esse assunto[84] é algo a interpretar pelos tribunais de justiça e não pelas autoridades políticas, é dizer o Superior Tribunal de Justiça da Galiza na via contenciosa, e o Constitucional.

E poderíamos estar no paradoxo, (e a alguma sentença já ditada me remeto), de que já o cento per cem dos galegos e galegas cumpriram o dever de conhecer a língua, item mais que quase o cento per cem dos cidadãos do estado cumprirem o dever de conhecer a língua, pois o que pode ser galego nalguns casos não passa infelizmente duma modalidade dialetal do castelhano, (há quem faz castelhano até em galego). Pois numa sentença do STG do 99 fixa-se em grande medida o que é conhecer galego, como algo igual, a ser-se capaz de entender um texto galego e entender uma comunicação em galego. (e que galego?)[85] [86].

O dever está bem, quando há medidas que vão no caminho de fazer necessária a língua, para igualar o estatus jurídico dum jeito que vai cara igualdade real com a língua castelhana, porém se isso vai ser moeda de câmbio e vai servir para desfazer outras propostas mais importantes não podemos fazer aí a guerra[87].

> O apartado 3.3, diz: *"Os poderes públicos garantirão os direitos linguísticos dos galegos e galegas, potenciarão o emprego da língua em todos os campos da vida pública, cultural e informativa e disporão os médios necessários para facilitar o seu conhecimento.*
>
> *Todos os funcionários e trabalhadores ao seu serviço tenhem a obriga de o usar no desempenho das suas funções. O emprego do castelhano realizara-se a emprego de parte."*

Todo neste apartado implica desenvolvimento legislativo posterior que indicará, o como é que isso se vai levar a cabo; é dizer: uma Lei da Língua da Galiza, uma Lei da Função Pública...

[84] Na lei 3/83 de normalização linguística figurava esse dever no artigo 1º; não tivo efeito social e sim levou a um grave revés social a interpretação que fiz o constitucional no 85, quando o anulou.

[85] Porque os castelhanos não entendiam o galego dos nossos labregos do XIX como conta Pintos, para eles era o mesmo sotaque do português, que tampouco entendem. A modificação da fonética nos últimos tempos foi demolidora.

[86] Nos últimos anos o modelo ortofónico ensinado do galego baseia-se assim mesmo no do castelhano. Ao faltar um modelo culto de língua não só escrito senão tamém ortofónico, o baleiro e ocupado polo modelo da língua dominante. De facto, não é que se fale menos galego, é que a sua qualidade prosódica diminuiu radicalmente. E interessante ao respeito ler o artigo de Aracil publicado no n.º 17 da revista Agália.

[87] Recentes declarações do porta-voz parlamentar do PSOE aceitando esse dever, parecem ir nesse sentido

Acho por tanto que para dar eficácia, como logo explico, há que precisar já alguns aspetos dos citados neste apartado, noutros artigos do Estatuto.

O apartado 3.5, vem a precisar o apartado 3.3 dum jeito relevante, este apartado é mui importante, e ainda que a concretização vai dar-se no desenvolvimento legislativo posterior, mas nele estão-se fixando alicerces futuros. Cumpre já refletir esta concreção nalguns outros artigos, como logo exporei. O apartado 3.6. trata da língua nacional do ensino. Não vou citar o relevante que é o ensino no processo de socialização da língua galega, como o foi e o está sendo no processo de substituição linguística que vivemos. O feito de ser o galego língua oficial do ensino em todos os níveis educativos concretiza-se nos subapartados que vou assinalar:

a) O alunado tem o direito a receber o ensino em galego no primeiro ensino.

O facto de estabelecer que é um direito e não um dever, (os deveres são exigíveis e os direitos renunciáveis), da possibilidade ao legislador de fixar como se exerce esse direito e com quem, etc. e que falam os pais sobre direitos?

Ademais ao tratar a universalidade dos alunos nos centros e não a necessária existência de centros em galego, ligado com o direito em todos os lugares, a termos centros exclusivos em galego (direito linguístico que logo comentarei ao pedir o alargamento do apartado de direitos, junguido ao objetivo sociolinguístico da <compactação dos falantes>), faz bastante fraco este direito.

b) O pessoal docente, deverá fazer uso da língua galega no exercício das suas funções educativas conforme se estabelecer legalmente.

Este subapartado ademais de estar em condicional, assunto nada superficial em questões jurídicas, não fixa em realidade um mínimo sobre o que se construir a futura norma, em realidade está deixando todo a disposição do legislador futuro, pois esse é o sentido do CONFORME.

c) A língua galega será objeto de ensino obrigatório...

Teria muita mais força jurídica a prol do galego, estabelecer que a língua castelã será de ensino obrigatório, pois esse ensino obrigatório da língua castelã, em realidade estaria excluindo-a de ser a língua do ensino[88]. E se pormos em relação isto, com o apartado d), vemos que a língua veicular no ensino vai ser o castelhano (como é atualmente) pois, o apartado d) disse: Que *as administrações promoveram o uso progressivo do galego como língua veicular em todos os níveis educativos.*

A redação toda em condicional sem marcar nenhum mínimo ao legislador, faz que o apartado da língua galega não suponha nenhum câmbio radical do que há.

O 3.7 diz *"O conhecimento da língua galega será requerimento obrigado para o exercício na Galiza da representação política e das funções administrativas, notariais, registrais e judiciais"*. Acho que se teria que separar a função política das funções administrativas (já estão no 3.5), e notariais e judiciais (sobre todo vista a leitura no parlamento espanhol do estatuto catalão), e ligar estas últimas com os direitos dos galegos e galegas.

Este apartado ao centrar-se no conhecimento (juridicamente conhecimento e uso são cousas totalmente distintas), em realidade se não se conetar com direitos exigíveis e que devem que (in)formar as leis, está-se debilitando os apartados anteriores.

A função administrativa, ao dar aqui essa nova leitura, desconetada dos direitos linguísticos, e segundo pela difícil constitucionalidade da representação política e a simples obriga de conhecer. Já citava antes, que a obriga, segundo o Supremo Tribunal da Galiza, pode cumpri-la praticamente qualquer espanhol (sou consciente que exagero, mas é para fazer luz). Acho que na redação definitiva do estatuto o relatório parlamentar teria que regular estes aspetos nos artigos do âmbito judicial e notarial.

[88] Na proposta de Estatuto do Fórum Carvalho Calero, fórum do que sou Presidente (texto elaborado por 9 pessoas das que sete pertencem ao BNG), utilizava-se este tipo de circunlóquio reforçador indireto da língua galega, quando se sinalava por ex. que na administração garantirão-se escritórios de atendimento preferente ou exclusivo em castelhano, etc.

O apartado 3.9. Acho que em vez de dar esse grande poder a RAG, que não é unha Academia Normativa da língua, conforme aos seus próprios estatutos e por tanto juridicamente[89]. Penso que aí a redação mais acaída e que se deveria tentar no relatório parlamentar, era determinar que a RAG e as demais Instituições dedicadas ao estudo e fomento da língua e a sua padronização, e estabelecer um conselho da língua nacional (por ex. nos termos do anteprojeto de Lei de reforma do Conselho da Cultura elaborado e entregue a Conselheira), como elemento fixador do padrão. E como esse anteprojeto de lei está sem aprovar, incluir uma disposição final onde se precise esse conselho social da língua.

O 3.10 diz: *"O governo Galego fomentará o emprego do galego nas zonas galegofalantes do exterior de Galiza"* Penso que isso também há que recolhê-lo no apartado dos direitos dos galegos e galegas, neste ponto, pode ser para o relatório também de utilidade, trabalhos como os do Fórum Carvalho Calero[90].

Quiçá a palavra fomento não é juridicamente a mais acaída, pois a Galiza carece de competências nesses territórios, já que logo, este tipo de cousas há que fazê-las de forma indireta e com um respeito escrupuloso às administrações desses territórios ainda que sejam como som. O governo galego conveniará com as administrações desses territórios o respeito aos direitos linguísticos dos seus moradores.

O "Fomento" há que fazê-lo com vias indiretas, ajudas as associações, organizações e outras galegófonas desses territórios, o estabelecimento neles do sistema político galego[91] etc. Escrever o fomento nesses termos, poderia ser declarado inconstitucional.

O apartado 3.11 diz: "A língua galega, como parte do sistema Galego-português, será difundida, em toda a sua produção cultural, nos países de língua portuguesa"

Na primeira parte do apartado fai-se a única definição do galego que há no estatuto. Entendo que é mui positiva, porém o corolário a essa definição deveria ser: e as instituições galegas assinaram acordos de colaboração em matéria linguística coas autoridades dos PALOP's e solicitaram o participarem nos organismos internacionais a ver com o sistema galego-português (língua). (de aí a colaboração nos termos desse Conselho da Língua citado antes) A segunda parte do apartado a ver coa difusão, mudá-la-ia do lugar, pois como está, em realidade funciona juridicamente debilitando a definição que se acaba de fazer.

Que é difundir a língua nos países de língua portuguesa? Os leitorados de política linguística? A difusão tipo recente Expolíngua de Lisboa? Ademais como se difunde? Como parte do sistema galego-português? Além do artigo 3, centrado na língua, na proposta de Estatuto do BNG há outros artigos a tratar da língua, eis:

> *Disposição adicional segunda*
>
> *Primeiro parágrafo "O Parlamento da Galiza reclamará das Cortes gerais que declarem a língua galega idioma oficial dos órgãos centrais do estado"*

Acho que no debate do relatório parlamentar deve mudar-se, o declararem oficial dos órgãos centrais do estado, por declara-la oficial no estado. Declarar oficial no estado não tem porque significar nenhum novo estatus para o espanhol na Galiza nem para o galego em Espanha. Oficial no estado significa que os galegos e galegas podem se dirigir aos órgãos do estado na sua língua, e que nos órgãos de representação esta é língua dos mesmos.

Não que os galegos tenham direito algum a serem atendidos em galego em Madrid (O modelo europeu e mundial de reconhecimento de várias línguas oficiais num estado vai normalmente ligados ao reconhecimento de espaços territoriais próprios da de cada língua (ex. Bélgica, Suíça, Índia, Sul-África, União Europeia. O modelo distinto, no que parece estar-se pensando no caso da

[89] A forma de sinalar que o é, do seu artigo 2, em realidade tira esse valor, pois di: somo-lo porque outros o dizem (disposiçom adicional lei 3/83).

[90] O Fórum Carvalho Calero é um organismo da sociedade civil que elaborou uma proposta de reforma Estatutária que está a disposição da sociedade galega e do Parlamento da Galiza

[91] O BNG nas suas 11 assembleias nacionais leva opondo-se ao reconhecimento dos territórios da Faixa Leste como de acçom política galega, o que faz ainda mais chamativa a proposta.

proposta, só existiu na URSS e até há pouco em Canada, e que na prática enfraquecia as línguas das "minorias estaduais", mas não seria esse modelo aceitável no estado espanhol).

O Segundo parágrafo diz:

> "*Como língua da Galiza, será de uso oficial no Senado, em quanto que câmara de representação territorial, assim como, no seu caso, no congresso dos deputados. Reconhecer-se-á ademais o seu emprego pelos representantes galegos nas instituições da União Europeia como língua Oficial da mesma*".

Este segundo parágrafo está bem até o ponto onde começa o sublinhado. Porém entendo que a parte sublinhada há que suprimi-la no debate do relatório parlamentar, a não ser que se procurem pejos onde não existem. Na União Europeia são oficiais as línguas que o são nos seus estados. No 3.11 dizíamos que o galego é parte do sistema galego-português e sob essa forma mais ou menos aproximativa nada de problemas temos tido os galegos para usa-la na Europa, pois o galego sob o nome de português é língua oficial europeia.

Não vou lembrar os deputados nacionalistas no Parlamento Europeu, e pessoas por eles convidadas ao mesmo, como se exprimiram em galego sem nenhuma dificuldade. Eu próprio em Bruxelas na Direção Geral de Educação no ano 2002, reclamei intérprete de português num encontro e exprimi-me em galego sem problema algum; não ponhamos barreiras onde não as há, dando razão com este boomerang a todos os que vem defendendo no processo de substituiçom, a espanholização do galego. Pois ademais do nulo valor jurídico na matéria, que tem o facto de escrever isso no estatuto, ao ser isso uma competência da União Europeia, que já tem estabelecido numa diretiva o procedimento de oficialização, a qual diz, que são línguas oficiais as que o sejam dos estados membros.

Na Disposição adicional segunda aparece: "O parlamento da Galiza reclamará dos parlamentos das comunidades autónomas às que atualmente pertencem comarcas limítrofes de fala galega, que a declarem cooficial no território dos concelhos dessas comarcas e nos órgãos institucionais centrais das respetivas comunidades autónomas"

Parece-me excelente esta disposição adicional, que está relacionada com o artigo 3.10. Ainda que o jeito no que está redigida, pode ser melhorada. Porque só dirigir-se aos parlamentos? O Tema da Galiza negado, acho que é um no que há que ser firme e flexível a vez para ser eficaz[92]. O modelo do artigo 12 do estatuto catalám, parece excelente, eis: ***ARTICLE 12. ELS TERRITORIS AMB VINCLES HISTÒRICS. LINGÜÍSTICS I CULTURALS AMB CATALUNYA***.- *La Generalitat ha de promoure la comunicació, l'intercanvi cultural i la cooperació amb les comunitats i els territoris, pertanyents o no a l'Estat espanyol, que tenen vincles històrics, lingüístics i culturals amb Catalunya. A aquests efectes, la Generalitat i l'Estat, segons que correspongui, poden subscriure convenis, tractats i altres instruments de collaboració en tots els àmbits, que poden incloure la creació d'organismes comuns.*

5.2. OUTROS ASPETOS DO ESTATUTO PROPOSTO POLO BNG

Na proposta de estatuto há ademais em muitos apartados, carências fulcrais e falta de concreção a ver com o português da Galiza, mas acho que aqui e nesta breve nótula, ultrapassa a simples análise jurídica do que há.

6. NOTA FINAL

Neste breve trabalho não entro na situação jurídica da língua portuguesa da Galiza na Franxa Leste, por figurar segundo acredito, que entre os participantes neste Colóquio vão estar pessoas que tratarão o assunto dum jeito especializado e com mais pormenor. Finalmente a análise feita não move muito a esperança sobre o futuro do português na Galiza, mas para umas gentes ocultadas em Portugal, e para quem leva tanto tempo remando contra a corrente e sobrevivendo nalguma medida, sempre cabe a possibilidade dum milagre.

[92] Da proposta do Fórum Carvalho Calero que trata bastante estes temas pode-se tirar algumha ideia para melhorar o projeto no debate do relatório parlamentar.

18. ANTÓNIO MARIA VELOSO BENTO, (DEPT.º DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DA MADEIRA, PORTUGAL)

A LÍNGUA GALEGA: PERSPETIVA HISTÓRICA E CONTRIBUTO APARA A SUA COMPREENSÃO

Enquanto até meados ou fins do séc. XIV, podemos falar de um galego-português (Galaico-Português) devido a uma quase total identidade entre a língua de Portugal e a do Noroeste da Península, ou seja, da província da Galiza, a partir dessa altura quebra-se essa unidade e cada língua segue separadamente a sua evolução.

De facto, a falta de individualidade política da Galiza fez estagnar o Galego na sua evolução, fazendo-o sofrer uma certa influência do espanhol que todavia, não apagou o parentesco com o português.

É a partir da constituição do governo autónomo da Junta em 1981 que se estabelecem medidas para proporcionar o conhecimento e o uso do Galego.

O Estatuto de Autonomia de 1981 declara o Galego língua oficial a par do castelhano, outorgando aos cidadãos o direito de conhecer e usar o galego, e estabelece as competências do governo autónomo no uso do galego na educação.

Pode-se dizer que a comunidade Galega aspira a preservar o Galego como um símbolo da sua diferença cultural, social e histórica.

A presente comunicação pretende perspetivar a evolução histórica da língua Galega e argumentar que a preservação da língua Galega tem importantes implicações sociológicas, culturais e psicológicas para toda a comunidade Galega.

1. INTRODUÇÃO

"… o nome de Galiza substituiu ao de Gallaecia e que Galiza nace da loba romana e que se nutre dos seus úberes uberrimos".
Ricardo Calero (1981, pág. 5)

A Galicia é uma região autónoma situada a noroeste de Espanha na qual as línguas Galega e Espanhola têm um estatuto oficial. A política de Espanha confere um estatuto oficial e igual a ambas as línguas, protege o direito de todos os Galegos de usarem qualquer língua e encoraja a promoção da língua galega.

A língua galega derivou do latim no canto noroeste da Península Ibérica. Nos primórdios da Idade Média a língua galega era um meio de expressão oral naquela região e, depois, em consequência da expansão dos Reinos Católicos, na região que é atualmente Portugal.

A língua galega era, no início, como todas as línguas latinas uma língua normalizada usada por todas as classes sociais no país (Rodrigues, 1991).

A identidade também é um fator chave na manutenção da língua como se pode ver no estudo de Vega Ballesteros sobre o galego em Zamora:

> *El mantenimiento del gallego refuerza el grado de adhesión al grupo con el que está linguistica, histórica y culturalmente, es decir, con el bloque oriental gallego de la provincia de Orense y la lengua funciona como um marcador que determina la distancia com respecto a la lengua y la identidade castellano-leonesa. (1998, p. 254)*

Noções de lealdade linguística estão-se a tornar mais prevalentes ao mesmo tempo que a comunidade aspira a preservar o Galego como um símbolo da sua diferença cultural, social e histórica.

O desenvolvimento do Galego nos últimos cinquenta anos tem mudado completamente o seu prestígio de uma língua usada somente nos espaços rurais para uma língua usada nos jornais, filmes, administração e Governo.

A partir da constituição do governo autónomo da Junta em 1981 estabeleceram-se medidas para proporcionar o conhecimento e o uso do Galego.

O Estatuto de Autonomia de 1981 declara o Galego língua oficial a par do castelhano, outorgando aos cidadãos o direito de conhecer e usar o galego, e

estabelece as competências do governo autónomo no uso do galego na educação. Além disso a Real Academia Galega estabelece-se como um organismo regulador da língua galega

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Embora o galego partilhe as suas origens e desenvolvimento inicial com o Português, a independência formal de Portugal no fim do século XII efetivamente cortou o seu contacto e colaboração. Em 1095, a área que agora compreende Galiza e Portugal foi dividida em duas por Afonso VI de Castela o qual deu as terras a sul do rio Minho a Henrique de Burgandy como um dote para sua filha.

Quando o seu filho, Afonso Henriques assegurou a possessão desta terra e se proclamou primeiro rei de Portugal em 1128, um ponto de viragem na história da parte oeste da península histórica foi marcado. A partir daí, a história da Galiza passaria a ser interligada com a dos reinos das Astúrias, Leão e Castela.

Em 1143, Portugal tornou-se independente. Contudo, a Galiza permaneceu parte do Reino de Leão até à morte do seu rei Afonso IX em 1230. A subsequente ascensão ao trono do seu filho, Fernando III, Rei de Castela uniu a Galiza definitivamente ao seu Reino. A partir daí, a orientação política e linguística da região passou a ser para Este e Espanha porque se tornou integrada definitivamente com Castela e Leão.

As consequências subsequentes sociolinguísticas e linguística para a Galicia desta integração e unificação foram consideráveis. Do século XII ao século XV foi a idade áurea da literatura Galega, e a língua Galega tornou-se a língua por excelência para a poesia lírica trovadoresca através da Península Ibérica. Contudo, no fim do período medieval, a literatura galega entrou em declínio.

A nobreza da Galiza, vencida na batalha depois de apoiar os vencidos nas batalhas dinásticas pela coroa de Castela, foram despojados das suas terras pela nobreza Castelhana recentemente empossada pelo casamento entre Fernando, herdeiro da coroa de Aragão e Isabel, irmã do rei de Castela.

Conhecidos pelos Reis Católicos, a sua estratégia política era de centralizar o Estado Espanhol à volta de Castela através da monarquia absoluta, Catolicismo e imposição de uma cultura oficial castelhana e a língua castelhana em todas as regiões incluindo a Galiza. Este processo de unificação teve sucesso em restaurar a legitimidade do poder real na nobreza e pela subjugação, em parte acabou com a desordem interna entre os vários reinos dentro da Península, abrindo assim as fundações do Estado Espanhol.

Deste modo, a nobreza Castelhana, indiferente à cultura e língua galega, estabeleceram a língua Castelhana como a oficial na Galiza e como um símbolo de estatuto social para as classes dominantes. Esta imposição de uma língua estrangeira que partilhava uma origem comum no Latim levou a contactos e interferências entre as duas. Esse facto, por sua vez, teve um grande impacto no sistema fonético e lexical da variedade galega. Consequentemente, começou a diversificar-se do Português mas mantendo-se muito menos inovativo que o Castelhano.

A política intervencionista de Castela deu ímpeto ao processo de declínio do Galego nas classes altas da sociedade e impediu a consolidação do Galego como uma língua literária. De facto, durante os séculos XVI, XVII e XVIII o galego perdeu o seu estatuto social como veículo da lírica Hispânica dentro de Castela.

Enquanto a língua Castelhana se tornou consolidada e codificada, e embora a língua galega continuasse a ser o normal meio de comunicação para praticamente para toda a população local, era raramente usada na escrita. Assim, a língua tornou-se extremamente fragmentada e enfraquecida, aparecendo pelo fim do século XVI como antiquada, rústica e até cómica.

Assim, aparecendo o castelhano como a língua de prestígio e poder, as classes baixas e as populações rurais da região começaram a equacionar o seu uso do galego com o seu baixo estatuto social. Esta situação manteve-se até muito recentemente na Galiza. O castelhano era considerado dominante, usado em contextos formais e o galego, dominado, reservado para o uso dentro de casa e em contextos informais.

3. IMPORTANTES DATAS HISTÓRICAS:

Eis alguns marcos cronológicos importantes na evolução da língua galega:

1228 – Documento mais antigo escrito em galego "Foro do bo do Castro Caldelas" outorgado por Afonso IX
1905 – Criação da RAG (Real Academia Galega)
1931 – Foi criado o Partido Galeguista
1939 – Franco sobe ao poder
1975 – Morte do General Franco
1981 – Estatuto de Autonomia
1982 – Lei de Normalización Linguistica
1984 – O galego passou a ser usado no Parlamento da Galicia
1985 – Foi criada a Radio Autonômica Galega
1985 – Foi criada a Televisão Galega

Por volta de 1860, a língua galega começou a ser usada em trabalhos literários. No início de 1900, a língua galega começa a parecer em atos públicos. Finalmente, em 1936, foi elaborada legislação (Estatuto de Autonomia) garantindo um estatuto igual ao galego e ao espanhol na região administrativa.

A iniciativa legislativa foi estrangulada pela erupção da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), ao fim da qual se estabeleceu uma forte ditadura centralizada de tipo militar e patriótico (General Franco).

Foi apenas depois da morte de Franco, em 1975, e com a aprovação da Lei papar a reforma Politica de 1976 que a estrutura legal se estabeleceu para a oficialização e promoção e defesa da língua galega (assim como da língua Catalã e Basca).

Após a morte de Franco em 1975, a Galicia começou a sair da sua identidade inferiorizada como uma região retrógrada e pouco desenvolvida: a urbanização e a industrialização desenvolveram-se rapidamente e em 1978 foi ratificada a Constituição, com o estatuto de Autonomia e a criação do governo autónomo (Xunta).

O artigo número cinco do Título Preliminar do Estatuto de Autonomia define claramente as aspirações linguísticas da região:

(a) A lingua propria de Galicia é o galego
(b) Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.
(c) O s poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en tódolos planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilita-lo seu coñecemento.
(d) Ninguén poderá ser discriminado por causa da lingua

A criação das Normas Ortográficas requereu o ensino obrigatório do Galego através da região e o seu uso pelo governo e mass media, de acordo com os Artigos 12 e 18 da Lei de Normalização Linguistica:

Artigo 12: O galego, como lingua propria de Galicia, é tamén lingua oficial no ensino en tódolos niveis educativos.
Artigo 18: O galego será a lingua usual nas emisoras de radio e televisión nos demais medios de comunicación social sometidos a xestión ou competencia das institutións da Comunidade Autónoma.

A lealdade à língua é um pré-requisito indispensável para evitar a interferência e a sua subsequente mudança de valores e domínios para a variedade dominante.

O otimismo geral em relação à sobrevivência do Galego deve-se potencialmente aos esforços da Xunta em instilar o sentido de lealdade na população nos últimos 20 anos.

A perda da língua galega significaria perder uma identidade coletiva. Parece que alguma mudança em relação à reaceitação e reuso da língua Galega em domínios inicialmente reservados somente ao Castelhano está ocorrendo e a geração mais jovem está pelo menos a reconhecer o Galego como um símbolo da sua identidade regional.

4. SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Das três línguas regionais Espanholas, a galega, falada na parte noroeste da Península Ibérica, mostra a maior dimensão numérica. O galego é falado por cerca de 68.6% da região da Galiza comparado com 52% do Catalão e a menos de 30% da língua Basca (O´Donnell, 2000).

Fatores históricos, económicos e políticos influenciaram a situação sociolinguística da Galiza e causaram o seu desenvolvimento em diferentes direções das regiões Catalã e da Basca.

O isolamento da Galiza do resto de Espanha, assim como o seu pobre desenvolvimento económico fez com que a região fosse pouco atrativa para os migrantes falantes do espanhol. Estes fatores (isolamento geográfico, privação económica, pobreza e fraco desenvolvimento) favoreceram a manutenção da língua galega.

È de notar que grande progresso foi feito pelos "revivalistas" da língua galega na última parte do século XIX e primórdios do século XX que tiveram sucesso em restaurar a língua galega na forma escrita para fins educativos e literários. Os seus esforços atingiram o seu ápice em 1936 através de uma proposta de um Estatuto de Autonomia para a Galiza altura em que foi dada equiparação á língua espanhola.

Houve depois um interregno, durante a ditadura de Franco, para se reconhecerem em 1981 (transição para a democracia) diferenças regionais, culturais e linguísticas.

Há autores (O´Rourke, 2003) que argumentam que apesar da dimensão numérica dos falantes galegos, a manutenção da língua galega está longe de ser certa e definitiva. O´Rourke considera que o número decrescente dentro das novas gerações em conservarem o galego é preocupante.

Paulston (1994) apresenta um quadro concetual para a predição da manutenção ou perda de uma língua minoritária. No geral, ela afirma que os grupos étnicos dentro de um estado não moderno, dada a oportunidade e incentivo, geralmente mudam para a língua do grupo dominante.

De acordo com Paulston, tradicionalmente, estudos sobre a sociologia da língua identificaram três fatores principais que levam à manutenção de uma língua minoritária:

1) limites autoimpostos
2) isolamento geográfico e limites impostos externamente na forma de negação a cesso a produtos e serviços, especialmente, trabalho e
3) situação diglóssica onde duas línguas existem numa situação de distribuição funcional.

A segunda e a terceira - falta de mobilidade social, isolamento geográfico das áreas rurais, e persistência de uma relativamente estável diglossia, são responsabilizadas pela manutenção da língua galega através dos anteriores quatro séculos.

5. CONCLUSÃO:

Esta comunicação tinha como objetivo essencial fazer uma breve retrospetiva histórica da língua galega e refletir sobre a importância da manutenção da língua em termos culturais, ideológicos e identitários. Joshua Fishman afirma que cada língua que desaparece é uma parte importante da história que morre.

Por outro lado, ele também defende as várias vantagens para o indivíduo de manter as capacidades bilingues.

A constituição espanhola (artigo 3) é bem clara na defesa da língua galega assim como das outras línguas minoritárias. Artigo 3 da Constituição Espanhola:

> *1. O Castelhano é a língua espanhola oficial no Estado. Todos os espanhóis têm a obrigação de o saber e o direito de o usar.*
> *2. O resto das línguas espanholas também será oficiais nas suas respetivas Comunidades de acordo com os seus Estatutos.*
> *3. A riqueza das diferentes variedades linguísticas de Espanha é um património cultural e será objeto de um respeito especial e proteção.*

Numa sociedade onde duas ou mais línguas estão em conflito, se a língua menor beneficia da lealdade dos seus falantes a população envidará esforços para assegurar o direito de a usar no seu dia a dia e manterá a sua forma mais "pura" (a forma estandardizada). Assim, a língua torna-se numa questão simbólica. Se, contudo, a população como um todo, sente pouca ou nenhuma lealdade pela língua menor, então usá-la-ão cada vez menos. Por último, será ou esquecida ou relegada para o uso idiossincrático por uns poucos defensores dela.

Parece que as atitudes positivas da população e dos poderes institucionais sobre a sua língua galega têm sido um fator chave no desenvolvimento e manutenção do Galego.

6. Bibliografia

Baker, C. (1996). *Foundations of Bilingual Education and Bilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters

Beswick, J (2002). Galician Language Planning and Implications for Regional Identity: Restoration or elimination? *National Identities 4* (3).

Edwards, J. (1994). *Multilingualism*. Routledge. New York.

Fishman, J. (1980). Bilingualism and Biculturalism as Individual and Social Phenomena. *Journal of Multilingual and Multicultural Development 1*, 3-17.

Fishman, J. (1990). What is Reversing Language Sift (RLS) and how can it succeed? *Journal of Multilingual and Multicultural Development 1*, (1-2), 5-36.

Fishman, J. (1994). Critiques of Language Planning. *Journal of Multilingual and Multicultural Development 15* (1-2), 91-99.

O´Donnell, P. (2000). Crossing the Line in Quebec and Catalonia: The Consequences of the Linguistically Mixes Marriage. *Language Problems and Language Planning 24* (3), 239.

Paulston, C. B. (1994). *Linguistic Minorities in Multilingual Setting: Implications for Language Policies*. John Benjamins: Amesterdam

Rodriguez, F. (1991). *Conflito Linguístico e Ideologia na Galiza*. Laiovento, Santiago de Compostela: Espanha.

Vega Ballesteros, F. (1998). "El multilingualismoen Sanabria (Zamora). Situatión linguistica atual del Gallego Exterios". Problemas Sociolingüísticos. *Interlinguística 7*.

Touriño, A. (2002). Gallegos en Madrid: Actitudes y mantenimiento de la lengua gallega. *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos 7*

19. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ AOS 100 ANOS DA REAL ACADEMIA GALLEGA DE LA CORUÑA: WWW.LUSOGRAFIA.ORG

MAIS UMA ANÁLISE DE DISCURSO - OS 100 ANOS DA REAL ACADEMIA GALLEGA DE LA CORUÑA. Mais uma análise de discurso

Sobre os textos proferidos na «Sesión inaugural del 30 de Septiembre de 1906» realizada na «Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos» para a «Constitución de la Academia» analiso as duas tendências discursivas dominantes:

a) A representada nas palavras de Manuel Murguia, «Señor académico Presidente» e na exposição de Manuel Lago González, que poderíamos considerar "reintegracionista". Assim diz Murguia: *«[...] no se borra tan dácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de tres millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes en Portugal y sus dominios, doce en el Brasil.»*

b) A representada no «Mensaje que la Diretiva de la Asociación Iniciadora y Protetora de la Academia Gallega dirige a tan docta Corporación con motivo de su inauguración oficial» e no «Discurso del Excelentísimo Señor Don Leandro de Saralegui y Medina».

Explica la citada Diretiva:

> *«[...] la política en España, particularmente en la última década del pasado siglo, tiene el triste privilegio de representar todos los desastres que al presente afligen a la Patria, razón por la cual, [...] sería torpeza insigne llevar su maléfica influencia al único paraje a donde no deben llegar las rivalidades y ambiciones del personalismo: al umbral académico [...] Descartados, pues, por inofensivos, los ataques de los eternos enemigos del progreso moral y material de nuestra patria nativa, reconcentrad vuestras fuerzas y acometed de lleno la edificación del glorioso monumento confiado a vuestra sabiduría y patriotismo.»*

Acrunha, 27 de junho de 2006

::::::::::::::::::::::::::::::::::::::

0.- BREVE HISTÓRIA

Tomo do sítio RAG: http://www.realacademiagalega.org/ os seguintes dados:

> *A necesidade da creación dunha Academia [...] non chegará a frutificar ata o 30 de setembro de 1906, data oficial da súa constitución de iure no salón da Reunión Recreativa e Instructiva de Artesanos. [...]*
>
> *Anteriormente, no ano 1895, atopamos un antecedente próximo na constitución da Comisión Xestora para a creación da Academia Galega sobre a base dunha sociedade, Folklore Gallego, presidida por Emilia Pardo Bazán. [...]*
>
> *[A emigração] seguiu moi estreitamente a loita da cultura galega por acadar un **espazo diferenciado** no que reivindicar unha **identidade propia**. [...]*

Em 1905, Fontenla Leal e Curros Enríquez tomam a iniciativa de fundar na Havana a *Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega*, cujos correspondentes na Galiza são os integrantes da *Cova Céltica*. Manuel Murguia presidia as suas reuniões na *Livraria Regional* de Ugio Carré Aldao, situada na rua Rego de Água.

Esta primeira etapa da Real Academia Galega (1906-1923) marcada pola presidência do Patriarca non estará isenta de polémicas e duros enfrontamentos. Desde o 20 de maio de 1906 é publicado o *Boletín de la Real Academia*.

A «segunda etapa da Real Academia Galega (1923-1936)» foi presidida por «Andrés Martínez Salazar (1923) *[«astorgano pero plenamente integrado en la cultura gallega, con una importante obra en su haber y sobre todo con una extraordinaria capacidad empresarial siempre en relación con la cultura*» (J. R. Fernández B. 1986: 340)], Francisco Ponte Blanco (1923-1926), Eladio Rodríguez González (1926-1934) [«autor de importantes obras y, sobre todo, del *Diccionario de la Lengua Gallega*» (ib.)] e Manuel Lugrís Freire (1934-1935) [«*de Sada, pero incorporado al grupo intelectual de La Coruña, autor de muchas composiciones, debiendo destacarse su dedicación al teatro gallego» (ib.)].*

A terceira etapa (1942-1977), marcada pela guerra civil (1936-1939), é definida pela «semiclandestinidade»: «Acceden á presidencia Manuel Casás Fernández (1942-1960) e Sebastián Martínez Risco y Macías (1960-1977)». Do primeiro, que fora "alcalde de La Coruña" de 1915 a 1917 e de 1925 a 1927 (ib.: 401 e 406) diz o atual presidente da RAG:

> *En el año 1936, el 24 de diciembre, es nombrado accidentalmente [...], sin duda por las buenas relaciones con el nuevo régimen [...]. En 1940 pasa de Presidente accidental a Presidente Interino hasta que em 1942 adquiere la Presidencia con carácter definitivo. (J. R. Fernández B. 1986: 340)*

Na quarta etapa (1977-...) Domingo García-Sabell (1977-1997) verifica as seguintes atuações:

> *a) o acordo, no 1982, entre a Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega en materia de Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego, [...]; b) o recoñecemento á RAG na Lei de Normalización Lingüística; c) a creación, primeiro, do **seminario de lexicografía** [...] e, máis tarde, do **seminario de sociolinguística** (que realizaría o Mapa sociolíngüístico galego, [...]).*

Francisco Fernández del Riego (1997-2001) e Xosé R. Barreiro Fernández (2001-...) são os últimos presidentes da RAG.

1.- DISCURSO DOMINANTE E DISCURSO DOMINADO

1.1.- ORDENS OU MODOS DE SER

Em A. Gil Hernández 2006: 160-162, sobre as reflexões de A. Wilden (por sua vez sobre as análises de Lacan), referi a Nação à *Ordem do Simbólico*, enquanto à *Ordem do Imaginário* adscrevi o Estado (ou em geral tudo o atinente ao estado [moderno]). Tento agora concretizar essas referências e confrontá-las com os discursos sobre a *Galeguidade*, em que os textos inaugurais da RAG se acham inscritos, mas habituais na Galiza (= "Comunidad Autónoma de Galicia" [CAG], e faixa ocidental do "Principado de Astúrias" [PA] e da "Comunidad Autónoma de Castilla y León" [CACyL]; alguns incluem os "Tres Lugaris" da "Comunidad Autónoma de Extremadura" [CAE]).

As reflexões de A. Wilden induzem-me a conferir a situação sociopolítica da Galiza com os modos de ser —***real*** ou primário, ***imaginário*** ou secundário e ***simbólico*** ou terciário—, interdependentes (A. Wilden 1972.1979: 212), que, aliás, podem ser confrontados, na teoria de Charles S. Peirce, com os interpretantes dos signos icónico [***ícones***], deítico [***índices***] e linguístico [***símbolos***] respetivamente (A. Tordera 1978: 128-134); deixo o tema para outra ocasião.

1.1.1. - MODOS DE SER INDIVIDUAIS E SOCIOPOLÍTICOS

1.1.1.1. - MODO DE SER REAL

O ***modo real*** abrange o que costuma entender-se por real ou diretamente percetível. Como no estádio da história em que nos achamos é privilegiado o indivíduo e o que o indivíduo valida, julgo, ao caso, a hipótese de na Galiza tomar por reais (ainda) os fenómenos que o indivíduo assim estima.

Assinalo, entre outros possíveis:

1.º As falas galegas percebidas como diferentes das castelhanas.

2.º O povoamento rural notoriamente disperso na Galiza, a respeito do castelhano.

3.º As festas populares, a fomentarem a convivência dum jeito peculiar.

1.1.1.2. - MODO DE SER IMAGINÁRIO

O ***modo imaginário*** é «o reino das imagens, das duplicidades (da doblez, do fingimento, da hipocrisia até) e da identificação especular.» Neste modo «não há o Outro, mas apenas os outros» (A. Wilden 1972.1979: 96). A essência do modo imaginário fica expressa na disjunção *aut - aut*.

Como acima disse, do ponto de vista sociopolítico, atribuo este modo à organização estatal, que, ao caso, é o RdE, em processo avançado de "estatização nacional".

Em correspondência com os fenómenos referidos no *modo real*, assinalo:

1.º A imposição da língua castelhana como oficial do estado, factualmente nacional do RdE.

2.º. As demarcações municipais e provinciais, segundo a legalidade do RdE.

3.º. As festas nacionais, estatuídas no RdE, ultimamente o Día de la Fiesta Nacional (12 de outubro) e o Día de la Constitución Española (6 de Diciembre).

1.1.1.3. - MODO DE SER SIMBÓLICO

No ***modo simbólico*** «o sujeito pode dizer *eu*: ele ou ela passam da relação imaginária de sujeito-objeto e de objeto-objeto à que os fenomenólogos denominam *intersubjetividade* do Simbólico» (A. Wilden 1972.1979: 60). O modo simbólico fica exprimido na reciprocidade *et - et*.

Do ponto de vista sociopolítico, confiro este modo com a nação e, ao caso, com os traços nacionais que, embora definhados, ainda persistem entre as gentes galegas:

1.º A perceção de os indivíduos galegos falarem um idioma diverso da língua castelhana, embora duvidem como deva ser caraterizado.

2.º A evidência de o povoamento rural disperso distinguir, no RdE, a Galiza, apesar de não ser reconhecido no ordenamento legal espanhol.

3.º A convivência que (ainda) pervive nas festas populares, mesmo nas municipalizadas ou institucionalizadas. Curiosamente em bastantes delas é celebrado um produto próprio do lugar.

1.1.2. - "DESORDEM" INCUTIDA NOS MODOS DE SER

É comummente admitido o facto de na Modernidade o estado ser instrumento do Capital, que, ao longo do tempo, desde a Revolução industrial na Inglaterra (séc. XVIII), o configura sobre o modelo revolucionário francês (1789-1804) reformado por Napoleão (1804-1814). Seja como for, o estado moderno reordenou as relações entre pessoas para as descarnar ao jeito das relações entre objetos (A. Wilden 1972.1979: 71). A reciprocidade (*et - et*), que define o modo de ser simbólico e se patenteia nas *relações de solidariedade*, foi subsumida na disjunção (*aut - aut*), que define as *relações de poder* próprias do modo de ser imaginário, dominante no estado do Novo Regime.

As *nações*, dantes reinos coexistentes amiúde sob um mesmo monarca, ficam subordinadas aos interesses, políticos, do estado, tornado em "Nation", *per se* República, sem monarca.

Destarte, o ***modo de ser imaginário***, distintivo do *estado*, subsume e ajusta gradualmente as formas do ***modo de ser simbólico***, próprio da *nação*, de modo que a mediação, procurada e realizada nela como comunidade, fica atravancada por o *estado*, que se erige em coletividade única, excludente e digna de ser representada como tal, em razão do fim e do meio, simultâneos e absolutos. A seguir tento exemplificar o discurso sobre tal processo substitutório nalgumas citações de textos jornalísticos, publicados nos dias em que redijo estas notas.

1.º Muitos são relativos à língua castelhana, imposta na Galiza como oficial do estado e nacional do RdE, sobre a "propia", a "galega", dentre os quais apenas cito umas afirmações de Esperanza Guisán: «Cómo ser buen gallego» (LVG, 05 de julho de 2006):

> *Que se aleguen razones culturales para conservar determinadas costumbres y tradiciones me parece aceptable [...]. Pero el recurso a la descalificación moral me parece deleznable. ¿Cómo y quién puede demostrar que se es mejor gallego por hablar en gallego? ¡Como si los caciques de antes y de siempre no hablaran en gallego! ¡Como si nuestros enemigos fueran los de más allá de Piedrafita. [...] Ser buen gallego es ser ciudadano del mundo y tener las ventanas abiertas para la comunicación con todos los demás. Ello no impide que trabajemos y nos esforcemos por enriquecer la cultura, en castellano y en gallego, que hemos recibido como un legado histórico los ciudadanos nacidos en Galicia.*

2.º As demarcações municipais e provinciais do RdE foram impostas ao povoamento rural, notoriamente disperso na Galiza, em 1833. Eis alguns dos critérios com que o afrancesado Javier de Burgos y del Olmo (Motril, Granada 1778 - Madrid 1849), secretário de estado de fomento em 1833, «estableció la división territorial por provincias, basándose en los planteamientos del Nuevo Régimen pero tomando como base la antigua división en reinos de España»:

> *En el proyecto [...] subyace la idea de las provincias como estructuras territoriales, que no políticas o históricas, el diseño provincial, siendo principalmente funcional, era el reflejo de la política uniformada liberal propia de 1833.*
>
> *Su proyecto carecía de censo oficial de población [...], su aportación se reduce a su carácter de afrancesado [ao modo das prefecturas francesas] [...].*
>
> *Su criterio basado en elementos de juicio como la salubridad, la influencia de las sedes episcopales o la parcialidad de aceptar presiones de las ciudades en su lucha por la capitalidad, hacen del Real Decreto de Javier de Burgos el modelo provincial que permanece vigente en 2004. (Vid. «El siglo XIX y la revolución liberal»)*

3.º As festas nacionais, estatuídas no RdE, como podem ser o *Día de la Fiesta Nacional* (12 de outubro) e o *Día de la Constitución Española* (6 de Diciembre), opõem-se às festas populares, a fomentarem a convivência da gente.

A) Cito uma notícia em que «A Mesa critica la ausencia de la cultura gallega en fiestas» (LOC, 3 de agosto de 2006); ligam-se nela o não uso da língua "propia" e a sobreposição institucional:

> *A Mesa pola Normalización Lingüística ha denunciado la ausencia del gallego y de grupos gallegos en las fiestas. [...]*
>
> *El alcalde negó ayer las acusaciones de A Mesa y recordó que el pregón de las fiestas, a cargo de la artista Teté Delgado, fue en gallego: "Si empezamos el día 31 con Berrogüeto y ayer (el martes), que yo sepa, escuchamos un pregón en un magnífico gallego. En la inauguración de la Feria del Libro, salvo que tenga un problema disléxico, hablé en gallego", matizó Losada.*

B) Na seção «Encuesta» (LOC, 2 de agosto de 2006), à pergunta "¿Cree que un mes es demasiado tiempo para las fiestas?" Carmen Figueroa, "ama de casa", responde:

> *No sé si deberían durar más, pero yo tengo la sensación de que no son las fiestas tradicionales. Para mí no son fiestas. No hay barracas,*

únicamente conciertos. Antes la gente bajaba y tomaba algo, salían todos beneficiados. Desde los hosteleros hasta los niños, que disfrutaban más de todo.

1.2.- DISCURSOS REFERIDOS À LÍNGUA DA GALIZA

Passo a examinar os discursos sobre a língua na Galiza ("española"). Para melhor entendê-los, lembro o conceito de *língua oficial* e de *língua nacional*, que defini em A. Gil Hdez 1987: 247-334, sobre R. A. Hudson (1980.1981: 131-139) e R.E. Dowse-J. A. Huges (1972.1975: *passim*):

> A ***língua oficial*** acha-se ligada ao exercício do Poder num dado território [...]. Os seus usos, explicitamente institucionalizados, sobrepõem-se a determinados processos comunicativos e interferem os restantes; neste sentido cabe afirmar que obedece[m] a um certo *princípio de mediação*, objetivável enquanto rende efeitos de *validação jurídica aos cidadãos*. Por outro lado, a ***língua nacional*** [...] define a pertença dos indivíduos à Comunidade Linguística e garante a existência diferenciada desta num território dado. Os seus usos não apenas possibilitam a comunicação "espontânea", mas sobretudo evidenciam a solidariedade entre os usuários; neste sentido pode dizer-se que se rege[m] por um certo *princípio de imediação* (ib.: 280-281; *Vid.* 278-285).
>
> Os usos da *língua nacional* (acho) condizem com o ***modo simbólico***, que alicerça na conjunção *et - et*, até ao ponto de exprimirem a convivência entre pessoas, circunstanciadas por *relações de solidariedade*, de regra satisfatórias (ou ocasionalmente insatisfatórias).
>
> Porém, os usos da *língua oficial* quadram com o ***modo imaginário***, que se baseia na disjunção *aut - aut*. Evidencia-se neles o relacionamento dos órgãos do estado com o cidadão, cuja caraterística dominante é a abstração (ou inconcreção), a explicar e exprimir relações de poder, únicas admissíveis nos âmbitos institucionais.
>
> Apesar de o estado-RdE procurar que a *língua oficial* exerça as funções da *língua nacional*, de facto nos discursos sobre a língua, emitidos em ocasiões institucionais, prevalece a inconcreção. Em A. Gil Hernández 1984.1986: 98-120, ao examinar o discurso sobre a "língua galega", analisei duas séries de ***procedimentos retorizadores***, abstrativos, que denominei ***constritivos*** (a *elipse do agente e - ou do instrumento*, a *qualificação redutora* e a *negação* parcial) e ***translativos*** (a *metonimização* ou translação abstrativa e consequencial, e a *metaforização*).

Julguei então que esses procedimentos foram utilizados pela "filoloxía oficial", assente nas Universidades "españolas" da CAG, apenas para conformar a "língua galega" como "língua rexional". Porém, hoje acho que são também empregados para particularizar a língua oficial e nacional do RdE com a diferença, aqui só apontada, de que, aplicados à "língua rexional", ocultam traços distintivos essenciais e portanto a aviltam, enquanto, aplicados à língua oficial-nacional, a singularizam em excesso e consequentemente a magnificam.

Seja como for, esses procedimentos amostram o facto de os discursos Filológico e "filolóxico" procurarem dous géneros de legitimação: pelo primeiro, a língua castelhana fica declarada oficial e nacional do RdE; pelo segundo, a "galega", "língua de seu" não-portuguesa, é conformada como "lengua también oficial", mas de nenhum jeito língua nacional. Destarte tais discursos não apenas convêm, mas sobretudo patenteiam a "nova" organização sociopolítica do RdE, de que a CAG é parte do todo que o reino é.

Contudo, nos textos sobre a língua castelhana parecem elaborados com retorização paradoxal, porque, sendo de preferência diretivos e informativos, neles predominam procedimentos que esperavelmente seriam utilizados para exprimir as relações de solidariedade.

2.- DISCURSOS ACADÉMICOS (1906)

Passo a considerar quatro textos lidos ou ditos no ato inaugural da RAG em 30 de setembro de 1906, que distribuo em duas secções. Na primeira examino a «*Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta corporación con motivo de su inauguración oficial*» e o «*Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina*». Na segunda reflito levemente sobre o «Elogio de la lengua gallega», do Manuel Lago

González, na altura presbítero e depois arcebispo de Compostela, e sobre o «Discurso del Señor Académico Presidente», Manuel Murguia.

2.1.- TEXTOS REFERÍVEIS AO MODO DE SER IMAGINÁRIO

a) «Mensaje [da] Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...»

No início afirma-se com retórica de contundência quase militar, ao jeito do séc. XIX:

> *¡Adelante, señores Académicos! Las huestes intelectuales que foran la cruzada de patriotas, reconocen en vosotros a sus jefes irreemplazables, y al proclamaros sus caudillos invictos y rendiros acatamiento y pleitesía, depositan en vuestras manos la enseña, cuyo lema: Todo por y para la cultura de Galicia, es garantía de acierto y nuncio de visctoria en las incruentas lides modernas. (BRAG 6-7: 132)*

Imediatamente, com igual retórica, faz-se esta observação:

> *Os atribuirán finalidades políticas; tal vez designios criminales; pero esto es tan absurdo, tan inconcebible, que ni siquiera merece refutarse. Para hacer política, no es ciertamente un centro educativo lo más indicado: la política se hace en el partido, en el mitin, en la plaza pública, nunca en el sereno recinto académico, cuya atmósfera esterilizada, propia sólo para desarrollar el polen fecundo de la vida culta, rechaza como otros tantos gérmenes de muerte todo fermento de pasión y origen de disputa. (Ib.: 133)*

A oposição, genérica, de "cultura" (na letra «desarrollar el polen fecundo de la vida culta») face a "política" (cuja verificação decorre, respetivamente, no «centro educativo» e no «partido», no «mitin», na «plaza pública») e a oposição, particularizada, de «atmosfera esterilizada» face a «gérmenes de muerte» (dentre os possíveis, são citados «fermento de pasión» e «origen de disputa») permitem deixar elidida a identificação dos acusadores ao tempo que no cotexto se acumulam as metáforas relativas a «cultura» (e língua).

Nas alíneas seguintes situa-se a Galiza-Galicia no lugar nacionalitário que lhe corresponde:

> *Por otra parte, la política en España, particularmente en la última década del pasado siglo [XIX, tiene el triste privilegio de representar todoslos desastres que al presente afligen a la Patria, razón por la cual, y aunque no sea más que por eso, sería torpeza insigne llevar su maléfica influencia al único paraje a donde no deben llegar las rivalidades y ambiciones del personalismo: al umbral académico, cuya independencia de acción es garantía, la más firme, de la regeneración de nuestro pueblo, hoy por esas causas sumido en la ignorancia, desorientado, vacilante, y casi sin noción de sus deberes y derechos colectivos.*
>
> *Descartados, pues, por inofensivos, los ataques de los eternos enemigos del progreso moral y material de nuestra patria nativa, reconcentrad vuestras fuerzas y acometed de lleno la edificación del glorioso monumento confiado a vuestra sabiduría y patriotismo.*
>
> *Galicia, si quiere fijar su personalidad como región de ilustre abolengo; si, celosa de sus tradiciones, abriga la legítima aspiración de conservar su peculiar fisonomía, lo primero que necesita es unificar su lenguaje, su dulcísima habla, que de día en día va perdiendo su pureza a fuerza de mixtificarse, ya con la adopción de voces exóticas, bien con la caprichosa aplicación de los vocablos, ora con el abuso de neologismos —de procedencia dudosa—, y, sobre todo, una sintaxis arbitraria que, de no ponérsele coto, daría al traste con el idioma predilecto de Alfonso X, del Sabio. (Ib.: 133-134)*

A oposição «Pátria» [España] vs. «pátria nativa» ["Galicia"] esclarece, dentro do *modo de ser imaginário* (*aut - aut*), o lugar que ocupa a «dulcísima habla» perspetivada desde a "estatalidade", quer dizer, desde a língua oficial, a castelhana, que também não é denominada no texto:

> *Tócaos ahora entrar libremente en el ejercicio de vuestra altísima misión. Bajo el lema «Colligit, Expurgat, Innovatque», inspirándoos en sus elevados preceptos, acometeréis en primer término la formación de un Diccionario y la Gramática oficial de nuestra lengua; y tanto para éste como para los demás fines, deberéis solicitar el apoyo y protección del poder central [do RdE] que*

viene prestando, con excelente sentido nacional [de "España"], a las Academias provinciales que florecen en Andalucía, Aragón, Valencia y Cataluña. (Ib.: 134).

b) «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina»
Vale a pena ler com atenção o parágrafo inicial:

> *Galicia, tan rica en recuerdos, poseedora de tantos tesoros históricos, literarios y artísticos, tan apta para los avances de la cultura y el progreso humano, y, en una palabra, no menos digna de ser estudiada y enaltecida, por todos los conceptos, que la primera de nuestras distintas regiones peninsulares, es, tal vez, si no la última, una de las menos atendidas y más olvidadas de todas ellas, hasta el extremo de no haberse borrado todavía el común pensar y sentir del resto de España —por mucho que nos hagamos la ilusión de creer lo contrario—, las viejas y tenaces preocupaciones de que hemos sido objeto mucho tiempo y de que debiera haber desaparecido ya hasta el recuerdo. (Ib.: 141)*

Saliento a identificação, persistente hoje, de "Península" e "España", com preterição de Portugal. Aliás, "Galicia", "región española", não deve tomar-se como expressão habitual na época, mas como conceção, dominante então e hoje, do todo ("España") a incluir a parte ("región"). Por don Leandro conhecer a organização da "España" do Medievo, pode afirmar a seguir:

> *[...] Galicia no está todavía, ni con mucho, a la altura del progreso científico y literario de otros antiguos estados independientes de la Península, con los que puede y debe aspirar a competir dignamente. (Ibídem)*

Deixo de lado umas preciosas citações e transcrevo as que melhor evidenciam o meu intento:

> *Porque si no ha tenido jamás la significación política y militar de algunos otros reinos o señoríos de la España cristiana de la Reconquista y pudo haber dejado, por lo tanto, de figurar en primer término en los anales de la patria común, Galicia se relaciona por la crítica de nuestros días como uno de los principales factores de la vida nacional, bajo el punto de vista de su influencia en el proceso de la cultura y civilización ibéricas, hasta el extremo de que, sin estudiar primero los hábitos y los monumentos, las instituciones y las costumbres, la historia y la tradición del país gallego, jamás será posible remontarse al origen de muchos y muy importantes caracteres del orden social, literario y artístico de los grandes pueblos hermanos de la Península. (Id.: 144-145)*

Acabo com o parágrafo conclusivo:

> *Lejos de infundir temores de que debamos preocuparnos por un solo momento siquiera, la realización del santo ideal que perseguimos nos aproximará cada vez más, en el éxtasis de fecundas emulaciones, a las restantes provincias de España, elevando a la altura de los suyos los preciados y hoy desconocidos títulos de nuestras antiguas grandzas; rico y copioso venero de riqueza histórica y de cultura nacional que abre ancho campo a la noble ambición de la Academia Gallega, cuyos primeros frutos no han de hacerse esperar mucho tiempo [...] (Ib.: 164)*

Em suma, o discurso do modo imaginário (estado, "España") domina em todo o caso o discurso do modo simbólico (nação, Galiza), porquanto, sendo a Galiza apenas parte do estado, a entidade que lhe puder ser atribuída tem de alicerçar justamente no reconhecimento dela que fizer o estado.

2.2.- TEXTOS REFERÍVEIS AO MODO DE SER SIMBÓLICO

a) «Elogio de la lengua gallega»
Manuel Lago González, arcebispo de Compostela por entre 1924 e 1925, elevou um elogio da língua galega, de que cito alguns trechos, significativos. Diz quase no início do discurso:

> *[...] Se ha constituido esta Academia para estudiar juntamente con la Historia y la Literatura de Galicia, la Lengua dulcísima que pronuncian nuestros labios, esta lengua que por su constitución intima, si bien no por su desarrollo en el campo de las letras, me ha parecido siempre (y perdonadme si juzgáis que exagero) la más hermosa de las lenguas*

neolatinas y aun acaso la más bella de cuantas se hablan en el mundo. (Ib.: 137-138)

É desde o entusiasmo pela sua língua que deve entender-se o que, depois de fazer um breve percurso pela história da língua da Galiza, a respeito da castelhana, afirma:

> *El descubrimiento de los antiguos cancioneros gallegos ha traído al campo de la literatura y de la filología románicas tesoros de valor inapreciable, que antes sólo nos era permitido vislumbrar en una frase del Marqués de Santilhana. (Ib. 138)*

Reflete abaixo sobre as relações entre a língua nacional, a castelhana, e a "regional". A meu ver, a observação de partida, e fulcral, acha-se na seguinte observação:

> *[...] El gallego va entonces a la cabeza de la literatura del Mediodía de Europa, y de tal modo absorve las energías de la inspiración ibérica, que hasta los poetas del Cancionero de Baena rinden tributo a la lengua galaica y componen sus versos más primorosos en el habla de Macías. (Ibídem)*

A seguir aponta para a língua, símbolo da nação, capaz de ultrapassar as fronteiras e limitações do estado, como na realidade aconteceu, ao longo da história, com o Galego:

> *Con el predominio del castellano desaparece por largo espacio el gallego literario, pero la lengua se conserva pura y evoluciona poco a poco en los labios de nuestros aldeanos, y antes de surgir de nuevo ataviada con galas de fiesta, palpita de gozo, sin duda viendo como a portuguesa, su hija, adquiere grandeza y cobra bríos para dar al mundo la epopeya de O Lusíadas, que con la gloria del reino de D. Manuel esparce por las naciones civilizadas acentos y palabras y frases nacidas en el corazón de Galicia. Era un gallego nuevo, un gallego transformado el que sonaba al otro lado del Miño y subía a las tablas con Gil Vicente y a los púlpitos con Vieira, pero gallego al cabo en su origen con la mayor parte de las bellezas de la lengua galaica. (Id.: 140)*

b) «Discurso del Señor Académico Presidente»

Seja como for, é Murguia (acho) quem exprime com maior certeza as relações entre o Galego e o castelhano, enquanto língua nacional e oficial, respetivamente:

> *Nueva es la Academia, cosa naciente, de la cual el país gallego tiene derecho a esperar que a su amparo florezca cuanto es nuestro y nos pertenece en el dominio de la inteligencia, esto es, lengua, poesía, historia, arte, cuanto se relaciona con nuestro pasado, cuanto constituye nuestro presente, cuanto tiene el deber de preparar el porvenir de este pueblo combatido por los destinos contrarios. (Ib. 126)*

Murguia situa-se numa perspetiva, reiterada no discurso, que, abrangendo passado, presente e porvir, invoca a concreção, própria do modo de ser simbólico, face à abstração, caraterística do modo de ser imaginário. É nesse sentido que pode entender-se o seu intento de interpretar a «Mensaje [da] Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...». Veja-se:

> *Ellos nos lo han dicho: quieren que empecemos por el estudio del idioma que hablamos hace más de diez siglos. Hacen bien; pueblo que olvida su lengua es un pueblo muerto. Quieren asimismo que penetremos en los abismos de la producción popular gallega, pues en ellos viven todavía las creencias, los sentimientos, el alma entera de Galicia. [...] Quieren, en fin, que recogiendo las reliquias del pasado e iluminándolas con la clara luz de los conocimientos actuales, tratemos de estudiarlas y darlas a conocer, haciéndolas propias y tan amables del hombre actual como lo fueron de los que nos han precedido, una vez nos hablan con voz potente, de su pasado, —para nuestro conocimiento, más que oscuro—, pero tan lleno de la vida de nuestro pueblo, que, de conocerlas por entero, de haberlas estudiado bajo todos los aspectos, podíamos decir*

que conocíamos el alma entera de esa familia de hombres pacientes. (Ibidem)

Adiante, num como eco do discurso pronunciado nos Jogos florais de Tui (24 de junho de 1891) e para reivindicar a língua galega como nacional, torna-se em testemunha do acontecido durante o séc. XIX na Galiza, "región" duma "España" em processo de vertebração dolorosa:

> *Lo primero nuestra lengua.*
>
> *Puedo decirlo, porque de ello soy por mis años testigo irrefutable. Cuando yo era niño, todos a mi alrededor hablaban gallego. Cincuenta años bastaron para que las clases elevadas, que antes no entendían cometer falta, usando el lenguaje que todos entendían, hayan cambiado. No les bastó abandonar la casa paterna y desertar del campo de combate, sino que habiendo sido los que iniciaron este movimiento de regeneración, pusieron bien pronto entre lo que nos pertenece y los nuevos pensamientos, que vienen a ampararlo, una profunda y dolorosa barrera. Siguiéronles en esta obra de exterminio, los insensatos, el mundo oficial con su fuerza incontrastable, la ignorancia de muchos, el despego de algunos, la petulancia de unos cuantos y, sobre todo, el creciente trato con los extraños, a quienes llegamos hasta permitir que maltraten el habla de nuestros padres, cubriéndola con el lodo se sus invectivas y proclamando a cada instante que un paso más y la lengua gallega desaparece.*
>
> *No será así, no se borra tan fácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de tres millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes de Portugal y sus dominios, doce en el Brasil. No puede perecer un lenguaje que tiene una literatura gloriosa, y nombres que son orgullo de la inteligencia humana. Por eso, y para recoger en Galicia su verdadero léxico, das a conocer su gramática, y afirmar su existencia, se fundó esta Academia.*
>
> *Porque el idioma de cada pueblo es el característico más puro y más poderoso de la nacionalidad. Gentes que hablan la lengua que no les es propia, es un pueblo que no se pertenece. (Ib.: 128)*

Acho que ficou suficientemente apontado o facto de Murguia se situar no modo de ser simbólico, quando procura compreender e enaltecer a língua da Galiza ao longo da história, mas com perspetiva de futuro.

3.- ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS (PROVISÓRIAS)

Nesta comunicação ao 5º Colóquio Anual da Lusofonia: A Língua na Galiza, tentei mostrar a longa tradição dos discursos sustidos entre os interessados na Galeguidade:

> *1) Um (que não conflitua o discurso nacionalista espanhol, antes deriva dele) alicerça no modo de ser imaginário a constituir e distinguir o RdE, identificado com «la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles» (art. 2 da CE 1978). Nele se acham elementarmente inscritos a «Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega...» e o «Discurso del excmo. Sr. D. Leandro de Saralegui y Medina».*
>
> *2) Outro (baseado num discurso [re-] nacionalizador da Galiza e não raro interferido pelo anterior dominante no RdE) alicerça no modo de ser simbólico à procura de continuidade nos elementos e fatores nacionais da Galiza. Apesar da distância temporal e sociopolítica, acho representativos dele o «Elogio de la lengua gallega», de Manuel Lago González, e o «Discurso del Señor Académico Presidente», Manuel Murguia.*
>
> *3). Tristemente continuam confrontados os dous discursos, embora cada vez menos confusos. O primeiro, se não foi gerado, está assumido pelas instituições do RdE na CAG e nas «Comunidades Autónomas» limítrofes, como, aliás, era esperável e consta nos Estatutos reformados da RAG.*
>
> *4) O discurso que sustinham Manuel Lago e Manuel Murguia é hoje sustido, nem sempre com esclarecimento, por pessoas e entidades não institucionais, mas com peso na sociedade da Galiza.*
>
> *5). Acho que este é o discurso que mais simpatias suscita entre pessoas e, chegado o caso, também entre determinadas instituições da Lusofonia.*

O antropólogo Pierre Clastres publicou em 1974 *La société contre l'état*. Acho que a inversão do título resume bem o que pretendi patentear na comunicação:

É o estado o que está (sic) contra a sociedade, entendida como nação. Continuarei a refletir pela via dos comportamentos humanos.

BIBLIOGRAFIA

AGAL (1984.1986), *Atas. I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, 20-24 de setembro de 1984, AGAL, Acrunha-Ourense.

I. Alonso Estravis (1987), *Estudos filologicos galegoportugueses*, Ed. Alhena, Madrid.

J. R. Barreiro Fernández (1986), *Historia de la ciudad de la Coruña*. La Voz de Galicia, Biblioteca Gallega (Serie Nova), Acrunha.

Boletín de la Real Academia Gallega, nums. 6-7 (Acrunha, 20 de novembro de 1906). Cita-se por BRAG.

P. Clastres (1974), *La société contre l'état. Recherches d'anthropologie politique*, Les Éditions de Minuit, Paris.

R.E. Dowse-J. A. Huges (1986), *Sociología Política*, Alianza Editorial, Madrid. Versão castelhana de R.E. Dowse-J. A. Huges (1972.1975), *Political Sociology*, John Wiley & Sons, London, New York, Sydney, & Toronto.

«El siglo XIX y la revolución liberal», pode consultar-se em http://club.telepolis.com/

A. Gil Hernández (1984.1986),, «Aproximaçom à análise do[s] discurso[s] sobre a língua em textos da "filoloxía oficial" na Galiza (Traços fascistoides no discurso e prática [dos] isolacionistas sobre o galego)» in *Atas* 1984.1986: 81-126.

A. Gil Henández (1987),, «Sobre dicionarios galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravís, diretor e autor do *Dicionário da Língua Galega* comum» epílogo a I. Alonso Estravis 1987: 247-334.

A. Gil Hernández (2006),, *Temas de Linguística Política*, Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

R. A. Hudson (1981), *La sociolingüística*, Ed. Anagrama, Barcelona. Versão castelhana de R. A. Hudson (1980), *Sociolinguistics*, Cambridge University Press, Cambridge.

M. Lago González (1906), «Elogio de la lengua gallega» in BRAG: 137-141.

«Mensaje que la Directiva de la Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega dirige a tan docta corporación con motivo de su inauguración oficial» (1906), in BRAG: 132-135.

M. Murguia (1906), «Discurso del Señor Académico Presidente» in BRAG: 125-129.

L. de Saralegui y Medina (1906), «Discurso del excelentísimo señor don Leandro de Saralegui y Medina» in BRAG: 141-164.

A. Wilden (1979), Sistema y estructura. Ensayos sobre comunicación e intercambio, Alianza Editorial AU 215, Madrid. Versão castelhana de System and Structure. Essays in Communication and Exchange, Tavistock Ltd., Londres, 1972.

20. CARLOS G. FIGUEIRAS (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, GALIZA) WWW.USC.ES

A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA EDUCATIVO DA COMUNIDADE AUTÓNOMA GALEGA. UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DE FRONTEIRA.

1. INTRODUÇÃO

Por otra parte, la plena integración de España en el contexto Europeo comporta una mayor apertura y exige un mayor grado de flexibilidad del sistema educativo. Exige también que los alumnos puedan adquirir destrezas que, como la capacidad de comunicarse –también en otras lenguas-, la de trabajar en equipo, la de identificar y resolver problemas, o la de aprovechar las nuevas tecnologías para todo ello, resultan hoy irrenunciables.

Estas competencias les permitirán sacar el máximo provecho posible, en términos de formación, de cualificación y de experiencia personal, del nuevo espacio educativo europeo. Los compromisos adotados en el marco de la Unión Europea con respecto a los sistemas de educación y formación de los países miembros requieren, además, la efetiva adaptación de la realidad educativa de cada país a las nuevas exigencias, de conformidad con los procedimientos de cooperación existentes.[93]

Este trecho pertence às disposições gerais da *Ley Orgánica de Calidad de la Educación* (LOCE). Neste preâmbulo apresenta-se uma lei que tem como objetivo fundamental o aumento da qualidade do sistema educativo na medida em que impulsionará a realização pessoal e o progresso social e económico do indivíduo, aumentando desta maneira o seu bem-estar individual e o bem-estar social da comunidade.

O renovado sistema educativo pretender-se-á assim qualificador, integrador do maior número de alunos e, na medida do possível, ponte para a integração do aluno no mercado laboral. Um dos motivos fundamentais da reforma é a carência de destrezas que apresenta o alunado para o aproveitamento das novas

[93] in *Ley Orgánica de Calidad de la Educación*. B.O.E. núm. 307, 24-12-2002, pág. 45189/2002.

possibilidades que abre a integração do Estado Espanhol no novo contexto socioeconómico europeu.

Conforme com estes pressupostos, o nosso trabalho atende à conveniência da docência da língua portuguesa nos centros de ensino galegos e compara a situação do português como segunda língua no ensino secundário galego e estremenho, pois achamos que pode ser uma boa maneira de comparar a eficácia com que o sistema educativo de ambas administrações autonómicas se prepara para o aproveitamento das vantagens socioeconómicas que se lhe pressupõem ao novo marco socioeconómico nascido da Europa das eurorregiões. Posteriormente, passaremos a analisar o posicionamento e o trabalho, nos últimos anos, das associações de língua e partidos políticos na Galiza a respeito desta situação.

2. AS AJUDAS COMUNITÁRIAS, O APAGAMENTO DAS FRONTEIRAS CULTURAIS

No novo marco socioeconómico da Europa das eurorregiões, os fundos FEDER, de ajuda para o desenvolvimento das regiões europeias, cobraram uma especial importância, pois é deles que se nutre o programa INTERREG[94], orientado a disponibilizar aos estados ajudas económicas para investimentos destinados à cooperação transfronteiriça. Estas ajudas procuram eliminar as barreiras que dificultam a conversão das eurorregiões em espaços económicos homogéneos que facilitem a presença das empresas e a mobilidade dos trabalhadores entre os estados que integram estes novos espaços económicos.

Assim podemos comprovar como dentro da Vertente A, ou de cooperação transfronteiriça, do INTERREG III se encontra a seguinte disposição:

> *A cooperação transfronteiriça visa desenvolver polos económicos e sociais transfronteiriços a partir de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável. Os Estados-Membros consagram pelo menos 50% da sua dotação total INTERREG III a esta Vertente.*

Se fizermos uma análise pormenorizada do documento que regula o INTERREG III poderemos comprovar como o texto aconselha que, para além de incentivar a cooperação económica entre os estados, estes devem impulsionar uma aproximação cultural entre os territórios incluídos dentro da área da eurorregião, atendendo especialmente ao que diz respeito à formação linguística dos seus cidadãos.

A cooperação entre os estados levar-se-á também aos domínios da investigação, do ensino, da cultura e da comunicação. Assim este documento alenta para a:

> *- Criação e utilização nesses domínios de recursos conjuntos para reforçar a competitividade da zona transfronteiriça, organização de manifestações culturais (exposições, festivais) de efeitos duradouros de cooperação e emprego…*

Portanto, a situação que se nos apresenta depois da análise dos fundos europeus para a cooperação transfronteiriça dentro das eurorregiões parece muito alentadora para a promoção de destrezas que facilitem a plena ou maior integração das pessoas dentro dos novos espaços interestatais europeus, em que a LOCE justifica a necessidade da reforma do sistema educativo e promulga como um dos seus objetivos principais.

3. A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EXTREMADURA, um exemplo do aproveitamento do novo espaço socioeconómico europeu

Utilizaremos como ponto de partida para a nossa comparação o exemplo da política linguística seguida pela *Junta de Extremadura* para a língua portuguesa porque se apresenta como um modelo capaz de conjugar, dentro do ensino secundário, esses objetivos pretendidos na LOCE e os meios económicos que para a sua consecução fornecem os fundos disponibilizados pela União Europeia.

Não podemos, nem pretendemos, esquecer que a política eurorregional transfronteiriça europeia tem e depende fundamentalmente de uns objetivos meramente económicos. Mas para a consecução desses objetivos parece

[94] in http://www.ccr-norte.pt/outrosic/inteiiia.php

inegável que os cidadãos das diferentes áreas integradas dentro de projetos interrregionais devem estar capacitados para comunicar-se com fluidez (domínio linguístico) com os seus vizinhos pertencentes a outro estado, e para saber conhecê-los e compreendê-los (domínio cultural).

Nesta linha de ação enquadram-se os projetos e atividades desenvolvidas pelo *Gabinete de Iniciativas Transfronterizas* da *Comunidad Autónoma de Extremadura*:

> *Si bien es cierto que las relaciones comerciales, cada vez más importantes entre Extremadura y Portugal, constituyen una razón de peso para aprender portugués, la motivación de los extremeños no es sólo económica, sino que atualmente saber expresarse en portugués es una aptitud muy valorada en el mercado de trabajo extremeño, especialmente en el setor sanitario y en el de la hostelería y restauración*.[95]

Parece então que desde a *Junta de Extremadura* existe a vontade de ultrapassar essas deficiências de adaptação ao novo marco socioeconómico europeu, que, como o preâmbulo da LOCE aponta, sofrem os alunos do Estado Espanhol.

Se considerarmos que a política linguística da *Comunidad Autónoma de Extremadura* pode ser um exemplo a seguir no referente à eliminação de barreiras idiomáticas, não é simplesmente por uma questão de vontades ou possíveis pressupostos de atuação. Uma breve documentação sobre a questão permite-nos ver como nesta região se tem impulsionado o estudo da língua portuguesa nos últimos anos, de uma maneira eficiente do ponto de vista qualitativo e quantitativo:

> *O número de alunos de português na Extremadura cresceu, em apenas oito anos, de 467 alunos para nove mil, fazendo da região aquela que, em toda a Espanha, tem maior concentração de estudantes da língua portuguesa em toda a Espanha (66%).*[96]

> *O ensino da língua portuguesa tem aumentado nos últimos anos na comunidade autónoma da Extremadura, o que as autoridades locais justificam com a proximidade geográfica e com razões de caráter cultural e profissional.*[97]

Estes dados materializam essa vontade de interação entre culturas anteriormente citada, introduzindo no ensino secundário não só a língua europeia mais próxima geograficamente dos alunos mas também aquela que está em condições de oferecer-lhes uma melhor integração no mundo laboral. A política linguística aplicada pelo governo autonómico estremenho prioriza desta maneira os interesses meramente práticos, oferecendo dentro do desenho curricular base a possibilidade de implantação nos centros de uma cadeira optativa de língua portuguesa.

O sucesso inicial deste tipo de experiências levou à *Junta de Extremadura* a disponibilizar maiores orçamentos destinados a estas iniciativas, provindo uma parte dos mesmos dos fundos europeus e a outra da própria administração autonómica:

> *A expansão verificada, que levou à ultrapassagem da aprendizagem do Francês, levou a Junta de Extremadura a aumentar para 210 mil euros o valor do apoio concedido, sendo contemplados 101 cursos. Parte do financiamento provém de fundos do Programa Operativo de Desenvolvimento e Cooperação das Regiões Fronteiriças de Espanha e Portugal, no âmbito do Interrreg II.*[98]

Contudo, não devemos esquecer que os resultados satisfatórios obtidos com estas medidas não provêm exclusivamente da boa apresentação e publicidade destinada à sociedade que a *Junta de Extremadura* possa ter-lhes dado, pois devemos valorar também o papel ativo jogado pelos próprios recetores desta iniciativa, que faz com que a língua portuguesa se tenha situado nesta comunidade à frente de outras línguas com mais tradição dentro do sistema educativo espanhol, como pode ser o francês, que embora goze de um alto

[95] in www.gitextremadura.com/frame.asp?pagina=7&id=12
[96] in www.diariodetrasosmontes.com
[97] in www.público.pt
[98] in www.diariodetrasosmontes.com

prestígio cultural, tem para os habitantes desta região uma menor utilidade prática e objetiva.

4. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA uma aproximação ao estado da questão

De início, poderia parecer que a existência desse novo marco socioeconómico da Europa das eurorregiões e as ajudas disponibilizadas pela União Europeia para a aplicação de políticas de aproximação transfronteiriça por parte dos estados, levaria, lógica e inevitavelmente, à assunção por parte das diferentes administrações de políticas linguísticas e culturais similares à desenvolvida pela *Junta de Extremadura*.

O marco geográfico e social da eurorregião Galiza-Norte de Portugal parece equiparável ao contexto anteriormente descrito. Mas como veremos a continuação, a realidade galega é bem diferente do que inicialmente a lógica nos faria pressupor.

No dia de hoje, na Galiza, a situação do ensino do português na secundária é bem diferente do caso estremenho. Embora as condições prévias sejam similares, ou mais do que isso, melhores pela proximidade linguística existente entre as duas comunidades implicadas, encontramo-nos com que a presença da língua portuguesa nos liceus se reduz a iniciativas particulares dos centros educativos e não a iniciativas da administração.

Exemplo disto é a *Proposta para introduzir o ensino do português como segunda língua*[99], redigida em janeiro de 2001 por professores do IES Sam Paio de Tui e aprovada pelo claustro deste centro, que apontava entre as sua motivações principais a "*expansom de empresas galegas que iniciam a sua aventura em Portugal*", a saída de "*profissionais da saúde preparados nas nossas universidades [...] pola falta de oportunidades que encontram aqui [na Galiza], em oposiçom à enorme demanda que existe atualmente em Portugal*" ou o facto de que "empresas galegas radicadas aqui [na Galiza] tenham um elevado número de clientes e - ou abastecedores portugueses, o que obriga aos trabalhadores destas empresas a dominar a língua portuguesa se querem comunicar com eles com garantia de êxito".

A proposta acabou por ser aceite pela resposta da Conselharia de Educação[100] em abril de 2002 e o liceu de Tui foi o primeiro centro da Galiza em lecionar aulas de língua portuguesa acolhendo-se à inclusão da segunda língua estrangeira no catálogo das matérias optativas da ESO. A ele somaram-se posteriormente outros oito centros de primária e secundária, por vontade sempre do próprio professorado, conformando uma pequena rede que cresce lentamente e à que, no próximo ano académico, incorporará o IES compostelano Gelmires I.

A ainda reduzida presença da matéria dentro do ensino primário, sobretudo em vilas fronteiriças da província de Ourense, está impulsionada pelo Governo Português ao abrigo do programa LALO[101]. Estas aulas inicialmente destinadas para os filhos de emigrantes portugueses, contam hoje em dia com uma boa acolhida entre os alunos galegos destes centros.

O bom funcionamento das cadeiras de língua portuguesa, tanto nestes centros de educação primária como naqueles centros de educação secundária que optaram por ofertá-la pela sua própria iniciativa e sem nenhum tipo de ajuda económica por parte da administração, faz com que não pareça errado supor que é a própria administração a que deve assumir a responsabilidade da potenciação deste tipo de políticas linguísticas eurorregionais.

5. A SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA - entre o desconhecimento e desorganização

Neste trabalho apresentam-se duas respostas políticas bem diferentes para duas comunidades que apresentam uma situação socioeconómica similar, facto que afeta de maneira muito importante os alunos galegos, pois diminui o seu leque de possibilidades de acesso ao mundo laboral face às maiores oportunidades que, pertencendo todos ao mesmo estado, têm os alunos estremenhos.

[99] in http://www.agal-gz.org/noticias/2002/20020208.htm
[100] in http://sindominio.net/mdl/?sec0=cmp&sec1=uma&sec2=ptensino&sec3=doc3

[101] Programa destinado a filhos de emigrantes para proporcionar-lhes o ensino da sua língua e cultura.

Assim o que parece resultar de tudo isto é um sistema educativo desigual do que a administração autonómica galega é responsável, uma vez que não contribui para dotar os seus cidadãos das ferramentas necessárias para a sua adequada socialização dentro do novo contexto europeu.

É por isso que, ante o atual estado das coisas, deve ser o governo galego a responder ante esta situação de desigualdade. Tem-se produzido, durante os últimos anos, um certo debate entre os diferentes grupos parlamentares da câmara autonómica, como amostra do qual apresentamos a proposta não de lei feita pelo Bloque Nacionalista Galego (BNG) em 2003:

O Parlamento de Galiza insta a Xunta de Galiza a:

1.- Estudar e prever, con aplicación no curso 2003-2004, a implantación xeneralizada, nos I.E.S. e en todos os centros onde se imparte educación secundária de todo o país, o ensino, como matéria optativa, da Língua e de Literatura Portuguesa.

2.- Programar, desde a Consellaria de Educación e Ordenación Universitária, con eventual colaboración doutras Consellarias, viaxes e intercámbios escolares entre os centros de ensino da Galiza e de Portugal.

3.- Enviar aos centros de ensino secundário do noso país materiais didáticos, incluídos audiovisuais, que podan resultar de proveito para o ensino da(s) disciplina(s) mencionadas no ponto 1.

Santiago de Compostela, 3 de Febreiro de 2003
Asdo.: Maria Pilar Garcia Negro
Deputada do G.P. do BNG[102]

Mas o debate parlamentar que se seguiu a esta proposição, não contribuiu em medida alguma para aumentar a presença da língua portuguesa dentro do ensino secundário galego.

O executivo autonómico, longe de aceitar para si o modelo de política linguística eurorregional levado a cabo na Extremadura, argumentou que correspondia aos centros educativos a oferta de uma língua estrangeira, e não ao governo. Após o debate, levou-se a cabo a votação que impediu a aprovação da proposta com a abstenção dos deputados do Partido Socialista de Galicia (PSdG) e o voto em contra do Partido Popular (PP), que representava a maioria na câmara.

Em 2006, e depois de mais de um ano de governo bipartido, PSdG-BNG, não podemos falar numa mudança real da situação, pois se bem durante os primeiros meses da legislatura parecia que o novo executivo tinha a intenção de promover aulas língua portuguesa, não existem a dia de hoje medidas, nem desenvolvidas nem projetadas pela administração, para a sua promoção no ensino obrigatório.

Desta maneira, a equiparação das possibilidades entre alunos galegos e estremenhos fica a expensas do voluntarismo dos professores do ensino secundário, que sem nenhum tipo de organização, orientação ou ajuda, têm a possibilidade, que não a responsabilidade, de inverter a situação atual.

De outra parte não podemos esquecer que uma outra das hipóteses para a implantação da língua portuguesa no ensino obrigatório seria a solicitude maciça por parte da população, principalmente pelas associações de mães e pais de alunos, da abertura da cadeira nos seus centros de ensino.

Facto que se torna complicado pela falta de informação que sobre este tema existe nos meios de comunicação galegos, embora as possibilidades de trabalho a Sul do Minho continuem a crescer dia a dia.

6. PARA A SOCIALIZAÇÃO DE UMA NECESSIDADE a organização do movimento reintegracionista

Para atingir uma política linguística que coloque a língua portuguesa no sistema educativo galego, no mínimo, ao mesmo nível de promoção que na *Comunidad Autónoma de Extremadura*, parece necessário, ante a falta de compromisso da classe política, que parte da sociedade civil se empenhe na

[102] in http://www.lusografia.org/amizadegp/relatorio.htm

reivindicação dos direitos dos alunos galegos a receber a educação que melhor possa contribuir para colocá-los no mercado laboral.

É pela via da informação e a organização a este respeito que o movimento reintegracionista poderia vir a tornar-se fundamental para a consecução deste objetivo e, portanto, de utilidade evidente para o conjunto da sociedade galega. Mas nos últimos anos, os coletivos reintegracionistas não passaram, na sua maioria, de expressar publicamente o seu apoio para a implantação da língua portuguesa no ensino obrigatório, sem acometer qualquer tipo de grande campanha de promoção pública dirigida àqueles que realmente têm a chave que permitirá colocar este assunto no centro do debate político, os pais e alunos que devem exigir à administração o melhor dos sistemas educativos possíveis.

É certo que desde o ano 1998, com a sua campanha "Português no ensino desde já!", o Movimento Defesa da Língua (MDL) tentou colocar no âmbito público, com maior ou menor sucesso, o debate sobre a inclusão da língua portuguesa no ensino obrigatório, chegando a algumas escolas e liceus com material informativo e mesmo conseguindo, em 2005, depois de uma suposta manifestação de boas intenções do governo PSdG-BNG a respeito desta problemática, aumentar com o seu trabalho a atenção da imprensa para este tema.

Contudo, a reunião celebrada, a 25 de janeiro de 2006, entre a Diretora Geral da Conselharia de Educaçom e representantes do MDL, veio a confirmar que a imprensa tinha exagerado as intenções da Conselharia a esse respeito e que a possibilidade de que, em 2006, a administração fosse, por iniciativa própria, fomentar ou animar de maneira generalizada os centros para a escolha de português era inexistente, aludindo a administração dificuldades económicas derivadas da dispersão territorial da população para o desenvolvimento dessa iniciativa.

Também em janeiro de 2006, a *Confederación Intersindical Galega do Ensino* (CIG-Ensino), sindicato do âmbito do educação, anunciava uma campanha para a promoção do estudo da língua portuguesa no ensino galego centrada, inicialmente, na recolha de informação sobre a realidade atual dos estudos de língua portuguesa em território galego e os procedimento a seguir para a implantação das aulas.

Numa segunda fase, CIG-Ensino tem prevista a elaboração de um relatório encaminhado a orientar os centros com interesse em ofertar estes estudos e o envio de um inquérito aos centros em que já são ofertados que permita valorizar as possibilidades de futuro que o ensino da língua portuguesa possa ter na Comunidade Autónoma Galega.

Com este estado da questão, parece que, quer por uma ou outra razão, o grau de implicação do movimento reintegracionista, ou de outro tipo de organizações, com o ensino da língua portuguesa nos centros galegos não é, a dia de hoje, suficiente para impulsionar a petição de soluções por parte de uma população que no futuro verá, sem qualquer tipo de dúvida, como os seus filhos serão os grandes beneficiados das hipotéticas mudanças na política educativa da Junta da Galiza a respeito da língua portuguesa.

Concluímos assim animando as organizações reintegracionistas para cumprir o seu papel na sociedade galega, enfrentando o problema de maneira organizada e programática e procurando soluções úteis e em positivo que contribuam, de uma parte, para aumentar as possibilidades de trabalho dos jovens galegos e, de outra, para que no futuro, uma população melhor formada, mais culta e conhecedora da variante linguística portuguesa se implique finalmente na reintegração das falas da Galiza no sistema linguístico português.

7. LIGAÇÕES RELACIONADAS:

Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P): http: - - www.lusografia.org
Associaçom Galega da Língua (AGAL): http: - - www.agal-gz.org
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN): http: - - www.ccr-norte.pt
Confederación Intersindical Galega do Ensino (CIG-Ensino): http: - - www.cig-ensino.com
Movimento Defesa da Língua (MDL): http: - - www.mdl-galiza.org

21. GERARDO UZ (Novas da Galiza) www.novasgz.com

FAZER JORNALISMO EM PORTUGUÊS NA GALIZA,

Hoje em dia, a maioria dos meios de comunicação na Galiza são elaborados em castelhano. Os jornalistas galegofalantes não podem realizar o seu trabalho na sua língua habitual, e as instituições públicas subvencionam os média em espanhol se cobrirem uma quota de uso do galego -ou português da Galiza, pelo que este idioma fica relegado a determinadas secções ou conteúdos -cultura, formações sindicais ou entidades vinculadas com o nacionalismo.

Ambas as dinâmicas fazem com que o uso do galego na maioria dos meios fique politizado, ritualizado e marginalizado, banindo-se a sua presença de secções 'sérias', como a informação económica; 'importantes', como a política; ou 'populares', como os desportos.

No meio deste contexto hostil criou-se em 2002 o periódico 'Novas da Galiza', que no seus princípios fundacionais se define "ao serviço da liberdade de expressão, para defender o direito da cidadania à informação plural e honesta", ao serviço da cultura e das manifestações artísticas, independente, comprometido com os movimentos sociais e soberanista, quer dizer, entendendo que a soberania nacional reside no povo galego, pelo qual "alentará o debate social que conduza para a conformação do nosso país como uma nação de pleno direito na Europa".

Embora a sua equipa inicial estivesse formada sobretudo por não-profissionais, paulatinamente foi-se dando um processo de substituição das pessoas com militância política por jornalistas, e atualmente a maioria dos integrantes do projeto estão licenciados em jornalismo.

Nesta altura, o principal repto do periódico é assentar a sua presença nas zonas da Galiza onde atualmente se distribui e facilitar a sua receção por parte do público português -o 'Novas' pode ser mercado nas principais cidades do país, e uma modesta cifra de subscritores procedem de Portugal para continuar sendo um meio autogerido e autenticamente livre, para lá de continuar no caminho da profissionalização.

1.- Introdução

Devido a que o objeto desta comunicação é esboçar qual é que é a situação do jornalismo em português na Galiza, consideramos que é necessário aclarar duas circunstâncias que em boa parte estruturam este discurso.

A primeira delas, que o país chamado Galiza vive uma situação de dupla anormalidade. Por uma parte, porque está em questão a identidade do idioma, chamado de muitas formas diferentes –'galego', 'português', 'galego-português', 'português galego', 'português da Galiza', etc., cientificamente é impossível dissociá-lo da língua nacional de Portugal, mas que o *stablishment* galaico continua a considerar como 'língua de seu'.

A outra razão desta anormalidade é que a Administração galega destina despesas orçamentais a subvencionar diferentes atividades cujo objetivo for a "promoção efetiva da língua galega", chegando-se ao absurdo de não auxiliar meios de comunicação integramente escritos em galego por não se adequarem ao padrão escrito espanholizante, mas sem qualquer problema para subsidiar meios que mormente utilizam o castelhano.

A segunda das circunstâncias a aclarar, é que o jornalismo em galego – ou 'português da Galiza não deixa de ser jornalismo. Nem melhor nem pior. Isto, que parece lógico, é algo que na Galiza muitas pessoas parece que não acabam de perceber. E com o genérico 'pessoas' referimo-nos tanto a pessoas de dentro quanto de fora dos meios de comunicação que ainda hoje se admiram porque alguns profissionais escrevem informações 'sérias' em português galego.

Dizer também que nesta comunicação, com exceção de que se indicar o contrário, os termos 'galego' e 'português' serão considerados sinónimos. Portanto, quando falarmos de 'jornalismo em português na Galiza' ou 'jornalismo em galego', estaremos referindo-nos à mesma realidade.

Todavia, num dos apartados deste artigo abordar-se-á a dualidade do jornalismo em galego-isolacionista e em galego-reintegracionista; mas essa questão ficará estritamente circunscrita ao seu apartado.

2.- O galego nos meios: quota de mercado

Atualmente, fazer jornalismo em português da Galiza – independentemente de se esse 'português' seguir as normas ortográfica e morfológicas espanholizantes ou as chamadas luso-reintegracionistas- é quase impossível. Na maior parte dos meios de comunicação da Galiza, a língua veicular é o castelhano, e é a que os profissionais do jornalismo devem utilizar, e tanto faz se é a sua língua mãe ou aquela na que melhor poderiam exercer a sua competência profissional.

No melhor dos casos, o idioma fica relegado a secções com um tratamento marginal, nomeadamente Cultura. A ninguém lhe passa despercebido que isto o que faz é transmitir a ideia de que o galego não serve para fazer informações 'sérias', como as de Política ou Economia. Tampouco passou despercebida a situação para os autores do Plano de Normalização da Língua galega – ver bibliografia, que citam entre os objetivos a atingir a necessidade de "iniciar um processo de incremento anual e constante do uso do galego nos meios de comunicação públicos e privados que supere a atual situação de marginação e de acantonamento no eido cultural".

Relegar o galego a secções com pouco peso parece obedecer apenas a uma estratégia para cobrir quotas linguísticas e optar ao dinheiro público. A modo de exemplo, citar um fragmento de um editorial da Associação de Meios em Galego – consultar na bibliografia:

> "*Vivem os meios editados em galego uma anómala e paradoxal situação. São um instrumento fundamental no avance e consolidação da nossa normalização linguística e cultural mas, ao tempo, ficam fora de umas políticas governamentais a favor da normalização no espaço comunicacional que seguem a preferir como destinatários principais dos seus incentivos e ajudas os meios informativos feitos em castelhano.*
>
> *O estado de coisas tem essa anormal traça. Os meios que mais se comprometem com a normalização do galego são os mais desfavorecidos pelas políticas normalizadoras dos meios. Essa assimetria derrama muitos esforços e ilusões e enche de sem-razão as políticas que invariavelmente levam praticando os governos galegos desde 1981*".

Imagem 1.- Logótipo do Novas da Galiza.

A explicação que se dá é que os clientes – sejam os leitores - ouvintes - telespetadores ou diretamente outros meios de comunicação não demandam informação em galego. Ainda, na imprensa escrita diz-se também que o público objetivo tem dificuldades para ler galego. Um argumento muito semelhante utilizou-se em seu dia quanto começaram as emissões da CRTVG – Companhia de Rádio-Televisão da Galiza, e era habitual a gente admirar-se pelo facto de escutar galego e assegurar que lhe custava perceber o que se dizia – um choque até certo ponto lógico se pensarmos que na Galiza, durante mais de trinta anos, apenas se podia escutar rádio ou televisão em castelhano.

Seja como for, é difícil de acreditar neste argumento hoje em dia, quando faz mais de vinte anos que nos planos de estudo são obrigatórios o ensino da língua galega e o lecionamento de diferentes matérias neste idioma – ver tabela 1.

Tabela 1.- Competência linguística em galego dos cidadãos da Comunidade Autónoma da Galiza segundo os Censos de 1991 e 2001

ANO	Percebem	Falam	Leem	Escrevem
1991	96,96 %	91,39%	49,30%	34,85%
2001	99,16%	91,04%	68,65%	57,64%

Fonte: Instituto Galego de Estatística (http: - - www.ige.eu)

O que pode ser, porém, é que o público de maior idade siga sem estar afeito a ler ou escutar informação em galego. Mas a falta de costume não se deve equiparar automaticamente com rejeição. Por exemplo, na Catalunha existem

mais meios integramente em catalão dos que em galego na Galiza e, ainda, todos os meios catalães com preferência pelo castelhano designam um alto número de páginas – ou tempo de emissão no caso do audiovisual na língua vernácula. Porquê não acontece igual na Galiza? Uma das mais poderosas razões é que, contrariamente ao que vem acontecendo na Catalunha, na Galiza não houve umas elites políticas, académico-científicas e sociais comprometidas com o idioma e com o país. No caso do Executivo autonómico é tanto mais claro quando se vê a facilidade com a que meios e iniciativas em castelhano e espanholizantes recebem despesas orçamentares enquanto as autóctones e com vocação de serviço ao país devem, quase, esmolar de porta em porta.

Colocando de novo o fio de debate na porta dos meios de comunicação, é preciso lembrar que, mália aos vazios legais, os meios de comunicação recebem no Reino da Espanha a consideração de 'serviço público' – sobretudo no caso dos audiovisuais, posto que o espetro radioelétrico é "propriedade do Estado" - e contam com um regime especial dentro do que é o âmbito empresarial. Precisamente, no caso galego, ofertar informação com perspetiva galega e na língua nacional também deveria ser considerado como uma função "de serviço público", já que do que se trata é de priorizar os conteúdos de relevância para o público ao qual se pretende 'servir'. Dizer que "o público não demanda informação em galego" é subordinar o galego (-português) a regras de mercado, o qual implica uma fragrante contradição com a função de serviço público.

Ademais, também não devemos esquecer que os meios de comunicação exercem um importantíssimo papel como socializadores, mediadores e também alfabetizadores; três campos onde é necessário agir para a normalização de um idioma e, por extensão, de um país. E dizemos normalização do país, porque um país não pode estar normalizado quando a sua língua própria está marginalizada nos seus meios de comunicação, e quando essa situação está amparada direta ou indiretamente pelos poderes públicos à hora de adjudicarem subvenções.

3.- Fazer jornalismo em galego (-português): questão de militância?

Com este contexto, poder-se-ia dizer que são uns privilegiados os galegos galegofalantes que podem desempenhar a sua profissão em galego e, ainda, ganharem a vida com isso e obterem, ademais, reconhecimento; porque atualmente, as únicas possibilidades de fazer jornalismo em português na Galiza parecem ser a empresa pública galega CRTVG, iniciativas empresariais independentes – Vieiros.com, *Tempos Novos*, *A Peneira*, *Novas da Galiza*, *A Nosa Terra*-, pequenas publicações setoriais ou corporativas -como o mensal *Fouce* do Sindicato Labrego Galego ou meios que funcionam por militância e sem qualquer ânimo de lucro -como o próprio Portal Galego da Língua, www.agal.gz.org.

Precisamente, durante muito tempo fazer jornalismo em galego foi uma questão de militância. Muitas outras pessoas – não apenas jornalistas, com uma mínima sensibilidade linguística, devem optar por uma tarefa não lucrativa para desenvolvermos uma faceta da nossa profissão no idioma do nosso país. É o que se passa, em parte, com o «Novas da Galiza» ou o PGL, cujos redatores estamos aí de jeito altruísta e porque acreditamos nestes projetos como peças-chave da normalização do país e já não apenas da língua.

Isto leva a pensar que o facto de fazer jornalismo em galego continua a arrastar os velhos defeitos estruturais do passado. Entre eles, a crença de que quem faz jornalismo em galego é simplesmente por militância. Desde logo, algo disso há, posto que quem informa em galego – sabendo que não receberá facilidades e que tudo serão atrancos- é porque acredita no idioma. Ademais, muitas das iniciativas jornalísticas – com um certo sucesso em português da Galiza foram postas em andamento, nos seus duros começos, por pessoas política ou linguisticamente militantes. Mas muitas vezes a militância linguística não passou de primar a quantidade pela qualidade, em boa parte devido a que a pessoa militante deve fragmentar os seus tempos e dedicações. Cremos bem explicada esta circunstância pelo Antom Santos (2003:55-56), também redator do «Novas da Galiza»:

> "*Como militantes, somos pessoas vinculadas subjetivamente a certos processos, ligadas a estes em relaçom aos nossos tempos vitais. É mui difícil assumir este desajustamento entre tempos biográficos e tempos políticos: a nossa luita transcende-nos, é difícil enxergar desde a brevidade dumha vida a verdadeira dimensom dum êxito, soma de centenas e milhares de esforços conjugados que, de certeza, nom veremos inteiramente materializados (...)*".

Atualmente, embora exista o componente da militância –do qual não se tem porque renegar, o que se procura cada vez mais é profissionalizar estes projetos; intenta-se dignificar o idioma já não só aumentando a sua presença nas informações, mas gerando conteúdo jornalístico relevante, de qualidade, com vocação de serviço público e, na medida do possível, independente, não alienado e crítico. É isto -os factos que dignifica um idioma e dá valor agregado a um projeto.

4.- O nascimento do «Novas da Galiza»: jornalismo em português da Galiza

Se a situação já é suficientemente hostil para o jornalismo feito seguindo as normas ortográficas e morfológicas espanholizantes –suscetíveis de serem subvencionadas, mais ainda o é para uma iniciativa jornalística como o «Novas da Galiza», que não alinha com a tendência mais estendida no país de considerar as falas galegas e as portuguesas como pertencentes a idiomas diferentes –razão que automaticamente exclui esta publicação de todos os concursos públicos, como veremos.

O «Novas da Galiza» é uma publicação mensal nascida em 2002 como soma dos esforços de um conjunto de pessoas política e - ou linguisticamente militantes. O periódico definiu-se no primeiro ponto dos seus Princípios Fundacionais –ver bibliografia como um meio "ao serviço da liberdade de expressão" para "defender o direito da cidadania à informação plural e honesta". Não foi, portanto, a defesa da língua galega o primeiro dos objetivos atingir, e é aqui que começa a sua diferenciação no que diz respeito de outros projetos nascidos na militância.

A denúncia das lógicas esmagadoras do capitalismo e das suas contradições erigiu-se também como um dos sinais de identidade desta publicação. A sua renúncia de raiz à submissão a lógicas de mercado e capitalistas chega ao ponto de o periódico disponibilizar de graça todos os seus números em formato digital desde a hemeroteca da sua página web - http: - - www.novasgz.com - html - hemeroteca.html- um mês depois da saída do número.

Imagem 2.- Aspeto do sítio web do «Novas da Galiza» (www.novasgz.com), em cuja hemeroteca figuram todos os exemplares de graça.

No respeitante ao idioma, o periódico configura-se como uma publicação luso-reintegracionista, e isto deve-se perceber enquadrando-o na vontade de dedicar *"nas suas páginas (...) espaços preferentes à informação e à reflexão sobre o idioma galego-português que nos une aos países do mundo da Lusofonia"*.

Esta escolha de base provoca, por exemplo, que a nossa publicação seja automaticamente excluída de quaisquer ajudas públicas –que tampouco reclamámos, mesmo que essa decisão incumpre a letra da Lei de Normalização Linguística –ver bibliografia, cujos artigos 18 e 19 –do título quarto, referido ao uso do galego nos meios dizem assim:

> *Art.18: O galego será a língua usual nas emissoras de radio e de televisão e nos demais meios de comunicação social submetidos a gestão ou competência das instituições da Comunidade Autónoma.*
>
> *Art. 19: O Governo Galego prestará apoio económico e material aos meios de comunicação não incluídos no artigo anterior.*

A conceção linguística também suscita rechaço por parte de outras publicações que teoricamente deveriam apoiar o projeto. Como exemplo deste tipo de situações, assinalar apenas que quando a finais de 2005 se constituiu a base da «Asociación de Medios em Galego», o «Novas da Galiza» foi um dos primeiros meios de comunicação em solicitar a sua adesão.

A solicitude, por enquanto, nem foi respondida, e hoje em dia são parte da associação meios que solicitaram mais tarde a sua entrada. Duas das caraterísticas das quais mais se orgulha a equipa redatora do «Novas da Galiza» também aparecem nos princípios fundacionais. Por um lado, que se dedique "especial atenção aos movimentos sociais que com os seus atos e propostas conformam a Galiza do século XXI". Pelo outro, o facto de se alentar "o debate social que conduza para a conformação do nosso país como uma nação de pleno direito na Europa".

Nos seus inícios, como dizíamos, o projeto foi impulsionado por um grupo militante linguística e - ou politicamente. Isto condicionou, em boa medida, a inevitável vinculação do periódico com diferentes tendências políticas ou sociais, condicionando também em parte os seus conteúdos.

Isto, que pode parecer coartador para um projeto nascente, não foi tal: possibilitou que as pessoas que mais reclamavam uma publicação com o ideário do «Novas da Galiza» se achegassem com agrado a ela. Isto permitiu também a popularizar a iniciativa e a conseguir colaboradores e colaboradoras de relevância com opiniões de interesse para o nosso público.

A progressiva profissionalização que encetou o periódico levou a que na altura mais da metade da equipa redatora sejam licenciados em Ciências da Comunicação a partilharem as suas tarefas no periódico com os seus trabalhos noutros meios jornalísticos. Isto contribuiu para tirar de acima a etiqueta de "jornal linguístico" –que, em todo o caso, competiria a outras iniciativas como o Portal Galego da Língua, reafirmando a vontade de defender o idioma do país, sim, mas no possível através de uma prática profissional em galego e centrando-nos em fazer todo tipo de informações na língua do país – desde a Economia aos Desportos, passando pelo associativismo de base ou o lazer, entre outros.

Também é parte da profissionalização o reparto de tarefas –redação e fotografia, maquetação, publicidade, contabilidade, logística, etc., a coordenação da equipa através de reuniões mensais do Conselho de Redação e a gestão de subscrições e envio dos exemplares para os seus domicílios.

5.- Radiografia do «Novas da Galiza»

A mudança na estrutura redacional foi progressiva, e pode-se dizer que no segundo trimestre de 2005 começou uma nova etapa na história da publicação com o câmbio mais visível na imagem corporativa e na vertebração das secções –ver imagens 1 e 2-.

Algumas das novas caraterísticas técnicas são o passo das 16 páginas às 20 que atualmente disponibilizamos –com perspetiva de chegar às 24 em pouco tempo, de tamanho 29x40 centímetros.

A capa, a contracapa e as páginas centrais –dedicadas a reportagens de investigação vão a cor, o qual é em parte devido a que são apartados muito cuidados pelos da maquetação.

Número 27, Fevereiro de 2005

novas da galiza

número 27

Grupos normalizadores contestam novo Plano de Normalizaçom Lingüística

ENCE desiste da construçom da papeleira em Louriçam

Plano de Resíduos da Junta ignora aumento da produçom de lixo

Associaçom *A Fouce de Ouro* quer abrir centro social no Vale da Amaía

Preocupaçom no ambientalismo porque Parque das Ilhas Atlânticas será gerido pola Junta

Mais um sindicalista condenado a prisom pola greve geral de 2001

Comunicaçom: um pulo de urgência

Jorge Paços Meirol

Ente público, couto privado

Redaçom

A menos de um ano do começo das emissons do segundo canal da Televisom da Galiza e da iminente apariçom da Televisom Digital Terrestre (TDT), o controlo político que padece a Companhia de Rádio-Televisom continua, e mais vinculado que nunca com a precariedade laboral no ente público. O medo às represálias dos altos cargos da companhia anordaça umha parte importante do quadro assalariado, que nunca chega a manter umha relaçom laboral estável com a empresa, desenvolvendo, ao mesmo tempo, tarefas que corresponderiam a trabalhadoras e trabalhadores efectivos desta entidade. Entretanto, e apesar do férreo domínio da política editorial que mantém o conselheiro da Comunicaçom Social Pérez Varela, a eventual alternancia política na Junta esta a provocar movimentos entre jornalistas que se mostram agora um pouco mais próximos dos partidos da oposiçom.

PÁGINA 8

NOVAS DA GALIZA à venda nos quiosques a partir de Março

Redaçom

A partir do mês que vem o nosso jornal passará a ser distribuído em todas as vilas da Galiza. E nom só isso: com um novo formato, novos conteúdos e maior número de páginas, NOVAS DA GALIZA consegue dar um passo mais no caminho da profissionalizaçom que os nossos leitores e leitoras requeriam. O crescente número de assinantes, que tem aumentado consideravelmente nos últimos meses, nom é alheio a esta evoluçom. Tampouco o é o nosso desejo de ir construindo, pouco a pouco mas com firme vontade, um meio de comunicaçom útil ao nosso país. Por isso, a equipa humana que o elaboramos e distribuímos, queremos agradecer este pequeno salto a todas e a todos os que realmente o fizestes possível, com o vosso imprescindível contributo económico, que supom para nós um enorme apoio. Jamais poderíamos ter dado este passo sem vós. Obrigado.

Cidadania transparente na sociedade globalizada

Mais de 150 ficheiros policiais guardam informaçons pessoais de grande parte da populaçom

Redaçom

A nossa vida, mesmo aquilo que consideramos que fai parte da nossa intimidade, nem sempre fica entre as paredes da nossa casa. Porque essas paredes som de vidro para as forças policiais que armazenam informaçom sobre milhons de pessoas em dezenas de ficheiros informáticos. E se alguém pensava que era preciso cometer algum delito para figurar nestes arquivos, NOVAS DA GALIZA revela neste número o verdadeiro caracter dos mesmos. Entre muitas outras informaçons, a Direçom Geral da Polícia trabalha com dados sobre a orientaçom sexual, os passatempos, a saúde ou a filiaçom política e social de umha importantíssima parte dos cidadãos e cidadãs do Estado espanhol.

PÁGINA 10

Imagem 3.- Capa do «Novas da Galiza» n. º 27 (fevereiro-março de 2005).

NÚMERO 28 | DE 15 DE MARÇO A 15 DE ABRIL DE 2005 | 1 €

NOVAS DA GALIZA

PERIÓDICO GALEGO DE INFORMAÇOM CRÍTICA

"Cumpre aproveitar os filmes que se servem da técnica do vídeo digital, mais difíceis de controlar polo sistema"

Ramiro Ledo Cordeiro, membro do Cineclube de Compostela. | PÁGINA 16 |

A Junta abre caminho às construtoras entre jazigos romanos

ESPECULAÇOM AMEAÇA PATRIMÓNIO HISTÓRICO

M. Belaman/ H. Carballo / Bueu, um bloco de edifícios, um importante jazigo romano e um arqueólogo nada imparcial som os protagonistas de umha das histórias que hoje ocupa as nossas páginas centrais. Som histórias nada infreqüentes que costumam passar despercebidas nos meios de comunicaçom convencionais, embora as conseqüências do seu desfecho sejam gravíssimas e, pior do que isso, irreparáveis.

A que hoje desvendamos começa nos primeiros anos noventa quando Guillermo Alonso, presidente de Caixanova solicita a requalificaçom de uns terrenos na referida localidade do Morraço. Anos mais tarde, em 1999, ao vender os terrenos, o conhecido empresário assegurava à companhia compradora que nom ia ter problemas caso aparecessem restos arqueológicos no lugar, dado que esta zona fora considerada como de alto interesse arqueológico. E assim foi: os restos arqueológicos apareceram, e entre eles vestígios únicos na história da Galiza, mas a construçom continuou a andar, destruindo um importante jazigo romano graças aos contactos de Alonso na Direçom Geral de Património./ Pag. 10

Nova etapa, novas expectativas

Como anunciamos no mês passado, com este número começamos umha nova etapa da nossa caminhada. Nele encontrarás, para além dos conteúdos habituais, novas secçons que tenciona completar e ao mesmo tempo diversificar o tipo de informaçom que até agora temos vindo a vos oferecer. Assim, com mais quatro páginas, recuperamos a Cronologia e o Foi dito que tínhamos deixado de publicar a partir do número 6, imprescindíveis para recapitular as declaraçons e notícias mais interessantes de cada dia do mês. Também abrimos as nossas páginas à actualidade internacional, prestando especial atençom a todo o mundo de fala galega com as Novas de além Minho, crónica mensal que assinará Nuno Gomes, o nosso novo correspondente em Portugal. Especial mençom merece também, num jornal que se tem destacado polo seu marcado caráctere de análise política, o maior espaço com que daqui para diante contarám a cultura, os desportos ou o próprio lazer, tam indispensáveis para a construçom da Galiza que queremos. E, finalmente, aprofundazemos na nossa linha de investigaçom, com umha equipa mais especializada que continuará a adentrar-se naqueles assuntos que tantas vezes passam despercebidos noutros meios de comunicaçom. E tudo isto num formato mais profissional e ágil.

Maltratadores poderám substituir penas de prisom por cursos de reeducaçom

Poderám beneficiar os 80% dos agressores condenados, já que se vai aplicar a todos os que cumprem umha pena inferior aos dous anos de prisom. / 05

E AINDA...

REGANOSA está prestes a converter a Ría de Ferrol numha das áreas mais perigosas da Europa / 12

TRÊS PONTOS DE vista da esquerda portuguesa sobre os resultados das recentes Eleiçons portuguesas / 14

PROPOSTAS PARA o Novo Estatuto descobrem numerosas coincidências entre o BNG e o PSdG-PSOE / 07

Jornais em língua galega por Antom Fernández Escudero / 2

Um País na Janela

12 €

Imagem 4.- Capa do «Novas da Galiza» n. º 28 (março-abril de 2005).

A segunda mais a terceira página incluem um artigo de opinião –que se desenvolve na seguinte, o que chamamos 'Pelourinho do Novas' -as cartas ou

correios eletrónicos que nos chegam dos leitores e leitoras da publicação um editorial e um desenho humorístico de algum dos nossos muitos colaboradores gráficos -Suso Sanmartim, Pepe Carreiro, Pestinho +1, Xosé Lois Hermo, Gonzalo, Farruqinho, Aduaneiros sem fronteiras, etc.

Entre as páginas 4 e 7 figuram notícias de interesse nacional, ademais de uma cronologia de factos noticiosos. Na página 9 o protagonismo é para o nosso 'Foi Dito', uma recompilação de declarações, titulares ou destaques –salientáveis, curiosos ou mesmo indignantes nalguns casos que saíram durante o mês.

A modo de exemplo, reproduzimos o 'Foi Dito' do n.º 33:

"O SPIDERMAN DO VERÃO EM OURENSE VOLTA A SER DETIDO E SOMA UM TOTAL DE 35 DETENÇONS"
Faro de Vigo (cabeçalho). 09 - 08 - 2005

"UMHA VIZINHA CONSEGUE DORMIR APÓS OITO ANOS DE LUITA CONTRA O BARULHO"
El Correo Gallego (Manchete da capa). 26 - 07 - 2005

"SOMOS NOVE COMPANHEIROS QUE MANTEMOS UMHA LUITA CONTRA O ESTADO"
Um Guarda Civil Envolvido no assassinato de Roquetas de Mar. Denuncia o "abandono" que dizem estar a sofrer. 06 - 08 - 2005

"NOM PODEMOS MATAR TODOS OS NOSSOS INIMIGOS"
Bill Clinton Denuncia perante Bush o beco sem saída que é a política de guerra Total dos EUA. 09 - 08 - 2005

"SE CONTINUAREM A CHEGAR IMIGRANTES, NALGUNS SÍTIOS GANHARÁ UM LE PEN"
José María Sánchez Fornet Secretário geral do Sindicato Unificado da Polícia (SUP). 02 - 08 - 2005

"MUTISMO NA AMI [Assembleia da Mocidade Independentista] QUE PREPARA UMHA CIMEIRA APÓS O ATENTADO FALIDO"
El Correo Gallego (manchete da capa). 26 - 07 - 2005

"VERA SAIRÁ DO CÁRCERE 24 HORAS POR SEMANA PORQUE SOFRE DEPRESSOM"
La Voz de Galicia (cabeçalho sobre o ex-secretário de Estado implicado na 'guerra suja' [contra o terrorismo]. 06 - 08 - 2005

"PASSAR TEMPO FORA DE WASHINGTON DÁ AO PRESIDENTE UMHA FRESCA Perspetiva DO QUE PREOCUPA À GENTE DA RUA"
Porta-voz da Casa Branca. 03 - 08 - 2005

A página 8 está integramente dedicada a informação internacional. Nela é necessário salientar, por méritos próprios, o espaço 'Novas de Além-Minho'; paráfrase do nome da publicação -«Novas da Galiza»- e, ao mesmo tempo, ponte aberta para a realidade portuguesa mercê as colaborações dos nossos correspondentes e colaboradores lusos, como o Duarte Ferrim, o Nuno Gomes, o Rui Pereira ou o Fernando Venâncio.

O caderno central do jornal, as páginas 10 e 11, encetam a secção 'A Fundo', uma série de reportagens de investigação ou análises em profundidade sobre questões de atualidade ou sobre outras matérias que ficam silenciadas pela maioria dos meios. Como já dissemos, estas duas páginas vão a toda cor, já que se trata de um dos espaços de maior qualidade do periódico e que contribuem a dotá-lo de identidade própria. Entre as páginas 12 e 15 há ora outras reportagens, ora entrevistas, ora artigos de opinião, sobre diferentes factos da realidade -social, económica, laboral, política, linguística, educativa ou sanitária, etc. do país.

Geralmente na página 16 inicia-se a secção cultural, onde destacamos conteúdos fixos como o 'Polos olhos De', onde um pessoeiro relevante de algum âmbito da realidade galega nos recomenda um livro, um disco e uma página web; o 'De Base', que é uma notícia ou entrevista sobre algum local social ou associação - coletivo de base do país; mais uma coluna vinculada ao Portal Galego da Língua –até faz pouco da autoria do Miguel R. Penas, e na altura gerida pelo professor Valentim Rodrigues Fagim. Nos últimos números começou a publicar-

se –e com muito sucesso uma coluna sobre sexualidade que assina a nossa colaboradora Beatriz Santos.

A penúltima página dedica-se aos desportos –não apenas futebol como noutros meios; melhor dito: quase nunca o futebol é o protagonista, enquanto a última se reserva para uma entrevista em primeira pessoa –a toda cor e mais uma coluna de opinião.

Ainda, mas já fora do que seriam estritamente os conteúdos, é necessário dizer que a única publicidade que aparece em toda a publicação está nos pés das páginas. Seguindo a nossa vocação de serviço público, apenas são aceites iniciativas –a maior parte delas já 'realidades' consolidadas e com sucesso de autêntico interesse para os galegos e com vocação de serviço ao país. Falamos, por exemplo, de outros projetos comunicacionais, locais sociais, associações de base, etc.

Noutro apartado de coisas, dizíamos anteriormente que o periódico tinha nos seus inícios um público muito definido e focalizado, mas que paulatinamente o projeto se foi abrindo e popularizando. E dizíamos também que é de salientar o espaço 'Novas de Além Minho', mantido pelos nossos correspondentes e colaboradores portugueses. Pois bem, eis que como parte deste processo, o «Novas da Galiza» também tem uma modesta cifra –crescente mês a mês de assinantes em Portugal e, ainda, distribui-se em três das cidades mais importantes do país, isto é, em Braga –Centésima Página, no Porto –Livraria Utopia e Lisboa –Ler Devagar, e dentro de pouco tempo também em Coimbra.

6.- Referências bibliográficas

–

– Asociación de Medios en Galego (2006) 'Medios en galego. Editando o soño de Lugrís' – editorial da AMG. Disponível em http: - - www.vieiros.com - nova.php?Ed=1&id=50002

– Novas da Galiza (2002) 'Principios Fundacionais'. Disponível em http: - - www.novasgz.com - html - principios.html

– Santos Pêrez, Antom (2003) 'Reflexons sobre a Construçom Nacional Galega: História e Perspetivas' in *Agália – Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, n.º75-76, 55-84 .

– Xunta de Galicia (2004). 'Plan de Normalización da Lingua Galega'.

– *Lexislación*. 'Lei de Normalización Lingüística'. Disponível em http: - - www.amesanl.org - lexislacion - lei3.html

22. HÉCTOR DANIEL CANTO VEIGA (PLATAFORMA PARA A RECEÇÃO DAS TELEVISÕES E RÁDIOS PORTUGUESAS NA GALIZA)

CAMINHOS PARA A REINTEGRAÇÃO: OS MÉDIA PORTUGUESES NA GALIZA

1. Breve introdução sobre a história e a situação sociolinguística da Galiza
2. Apresentação e origens da plataforma.
3. Legalidade Europeia
4. Exemplos reais: a Suíça e a Bélgica
5. Viabilidade Técnica
6. Conclusão

1. Breve introdução sobre a história e a situação sociolinguística da Galiza

A situação do galego é complexa e por isso torna-se necessário lembrar certos dados sobre a sua realidade e história antes de fazer qualquer exposição ligada à língua.

Desde que é considerado língua e não apenas dialeto do latim – por volta do século VIII –, o galego é a língua maioritária da população da Galiza. Os acontecimentos políticos entre os séculos XI e XV colocaram o Reino da Galiza sob domínio do Reino de Castela e o Condado de Portugal – logo Reino – fora da Coroa Galega.

Os reis castelhanos fizeram uma purga da oligarquia e do clero galego e estes foram substituídos por oligarquia alheia. Isto provocou que o galego deixasse de ocupar o status de língua única da Galiza e que o castelhano passasse a ser a língua de uso administrativo.

Tal situação chegou herdada até aos nossos dias – século XXI – agravando-se, fazendo que em cidades como Vigo e Ferrol a população fosse maioritariamente castelhanofalante a começos do século XX.

Agora bem, é importante comentar pelo miúdo a evolução linguística da Galiza nos últimos cem anos. Na altura o galego era falado aproximadamente por um 95% da população, mas a péssima situação socioeconómica da Galiza, a consequente emigração maciça cara a América primeiro e cara a Europa depois,

a perseguição do regime ditatorial do general golpista Francisco Franco – originário do Ferrol – da intelectualidade galega e dos agentes sociais; e a proibição expressa do uso do galego provocaram uma perda de falantes – e de prestígio – continua até hoje.

Na atualidade o uso pleno do galego é apenas do 55 % na população da comunidade autónoma segundo os dados do Instituto Galego de Estatística – os dados de conhecimento são do 90% aproximadamente – mas este é apenas um dos problemas.

Nos últimos 30 anos vem-se produzindo um processo de não transmissão geracional, quer dizer, os pais transmitem como língua materna o castelhano sendo o galego apenas uma língua próxima, mas não própria. Isto provocou e provoca uma carência generalizada de competência linguística nas camadas etárias mais novas e uma perda de prestígio da língua e da cultura.

Aliás o galego tem, na Galiza, um status jurídico inferior ao castelhano e a sua primeira normativização plena ano 1981- foi deturpada pela intromissão política do governo da altura – do ex-ministro franquista Fraga Iribarne –. A consequência disso tal norma aproximou-se ao castelhano quando a tendência histórica e o caminho filologicamente correto era a aproximação ao padrão português.

Tampouco se reconhece a possibilidade de utilizar este padrão quando se comunicar com as instituições europeias.

A atuação do governo até 2005, quando perdeu as eleições, foi apenas de imobilismo quando não de confronto ao galego e a perda de uso tanto no âmbito cientificotécnico como doméstico foram iguais quando não catalizados para pior pela sua atividade.

Porém, o galego está a ocupar um espaço importante como língua de cultura e muitos jovens recuperam o seu uso ao chegar a uma idade de consciência da sua identidade linguística, facto que dá esperanças para a sua plena normalização.

2. Apresentação da Plataforma

A "Plataforma para a receção das televisões e rádios portuguesas na Galiza" tenciona conseguir a emissão em aberto dos canais públicos do Estado português em território galego.

A nossa plataforma está formada por um grupo de agentes do associativismo galego ligado à defesa e promoção da língua que sob este alvo concreto se une para fazer força e pressão maiores. A iniciativa tem a sua origem no ano 1992 quando no seio do MDL – Movimento de Defesa da Língua – surge a ideia de reclamar o acordado pelos Estados Membros da União Europeia na Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais. Porém, a proposta fica num segundo plano pela necessidade de priorizar outras campanhas e atividades com mais probabilidades de sucesso.

É em 2005 quando a ideia volta a tomar força. Isto acontece paralelamente a um reforçamento do associativismo galego potenciado nomeadamente pela comunicação via internet.

Para atingir um caráter mais geral apresenta-se a iniciativa como uma plataforma aberta desligada diretamente a qualquer outro organismo ou associação, embora muitos dos seus membros fossem sócios ou colaboradores do mesmo MDL – Movimento de Defesa da Língua –, da AGAL – Associação Galega da Língua - e ainda de outros coletivos.

A motivação principal que nos move é a equiparação de castelhano e galego em termos de uso dos média audiovisuais e o cumprimento – como se verá nos pontos posteriores – dos nossos direitos linguísticos. Perante a falta de iniciativa privada, a medida mais simples e rápida é a retransmissão dos média públicos portugueses na Galiza.

Atualmente só existem na Galiza 3 emissoras – uma de televisão e duas de rádio – de âmbito nacional que emitam integramente em galego, todas de titularidade pública e uma delas é apenas *rádioformula* – só emite música e programas relacionados com ela.

No entanto, existem dois canais de televisão públicos e quatro privados que estão a emitir em castelhano na Galiza. Isto se contarmos só a emissão analógica; se adicionamos a TDT – Televisão Digital terrestre –, o número é de 18 a 1 em televisão. No caso da rádio os números são semelhantes. Mais de 10 rádios estatais ou nacionais em castelhano contra 2 nacionais e em galego.

Mas não só isso, por esta via estreitaram-se as relações seculares entre Galiza e Portugal dando-lhe um sentido mais social aos projetos económicos e culturais que nos últimos anos se estão a desenvolver entre os nossos países. Também reforçaremos a unidade linguística e cultural entre galegos e portugueses.

No âmbito mais comercial aumentaremos a competência o que certamente implicará um maior esforço em criar conteúdos de qualidade e incrementar-se-á a pluralidade informativa, algo do que Galiza tem alguma carência segundo fontes da União Europeia - *Relatório do Conselho da Europa sobre o cumprimento da Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais.*

3. Legalidade Europeia

Como já se disse, os inícios da plataforma estão ligados à Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais. O português não é minoritário, nem sequer na Galiza, mas sim dentro do Estado Espanhol, e, portanto, está sob atenção da Carta e tem de ser tratada com especial cuidado.

Este documento, que foi assinado e ratificado por todos os Estados membros, recolhe uma série de medidas para a preservação num estado de total vitalidade de todas as línguas que sendo ou não oficiais em algum estado sejam minoritárias em qualquer dos Estados membros.

Interessa-nos especialmente o artigo que fala sobre os médios de comunicação e os deveres dos estados a respeito deles.

Reprodução parcial do *Ponto 2 do Artigo 11 sobre Meios de comunicação social da Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais,* Conselho da Europa. Assinada a 2 de outubro de 1992 e ratificada a 5 de novembro do mesmo ano.

> *" As partes comprometem-se a garantir a liberdade de receção direta das emissões de rádio e de televisão dos países vizinhos numa língua utilizada de modo idêntico ou próximo de uma língua regional ou minoritária, e a não se oporem à retransmissão de rádio e de televisão dos países vizinhos numa tal língua.*
>
> *Comprometem-se, além do mais, a zelar por que nenhuma restrição de expressão e à liberdade de circulação da informação numa língua utilizada de forma idêntica ou próxima de uma língua regional ou minoritária seja imposta à imprensa escrita."*

Este artigo não é era novo em 1992 dentro da legalidade europeia, mas uma adaptação da chamada Diretiva "Televisão sem Fronteiras" – Diretiva TSF – assinada em 3 de outubro de 1989, a qual tem uma série de implicações diretamente ligadas com os objetivos da nossa plataforma.

Reprodução do *ponto 1 do artigo 2º A da Diretiva 89 - 552 - CEE "Televisão sem Fronteiras"* alterada pela *diretiva 97 - 36 - CEE* do Conselho da Europa, transposta na *lei do Estado Espanhol 25 - 1994 de 12 de julho,* modificada pela *lei 22 - 1999 de 7 de junho,* ratificada em 9 de abril de 2001 – com dois anos de atraso segundo o pactuado.

> *"Os Estados membros assegurarão a liberdade de receção e não colocarão entraves à retransmissão nos seus territórios de emissões de radiodifusão televisiva provenientes de outros Estados membros por razões que caiam dentro dos domínios coordenados pela presente diretiva."*

Segundo os textos de ambos os dois documentos, a realidade nos média galegos após 15 anos deveria ser bem diferente à atual. Basta ler o relatório feito por peritos para o Conselho da Europa.

Reprodução integral da *questão 961 do apartado tal do Relatório do Conselho da Europa sobre o cumprimento da Carta Europeia para as Línguas Minoritárias*

ou Regionais no Estado Espanhol com data de 21 de setembro de 2005 que se refere ao ponto 2 (A) do artigo 11 da Carta.

"O Governo Espanhol não comentou nada sobre a receção na Galiza de programas de rádio ou televisão em português. O Comité de Peritos só recebeu informação limitada sobre este apartado, porém considera que este apartado está completado"

Este tipo de conclusões é frequente em todo o relatório e não só no apartado do galego, mas também em apartados de outras línguas.

Com estes três textos já podemos ter uma visão geral do objetivo primário e das travas ou facilidades legais às que se expõe mas cumpriria fazer referência ao *Estudo Jurídico* feito por Luís Magarinhos disponível na página da plataforma *www.tvsptnagaliza.tk*.

4. Exemplos reais: A Bélgica e a Suíça.

A hipótese que a União Europeia propõe não é nada que não fosse já posto em prática. A realidade é que tanto dentro como fora da União já se produziu antes e depois de serem redigidos ambos documentos sem necessidade de nenhuma promoção desde instituições europeias.

Na Suíça, provavelmente o país mais avançado em termos de sociolinguística aplicada, recebem-se livremente emissoras de rádio e televisão da Alemanha, da França, da Áustria e da Itália.

A Suíça está dividida administrativamente em cantões. Com o passo do tempo esta divisão coincide quase exatamente com a distribuição linguística atual. Nos quatro cantões mais ocidentais fala-se francês, nos nove centrais alemão, a língua maioritária da Suíça e nos dois restantes, os que ocupam a esquina suloriental, fala-se romanche e italiano.

No decénio de 80 do passado século começaram a emitir em aberto as principais emissoras de televisão da França e da Alemanha para favorecerem o sentimento de unidade linguística e darem um serviço que os países não eram capazes de gerar por sim mesmos.

O sucesso do experimento foi tal que com o tempo adicionaram-se mais emissoras e abriu-se a possibilidade às emissoras italianas. Aliás as empresas com maiores possibilidades começaram a oferecer informação exclusiva de e para a Suíça e foram criados programas específicos. Hoje em dia são incontáveis as emissoras não nacionais que emitem no país.

Um caso mais próximo e mais interessante é o da Bélgica, já que como Espanha e Portugal, é membro – aliás fundador – da União Europeia. Na Bélgica produzem-se duas circunstâncias que diferem enormemente do que ocorre cá na Galiza.

A situação sociolinguística da Bélgica é algo mais simples que a da Suíça. Basicamente a região norte, Flandres, é de fala neerlandesa, dialetalmente denominada flamengo; a região sul, a Valónia, é de fala francesa, dialetalmente conhecida como valão (omitimos as regiões de contacto linguístico).

Aliás, na zona limítrofe com a Alemanha fala-se alemão – e é oficial em todo o Estado –, embora os alemães são um grupo minoritário a respeito dos dois anteriores. Pode-se ver rapidamente o paralelismo, nomeadamente, com o alemão: o português falado na Galiza, dialetalmente conhecido como galego é um dos quatro idiomas oficiais do Estado Espanhol.

A primeira das circunstâncias especiais da Bélgica é que as emissoras públicas emitem nos três idiomas oficiais do Estado sem que nenhum dos três prevaleça sobre os outros. A segunda é que existem emissoras transfronteiriças para os três grupos de falantes e como na Suíça atingiram produção própria devido às altas quotas de audiência.

5. Viabilidade técnica.

Uma vez vista a possibilidade de uma emissora transmitir legalmente além-fronteiras estatais e de comprovar dois casos reais, recentes e com uma casuística bem-parecida à galega, surgem as dificuldades técnicas que pode

produzir a retransmissão radioelétrica dum canal de televisão ou rádio. De forma didática iremos expondo e resolvendo cada um dos impedimentos que se puderem produzir.

Comecemos pelos já resolvidos. A questão legal seria um dos impedimentos primários, mas como se comentou no ponto 2 o quadro jurídico europeu não impede que a emissão transfronteiriça se produzir, mas é promovido legal e institucionalmente tanto se houver ou não motivos linguísticos pelo meio.

Junto à legalidade estrita pode aparecer o problema, também jurídico, da publicidade, mas já houve pronunciamentos do Tribunal de Justiça Europeu que apoiam a tese da retransmissão transfronteiriça sempre que as emissões tanto correntes como publicitárias cumpram as leis de âmbito estatal do Estado recetor tais como o são as de proteção do menor.

O seguinte ponto que poderia ser um contratempo é o do comprimento e a excessiva ocupação do espaço radioelétrico do Estado Espanhol. Mas não é o caso. Na Espanha existem atualmente – em 2006 dois tipos de emissão, analógica e digital, tanto para rádio como para televisão.

Recentemente foi ligeiramente ampliado o número de licenças analógicas – é importante dizer que a emissão analógica de televisão vai ser eliminada em 2010 – e aberta a venda de licenças de emissão para a rádio e a televisão digitais.

Para que os canais portugueses retransmitirem na Galiza é importante a aparição da emissão digital, pois no espaço que ocupa um canal analógico de televisão podem ser introduzidos quatro ou cinco digitais, de facto a licença base para o formato digital é de quatro canais por emissora e não de um.

Aliás, os chamados tecnicamente "canais" são colocados, no formato analógico, adjacentes com um canal vazio no meio por motivos de segurança enquanto a interferências. No caso digital este espaço não é necessário graças à precisão da emissão. Pode ser referido também o facto de que canais sem licença estão a emitir nestes canais intermédios sem causarem nenhum problema de emissão e sem que as autoridades fizessem nada por eliminá-los.

Surge assim a hipótese de que – as três empresas que emitem os quatro canais no espaço público e estatal da televisão portuguesa – ano 2006 – obtenham uma licença própria para assim evitarem qualquer tipo de atraso legal que puder provocar a oposição do governo do Estado Espanhol num suposto de isto se produzir.

Esta hipótese perde importância ao recordarmos o ponto 2 sobre a legalidade europeia. Não é necessário que uma empresa extraestatal sufra os requisitos próprios de um concurso de licenças rádiotelevisivas, mas apenas a exigência de cumprir a legalidade estatal vigente.

Tornando ao fio da exposição, o problema de espaço radioelétrico só afeta diretamente à televisão enquanto o espaço reservado para a radiodifusão na Galiza está suficientemente vazio para que isto não supor nem sequer uma preocupação.

Seguindo uma ordem semelhante ao caminho que leva um sinal desde onde for gravado a onde for ouvido ou visto, o seguinte passo seria a emissão física do sinal. Para isto são necessários uma série de "repetidores" – antenas para a repetição do sinal – que recolham o sinal vindo duma estação anterior, o processem e o re-emitam ao território que lhe for assignado.

Existem dois tipos básicos de "repetidores": os que só emitem sinal a uma zona concreta e os que, aliás, enviam o sinal a outro repetidor para que este o utilize também. Então cria-se uma hierarquia de repetidores do sinal ao qual por singeleza não adicionamos os satélites já que a proximidade entre a Galiza e Portugal faz desnecessário este método.

Também existe a possibilidade de ligar estes dispositivos via fibra ótica e assim diminuir a perda de qualidade pela sua transmissão pelo ar e a combinação com todo tipo de interferências.

O facto é que perto – relativo à emissão de sinal radioelétrico – das zonas limítrofes entre a Galiza e Portugal existem repetidores que poderiam conetar-se de modo que os portugueses enviaram aos galegos o sinal que estes re-

enviariam por toda a rede galega de repetidores. Outro ponto forte é que a maioria dos repetidores da Galiza está sob o controlo de uma empresa de titularidade pública chamada RETEGAL S.A a qual só teria que aguardar qualquer ordem do governo galego para o levar à prática.

Sendo mais precisos, o mais singelo seria enviar o sinal – via satélite, re-emissores ou fibra ótica até o centro principal de emissões radioelétricas da Galiza e desde lá seguir o caminho habitual de propagação.

6. Conclusão

Uma vez vistos os três parâmetros básicos ligados à mais do que possível retransmissão das televisões e rádios portuguesas na Galiza – linguístico, jurídico e técnico – só nos resta por expor o quarto, o político.

Mas só cabe dizer que cumpre pressionar e fazer ver às instituições e aos nossos representantes públicos as possibilidades e interesses da nossa proposta.

Só e preciso ver que, enquanto na maior parte de Portugal se pode ver a televisão pública galega e os canais analógicos espanhóis, na Galiza não há nenhuma bondade para que o contrário se produzir.

Tanto neste como em muitos outros problemas existentes na Galiza, estão por detrás: a) a imobilidade da sociedade, herança do medo da ditadura; e b) a deixadez dos governos estatal e autonómico enquanto atingirem realmente os problemas da Galiza. Aliás, quando se fala da língua da Galiza a deixadez torna-se mesmo em oposição.

Portanto, é necessário agir com determinação, mas com prudência e pressionar, quando não exigir, que os nossos direitos sejam cumpridos.

23. ISAAC ALONSO ESTRAVIZ (UNIVERSIDADE DE VIGO, GALIZA) WWW.AGAL-GZ.ORG WWW.AGAL-GZ.ORG - ESTRAVIZ

DICIONÁRIO ELETRÓNICO E-ESTRAVIZ

1. 0. De NOS a ALHENA. Um pouco de História

1.1.

Quando em 1977 terminava os meus estudos de Românicas, a pesar de serem muito boas as ofertas por parte de Universidade, decidi dedicar-me pola minha conta à investigaçom. Queria fazer um estudo comparativo entre textos medievais da parte galega e da portuguesa para assim elaborar uma gramática e depois dedicar-me a um grande dicionário. As cousas nom correram como esperava e abandonado o primeiro projeto por falta de meios como os que há hoje, entreguei-me de cheio ao dicionário.

1.2.

Um dia apareceu pola minha casa Ramom Akal pedindo-me um dicionário galego-espanhol. Eu neguei-me a esse tipo de dicionário e ofereci-lhe outra hipótese, um dicionário galego em galego. Cristina, sua mulher, apoiou a minha ideia e ficamos em que iniciava o trabalho com uma equipa imediatamente.
Ele comprometera-se em pagar-me mensalmente uma quantidade para poder dedicar-me a tempo completo ao lavor encomendado. Estávamos a primeiros de junho de 1979.
Reuni-me em Santiago com um grupo de pessoas para expor-lhes o projeto e ver com quem podia contar. Depois de várias viagens e quando já estávamos em andamento Akal nom dava sinais de vida.
Apareceu por Madrid Bieito Ledo, gerente de Galáxia, falamos do trabalho e ele tomou muito interesse e inclusive me ofereceu melhores condições económicas.
Foi entom que lhe dirigi uma carta a Akal para que se decidisse de uma vez ou se nom rompíamos a palavra dada. A sua resposta foi que nom lhe interessava.

1.3.

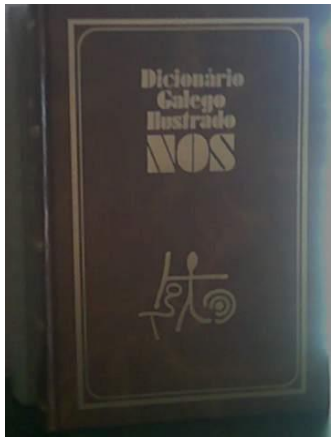
Eu queria empregar na elaboraçom do dicionário uma ortografia próxima à portuguesa, como a do atual e-Estraviz, que já vinha empregando, como posso provar em escritos de fevereiro e setembro de 1978, mas foi impossível no contrato verbal com Akal e depois no escrito com Galáxia.
Tinha que ser na ortografia que se estava a elaborar pola Comissom de Linguística. Como nom havia outra hipótese, aceitei com a condiçom de que entre parêntese iria a ortografia histórica. Deste jeito achava que podia salvar a minha dignidade de filólogo. Nisto tive reparos por parte de algum dos colaboradores que depois aceitaram sem o discutirmos mais.
E assim foi aceite por Ramom Pinheiro que naquela altura tinha certa simpatia para os portugueses e mesmo sentia um grande orgulho de ter conseguido que a literatura galega tivesse cabida no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*[103] . Inclusive me salientava como o adjetivo *Galega* estava antes do que *Brasileira.*
Um dia chegou a contar-me, cheio de alegria e orgulho, que estivera no Brasil proferindo uma palestra perante um grande auditório. Ele falava em galego. Depois de hora e meia de estar falando em galego um dos ali presentes pediu-lhe que lhes falasse um bocadinho em galego para ouvir como soava! O interveniente achava que estivera a falar em português e eu - disse-me ele- estivera-lhes falando em galego durante hora e meia!!

1.4.

O Dicionário ia ser publicado em fascículos, depois queriam que fosse já em volumes. Eu mesmo pedira uma ajuda à Deputaçom de Ourense e Victorino Nunes prometera que seria subvencionado polas 4 Deputações, dinheiro que depois Bieito Ledo, ao rompermos o contrato, destinaria à Biblioteca da Cultura Galega de Galáxia. Ramom Pinheiro, que formara parte da comissom das Normas da Academia, nom foi tido em conta nas da Comissom de Linguística e sim Vidám Torreira que ele rejeitara nas anteriores, sentiu-se molesto e, ainda que nom estava de acordo com os do ILG, passou-se a eles e a partir de aí os probblemas para o Dicionário acrescentaram-se.

Pediu-me encarecidamente que se suprimisse a ortografia entre parêntese para seguir avante com o Dicionário e aconselhou-me que fosse ter com Constantino Garcia para adaptar o Dicionário à norma que estavam elaborando. Senti-me muito ofendido, pois nom podia submeter-me ao critério de um estrangeiro que, além de tudo, sempre foi castelhano-falante.

Afinal decidi romper com eles, cousa que nom esperavam e contratar com Francisco Fornos Seijas um jovem editor que estava a publicar bastante material e que se estava a arriscar demais como lhe disse uma vez que falei com ele augurando-lhe já que se seguia por esse caminho terminaria falindo, como assim foi. A Editora chamava-se NOS, segunda sílaba do seu apelido Fornos.



Num primeiro momento os galácticos exigiam que se lhe devolvesse o dinheiro adiantado, mas depois ao verem que a cousa ia a sério Bieito Ledo pediu-me o 18 % de juros, escrito que assinei comprometendo-me a pagar num ano. Mas Pinheiro decidiu finalmente que nom se cobrassem interessses e rescindiu-se o contrato. O problema foi que eu nom lhes exigi a devoluçom de todo o material entregue e que Bieito Ledo aproveitaria

[103] Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira,* Porto, Figueirinhas, 1960

imoralmente para um que ia publicar ele em *Ir Indo*, ao sair de gerente de Galáxia, com a ajuda de um dos colaboradores, José Feijó que, de furibundo lusista passou a isolacionista simplesmente por um prato de lentilhas como lhe disse em publico. Este gajo tentou enganar-me e escreveu-me uma carta dizendo que estava a elaborar um dicionário de sinónimos e pedia-me que lhe enviasse o resto do material. Pobre homem!!

1.5.

O Dicionário NOS ia ser um dicionário de cinco volumes profusamente ilustrado. Em 1983 saiu o primeiro volume estando previsto os outros quatro para fevereiro de 1984. Foi muito bem acolhido. Mas a editora faliu.

Os meus colaboradores eram: Luís Cambeiro Cives, Xosé Manuel Enríquez, Xosé G. Feixó Cid (o traidor), Manuel Ferreiro Fernández, Maria do Carmo Garcia Pereiro, Anxo González Guerra, Xosé Luís Grande Grande, Vitória Ogando, Tareixa Roca e Xavier Rodríguez Baixeras. Eu escolhi o léxico, fiz um exame rigoroso e rejeitei grande parte doi léxico que estava nos dicionários galegos mas que nom era galego ou que era galego arcaico em desuso. Foi um trabalho ímprovo, pois aos colaboradores iam-lhe já indicadas as palavras e as fontes onde deviam de ir, fiz grande parte dos verbetes, corrigi e completei o material que me ia sendo entregue, sendo todo ele novamente redigido. Mesmo assim os tipógrafos fizeram das suas e ficaram mais gralhas do que se esperava.

1.6.

Uma vez que a empresa faliu passamos muito tempo em entrevistas para solucionar o problema do Dicionário. Primeiro com o editor do primeiro volume, depois com o impressor da Grande Enciclópedia Galega, Silvério Cañada, que me fez perder muito tempo para afinal exigir-me que tinha que o passar à *normativa oficial+. Mandei-o a passeio.

Houve uma proposta por uma editora catalana, Artel, que rejeitei esperando solucionar as cousas de outro jeito.

Depois foram ter comigo a Ferrol uma empresa de Saragoça junto com outra da Corunha, que o viram muito bem, mas que depois nom se entenderam. Intentei-o com Anaia de Madrid que falaram com Xerais de Vigo e nom lhes interessou porque estavam a trabalhar na traduçom do Anaia a galego. Afinal nada.

Como o tempo estava a correr, decidimos criar uma nova editora, Alhena. E sem o pensar vi-me como autor e editor de um dicionário com um custo superior a vinte milhões de pesetas, estando na miséria!! Os membros da editora éramos: eu no desemprego, uma licenciada em Românicas de Málaga também em desemprego e um senhor de Toledo reformado. Depois havia outro pessoal: Dámaso Gutiérrez, diagramador, António Montero fotocompositor. Entram em jogo também outras pessoas que deviam dinheiro ao fotocompositor.

O Dicionário organizou-se num tamanho superior, menos ilustrações, e em três volumes. Sairam os três volumes a finais de agosto, primeiros de setembro de 1986. Na primeira semana recuperou-se bastante dinheiro, seis milhões de pesetas, mas como o fotocompositor devia dinheiro por toda a parte esse dinheiro entrava e nom se via.

Afinal, e para evitar entrar na cadeia por dívidas, malvendeu bastantes coleções ao distribuidor Manuel Ferreiro natural de Lugo e com domicílio em Santiago, a quem se lhe tinha dito que nom lhe vendesse nada, pois nom lhe pagaria. Vendeu-lhe os três volumes a 5.000 pts quando a venda ao público era de 25.000. Afinal cobrou só a primeira letra e quando fui eu um dia a Santiago para ver que se lhe podia embargar, comprovei que pesavam sobre os seus bens imóveis três embargos.

1.7.

Uma vez publicado começamos a fazer algumas apresentações. Copio o que se disse na apresentaçom deste dicionário:

> **Trata-se do mais completo, voluminoso e melhor apresentado dicionário galego dos publicados até ao presente. Está editado na ortografia comum, indicando entre parêntese a reintegrada. Contém: 130.000 verbetes (naquela altura nom era fácil contar as entradas, em realidade andava perto das 110.000, um milhom e meio de definições, com todos os termos genuinamente galegos e quantos pertencem ao mundo científico, exemplos da língua quotidiana, locuções, refraes, palavras afins, sinónimos, antónimos, etimologias, resumos gramaticais e conjugações de verbos regulares e irregulares, um pequeno resumo dos acontecimentos mais importantes da história da Galiza, 144 lâminas a toda cor, mapas dos 5 continentes e outros particulares, acidentes geográficos galegos: rios, rias, sistemas montanhosos, alturas geográficas e nomes dos municípios galegos*, etc.+

Naquela altura, Manuel Lombao, meu amigo de Madrid, era diretor da TVE em Santiago e pediu-me para apresentar o Dicionário na TV. Fui, mas a verdade dita fez que nunca mais me chamassem.

Foi a primeira e última. Na galega nem sequer a primeira.

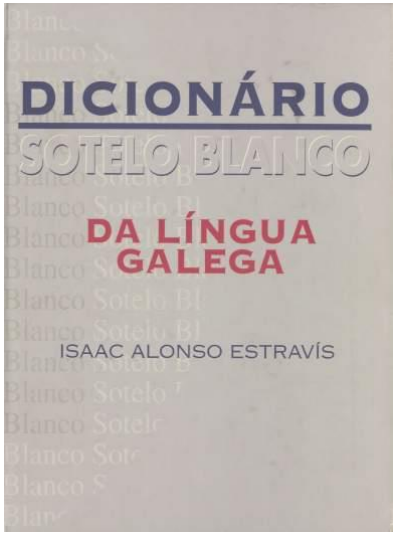
Manuel Alvar publicou um artigo muito elogioso em *La Voz de Galicia* e fez-me um formoso prólogo para uma segunda ediçom que nom chegou a sair por toda uma série de problemas com o fotocompositor.

1. DICIONÁRIO DA LÍNGUA GALEGA

2.1.

Uma vez esgotado o Dicionário de três volumes e nom reeditado, Sotelo Blanco pôs-se em contacto comigo para fazer um dicionário manual. Os problemas de sempre: que o dicionário tinha que ir na *normativa oficial+. Neguei-me Passaram meses e telefonou-me para me dizer que queria o dicionário nas condições em que estava. Em 1995 sai o Dicionário num só volume com 87.000 verbetes. Teve também os seus problemas por nom estar na *normativa oficial.

2.2.



Na Galiza o valor de um livro nom está na sua qualidade mas na norma que se empregue. Por isso todos eles têm *Dicionário normativo+ e isto é o selo de autenticidade. Tudo o que esteja em norma que nom seja essa está automaticamente desqualificado. A Editora sofreu também o terem nela a um membro do ILG. E o nom saberem promocioná-lo como faziam com outros livros.

Nem sequer souberam aproveitar o momento em que se aprovou a ortografia de 2003, que é quase aquela na que está escrito e deixaram passar o tempo para que aparecessem novos dicionários normativos.

Em realidade para esta gente o estar ou nom uma obra em normativo depende muitos da pessoa que assine o trabalho, pois Méndez Ferrín que odeia os lusistas nem escreveu nem escreve nunca nessas normativas que defende e que quere obrigar os lusistas ao seu emprego, o pobre homem o único que faz é perder o tempo despotricando contra os lusistas, que para ele somos uma das piores pestes.

2. Dicionário Eletrónico e-Estraviz

3.1.

Em 2004 a equipa do Portal Galelgo da Língua, a melhor das páginas em galego de internet, propôs-me adaptar o Sotelo Blanco à norma Agal para publicar no PGL. Pareceu-me uma ideia genial e a única hipótese de que o

dicionário fosse afinal na ortografia que tanto desejara. E depois de 25 anos vi-me finalmente livre para elaborar um dicionário galego numa ortografia digna!!

3.2.

Pusemos mãos à obra e num ano estava tudo completado. Suprimiram-se alguns verbetes que nom se consideraram galegos, modificou-se alguma definiçom, e introduziram-se novos vocábulos, corrigiram-se gralhas. O Dicionário Eletrónico e-Estraviz conta hoje com 91.029 verbetes que em breve subirá a 115.000. Uma das pessoas que mais trabalhou e fez possível este Dicionário foi o Diretor do PGL, Vítor Lourenço Peres. A equipa estava constituida polas seguintes pesoas:

1. Direcçom e revisom geral: Prof. Isaac Alonso Estraviz
2. Correcçom e adaptaçom ortográfica: Sabela Agrelo Castro, Jesus Miguel Conde Llinars, Mário Herrero Valeiro, Raquel Miragaia, André Outeiro, José Manuel Outeiro, José Henrique Peres Rodrigues, Manuela Ribeira Cascudo, Valentim R. Fagim, Miguel R. Penas, José Maria Rodrigues, José Luís Valinha, Fernando Vázquez Corredoira.
3. Coordenaçom e informática: Vítor Manuel Lourenço Peres.

3.3.

A estrutura deste dicionário é a seguinte:
Como bom dicionário manual, o e-Estraviz possui o léxico mais fundamental e mais completo possível, quer dos ramos científico-técnicos quer das expressões mais populares. Por isso, inclui abundante léxico científico e popular de mais uso. No entanto, faltam muitas variantes e localismos, que os seus utentes podem empregar com pleno direito por serem tam galegas como as que estám incluídas.

Este Dicionário vai destinado para ser utilizado por toda a lusofonia, mas, nomeadamente, pola cidadania galega. Aliás, é válido para aqueles que se dizem seguidores de uma norma "isolacionista" (na realidade, ainda hoje nom há um "Dicionário Normativo Oficialista" a este nível).

A respeito da norma empregue, seguiram-se uns critérios que tentam nom marcar muitas diferenças com a norma padrom portuguesa, mas que mantém formas próprias reconhecidas como históricas do galego na norma Agal.

Assim, a modo de exemplo, mantêm-se os galeguismos: *-ám, -om, polo, pola, polos, polas, te - che (cho, cha, chos, chas), cousa,* e o léxico galego. De resto atém-se ao padrom de Portugal (algumas destas formas já aceites pola norma da Agal, como os plurais em *-ões*), do que salientamos: *-ões, afã, manhã - mão, irmão, uma, alguma, nenhum, nenhuma, f*ormas verbais, *â* travado por nasal, *homem, ordem - sémen, pólen, sim, assim, comeu-o, -a, -os, -as, pássaro* (mantém-se, porém, *páxaro* como variante galega remetendo para a forma comum).

4.0. Como procurar nele as palavras?

4.1.

O dicionário está elaborado em norma Agal, como se disse anteriormente, mas serve para procurar as palavras em três normativas diferentes: se quer procurar em norma Agal ou portuguesa, tem que aparecer debaixo de pesquisar (*Acesse aqui para pesquisa compatível com ortografia ILG-RAG*] entom escreve, por exemplo **Naçom** ou **Nação**, clica em *Vá!* ou dá-lhe a retorno e vai direitinho ao verbete **Naçom** e aí encontra tudo o que há nesse verbete. Mas se quer procurar na chamada normativa ILG-RAG, tem que aparecer no lugar anterior *[Acesse aqui para pesquisar só com ortografia galego-portuguesa*]. E aí escreve as palavras nessa ortografia na forma que for ou numa das variantes. Por exemplo, escreve **Xente** e clica em *Vá!* ou dá-lhe a retorno e vai a **Gente.** Se a palavra admite duas variantes, como **Nazón** ou **Nación**, escreve uma delas e vai a **Naçom**.

4.2.

Se o que quer procurar é uma palavra **exata** escreve essa palavra e clica em *Vá!* e aparece essa palavra exceto que nom seja galega ou esteja mal escrita. Se quer procurar palavras que comecem por uma sílaba escreve no lugar correspondente tendo na respetiva casa **começar com** e vam aparecendo os verbetes de dez em dez até que se terminem. Quando nom se conhece

exatamente uma palavra este meio ajuda à sua procura. Quando quiser conhecer aquelas palavras que terminam com uma determinada sílaba escreve no lugar correspondente, tendo na respetiva casa **acabar com**. O processo é o mesmo que o anterior. Se o que quer é um vocábulo que contenha uma determinada sílaba, põe-se em **contém** e aparecem as palavras que têm essa sílaba, que pode ser no início, no meio ou no final.

5.0. A brincar com o e-Estraviz!

5.1.

. Quando alguém quiser jogar com as palavras vai **A brincar com o e-Estraviz** e escolhe um dos três jogos que prefira. O **Trivial e-Estraviz** é o mais completo. Se entra nele vá encontrar uma palavra e quatro definições. Tem que clicar numa delas. Se clicou certo vai sair um boneco que lhe diz: **Muito bom! É correto!** Se errou sai o boneco que lhe diz: **Lamento imenso! Errou!** e ao mesmo tempo lhe indica qual a definiçom correta.

5.2.

Pode tentar fazê-lo com **Falsos Amigos**. Falsos amigos som palavras comuns a dous idiomas mas com significados diferentes. De momento há 10 níveis e cinco perguntas em cada nível. Aparece uma pergunta com três respostas das quais há que clicar uma. No caso de acertar sai o boneco e diz: **Deu no alvo!!!** No caso de errar sai o boneco e diz **Falhou!!!**

5.3.

Analogias. Em analogias há também 10 níveis e cinco perguntas em cada, tendo cada pergunta três respostas das quais só uma é verdadeira. Ao clicar numa delas, se é verdadeira o boneco diz: **Acertou!!!** Se é falsa diz o boneco **Errou!!!** Mas tanto neste caso como nos anteriores sempre se sai ganhando porque se a resposta é errada aparece imediatamente a resposta correta.

24. JOSÉ LUÍS DO PICO ORJAIS

AFINIDADES DO FOLCLORE GALAICO-PORTUGUÊS: INTRODUÇÃO À HISTORIOGRAFIA DO FOLCLORE GALAICO-PORTUGUÊS

«Sob este ponto de vista as tradições populares da Galiza são do mais alto interesse; a Galiza é a província mais duramente submetida à unidade política e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ela resiste pela sua tradição lírica, em que conserva a sua ficção étnica e esse espírito local a que chama soidade, espécie de nostalgia que em Madrid se denomina a morrinha galega.

Em relação à nacionalidade portuguesa, a Galiza é um fragmento que ficou de fora da integração política de um Estado galecio-português, desmembrado pelo interesse de Afonso VI para fazer o casamento das suas duas filhas com Raimundo e Henrique de Borgonha.

A Galiza seguiu a sorte da unificação asturo-leonesa, perdendo cada vez mais os seus elementos de cultura e de vida nacional; Portugal pela sua autonomia de nação, desenvolveu uma língua e literatura, arte, industria e a grande ação que o tornou um dos primeiros povos coloniais, e o iniciador da atividade pacífica da Europa.

Tendo-se estudado as tradições portuguesas nos seus centros provinciais, Beira-Baixa, Algarve e Minho, Alentejo e Trás-os-Montes, e nas suas expansões coloniais dos Açores, Madeira e Brasil, este estudo não seria completo sem o conhecimento das fontes primordiais ou arcaicas conservadas pela Galiza, como foco da antiga unidade galecio-portuguesa»

Teófilo Braga. Cancionero popular gallego. Librería de Fernando Fé: Madrid, 1885. p. IX-X

Como pode apreciar-se no texto do mitólogo português o tema das afinidades do folclore da Galiza e Portugal vem de longe e nalguma época chegou mesmo a ser um tema recorrente. São numerosos os escritores de além e aquém Minho que se perceberam da íntima relação nos nossos costumes, os nossos trajos, os nossos cantares, etc.

Todos eles, baseando-se na observação, na intuição, no método comparativo, fornecendo dados históricos as vezes pouco contrastados, tópicos pouco críveis e nalguns casos, até excelentes trabalhos de investigação, foram criando um corpus literário acho que de grande valor e que algum dia devera de ser publicado como coletânea num único volume para uma consulta doada.

Vou tentar não comentar em excesso os diferentes autores e as suas obras, já que o espaço deste relatório não me vai permitir um falar pelo miúdo, pelo que me conformarei com apresentar alguns parágrafos que julgo representativos de cada quem.

Aqui não vai ser exposta a obra de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, dada a importância da produção destes dois vultos das nossas letras, mas sim quisera citar tão só o artigo de D. Carolina, de imprescindível leitura, intitulado «*Vestígios de poesia popular gallego-portuguesa archaïca. Sua semelhança com as modernas cantigas do povo. Seu influxo provável na poesia trovadoresca*». In *Cancioneiro da Ajuda*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1990

1. ALBERTO AUGUSTO DE ALMEIDA PIMENTEL

Em 1905 saía do prelo o livro *As alegres canções do Minho* do estudioso português Alberto Augusto de Almeida Pimentel, nascido em 1849 e que faleceu em Queluz em 1925.

Neste estudo do folclore minhoto Pimentel tenta interpretar «o comportamento e mentalidade das populações do Alto Douro e do Minho, realizado através da análise do seu cancioneiro popular.» O intento está cheio de tópicos e passagens míticas além dum, por vezes, excessivo ardor religioso e anticomunista, contudo não carente de interesse.

O verdadeiro estudo dum folclore não reside no aspeto puramente formal, plano no que sempre ficam os trabalhos na Galiza acometidos, senão na análise da psique da sociedade que gera determinado folclore.

A cultura tradicional constrói-se em ordem a uma forma de seu da população que o diferencia do resto das sociedades, e que mesmo estimulada pelos mesmos incentivos, responde de jeito diferente. Acho que foi Ionescu, compositor do nacionalismo romeno, quem falou da diferença entre caráter e estilo. O estilo era algo mudável pelas modas, o caráter referia-se ao caráter popular, e algo não imposto e substancial duma sociedade.

Pimentel parece querer estudar o folclore através do caráter e só isto já faz de *As Alegres canções do Minho* uma leitura muito recomendável.

O primeiro capítulo tem um título sonoro e significativo: «Génese das canções.» O autor do Porto faz comentários muito reveladores nada mais começar:

> *«O Minho, a província mais setentrional do país, deve servir-nos de tipo na caraterização psicológica do povo do norte.*
>
> *Foi nesta província que primeiro pulsou a alma portuguesa. Foi aqui, numa nesga de chão desmembrado da Galiza, que se desenrolaram os mais remotos preliminares da nossa independência. É, portanto, aqui, que devemos procurar os vestígios primitivos desse espírito de nacionalidade, que depois de nos ter feito livres nos tornou grandes» p. 5-6*

A respeito da psique galaico-minhota diz:

> *«O minhoto é meio galego na pronúncia, no amor ao trabalho, na passividade sofredora, na garridice do trajo, no gosto pelo canto, na aptidão para a música, na ingenuidade primitiva dos instrumentos que tange, na devoção fervorosa aos santos da corte celeste, no entusiasmo pelas romarias, no respeito às autoridades locais e, ainda, no seu desinteresse pelos negócios gerais do Estado, ao qual se reconhece esmagadoramente ligado por duas pesadas grilhetas: o escrivão de fazenda e a lei do recrutamento.*
>
> *O minhoto é tão feliz quando rufa num tambor ou arranha numa viola chuleira como o galego quando assopra numa gaita-de-foles: mas um e outro têm horror igual perante o aviso da décima, e o mesmo ódio pela lei que vem arrancar-lhes os filhos para o serviço militar.»*

2. FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

De todos os estudiosos das afinidades do folclore galaico-português, quiçá o que em maior medida aprofundou dando as claves para futuros estudos foi D. Fernando de Castro Pires de Lima.

- *Afinidades Galaico-Minhotas do Cancioneiro de São Simão de Novais*. Viana do Castelo, 1934
- Afinidades Galaico-Minhotas no Cancioneiro Popular. Santiago: Nós, 1931.
- *Nova contribuição para o estudo das afinidades galaico-portuguesas do cancioneiro popular*. Madrid: C. Bermejo, 1947. Publicado na «Revista de Dialectología y Tradiciones Populares», Tomo III, 1947, Cadernos 3º e 4º
- Um artigo acerca do romanceiro galaico-português publicado nas atas da 1ª e 2ª Assembleias galego-lusitanas celebradas em Braga em 1967.

O primeiro dos livros no que trata sobre afinidades começa com uma recomendação, influído pelo texto de Teófilo Braga que líamos ao princípio: «que se façam trabalhos comparativos entre Portugal e a Espanha e nomeadamente entre Portugal e a Galiza, assim como também do Brasil». Por tanto vai ser um exercício de comparação pelo que há de chegar à conclusões muito claras:

> *"Ao percorrer as páginas do Cancioneiro Popular Galego de Ballesteros, surpreende-nos a semelhança, a quasi identidade entre a poesia popular galega e portuguesa. E assim é de facto. Com pouca diferença se canta, quer no Minho, quer na Galiza o mesmo cancioneiro."*

Logo vem uma série de 60 quadras portuguesas aproximadamente das que põe ao lado outras tantas galegas, tiradas de *Cantigas populares da Arousa*, de Bouza Brey.

Também com o mesmo sistema de pares de quadras confronta cantigas por ele recolhidas em Portugal com outras galegas que Antón Fráguas Fráguas usou para ilustrar uma conferência sobre a morte na Galiza.

Começa aqui uma importante reflexão que deveria mudar o jeito de estudar a poesia tradicional, não tanto pela sua forma senão pela atitude psíquica que move à criação duma cantiga e que eu simplifico chamando "**o tópico**".

No seu livro publicado em 1947 F. Castro Pires de Lima aborda já em profundidade o tema das afinidades desde esta perspetiva. Em 1923 ele diz: «*que algumas cantigas podiam ser ouvidas com maior ou menor variante nas diversas províncias de Portugal e até na Galiza, vê-se que é bem insignificante a diferença da língua, dos costumes e dos sentimentos dos dois povos que o rio Minho separa*.»

Não é um problema de métricas, de melodias, de sotaques ou de ritmos, é algo que vai mais lá, algo que tem a ver com o mais íntimo da nossa personalidade como povo ou como diz D. Fernando:

> «*a alma e a paisagem do povo galego é idêntica à alma e à paisagem do Minhoto.» Na procura de definir essa alma, acomete o professor português a análise da poesia de Rosalía de Castro. Talvez os mais importantes comentários sejam os que faz sobre a saudade*.
>
> *«Palavra que nenhuma raça entende, que nenhum outro povo sente e que nenhuma outra língua sabe traduzir tão doce sentimento. Um dia nasceu a saudade num coração português porque só a alma portuguesa pode sentir tão complexa emoção. Evidentemente, não considero a Galiza e o Brasil povos diferentes do povo Português.»*

Além das quadras recolhidas dos Cantares Galegos, elege outras dos cancioneiros de Ballesteros, e de *As ribeiras do Tea* de Bouza Brey ou do *Cancioneiro de Noia* de Álvaro de las Casas entre outros.

Citando a Bouza Brey:

«Entre os cancioneiros da Galiza e Portugal, que não entanto tenhamos que contemplá-los baixo um ponto de vista geográfico como separados, não são senão dois aspetos dum mesmo e grande cancioneiro.»

3. SANTOS JÚNIOR

Santos Júnior é, junto com Fernando de Castro Pires de Lima, um dos autores que mais e melhor compreendem o tema das afinidades. Num primeiro trabalho de 1929 publicado no Porto, já o mestre português oferecia um cabeçalho significativo: *Afinidades galaico-portuguesas de Folclore*. Tanto nesta nota como na publicada posteriormente em 1932, o estudo fundamenta-se em que dada a origem comum, e uma atividade psicológica idêntica, as resultantes têm também de ser idênticas:

> *«A maior ou menor semelhança, e por vezes identidade, que se observa ao comparar as cantigas populares do norte de Portugal, e em especial do Minho com as da Galiza, deve ter para alguma delas a sua remota origem comum.»*
>
> *Mas se assim sucede nalguns casos, noutros muitos o que há é identidade de conceito, analogia de temas, e as mesmas preferências na escolha de determinados assuntos, o que nos revela que estes dois povos peninsulares têm as mesmas inclinações e tendências, consequência lógica da sensibilidade e gostos semelhantes, ligados com ideias morais afins.*
>
> *A linguagem do coração, na sua espontaneidade, une insoluvelmente aos dois povos, mais poderosa do que as rígidas muralhas que as condições sociais e políticas ergueram a separa-los.»*

Noutro interessante texto, o próprio Santos Júnior faz um estudo dos Cantares de Rosália de Castro chamado *Os cantares e o povo galego em alguns aspetos da sua Etnografia de há cem anos.* Porto: Imprensa Portuguesa, 1969. Este livrinho é uma interessantíssima aproximação às raízes mais profundas do nosso país sendo, ao mesmo tempo, às do povo português, através da abra da poetisa padronesa.

Os *Cantares* são o fio condutor e o estudo, um modelo muito válido para futuros trabalhos de investigação antropológica, revisando a obra dos escritores galegos do século XIX.

A relação entre Santos Júnior e Bouza Brey não remata nas comparações dos cancioneiros da Ribeira do Tea e da Arouça com os cancioneiros do Minho, já que em 1949 o académico português publica *Paremiologia Jurídica Galaico-portuguesa*. Esta é uma coletânea de refrães em «relação mais ou menos direta com o Direito». Aqui também fica de manifesto a relação já não só literal, senão à muitas vezes citada igualdade psicológica.

4. GONÇALO SAMPAIO

Este professor de Braga recompilou um dos mais formosos cancioneiros, limitando o seu estudo ao Minho.

Como introdução há uma coletânea de escritos onde as referências à Galiza são constantes.

Quando fala das toadilhas de aboiar diz que estas nada têm a ver com os cantos de arada da Galiza, mas a seguir diz que estas toadilhas são as de maior idade de entre as de país e que se podem relacionar com a flauta de pão que segundo o próprio Sampaio:

> *«no Minho como na Galiza, ainda é adotada atualmente, com o nome de gaita de capador, pelos capadores e guardasoleiros ambulantes.»*

Quando trata do alalá define aos galegos de nossos irmãos e ao falar do coro de maçadeiras torna à Galiza, buscando a relação deste canto com os de aboiar nos modos arcaicos gregos.

Quanto ao vira, não deixa lugar a dúvidas: «é uma dança muito antiga exclusivamente galaico-minhota.» Acrescenta o que segue:

> *«Estou convencido de que os viras – que tendem a desaparecer, infelizmente representam hoje as danças de ronda mais antigas da nossa*

província, patenteando alguns, pela música, uma feição galiciana muito nítida e acentuada.»

5. VÁRIA

Nas atas da 1ª e 2ª Assembleia galego-lusitanas do 1967 publicaram-se alguns artigos intimamente relacionados com a matéria de que tratamos. Além dum estudo de Fernando Pires de Lima sobre o romanceiro galaico-português, há outros interessantíssimos que a continuação indico:

- «Os Alfaiates ou Xastres na vida e no Folclore da Galiza e Portugal» de Leandro Carré. Fala dos alfaiates na literatura popular e como o conceito é o mesmo (assim como os tópicos) tanto na Galiza como em Portugal.
- Luís Chaves escreve «Paralelismo e familiaridade entre os romanceiros português e galego». A sua comparação versa sobre os romanceiros de Leite de Vasconcelos e Leandro Carré Alvarellos.

Dado que é difícil suster um romance só galego–português fico com a ideia de Michaëlis de Vasconcelos dum romanceiro peninsular, se bem entre os romances da Galiza e de Portugal o paralelismo é impressionante, sobre tudo naqueles que mais correntes foram na tradição.

- Outro trabalho quando menos curioso é o de Porfírio A Rebelo Bonito, titulado *A importância Folclórica dos Cantos de Almuadem.*
- O mais interessante dos artigos publicados nestas atas é o de A. César Pires de Lima, tio de Fernando Pires de Lima, intitulado *Cultura galaico-portuguesa*. Aqui já não estamos a falar de afinidades, identidades ou qualquer outra coisa, mas simplesmente de Cultura galaico-portuguesa. Ele faz um pequeno comentário sobre a curiosidade da origem galega na sua paróquia, S. Tiago de Areias, no Concelho de Santo Tirso, distrito de Porto.

Como resumo a este artigo, as palavras finais:

"Há, sem dúvida, certas diferenças na pronúncia e no vocabulário dos dois povos vizinhos, separados aliás por um rio e até por um pequeno veio de água aqui, por uma simples trave mais além, e até confundidos sem fácil destrinça na vida do mesmo lugar, mas o facto não causa grande estranheza a quem tendo percorrido as terras minhotas, pôde notar dentro da sua província, particularidades na terminologia corrente numa e noutra margem de um rio, o Ave por exemplo, quando, afinal, hoje, as separa apenas o espaço de algumas dezenas de metros"

- Há uns anos vem-se de publicar nas atas de AGAL um trabalho titulado *Pequena Reflexão a algumas constantes líricas na poesia popular galega e portuguesa: relação a outras testemunhas hispânicas* de Maria Aliete Farinho das Dores Galhoz.

Quiçá pese ao seu pequeno formato seja o mais erudito dos trabalhos acerca do tema. Também dá uma comparação lado a lado de quadras galegas e portuguesas, mais com uma terminologia e uns comentários mais científicos e concretos. Talvez o mais importante seja uma reflexão à que não dá uma resposta clara, mas que nos é fácil intuir: como em lugares tão afastados como a Corunha e o Algarve podem dar-se quadras exatamente iguais sem existir continuidade geográfica**?**

6. FERMIM BOUÇA BREI

Não posso rematar este trabalho sem lembrar a D. Fermin Bouça Brei, jurista, poeta, folclorista e sobretudo uma pessoa que com inigualável sensibilidade se preocupou pela problemática duma nação dividida por fronteiras artificiais.

> *«Entre as notas etnográficas comuns a Galiza e Portugal que sobrevivem através da artificial fronteira política, lembrando como uma mesma gente que ocupa o território da Galiza histórica estendida até ao Doiro, topa-se a indumentária popular».*

Como se vê o professor segue na linha dos Pires de Lima ou Santos Júnior, se bem se achega a outros aspetos do folclore importantes, não só à lírica, como é o fato tradicional.

«O fato popular galaico-português (pois não é possível articular uma zona etnográfica vivamente caraterizada, já que não se trata senão de duas partes dum só tudo.»

O conceito de região etnográfica, relacionado com o *kulturkreis* dos historiadores alemães fica perfeitamente explicado no seguinte texto:

"no costumismo, na tradição, nas práticas agrícolas, nos ritos religiosos, ainda há muito a pôr em estudo, mesmo se não precisamos, certamente de tal labor para saber que a Galiza histórica, até ao Douro, é um mesmo povo, com umas mesmas tradições e uma mesma alma saudosa.

Por estas razões no nosso trabalho não deixamos nunca de mergulhar-nos nos estudos devidos aos etnógrafos lusitanos para achar o paralelo português à prática ou à cantiga galega que nos propomos estudar, pois o método de investigação mais cientifico precisa neste caso que o estudo se estenda a toda a região etnográfica sem que, por simples acaso da geografia política, devam separar-se jamais as porções daquele mesmo povo colocado dum lado e do outro da artificiosa fronteira, pois a verdade científica está por cima das maquinações humanas.

As mesmas condições naturais, terra, clima, produções, no Minho e na Galiza conduzem à igualdade de costumes quando é a mesma raça a que mora nos dois territórios".

Para rematar estas leituras sobre afinidades, um último texto para a reflexão:

"Decerto, além de as medidas antropológicas com os seus índices craniométricos não rechaçarem a originária comunidade de ambos os agregados étnicos, é evidente que a existência duma civilização uniforme nos remotos tempos pré-romanos se nos mostra nos monumentos pré-históricos, quer nos megalíticos, com os seus espólios cerâmicos e pétreos, quer na época do bronze com suas metalurgias de machados de talão, as suas espadas, quer na cultura do ferro com seus povoados castrexos, as suas citânias, as suas casas circulares, o seu onomástico comum, a sua arte decorativa de vasilhas e de vivendas, os seus deuses indígenas, os seus costumes guerreiros...

Durante a invasão romana, e no período suevo sem solução de continuidade racial, viveram galegos e portugueses do Douro para acima a mesma cultura, a mesma comunidade de esforço, com um inimigo que lhes era comum. Ao fim ficaram influídos, em análoga proporção da cultura do invasor".

"Povos assim irmãos – diz um significado escritor lusitano – devem exteriorizar também sentimentos coletivos afins, devem viver a par, devem sentir de diferente modo a como sentem outros povos, isto é, de um modo particular e muito próprio. E assim é em verdade."

7. Conclusões:

Como remate ao meu relatório quisera fazer algumas reflexões a modo de conclusão. Como lusófono eu não posso entender a cultura portuguesa como uma cultura diferente da minha, a galega, senão como variantes dialetais dum único sistema que chamamos galaico-português. Isto não nos isola a respeito dos outros povos do nosso entorno peninsular e continental, mas define-nos.

Como músico tradicional estou a ver esperançado uma normalização no uso do cancioneiro português entre as formações galegas, facto este de já longa tradição entre nós. Os grupos ou solistas musicais da Galiza incorporam ao seu repertório peças tradicionais portuguesas sem que resulte estranho, quando seria exótico que incluíssem canções espanholas. Há uma influência contínua de Portugal, mesmo nas agrupações mais tradicionais, como as pandeireteiras, e cada vez mais se acode a convívios com brasileiros ou à África lusófona. Algum dos programas de rádio ou TV. que emitem só música em galego, não têm maior problema para incluir bandas portuguesas, sem dar qualquer explicação.

Sinceramente, acho que a música e os músicos tradicionais e folques, na Galiza, estão a dar um exemplo de normalidade até hoje impossível noutros campos da nossa cultura comum.

José Luís do Pico Orjais

25.LINO MOREIRA DA SILVA (UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL)
LMOREIRA@IEP.UMINHO.PT

INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA E DESENVOLVIMENTO DOS POVOS: O CASO DAS INTERAÇÕES DO GALEGO COM O PORTUGUÊS

No mundo globalizado em que vivemos, a importância das línguas prende-se, mais que nunca, não só com a dimensão e a relevância política, cultural, socioeconómica, geoestratégica… dos espaços onde são faladas, mas também, e em muitos casos sobretudo, com a *utilidade* que as mesmas línguas têm, nos mais diversos domínios, para quantos se servem delas para comunicar.

Isto, se liga diretamente com a preservação das línguas e a formação de núcleos coesos nos espaços onde as línguas se falam, liga, igualmente, em todos os domínios, com o desenvolvimento dos povos (a integração linguística como fator de desenvolvimento).

Aplicados estes aspetos às interações do Galego com o Português, é importante reconhecer algumas evidências, tais como: a origem comum das "*duas*" línguas, as ligações que, historicamente, elas mantêm entre si, a proximidade geográfica e étnico cultural dos povos que as falam… relacionando-as com as outras interações que, através da Língua Portuguesa, é possível estabelecer com povos dos cinco continentes, com as oportunidades de desenvolvimento que, entre si e com todos eles, podem ser instituídas e alimentadas.

O Autor da presente comunicação propõe-se refletir (e propor reflexão) acerca destas realidades, focalizando em especial alguns tópicos que considera essenciais, tais como:

- A importância das línguas no mundo de hoje.
- O conceito de comunidade sociolinguístico e cultural, aplicado à Língua Portuguesa e aos povos que a falam.
- Afinidades do Galego com o Português e da Galiza com Portugal, e consequências a tirar disso.
- As interações do Galego com o Português, como oportunidade mútua para o desenvolvimento.

1 - INTRODUÇÃO

No presente trabalho, vou referir-me, antes de mais, à importância das línguas no mundo de hoje e à cooperação e oportunidades de desenvolvimento nos espaços de Língua Portuguesa, tomando como referência afinidades linguísticas e socioculturais (pois estas são o fundamento principal daquilo que pretendo comunicar), para depois apresentar algumas reflexões acerca da integração do Galego no espaço do Português e as interações da Galiza com Portugal (também por motivações linguísticas e socioculturais), num espírito de cooperação e oportunidades para o desenvolvimento.

Estes aspetos estão diretamente ligados com a intenção que manifesto de procurar justificar que é do interesse das partes galega e portuguesa a interação aos mais diversos domínios (tomando como referência as profundas afinidades existentes e os desafios, do presente e do futuro), e de apontar o modo como, em proposta, essa interação poderá ser efetivada.

2 – A IMPORTÂNCIA DAS LÍNGUAS NO MUNDO DE HOJE.
2.1.

Num tempo, como o nosso, em que aparece sobremaneira relevado o papel da informação e da comunicação, é natural que surja, igualmente, em destaque o papel das línguas.

Veículo, por excelência, de informação e comunicação, as línguas apresentam-se, antes de mais, como instrumento de interação para os elementos das comunidades que as falam.

Mas as línguas não são apenas isso. Se assim fosse, seria sempre possível substituir uma língua por outra, sem que daí não resultassem prejuízos nem penalizações, para além do esforço de uma nova aprendizagem.

Não é isso que se verifica. Mais que meio de informação e comunicação, cada língua representa a alma da comunidade que a fala – consubstancia a sua

identidade, a sua história, a sua cultura, as suas tradições, o seu modo de pensar e de sentir, formado e transmitido dinamicamente durante séculos.

Porque são entidades socioculturais vivas, as línguas exprimem a vida dos povos que as falam.

Mas a importância das línguas não se fica, ainda, por aí. Elas exprimem outras dimensões que, em cada tempo, assumem especificidades e se relacionam com as áreas mais diversas da existência dos povos – envolvendo dimensões sociais, económicas, empresariais, laborais, vivenciais…

2.2.

Daí que as línguas não possam ser substituídas e devam ser consideradas. Por tudo aquilo que elas representam, a morte de qualquer língua é sempre uma perda inestimável.

Não obstante esse facto, vivendo nós num mundo globalizado, em todos os domínios, as línguas não se mantêm indiferentes a isso, assistindo-se a um fenómeno de concorrência feroz por predomínios e hegemonias. A pretexto de que o mundo é cada vez mais e aberto e necessita de um veículo de comunicação global, passa-se por cima de tudo o mais que representam as línguas e finge-se ignorar a verdadeira dimensão do problema.

No entendimento de muitos, de que o que menos conta, no mundo de hoje, são as pessoas e as realidades que as envolvem, assiste-se ao ataque das línguas mais poderosas sobre as outras, o que faz com que os perigos para as ditas línguas menores sejam muito elevados (C. Hagège, 2001).

Há intenções hegemónicas por parte de algumas línguas, que se impõem, não por aquilo que são, mas por outras dimensões a que se associam (económicas, políticas, geoestratégicas, tecnológicas, sociais… e até de moda).

A tendência a que se assiste vai no sentido de se instituir o domínio, a nível mundial, de uma ou de algumas (poucas) línguas de comunicação, aspirando o inglês a ser aceite, definitivamente, como língua de comunicação universal.

2.3.

Porque as línguas não são apenas informação e comunicação, mas porque, através delas, são envolvidos os povos e a sua identidade, a sua cultura, os legados de todos os tipos que, do passado, chegaram até ao presente, é prioritário resistir a esta tendência.

Mau grado a dinâmica dos tempos de hoje, a solução para o problema passa, não pelo apagamento radical das línguas, mas pela introdução de práticas verdadeiramente *inter* e *multi* culturais (*inter* e *multi* linguísticas), que permitam uma cooperação humana em equilíbrio e equidade, respeitadora dos direitos de todos.

Impõe-se a instituição de normas internacionais (a nível de organismos reguladores da política, da economia, da geoestratégia…) que favoreçam o multiculturalismo, estanquem o apagamento das línguas e antes as promovam, obriguem ao respeito por todas as línguas e às suas práticas em circunstâncias de equilíbrio a definir.

Isso passa pela instituição de regras de convivência, que sem ignorar a valoração internacional a que umas línguas, mais que outras, estão sujeitas, possibilitem e estimulem a prevalência das línguas nos seus espaços geográfico-culturais.

Isso passa, necessariamente, pelo fim do monolinguismo, na escolarização, em todo o mundo, e pela definição do conjunto de línguas a considerar em cada espaço geocultural, garantindo-se o respeito por todas elas.

Isso passa, ainda, pela intensificação da investigação sobre instrumentos de tradução, traduções automáticas, meios tecnológicos coadjuvantes da comunicação.

Mas isso também passa, em alguns casos, por uma outra via: a associação de povos com base numa língua comum, a língua materna ou segunda que eles falam.

Aí intervém positivamente, antes de mais, o número de falantes da língua, que pela quantidade funcionarão como garantia para a sua preservação.

2.4.

Mas uma língua não se pode credibilizar apenas pelo número de falantes que possui. Pondo-se de lado fatores hegemónicos marcados pela capacidade militarista e belicista (que o futuro terá de anular, dado o potencial de desastre e ruína em que eles tendem a mergulhar o mundo), existem outros fatores que ajudarão a valorizar as línguas e a credibilizar internacionalmente os povos que as falam – nos quais se integram o potencial civilizacional e humanista, o

desenvolvimento económico-social, a capacidade criativa e empreendedora, a capacidade de gerar riqueza e desenvolvimento, a eficácia das políticas sociais integradoras...

As associações de povos comunicando numa língua comum será importante, não apenas para a preservação dessa língua, mas também, e sobretudo, para a preservação daquilo que a mesma língua transporta consigo, a alma desses mesmos povos, e por aquilo que os povos falantes dessa língua serão capazes de desencadear (para si e para o mundo), no sentido da interação e do desenvolvimento.

3 – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS ESPAÇOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, TOMANDO COMO REFERÊNCIA AFINIDADES LINGUÍSTICAS E SOCIOCULTURAIS

3.1.

O Português é falado, oficialmente, em todos os continentes. São 8 países, e ainda Macau e um sem número de comunidades espalhadas pelo mundo inteiro. São mais de 200 milhões de pessoas, e a tendência é que esse número de falantes continue a crescer, ocupando a Língua Portuguesa um dos lugares de maior destaque entre as línguas do mundo. É reconhecido que "*existem enormes potencialidades para a valorização e o aproveitamento do valor acrescentado*" que esse número de falantes "*pode trazer ao posicionamento internacional de todos os seus países*" (MNE, 1995, p.129).

Trata-se de uma língua comum a um número considerável de povos com um passado com fortes ligações e afinidades históricas e culturais, correspondendo a espaços de diversidade e identidades plurais (MNE, 2004 e 2006). Daí que não se trate de uma Língua Portuguesa "estática", "uniforme", "padronizada", mas uma Língua Portuguesa (o que se aceita como natural) *marchetada*, e a *marchetar-se* continuamente, e por isso mesmo cada vez mais rica e preparada para os desafios comunicativo-representativos, que já são de hoje, mas serão sobretudo do futuro. Ainda assim, será necessário algum esforço unificador (diria: “sintonizador”), e sobretudo a afirmação de laços de identidade e a delineação de objetivos concertados, a todos os níveis.

Também a nível linguístico, se poderá dizer, com Gil Hernández, que "é com a afirmação da unidade que se constrói a unidade; é com a procura de motivações unificantes, e não precisamente uniformizadoras, que o processo de unidade acabará tomando corpo de firmeza (A. Gil Hernández, 2004, p.18).

3.2.

Não pode, aqui, ser omitida, entre parêntesis, uma palavra acerca das vivências do passado, dado que as ligações e as afinidades históricas e culturais, entre os países agora ligados pela língua comum, nem sempre foram entabuladas do melhor modo. Não é ignorando essa realidade que superaremos algumas memórias negativas que chegaram até nós. Mas se não é possível recuar no tempo e desfazer erros cometidos, essa será mais uma razão para colaborarmos, com entendimentos concertados, de modo a repormos, com desenvolvimento e cooperação, hoje, aquilo que, noutras ocasiões não fomos capazes de fazer, ou não nos permitiram que fizéssemos.

3.3.

Após séculos de relacionamento, os países de Língua Portuguesa dispõem da língua comum e das afinidades culturais que cimentaram, como elemento de coesão. Todos esses países estão em franco desenvolvimento e com um aumento populacional considerável: são velhas gerações detentoras de experiência interagindo com gerações mais jovens, dispostas a revigorar e a rasgar caminhos novos. Aplica-se aqui um conceito de comunidade que interliga um conjunto de indivíduos e de povos, numa conjunção de interesses e deveres, de modo não identificado com a contiguidade geográfica. Será um viver *em comum*, sem habitar o mesmo território ou região, mas desenvolvendo, ainda assim, interações do mais diverso tipo, aproximando-se do conceito de "comunidade de interesses" (M. G. Ross, 1955).

Pretende-se construir, a pretexto da língua comum e de um relacionamento ao longo de séculos, uma comunidade que saiba organizar-se, e debater e ultrapassar conjuntamente os seus problemas, e marcar, com ela, posição de relevo a nível internacional. Esta dispersão por meios geográficos não pode ser

entendida como limitadora, já que o elo de ligação depende mais das afinidades e dos interesses dos interventores do que da sua proximidade geográfica.

3.4

No mundo bem estranho em que vivemos, em que há o perigo real de as línguas desaparecerem, ainda que o Português se encontre salvaguardado, pela vitalidade que lhe é conferida pelas comunidades que o falam, pelo mundo fora (como língua materna ou língua oficial, língua segunda, e ainda por regiões de crioulização e regiões que pretendem estabelecer laços com o Português), ele terá de ser defendido, sob pena de correr sérios riscos, como as outras línguas, em geral.

O facto de uma língua comum ser uma mais-valia para os povos que a falam, exprimindo afinidades histórico-culturais, não é suficiente. Para além disso, importa definir o que fazer com essa mais-valia, o que se liga à ativação de laços entre os povos, interações consistentes e duradoiras na defesa de interesses e persecução de objetivos comuns. Importa aproveitar as oportunidades que podem advir das especificidades existentes (nomeadamente linguísticas e culturais), promovendo, através delas, a entreajuda, a cooperação e o desenvolvimento.

Tal coordenação tem estado atribuída, em considerável medida, à CPLP, de quem um dos principais objetivos é "*incrementar a cooperação, a todos os níveis, entre os seus membros, quer sejam culturais e económicos, sociais e científicos, quer no plano jurídico institucional*", e ainda a defesa da língua comum e das culturas diversas entre si (CPLP, 1998, pp.710-711).

Da CPLP, espera-se que se afirme, interventiva e influentemente, de modo que, sem interferir com outros tipos de integração regional e local, que cada país e povo é livre de assumir conforme a sua vontade, possa responder às necessidades crescentes daqueles que representa e contribuir para um desenvolvimento equilibrado de todo o espaço lusófono, reforçando o relacionamento e a cooperação entre as diversas comunidades.

Há, todavia, um alerta a fazer, a propósito de "cooperação".

Para se evitarem confusões e mal entendidos, refira-se que, no ponto de vista que defendo, cooperação implica sempre solidariedade, espírito de entreajuda, *irmanização* de interesses. O conceito de "oportunidades de negócio", tanto em moda na economia de hoje, pode significar meramente querer tirar partido das debilidades dos outros e assim envenenar esta oportunidade única de que dispomos.

Está em causa um conceito renovado de cooperação e desenvolvimento, procurando-se que, das relações económicas, sejam auferidos os melhores benefícios para todos. Por isso, em vez da expressão "oportunidades de negócio", seria mais adequado falar em "oportunidades de desenvolvimento numa perspetiva de mercado" (A. Torres, 1997, p.105), o que traduz melhor o equilíbrio que se pretende instituir.

Contrariando-se o liberalismo económico desregrado, que visa promover "alguns negócios privados e nenhum desenvolvimento" (A. Torres, 1997, p.91), antes se pretende, em total paridade, "oportunidades de negócio" para todos.

4 – A INTEGRAÇÃO DO GALEGO NO ESPAÇO DO PORTUGUÊS

4.1.

O Galego é uma língua com muita história (H. Monteagudo, 1999-a; R. Mariño Paz, 1999).

Nasce pelo século IX d. C., resultado da evolução do latim vulgar, trazido para a Península Ibérica pelos romanos, em resultado do movimento da romanização (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.11), sendo falado na *Galécia*, território que abrangia o espaço que é hoje a Galiza e o norte de Portugal.

Até ao século XVI, o Galego manteve-se estreita e naturalmente ligado ao Português. Um e outro eram a mesma língua, com origens e percurso comuns. Mas, a partir desta altura (ao que não é alheio o facto de Portugal ser país independente e a Galiza não, com todas as consequências disso), o Galego, subalternizado pelo poder central espanhol, passou a servir sobretudo em situações de oralidade, sendo substituído pelo castelhano nas necessidades de expressão culta e escrita.

Inicia-se, a partir de então, um processo de deriva linguística, entre o Galego e o Português, muito mais provocado que natural (C. Hermida, 1992).

4.2.

Depois de algumas diligências anteriores (uma parte significativa dos galegos tem-se manifestado, periodicamente, a favor da reposição da verdade linguístico-cultural da sua língua), é sobretudo a partir de meados do séc. XIX que o Galego é reivindicado para fins de língua culta (X. R. Freixeiro Mato, 1997, pp.53 ss.). O movimento literário e cultural do *Rexurdimento* (com Rosalía de Castro, Manuel Curros, Eduardo Pondal, Manuel Murguía…), no final desse século, assume essa mesma pretensão (R. Mariño Paz, 1999, pp.386-401), o mesmo acontecendo com a Real Academia Galega, fundada em 1906.

No período entre-guerras (1916-1936), foi dado um novo impulso ao Galego, a par do incentivo ao seu uso público (na literatura, no ensaio, no jornalismo…), e do estreitamento dos laços com Portugal.

Por exemplo, em 1918, Antão Vilar Ponte apresentou uma proposta, na Assembleia Nacionalista, no sentido de os nacionalistas Galegos solicitarem ao governo Português que se batesse pela autonomia da Galiza, com o fim de ambos os territórios estabelecerem um "regime dual", orientador de "uma grande Ibéria" (A. Villar Ponte, 1971, p. 212).

É a este período que remonta a ideia insistente da ligação do Galego ao Português, consideradas "ambas" a mesma língua (o Galego, Português da Galiza), veiculada por publicações como *A Nosa Terra* (1916-1936) e *Nós* (1920-1936), e defendida por movimentos como as *Irmandades da Fala* (1916-1931).

Em 1922, o Manifesto da Assembleia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas defende que a Galiza tem com Portugal "*afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos*" (R. Villares, 1997, p.198).

Também o Partido Galeguista (1931-1939) deu um forte impulso nesse sentido. A luta encetada (Ramón Otero Pedrayo, Afonso Rodríguez Castelão, Vicente Risco, Ramon Cabanillas) levou à aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza e empenhou-se na oficialização do idioma (H. Monteagudo, 1999-a, p.1300).

Em 1930, João Vicente Biqueira defendia a ligação do Galego com o Português como importante para a Espanha e para a *própria humanidade*, para a conservação de *uma Galiza totalmente galega, a falar Galego* (X. Vilhar Trilho, 2003).

A guerra civil espanhola (1936-1939) e a ditadura de Franco (1939-1975) trouxeram retrocesso para as intenções galegas, com a interdição do uso do Galego, denominado "idioma de escravos", no processo de "*colonização política, cultural e linguística*" (X. R. Freixeiro Mato, 1997, pp.15-16) que se promoveu, o que levou Rodrigues Lapa a propor o recurso a autores portugueses como suporte para a manutenção do Galego, adiantando que "*o único remédio eficaz para a salvação do idioma, gravemente ameaçado",* seria "*uma decisiva aproximação com o Português*", explicando que a expressão literária deste último seria "a *forma que teria o Galego se o não tivessem desviado do caminho próprio*" (M. R. Lapa, 1979, pp.63-64).

Ao mesmo tempo que a língua era afetada, intensificavam-se os problemas sociais, que levaram à emigração, indo os filhos da Galiza para outros territórios criar a riqueza que não foram estimulados a criar no seu (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.150).

Com a restauração da democracia em Espanha, a Galiza adquire estatuto autonómico, tornando-se o Galego o seu idioma oficial. Todavia, este reconhecimento está longe de ter servido todas as aspirações galegas, pretendendo-se que corresponda ao território autónomo uma língua que exprima a sua identidade, a sua cultura e os seus valores.

E isto é perfeitamente legítimo que aconteça, num espírito de que um povo *"capaz de defender a súa lingua é un povo orgulloso de si mesmo, con confianza nas súas posibilidades e, por tanto, un povo capaz de prosperar e crear riqueza"*, enquanto "*un pobo que despreza a súa lingua ou se sente indiferente perante ela é un pobo avergoñado de si mesmo, con complexo de inferioridade, e por conseguinte incapaz de xerar a confianza no seu futuro necesaria para poder producir e progresar"* (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.150).

4.3.

Hoje, o Galego encontra-se numa situação difícil. É reconhecida a relativa adesão popular, com a consequente perda de falantes, o crescimento da influência do castelhano (a castelhanização do Galego, já denunciada pela Unesco), quase a única língua de alfabetização no território, com um claro afastamento do Português.

Assiste-se à despromoção do Galego, transformado num "dialeto do espanhol", uma espécie de "castelhano antigo" ou de "Português aldeão" (X. Vilhar Trilho, 2003).

Perante esta realidade, a reação galega tem-se continuado a fazer ouvir, com vozes de todos os quadrantes denunciando a situação (X. Vilhar Trilho, 2003).
Entre outras manifestações, há a registar:

- *O esforço pela integração na Lusofonia, insistindo-se nas afinidades linguísticas e culturais que a Galiza possui com Portugal (um forte impulso foi dado por intelectuais como Biqueira, Castelão, Guerra da Cal, Carvalho Calero).*
- *A participação nas negociações para o Acordo Ortográfico, através da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, nos encontros do Rio de Janeiro (1986) e de Lisboa (1990), defendendo-se a unificação ortográfica nos espaços onde se fala Português.*
- *A constituição de organizações não-governamentais, como as Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, a Associação de Amizade Galiza-Portugal, a Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal.*
- *A participação na CPLP*, desde a sua criação.

Ainda recentemente (setembro, de 2005), foi feita uma petição ao Parlamento Europeu, liderada pela Associação de Amizade Galiza-Portugal e pelo Movimento de Defesa da Língua (PET, 2005), solicitando que "*as instituições europeias se abstenham de promover a segregação linguística das minorias nacionais*", e que seja reafirmada a unidade da Língua Portuguesa, nacional ou oficial, na Galiza, Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Lorosae" – a que o Parlamento Europeu deu resposta positiva, recomendando à sua Comissão de Cultura que tal seja tomado em consideração na elaboração das suas políticas.

Deste modo se reconhece que o Galego (sob o nome de Português) já é língua oficial do Parlamento Europeu e que, por isso mesmo, os "cidadãos espanhóis lusófonos" já podem usá-la nas instituições europeias.

4.4.

Sobre se o Galego e o Português são duas línguas ou uma língua só, as opiniões têm divergido. Embora haja quem considere o Português e o Galego línguas autónomas, partilhando caraterísticas comuns (R. López–Suevos, 1987), a tendência mais forte vai no sentido de o Português ser a língua oficial da Galiza, atendendo-se a que ele nasceu e evoluiu na Gallaecia e na Lusitânia romanas.

Desse modo, a Galiza apresenta-se, cultural e linguisticamente, como uma continuação de Portugal, sendo falada, na faixa ocidental da península, apesar das variantes detetadas, uma só língua, o Galego-Português (J. Mattoso, 1992, p.14).

Sem entrar aqui em questões de pormenor, que me desviariam dos fins a que me proponho no presente trabalho, refiro apenas que me incluo no número daqueles que consideram que o Galego e o Português são a mesma língua, ainda que com algumas caraterísticas divergentes devidas a séculos de afastamento, provocado e artificial.

Num comentário geral, lembrar-se-á que as línguas não têm de ser homogéneas para manterem a sua unidade, mas antes assumem especificidades no seu percurso natural (veja-se o caso dos países de Língua Portuguesa, e ainda o que se passa com outras línguas, como o próprio castelhano, o inglês, o francês…). Deste modo, não se pode recusar ao Galego o direito de assumir as suas, sem que isso signifique que se esteja a revelar uma língua diferente.

Embora os elementos individualizadores do Galego sejam, em alguns aspetos, consideravelmente acentuados (H. Monteagudo, 1999-b, pp.122-123), a base

linguística que surgiu há séculos, na *Gallaecia*, permanece a mesma em todo o espaço do Galego-Português (X. R. Freixeiro Mato, 1997, p.11).

A designação de "Língua Galega", habitualmente usada, outra coisa não pretende exprimir que as especificidades que lhe assistem, na sua deriva linguística natural dentro do Português.

4.5.

Outro aspeto importante a considerar é a tomada de consciência dos benefícios a recolher, de parte a parte, com o reconhecimento da identificação linguística entre o Galego e o Português. Ligando este aspeto ao que já referi anteriormente sobre a importância das línguas, no mundo de hoje, tanto a Galiza como Portugal têm muito a ganhar com essa irmanação.

De sua parte, a Galiza tem a ganhar reconhecimento de identidade, correspondência entre nação e língua própria, reforço da autonomia, aumento do peso político e económico – em toda a Espanha, na península, na Europa e no mundo.

O Galego é falado, globalmente, por mais de 3 milhões de pessoas, repartidas pelo território da Galiza e áreas limítrofes (M. A. Fernández Rodríguez & M. A. Rodríguez Neira, 1995, p.359), e ainda por núcleos de emigrantes, na própria Espanha, na Europa e na América (H. Monteagudo, 1999-a, p.1299), mas, através do Português (o Galego, Português da Galiza), esses falantes passarão a pertencer a uma família muito mais dilatada, integrando-se no grupo dos milhões de falantes do Português, em franco crescimento, como já assinalei.

Por sua vez, Portugal tem muito a ganhar com a sua irmanação à Galiza.

Antes de mais, concordamos em que seria uma perda irreparável, para o Português e todo o mundo lusófono (X. Vilhar Trilho, 2003), a perda da carga simbólica que representa o Galego, nascido na Galécia comum, berço da Língua Portuguesa.

Depois, o Português é uma língua minoritária na Europa. Como tal, tem sido alvo de ataques velados (conscientes ou não), advindos da própria Comunidade. Ainda recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma iniciativa da Comissão Europeia para a "criação de um indicador europeu de competência linguística", para "assegurar que cada cidadão a trabalhar ou estudar na Europa domine, no futuro, pelo menos dois idiomas estrangeiros". Esse indicador europeu, destinado a "avaliar as aptidões linguísticas dos estudantes europeus", será feito "nas 5 línguas mais ensinadas na União", do que foi arredado o Português (*Jornal de Notícias*, de 28.04.2006).

Com a Galiza integrada, os falantes do Português, na península, passarão para cerca de 13 milhões, tornando o Português, com os seus falantes emigrados pela Europa, a sexta língua europeia (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol). Isso, por si só, já é significativo, mas sê-lo-á ainda mais se se atender a outras dimensões que lhe são inerentes, até relativamente à distribuição de verbas comunitárias à cultura e ao desenvolvimento (X. Vilhar Trilho, 2003),

Além disso, Portugal e Galiza, associados, darão mais credibilidade e mais força à Língua Portuguesa, em interação conjunta com todos os povos que falam português, a cujas necessidades Portugal, sozinho, está impossibilitado de dar cabal resposta.

A força de uma região com dimensão crescente, e ainda por cima com identidade e valores culturais de base comum, contribuirá mais facilmente para o desenvolvimento mútuo.

A acrescer a isto, Portugal (em especial o norte) terá muito a ganhar com uma ligação preferencial à Galiza e em retomar, dos Galegos, a dinâmica que eles evidenciam, hoje, aos mais diversos níveis e até o otimismo de viver, que pelo lado de cá anda muito diminuído.

5 - INTERAÇÕES DA GALIZA COM PORTUGAL (POR MOTIVAÇÕES LINGUÍSTICO-CULTURAIS), NUM ESPÍRITO DE ENTREAJUDA E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO.

5.1.

Como já focalizei, as interações "regionizadas", centradas em "comunidades de interesses", em situações de "fragmentação" (Ph. M. Defarges, 1997, p.56),

não anulam benefícios nas interações globais, mas antes as orientam num sentido mais direto e humanizado.

E se tudo pode funcionar bem nessas circunstâncias (pelo menos muito melhor do que com individualismos fátuos), naturalmente que, na persecução de interesses comuns, a contiguidade também sairá beneficiada.

Com tal contiguidade, a "localização" ("conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade… comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para a autossustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas"), a "promoção das economias locais e comunitárias", procurando responder aos próprios problemas (B. S. Santos, 2001, p.77), promove uma resposta mais eficaz aos problemas de hoje.

Ora, integrando-se a Galiza, pela língua comum e pelas afinidades culturais, na mundividência do Português, participará (e colaborará) nas vantagens de pertencer ao amplo espaço da Língua Portuguesa ("regionizado", segundo "comunidades de interesses"), pelo mundo fora.

Do mesmo modo, a continuidade de espaço com Portugal (sobretudo com o norte) permitir-lhe-á estabelecer (dar e receber) interações especiais. É que, como já referi, tanto num caso como noutro não basta formar uma comunidade, mas é preciso torná-la *efetiva*, dar-lhe "utilidade", para que os cidadãos envolvidos constatem os seus efeitos e se sintam motivados a integrá-la e a lutar por ela.

É reconhecido, e muito bem, que as línguas conferem identidade e reserva cultural aos povos; mas, para se manterem, não dispensam outros atributos, que passam pela capacidade de responderem às necessidades das populações. Podendo-se contestar, eticamente, a validade deste princípio, ele é *materialmente* real e aplicável, hoje, a todas as línguas e culturas do mundo.

5.2.

Mas deixando de lado, aqui, as especificidades (importantíssimas, mas desviantes) envolvidas na primeira situação referida, atentemos na segunda.

Se se reconhece que Galegos e portugueses partilham afinidades de território, culturais, geopolíticas, económico-financeiras… (M. Miragaia, 1990; J. A. Cristóvão Angueira, 1991; X. Vilhar Trilho, 2003), há que tomar partido delas e desenvolver, em benefício dos mesmos cidadãos, laços que promovam a cooperação e o desenvolvimento.

Dito de outro modo, através da interação entre o Galego e o Português, e por via da identidade linguística, as afinidades histórico-culturais e a proximidade geográfica, pretende-se fazer valer outras potencialidades de que tirarão partido ambas as partes.

Tais potencialidades deverão integrar-se nos mais diversos âmbitos, desde o linguístico, ao histórico-cultural, ao etnográfico, ao tecnológico, ao económico, ao empresarial…

Sem querer individualizar responsabilidades, terei, mesmo assim, de referir que, apesar da diluição das fronteiras físicas entre os dois espaços, o rio Minho, e os demais acidentes naturais divisórios dos dois países continuam a ser uma muralha a separar a Galiza de Portugal, notados sobretudo a norte.

De um e outro lado, há sonhos no ar, como gaivotas, mas que não poisam nos barcos com comida.

Pessoalmente (e provavelmente não serei o único, nesta sala, a sofrer com isso), o que mais me incomoda é saber que estamos do lado da razão, mas nada, ou muito pouco, se tem conseguido, apesar disso. Importa, pois, de uma vez por todas, passar das considerações aos atos e intervir: tomar consciência da realidade e dá-la a conhecer, conquistar a adesão das populações, passar da dimensão conjetural à dimensão prática, definir objetivos calculados, estabelecer prioridades, delinear estratégias e modos de agir adequados, envolver interventores competentes, avaliar periodicamente os resultados, reforçar o que resultou e reformular os fracassos, publicitar o que de positivo (mesmo que pouco) se foi conseguindo e procurar alargá-lo.

Se há iniciativas difíceis de implementar, outras existem que não implicam tantas dificuldades, e poderão até servir de motivação para outras mais abrangentes.

Seja-me permitido deixar aqui algumas sugestões, em que acredito:

- *Envolver os meios de comunicação social (escrita e audiovisual), nesta causa.*
- *Fomentar relações políticas e socioculturais entre os dois espaços.*
- *Promover, conjuntamente, estratégias de defesa da unidade da língua comum e o trabalho em prol da unidade morfossintática, lexical e ortográfica galego-portuguesa.*
- *Fazer interagir e aproximar todas as instituições e organismos de defesa da língua comum existentes.*
- *Sensibilizar as editoras (em suporte papel e noutros suportes) para os temas galaico-portugueses e sua publicitação de um lado e de outro.*
- *Promover as edições (com destaque para temas de linguística, literatura, história) em Português da Galiza e de Portugal.*
- *Incentivar estudos sobre a língua comum.*
- *Divulgar as revistas da especialidade existentes (junto das autarquias, das instituições, das escolas, das universidades – na Galiza e em Portugal).*
- *Criar laços interescolares e instituições, de um e outro lados.*
- *Sensibilizar os jovens, das escolas em geral, e das universidades, durante os cursos e depois deles (com intuitos linguísticos e socioculturais, mas também apontando para o mundo do trabalho).*
- *Aproveitar as oportunidades trazidas às universidades pelo Processo de Bolonha, para estabelecer interações académicas aos mais diversos níveis.*
- *Cooperar, conjuntamente, na investigação e na criatividade.*
- *Colaborar no âmbito das ideias e do empreendedorismo.*
- *Promover o relacionamento, envolvendo a indústria, o comércio e os serviços, de parte a parte.*
- *Promover a geminação de empresas.*
- *Instituir galardões (simbólicos) que promovam o sucesso nas interações de empresas e instituições.*
- *Dar a conhecer os territórios e as suas gentes, de parte a parte.*
- *Instituir um "Dia da Galiza e Portugal Unidos".*
- *Desenvolver o turismo preferencial interregiões.*
- *Elaborar e publicitar roteiros turísticos e ligações a circuitos turísticos.*
- *Aproveitar as apostas já ganhas (e aprontar outras a ganhar), a nível do reconhecimento do património histórico e cultural, oral e imaterial da humanidade (Unesco).*
- *Promover a cultura comum, no que ela tem de idêntico e específico.*
- *Valorizar a etno-história (usos, costumes, tradições…) e as artes (música, dança, espetáculos…), como referência comum.*
- *Promover o espaço do Galego-Português como defesa contra globalização massificadora.*

6. CONCLUSÕES

No presente trabalho, comecei por salientar a importância das línguas no mundo de hoje e a necessidade de cooperação nos espaços de Língua Portuguesa, tomando como referência afinidades linguístico-culturais.

São aspetos de base, muitas vezes esquecidos, e que servem de fundamentação para os outros dois tópicos que também focalizei: a integração do Galego no espaço do Português e as interações da Galiza com Portugal (a pretexto da língua), num espírito de entreajuda e oportunidade para o desenvolvimento.

Por mais que possa não parecer, se há uma luta pela preservação da identidade, por via da língua e da cultura, por parte da Galiza, essa luta existe, igualmente, embora de maneira diferente, por parte de Portugal.

Desfeito o império português (com bons e maus momentos), ficaram os povos com quem Portugal "coabitou" (nem sempre bem, mas também nem sempre mal) ao longo de séculos, e ficou sobretudo a língua comum. No mundo acidentado em que vivemos, ameaçado continuamente por uma globalização

desordenada, importa resistir, colaborando na construção de bem-estar para todos, para o que a língua comum é um importante pretexto.

O mundo que fala Português precisa de cuidar das suas referências, e elas encontram-se, em boa medida, também na Galiza. Este território autónomo no norte da península precisa de ver a sua língua reconhecida (o galego-português) de modo a reforçar, através dela, a sua identidade. São evidentes os perigos que se corre e a luta do povo galego pela sua língua terá de ser apoiada por Portugal e por todos os povos que, no mundo, falam Português.

Resulta daqui um potencial enorme de que talvez nem tenhamos, sequer, a noção do verdadeiro alcance. O objetivo último é a interação para o desenvolvimento comum, no que a Galiza e Portugal, com todos os outros países de língua portuguesa, se encontram envolvidos.

Cabe aos Galegos fazerem as suas opções, sendo claro que essas opções vão no sentido de que a sua língua é a Língua Portuguesa, embora com algumas especificidades.

Não bastando preocuparmo-nos apenas com as línguas e as culturas em si mesmas, mas sendo importante apontar para aquilo que, a pretexto delas, é possível e desejável construir, numa perspetiva de interação e desenvolvimento, importa passar das reflexões aos atos e aprontarem-se propostas condicentes com o que se pretende conseguir.

Uma Galiza verdadeiramente autónoma precisa de ter a sua língua, o galego-português, e a sua cultura reconhecidas e dignificadas. Com elas, e por meio delas, integradas num amplo espaço de identidade, o espaço do Português, novos horizontes poderão ser desenhados.

7. BIBLIOGRAFIA

CPLP (1998). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Edição Século XXI*. Lisboa & São Paulo: Verbo, vol. 7, pp.710-711.

CRISTÓVÃO ANGUEIRA, José Ângelo (1991). Nacionalismo Galego: questões a debater. *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, verão 1991, pp.233-242.

DEFARGES, Philippe Moreau (1997). *A mundialização. O fim das fronteiras*. Lisboa: Piaget.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro A. & RODRÍGUEZ NEIRA, Modesto A. (coords.) (1995). *Los usos linguísticos en Galicia*. Vigo: Xunta de Galicia [Vol. II].

FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (1997). *Lingua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

GIL HERNÁNDEZ, António (2004). As minhas razões para acreditar na lusofonia. C*adernos do povo*, nºs 5-14, pp. 17-19.

HAGÈGE, Claude (2001). *Não à morte das línguas*. Lisboa: Piaget.

HERMIDA, Carme (1992). Os precursores da normalização. Defensa e reivindicación da Língua Galega no *Rexurdimento (1840-1891)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

LAPA, Manuel Rodrigues (1979). Estudos Galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada. Lisboa: Sá da Costa.

LÓPEZ SUEVOS, Ramón (1987). Portugal no quadro peninsular: subsídios para a análise histórica estrutural. Santiago de Compostela: Associaçom Galega da Língua.

MARIÑO PAZ, Ramón (1999). *História da Língua Galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, pp.386-401.

MATTOSO, José (1992). A formação da cultura portuguesa. In António Luís Ferronha (coord.). *Atlas da Língua Portuguesa na história e no mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.14-18.

MIRAGAIA, Manuel (1990). A realidade galega no pensamento galeguista. *Agália. Revista Galega da Associaçom Galega da Língua*, nº 23, outono 1990, pp.269-288.

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal. Dez anos de política de cooperação*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2004). *Objetivos de desenvolvimento do milénio*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006). *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MONTEAGUDO, Henrique (1999-a). Galego. In Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XX. Lisboa & São Paulo: Editorial Verbo, pp. 1299-1301.

MONTEAGUDO, Henrique (1999-b). História social da Lingua Galega. Idioma, sociedade e cultura através do *tempo*. Vigo: Editorial Galáxia.

PET (2005). In url: "http: - - www.lusografia.org - amizadegp - peticao-pe.htm ".

ROSS, Murray G. (1955). *Community organization: theory, principles and practice*. Nova Iorque: Harper Internacional.

SANTOS, Boaventura Sousa (2001). Os processos da globalização. In Boaventura Sousa Santos (org.). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, pp.31-106.

TORRES, Adelino (1997). Mercados e desenvolvimento em África: lógicas e desafios num contexto de globalização. In José Carlos Venâncio (coord.). *O desafio africano*. Lisboa: Veja, pp.85-130.

VILHAR TRILHO, Xavier (2003). A recíproca conveniência de a Galiza e Portugal levar a termo algum tipo de unificação política e, no mínimo, a plena unidade linguística. In url: http: - - www.agal-gz.org - portugaliza - numero0 - boletim00nova02.htm .

VILLAR PONTE, Antón (1971). *Pensamento e sementeira*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.

VILLARES, Ramón (1997). *Figuras da nación*. Vigo: Edicións Xerais.

26.LUÍS FONTENLA FIGUEIROA WWW.MDL-GALIZA.ORG

VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA NORMA ORTOGRÁFICA EM USO NA GALIZA

Este texto pretende debruçar-se sobre a utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso na Galiza.

1. Breve descrição:

Não é intenção deste contributo negar as consequências sociais nem linguísticas que a conhecida como "guerra de normas" tem provocado na Galiza desde 1982.

Também não pode ignorar que sob esse nome se agacha uma imposição por lei da ortografia castelhana no galego administrativo assim como uma situação de silenciamento e negação das diferentes opiniões e propostas a respeito da língua.

Porém, considerei para o presente texto esse debate como suficientemente esclarecido pelos diferentes agentes sociais que promovem uma ou outra das normas, tentando dirigir a reflexão arredor das normas numa outra direção para além da legitimidade ou cientificidade de determinada norma.

Segundo a minha opinião a afinidade ideológica a uma norma determinada ou a convicção científica contribui a uma visão individual em excesso negativa das normas em uso divergentes do padrão escolhido por cada pessoa posicionada neste tema.

Assim, as referências a uma outra norma diferente da escolhida pelo utente (individual ou coletivo) têm sido e continuam a ser realizadas as mais das vezes com intenção de contestar os argumentos e escolhas normativas doutros utentes e coletivos sociais. Tendo em consideração a dificuldade em desenvolver uma imparcialidade objetiva na escolha ou consideração de cada norma em uso pretende-se apesar de isso refletir acerca das diferentes utilidades das normas em uso na Galiza.

Não pretende ser um trabalho de caráter científico, mas se se quer um contributo de tipo ideológico, sendo uma primeira aproximação a quais as diferentes vantagens e inconvenientes, isto é, a possível utilidade ou inutilidade social relativa de cada uma das normas em uso (normas da RAG, AGAL, Padrão Português, Acordo de 1990) no desenvolvimento de um trabalho de regeneração cultural em que diferentes agentes se encontram envolvidos.

2. As normas em uso na Galiza

As normas em uso na Galiza de 2006 são quatro:

-Normas da Real Academia Galega (**RAG**)
-Normas da Associaçom Galega da Língua (**AGAL**)
-Normas Padrão do Português Europeu (**Padrão**)
-Normas do Acordo de 1990 (**Acordo de 90**).

A respeito do uso destas normas estabelecemos de maneira orientativa os seus utentes coletivos:

2.1. RAG:

Usada pela administração, pelas instituições públicas e pelos partidos políticos com representação. Considerada o galego "oficial", é a norma de aprendizagem obrigada no ensino secundário nas cadeiras de Língua e Literatura Galega.

2.2. AGAL:

Usada por algumas associações culturais, centros sociais de ativismo cultural, professores, estudantes universitários, movimentos sociais e coletivos políticos da esquerda sem representação nas instituições. Norma preferente atual dos coletivos independentistas. É a norma preferente de ensino em diferentes cursos de língua realizados através de locais sociais reintegracionistas.

2.3. Padrão:

Usada por algumas associações culturais, professores e estudantes universitários. É língua de ensino nas Escolas de Línguas (EOI) de 7 cidades galegas. É também a norma de uso individual permitida a nível associativo em diferentes associações culturais ou coletivos independentistas (que promovem a AGAL como norma preferente da associação).

2.4. Acordo de 90:

Usada por um grupo reduzido de pessoas, tem a sua maior difusão através da edição de livros e diferentes atividades académicas como congressos, seminários, etc.

3.0. A fidelidade de norma:

Os utentes individuais e coletivos de cada norma são maioritariamente fieis ao discurso ideológico ou científico e às justificações teóricas da norma que usam.

Sendo assim cada setor social que utiliza uma ou outra das normas procura defender a sua escolha nos diferentes âmbitos de relação e situações de uso muitas das vezes desautorizando às outras quer por erradas quer por menos improdutivas para conseguirem novos utentes.

3.1. Aproximação a uma justificação ideológica das diferentes normas:

3.1.1. RAG:

A norma do galego escolar é a única a utilizar a ortografia castelhana para a representação da língua. Justifica-se a si própria como sendo a norma que abrange todos os dialetos galegos procurando uma pretendida fórmula de consenso assente na ideia de escolher os fenómenos linguísticos mais estendidos e de maior uso social, mas sem analisar em rigor o grau de castelhanização da língua.

Baseia a sua historicidade como norma escrita principalmente no século XX, em que numerosos autores galegos escreveram com a grafia castelhana). Continuando com a sua defesa ideológica seria a norma que melhor representa a situação atual da língua real em uso na sociedade entendida de maneira ampla.

Define o galego mais castelhanizado das cidades como “galego urbano” (as outras normas não consideram essa mescla como um galego aceitável a considerar para a normalização) e não contrasta as suas escolhas com o português por considerá-lo uma língua diferente.

3.2.2. AGAL:

A norma da AGAL é sustentada por esta associação como a norma culta para o galego que mais se aproxima do português sem por isso deixar de preferir as escolhas mais representativas dos fenómenos linguísticos mais estendidos e de maior uso social na Galiza (nomeadamente diferenças na morfologia verbal e nominal).

Defende as suas escolhas afirmando ser herdeira da grafia histórica usada na Galiza até a época moderna. É uma norma entendida como restrita ao âmbito galego e criada pelos próprios galegos, norma que pretende ser nacional inserindo-se na Lusofonia, mas mantendo as peculiaridades galegas, para o que se apoia ideologicamente na diferença brasileira.

3.2.3. Padrão:

A norma Padrão é defendida por diferentes associações e pessoas como a norma com maior rigor e seriedade por se encontrar fora do conflito linguístico galego, permitindo passar por alto a necessidade constante das outras normas de separar o que é castelhano daquilo que é (português) galego.

Para os defensores desta norma as possíveis diferenças galegas poderiam sentir-se totalmente representadas sem diferenças ortográficas no padrão europeu. Em grande parte descarregada de conteúdo ideológico nacional a sua justificação assenta também em ser a norma da língua oficial da República portuguesa e da União Europeia.

3.2.4. Acordo de 90:

A norma de 90 é defendida por diferentes associações e pessoas como a norma de toda a Lusofonia. Para os defensores desta norma as possíveis diferenças galegas poderiam sentir-se representadas pois no citado Acordo participou uma delegação de representantes da Galiza.

Descarregada totalmente de conteúdo ideológico nacional (possui uma vocação internacional), a sua justificação assenta também em ser a norma aprovada por todos os países participantes com exceção da Galiza, que não possuía a capacidade nem o interesse governamental para aprová-la.

4. A capacidade de permanência das normas:

No momento atual três das normas se encontram assentes na sociedade através dos seus utentes com suficiente capacidade de sobrevivência como para descartarmos a possibilidade de invalidar alguma delas nos próximos tempos em base a uma maior força de outra norma que acabasse por ocupar o seu lugar.

Assim, é pouco provável que nos próximos tempos a norma dita oficial (RAG) desapareça em base a uma pressão social que exija a sua superação por uma norma de ortografia portuguesa (ou "histórica").

Por outro lado, o uso quer da AGAL quer do Padrão assentam em convicções profundas e num projeto cultural (*lusista ou reintegracionista*) com permanência social garantida que assegura a sua sobrevivência entre os utentes atuais.

Para além disso o prestígio e o ativismo linguístico deste movimento possuem a cada vez maior aceitação social. A respeito do uso da norma de Acordo 90 o seu uso continuará restrito por enquanto a um âmbito reduzido e as probabilidades de maior difusão e uso só aumentarão no caso de se efetivar o seu uso na sociedade portuguesa.

1.1. O elemento de maior sucesso:

Agora bem, neste quadro que acabamos de definir não se encontra o elemento de maior sucesso social, que continua a ser sem dúvida o castelhano (isto é a língua espanhola), aquele que possui as melhores possibilidades de sucesso e de implantação social generalizada na Galiza, apagando as possibilidades de desenvolvimento da língua nacional.

Nesse sentido o perigo direto para a sobrevivência da língua nacional não é, no nosso entender, uma ou outra das normas, mas diretamente a língua que entra em conflito por ocupar a totalidade do espaço social de comunicação (o castelhano).

Assim um movimento social que procure trabalhar para uma mudança da situação atual de imposição linguística deveria procurar todas as ferramentas e possibilidades de trabalho para defender os espaços já conquistados e ganhar outros novos para a língua da Galiza.

Neste texto defenderemos a tentativa de analisar as normas em base às possibilidades de uso para trabalhar na defesa e maior introdução social da língua. Defendemos também ultrapassar o chamado debate normativo em base às seguintes considerações:

- Depois de 24 anos de conflito as diferentes normas já elaboraram uma série de argumentos, justificações e propostas de introdução social em que cada escolha já recolheu os seus frutos e assentou a sua defesa ideológica face a sociedade.

-Por outro lado a norma dita oficial, que só poderá sofrer modificações no futuro em base a uma pressão social significativa, tem no seu poder a capacidade de influir nos âmbitos académicos e institucionais impondo o seu uso.

Agora bem, a norma da RAG está muito próxima de alcançar o seu máximo desenvolvimento social.

Dificilmente vai ter maior sucesso no futuro do que já teve, sendo que pelos argumentos e possibilidades de expansão social não conseguirá mais utentes fieis nem maior expansão social não sendo através da obrigatoriedade ou implementação de parte do governo.

-O projeto reintegracionista pela sua parte não procura modificar a norma da RAG na atualidade, mas substitui-la, quer pela da AGAL, quer pelo Padrão,

mas não possui na atualidade essa capacidade nem a força para impor essa mudança "desde acima", isto é, desde os órgãos de poder da sociedade (lembramos a modo de exemplo que não há nenhum representante político eleito que use uma ou a outra dessas normas a nível municipal ou autonómico) pelo que só lhe resta trabalhar desde a base.

As posições e críticas a uma ou outra norma já ficaram no nosso entender totalmente esclarecidas no decorrer destes anos e a situação atual é de estabilidade da norma da RAG e de expansão progressiva das duas normas reintegracionistas que têm um uso social que começa a ser significativo (AGAL e Padrão).

Nesse sentido considera-se que se deve fazer uma análise dos elementos positivos e negativos das normas citadas para sabermos se é produtivo passar a utilizar uma ou outra para segundo que tipo de situações e intervenções.

5. Vantagens e desvantagens das normas em uso:

5.1. RAG:

É uma norma que carece de utilidade social efetiva para além da identitária (pode ser substituída pelo castelhano em qualquer âmbito de uso). Sendo obrigatório o seu ensino e o seu conhecimento unicamente para alguns postos da administração, a realidade converte-a numa obrigação para aceder a determinados postos de trabalho.

Porém, uma vez conseguido o trabalho a escolha individual permite que uma pessoa possa exprimir-se em castelhano, não sendo quando houver alguma reclamação nesse sentido.

É uma norma com grande permissividade do uso mesclado com o castelhano, não existindo um rigor nem uma consciência da necessidade de usar um bom galego ou de eliminar a influência do castelhano. Funciona a todos os efeitos como um castrapo, um portunhol, antes de mais pelo uso da grafia espanhola, mas sobretudo por ser entendida como língua traduzida (do castelhano). Porém possui duas vantagens de uso que não se deveriam subestimar:

-Pode exigir-se o seu uso por parte da administração para o relacionamento com os cidadãos. Nesse sentido, qualquer documento legal ou papel oficial do Estado que uma pessoa receber em castelhano pode ser reclamado para recebê-lo nesse galego.

É possível que possa parecer algo sem importância, mas as reclamações à administração (quer estatal quer autonómica) para receber a informação numa língua diferente da castelhana geram uma série de situações e debates nesses lugares de trabalho, nas instâncias do governo ou entre os próprios cidadãos que não é desprezível à hora de colocar o conflito linguístico no seio da sociedade.

-Ninguém se pode negar a usá-la quando obrigado a isso dada a grande facilidade para um utente de castelhano para "traduzir" para esse galego qualquer documento ou trabalho já realizado.

5.2. AGAL:

É uma norma que possui uma grande facilidade para ajudar ou convencer pessoas que já utilizam o galego da RAG para se passarem da grafia castelhana à portuguesa. Sendo uma norma permissiva com as especificidades galegas e justificada em defender a autêntica grafia histórica do galego, procura uma norma culta e tenciona eliminar os erros de permissividade que a RAG possui face o castelhano.

Coloca-se nesse sentido como a cara amável do reintegracionismo, pois *sem deixar de ser galego é também uma variedade de português*. Não destrói o discurso ideológico identitário baseado na defesa da língua como algo próprio dos galegos, nosso, particular, próprio.

Por outro lado, o seu uso não oferece vantagens laborais (não é Português), restringe o seu uso ao âmbito da Galiza autonómica e não assegura a correção dos seus utentes pois se encontra também no interior do conflito. Para além disso a sua defesa só pode ser de tipo identitário como língua da Galiza e em muitos casos não consegue fazer de ponte para uma aceitação real da cultura portuguesa por parte dos seus utentes.

5.3. Padrão:

É uma norma que possui grande dificuldade para ganhar novos utentes dentro da militância linguística ou nacionalista. Sendo a sociedade galega recetora constante de uma imagem negativa de Portugal e de *tudo que cheire a português*, existe também uma grande adversão objetiva ao português, sendo uma das suas grandes desvantagens sociais.

Porém, à margem das pessoas comprometidas (nacionalistas, reintegracionistas) o português está já de facto a ser estudado em 7 Escolas de Línguas por centenares de alunos e começa a ser uma das línguas de maior interesse para determinados setores sociais por razões laborais (ex: estudantes de medicina).

Por causa da distância com o galego da RAG, marcado socialmente como não galego é por esse motivo a norma com maiores possibilidades de sucesso social fora do âmbito de defensores da língua (em falantes de castelhano, pessoas desinteressadas) ao ser entendido como uma língua estrangeira que pode vir a ser de interesse.

5.4. Acordo de 90:

É uma aposta arriscada de uso duma norma ainda não vigente, dado que assenta na ideia de que finalmente a norma irá ser aprovada e usada nos diferentes países da Lusofonia (nomeadamente em Portugal) e, portanto, adianta-se a possíveis acontecimentos futuros.

Enquanto não for efetiva noutros países, o seu uso não oferece qualquer função de utilidade (laboral, de relação social.) ou de identidade (não é uma norma "galega"). Também não possui um uso social significado, sendo utilizada por um grupo muito reduzido pelo que carece de atrativo para um desenvolvimento social amplo.

6. Proposta de novos usos em base às vantagens que cada norma pode trazer:

Propõe-se neste texto um uso *interessado* das normas com a intenção de aumentar a sua produtividade e alcance social.

Esta proposta contraria a fidelidade a uma norma determinada dos agentes sociais reintegracionistas que influem na sociedade para regaleguizá-la, defender a língua e inseri-la na Lusofonia.

A respeito das normas reintegracionistas com uso social poder-se-ia associar as normas a um "target" [104] determinado e a uma função determinada. Poder-se-ia nesse sentido destinar a norma da AGAL para uma função identitária (para dirigir-se àqueles mais nacionalistas ou entregues ao discurso mais clássico do amor à terra e à Língua). Por outro lado, poderíamos entregar uma função utilitária para a norma padrão portuguesa (para aprender uma língua útil com possibilidades laborais).

Nesse sentido uma possível estratégia seria, portanto, convencer os galeguistas (os nacionalistas, os amantes do País) que ainda escrevem em RAG para começar a escrever em AGAL pois é a norma que não destrói o seu discurso ideológico, não é uma norma castelhanista, introduz a Galiza na Lusofonia, etc.

Para um galeguista que já escreve na norma da RAG a norma da AGAL parece ser o primeiro passo natural no caminho à descoberta do português, pois não destrói de raiz todos os preconceitos ideológicos em que foi educado e que conformam em parte a sua própria identidade.

Por outro lado, atendendo aos falantes de castelhano e os desinteressados do porvir da sua língua (não galeguistas) poder-se-iam elaborar campanhas de aprendizagem generalizada de português padrão através das EOI (Escolas de Línguas) ou de qualquer outro sistema de ensino (secundária).

Estes alunos não estariam a aprender galego (reduzido só à Galiza, em concorrência com o castelhano mais útil e atrativo) mas uma língua internacional para se relacionar laboral ou socialmente com o Brasil, Portugal, Europa....

[104] "Target" entendido como público-objetivo a quem se dirige determinada informação ou produto.

Para um falante de castelhano ou um utente de galego desinteressado aprender uma "nova" língua configura-se como uma melhora do seu curriculum para o mercado laboral e com toda probabilidade será passado o tempo que passe a descobrir que essa (sua) língua tem grandes potencialidades.

Além disso poderíamos marcar como estratégia exigir (individual ou coletivamente) da administração e das empresas que a sua relação connosco (como cidadãos ou como clientes) fosse sempre em galego ou português, ainda no galego dito oficial (quando não fosse possível exigi-la em português), obrigando a fazer normal o uso duma língua que não é o castelhano na administração e no mundo empresarial.

Com as consequências sociais que isso pode trazer. Referimo-nos a contratos, documentos legais, publicidade, promoções...

Obrigando a um atendimento em "galego" (ainda nesse "galego" da RAG) obrigar-se-ia a numerosas pessoas com preconceitos monolingues a uma aceitação do uso de línguas diferentes da castelhana na Galiza, a uma aceitação dos direitos linguísticos doutras pessoas, a uma aceitação do outro como cidadão com direitos, direitos que devem ser respeitados.

A respeito das normas do Acordo de 90, não parece interessante estender o seu uso enquanto não for aprovada em Portugal.

Pode ser de maior interesse espalhar toda a informação relacionada com esse acordo e as mudanças gráficas que poderia implicar, como elemento justificador da escolha quer da AGAL, quer do Padrão à espera duma norma internacional unificada.

27. MARÍA VILARIÑO SUÁREZ (UNIVERSIDADE DA CORUNHA, GALIZA)

WWW.UDC.ES - PRINCIPAL - GA

VISIÓN E REVISIÓN DE ROSALÍA DE CASTRO NA HISTORIOGRAFÍA LITERÁRIA

O objeto de nosso trabalho é contribuir dados significativos sobre o processo de espanholização sofrido pelo sistema literário galego através de uma figura emblemática: Rosalía de Castro, utilizando como recursos diferentes histórias da literatura galega e espanhola de diversas épocas e livros de texto.

A importância destes materiais de trabalho é enormemente significativa já que graças a eles se configura uma ideia determinada na maior parte da povoação de um modelo de canon literário que mantém uma estreita relação com as ideias linguísticas que se pretendem transmitir.

O processo asimilador da cultura espanhola e de seu discurso característico não se detém na figura de Rosalía em concreto nem no campo literário como marco geral senão que pretende um objetivo bem mais amplo como o é o de finalizar o processo colonizador iniciado desde o século XV sobre a língua galega chegando ao desaparecimento de seu uso ou a sua manutenção puramente ritual.

Daí a versão parcial da figura de Rosalía que nos transmitiram –e seguem transmitindo– muitas das histórias da literatura espanhola e, surpreendentemente, também muitos dos textos de referência de uso comum no caso da literatura galega.

Pretendemos, pois, reconhecer um conjunto de linhas básicas sobre as que boa parte da historiografía literária "oficial" tenta sustentar a figura de Rosalía de Castro prestando especial atenção às reflexões que se fazem sobre sua obra partindo do ponto de vista linguístico, biográfico e de análise de obras concretas.

A crítica literária española, através das histórias da literatura, actúa con moita máis frecuencia da que cabería esperar sobre a figura de Rosalía de Castro, deostando e simplificando a súa figura. Mais non debemos pensar que isto é unicamente característico da historiografía literaria castelá posto que a visión reducionista é máis habitual do que semella normal tamén nas historias da

literatura galega. Selecionamos como mostra diferentes histórias da literatura española consideradas obras clásicas dentro dos estudos literarios correspondentes, mais amplamente superadas por obras posteriores aínda que, en moitos casos, sigan a exercer unha poderosa influencia sobre novos manuais e obras modernas canto á súa concepción mais lastradas polo clasicismo no seu desenvolvemento. Así pois, a nosa escolla inclúe obras consideradas bibliografía fundamental en moitos cursos universitarios mais tamén no ensino obrigatorio que tiveron unha grande aceptación en diversas etapas dos estudos literarios.

Deste xeito a nómina completa de obras empregadas que situaremos por orde cronolóxica para apreciar a posíbel evolución dos seus puntos de partida, é a seguinte[105]:

- *Literatura castellana* de Manuel de Montoliú, 1930. [Montoliú]
- *Historia del movimiento romántico español*, tomo ii de E. Allison Peers, 1954. [Gredos 54]
- *Antología mayor de la literatura española*, *tomo iv Neoclasicismo, Romanticismo, Realismo, siglos xviii-xix* de Guillermo Díaz-Plaja, 1962. [Antología]
- *Historia de la literatura española* de José García López, 1962.[Vicens-Vives]
- *Manual de Historia de la Literatura Española*, Max Aub, 1966. [Aub]
- *Historia social de la literatura española (en lengua castellana),* Vol ii, de Carlos Blanco Aguinaga, Julio Rodríguez Puértolas e Iris M. Zavala, 1978. [Social]
- *Historia de la literatura española*, tomo v de D. L. Shaw, 1979. [Ariel]
- *Historia de la literatura española*, tomo iv de Juan Luís Alborg, 1980. [Gredos 80]
- *Historia de la literatura española*, iii, siglos xviii-xix coordinada por Jose María Díez Borque, 1980. [Taurus]
- *Historia de la literatura española* da Editorial Cátedra, 1990. [Cátedra]
- *Historia y crítica de la literatura española, tomo v Romanticismo y realismo* coordinado por Iris M. Zavala, 1982 e *tomo 5 - 1*, 1994. [Crítica 1] e [Crítica 2] respetivamente.
- *Historia de la literatura española, siglo xix (i)* coordinada por Guillermo Carnero, 1997. [Espasa]
- *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua castellana), tomo v: La literatura escrita y la mujer. Del siglo xix a la actualidad.* Baixo a coordinación de Iris Zavala, 1998. [Feminista]

As principais diferenzas existentes entre os puntos de partida das análises que se fan nestas obras sobre as circunstancias vitais e de produción literaria de Rosalía de Castro residen na actitude asimilacionista da figura rosaliana da que parten as historias da literatura española, nas que, o que se tenta, é integrar a toda costa a Rosalía nun sistema literario que lle é completamente alleo. As estratexias empregadas para esta colonización cultural son diversas e van desde a non recolla de datos como a orixe galega da autora até o desprezo total pola produción en lingua galega primando exclusivamente a que está en castelán que é forzada a axeitarse á estrita definición que se fai do Romanticismo ou, nun dos casos, do Modernismo.

Esta asimilación ao Modernismo ten sido tamén moi repetida e, aínda que poida non parecelo, resulta extremadamente perigosa posto que non só se trata de introducir a obra de Rosalía nun contexto que de seu non lle corresponde, senón que introduce un termo da teoría literaria cuxa correspondencia non é, nin moito menos, exata entre as literaturas do ámbito de influencia hispánico (isto é a propia literatura española mais tamén a hispanoamericana) e as pertencentes á cultura da lusofonía (na súa máis ampla extensión: Galiza, Portugal e Brasil, excluímos ás literaturas africanas en lingua portuguesa por motivos histórico-cronolóxicos evidentes). Trátase máis unha vez de forzar a poética rosaliana co fin de adaptala á periodización doutra literatura, sen considerar que é imposíbel realizar un transvase de autores, motivos e obras a un sistema literario alleo. Alén disto, moitos dos historiadores da literatura española deturpan a figura de

[105] Unha das nosas principais preocupacións á hora de selecionar as obras das que faremos comentario foi a de contar con textos que abranguesen un marco cronolóxico o máis amplo posíbel e que se tratase tanto de obras como de autores ou responsábeis de publicación de recoñecido prestixio no ámbito dos estudos literarios. No caso da literatura española o número de traballos sobre a época romántica é inxente, o listado que incluímos recolle aquelas de maior uso e máis recomendadas no ámbito universitario procurando unha certa pluralidade.

Rosalía até o punto de resultar verdadeiramente complicado acceder as verdadeiras fontes e ter unha perspetiva veraz da súa biografía que nos foi negada durante moito tempo mais que progresivamente temos a oportunidade de redescubrir.

Como passo prévio á análise da figura rosaliana nas histórias da literatura selecionadas é importante facer unha breve referencia á relevancia que teñen estas obras como articuladoras do canon[106]. A diferenza no estadio de consolidación dos dous sistemas faise evidente na constatación de que a literatura española deriva en obras en que prima o biografismo e o recurso á segmentación cronolóxica de autores e obras, sen reservar espazo para a análise de obras ou para a crítica literaria posto que ese segmento dos estudos literarios é xa cuberto por outras obras.

Porén, no sistema literario galego o papel das historias da literatura derivou cada vez máis co paso do tempo cara a análise exhaustiva e a interpretación crítica de textos e feitos o que fai que resulten obras de maior complexidade e riqueza. A selección de temas e formas non é, tampouco, a única decisión importante a tomar na realización dunha historia da literatura, a selección dos textos que ilustran e acompañan aos autores recollidos é tamén fundamental posto que o seu papel principal é o de funcionaren como reforzo e fixador das liñas teóricas que se están a expoñer.

Un perfecto exemplo de como as historias da literatura son as que estabelecen o canon literario está na literatura oral. A oralidade ten sido separada sistematicamente polo estudo académico até épocas máis ben recentes e grande parte da culpa estaría na consideración previa por parte das elites culturais que deixarían forma da sistematización a literatura popular por considerala pouco culta ou pouco elaborada.

Lefevere (1992:22) reflexiona sobre estes temas, denomina "reescrita" às diferentes informacións e transformacións que se poden dar dunha mesma obra literaria segundo os intereses vixentes en cada momento histórico. Considera que a "reescrita", sobre todo sobre dos textos considerados clásicos, inflúe moito máis sobre os lectores que a propia lectura xa que os lectores están condicionados previamente por imaxes que se manteñen por tradición e desde as que partirán ao comezar a lectura dun texto, condicionándoa por completo desde o seu inicio. Esta manipulación, que se dá sempre na medida en que existen axentes intermedios entre o texto orixinal e os lectores, é especialmente relevante nas traducións, edicións, antoloxías e historiografías, e un dos segmentos poboacionais que considera máis afetado é o dos estudantes.

A relevancia desta observación vén dada pola propia sociedade, que tende progresivamente a un preocupante isomorfismo en que o diferente é simplemente o que non actúa ou pensa como todos os demais e por esta razón é excluído, isto mesmo é que se ten conseguido con Rosalía de Castro; prescindir por completo do seu estudo sería moi complicado posto que a súa pegada segue vixente nas nosas cancións, nas nosas rúas, no noso contorno, etc. así que se opta por unha manipulación aberta que abrangue todos os elementos que a rodean; desde o seu físico, manipulado por tela considerado pouco atrativa non só para os esquemas da época senón como para ser a futura imaxe idealizada, santa, que había de representar a esencia fráxil da alma dos galegos, até a manipulación da interpretación da súa obra. Dada a imposibilidade de silenciar por completo o recordo da súa existencia o que se fai é manipular a interpretación focalizándoa nos aspetos que resulten menos problemáticos aparentemente.

Este é un os motivos que leva a que o estudo de *Cantares gallegos* predomine sobre o de *Follas Novas*, a primeira das obras pode "venderse" como popular, relacionada diretamente co espírito do pobo e tematizante dos seus costumes e tradicións mentres que *Follas* é considerada máis complicada, dunha subxectividade excesiva que impide a súa total comprensión e, ademais, cun sentimentalismo desmesurado sería froito do sufrimento vital da autora de forma que, con estratexias deste tipo, viría de iniciarse a construción da súa imaxe de nai-mártir dos pobres galegos, dos labregos e dos emigrados.

[106] Por simple que pareza unha gran maioría de estudantes de diversos niveis do ensino pensarán que os autores e obras non recollidos nos seus libros de texto ou manuais non teñen a suficiente calidade para figuraren alí. Esta é unha suposición do máis frecuente, case ninguén se detén a reflexionar sobre o feito de que o que aparece nun manual está aí simplemente porque alguén así o decidiu e os motivos que o levaron a incluír ou non un determinado texto ou autor ou a concederlle maior relevancia a uns sobre outros poden ser do máis variado. A súa selección pode estar condicionada polas circunstâncias históricas, ideolóxicas, relixiosas, etc.

Fronte á manipulación sufrida polas obras poéticas, as obras en prosa son ignoradas case por completo, podería parecer evidente que o feito de que estean escritas en castelán é o que motiva o seu esquecemento, mais este argumento non é apropiado, entre outros motivos pola forza identitaria galega evidente en obras como *La hija del mar* que fai que non sexan tampouco comentadas dentro da literatura española[107] e porque, após a súa lectura, fica claro que o verdadeiro motivo subxacente é a forte carga revolucionária en aspetos como a reivindicación da papel da muller, da creación literaria, da necesidade de transformación da sociedade que non resultaría axeitada (e menos de boca dunha muller) para as mentes ben pensantes da época e para as de etapas posteriores.

Dentro do conxunto de histórias da literatura española empregadas para o presente traballo hai numerosos comentarios sobre a figura de Rosalía de Castro, comentarios que nalgún caso expoñen sen ambaxes a absorción que a literatura española vén realizando da figura da nosa ilustre autora e, só en casos reducidos, contemplan a súa figura desde unha perspetiva fundamentada na realidade dos feitos e non na divagación e na imaxinación que historicamente teñen alterado a súa personalidade e a súa obra. Este último punto é o que resulta máis perigoso posto que é na análise da obra onde se produce con maior agudeza a deturpación da motivación de Rosalía para a escrita, da realidade galega e de Galiza como país baixo o controlo da brutal agresión constante de Castela.

A análise polo miúdo das diferentes obras selecionadas ten como finalidade descubrir as estratexias que se empregan para acadar estes obxectivos mais debemos puntualizar que moitos dos comentarios dos autores son probabelmente motivados máis polo inconsciente do xa aprendido, sabido e, polo mesmo, practicamente inamovíbel ideoloxicamente, que por unha plena consciencia do que se está a dicir, especialmente nas obras dos últimos anos en que determinados comentarios se deben con maior probabilidade máis ao peso da tradición que a unha reflexión seria e consciente sobre o tema.

Curiosamente este é o movemento contrário ao que se dá nas histórias da literatura galega onde a consciencia e a investigación rigorosa sobre Rosalía de Castro e a súa importancia son maiores conforme falamos de obras máis próximas aos nosos días, que, ao tempo presentan tamén un maior cientifismo.

Trátase, en definitiva, de centrar a atención do lector nuns focos predeterminados, seguros e pouco subversivos para facer borrosa o resto da obra ou as características reivindicativas da autora. De non funcionar esta estratexia, súmaselle a invención dunha figura mítica tan bondadosa e perfecta que resulta inimaxinábel, isto é, como sinala Lefevere en referencia á deturpación da imaxe literaria de Madamme de Stäel: de "substituír á persoa real por unha figura lexendaria que resulte tan verosímil e tan exata como a dos santos da haxiografía oficial" (1992:169).

Un dos primeiros trazos empregados dentro dos textos para descaracterizar e diluír a Rosalía é a utilización de expresións do tipo "un poeta", "es un poeta" "el más importante de todos" ou "un escritor", presentes na gran maioría das obras: [Montoliú], [Taurus], [Cátedra], [Crítica 1]. Este comentario non é nin moito menos inocente, a través do uso exclusivo do masculino procédese a un duplo traballo, por unha parte négase a feminidade de Rosalía, a súa propia existencia de muller que debería ser premisa principal para analizarmos a súa produción literaria e, por outra, procédese a usar un cualificativo que lle é destinado pola consideración que se ten de que a súa obra literaria non ten nada a ver coa de outras autoras da época e posteriores, retomando a idea de Pardo Bazán ao cualificar a Rosalía como "varonil" polo produto da súa escrita.

[107] A literatura española ignora sistematicamente a existencia destas novelas, non podemos por menos que pensar que este é un esquecemento totalmente deliberado e, mesmo, ousamos aventurar un outro motivo alén da temática socialmente revolucionaría das obras, que se concretaría no exceso de ego por parte da literatura española: é evidente que aínda que a súa lingua sexa o castelán o imaxinario do que parten as obras é o galego co que se enfrontarían cun problema de adscrición mais a isto habería que sumarlle ese feito cualificado como "ego"; o Romanticismo español é un movemento nomeadamente poético, con escasas manifestacións teatrais e case nulas na narrativa, o feito de incluíren á Rosalía narradora dentro da súa historiografía e, dado que forzan a súa figura para asentala dentro do Romanticismo, significaría que Rosalía de Castro, muller e galega (e o peor consciente e orgullosa das dúas cousas) pasase a ser a figura máis importante da narrativa da súa época, cunha obra sen parangón na literatura española do XIX. D e non pretender introducila na literatura romántica española a súa obra debería ser considerada un claro antecedente da novela de Galdós e Clarín, feito que tería idénticas consecuencias.

A isto podemos engadirlle outros comentarios camuflados de neutros e até de feministas. Mais que revelan pola súa expresión ou ben a masculinización forzada da autora, a súa asexualización como punto "menos lesivo" deste proceso ou a súa renuncia completa a unha literatura reivindicativa do papel da muller cando é evidente que o que estaba a facer era todo o contrário.

Esta suposta renuncia vén dada polas diferenzas evidentes que existen entre a poética rosaliana e a doutras autoras da súa época como ben expresou ela mesma no primeiro poema de *Follas Novas*, así en [Espasa] podemos ler reflexións deste tipo:

> *Rosalía se mantiene al margen del movimiento femenino probablemente porque su temprano matrimonio con Manuel Murguía, un escritor conocido en la época, la aleja del círculo de poetisas que giraban en torno a Carolina Coronado. Encuentra en Murguía al mentor por el que todas suspiran, la persona culta que le recomienda lecturas y dirige sus pasos literarios. Pero hay en Rosalía una conciencia feminista patente en todas sus obras* (p. 557)

O que neste texto se sinala é que Rosalía non era quen de funcionar autonomamente, precisaba de Murguía para cultivarse (feito que todas as autoras envexarían segundo se supón) que é a un tempo quen lle impide estar non no círculo literario de Carolina Coronado senón no de "poetisas que giraban" arredor dela.

Canto á primeira afirmación non só Rosalía non se mantén á marxe senón que é a verdadeira iniciadora da literatura feminista no noso país e, aínda que unha comparativa non sexa demasiado apropiada, é moito máis importante a súa reivindicación da muller para a literatura galega do que a de Coronado para a española, de considerarmos que esta existe realmente.

En [Feminista] o apartado dedicado a Rosalía iníciase coa seguinte afirmación: "*La temática del dolor como fator determinante de la subjetividad femenina tiene mucha importancia también en la poesía de Rosalía de Castro*" (p. 61) nunha liña que pretende reivindicar o papel da escritora na literatura española e que nos suscita as seguintes preguntas: Que é exatamente o que se está a sinalar? Que a dor é o reativo preciso para que Rosalía comece a escribir? Que as súas liñas temáticas están determinadas polo seu sexo?

O argumento que máis se repite no conxunto de estudos existentes é o da consideración de Rosalía como debedora da poesía de Bécquer e, mesmo, de Espronceda (ou Campoamor) de xeito que a súa poesía non viría ser máis que unha imitación escrita pola influencia e inspiración espertada por estes autores. Naturalmente o motivo que subxace neste tipo de argumentos é a consideración de que a obra de Gustavo Adolfo Bécquer ten máis importancia que a de Rosalía de Castro, así:

> *Hay extrañas afinidades entre Rosalía de Castro, la cantora del Norte, y Gustavo Adolfo Bécquer, el andaluz, que nacieron con diferencia de pocos meses, murieron ambos prematuramente y lograron renombre con poesías de naturaleza no dispar publicadas en la fecha de su muerte, aproximadamente...Hoy [Bécquer] aparece junto a Rosalía de Castro, aunque a altura algo mayor, representando al neorromantismo del octavo decenio del xix en la poesía lírica. [Gredos 54]*
>
> *Su poesía direta es hermana de la de Bécquer y ha dejado su impronta en muchos, aun en la métrica. [Aub]*
>
> *Junto a la obra de Bécquer —a la que unicamente cede en importancia como precursora de la futura trayectoria de la poesía española—, estaba la de Rosalía de Castro. [Ariel]*
>
> *Al mencionar a Bécquer mencionamos precisamente un antecedente direto para la poesía de Rosalía de Castro. Recuérdense las fechas de aparición de sus libros: si el primero, de 1863, está conectado con la lírica popular, los otros dos son de 1880 y 1884; es decir, posteriores en unos diez años a la publicación póstuma de las obras de Bécquer, aparte de los versos de este que aparecieron en revistas cuando aún vivía el poeta. [...] Si el recuerdo de Bécquer es visible en ella, el de Campoamor, menos importante, también ocurre a veces. [Luis Cernuda en Crítica 1]*

De reflexionarmos no porqué de afirmacións deste tipo comprobaremos que os motivos principais son varios, en primeiro lugar un feito evidente relacionado

co punto anteriormente tratado: Bécquer é home e Rosalía muller e este feito, cuxa mención pode semellar case ridícula, é determinante. A historia literaria está feita predominantemente por homes e a literatura das mulleres, aínda que fose considerada no momento da súa produción (cousa que tampouco acontecía) non ten un oco destinado para ela. A isto hai que sumarlle o segundo aspeto que tamén é recollido nestes comentarios: Bécquer é andaluz e Rosalía galega, aínda máis, podemos eliminar completamente a comparación becqueriana neste caso[7] e argumentar que a discriminación é debida ao feito de ser Rosalía galega, consciente e reivindicativa da súa galeguidade, orgullosa da súa terra e motivada por lle facer ver ao resto de España que Galiza non era unha terra de salvaxes dos que se podían aproveitar impunemente.

Evidentemente estas consideracións non resultan importantes para a literatura española que diante da figura dunha poeta xenial con parte da súa produción en castelán vese "obrigada" a asimilala e para integrala compáraa e chámaa abertamente debedora dun outro poeta que recoñece como un dos seus maiores xenios líricos e cuxa principal liña temática é claramente a sentimental; non é preciso ter en conta unha cronoloxía rigorosa que nos afirme que é Rosalía quen incita a Bécquer a ler a Heine, de quen ambos beben; non é posíbel para a literatura española recoñecer que un dos seus máis grandes poetas recibe a súa inspiración definitiva da recomendación dunha autora "de provincias"; canto às referencias a Espronceda o máis probábel é que a súa obra formase parte da "enciclopedia cultural" rosaliana por ter esta feito a súa lectura como sería natural non só nela senón en todos os autores da época.

Este argumento garda unha estreita relación co feito de se ter considerado a Rosalía como unha poeta da intuición, que se deixaba levar polo que ouvía aquí a acolá, sen coñecementos profundos de literatura e moito menos de métrica; que a un tempo podemos por en relación coa previa condición rosaliana de muller, dubídase da intelectualidade de Rosalía porque era unha muller e, como tal, non se ten en conta a súa participación en tertulias, o seu interese pola cultura nin as súas lecturas, considerando en todo caso que se trataba da influencia que sobre ela exercía Murguía como xa vimos no punto anterior.

Mais neste caso debemos mencionar unha excepción, hai varias historias da literatura española que recoñecen a Rosalía como unha verdadeira revolucionaria da poesía do seu tempo aínda que a maioría delas só ousan equiparala a Bécquer mantendo con argumento principal a "común" temática sentimental.

> *Como la de Bécquer —pero de una forma más intensa—, la poesía de Rosalía de Castro denota una ansiedad febril, una inquietud angustiosa por algo vagamente presentido [Vicens-Vives]*

Rosalía de Castro añade otro matiz a esta corriente, aunque también pertenece al grupo germanizante de Sanz y Bécquer. A diferencia de Gustavo Adolfo, Rosalía está inserta en el mundo, y se hace portavoz de los temas del proletariado gallego. [Taurus]

> *Si Bécquer es el primer poeta del siglo xix en lengua castellana, idéntica primacía corresponde en su lengua vernácula a Rosalía de Castro (1837-1885), quien, además, con su reducida obra lírica en castellano, es capaz de resistir el parangón con el gran poeta sevillano, colocándose muy por encima de cualquiera de los otros poetas que fueron sus contemporáneos. [Poesía*]

Outros temas interessantes para compreendermos mellor a abordaxe do tema rosaliano que fai a historia da literatura española son o que podemos denominar "costumismo" por unha parte e intimismo desmesurado por outra e que poremos en relación coa análise que estas historias fan da obra en galego de Rosalía de Castro, que, aínda que é un tema que non as atinxe, é tratado por moitas delas sen o menor reparo e, en moitos casos, con grande descoñecemento das circunstancias de produción destes textos.

En moitos casos, ao falar de *Cantares gallegos* afírmase que é unha obra de raíces costumistas ou folcloristas, como se estes termos fosen sinónimos perfectos, esquecendo que se trata dunha obra que afinca a súa base no popular.

O costumismo non está presente nos *Cantares*, non son as composicións que integran a obra cadros fixos, descricións de ambientes e tipos estáticas sen máis senón que hai vida, enerxía e movemento que é precisamente o que Rosalía

pretende resaltar e dar a coñecer de Galiza, dignificando o seu pobo, os seus costumes e tradicións e refletindo unha sociedade oprimida.

As historias da literatura española insisten en xustificar a creación de *Cantares Gallegos* na tendencia do século xix a recrear composicións populares coa intención de chegar ao verdadeiro espírito do pobo, ao *volkgeist* mais o camiño iniciado por Rosalía non se detén na simple recreación ou admiración do popular ao pretender á absoluta dignificación e enaltecemento do seu pobo.

A innovación que supón este tratamento do popular no campo literario galego é formulado do seguinte xeito pola literatura española:

> *En su primera obra, Cantares gallegos (1863), se refiere al paisaje y a los motivos capitales de la vida rural de su tierra — los amores de la aldea, las romerías, la melancólica "saudade" del campesino, obligado por la miseria a emigrar a Castilla... —, adaptando los ritmos a la poesía popular de Galicia. [Vicens-Vives]*
>
> *La mayoría de poemas de esta colección [Cantares] están formados por canciones de amor, llenas de ternura y suaves quejas, y por poemas que expresan la sabiduría popular a veces de un modo satírico. Pero el sello de la personalidad de Rosalía es menor en éstos que en el grupo secundario de poemas en el que el tema no es el sentimiento individual sino las reacciones de la poetisa ante la misma Galicia, sus campos, sus caminos, sus lugareños y especialmente ante su situación contemporánea [a da propia Rosalía]. [Ariel]*
>
> *Sus canciones de despedida y de ausencia reflejan los sentimientos de generaciones de emigrantes forzados al exilio por condiciones que Rosalía atribuye con resentimiento al predominio de Castilla. Aquí su poesía hace sonar una nota viril de orgullo y reproche. [Ariel]*[108]
>
> *Rosalía publicará su primera obra fundamental, Cantares gallegos, que verán la luz en Vigo. Con esta su primera obra en lengua vernácula, todavía – como ha señalado J. L. Varela- no específicamente rosaliana, dirigida más a plasmar el espíritu del pueblo que el suyo propio*... [Poesía]

Canto a *Follas Novas* a análise responde aos mesmos prexuízos mais a temática á que se apunta constantemente é a do sentimento exacerbado, á do descontrol emocional, sen considerar que aparecen nesta obra outras moitas liñas temáticas e que o mesmo sentimento presenta opcións moi diversas. As consideracións fundamentais ao respecto desta obra residen no tratamento do prólogo; as "Dúas palabras da autora" dan pé a liñas de lectura completamente diverxentes segundo partamos da consideración ou non de que Rosalía está a empregar a ironía nas referencias que fai a atividade da escrita nas mulleres que é o elemento máis resaltado nas historias da literatura galega:

> *La segunda colección de sus poesías lleva el título de Follas novas. Si el primer libro rebosa de toda la lozanía y frescor de sus años juveniles, y seduce al ánimo del lector por el candor popular que impregna sus composiciones, en Follas novas suena una melancólica música de balada y apunta ya la amrga sonrisa del desengaño...la nota dominante es un dolor resignado y una suave tristeza. ([Montoliú], pp.787-788)*
>
> *La alusión a lo externo es ya sólo un recurso para la expresión elegíaca e lo íntimo; en este sentido la naturaleza aparece ahora como puro símbolo de su desengañada nostalgia. ([Vicens-Vives], p. 496).*
>
> *Los poemas de las Follas novas son el fruto de una visión más profunda y melancólica. Asociar esto simplemente con el modo de ser gallego, o con el complejo de orfandad (del que Rosalía indudablemente sufría) ...([Ariel], p. 172*)

Mantense unha tendencia predominantemente tradicionalista na análise, na que o que prima, é resaltar a expresión do sentimento fronte a múltiples fatores analizábeis de *Follas novas*. [Ariel] incorre mesmo no biografismo, liña que, mesmo se xustifica mediante o achaque a Rosalía de padecer o Complexo de Polícrates que lle impediría ser capaz de gozar da felicidade por un temor permanente a que esta remate e a dor provocada sexa máis aguda que o pracer obtivo.

Dúas obras fican fóra da análise realizada até o momento, representan tendencias ben diferenciadas na historiografía literaria española a respecto da

[108] Como podemos observar este último comentario que intenta xustificar o desprezo que Rosalía mostra sobre os casteláns polos abusos que cometen sobre o seu país e a súa xente leva engadido un apunte máis de misoxinia, por escribir como escribe Rosalía mostra para Shaw en [ARIEL] un trazo de tipo viril, non sería propio, pois, dunha muller, unhas acusacións e reivindicacións semellantes.

figura de Rosalía de Castro, dúas pequenas notas mais perfectamente representativas de concepcións ideolóxicas opostas, así, [Social] (menos coñecida e afastada do uso como "manual") non reproduce a versión "oficial" que presentaba a Rosalía como debedora da obra de Bécquer senón que afirma a superior calidade da súa obra:

La poesía de Rosalía de Castro (1837-1885) es quizá incluso más interesante y rica que la del propio Bécquer

> *Su lírica gallega (Cantares Gallegos, 1863 y 1872; Follas Novas, 1880) se sale del marco del presente libro, pero es imprescindible señalar, en cualquier caso, su auténtico galleguismo y su defensa apasionada y emotiva del hecho diferencial, manifestado ello no sólo por su temática y sensibilidad, sino más en concreto también, por sus diretos y violentos ataques contra el centralismo imperante, con notas incluso sociales*.

Moi interesante en tanto non segue o ronsel habitual de comentarios sobre a saudade e o sentimentalismo que inundan a obra de Rosalía, senón que tende a unha análise do contido, dos temas tratados, dos que se salientan os políticos e sociais, a defensa que Rosalía fai da súa terra fronte ao abuso de Castela.

As referencias ao tema de Castela na poesía rosaliana son moi mal consideradas habitualmente pola crítica española que as considera "desvaríos" agudizados polo sentimento que lle provoca estar fora da súa terra e, mesmo, polo feito de non ser unha escritora recoñecida fora dela mentres que nesta obra se recoñece a temática patriótica de Rosalía mais non se despreza nin denigra, non se considera máis que froito da realidade vivida[109].

A reflexión final, a modo de conclusión, que [social] fai sobre Rosalía de Castro resulta impresionante nunha historia da literatura española de finais dos anos setenta; vén a ser unha das máis lúcidas e veraces que é posíbel atopar condensada en poucas liñas. O texto final é o seguinte:

> *El sistema se considera obligado a defenderse de una serie de peligros ofrecidos por Rosalía de Castro: novedades formales, imaginación y sensibilidad, la «filosofía» alemana, la mujer compitiendo con el hombre, y, aunque no se dice el galleguismo frente al centralismo. La Restauración tiene sus reglas, no sólo literarias.*

Que se ofrece como reflexión a respecto dos comentarios da Real Academia Española a *En las orillas del Sar* (composicións que segundo eles

> "*se ven oscurecidas por no pocos deslices artísticos, extravagancias de forma y nebulosidades metafísicas que generalmente proceden del prurito de imitar la escuela germana, que no siempre están al alcance de la mujer española*").

Inaugurando unha tendência de comentarios rosalianos constantes durante moitos anos (aínda presentes desgrazadamente hoxe en día) e que, afortunadamente, son rebatidos ou, cando menos, postos en dúbida, por obras como [Social].

A outra obra selecionada representa a liña argumental contraria á de [Social], así en [Cátedra] aparecen refletidos boa parte dos argumentos usados tradicionalmente para denigrar a imaxe rosaliana. A nota sobre Rosalía inclúese dentro do capítulo do Modernismo, nun subapartado denominado "Poetas periféricos". O primeiro que se aporta é unha referencia novamente en masculino ("El más importante de todos es la gallega Rosalía de Castro")

Sobre a sua obra en castelán as afirmacións non son nin sequera corretas e, remitíndose a comentarios de Luís Cernuda, regrésase á filiación becqueriana (e non satisfeitos con esta á de Campoamor) da obra de Rosalía que ademais é cualificada novamente de torpe ou pouco novidosa na súa composición:

> *Una de las más originales de la escrita en castellano, cuyo único libro en este idioma apareció en 1884 con el título de En las orillas del Sar. Luis*

[109] Habería que sinalar tamén un feito que non por representar un pequeno detalle debe pasarnos desapercibido, ao mencionar as obras de Rosalía en galego son sinaladas dúas datas para *Cantares gallegos*, de xeito que se recoñece a primeira edición e a reimpresión feita en vida da autora; é unha forma máis de constatar que Rosalía foi unha grande autora, con éxito suficiente como para acadar unha reimpresión dunha obra poética en galego.

Cernuda ha señalado la influencia que ejercieron en su obra Campoamor y, sobre todo, Bécquer, si bien considera que su técnica y su métrica son menos revolucionarios que los del sevillano. Rosalía comparte su intimismo con acentos de protesta social motivados por la postergación a que cree sometida a Galicia. (a itálica é nosa)

Comentário final do apartado que, desde logo, non ten nada de inocente; en primeiro lugar a temática a que verdadeiramente se salienta é a introspetiva que se ve salpicada por toques de temática social, mais este tema falla desde a base posto que partiría da crenza (que se evidencia, consideran errónea) de que Galiza sufriu toda unha serie de abusos históricos baixo o dominio de Castela.

Para finalizar resumiremos unha serie de ideas que fican na mente do lector ou do investigador após consultar o apartado dedicado a Rosalía de Castro no *corpus* elixido de obras da historiografía literaria española.

Teremos a imaxe dunha autora "sentimentaloide", sen cultura nin coñecementos e, polo tanto, arrastrada pola intuición na súa creación literaria, traumatizada por ser filla de nai solteira (até límites insospeitábeis se nos deixamos levar polos comentarios que estas obras realizan), tradicional e temerosa de Deus, choromiqueira e hipersensíbel, incorrendo continuamente no erro do biografismo.

A visión que se ofrece de Rosalía non é deturpada mediante a denigración; esa posibilidade vese moi reducida na atualidade dado o alcance que ten acadado a súa figura, así que o máis común é recorrer á sublimación, que é a que a transforma na "santa", na "chorosa", na figura con capacidade de sufrimento para redimirnos a todos os galegos.

Este exceso é moito máis difícil de combater que o recurso ao insulto direto e é o principio xerador da imaxe que, maioritariamente, temos – galegos e non galegos – dunha muller que, nin moito menos, merece ficar reducida a ese papel baleiro de significado real pola súa salientábel loita a prol da necesidade social da igualdade de condición para homes e mulleres e polo seu intento de facer ver os abusos que España mantivera sobre o pobo e o territorio galego.

Canto às débedas que se lle atribúen a Rosalía literariamente, nomeadamente a filiación becqueriana – a maior parte delas proceden de prexuízos criados e alimentados durante anos polas historias da literatura española mais que se transvasaron a determinadas obras da literatura galega. Téndomos claro que Rosalía de Castro e a súa obra pertencen ao sistema literario galego non podemos permitirnos o luxo de intentar realizar os nosos estudos científicos partindo da mesma base que os da literatura española posto que nos atopamos en lugares en contacto (por condicións xeográficas e políticas evidentes) mais totalmente diferentes, do mesmo xeito, non podemos atribuírnos os problemas na interpretación rosaliana das historias e manuais de estudo da literatura española na maior parte das ocasións, este é un erro cuxa responsabilidade é totalmente nosa

Referências Bibliográficas:

- Antonio Souto, Ana e outros. (1985) *Rosalía de Castro, unha obra non asumida*, Lugo: Edicións Xistral.
- Armas García, Celia María. (2002) *As mulleres escritoras (1860-1870). O xenio de Rosalía*, Santiago de Compostela: Laiovento.
- Blanco, Carmen. (1991) *Literatura galega de muller*, Vigo: Xerais.
- García Negro, María Pilar. (1996) «Literatura feminina e feminista da segunda metade do século xix» in *Historia da literatura galega*, Vigo: A Nosa Terra - AS-PG.
- González Besada, Augusto. (2004) *Rosalía Castro*, Vigo: A Nosa Terra.
- Lefevere, Andre. (1992) *Traducción, reescritura y manipulación del canon literario*, Salamanca: Ediciones Colegio de España.
- March, Katheleen. (1998) «A verdadeira Rosalía» in *Terra e Tempo, número 6 - 7*, p. 41-42.
- Pociña, Andrés e Aurora López. (2000) *Rosalía de Castro, estudios sobre a vida e a obra*, Santiago de Compostel: Laiovento.
- Riobó Sanluís, Pedro P. (1990) «Rosalía de Castro na história da literatura» in *Rosalia viva*, Vigo: A Nosa Terra, 49-53.
- Rodríguez, Francisco. (1988) *Análise sociolóxica da obra de Rosalía de Castro*, Vigo: AS-PG.
- _____(1990a) «Achegamento a unha Rosalía sen mixtificacións» in *Rosalia viva*, Vigo: A Nosa Terra, 8-19.
- _____(1990b) *Literatura galega contemporánea (problemas de método e interpretación),* Vigo: Edicións do Cumio.

28. MARISA MOLEDO LEIRADO (UNIVERSIDADE DA CORUNHA, GALIZA)
WWW.UDC.ES - PRINCIPAL - GA

MARCADORES CONVERSACIONAIS COMO MARCA DE CORTESIA NO GALEGO ATUAL

A conversa é uma forma de comunicação entre pessoas estreitamente ligadas ao contexto social e cultural em que se produz.

Como forma de interação, os participantes da conversa desejam, no geral, que esta se realize de forma agradável tanto para eles mesmos como para os demais, e é por isso que recorrem a códigos de conduta considerados socialmente válidos pelo grupo sociocultural de que fazem parte, facilitando assim o intercâmbio comunicativo e o favorecimento das relações sociais.

Isto é realizado através de meios linguísticos e não linguísticos e constituem o que neste trabalho vamos denominar cortesia.

Na linguística galega existe un grande vazio neste campo e são escassos os estudos que tratam a língua fora do contexto puramente gramatical ou semântico Porém, por se tratar a língua de um ato comunicativo, estes enfoques são insuficientes e precisa-se acudir a explicações pragmáticas para a sua completa caraterização, contribuindo assim à normalização da língua em todos os âmbitos da sociedade galega.

Devemos ter em conta também a importância que tem o estudo da cortesia no galego, se pensarmos no ensino da nossa língua tanto para estudantes nativos como não nativos, especialmente no que se refere às competências sociolinguísticas e pragmáticas.

Por ser este um tema demasiado extenso para se tratar aquí, focalizaremos a nossa atenção em um dos mecanismos de cortesia do galego atual, os marcadores conversacionais, que informam indiretamente as repercussões do que se observa no ámago dos falantes, cumprindo, em ocasiões, uma função fática que se vincula à cortesia

Começaremos fazendo uma breve revisão do marco teórico e metodológico adotado na nossa pesquisa, para em seguida nos centrarmos nos resultados tirados a partir de um corpus oral analisado, atendo à atuação dos marcadores discursivos presentes, e prestando especial atenção às interferências linguísticas derivadas da imposição do castelhano, já que é no âmbito da língua oral onde, desgraçadamente, houve uma maior penetração.

0.Os marcadores conversacionais no galego atual

Parece necesario xustificarmos, en primeiro lugar, a escolla terminolóxica á hora de falarmos de marcadores que interveñen na comunicación oral, aos que nos refiriremos como marcadores conversacionais –denominación empregada tamén por outros estudiosos como Martín Zorraquino, Portolés Lázaro, Marcushi ou Villaça Koch– por funcionaren estas unidades na lingua oral, implicando isto a existencia de un emisor, un ou varios destinatarios e unha mensaxe que debe ser interpretada por estes.

Outras denominacións posíbeis para designar a este grupo de marcadores tan heteroxéneo son “conetores fáticos”, “fórmulas interolutórias”, “conetores pragmáticos”, “marcadores discursivos de control de contacto” etc.

O feito de termos escollido a fórmula “marcadores conversacionais”, e non outros, é porque consideramos que esta é unha etiqueta máis xeral que pode englobar todas as partículas que actúan na conversa, tanto formal como informal, ao tempo que non se centra unicamente nunha das súas funcións, senón que atende tanto á función textual como á función interacional. Estas dúas perspetivas –textual e interaccional– foron propostas por Luís Cortés e Matilde Camacho (2005) no seu estudo sobre os papeis dos marcadores discursivos no procesamento do discurso oral. Estes autores parten da existencia de dous macrogrupos tendo en conta as instrucións que un marcador provee ao ouvinte (2005: 144):

- *Marcadores textuais: advirten o ouvinte das deducións que ten que facer para coñecer de que xeito se fala, cal é a postura do falante respecto do referente, que clase de operacións lóxico-lingüísticas se están*

a realizar e se o tema se encontra ao principio dun texto, no medio, no final ou se se pode continuar ou non.

- *Marcadores interativos: relacionan ou articulan unidades discursivas e informan das repercusións do que se enuncia no ánimo dos falantes, tendo moito a ver as constricións culturais e a cortesía.*

Os marcadores pertencentes a un ou outro grupo son complementarios, é dicir, un marcador interativo tamén axuda á cohesión e coherencia do texto e un marcador textual sempre conta, en maior ou menor medida, cunha proxección socioafetiva. Cortés e Camacho (2005: 145) din o seguinte:

> *El uso de marcadores de estruturación, que son textuales por propia naturaleza, pueden interpretarse, desde el punto de vista de la interacción, como proveedores de claridad o congruencia, como manifestación de una postura cortés y empática por parte de quien los usa, y además, se convertirán en pistas sobre esas personas: sobre su nivel cultural, sobre su talante y maneras, etc.*

En relación con isto cómpre sinalar que os marcadores poden desenvolver unha función primaria e unha función secundaria, ou mesmo varias funcións primarias ou unha función primaria e varias secundarias. Vexamos un exemplo:

> *Entonces, foi o rapaz è díxollo. Dixo: **Pois**, díxome esto, que cando estaba no altar lle decía que , que usté ê o que me roubaba as galiñas, que me daban dous reás*

O marcador **pois** manifesta unha función primaria textual xa que presenta un comentario novo, funcionando polo tanto como marcador iniciativo. Da mesma maneira, albergaría unha función secundaria interativa xa que, cando no se acomoda á reacción buscada acompáñase dunha subida de ton, evideciándose polo tanto a actitude do enunciador.

Marchushi (2001: 61), moi en consonancia co anterior, sinala que "*observei que, quanto às funções, tais sinais ou marcadores operam sob duas formas: conversacional e sintática".* Este autor brasileiro sinala que, en relación ás funcións conversacionais, estas unidades pragmáticas poden ser consideradas segundo dous aspetos: sinais producidos polos falantes, sobre os que di que "*servem para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, monitorar o ouvinte, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar o principio e final de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que será dito, eliminar posições anteriores, corrigir-se, autoimterpretar-se, reorganizar e reorientar o discuros etc*"; e sinais producidos polos ouvintes, indicando que son producidos "*durante o turno do interlocutor e geralmente em sobreposição, que servem para orientar o falante e monitorá-lo quanto à receção [....]".*

Tras esta pequena análise dos postulados que importantes teóricos teñen a respecto dos marcadores protagonistas deste traballo, comentaremos algúns aspetos que debemos ter en conta antes de darmos unha definición dos marcadores que operan na conversa:

> *Non se pode trazar un límite entre o conversacional e o non conversacional, pois todo discurso é, en esencial, dialóxico e, por tanto, marcadores máis propios do ámbito escrito aparecen nos discursos orais e viceversa.*
>
> *A determinación de pertenza de un marcador a un grupo ou a outro vén condicionada sempre polo contexto, xa que a maioría destas unidades non descritivas poden cumprir unha función diferente dependendo da situación comunicativa, ou mesmo marcadores diferentes poden realizar a mesma función.*
>
> *Os marcadores discursivos forman unha categoría aberta e polo tanto introdúcense na lingua oral, e varían ao longo do tempo, caraterística que non é tan visíbel naqueles marcadores que actúan prinicipalmente en textos escritos, ou mesmo nos textos de índole máis formal.*

Téndomos en conta estes tres aspetos definimos os marcadores conversacionais como aqueles que axudan a guiar o ouvinte sobre as intencións do falante, o cal pretende salvagardar, na maioría das ocasións, a súa imaxe e a do seu recetor a través dunha relación interacional cortés.

Ao utilizalos o falante pode chamar a atención do ouvinte, persuadilo para que mude de parecer etc, mais normalmente mitigando estas actitudes que poden resultar agresivas co uso destas partículas. Alén disto, os marcadores

conversacionais tamén poden ir dirixidos á propia mensaxe, é dicir, estruturando o contido, mais nunca contribuíndo con información nova sobre o desenvolvemento do tópico. Asumimos por tanto neste traballo a existencia de dúas macrofuncións na organización do discurso oral: a textual e a interacional, en relación ás cales analizaremos os usos dos marcadores que operan no galego atual.

1. Marcadores conversacionais como marca de cortesía no galego atual

Como xa foi comentado unha das principais funcións dos marcadores na conversa é a de interacción, mostrando na maioría dos casos unha cooperación co interlocutor que se traduce no que nos chamaremos cortesía.

Considerando isto definiremos o concepto de cortesía e analizaremos de que maneira os marcadores do galego actúan como mecanismo cortés.

1.1. Que entendemos por cortesía?

Antes de darmos unha definición de cortesía, debemos ter en conta unha serie de aspetos que interveñen na comunicación e que se evidencian polo feito de os falantes mudarmos a forma de falar en función da situación comunicativa en que nos encontremos.

Os seres humanos pretendemos ser aceptados dentro dun grupo social, e por iso tentamos proxectar unha imaxe que mostra as caraterísticas que se consideran válidas para esa comunidade. Isto é o que denominaremos imaxe postiva.

Mais existe un segundo tipo de imaxe, a negativa que se carateriza polo desexo de cada persoa de manter a súa individualidade e o seu territorio, isto é, a distancia de seguranza que temos os humanos e que cando é traspasada provoca malestar.

Por exemplo, se alguén nos preguntase polas nosas relacións sexuais, talvez nos sentisemos ameazados, xa que penetrarían no noso territorio de seguranza e, por tanto, estarían a realizadar un ato non cortés. Como é lóxico isto dependerá das normas que rixen cada cultura pois o que para un grupo pode ser adecuado para outro pode ser desagradábel e descortés.

Así as cousas, entendemos a cortesía como un conxunto de estratexias conversacionais destinadas a evitar ou mitigar os conflitos que poidan xurdir entre os obxectivos do emisor e dos recetores; así como o conxunto de normas sociais estabelecidas por cada sociedade para regular o comportamento dos seus membros.

Pasaremos a continuación a analizar a actuación dos marcadores do discurso como marcas cortés en galego a través de exemplos tirados do corpus da publicación *A Nosa Fala* (2003), que recolle 43 gravacións de persoas de distintas áreas da xeografía galeag coa súa correspondente transcrición. Está dispoñíbel na web do Consello da Cultura Galega (www.consellodacultura.org).

1.2. Relación entre a cortesía e os marcadores do discurso en galego

Como sinala Koch (2003: 107) a conversa é "un ato social, no interior de situações sociais que são modificadas ou mesmo constituídas através desses atos" e onde "cada indivíduo tem uma face externa ("positiva") –o modo como deseja ser visto pelos outros– "e tamén unha face interna ("negativa"), seu territorio íntimo, que não gostaria de ver invadido".

> *Cando o falante emite unha mensaxe tenta que o ouvinte comprenda adecuadamente o significado que este pretende transmitir e, con esa finalidade, estrutura o texto e interacciona co recetor para se asegurar do mantemento da súa atención. Así, o falante está a realizar un ato cortés, non só satisfacendo os desexos do destinatario, senón os seus propios, xa que o intercambio comunicativo se realiza satisfactoriamente.*
>
> *Vexamos isto a través de un anaco de un texto recollido en Chantada (Lugo), para despois adentrármonos máis en profundida no estudo dunha serie de marcadores que tratan, na súa maioría, de salvagardar a imaxe positiva de todos os participantes da conversa:*
>
> *Coñeces a moitísima xènte, **ò sea**, xènte que conocemos en Madrí, xènte de Madrí, eu que sei, de, andaluces, de, catalás, eu que sei, ábreste moito **¿non?***

È tamên fomos a Formentèra è, nun barco, nun fèrri, desde Ibiza, è, ***buèno****. Foi mui curioso, porque o primeiro que, que vimos ó chegar a Formentèra foi un, alí no puèrto, chámase o puèrto da Sabina, è o primeiro que vimos foi bar "El Rincón Gallego".* ***Mira****, en Formentèra, no cu do mundo. Ê unha isla preciosa,* ***èh****, moito máis ca Ibiza...*

A fórmula **ou sexa (ò sea)** preséntase como un marcador textual que actúa na organización do contido do discurso, e é empregado polo falante coa intención de aclarar a primeira parte do seu enunciado, facilitándolle así ao ouvinte o entendemento. **¿non?** favorece ao peche do tema, cumpre polo tanto unha función textual neste sentido, ao tempo que o falante co seu uso está a exercer unha relación de cooperación co ouvinte, buscando a súa ratificación e cumprindo polo tanto neste senso unha función interacional.

O marcador ***bueno***, actúa, ao igual que **¿non?**, como marca de peche do discurso, pois a continuación o falante introduce un novo tema. **Mira** cumpre unha función interativa tentando captar o interese do ouvinte e facéndoo así partícipe do seu discurso. Xa por último a partícula **eh** é utilizada tamén para manter o contacto co interlocutor. É por tanto evidente que, o emprego de marcas que facilitan a interpretación do enunciado, provoca que a situación comunicativa se desenvolva satisfactoriamente.

Destes marcadores, a partícula ***non?*** *é quizais unha das máis produtivas no galego atual. Ao introducila o falante no seu discurso está a implicar o interlocutor, tentando así de mostrar unha actitude amábel, cortés cara á súa figura. Cando este marcador vai en posición medial, aínda que sexa pronunciado con entoación decrecente – típica de oracións interrogativas–, non se espera por parte do interlocutor ningún tipo de reacción direta, senón que simplemente se pretende buscar a súa aprobación (*Tèn nasas, tèn nasas entón o pulpo chega arriba **¿nò?** cando vên, a veces non vên, a veces vên, è hai que matalo. Hai un espicho que se lle mète pola boca è mátase, buè[no*]). Se a unidade non descritiva* ***non?*** *estiver situada en posición final, funcionaría como marcador de peche –na bibliografía internacional "tag questions" – invitando o ouvinte a que se produza un cambio de turno, mais sen o falante esperar tampouco unha resposta afirmativa nin negativa (*Coñeces a moitísima xènte, ò sea, xènte que conocemos en Madrí, xènte de Madrí, eu que sei, de, andaluces, de, catalás, eu que sei, ábreste moito **¿non?***).*

Moi común é tamén o uso de marcadores para mitigar unha acción que pode resultar violenta para o ouvinte, tal como unha orde ou unha petición. Por exemplo neste enunciado: *Agarda* ***home****. Pol'o d'agora non conven que fales a nadie d'eso*, o marcador **home** funciona ao servizo da cortesía, pois tenta manter as boas relacións entre os participantes no discurso, mitigando a agresividade que pode supor o feito de dar unha orde a alguén (*Agarda*).

Tanto o marcador **home**, como o seu apócope **ho**, cumpren en galego unha función fática que se vincula á cortesía, e que se relaciona coa necesidade que as persoas temos de aprobación ante os demais. Son por tanto marcadores que cumpren unha función claramente interativa podendo desenvolver distintos valores segundo o contexto.

Un dos máis recorrentes é aquel onde o falante expresa a súa disconformidade con respecto a un feito ou a unha enunciación anterior:

- ¿Como estades tan flacos, eiquí? ¿Que comedes?
- Comemos castañas.
-¡Òmbre! *Eiquí non pòde ser.*

Como se aprecia no fragmento proposto, o marcador **home** –que aparece sob a forma española *¡òmbre!* – está a funcionar nunha situación onde se mostra disconformidade con respecto a algo ou a alguén, podendo mesmo aparecer como enunciado autónomo expresando a mesma idea. Mais esta autonomía só é posíbel no caso de aparecer a forma non apocopada (**home**).

A través destes exemplos comprobamos que estas partículas funcionan como atenuadoras da intención do falante, sempre e cando a enunciación poida supor un ataque á imaxe positiva do interlocutor, ou co fin de reclamar a atención do ouvinte. Responden ambas as funcións ás características propias dos vocativos – categoría gramatical da que proceden – sinaladas por autores como Mc Carthy & O'Keeffe (2003).

Cómpre destacar pequenas diferenzas entre home e ho, pois mentres que o primeiro pode funcionar de forma autónoma guiando as inferencias, ho sempre vai acompañando un enunciado, caraterizado normalmente por ter unha carga elevada de agresividade que é minimizada co uso deste. Actúa en moitas ocasións con usos semellanzas aos de partículas como por favor, moito máis presentes noutras linguas como o inglés (*please*). En galego cada vez mais se está a substituír na lingua oral, por influencias externas, o uso deste marcador polo antes nomeado, o cal cremos que non deixa de ser unha interferencia máis na nosa lingua que é preciso analizar**.**

Outra partícula discursiva con un elevado uso no galego atual, especialmente na parte máis occidental, é **lo** que procede posibelmente da apócope do advérbio logo que, tras se gramaticalizar e se converter en marcador do discurso, perde toda referência adverbial así como os usos que teñen a ver co valor consecutivo que conserva a forma non acopocada. Cumpre na atualidade unha función interativa que pon en contacto o falante e o ouvinte, ao tempo que lle serve ao primeiro para reafirmar o que acaba de enunciar: Tamên, pois si, ê bonito eso, **lò**, navekhar, ver oitros bárcose, ò teu lado è saludar á xente doitros barcos ou incluso falar pola telefonía con eles. O emisor precisa facer partícipe o recetor e asegurarse de manter a atención deste para así reforzasr a súa propia imaxe, ao tempo gaña tempo para estruturar o resto da mensaxe a favor da boa comunicación.

A forma non apocopada **logo**, ou o que é máis frecuente **e logo?**, é hoxe moi produtiva no galego, tanto a nivel oral como escrito, chegando a ser empregada inclusive no español falado na Galiza. A súa principal función é a de presentar o membro do discurso en que figura como consecuencia de un membro anterior, procurando así que a mensaxe sexa interpretada polo ouvinte corretamente.

Alén disto, introduce en numerosas ocasións unha explicación onde o falante tenta validar como certo o enunciado emitido con anterioridade. Isto refléxase perfectamente no seguinte exemplo: Pèro, ¿cómo que escándalo? **e lògho** è escándalo pormeter, por facer unha oferta que fixen polo fillo que se me librara do servicio de armas. Tamén pode – maioritariamente en posición inicial – darlle énfase ao que o falante vai dicir (¿È **lohgho** cando queiras ter moço – díxenlle eu – cando queiras ter moço, non me, non me has de falar?), ou, cando vai en posición final, pode introducir un enunciado do que se procura unha confirmación por parte do recetor (¿Qué iba voando, **logho**?).

Un uso semellante ten **sabes?** funcionando ao servizo da cortesía ao procurar o falante co seu uso buscar a aprobación do seu recetor (È, antes había aquí en Pereda, vamos unha ghran campiña, **¿sabes?** Entonses hai que telo aí, colghado toda a nuite. Ese è o ofisio da nécora).

Como se observa neste exemplo, este marcador discursivo axuda a restaurar a harmonía entre os interlocutores, evideciándose unha amabilidade por parte do falante que non deixa de ser unha forma de salvagardar tanto a súa imaxe positiva – sendo cortés – como a do propio ouvinte. Máis habitual que **sabes?** é a fórmula **non sabes?**, que aparece sempre en posición final ou medial, pechando en numerosas ocasións un enunciado e cedéndolle así a quenda a outro participante da conversa.

Caso contrario é do marcador discursivo **mais**, que pode funcionar como estratexia para gañar o turno na interacción, atuando así como marcador iniciativo (¿**Pèro** como o desarnèghabas?). A partícula **pero**, que como sinala Freixeiro Mato (2005: 196) é sospeitosa de ser un castelanismo no galego, aparece, fronte a **mais**, case en exclusiva no córpora que manexamos, unha mostra máis da presión que o español exerceu e exerce sobre a nosa lingua.

Porén, a proba máis evidente é a do marcador **bueno**, pois o seu uso está tan estendido no galego atual que se traspasou a todos os ámbitos lingüísticos e a todos os contextos debido, en parte, á súa multifuncionalidade. Esta partícula tamén actúa a favor da cortesía, pois funciona en certos enunciados como indicador de acordo (**Bueno**, se, se a mula dá dous litros de leite cada doce horas, eu cómprolle a mula) reforzando así a imaxe positiva do que fala e protexendo, ao mesmo tempo, a imaxe negativa do ouvinte.

Existen dous marcadores de procedencia verbal, **mira** e **vamos**, que tamén son moi rendíbeis na lingua. O primeiro aparece no corpus que manexamos en contextos moi diversos, cumprindo principalmente unha función fática ao se realizar unha chamada de atención sobre o ouvinte co obxectivo de que preste a atención necesaria ao enunciado que o falante vai introducir (**Mira**, unha vez na

Coruña, eu e mais unha prima carnal do Vítor, do meu Vítor). Mais unha función deste marcador é a de maximizar a ameaza do enunciado que segue, atuando por tanto, como marca de descortesía ao danar a imaxe do recetor (**Mira**, non volvas mais).

Vamos, representa unha unidade pragmática que, aínda tendo distintos usos discursivos, cumpre unha función fundamental de reforzamento da imaxe positiva do interlocutor que se fai máis forte por se tratar dunha forma verbal en plural, pois inclúe o ouvinte na acción enunciativa que está a desenvolver (còlles ó mellor, còlles, dous quilos, dous quilos è medio, **vamos** o quilo vai a dúas mil....). Neste exemplo, alén do valor antes sinalado, o marcador **vamos** cumpre unha función textual que lle facilita ao ouvinte a estruturación da información.

Segundo apunta Zorraquino (1998: 4156) o marcador **claro** é o que permite desenvolver un maior número de estratexias comunicativas de "cortesía positiva", pois co seu uso o ouvinte indícalle ao falante o seu interese pola conversa, á vez que equilibra a imaxe de ambos os interlocutores (**Claro** que iba polo aire).

Os marcadores comentados até o momento son os máis relevantes cuantitativamente, o cal non significa que non existan outros moitos que son moi habituais na nosa lingua, mais que polo tipo de textos deste corpus non son rexistrados. Citaremos para concluír con este apartado algúns deles máis sen facer unha caracterización tan profunda por carecermos de exemplos que poidan xustificar as nosas hipóteses canto ás súas funcións.

Respecto aos marcadores de procedencia verbal destacamos a presenza nun caso do marcador **olla!** (***¡olla!*** *Non hai fábrica que tanto diñeiro teña dado*), moi presente no portugués atual e que ten uns usos semellantes ao xa comentado **mira**.

Un só exemplo achamos tamén para **escoita** (*Oíche mullèr. N'o cre naide,* ***escoita***), que aínda que garda similitude cos marcadores citados, segundo sinala Marques (2002: 36) a respecto de **ouviste**, esta unidade sería en contextos como do que partimos –posición final– "marca de conflito entre os interlocutores" pois considera que "não constitui nunca um ato de pregunta, é sempre uma ameaça que maximiza o valor ilocutivo do ato de linguagem realizado". Tamén o marcador que abre (**oíche**) este enunciado respondería ás caraterísticas citadas para **escoita**.

As interxeccións que funcionan como marcadores tamén están presentes habitualmente no galego oral. Recóllense dous casos de **eh** (***¡Eh!****, un michelín - Iè, entonces levaban, fixaran uns cestos así ghrandes, feitos especial* ***¡eh!****, iè lògho tiñan dous fondos*). No primeiro mostra a sorpresa do falante perante o enunciado pronunciado con anterioridade, e no segundo fai unha chamada de atención cara o ouvinte antes de introducir unha nova información que completa a emitida precedentemente. Outras partículas interxectivas presentes son **ah**, **oh**, **ai**, **bah** etc.

Á vista destes resultados podemos tirar unha serie de caraterísticas presentes nos marcadores discursivos que operan na conversa:

a) Chaman a atención para a mensaxe que está a ser transmitida, buscando así que non se rompa a canle comunicativa.
b) A maioría non son propios de rexistros formais, e polo tanto só operan no discurso oral.
c) Son marca de cortesía.

2. Os marcadores do discurso como reflexo da sociedade galega

O estudo dos marcadores que operan nas conversas axúdannos a achegar datos sobre a situación sociolingüística do galego. Deterémonos, a continuación, no que ao longo do traballo fomos denominando como interferencias lingüísticas cando nos encontramos con marcadores do castelán que se introduciron no galego coas súas funcións e usos.

Quizais o caso máis representativo é o do marcador **bueno** pois como sinala Freixeiro Mato (2005: 111):

É un verdadeiro retrouso onmipresente en calquera ato conversacional, popular ou culto, formal ou informal, desenvolvido en lingua galega e inclusive nos monólogos da máis diversa condición; a interferencia deste

marcador prodúcese igualmente noutras linguas peninsulares como o catalán e o éuscaro.

Comeza a se rexistar na nosa lingua no século XIX e na atualidade ten unha gran presenza nos discursos orais, evitándose nos textos escritos pola consciencia da súa procedencia castelá.

*Outro caso salientábel de castelanismo é o de **o sea**, do que chama a nosa atención que só se recollan no corpus dous exemplos da forma propiamente galega **ou sexa**. Na atualidade non é tan visíbel o seu uso, polo menos en textos formais, como o de **bueno**, mais é de destacar que na ligua espontánea de moitos galegofalantes é demasiado frecuente.*

Tamén o marcador discursivo **hombre** do español adquiriu nalgunhas zonas da Galiza os valores de **home**, mais parece menos perigoso para a pervivencia do galego o emprego deste por ser propio só dunha área da nosa xeografía e por ser utilizado nalgúns casos conscientemente co fin de lle dar un matiz máis enfático ao enunciado que introduce.

Todos os casos mencionados até o momento podemos consideralos dentro do grupo que chamaremos interferencias lingüísticas, é dicir, os marcadores represéntanse sob a forma española aínda que normalmente manteñen os usos e valores propios do galego. Estes son visíbeis na lingua, mais non por iso menos perigosos que as interferencias pragmáticas. Así denominamos a aqueles marcadores que están a adquirir funcións propias doutros restándolle protagonismo a aqueles que son máis característicos da nosa lingua.

Un exemplo ilustrativo é o caso de **ho**, que como xa comentamos é utilizado para minimizar a ameaza que supón unha petición ou orde.

Se atendemos á lingua dos nosos maiores comprobaremos como **por favor** – con valores semellantes aos de **ho** – se utiliza cunha menor frecuencia que na atualidade. Moitas veces isto achácase á falta de "educación", mais nós consideramos que máis ben habería que dicir que é unha marca de descortesía noutras linguas que se espalla á nosa. Talvez a súa produtividade no inglés é o que provoca que cada vez máis se estea a trasladar ao noso idioma, téndomos en conta o proceso de globalización que sufrimos.

Mais temos que recordar que cada sociedade se rixe por unhas determinadas regras de cortesía aceptadas polos seus membros e que sería moi perigoso que estas se perdesen. Por iso, alén de atender ao seu aspeto lingüístico, debemos tamén prestar atención ao aspeto pragmático, esquecido en todo o relativo ao galego e asumido –en moitas ocasións – en consonancia co español.

Outro exemplo ilustrativo da asimilacións de patróns de cortesía é a diminución no uso do imperativo, moi presente na nosa lingua fronte a outras como o español ou o inglés.

Se pensamos nunha conversa mantida durante unha reunión de amigos, alguén pode dicir "pásame o sal" sen que ninguén resulte ameazado, pois o ton en que se enuncia fainos inferir que non se trata dunha orde, senón dunha petición.

Se agora pensamos nun contexto semellante, mais con persoas de fala inglesa posibelmente escoitariamos *Can you give me the salt?*. Na realidade ambos os enunciados son válidos e aceptados por cada comunidade cultural, mais o último está a gañar terreo na nosa lingua, pois é sinal de boa educación a súa tradución direta: podes pasarme o sal?.

Se voltaramos a vista atrás, posibelmente ningún galego utilizase tal fórmula, sen ser por iso menos cortés, pois nas normas da súa sociedade esa conduta é aceptada como válida.

Poderiamos comentar moitos máis exemplos de maracadores que se introduciron na nosa lingua durante o longo proceso de castelanización que sufrimos, mais cremos que son suficientes para nos facer unha idea da situación sociolingüística do galego na atualidade.

É posíbel que no momento en que a pragmática se comece a estudar nas aulas de galego o uso destas formas diminúa, pois potenciariase o uso de marcadores propios da nosa lingua.

3. Conclusión

O obxectivo deste traballo non foi outro que o de comezar a encher o oco existente na lingüística galega a respecto daqueles elementos que afectan ao ámbito pragmático, tal e como son os marcadores do discurso. Centrámonos exclusivamente naqueles que operan na conversa, pois realmente son os que mellor reflicten o estado do galego na atualidade.

Se o que se pretende é unha normalización da lingua galega, non podemos esquecer aqueles aspetos que relacionan a lingua, a cultura e a sociedade, pois son estes tres piares básicos dunha comunidade.

Alén disto, o galego debe ser estudado como lingua viva, é dicir no seu uso, podendo ser isto aproveitado no ensino do galego como segunda lingua, xa que o incremento de emigrantes á nosa terra pode supor un incremento de galegofalantes, sempre e cando os galegos esteamos dispostos – e iso inclúen dispor dos medios educativos necesarios– de mostrar ao mundo a nosa cultura e a nosa lingua, mais non independentemente, senón como un conxunto.

5. Referências bibliográficas

- Cortés Rodríguez, L. & M. M. Camacho Adarve (2005) *Unidades de segmentación y marcadores del discurso: elementos esenciales en el procesamiento discursivo oral*. Madrid: Arco Libros.
- Freixeiro Mato, X. R. (2005). Os *marcadores discursivos. Conetores contraargumentativos no galego escrito*. A Coruña: Universidade da Coruña.
- Koch, I. G. Villaça (2003) *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- MacCarthy, M. - O'Keeffe (2003) "What's in a Name?": Vocatives in Casual Conversations and Radio Phone-in Calls". En Pepi Leistyna e Charles F. Meyer: *Corpus Analysis. Language Structure and Language Use*. Amsterdam: Rodopi, 107-118.
- Marcushi, L.A. (2001 [1986]) *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.
- Marques, M. A. (2002) "Conetores fáticos e construção da relação interlocutiva". En I. M. Duarte, J. Barbosa, S. Matos & T. Hüsgen: *Encontro Conmemorativo dos 25 anos do Centro de Lingüística Universidade do Porto*. Vol. 2. Porto: Centro de Lingüística da Universidade do Porto, 31-39.

29. JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA (UNIVERSIDADE DE VIGO, GALIZA)
WWW.UVIGO.ES

UM NOVO PROJETO: A ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nota: esta intervenção e o debate que se seguiu estão disponíveis no formato MP3, no seguinte endereço: http: - - www.udc.es - dep - lx - cac - vo - 20061004L01

Um novo projeto: a Academia Galega da Língua Portuguesa

Desde há anos vem-se comentando nos ambientes reintegracionistas da Galiza a conveniência de constituir uma «Academia Galega da Língua Portuguesa». Aqui defende-se a necessidade (e mesmo a urgência) de realizar esse projeto.

Existe na Galiza, como é sabido, uma «Real Academia Galega» e outras Academias mais, quase uma dezena, entre elas a «Real Academia Galega».

A «Real Academia Galega» tinha entre os objetivos fundacionais a atenção à língua portuguesa da Galiza. Ainda que a instituição, sempre mediatizada pelas circunstâncias políticas, nunca foi muito ativa, manteve durante anos a ideia guia da unidade linguística galego-portuguesa, como fica patente pelas normativas linguísticas que promulgou. Nos últimos tempos, no entanto, essa direção mudou no sentido isolacionista.

Em princípio, dada a existência de duas ideologias contrapostas sobre a identidade da nossa língua, a Academia podia ser um foro de encontro e debate científico e sereno. Mas alguns factos recentes parecem indicar que o caminho que se quer impor à instituição não se guia por esses critérios: os últimos membros de tendência reintegracionista (nomeadamente o professor Carvalho Calero) foram marginados, os que faleceram não foram compensados, e desde há já bastante tempo só se elegem novos membros que professem a conceção isolacionista.

De facto, com as incorporações do último vinténio, o controle de qualquer atividade da instituição veio a ficar em mãos do Instituto da Língua Galega, o

organismo que inventou a «língua galega independente do português» e que, por isso mesmo, foi outrora feramente rebelde e opositor às diretrizes linguísticas da Academia. Por uma espécie de «síndroma de Estocolmo», a Academia foi ficando submetida ao poder do seu maior inimigo.

Vista essa situação, as perspetivas de que a «Real Academia Galega» se torne uma instituição cientificamente imparcial no assunto da língua da Galiza parecem escassas a curto prazo, e, tratando-se de uma instituição com grande dependência política, a sua evolução dependerá muito de fatores políticos e, em geral, da situação política da Galiza, que resulta difícil prever.

De todos os modos, qualquer que seja o futuro da «Real Academia Galega», para os que defendemos o caráter lusófono da Galiza é óbvio que o nosso país deve contar com uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» (de modo semelhante, por exemplo, a como os diversos países de língua espanhola possuem as suas próprias Academias da língua).

Entre outras razões, uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» é necessária para que os organismos reitores dos critérios normativos da nossa língua nos restantes países lusófonos tenham na Galiza uma instituição congénere, que ostente com pleno direito a representação da Galiza nas decisões técnicas sobre a língua comum, prescindindo – dada a particular situação da Galiza – de se o poder político do momento as ratifica ou não.

Com este projeto, não se trataria de erigir uma instituição *contra* a atual «Academia Galega», mas de uma instituição alternativa, diferente, guiada por claros princípios de unidade lusófona e de cooperação com as correspondentes instituições dos demais países de língua portuguesa, e inspirada pelo amor à verdade e por um sincero respeito a qualquer outra opinião, em leal concorrência.

Nem sequer deveria excluir a colaboração, ocasional ou habitual, com a «Real Academia Galega», e a possível existência de membros comuns. Mas os seus estatutos, os seus princípios reitores e os seus membros deverão estar clara e expressamente posicionados a favor do caráter lusófono da Galiza, excluindo de modo explícito e firme qualquer ideia de desmembração ou isolamento do território galego a respeito do restante âmbito linguístico português.

Evidentemente, esta instituição não interferiria de nenhum modo com os organismos de inspiração reintegracionista já existentes na Galiza, os quais devem seguir existindo com a maior vitalidade possível: as caraterísticas e os objetivos de uma «Academia Galega da Língua Portuguesa» são distintos aos de organismos de tão decisiva importância, tanto para o presente como para o futuro, como são a AGAL («Associaçom Galega da Língua»), as «Irmandades da Fala de Galiza e Portugal», a «Associação de Amizade Galiza-Portugal», o MDL («Movimento Defesa da Língua»), e outros, com os quais naturalmente a nova instituição deverá colaborar estreitamente. Sou bem consciente de que a posta em marcha de um tal organismo tropeçará com grandes obstáculos.

Antes de mais, poderão aparecer travas de tipo jurídico, e devemos esperar que os defensores da tendência isolacionista moverão todos os seus poderosos instrumentos políticos para impedir que chegue a estabelecer-se.

Mas, desde a pura justiça, nenhuma razão se poderá aduzir contra a constituição de um organismo que não existe nem se pode confundir com qualquer outro. Logo, haverá dificuldades de tipo económico: será precisa uma sede estável numa cidade importante da Galiza – preferivelmente em Santiago – e a publicação dalgum órgão oficial.

E finalmente não deixará de haver, como sempre sucede nestes casos, os problemas de índole pessoal: por muito grande que seja o número de membros que se estabeleçam, não todas as pessoas que o merecem poderão ter cabida, o qual pode provocar em alguns, ressentimento e até aversão.

Mas com todas estas dificuldades há que contar para qualquer cousa que se faça, e não creio que nenhuma delas seja insuperável se a comissão promotora souber agir com tino e com espírito aberto, alheio a todo género de sectarismo.

30. RUDESINDO SOUTELO WWW.ARTETRIPHARIA.COM WWW.SOUTELO.EU
CORPUS MUSICUM GALLAECIAE

A cultura é o único território que pode definir a uma comunidade, um país, uma nação.

Ninguém duvida da saúde da música galega, sobretudo desde que a imprópria etiqueta "celta" a inseriu no negócio simplificador e consumista do ócio de encefalograma plano. Mas a alta música galega, tanto a música culta como o repertório tradicional que é alicerce e requintada essência do povo, não tem canais de difusão adequados nem proporcionais ao seu cometido cultural, e tão só existe pela vontade heroica dos compositores e estudiosos que se negam a ser mercadoria narcótica e alienante.

A criatividade dos nossos compositores precisava de sair à luz e a editora de música Arte Tripharia assumiu esse reto. O boicote das instituições não tardou em manifestar-se. A CRTVG chegou a proibir a emissão das obras editadas no *Corpus Musicum Gallaeciae*.

As Escolas de Música e Conservatórios da Galiza não compraram nem um só exemplar. Após 10 anos de trabalho e com um cento de obras no catálogo, algo começa a mudar.

A cultura fez possível elevar a condição humana à categoria de cidadão. O ultraliberalismo rebaixou-a a mero consumidor. A falsa gratuidade promovida pela globalização nos está a transformar em simples mercadoria.

> "*Limites são pontos de impasse, de conflito. Pontos de encontro e de imbricações. Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais. Os territórios femininos, assim como outros, constituem combinações, territórios híbridos. Não há limites a priori. Há perceções e interpretações que podem limitá-los, mas eles se revolvem e criam outras demarcações.*"

Estas são algumas considerações que a respeito dos limites do território feminino fez a Doutora Irene Tourinho da Universidade Federal de Goiás (Brasil) – investigadora de educação musical e cultura visual – como comissária da exposição "Mitos e territórios" no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo.

Nesse território feminino é que eu enquadro a música e mesmo toda a cultura, pois esse é o único território que pode definir a uma comunidade, um país, uma nação.

Os limites desse espaço não os determina a política senão os criadores das senhas de identidade do povo, os poetas, compositores, romancistas, pintores, cineastas, escultores..., o mesmo povo. Sem cultura própria não existe uma verdadeira coesão social nem sequer uma economia própria, apenas negócio, oportunismo, ou mesmo corrupção, fraude e caciquismo. E sem alta cultura também não há uma alta economia. Alta e baixa cultura não é uma definição classista porque ambas coexistem em todas as capas sociais e interagem entre si.

O grau de complexidade, elaboração estética, transcendência do ser, formação ética, é o que define uma expressão cultural e carateriza a um povo.

Se nos percebemos limitados é preciso revolvermo-nos para criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que nos limitam, mas sobretudo, criar massa crítica. A música tradicional é uma reelaboração continuada por gerações sucessivas que a corrige, emenda, pule, aprimora, eleva delicadamente o grau de complexidade e a melhora até torná-la uma expressão perfeita do povo que a exprime, para assim transmitir as suas ideias, sentimentos e emoções dum modo requintado ao tempo que singelo.

Na música culta essa complexa elaboração a realiza um compositor com o engenho, habilidade e agudeza de espírito para captar a realidade oculta da sociedade na que está imerso e fazer refletir à consciência social, daí que a maior parte das vezes, e isto é uma constante histórica, o reconhecimento do génio se produz pouco a pouco em gerações posteriores quando a sociedade consegue assimilar as suas propostas. Pelo contrário a baixa cultura não suscita dilemas, apenas entretenimento, passatempo, distração, é a cultura do vagar, lazer ou

preguiça, que é algo saudável e até necessário, mas quando isso predomina no corpo social então a consciência também se torna preguiçosa. "Limites são pontos de impasse, de conflito".

As multinacionais que controlam o 80% do negócio mundial da música (Universal, Sony, Warner e EMI) identificam interessadamente a cultura com o ócio para logo a pôr à venda nessas modernas quinquilharias que chamam Centros de Ócio, onde o paradigma é a comida-lixo de vistosas cores e inutilidade alimentar. Bagatelas e miudezas culturais é o que nos oferecem as multinacionais do ócio global. Aí é que ninguém duvida da saúde da música galega, essa que a imprópria etiqueta 'celta' inseriu no negócio simplificador e consumista do ócio de encefalograma plano.

Mas a alta música galega, tanto a música culta como o repertório tradicional que é alicerce e requintada essência do povo, não tem canais de difusão adequados nem proporcionais ao seu cometido cultural, e tão só existe pela vontade heroica dos compositores ou estudiosos que se negam a ser mercadoria narcótica e alienante. Mas nem toda a música alegadamente culta é alta cultura por si própria, nem toda a música popular, mesmo a de consumo de massas, é baixa cultura. Há "pontos de encontro e de imbricações", "territórios híbridos".

A música culta galega começa a sua história, escrita em cinco linhas, no século XIII, com as cantigas de Martim Códax e as de Afonso IX o sábio (X na Castela). O eminente musicólogo catalão Higínio Anglés disse que *"é o maior monumento da música culta ocidental".*

Anterior a estas partituras temos o indecifrável códice de Fernando I, século XI, em escritura musical neumática e mais o famoso Códice Calixtino do século XII – contemporâneo do Pórtico da Glória esculpido em pedra pelo Mestre Mateus – e que contem as primeiras polifonias conhecidas da música ocidental, escritas ainda em tetragrama, mas sem identificar aos autores nem a procedência das músicas. Devemos, pois, considerar a Martim Códax como o primeiro compositor galego documentado e de quem se conservam partituras. O códice com as músicas cantigas de amigo de Martim Códax foi leiloado em Londres no ano 1977 e nenhuma instituição galega ou espanhola mostrou interesse nele. Foi adquirido pela Pierpont Morgan Library de Nova Iorque.

Esse esplendor medieval da nossa cultura foi esmorecendo e assim vieram séculos obscuros para os nossos criadores musicais, ainda que a música continuava a ser cultivada tanto dentro como fora dos templos galegos, os nossos criadores foram eliminados da cena musical.

Nos arquivos galegos da época encontram-se cópias de obras de grandes compositores europeus do momento, o qual induz a pensar que existia uma exigente demanda musical e uns qualificados músicos.

Por outro lado, não é casual que a história da imprensa galega comece precisamente com um livro de música, o Missale Auriense da catedral de Ourense, feito no ano 1494 em Monterrei. Mas como se explica a desaparição absoluta dos compositores galegos? Até o século XVIII o cultivo da música culta na Galiza permaneceu no entorno das Capelas de Música das Catedrais e Colegiatas, com Mestres sempre de fora. Esses Mestres escreveram muita música na Galiza e alguns mesmo de certa altura artística como é o caso do barroco navarro José de Vaquedano ou a do italiano Buono Chiodi que introduziu na Galiza o estilo clássico. Mas nenhum chegou a desenvolver caraterísticas próprias da música galega (ritmos, harmonias, temas, estilos).

Cinco séculos de total obscuridade na criação musical galega depois de dar à luz o maior monumento da música ocidental não podem depender do acaso. Após os trovadores, e com uma vida musical relevante e propícia, que está ao dia do que acontece na Europa, é difícil imaginar a carência absoluta de compositores galegos num período de tempo tão extenso.

No século XIII a Galiza foi integrada na Coroa de Castela e aí começou a paulatina substituição da nobreza galega e a castelhanização das capas altas da sociedade.

A Igreja galega assumiu como próprios os interesses da coroa e teve um papel fundamental no declínio da nossa cultura, no desprestígio e marginação da língua, na desgaleguização da sociedade. Nesse empenho colonizador não podia permitir-se um Mestre de Capela, ou seja um compositor, galego, e se algum existiu foi expurgado ou obrigado a mudar a sua origem para sobreviver. Sem

cultura própria não existe economia própria nem coesão social e prova disso temos ainda hoje nos jornais com as notícias de empresas galegas que se expatriam. A finais do século XVIII os ilustrados com Frei Martim Sarmiento à frente iniciam a recuperação de língua e a cultura galega.

Também a finais do XVIII começam a chegar à Galiza as companhias italianas de ópera e isto vai propiciar a construção da maioria dos teatros que se fizeram na primeira metade do século XIX, quase todos chamados de Principal. O semimonopólio musical que até esse momento tinha a Igreja vai quebrar. Não deixa de ser simbólico que seja nesse contexto quando Melchor López, Mestre de Capela de Compostela e natural de Guadalajara, compõe uns 'Vilancicos galegos'.

Ao longo do século XIX a Igreja galega perdeu o esplendor económico dos séculos obscuros e com ele o controle cultural do país. É o ressurgimento ou renascimento da Galiza. A pequena burguesia, toda ela vinda de fora, levantou os teatros para desfrutar da ópera italiana e criou instituições de ensino musical. Apareceram as Sociedades Filarmónicas, Liceus, Casinos e Cafés onde a música não religiosa se expande e começam a borbotar os criadores galegos. Marcial del Adalid é o primeiro compositor relevante desse renascimento galego, chegando a utilizar melodias populares galegas e textos de Rosalía Castro.

Mas é no último terço do século quando o fervilhar de compositores galegos se manifesta com força (Baldomir, Castro 'Chané', Montes, Veiga) criando um grande número de baladas e melodias populares com textos de Rosalía, Curros Enríquez, Pondal e outros poetas.

Também aparecem nessa época os primeiros orfeões que junto com as Bandas de Música que já começaram a surgir a mediados do século, vão ter um papel primordial na difusão e formação musical. E o mais importante desse período é que deu origem à primeira editora de música galega, Canuto Berea, que permitiu a difusão e consolidação da nossa incipiente criação musical.

O século XX dispersou toda essa atividade. Por uma parte os compositores galegos emigram para completar a sua formação – Gaos, Quiroga, Soutullo, Bal y Gay – e os que permanecem no país não evoluem a sua linguagem. Depois da guerra a atividade musical foi-se recuperando mas reproduzindo o esquema dos séculos obscuros onde os compositores galegos eram ignorados, tanto os exilados como as novas gerações que tiveram de sair do país para sobreviver ou desenvolver o seu labor criativo. O acontecer criativo da música culta galega sempre correu ligado ao acontecer criativo da língua, e a desgaleguização empreendida pela ditadura fascista ainda persiste tanto na sociedade como nas instituições.

No ano 1994 elaborei o primeiro projeto para criar uma coleção sistemática da música culta galega e pretendi que tal empenho fosse tutelado por uma instituição pública. Rogélio Groba e mais eu perdemos muitas horas em visitas aos responsáveis da política cultural do governo galego para explicar a necessidade de acometer tal empreendimento histórico e abrir assim o caminho a uma indústria da música culta galega fundamentada nos compositores vivos que estão a criar a nossa identidade atual. Ninguém nos compreendeu, ou tal vez sim perceberam o perigo que a nossa proposta supunha para os objetivos desgaleguizadores daquela direita antigalega, e nada conseguimos.

Mas a criatividade dos nossos compositores precisava de sair à luz e a editora de música Arte Tripharia assumiu esse desafio. O boicote das instituições não tardou em manifestar-se. A CRTVG chegou a proibir a emissão das obras editadas no *Corpus Musicum Gallæciæ*. As Escolas de Música e Conservatórios da Galiza, altamente desgaleguizados, não compraram nem um só exemplar.

Após 10 anos de trabalho e com um bom feixe de obras no catálogo, algo começa a mudar. A Rádio Galega volve a emitir as obras e mesmo está a colaborar na gravação do repertório do *Corpus Musicum Gallæciæ* para difundir.

Os Conservatórios galegos estão a receber as edições por iniciativa da Conselharia de Cultura. Estão a desenvolver-se convénios com a Direção Geral de Criação e Difusão Cultural para estimular a criação de novo repertório para os grupos de câmara galegos.

Há estreias de compositores galegos em concertos promovidos por instituições públicas. Tudo isto está começando a andar e ainda precisa dum longo percorrido para dar frutos, mas estamos no caminho para fortalecer uma

cultura musical própria na qual se apoie uma economia e uma indústria também própria. "Os limites do território feminino são mutáveis e dependentes de outros territórios: históricos, culturais, sobretudo sociais."

Fundei a editora de música Arte Tripharia em Madrid no ano 1980 e no 2005 a transferi para Tui, na Galiza, para assentar assim o Corpus Musicum Gallæciæ no seu berço natural e continuar a lavor editora iniciada por Canuto Berea.

A história demonstra que a música culta, e a cultura galega em geral, estão unidas ao acontecer da língua. Portanto se queremos inserir a música galega no mercado internacional temos de ligá-la ao devir da língua de cultura que desde a Gallæcia foi espalhada aos cinco continentes.

Assim é que não só publicamos obras de compositores administrativamente galegos, senão dos culturalmente galegos, que num amplo e moderno sentido da Gallæcia abrange aos compositores de toda a lusofonia. O desenvolvimento duma cultura só é possível em liberdade. Sem uma absoluta liberdade de expressão não há uma verdadeira criação cultural. Essa liberdade só é possível se aquele que cria é totalmente independente. E na sociedade atual essa independência passa pela emancipação económica. O criador que não pode viver do seu trabalho criativo antes ou depois cede às pressões ou abandona a criação.

As multinacionais não têm interesse pela cultura senão pelos resultados económicos, pelos produtos fingidamente culturais de consumo massivo. Qualquer trabalho criativo que achegue massa crítica à sociedade é rejeitado como pernicioso para os seus interesses.

As editoras independentes, e não sei por quanto tempo, ainda controlamos um 20% do mercado da música. Uma fatia do mercado constantemente ameaçada pela agressiva ação das multinacionais que ambicionam o controlo total, e para isso não duvidam em promover métodos destrutivos do mercado, como a pirataria, para assim eliminar a concorrência e se converter em ditaduras culturais globais. O curioso é que nesse empenho contam com a colaboração dos que dizem estar contra a globalização.

As editoras de música pequenas e independentes não só temos meios muito limitados para impulsar e fomentar a criação livre senão que logo padecemos o ataque dos colaboracionistas anticulturais com a pirataria massiva nos Conservatórios, Bandas de Música, Orquestras, Grupos, as descargas ilegais na rede, etc. As multinacionais já promovem o grátis total nos seus sítios de internet e a independência dos pequenos editores e dos autores, que assegura a liberdade de expressão, está ameaçada de morte.

Neste caso o que está em perigo é a sobrevivência da música e de toda a cultura galega. Mas esta vez a desgaleguização vem da mão duma globalização que ultrapassa os limites até agora conhecidos.

A cultura fez possível elevar a condição humana à categoria de cidadão. O ultraliberalismo rebaixou-a a mero consumidor. A falsa gratuitidade promovida pela globalização nos está a transformar em simples mercadoria.

Num jornal que se recebe gratuitamente ou numa música que se descarga livremente na rede já não somos clientes nem consumidores senão meros utentes que o jornal ou portal de internet vende aos anunciantes, portanto não temos sequer o direito a opinar ou protestar pela baixa qualidade do produto porque a mercadoria já somos nós mesmos.

"*Não há limites a priori*".

A Doutora Irene Tourinho concluía as considerações citadas acima com esta outra reflexão: "*Somos antes de tudo seres culturais e sociais. Aprendemos com a troca, com os deslocamentos e com as passagens e paisagens de mundos diferentes.*"

A cultura galega, a música, como território feminino que é, tem de revolver-se e criar outras demarcações, mudar os mitos e as interpretações que a limitam, mas sobretudo, tem de criar massa crítica.

31. TERESA CARRO SOBRAL WWW.MDL-GALIZA.ORG

A ATIVIDADE DO MOVIMENTO DEFESA DA LÍNGUA E AS SUAS PROPOSTAS PARA A PROMOÇÃO DA LÍNGUA E CULTURA GALEGO-PORTUGUESAS

1.O MDL

O Movimento de Defesa da Língua (MDL) nasceu no ano 96 com o propósito de agrupar toda a pessoa que quiser trabalhar em promover a cultura e a língua galego-portuguesa desde a base, na rua, com trabalho prático.

Na altura existiam na Galiza diferentes coletivos que partilhavam estes objetivos e o MDL nasceu com espírito aglutinador de todos eles, como lugar de encontro das diferentes tendências e perspetivas.

Neste ano 2006 estamos de X Aniversário e já vimos realizada esta ideia, pois a dia de hoje o MDL continua a ser o ponto em comum das diferentes visões que da língua e a cultura galega têm os galegos reintegracionistas.

2.Seis ideias-eixo são as que nos unem:

1.- A defesa do assemblearismo e da participaçom ativa, orgulhando-nos de ter como norma escuitar sempre todas as opiniões e promover a participaçom de tod@s na tomada de decisões.

2.- A confiança no compromisso entre os membros da organizaçom, na nossa seriedade e autodisciplina. Sempre cada pessoa escolhe com sinceridade o que pode contribuir em cada momento ao projeto comum.

3.- A liberdade normativa dentro das reintegracionistas, assim como respeito absoluto polas diferentes posturas e sensibilidades. Quem figer o trabalho é quem decide a norma que emprega.

4.- A liberdade ideológica e de pensamento, a excepçom daquelas práticas ou condutas antissociais intoleráveis.

5.- A independência de qualquer outro coletivo, organizaçom ou partido político, sendo nós mesmos quem tomamos as nossas decisões e escolhemos o nosso caminho.

6.- O trabalho prático e desde a base, atuando diretamente na sociedade, através de qualquer atividade ou campanha que promover que as pessoas escolham o galego-português como a sua língua e o reintegrado como o seu veículo. O trabalho a nível local é imprescindível à hora de normalizar.

Precisamente este último eixo será o que vou explicar mais ao pormenor. O MDL é atualmente o único coletivo existente na Galiza que trabalha desde a base da sociedade para todo o território galego. Isto quer dizer que a nossa atividade está focada a normalizar desde a sociedade civil, na rua, no dia-a-dia da comunidade galega. O nosso principal objetivo, agora já como coletivo ativista, é dar a possibilidade à nossa de conhecer a norma reintegracionista do galego. Para isto trabalhamos dia trás dia de diferentes maneiras. Pretendemos que as pessoas percebam um mundo aberto de possibilidades de lazer e de trabalho a partir da sua própria língua.

Estas coisas tão abstratas concretizam-se em aproximar as pessoas ao cinema em língua portuguesa, em dar-lhes a possibilidade de ter as ferramentas apropriadas para ler e escrever em português, de maneira que possam trabalhar deste lado da raia ou estabelecer relações comerciais com qualquer país lusófono, para que possam ler Miguel Torga e Mia Couto, para que se desloquem até ao Porto para assistirem aos concertos das bandas portuguesas...

Isto conclui-se em que tentamos dar a ver à sociedade que existe um outro mundo aberto e cheio de possibilidades através da língua própria dos galegos, o português, o galego-português, o portu-galego, o galego...em definitivo, o mundo lusófono abre umas portas maravilhosas para a sociedade galega sem esta ter que rejeitar as suas raízes, mas muito pelo contrário mantendo-se fiel e ajudando a dignificar uma língua num território onde ainda a dia de hoje continua a ser marginal e a estar marginalizada. Pode que não se esteja a perceber bem esta questão, mas com uns exemplos ficará perfeitamente esclarecida. Bom, um galego a dia de hoje se quiser ver um programa da TV ou um filme, tem a possibilidade de ver a Televisão Pública da Galiza ou escolher entre os restantes cinco canais que se recebem todos eles em castelhano; é claro, sempre pode escolher a Galega, mas pensemos que a TPG tem um orçamento infinitamente inferior a qualquer dos outros canais pelo que a programação será pior e este galego acabará por ver qualquer dos outros em castelhano. Agora, o MDL diz, por que não podemos receber os sinais das TV's portuguesas na Galiza? Isto permitiria duas coisas principais, abrir as possibilidades de ver TV na nossa língua

e abrir fronteiras culturais nesta Europa que se diz sem fronteiras. E mais uma questão para refletir, no Norte de Portugal vê-se a TPG, porque no temos a RTP na Galiza? Fica ai.

Agora analisemos a questão dum ponto de vista económico, o mundo da cutura galega sofreu muito durante o governo Fraga, esperamos que deixe de sofrer com este novo, mas este sofrimento fez com que agora esteja numa situação de precariedade e de abandono que será difícil de levantar. Dentro deste mundo da cultura está o mundo do livro, um mundo com muitas espinhas no território da Galiza, o governo do PP dedicou o dinheiro público para a edição em galego em publicar pessoas afins ao governo e traduções da literatura universal para o galego oficial; e desde o MDL perguntamos, qual o sentido destas publicações? Estes trabalhos custam uma quantidade de dinheiro impensável dos fundos públicos, e esses trabalhos já existem em português.

Está mais do que demonstrado que qualquer galego alfabetizado pode ler em português sem qualquer problema sempre que se lhe facilitem umas ferramentas básicas. Pois ai é onde reside o papel hoje por hoje. Do MDL, em oferecer essas ferramentas à nossa sociedade. Como fazemos isto? Pois através de cursos de português, pensem que estudar português a dia de hoje na Galiza ainda continua a ser uma tarefa difícil; organizando ciclos de cinema em língua portuguesa para que o público assistente descubra um mundo novo de possibilidades de lazer. Enfim, são sempre atividades que demonstrem a utilidade da nossa língua e que ajuda a dignificá-la.

Durante estes dez anos de trabalho associativo orgulhamo-nos de dizer que muitos destes objetivos se foram fazendo reais com o passo do tempo. Por exemplo, o MDL foi pioneiro numa campanha em que se pedia a possibilidade de estudar português nas Escolas Oficiais de Idiomas, e hoje em quase a totalidade destas escolas se pode fazer. O MDL foi promotor duma campanha intitulada "Português no ensino, desde já" há uns meses o parlamento galego aprovava o português como língua opcional no ensino secundário.

Por outro lado também nos orgulhamos de dizer que aquele espírito aglutinador e de união com que o MDL nasceu vai-se consolidando dia trás dia. Há já algum tempo que as três organizações maioritárias reintegracionistas da Galiza trabalham conjuntamente em momentos pontuais, são Amizade, a AGAL e nós mesmos. E isto é algo muito importante na sociedade, porque se houve um tempo em que o movimento reintegracionista parecia estar desagregado e cada um trabalhava na sua parcela, hoje essa ideia está desaparecendo e o reintegracionismo mais cada vez dá uma imagem unitária e de força. E o MDL, podemos dizer que também foi pioneiro neste aspeto, nós acreditamos desde sempre na união dos coletivos reintegracionistas, nascemos com esse objetivo e continuamos a mantê-lo a dia de hoje.

O MDL foi promotor da chamada Assembleia da Língua que aglutinou a todas as pessoas reintegracionistas que quiseram aderir e serviu como um lugar de encontro de pessoas com interesses comuns. O MDL foi também o coletivo organizador do Fórum da Língua celebrado em fevereiro de 2004. Este fórum tinha como título "Novas estratégias para um novo reintegracionismo", nele havia 4 linhas temáticas que foram tratadas por diferentes especialistas em cada uma das matérias e serviu como motor de uma série de projetos que hoje já estão a funcionar. Por exemplo, uma das linhas era o ensino, dessa mesa saíram pessoas com um interesse comum, criar uma escola em galego, e hoje esse projeto já é realidade e chama-se "Galescolas"; outra das mesas eram os meios de comunicação e hoje existe um jornal escrito integramente em galego-português; uma outra mesa tocava o tema relacionado com os locais sociais, e podemos dizer que desque aquela altura até hoje estes já se multiplicaram.

Com estes exemplos só quero explicar que o MDL sempre apoiou e confiou nos movimentos que sirvam para unir pessoas com interesses comuns, seja qual for a cor política. O MDL teve sempre isso como objetivo e em minha opinião a experiência diz que ainda não erramos, onde está o segredo? O segredo é que somos uma associação em que todas as pessoas contam por igual, uma associação em que ninguém pergunta nem questiona a identidade política de ninguém, e uma associação que pensa sempre em positivo para fazer uma sociedade mais feliz e aglutinadora. Daí que nos últimos tempos cada vez sejam mais numerosas as campanhas em que trabalhamos em união com o resto dos coletivos reintegracionistas. Porque aos poucos todos o reintegracionistas percebem que são mais os pontos que nos unem do que os que nos separam, daí que caminhemos todos para um objetivo comum, dados da mão.

32. XAVIER VILHAR TRILHO (PROFESSOR TITULAR DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL) WWW.LUSOGRAFIA.ORG

A RECÍPROCA CONVENIÊNCIA DE A GALIZA E PORTUGAL LEVAR A TERMO ALGUM TIPO DE UNIFICAÇÃO POLÍTICA E, NO MÍNIMO, A PLENA UNIDADE LINGUÍSTICA

A linha argumental deste trabalho desenvolve as seguintes ideias-chave:

1º *Interesse da Galiza em privilegiar as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos*

2º *As relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam o caráter daquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou entre as outras regiões fronteiriças de Portugal e a Espanha, que não têm em comum a mesma língua.*

3º *O necessário apoio recíproco entre a Galiza e Portugal em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, numa política de defesa da unidade da língua comum.*

4º *A unificação linguística do galego com o português como a melhor e a maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal.*

5º *As recíprocas vantagens económicas e de reforço da presença cultural da Galiza e Portugal na Europa e na Lusofonia, que se derivariam da reintegração ortográfica do galego no português.*

6º *A natureza basilarmente cultural, portanto não essencialmente política, da unificação da variante linguística galega com a portuguesa padrão do Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa de Lisboa de 1990.*

7º *O dever cultural e científico das instituições políticas e académicas da Galiza e Portugal em promover tal unificação linguística.*

A Galiza deveria privilegiar sempre, e por todos os meios, as relações com Portugal por motivos culturais, geopolíticos e económicos. Teria de caminhar para uma associação (no mínimo, do tipo da união económica do BENELUX, constituído por BÉLgica, NEderland e LUXemburgo) com Portugal.

Embora estar já na União Europeia tanto a Galiza (indiretamente, por intermédio da Espanha) quanto diretamente Portugal, a Galiza deveria fomentar as relações com Portugal, formando uma união estreita com ele, de igual modo a como a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo já a tinham feito entre si antes de contribuir à formação da Comunidade Económica Europeia, e que continuam a manter dentro da atual União Europeia.

A respeito deste assunto, tem sido muito negativamente revelador ver como se tratou no Tratado pelo que se estabelece uma Constituição para a Europeia a possibilidade do chamado *alargamento interno* da União – alargamento por secessão de uma parte de um Estado membro ou por conversão dalguma das atuais regiões transfronteiriças (aquelas formadas por partes fronteiriças de dois Estados membros) num Estado membro mais ou da possibilidade de uma redução interna do número dos Estados integrantes da União por federação entre alguns deles.

Nós somos da opinião que na futura Constituição da União Europeia devem figurar essas opções, para, entre outras coisas, contribuir a superar a atual intocável territorialidade dos Estados e facilitar, deste modo, uma maior união política, como seria a que mais facilmente se alcançaria entre entidades políticas das dimensões territoriais e demográficas medias que ostentam as regiões e as pequenas nações sem Estado da Europa.

Galegos e portugueses fazem parte da mesma nação, até ao ponto de que um estudioso do facto nacional na Europa ocidental, como o italiano Salvi [1], autor de *Le nazioni proibite*, estima que a Galiza é uma das "*false nazioni*" da Europa.

Para Salvi, Galiza é uma falsa nação, porque não é uma das que ele chama *nazioni proibite*, quer dizer, não é daquelas nações que não conseguiram constituir o próprio Estado nacional sobre alguma parte do seu território, pois a nação galego-portuguesa, na sua prolongação portuguesa, sim conseguiu dar-se

um Estado, embora parte do seu território inicial (o território da atual Galiza) faça parte do Estado espanhol e, portanto, sem Estado próprio.

Sobre o facto de a Galiza e Portugal ser ou não a mesma ou duas nações diferentes [2] e, em consequência, o tipo de ação política que teria de se derivar de uma e outra tese, há hoje pessoas na Galiza, como Miragaia [3] e Cristóvão Angueira [4], que – desde uma definição linguístico-cultural de nação se têm pronunciado pela ideia de considerar que a Galiza e Portugal são a mesma nação e de tirar conclusões políticas dessa ideia. Miragaia conclui que o reintegracionismo não se pode limitar a ser simplesmente linguístico-cultural, devendo ser também político. E Cristóvão Angueira tira a conclusão de que, se considerarmos legitimamente a língua e a nação portuguesas as nossas, ter escolhido o caminho mais difícil, o da separação de Portugal, não nos tem facilitado muito as coisas aos galegos.

Em parecida direção, a chamada *Comissão para a Reunificação Nacional da Galiza e Portugal* reivindicava – num comunicado de 26 de setembro de 1998 – que, respeito da Galiza e Portugal, a territorialidade é a da República de Portugal e a da Galiza, não entendida esta apenas como território de uma Comunidade Autónoma do Reino da Espanha, e de que "*a Galiza, parte Norte de Portugal, precisa da sua livre determinação, independência e soberania para, livre, determinar a reunificação com Portugal".*

Pelo contrário, na opinião de Lôpez–Suevos [5] parece claro que Galiza e Portugal são duas nações diferenciadas, embora reconheça que têm uma comunidade de cultura, e que se deve fazer uma análise histórico–comparativa que descubra, apesar da existência de evidentes elementos comuns, aqueles fatores distintivos a considerar.

Daí que – não entanto admitir a inegável unidade linguístico-cultural entre a Galiza e Portugal a unificação política de ambas não seja contemplada em primeira instância por Lôpez-Suevos.

E isto por três razões:

1ª) por nunca ter coalhado posições irredentistas ou unionistas [6] entre Galiza e Portugal;

2ª) porque tal coisa demonstra a pegada da história da separação de facto entre Galiza e Portugal, que está aí, e não pode ser saltada alegremente [7]; e

3ª) porque a absorção [8] não resolveria o problema galego.

No pensamento de Lôpez–Suevos sobre o tema não deixam de estar presentes certas contradições e uma aceitação final indireta, após muitas reticências, da fusão de Galiza e Portugal.

Por uma parte, admite que Portugal não é para a Galiza uma nação ibérica mais, inclusivamente recolhe as palavras de Vilar Ponte: "*Galiza considera que ela com Portugal forma nação completa*"; mas, por outra parte, escreve que, na luta pela soberania nacional, os aliados naturais da Galiza são os nacionalismos rupturistas catalão, basco e canário, esquecendo incompreensivelmente o papel que nessa luta possa jogar Portugal, não obstante afirmar também que a independência da Galiza é possível, de enveredar Galiza para Portugal.

Em qualquer caso, Lôpez–Suevos não admite que se proponha como objetivo inicial a união política com Portugal.

Esta unidade aparece em Lôpez–Suevos como o último estádio de um processo com as seguintes etapas:

1ª) conquista por parte da Galiza da soberania nacional;
2ª) "benelux" galego-português;
3ª) eventual confederação das nações ibéricas; e
4ª) criação no seio da formalizada união ibérica – pela dinâmica dos acontecimentos de um bloco interno galego-português.

Só no suposto que unicamente a Galiza se visse no transe de ter de optar entre a Espanha e Portugal, Lôpez-Suevos optaria por uma Galiza portuguesa. Se a mínima afirmação que Lôpez-Suevos faz respeito de Portugal é a que de facto representa uma das concretizações possíveis do génio nacional galego, por que – perguntamo-nos nós a proposta para já da reunificação da Galiza e Portugal

não pode representar uma das concretizações políticas da personalidade nacional galega?

Desde o nacionalismo galego dominante continua-se sem responder de forma concludentemente favorável à necessária unificação linguística plena entre o galego e o português e a um necessário relacionamento político dalgum tipo entre a Galiza e Portugal.

Claro que também desde a parte portuguesa –como indica Lôpez-Suevos [9] - nunca se tentou efetivar a sério um movimento panlusista na Galiza, nem sequer como tática defensiva face aos intentos assimilacionistas do Estado espanhol, que historicamente sempre tem sido uma ameaça para a soberania portuguesa.

Portugal – como diz Lôpez-Suevos– deveria estar interessado na rutura do Estado unitário espanhol, porque esta seria a pré-condição para ele poder formar parte de um Estado federal (federal assimétrico e com traços confederais, acrescentamos nós) ou de uma Confederação ibérica, onde não preponderasse a nação espanhola, assim como também poderia ser a única alternativa resolutória dos conflitos nacionalitários no Estado espanhol que não passe pela "balcanização" do mesmo.

Em qualquer caso, as relações entre a Galiza e Portugal ultrapassam àquelas que se podem dar entre Portugal e o Reino da Espanha ou àquelas entre Portugal e outras regiões do Reino da Espanha fronteiriças com Portugal (a Castela-Leão, a Estremadura, e a Andaluzia), que não têm em comum a língua com as contíguas regiões portuguesas (Trás-os-Montes e Alto Douro, a Beira Interior, o Alentejo e o Algarve).

Há muitas pessoas na Galiza (entre elas as autoridades políticas autonómicas) e no Estado espanhol interessadas em limitar as relações entre a Galiza e o Portugal às relações entre a Galiza e o Norte de Portugal (Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro), entendido este espaço conjunto como uma simples região económica transfronteiriça no interior da Europa unida, esquecendo a realização da unidade linguística plena e uma possível unificação política entre essas duas partes (a galega e a portuguesa total) da mesma nação cultural. O relacionamento da Galiza é com o Portugal inteiro e não só com parte (o Norte) de Portugal.

As relações entre a Galiza e Portugal têm de ser as próprias de entre duas partes de uma mesma nação ou, se se quer, de nação a nação. A comunidade de cultura, de língua, de origem histórica, de contiguidade geográfica e de interesses económicos entre a Galiza e o Portugal deve levar a relações de tipo político-culturais. Relações que poderiam tomar diversas direções.

Em qualquer caso, essas relações não poderiam deixar de consistir no recíproco apoio da Galiza ao mantimento da independência de Portugal e de apoio de Portugal a que a Galiza consiga recuperar a sua identidade nacional e inclusivamente o maior autogoverno possível. Apoio recíproco, que em nenhum caso poderia deixar de consistir, no mínimo, em realizar uma política conjunta de defesa da unidade da língua comum, o que seria a melhor e maior prova da verdade das relações entre a Galiza e Portugal.

Os portugueses devem defender – sem medo a serem acusados de interferir nos assuntos internos do Estado espanhol a unidade morfossintática, léxica e ortográfica de galego e português, porque tal coisa é um assunto cultural à partida, não essencialmente político, embora tenha, evidentemente, uma dimensão política.

Dizemos cultural à partida porque, mesmo um cidadão espanhol, defensor a todo transe da unidade política do Reino da Espanha, poderia simultaneamente ser partidário de que o português, que se fala na parte de Reino da Espanha conhecia pelo nome de Galiza, se escreva corretamente com a sua própria ortografia, a sua ortografia histórico-etimológica, que hoje se tem consolidado no português de Portugal, forma evoluída, culta e internacional do galego.

Tem havido portugueses que superaram esse temor a ser acusados de se interferir em assuntos alheios, como é o caso do insigne Prof. Rodrigues Lapa, que têm ousado dizer – vencendo a paralisante mal-entendida cortesia, muito espalhada entre os portugueses, de não opinar sobre temas controvertidos entre os galegos que

> "*o único remédio eficaz para a salvação do idioma [galego], gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá considerar-se a expressão literária do galego […] Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário atual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata*" [10].

Também por parte galega temos de superar o preconceito contrário ao português, efeito da colonização espanhola e do complexo de inferioridade de todo colonizado, que nos leva a desprezar todo o que nos recorda o que somos, e nada há mais próximo a nós do que é português.

Contudo, tem existido no passado imediato e existe no presente a demanda da reintegração plena do galego no português, que supera esse complexo de autocolonizado.

Exemplo histórico ilustre desta demanda tem sido João Vicente Biqueira, quem já em 1919 tinha dito que

> "*O galego, não sendo uma língua irmã do português, mas um português, uma forma de português (como o andaluz do castelhano) tem-se de escrever em consequência como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios*!" [11].

Hoje já existe na Galiza um forte movimento reintegracionista e lusista organizado, minoritário, mas de grande incidência social, que não se limita à proclamação de um lusismo teórico (aquele dos que defendiam a reintegração ortográfica do galego no português, mas que não chagaram a escrever com ortografia portuguesa, como foi o caso de Biqueira e de Vilar Ponte). Um lusismo com efeitos práticos, quer dizer, produtor de publicações (revistas, livros, artigos nos jornais, cartazes, faixas) e atividades realizadas numa forma muito próxima ao português ou em português, do que mesmo é exemplo este trabalho.

Os dois atuais Estados unitários da Península Ibérica, o Reino da Espanha e a República de Portugal, deveriam estar interessados mesmo em assinar um tratado internacional de união ortográfica para a escrita do galego (ou português que se fala na Galiza) e do português que se fala em Portugal, semelhante à *taalunie* (o tratado da União da Língua Neerlandesa). Acordo rubricado entre o Reino da Bélgica e Reino dos Países Baixos, que fixa em comum a ortografia e a gramática oficiais para o flamengo (o neerlandês que se fala na região belga de Flandres) e o neerlandês que se fala na Holanda, que não supôs que Flandres se tivesse de incorporar à Holanda.

É ridícula a pretensão, dalgumas organizações e instituições galegas, de que o galego com ortografia espanhola (defendida por Esquerda Unida, *Mesa pola Normalización Linguística*, Parlamento da Galiza e Reitorado da Universidade de Santiago na época do Reitor Villares) ou a de que o galego com ortografia próxima à portuguesa mas sem ser plenamente a portuguesa padrão (defendida pela *Associaçom Galega da Língua*) seja declarado oficial na União Europeia, quando o português padrão é para já uma das línguas oficiais da União Europeia. Os galegos perdem, assim, a possibilidade de usar a sua língua como língua oficial na União Europeia, de querer usar uma versão ortográfica espanholizada não plenamente portuguesa do galego nas instâncias europeias, nas que tais versões não poderão chegar a ser oficiais por não ser oficiais nalgum dos Estados membros da Unidade Europeia.

A suntuária pretensão de que o português, uma das línguas oficiais da União Europeia, tenha – de ser admitido, como língua oficial na União Europeia, o galego escrito com ortografia espanhola duas ortografias oficiais, deveria ser denunciada pelas autoridades académicas e governamentais portuguesas, como já o estão a fazer certas organizações não-governamentais galegas (Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, Associação de Amizade Galiza-Portugal e a Comissão para a integração da Língua da Galiza no Acordo de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa de 1990), partidárias da plena reintegração ortográfica do galego à sua ortografia histórico-etimológica e internacional, qual é a portuguesa. Luxo asiático esse, o de ter línguas com duas ortografias oficiais [12], com o que nunca deverá adornar-se a União Europeia, a não ser que acredite que é pobre em línguas oficiais (atualmente doze [13] e que, com as ampliações previstas, chegaram a ser vinte e três [14]) e se queira munir também de distintas versões ortográficas oficiais das suas já numerosas línguas oficiais!

Na direção de servir-se de um galego muito próximo ao português têm dado bom exemplo o professor castelhano residente na Galiza, António Gil Hernández, e os eurodeputados galegos José Posada (do Partido Nacionalista Galego, uma das entidades parceiras da Coligação Galega, formação política nacionalista de direita) e Camilo Nogueira (do Bloco Nacionalista Galego, formação política nacionalista de esquerda).

Abrindo, com o primeiro e o melhor, a via desses bons exemplos, o professor António Gil Hernández –em qualidade, naquela altura, de Presidente da *Associação de Amizade "Galiza-Portugal"*– dirigia-se, em 10 de março de 1992, por escrito em português à Sr.ª Presidente da Comissão de Petições do Parlamento Europeu, para solicitar de tal instituição que não aceitasse as petições de reconhecimento do galego como idioma das instituições da Comunidade Europeia por ser já, como variante do português, uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia, pois, caso contrário, passariam as instituições europeias a sancionar a conculcação dos direitos linguísticos dos cidadãos espanhóis lusófonos e lusógrafos da Galiza (aqueles que utilizam o português oral e escrito como forma culta e internacional do galego), constantemente discriminados, por esse motivo, pelas autoridades e administração autonómicas da Galiza espanhola[15].

O eurodeputado José Posada apresentara um relatório com ortografia próxima à portuguesa na sessão do 10 de outubro de 1993 e interviera, na sessão do 8 de fevereiro de 1994, numa forma oral do galego foneticamente similar ao do português do Norte de Portugal, que foi recolhida na grafia padrão portuguesa no Diário de Sessões do Parlamento Europeu. E o eurodeputado Camilo Nogueira, em 14 de setembro de 1999, interveio no Parlamento Europeu numa forma de galego (a que se pronuncia com a fonética própria do dialeto galego das Rias Baixas, muito próxima à portuguesa), que provocou a intervenção do porta-voz do PP espanhol em Estrasburgo, o qual solicitara que tal intervenção não fosse recolhida nas atas por estar "num idioma que, na sua opinião, não era castelhano, nem galego, nem português". Intervenção que, não obstante, tinha sido traduzida para o português pelos tradutores do Parlamento Europeu e merecedora de felicitação pelo "bom português" usado, em palavras do mesmo ex-presidente da República de Portugal, Mário Soares.

Desde aquela altura, Camilo Nogueira empregou o português nas suas iniciativas parlamentares escritas. E as suas intervenções orais -no português da Galiza foram transcritas para o português padrão quando interveio no Parlamento Europeu.

Não se pense que a questão ortográfica é um problema bizantino. A unificação ortográfica de galego e português (ou melhor, a reintegração ortográfica do galego no português) é de uma importância vital para a sobrevivência do galego (o português da Galiza), porque – nas condições de proximidade estrutural entre duas línguas românicas (como são o galego e o espanhol) e de concorrência desleal do espanhol, que o galego tem de suportar no seu próprio território histórico a defesa do galego deverá tirar partido simbólico da diferença gráfica frente à língua espanhola com a que tem de concorrer diretamente.

A ortografia portuguesa é o instrumento ideal para impedir a assimilação do galego pelo espanhol pela via de que não se distinga praticamente deste, pois, como diz o professor galego Fernando Vázquez Corredoira:

> "*Pode-se formular, como princípio geral, que o caráter distintivo e delimitador da ortografia é singularmente evidente nas situações de contacto linguístico em que os utentes de uma das línguas sentem a necessidade de marcar a distância em relação à outra e que esta necessidade é tanto mais premente quanto menor a distância estrutural entre as línguas em contacto. Pretende–se, então, em primeiro lugar, diferenciar quanto possível no plano gráfico a língua em questão em ordem a tornar mais visível a sua singularidade e, em segundo lugar, capitalizá-la simbolicamente de modo prestigiante*" [18].

Parecido argumento está presente nas palavras doutro professor galego, José Henrique Peres Rodrigues, quando escreve:

> "*As grafias empregadas na representação de uma língua levam parelho […] um valor simbólico de identificação […]*
>
> *Ter isto em conta é fundamental à hora de dotar de um sistema escrito a uma língua minorada. Um sistema que lembre demasiado o da língua*

dominante com certeza constituirá um obstáculo para a consideração autónoma e para o prestígio dessa língua, aspeto que muito provavelmente não se verá compensado em termos de uma possível maior eficácia normalizadora deduzível de uma maior presumível maior facilidade existente para aceder ao novo sistema gráfico desde o já conhecido" [17].

A distância que há entre uma estandardização espanholizadora do galego e uma estandardização que procura a reintegração plena do galego no português é a distância que medeia entre uma língua arcaizante e uma língua modernizada, entre uma língua rústica e uma língua urbana, entre uma língua com só um registo coloquial e uma língua com registo culto, entre uma língua crioula (o "portunhol", um híbrido mestiço de galego-português e galego espanholizado) e uma língua não hibridizada (a galego-portuguesa), entre uma língua colonizada e uma língua descolonizada, entre uma língua em estado de fragmentação dialetal e uma língua integrada num estândar unificado, entre uma língua regional e uma língua nacional, entre uma língua regional não nacional e uma língua nacional com dimensão de língua de relação internacional.

A formalização gráfica do galego perpetrada pelo oficialismo institucional é uma estandardização do galego efetuada a partir de um galego que, com ironia, poderíamos chamar "coloquial-colonial". *Coloquial* por elevar a registo culto da língua a maneira de falar coloquial, cheia de vulgarismos e tipismos, e *colonial* por estar muito poluída por interferências do idioma espanhol colonizador. Esta forma de normativizar o galego – com a ortografia do espanhol, que codifica as formas gramaticais (morfológicas, sintáticas e fonéticas) mais distantes do português e que adota um léxico culto tomado basilarmente do espanhol ou hiperdiferencialista a respeito do português padrão amputa-lhe ao galego as funções de língua nacional, de língua de cultura universal e de língua de relação internacional.

A codificação espanholizadora do galego nega-lhe a este o caráter de língua nacional na medida em que o converte numa simples língua "regional" do Reino da Espanha, num dialeto do espanhol, numa espécie de castelhano antigo ou de português aldeão. Esta normativização, que isola o galego do português, desintegra o galego, ao desagregá-lo da comunidade linguística lusófona, da que faz parte, e ao facilitar a conversão do mesmo num dialeto do espanhol.

A estandardização espanholizadora do galego priva ao galego da função de língua de cultura na medida em que o desvincula da própria tradição cultural dos cancioneiros líricos medievais galego-portugueses, na medida em que também o desliga da literatura portuguesa e brasileira (a forma mais culta, mais "cultivada" do galego), na medida em que não se serve do léxico científico já acunhado no português, que segue a orientação erudita das restantes línguas românicas.

Assim também, a normativização espanholizadora e - ou hiperdiferencialista do galego usurpa-lhe ao galego a função de língua internacional, extensa e útil, pois afasta-o da forma em que é escrito por mais de duzentos milhões de utentes dos países lusófonos disseminados pelos cinco continentes do globo terráqueo.

A reintegração ortográfica do galego no português interessa a Portugal e deveria ser apoiada pelas instituições políticas e culturais portuguesas, pois também acrescentaria a presença da língua portuguesa na União Europeia ao somar aos dez milhões de portugueses os quase três milhões de galegos, com o qual o português passaria a ser a sexta língua (depois do alemão, inglês, francês, italiano e espanhol) mais falada na União Europeia de antes do seu último alargamento a vinte e cinco Estados, ao praticamente igualar em número de falantes ao neerlandês e ultrapassar ao catalão.

Para Portugal, os quase três milhões de galegos que falam o português da Galiza podem significar pouco comparados com os mais de 150 milhões de falantes do português no Brasil e os 35 em África, mas são de uma grande importância pelo seu valor simbólico para o mundo lusófono (por ser a Galiza parte do berço territorial onde nasceu o galego – português), pelo nível educativo e pela estratégica ubiquação dos galegos numa União Europeia de grande influência económica, cultural e política. Seria uma grande perda para toda a Lusofonia que desaparecesse o português da Galiza.

Para a Lusofonia qualquer perda, embora por pequena, é perigosa, porque se começa por perder uma parte e se acaba por perder todo o conjunto. Agora que há um futuro certo para a nossa língua no Oriente, após o Timor Oriental conseguir libertar-se da ocupação indonésia, a Galiza tem de deixar de ser uma espécie de "Timor Ocidental linguístico" sob o domínio do espanhol e de formas

espanholizadas do galego, que, de persistirem, levarão o galego à sua desaparição definitiva.

Não se pode esquecer que o passado do galego são os cancioneiros lírico medievais galego-portugueses e não se pode desconhecer que o futuro do galego está no português da Lusofonia.

A unificação ortográfica de todo o mundo lusófono permitiria a Portugal exigir em Bruxelas uma parte das ingentes quantidades que a União Europeia destina à indústria do cinema e dos audiovisuais, pois a comunidade linguística portuguesa, com mais de 200 milhões de utentes e possíveis consumidores, está em condições de igualdade para fazer parte da distribuição dos recursos que a União Europeia realiza entre as suas comunidades linguísticas (inglesa, espanhola e francesa) de extensão internacional.

A eliminação da alfândega ortográfica que separa o português do galego e a unificação ortográfica de toda a Lusofonia (já lograda, pelo menos no papel [18]), com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1990, pela Academia Brasileira de Letras, pela Academia de Ciências de Lisboa, pelas delegações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com a adesão de observadores da Galiza) criaria um maior mercado para os editores e livreiros de toda a Lusofonia e poria a disposição dos utentes do galego – que contam com uma raquítica industria editorial galega de abundantes e baratas edições em galego moderno e internacional (o português) de livros escolares e dos clássicos da literatura universal e de muitas obras científicas modernas, que já estão traduzidas à nossa língua.

A língua nacional da Galiza, embora estar minorada no território da Galiza, conta com o enorme reforço de ser uma língua demograficamente não minoritária (como o são, por exemplo, o catalão e o euscaro), por ser uma língua de extensão universal com mais de 200 milhões de falantes e mais estendidos geograficamente (presentes significativamente em América e África e inclusive em Ásia, embora neste caso escassamente) do que os falantes do espanhol (só presentes significativamente em América e minimamente em África).

A Galiza deve aproveitar essas vantagens estratégicas (a sua língua ser oficial no Estado vizinho e na União Europeia, e de difusão internacional) para recuperar a sua língua nacional. De não evitar a Galiza e Portugal esse estar de costas viradas, Portugal "perderá o Norte" e a Galiza "não receberá o sol do meio-dia".

Uma direção que poderiam tomar as relações políticas entre a Galiza e o Portugal, seria que ambas as partes da mesma nação cultural trabalhassem para uma confederação ou federação do estilo do Benelux entre elas dentro da União Europeia. Afinal, até poderiam chegar à união ou fusão política, formando o que hoje haveria que chamar uma comunidade política com poder constituinte e já não chamar Estado, devido a que a forma de organização política estatal soberana clássica está entrando em crise.

Já Otero Pedraio, deputado galeguista nas Cortes da II República espanhola, tinha ameaçado, num debate parlamentar [19], com a união da Galiza a Portugal, caso de que o Estado espanhol não atendesse as reivindicações galegas. E o hino nacional da Galiza diz, em dois dos seus versos, que "*A nobre Lusitânia - os braços tende amiga*".

A ideia de uma federação com Portugal já tem uma forte tradição no galeguismo histórico. É algo que já tem sido apresentado precisamente em ligação com a integração ortográfica do galego no português, como um instrumento que coadjuvaria positivamente a uma re-estruturação federal democrática do Estado espanhol e a uma confederação ibérica, que beneficiaria igualmente a ambos estados ibéricos. Vejam–se estas esclarecidas palavras de João Vicente Biqueira, publicadas em 1930:

> "*O galego, pela sua semelhança com o português, é um instrumento de comunicação internacional que à Espanha inteira convém cultivar e conservar [...]*
>
> *Ainda pela semelhança do galego com o português podemos servir à Espanha e à humanidade em outra forma: trabalhando pela inteligência de Espanha e Portugal para formarem os dois estados unha grande Ibéria. A importância disto é enorme se se considera que só pelas sucessivas confederações nacionais se chegará à paz perpetua [...]*

Mas de nenhuma maneira se fará a futura confederação ibérica sem uma Galiza totalmente galega, e isto quer dizer falando galego, já que a língua é essencial à sua personalidade. A razão é que uma Galiza autónoma, dona de si, dissipará os receios da absorção castelhanista que Portugal sentiu sempre e sente justificadamente, motivo do seu distanciamento de nós. Portanto, a Galiza, se é fiel a si própria, está-lhe reservada, pela sua língua e pela sua história, tão portuguesas quanto espanholas, a missão de fazer a união Ibérica, que (indico de passagem) exige também na própria Espanha um regime geral federal" [20].

Mesmo um setor do nacionalismo histórico galego tentou dar natureza de problema internacional a esse delineamento de deixar a porta aberta a uma possível união da Galiza e Portugal, ao reivindicarem uma autonomia plena para a Galiza, que desse passo a um achegamento a Portugal, como chave para facilitar o caminhar na direção de uma união federal ibérica.

Com efeito, Antão Vilar Ponte tinha apresentado na Assembleia Nacionalista de Lugo de 1918 uma proposição com a intenção de que os nacionalistas galegos se dirigissem ao Governo português com o objeto de que este – na Conferência de Paz, que logo remataria no Tratado de Versalhes, e dentro da Liga das Nações se fizesse intérprete desse desejo de uma autonomia integral para a Galiza, na perspetiva de que Portugal e a Galiza pactuassem "*um regime dual como nações que reconhecem-se atraídas por uma unidade superior, filha da natureza comum, que somente assim sem receios teria ingresso numa grande Ibéria*" [21].

A decomposição do Reino da Espanha nas suas quatro nações constitutivas e a simultânea consolidação de um bloco galego-português na faixa atlântica da Península Ibérica constitui a pré-condição da possibilidade de uma federação ou confederação edificada sobre três pilares de parecida potência, pois o peso da "Espanha pequena" (os países castelhanos que formam a faixa ibérica central) estaria compensado pela presença das duas faixas, a ibérica-ocidental (ou galego–portuguesa) e a ibérica–oriental (a formada pelos países catalães), de parelhas dimensões demográficas e económicas e que somadas igualariam à castelhana central em importância demográfica, económica, cultural e política.

Isso também permitiria que o encrave basco-navarro *euskaldun*, assente na zona norte da faixa central, de menores dimensões territoriais e demográficas, se pudesse sentir protegido pelo "empate técnico" entre o polo da faixa românica castelhana ou "pequeno-espanhola" e o outro polo conformado pelas faixas românicas galego-portuguesa e catalã.

Assim mesmo, uma Península Ibérica conformada numa ligação "federal-confederal" das quatro comunidades nacionais (castelhana ou espanhola, galego-portuguesa, catalã e basca) representaria um maior obstáculo contra a periferização da Galiza e Portugal no quadro do desenvolvimento desigual, que não é capaz de impedir – quando não o promove – o fundamentalismo de mercado da União Europeia.

Uma federação ou confederação peninsular de cinco membros de muitos dispares território, demografia e recursos económicos –um grande (o castelhano ou espanhol), dois médios (o português e o catalão) e dois pequenos (o galego e o basco), onde o elemento castelhano ou espanhol seria o dominante estaria desequilibrada e não chegaria a persistir por muito tempo. Os Estados federais ou as confederações, onde não exista uma certa igualdade entre os parceiros, não têm muito futuro.

Para terem futuro, uma federação ou confederação de nações ibéricas e uma União Europeia federal ou confederal precisarão de estar constituídas por entidades de dimensões equiparáveis à média das ibéricas ou a média das europeias, como seriam as dimensões de uma PORTUGALIZA.

[1] Salvi, Sérgio (1973), *Le nazioni proibite. Guida a dieci colonie "interne" dell' Europa occidentale*, Firenze: Vallecchi Editore, pp. XVII e XVIII.

[2] Assim se intitulava, precisamente, um dos artigos inicidores da polémica atual sobre o tema, o de J. M. Barbosa, que leva o rótulo de "Galiza e Portugal: Umha ou duas naçons" (in *Agália*, nº32, 1991). Artigo que opta pela defesa da tese de a Galiza e Portugal ser duas nações diferenciadas. Segundo Barbosa, de a Galiza e Portugal fazer parte de uma única nação comum, só estaria integrada pela Galiza e a região norte de Portugal, a existente entre os rios Minho e Douro (a antiga *Gallaecia* romana), por ser as únicas terras com similitudes étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas. O resto de Portugal, quer dizer a *Lusitânia*, a região que se estende do Douro até ao Algarve, teria caraterísticas étnicas, antropológicas, geográficas e idiomáticas (pela influência do substrato moçárabe) distintas. Os precedentes desta ideia podem rastejar-se já no Castelao de *Sempre em Galiza*. Para Barbosa, mesmo admitindo os factos da substancial identidade linguística entre o galego e o português e de que se escreva com uma ortografia muito próxima à portuguesa padrão, não se

deve chegar a uma unidade ortográfica total entre a variante galega e a portuguesa, senão a escrever o galego com as caraterísticas próprias do galego da Galiza e não com as do *galego do Algarve* (sic).

[3] Miragaia, Manuel (1990), "A realidade galega no pensamento galeguista", in *Agália. Revista Galega da Associaçom Galega da Língua*, nº 23, outono, pp. 269-288.

[4] Angueira, José Ângelo Cristóvão (1991), "Nacionalismo galego: questões a debater", em *Agália. Revista da Associação Galega da Língua*, nº 26, pp. 233-242.

[5] "Dos mapas Cor–de–rosa", in *Agália*, nº 11, outono 1987, pp. 265–291; e *Portugal no quadro peninsular*, editado pela AGAL (Associaçom Galega da Língua), 1987.

[6] Se bem que não tem coalhado socialmente, não é exato que não tenha havido um certo irredentismo e - ou unionismo entre galegos e portugueses, embora tivesse sido episódico e basicamente de natureza cultural-retórica. Com efeito, o poeta Lôpez Viera diz nuns conhecidos versos "*deixa Castela e vem a nós*"; o filósofo da saudade Teixeira de Pascoaes fala de "*Galiza, troço de Portugal sob o domínio castelhano*"; e o formidável escritor Fernando Pessoa reclama a anexação da Galiza, que "*Integrada em Portugal, fica parte do Estado a que por natureza e raça pertence*" (citados todos por Miragaia, *op. cit*.). Por parte galega, o unionismo está presente, por exemplo, em textos como o Manifesto, que a Assembleia de Mocidades Nacionalistas Ibéricas redigira na Corunha em 1922 – assinado pelo secretário, Carlos Monasterio, e Xohán V. Viqueira, primeiro conselheiro, no que se dizia que "*Galiza tem com ele* [Portugal] *afinidades de raça, de língua, de cultura e de sentimentos tão fortes, que chamam a gritos pela união dos dois povos*...". Manifesto publicado em *A Nosa Terra* (nº 168, 15 de agosto de 1922) e citado por Ramón Villares (em *Figuras da nación*, Edicións Xerais, Vigo, 1997, nota 30, p. 198), quando escreve sobre as relações da Galiza com Portugal na época contemporânea (pp. 183-204). Para uma consideração ainda menos positiva da que faz Villares, das referências a Portugal no nacionalismo galego anterior a 1936, veja-se o trabalho de X. M. Núñez Seixas ("Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas", in *Grial*, tomo XXX, nº 113, janeiro-março, 1992), no que se estimam tais relações cheias de referentes míticos, retóricos, contraditórias e limitadas ao âmbito cultural e a individualidades intelectuais.

[7] Não sabemos por que a pegada da história pode ser superada no campo da separação linguística entre o galego e o português com o reintegracionismo linguístico, que Lôpez-Suevos defende, e não no campo da separação política entre Galiza e Portugal com a promoção de algum tipo de unificação política.

[8] Não é afortunada a utilização do termo *absorção* por parte de Lôpez-Suevos, porque o resultado da unificação das duas partes de uma mesma nação não poderá ser uma absorção de uma pela outra, mas uma fusão entre as duas.

[9] Lôpez–Suevos, Ramón (1983), *Dialética do desenvolvimento: nação, língua, classes sociais*, A Corunha: AGAL, pp. 66 – 68.

[10] Rodrigues Lapa, M. (1979), *Estudos galegos-portugueses. Por uma Galiza renovada*, Lisboa: Sá da Costa Editora, nota 1 p. 27 e pp. 63-64.

[11] Viqueira, X. V. (1919), "Pela reforma ortográfica", em *A Nosa Terra*, núm. 102, do 5 de outubro de 1919. Citamos por A. Gil Hernández (ed.), *João Vicente Biqueira. Obra seleta (poesia e ensaio)*, Cadernos do Povo - Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, Pontevedra - Braga, 1998, p. 130.

[12] Na Europa o habitual tem sido a unificação ortográfica das variedades de uma mesma língua (unificação do flamengo e o neerlandês, do romeno e o moldávio, do valão e o francês). As exceções dão-se no "diferente" Reino da Espanha, onde se pretende consagrar oficialmente uma forma ortográfica para o galego distinta da portuguesa e uma para o valenciano, distinta da catalã. Um caso diferente é o do croata e o sérvio, que praticamente são a mesma língua, mas grafadas com alfabetos distintos – com o latino pelos croatas e com o cirílico pelos sérvios por razões histórico-culturais (a pegada que deixaria a linha divisória entre o Império Romano do Ocidente, no que o latim daria a pauta linguística, e o Império Romano do Oriente, no que o grego seria quem a daria; linha divisória, que, precisamente, passava pelo meio dos que hoje são os territórios fronteiriços entre os croatas e os sérvios) e por razões religiosas (desde o chamado cisma do Oriente, os croatas são católicos e os sérvios ortodoxos).

[13] Alemão, dinamarquês, espanhol, finês, francês, grego, irlandês, italiano, neerlandês, português e sueco.

[14] Checo, estoniano, letão, lituano, húngaro, maltês, polaco, eslovaco, esloveno, romeno e búlgaro.

[15] *Vide*. Petição de 10 de março de 1992 (Assunto: O idioma galego-português já é oficial na C.E.), em Arquivos da Associação de Amizade Galiza-Portugal e em *Hífen. Boletim do Instituto de Estudos Luso-Galaicos da Associação de Amizade "Galiza–Portugal"*, núm. 2, 1993, p. 4 (multicopiado).

[16] Vázquez Corredoira, Fernando (1998: 11), *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo a contrario*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

[17] Disponível em http: - - webs.uvigo.es - h06 - weba573 - persoal - henr - graf - graf2.htm, pág. atualizada em 30-05-2003 (fragmento transcrito, por nós, desde a ortografia reintegracionista do prontuário da Associação Galega da Língua para a ortografia padrão portuguesa).

[18] Dizemos no papel, porque na prática não tem um seguimento efetivo, sobretudo em Portugal, apesar de ter sido aprovado pelas assembleias legislativas de Portugal e do Brasil, por algum dos países africanos de língua oficial portuguesa e ratificado pelos respetivos governos. As inércias adquiridas (e talvez os temores de Portugal a perder uma soberania linguística, da que julga ser usufrutuário por história, face ao colosso demográfico brasileiro de mais de 160 milhões de habitantes) têm dificultado a implementação prática de um Acordo ortográfico, que – embora feito com cedências tanto pela parte portuguesa quanto pela brasileira possivelmente beneficie um pouco mais à que vinha sendo a mais simplificada prática ortográfica brasileira do português.

[19] Quintana X. R. e Valcárcel M. (1988) sustentam (in *Ramón Otero Pedrayo. Vida, obra e pensamento*, Vigo: Ir Indo), que palavras parecidas de Otero Pedraio (afirmando que se a Galiza não conquistava um *status* federal dentro da recém-proclamada República espanhola, demandaria o apoio de Portugal para obter a sua liberdade) foram pronunciadas no restaurante *La Bombilla* de Madrid em 1931. Referência que recolhemos de X. M. Núñez Seixas, "Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas", in *Grial*, tomo XXX, nº 113, janeiro-março, 1992, p. 65.

[20] Biqueira, João Vicente (1998 [1918]), *Obra Seleta (Poesia e Ensaio)*, edição ao cuidado de António Gil Hernández, Pontevedra - Braga: Cadernos do Povo - Revista Internacional da Lusofonia, núms. 43-45, pp. 65-66. Considerações semelhantes podemo-las achar também em *Pensamento e sementeira* de A. Villar Ponte (Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires, (1971) e no *Sempre en Galiza* de Castelao (Edição crítica do Parlamento de Galicia e da Universidade de Santiago de Compostela, 1992 [1944], coordenada por Ramón Máiz). As citações, que fazemos de textos em galego escritos com ortografia não portuguesa, transcrevemo-las na ortografia do português padrão (que é a que é utilizada na redação deste trabalho), com as únicas exceções dos títulos dos livros e dos artigos das revistas das referências bibliográficas.

[21] Villar Ponte, Antón (1971 [1918]: 212), *Pensamento e sementeira*, Ediciones del Centro Gallego de Buenos Aires.

33. XOSÉ MANUEL SÁNCHEZ REI (UNIVERSIDADE DA CORUNHA, GALIZA)
WWW.UDC.ES - PRINCIPAL - GA **SANREI@UDC.ES**

A LÍNGUA DO ROMANCEIRO TRANSMONTANO E A SUA PROXIMIDADE COM O GALEGO: ALGUMAS QUESTÕES SINTÁTICAS

A linguagem dialetal e popular do Norte de Portugal apresenta, como é sabido, vários traços comuns com a variedade galega, pouco usuais nos falares lusitanos setentrionais e na norma padrão do português europeu.

Relativamente às falas trasmontanas, e em especial à língua transmitida pelo seu romanceiro, sobranceiam algumas questões com a sintaxe como protagonista: por um lado, estruturas pleonásticas com clíticos, muito habituais na Galiza, estão presentes nesses textos, nomeadamente em casos de CI; por outro, a interpolação pronominal, recurso antigo singularmente presente nos textos medievais e hoje ainda registável, está bastante bem atestada.

O presente contributo tenciona, a este respeito, ponderar tais construções sintáticas, sempre nos baseando em romances tradicionais de Trás-os-Montes, por servirem como mais um ponto de união entre as falas galegas e as da margem portuguesa.

Para este labor, tivemos em conta, fundamentalmente, a obra de Manuel da Costa Fontes, Romanceiro da Província de Trás-os-Montes*, ainda que, em menor medida, também usámos outros trabalhos, sempre com o desejo de oferecermos uma visão o mais completa possível, mas necessariamente adaptada a estas páginas.*

1. Introdução

Num trabalho publicado há pouco tempo (Sánchez Rei 2005), fazíamos uma chamada de atenção sobre os falares populares e regionais portugueses dos séculos XVI-XIX e o seu muito rendível aproveitamento para nos aproximarmos, com uma notável dose de veracidade, do galego dessa época, um período de tempo em que a Galiza não contou com gramáticas nem com estudos que se ocupassem da sua língua.

Nesta ocasião, voltamos a refletir sobre as variedades populares e regionais do português, agora as de Trás-os-Montes, parcialmente recolhidas pelo *Romanceiro* de Fontes publicado em 1987 (em adiante *RT*)[110].

Verificar-se-á que a sintaxe popular e coloquial do sistema galego-português também proporciona, às vezes, curiosos dados que incidem na unidade do sistema linguístico galego-português, como podem ser os das estruturas pleonásticas com clíticos redobrados ou mesmo os casos em que se intercala um ou vários elementos entre o pronome átono proclítico e o nó verbal ou, inclusivamente, diversas hipóteses que apresentam alguns verbos para selecionarem um argumento.

No entanto, a constituírem os romances trasmontanos a nossa fonte de estudo, e no desejo de os não sacralizarmos nem de os valorizarmos exageradamente, parece pertinente, antes de mais, clarificarmos algumas questões no que diz respeito à sua caraterização linguística.

Em primeiro lugar, a informação gramatical e até lexical que proporciona o romanceiro tem de ser percebida no contexto de geração e de transmissão de uma modalidade de textos orais muito particular; isto implica (i): que determinados dados que ali se atestarem, com independência da frequência do seu aparecimento, podem não ter uma equivalência totalmente exata na oralidade normal nessas regiões; (ii): que a proliferação de versões de um mesmo romance produz, não raro, que a informação linguística registada em todas elas não seja idêntica, pois certos fenómenos podem estar presentes nalguma das versões e não se acharem noutras[111].

[110] Qualquer texto escrito é uma reprodução imprecisa de um oral e, neste caso, não nos achamos perante uma exceção. A este respeito, o próprio responsável da compilação declara que a edição deixou de lado alguns traços fonéticos mais que reproduziu ´"óbvias incorreções e contrasensos" (*RT* I, LXIX).

[111] Assim, por pormos um exemplo, ainda se tratando do mesmo romance, aparecem diferenças nos textos 1.334 e 1.335 (*RT* II, 950), em que pode ler-se, respetivamente, *outrem não m'há-dem lograre* e *outro não hei de lograre*, o que ilustra de alguma forma esse variacionismo do género romancístico

Em segundo lugar, mais uma circunstância que temos de ter em conta consiste no facto de, muito embora se podendo constatar o fenómeno do variacionismo de versão a versão, os romances, como também outras manifestações literárias de caráter tradicional e anónimo, como as quadras, costumam possuir certa fixação rí(t)mica, morfossintática e até lexical; assim, um texto apreendido de determinado modo vai ter muitas possibilidades de ser transmitido a manter uma grande parte dessa fixação linguística.

Partindo destes princípios, e após a leitura dos 1.673 textos coligidos nos dois volumes de *RT*, a quantidade de dados e de informação gramatical que pudemos apontar foi grande, mas vimo-nos na necessidade de selecionarmos apenas alguns exemplos e de centrarmos o nosso interesse em questões muito concretas.

Outros aspetos também mereceriam uma maior dedicação, como, por exemplo, podermos verificar as diferenças entre o romanceiro trasmontano e o galego no que diz respeito à documentação de determinados fenómenos gramaticais ou até constatarmos em profundidade esse grau de variacionismo linguístico nas diversas versões existentes para um mesmo romance nas terras de Trás-os-Montes.

Assim, terão de ficar para uma outra ocasião os comentários à volta de dativos sem actância registados em *RT* cujo uso os faz situarem-se muito próximos dos pronomes de solidariedade galegos (*aquí **t'**está teu marido*, *RT* I, 199; *qu'aqui **te** ficam as ovelhas*, *RT* I, 403; *a vida já **t'**é sagrada*, *RT* I, 459; etc.)[112], os apontamentos para a notória ausência de mesóclise nos tempos que normalmente a exigem (***darei-te** qual tu quiseres*, *RT* I, 193; ***darei-te** a minha mão*, *RT* II, 1197; ***daria-t'**uma delas*, *RT* I, 201; etc.), as anotações para a esporádica documentação de possessivos tipo *de meu*, *de teu*, etc. (*eu tenho bastante **de meu***, *RT* II, 929), as reflexões sobre a atestação de determinado léxico dialetal e popular (*astrever*, *cavaleiro*, *ceia*, *cear*, *home*, *longes* empregado como adjetivo, *onte*, *outrem*, *somentes*), etc.

2. As estruturas pleonásticas

Deste modo, o primeiro dos fenómenos de caráter morfossintático a que nos vamos referir consiste nas construções pronominais do tipo, em galego, *Dálle o libro **ao teu amigo***, em que o clítico, morfema verbal, marca a concordância entre o verbo e o tipo de complementação que exige, particularmente no contexto de um CI representado mediante unha FN (embora também se detetem para o CD frequentemente com a ordem de elementos da cláusula alterados).

Não se trata, portanto, de um clítico com função sintática, mas com uma responsabilidade coesiva no interior intraclausal, seguindo aqui o exposto em Cidrás Escáneo (1992).

Neste sentido, corresponde a um tipo de construção o suficientemente presente na língua para que na Galiza cláusulas como *Dá o libro ao teu amigo*, em que não figura o pronome átono de dativo, sejam na atualidade pouco representativas, ainda que se conhecem alguns exemplos; os que seguem provêm de compilações de literatura oral contemporâneas: *non teño **á quen dar as queixas** - para **dar ô meu rapás*** (*CPG* III, 20-21); *O secreto d'o teu peito - Non **contes ó teu amigo*** (*LPG*, 67); *Vou **dicir a miña nai** - Que andan as vacas n-a chousa* (*LPG*, 99); *Unha vella **dixo a outra** - Polo burato d'a porta* (*LPG*, 195); etc. Repare-se, aliás, que a existência destas construções incide no facto de os pronomes átonos terem uma responsabilidade sintática menos importante do que puder parecer, pois trata-se simplesmente de morfemas verbais que, às vezes e somente às vezes, desenvolvem essas funções.

As antecitadas estruturas com pleonasmo e outras similares, vigorantes portanto no galego atual, parece não acharem um correlato quanto à sua possibilidade de utilização para o caso da variedade padrão lusitana de hoje em dia, que prefere estruturações do tipo *Dá o livro ao teu amigo*. Mas o facto de não ser habitual hodiernamente em Portugal não significa que o não fosse outrora ou que o não seja em certas variedades de português. A este respeito, contamos com o testemunho de Francisco José Freire, quen, nos anos finais do século XVIII, clarificava que essas construções não eram senão "graças" da língua, tirando-lhes a carga pejorativa que supunha o qualificá-las de "redundantes":

[112] Sobre os diferentes tipos de dativos e de CI no português, veja-se o trabalho de Vilela (1992: 117-127). Para o caso específico do galego, veja-se o contributo de Pita Rubido (2006).

Chamam igualmente redundancia a estoutro modo de fallar: 'Deram-lhe a Pedro', devendo-se dizer deram a Pedro: elle via-nos a nós, postoque nós o não víssemos a elle, bastando que se dissesse 'elle via-nos postoque nós o não víssemos', &c. Porem os que fallam do primeiro modo tem sempre em seu favor a Vieira [...]. No tom. 5 pag. 314 diz tambem: 'Deram-lhe a S. Gonçalo' &c. E no tom. 7. pag. 39. 'Elle via-nos a nós em quanto Deus.' Estes modos de falar, longe de serem redundancias, são graças da indole da nossa lingua" (Freire 1842, parte 3ª: 123).

As gramáticas portuguesas modernas, em geral, secundarizam a existência destas construções pleonásticas; assim, por exemplo, em Cunha & Cintra (1992: 300) são identificadas apenas com um "emprego enfático" para ressaltar o complemento, ao passo que em Vilela (1999: 333-335) ou Mateus *et aliae* (2003: 289-290) não se faz nenhuma referência a elas; contrastivamente, Bechara (2002: 422) assinala a "*possibilidade de poder esse pronome [o clítico] duplicar o complemento indireto na mesma oração, sem que este termo esteja obrigado a topicalizar-se, isto é, a aparecer antecipado na oração".*

Não obstante, a língua documentada no romanceiro trasmontano dá sinais de conservar em maior medida tais estruturas tão comuns na Galiza. Os exemplos mais abundantes, a que não vamos conceder atenção por se acharem também normalmente no português, correspondem aos casos em que se deteta o pronome tónico oblíquo regido pela preposição *a* acompanhado do clítico pertinente, como os casos seguintes, verdadeiramente frequentes em *RT*[113]: *também **me** vendo **a mim*** [...] - *nem **te** vendas **a ti*** [...] - *também **me** condenas **a mim*** (*RT* I, 184); etc. Ora, junto a estes, muito habituais, acham-se outros, num número relativamente alto, em que o CI é representado por uma FN com núcleo e adjacentes concordando com o correspondente pronome átono, como nos casos que se seguem: *– Já **lhe** deixo vinte contos —**a essa triste, desgraçada*** (*RT* I, 45); *oh quem **le** tirara a vida — **a um grande militare*** (*RT* I, 327); *foi-**l'**a dizer **ao marido** — Vai-la já entregare* (*RT* II, 945); *não **lhe** dou a i-alma **a Deus** — sem me despedir do amor* (*RT* I, 237); *– A senhora i-Ana, senhora i-Ana, — dê-le*[114] *conselhos **à filha*** (*RT* I, 434); *vai-**lhe** entregar esta carta **ao meu pai**, — escrita pela minha mão - vai-**lh**a dar **a meu pai**, — que de nós tenha compaixão* (*RT* I, 489); *vai-**le** ensinar - — o camino **ao ceguinho*** (*RT* I, 564); *tão triste me vim a achar - de pedir-**lhe** a filha **à condesa*** (*RT* I, 879); etc.

Outrossim, é normal que a alteração da ordem de elementos clausais mais habitual, com os subsequentes constituintes tematizados ou focalizados, favoreça o aparecimento das estruturas pleonásticas, consoante ilustram estes exemplos[115]: *–**À serrana de Plasencia** —pousada **le** pedia* (*RT* I, 398); ***às almas** nada **le** fazeis* (*RT* II, 1069); *vou-lhe fazer um pedido — se **à menina lhe** convém* (*RT* II, 931); *e **a Deus le** agradeceu — com devoção verdadeira* (*RT* I, 62); *todas sete **lhe** tocaram — **ao bom velho de seu pai*** (*RT* I, 14, 18, 20); *Sete sortes **lhes** deitaram —**a quem no havia d'ir buscare*** (*RT* I, 21); *Todos os homes que via, — **a todos lhe**[116] punha chata* (*RT* I, 516); *Ela como é muita coisa, —**a todos le** põe falta* (*RT* I, 517); *E o maroto de seu irmão —**ao seu pai lh**o foi contar* (*RT* I, 541); etc.

Por outro lado, convém pormos em destaque que a estrutura reiterativa que possuem certas partes dos romances facilita que num mesmo texto possam ser atestados vários exemplos, o que sem dúvida se torna num ricaz recurso expressivo e estilístico produtivamente aproveitado pelas pessoas transmissoras do romanceiro: *–A quem deixas os teus sapatos, — que bem lh'há-dem ficar? - – Deixo-lhos **às tuas irmãs**, —que bem nos há-dem passear. - – A quem deixas os teus vestidos, — que bem lh'há-dem ficar? - – Deixo-los **às tuas irmãs**, —que bem nos há-dem passear. - –A quem deixas o teu menino, —que bem to há de criar? - – Deixo-lho **à besta da tua mãe**, — que bem mo há de estimar* (*RT* I, 280); etc.

[113] Cumpre salientarmos, a este respeito, que a sintaxe do romanceiro não deixa sem exemplo casos de pronomes tónicos oblíquos introduzidos pela preposição *a* mais sem o morfema clítico: *–Que matasse **a ti**, mulher, —que é p'ra casar co'a sua filha* (*RT* I, 241); *–Esse sim, ó meu paizinho, —esse era o que **a mim** servia* (*RT* I, 242); etc.

[114] A forma de dativo *le* é dialetal e, nos inicios do século XX, segundo afirmava Vasconcellos (1987: 107), podia achar-se ao longo e largo de Portugal: "Pour le datif, nous avons *le* 'lhe' partout, soit au singulier, soit au pluriel"

[115] Cfr. também com CD: ***Minha mulher** como **a** matarei* (*RT* I, 243); ***a i-auga** nunca **a** bebia* (*RT* I, 445); ***A minha mulher** eu matei-**a*** (*RT* II, 971); etc.

[116] Repare-se na neutralização que se verifica nos dativos entre a P3 e P6, resolvida, como também acontece nas falas galegas, a favor do singular.

Finalmente, existirem várias versões de um mesmo romance implica duas consequências: em primeiro lugar, a relativa proliferação de exemplos que, no fundo, são apenas variantes uns dos outros, questão que já comentámos mais arriba: – *D. Eugenia, D. Eugenia, — que* ***le*** *botastes* ***ao vinho*** (*RT* I, 366); – *Que* ***lhe*** *fizeste* ***ao teu vinho****, — que me fez tanto mal* (*RT* I, 391*); – D. Augenia, D. Augenia, — que* ***le*** *deitaste* ***ao teu vinho*** (*RT* I, 371); etc. E, em segundo lugar, a atestação de versões em que não se encontra nenhum tipo de pleonasmo, conforme se vê nos seguintes exemplos, harmónicos com o que é mais habitual no português moderno: – *O que fizestes* ***ao teu vinho****, — que me fez tanto male?* (*RT* I, 372); *Que fizestes* ***ao vinho****, D. Ausenia, — que me fez tanto male* (*RT* I, 379); etc.

3. A interpolação pronominal

A possibilidade de intercalarmos um ou vários elementos tónicos entre o pronome átono preverbal e o verbo recebe o nome de interpolação pronominal e corresponde a uma ordem muito representada na língua antiga, a qual foi, com o passo do tempo, minguando a sua rendibilidade.

Na atualidade é possível, para além dos testemunhos literários, registarmos o fenómeno com um marcado caráter de assistematicidade em todo o domínio linguístico galego-português, pelo menos nas variedades europeias.

As palavras mais produtivas nestas casuísticas são o advérbio *não* e o pronome sujeito, as quais já são as mais facilmente documentáveis na época medieval. Quanto à explicação ao porquê da míngua que se manifesta na língua atual, aquela é, em nossa opinião, tripla: por um lado, temos que a próclise, condição necessária para se produzir a interpolação, não é a ordem de palavras, no que diz respeito do verbo e do pronome átono, que triunfou espontaneamente no galego-português europeu; em segundo lugar, a linearidade resultante de praticarmos o recurso da interpolação não é obrigatória, isto é, alterna com outra disposição de elementos em que o clítico vai também antes do verbo; finalmente, e em particular para o caso galego, não nos devemos esquecer de que a colonização linguística, e não só, que ainda sofre hoje a Galiza tem como responsável o espanhol, língua que modernamente não se carateriza pela utilização das sequências que aqui tratamos.

No tocante ao romanceiro trasmontano, interessa ponderarmos, em primeiro lugar, o facto de que a interpolação se documenta numa cifra de exemplos muito alta, sobretudo a termos em conta que a oralidade popular doutras áreas não parece possibilitar a sua documentação.

A este respeito, não podemos perder de vista que muitas das ocasiões em que se deteta respondem a versões do mesmo romance, como acontece, por exemplo, com o texto CXL (*RT* I, 883-895, versões 1.289-1.277), em que se atesta em 14 casos o advérbio *não* em quase idênticas construções sintáticas com interpolação (*para que me* ***não*** *queimasse o sol*, *pra que* ***não*** *me queimasse o sol*, *para me* ***não*** *queimar o sol*, etc.). E em segundo lugar, debe fazer-se referência à tipologia de elementos que achámos inseridos entre o clítico e o verbo, relativamente diversa e coincidente, em termos gerais, com a situação do galego contemporâneo quando menos em manifestações de literatura oral, segundo veremos mais abaixo.

Assim, do ponto de vista frásico, aparecem em *RT* os seguintes tipos:

1. Uma FAd a desenvolver a função de CC. Dentro deste primeiro grupo, sobranceia pela sua quantidade o advérbio *não* que é, com muito, a palavra mais documentada interposta entre o pronome átono e o nó verbal: – *Donde está a minha esposa — que me* ***não*** *vem visitare* (*RT* I, 105); – *Oxalá que te* ***não*** *logre — nem uma hora nem um dia!* (*RT* I, 222); *virou a face p'r'ò lado — fingindo que o* ***não*** *viu* (*RT* II, 954); *Ao dia que te* ***não*** *vejo, — ponho-me louco de repente* (*RT* II, 1004); etc. No entanto, embora seja *não* o elemento mais registado, outros advérbios podem ocorrer a protagonizarem estas sequências morfossintáticas, como se aprecia nos exemplos a seguir (em tais circunstâncias, *lá* e *aqui* conhecem certa documentação, ainda que neste segundo caso em particular a dívida com a proliferação de versões do mesmo romance é muito grande): *com as asinhas abertas, — sem as* ***nunca*** *ensanguentar* (*RT* I, 5); – *Quanto darias, Helena, — a quem to* ***aquí*** *trouxera?* (*RT* I, 124); *Estando o rei à sua mesa, — logo se* ***lá*** *iam poisare* (*RT* I, 139); *por bem muito que a grites* - ninguém *te* ***lá*** *vai valer* (*RT* II, 1082); – *Quanto deras tu, ó Helena, — a quem aquí to* ***agora*** *trouxera* (*RT* I, 199); *quem me* ***bem*** *souber tratar* - por

bem dou o meu coração (*RT* II, 1271-1272); *ainda onte me casei — e já m'**hoje** apartei dela* (*RT* I, 187)[117]; etc.

2. Uma FN, habitualmente representada através de um pronome tónico com função de SUJ, dos quais *eu*, *tu* e *ele*, e em especial o primeiro, são os mais registados: – *Que queres que t'**eu** faça, — Manuel, que queres que t'**eu** vá fazer* (*RT* I, 805); – *Isso não lho **eu** digo, — nem lho hei de dizere* (*RT* I, 555); – *Pelas novas que me **tu** dás, — tu és ũa irmã minha* (*RT* I, 758); – *Darei-te tanto dinheiro — que nem o **tu** possas contar* (*RT* I, 810*); 'Inda não era meia-noite — já s'**ele** andava a gabar* (*RT* I, 573).

Não estão sem exemplo outras possibilidades, mas com uma presença menor. Nesta situação é que se acham, entre outras unidades frásicas, a FN realizada mediante a palavra lexical *Deus* e com função de SUJ, o pronome *ninguém* com idêntica responsabilidade sintática ou o demonstrativo *isso* a funcionar como um CD: *agora é do D. Francisco, — se a **Deus** deixar lograre* (*RT* I, 113); *já me **Deus** criou — para teu criado* (*RT* I, 566); *e ela tudo l'**isso** disse — até como se chamava* (*RT* I, 234); *com os sapatos na mão — para o **ninguém** sentire* (*RT* I, 497); etc.

Igualmente, sem possuir uma presença em *RT* tão significativa como as duas possibilidades anteriores, vale a pena ponderarmos aqui os casos em que se deteta um pronome pessoal tónico oblíquo introduzido pela preposição *a*. Consoante corresponder à respetiva construção sintática, tais formas desenvolvem funções de CD ou de CI e, não raro, aparecem em estruturas pleonásticas, já comentadas com anterioridade: – *Esse conde, ó meu pai, — era o que m'**a mim** servia* (*RT* I, 245); – *Que é que ela terá escrito — p'ra m'**a mim** fazer chorare* (*RT* I, 537); *Levou-me sete léguas — sem m'**a mim** dar fala* (*RT* I, 602); – *Não encontro neste reino, — filha, quem te **a ti** merecia* (*RT* II, 263); *pega duzentos réis, — compra o que t'**a ti** parecer* (*RT* II, 1005); etc.

3. Uma FPrep. Com uma documentação certamente menor do que as situações anteriores, atesta-se no romanceiro a possibilidade de acharmos uma construção destas caraterísticas a desempenhar responsabilidades de CC: *cem balas le **por lá** matem, — novas me venham a mim* (*RT* I, 345); *que mais dás tu, Helena, — a quem novas te **dele** dera* (*RT* I, 203); – *Queres tu, ó menina? — Quem te **p'r'aqui** trouxe?* (*RT* I, 765); etc.

4. Mais de uma frase inserida. Do mesmo modo que o caso anterior, outro pouco registado é detetarmos mais de um elemento intercalado entre o pronome e o predicado verbal, habitualmente dois[118]. Sempre se tratando de uma disposição pouco representativa, podemos distinguir duas modalidades: (i) a primeira combina um pronome tónico sujeito com um advérbio, habitualmente *não*: *Mangas desta camisa — as **eu não** chegue a romper, - assim que vier o meu pai, —se l'**eu não** fôr dizere* (*RT* I, 354); *lá no reino de Deus Pai — três cadeiras t'**eu lá** tinha* (*RT* I, 659); etc. (ii) e a segunda, por sua vez, decide-se pela intercalação de dous elementos adverbiais, dos quais um costuma ser, mais uma vez, *não*: – *Quanto deras mais tu, ó Helena, — quem to **aqui agora** trouxera* (*RT* I, 199); – *Cem balas o **lá não** matam, — que o tens ao par de ti* (*RT* I, 345); *'inda me **cá não** chegaram — e já m'estou a sentir* (*RT* II, 923); etc.

Como é lógico pressupormos, estas quatro modalidades de interpolação acham-se também no galego e nas suas manifestações de literatura tradicional, como é o caso do cancioneiro de Pérez Ballesteros. Assim, nesta coletânea dos anos finais do século XIX vamos encontrar uma FAdv (*¿Cómo queres que che dea - o que che **non** podo dar*, *CPG* II, 243; etc.), uma FN (*cando ti me olvidache - xa ch'**eu** tiña amores novos*, *CPG* I, 73; *veu un galán e engañóume - ¡nunca ch'**outras penas** teña!*, *CPG* III, 160; etc.), uma FPrep (*se me **por outra** deixas - eu por outro te deixei*, *CPG* III, 154; *¡Se che **no camiño** morre - conta d'ela m'has de dar!*, *CPG* III, 266; etc.) ou, com muito poucos exemplos, mais de uma frase intercalada (*fú-*

[117] No entanto, Matos & Duarte (1984: 480) consideram que os pronomes átonos exigem "adjacência imediata à forma verbal", condenando para a agramaticalidade quaisquer estruturas com interpolação, pois nada pode "ocorrer entre o clítico e o verbo". Exemplificam esa ocorrência con *Já lhe, **é óbvio**, telefonamos hoje* e con *Já lhe **hoje** telefonamos*. É claro que o primeiro caso quebra a linearidade mais comum, mas não assim o segundo, a teor dos exemplos com adverbios e em particular deste último, *hoje*.

[118] Na época medieval, no entanto, vários elementos podiam ocorrer nas construções com interpolação. Cfr. a este respeito a sequência tirada do trabalho de Martins (1994, I: 181): *por as sobreditas vinha e oliual e cãpo e mato que lhys **assy os sobreditos Prior e Raçoeiros ẽ nome da dita Eigreia de Sam Bertholameu escambhadas e pela guisa que suso dito he e declarado ẽ escambho dadas e outorgadas** auyã*. Este exemplo, datado nos finais do século XIV, levou a autora a afirmar que, apesar de ser um caso "excecional", parece não haver limites gramaticais na língua antiga "relativamente ao número de constituintes interpoláveis" (Martins 1994, I: 182).

*n-o á ver –e non tiña nada, - mália-ô pai que m'**a filla non** daba*, *CPG* III, 200; etc.).

Deixando de parte os tipos de frase que se atestam em *RT* dentro de estruturas com interpolação e os seus equivalentes galegos, parece pertinente fazermos também referência a outros aspetos de relevo. Um deles tem que ver com as condições que obrigam o pronome átono a situar-se antes do verbo, quer dizer-se, certos elementos (conjunções subordinantes, pronomes exclamativos, interrogativos, etc.) ou determinados processos de tematização ou de focalização que fazem com que a ordem dos constituintes clausais se modifique. Precisamente, dentro destes últimos, chaman a atenção os seguintes exemplos, pois resultam disposições muito produtivas do ponto de vista expressivo; neles, achamos CD, SUJ ou CC estilisticamente ponderados: *Tristes novas, tristes novas, — **tristes novas** t'eu vou dare* (*RT* I, 112); *– São cravos, minha senhora, — **rosas** lh'eu trago aquí - – Se tu és o João de França, — **a porta** t'eu vou a abrire* (*RT* I, 248); *– Bons dias, ó Juliana, — **bons dias** t'eu venho dar*e (*RT* I, 383); ***O peito** se não partia* - quando *a Mãe piedosa via* (*RT* II, 1007); *– Se tu estás em enáguas* - em ***enaguas** t'eu quero* (*RT* II, 1185); etc.

Aliás, já fizemos notar anteriormente que a sintaxe do romanceiro, devido ao modo em que foi transmitido, pode apresentar certas caraterísticas. Nesse contexto de sintaxe singular é possível encontrarmos isoladamente algumas reiterações dos elementos clíticos, do que parece deduzir-se que a compreensão dos versos se viu afetada e que foi preciso repetir as unidades pronominais para a significação desses trechos poder ser captada, tal com se ilustra com os casos a seguir: *–E os braços com que t'abraçava, —já **os** de terra **os** enchi* [...] - *–Os lábios com que te eu beijava, —já **os** de terra* os *enchi* (*RT* I, 147); *os lábios com que t'eu beijava, —já **os** de terra eu **os** enchi* (*RT* I, 172); *Mas como a eu vou matare, —s'ela a morte **ma** não **na** merecia* (*RT* I, 246); *Ao cabo dos sete-i-anos —**lh**'eu a casa **lhe** lembrara* (*RT* I, 113); etc. Nalgum caso, porém, o que se repete é o elemento intercalado, como no seguinte verso: *– Se teu pai não te mata, — já **eu** t'**eu** vou a matare* (*RT* II, 974).

Por último, em vários romances trasmontanos deteta-se a influência do espanhol, ao qual teríamos de acrescentar a circunstância de alguns deles serem cantados (praticamente) nessa língua[119], mas, inclusivamente em tais condições, não estão sem exemplo, muito minoritariamente, casos de interpolação em textos influenciados polo castelhano.

Tal como fizemos para algum caso que se também documenta no galego (Sánchez Rei 1999)[120], gostaríamos de interpretar, com as obrigadas cautelas, as ocasiões em que atestam elementos intercalados como evidências de o recurso morfossintático possuir uma relativa vigência na oralidade popular e coloquial da época: *– Carne da minha vida — já la **nós** tenemos;* - Vinho *da mi morte — como lo encontraremos* [...] - *– Vinho da minha vida — já lo **nós** tenemos* (*RT* I, 744*); – Eu não lh'abrira a porta — emquanto* [sic] *não venha o dia, - que se Galharda soubesse — a mi m'**ela** mataria* (*RT* I, 400).

4. Outras questões sintáticas de interesse

Finalmente, para além da interpolação e das estruturas pleonásticas com clíticos, não quereríamos concluir estas palavras sem fazermos uma rápida menção a um par de aspetos que, igualmente, incide na identidade linguística galego-portuguesa. O primeiro deles consiste na seleção de determinadas preposições por parte de alguns verbos para introduzirem argumentos, mudando o A_2 ou CD por um A_4[121] ou CPrep representado por um verbo, como se atesta para *ver*, *preparar*, *desejar*, *esperar* ou *estimar*; em tais casos, achamo-nos diante de predicados verbais com uma actância variável no que diz respeito

[119] Afirma ao respeito o próprio coletor: "A riqueza linguística de Trás-os-Montes documenta-se especialmente nas aldeias situadas junto à fronteira. Embora o mirandês pertença geograficamente a Portugal, não parece haver muitos romances nesse dialeto. Coligimos muitos mais no castelhano pouco correto e eivado de portuguesismos que se fala nas zonas raianas. Também há muitos romances portugueses cantados em espanhol" (*RT* I, LIII).

[120] No galego contamos com uns poucos exemplos em que aparecem estruturas com interpolação em versos cantados em espanhol ou muito influenciados por esta língua. Um deles é o seguinte, proveniente do cancioneiro de Saco Arce, obra compilada nos anos finais do século XIX: *Adiós no te lo digo, / por te **no** dar sentimiento* (*LPG*, 173). Julgamos que se o esmorecimento do fenómeno estivesse num estado avançado de desuso não poderia ser utilizado pela cantora tradicional para produzir versos numa língua em que, com certeza, se não expressava fluída e espontaneamente e de cujas estruturas sintáticas desapareceram havia já séculos estas ordens de palavras.

[121] No referente à classificação dos elementos argumentais ou actantes, seguimos muito de perto o exposto em Vilela (1999: 332-339).

ao tipo de elemento argumental que exigem (A_2 ou A_4)[122]: – *Inda m'é melhor ir eu só — para ver de lha tirar* (*RT* I, 32); – *Se eu tardar sete anos — preparas de te casar* (*RT* I, 109); *Desejava de saber — se vinhas por outra vida* (*RT* II, 911); *espero de te convencere — com o meu palavreado* (*RT* II, 924); *Ainda espero de ir convosco — lá para o vosso santo reino* (*RT* II, 1014); *Eu estimava de saber - de que condição viria* (*RT* II, 1271); etc.

A mudança da tipologia de actante nestas casuísticas acha uma muito boa correspondência na língua oral contemporânea da Galiza. Neste sentido, convém notarmos que os textos orais colecionados por Pérez Ballesteros proporcionam, dado que a língua ali transmitida é popular e dialetal, homólogos casos aos coligidos em *RT*: *o que estime de saber* - que *se propoña axustar* (*CPG* I, 88); *estimaba de saber* - *si me ti queres tamén* (*CPG* II, 6); *anque son moza solteira - espero de ser casada* (*CPG* I, 73); *fun por ver os meus amores* - *¡deseaba de os ver!* (*CPG* II, 12); etc.

Talvez se deva pôr em relação estas construções populares com estádios antigos da língua em que se documenta um uso distinto ao atual, e, igualmente, com alguns fenómenos de flutuabilidade no uso das preposições que se acham em certas modalidades de português extraeuropeu.

A este respeito, Vázquez Cuesta (1994: 641), a desenvolver alguns dos traços mais representativos da linguagem literária de Mia Couto, salienta como típico do seu português "a utilização abusiva da preposição *de*" em casos como *Começaram de construir uma ponte de cimento*, *A sobrinha, coitada, conseguira de carregar o pilão*, etc. A autora termina de falar das preposições ponderando "uma certa anarquia" na sua utilização, ora no que se refere ao uso, ora no tocante à sua omissão[123]. E em segundo lugar, a valência verbal ou actância, en ocasiões, pode ampliar-se ou reduzir-se na mesma entrada lexical, de modo que tal "*variabilidade de construção de um mesmo verbo deixa-nos, por vezes, na dúvida sobre se estamos perante o mesmo verbo ou verbos diferentes*" (Vilela 1999: 345).

Neste sentido, relativamente às alterações que se podem produzir no quadro actancial dos predicados verbais, um assunto digno de nota é aquele em que se modifica consideravelmente o seu significado a depender do actante que selecionar; assim se verifica com o verbo *dar*, verbo que é atestado em *RT* com diversas estruturações argumentais[124], também presentes no galego:

a) A_1, A_2 e A_3: *'inda tenho o meu pai vivo, —já me querem* ***dar*** *padrasto* (*RT* I, 357) ['proporcionar']

b) A_1, A_3 e A_4 [introduzido por *com*]: *á* ***dão*** *com a mãe morta, —o filho tinha* fugido (*RT* II, 979) ['achar']

c) A_1, A_3 e A_4 [introduzido por *por* no contexto de uma construção pronominal ou CP]: *qual de baixo, qual de cima, —até que s'ela* ***deu*** *por vencida* (*RT* I, 485) ['considerar']

d) A_1, A_3 e A_5 [introduzido por *a*]: *Foi a* ***dar*** *àquela casa —daquele justo pecador* (*RT* II, 1037) ['confluir']

Noutros casos, porém, a modificação da actância verbal não implica necessariamente uma mudança significativa, mas apenas uma pequena alteração de certos matizes. Participa desta situação, por exemplo, o verbo *esquecer*, de que se afirma em Peres & Moia (1995: 116) que pode "corresponder a pelo menos dois predicados distintos"[125]:

a) A_1 e A_3: *lá no meio do caminho —* ***esqueceu-me*** *a aguilhada* (*RT* I, 335)

[122] Veja-se também Peres & Moia (1995: 127-138).

[123] Deixando de parte o escritor angolano, cumpre também fazermos referência a outras áreas do espaço linguístico galego-português, como é a brasileira, pois ali deteta-se a preferência por diferentes regências preposicionais. Num trabalho destinado a abordar os problemas de ensino da língua "na encruzihada das normas" lusitana e sudamericana, Vilela (2002: 327-328) salienta o conflituoso que pode ser, em ocasiões, decidir-se por uma tendência diferente que aparece "na regência verbal, adjetival e nominal", já que "estão a definir-se algumas divergências".

[124] Diz ao respeito Freixeiro Mato (2000: 640) no tocante ao galego: "Hai verbos que se poden construír con CD ou con suplemento [= A_4], implicando unha ou outra fórmula cambios de significado léxico". Cfr. também o exposto em Álvarez & Xove (2002: 103): "Algúns verbos poden construírse ou con CD ou con CPrep., e dentro deste con distintas preposicións, o que xeralmente conduce a diferentes significados, máis ou menos distantes".

[125] Assinalam os dois autores que um "destes predicados [...] vem sempre associado a uma forma pronominal intrínseca, variável em pessoa e número, pelo que deveria ser identificado como [...] *esquecer-se*. O outro predicado é o que podemos identificar pela simples forma verbal, sem elemento pronominal" (Peres & Moia 1995: 116).

b) A_1, A_3 [com CP]: *no meio do caminho — **esqueceu-se-me** a aguilhada* (*RT* I, 339)
c) A_1, A_4 [com CP]: *lá no meio do caminho — **esqueci-me** da aguilhada* (*RT* I, 336)

Estas três construções são normais no galego contemporâneo com idênticas possibilidades de estruturação sintática e, no referente a essas sequências, há indícios de que existem preferências diatópicas no referente à escolha de um ou doutro tipo de actantes. Assim se assinala em ILG (1995: 214- 215), trabalho de que se deduz que a opção A1, A3 [com CP] (Esqueceu-se-me *a guilhada*) tem certo atestamento nas falas orientais do país.

É preciso notarmos, neste sentido, que particularmente para o caso de *esquecer* o português se decidiu na língua *standard* pela construção *esquecer-se de*, existindo igualmente o uso destes verbos com outras possibilidades actanciais, como se viu, ainda que em registos populares. Quiçá num futuro poderiam ser delimitadas com as mesmas equivalências diastráticas para o galego ambas as estruturações, por as duas estarem perfeitamente vivas e por significar uma outra aproximação e re-encontro do galego, certamente pequena mas não por isso intranscendente, com o seu tronco linguístico.

Do mesmo modo, *chamar* acha-se em similares circunstâncias, pois deteta-se com várias hipóteses de estruturação actancial:

a) A_1, A_4: *não sei se é ofensa, — o meu Deus, **chamar** por vós* (*RT* I, 715)
b) A_1, A_2: *estou muito doentinha, — mande **chamá**-l'o barbeiro* (*RT* I, 845); etc.

Repare-se que no galego também existe uma construção con *chamar* + A_1 + A_4, equivalente a 'reclamar a presença': *– ¿Qué quères á San Antonio - que tanto **chamas** por él?* (*CPG* III, 274).

Esta estrutura sintática foi considerada como um galeguismo no espanhol pretendidamente falado pelos galegos e pelas galegas dos anos finais do século XIX, como o demonstra a crítica que lhe dedicou Álvarez Giménez (1909: 67-68): "Muchos dan al verbo *llamar* un régimen que no tiene en castellano, v. gr,: *Llame V.* POR *la criada; ¿Han llamado* POR *mi?* debe ponerse la preposición *á* en vez *por*" [sic].

Igualmente, Valladares (1970: 124), curiosamente, censurava esta estrutura no galego a basear-se nas impressões deste autor:

> *Además de los defectos de lenguaje atrás mencionados, otros hay que publicó también el señor Álvarez Giménez y de los cuales indicaremos aquí algunos, sin omitir los que á nosotros se nos ocurren. Dícese, así en gallego como en castellano chama po-l-os jornalèiros, v.g.; chama po-l-os veciños; créo que chaman por mim.*

5. Conclusão

As páginas precedentes tiveram como objetivo refletirmos sobre alguns aspetos de caráter sintático que afloram nos falares populares trasmontanos, e em especial no seu romanceiro.

Após a sua análise e a sua comparação com equivalentes estruturas no galego, não resulta difícil chegarmos a algumas elementares conclusões. As variedades de português não consideradas *standard* permitem obtermos preciosos dados sobre fenómenos gramaticais, neste caso sintáticos, que incidem em duas questões: (i) na sua notável documentação, o que faz com que não pareça serem marginais ou pouco representativos; e (ii) na sua constatação também ao Norte do rio Minho, igualmente em textos tradicionais ou populares.

Desta maneira, as estruturas pleonásticas com pronomes átonos, a interpolação pronominal ou a mudança do tipo de elementos argumentais exigidos pelo predicado verbal servem para ilustrarem a unidade linguística galego-portuguesa, também nos registos dialetais, populares ou coloquiais, em ocasiões muito mais próximos do que as respetivas variedades padrões.

6. Referências bibliográficas

Álvarez Giménez, E. (1909) [1870] *Los Defectos del Lenguaje en Galicia y en la Provincia de León. Estudio Gramatical Basado en la Doctrina de la Academia y en el Uso de los Buenos Escritores*, Valladolid: Imprenta y Librería de Andrés Martín.

Álvarez, R. & X. Xove (2002) *Gramática da Lingua Galega*, Vigo: Galaxia.
Bechara, E. (2002) [s.d.] *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Lucerna.
Cidrás Escáneo, F. A. (1992) "Sobre a función da concordancia. Consideracións a propósito das concordancias verbais anómalas" in *Verba* Vol. 19, 41-53.
CPG = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [fac-similar da edição de 1885-1986] *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, Madrid: Akal.
Cunha, C. & L. F. L. Cintra (1992) [1984] *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Sá da Costa.
Freire, F. J. (1842) [redigidas na segunda metade do século XVIII] *Reflexões sobre a Língua Portugueza*, Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
Freixeiro Mato, X. R. (2000) *Gramática da Língua Galega. II. Morfosintaxe*, Vigo: A Nosa Terra.
ILG [Instituto da Lingua Galega] (1995) *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. II. *Morfoloxía non Verbal*, A Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza".
LPG = Saco Cid, Juan Luis (ed.) 1987 [1910] *Literatura Popular de Galicia. Colección de Coplas, Villancicos, Diálogos, Romances, Cuentos y Refranes Gallegos. Recogidos por D. Juan Antonio y Arce*, Ourense: Deputación Provincial.
Martins, A. M. (1994) *Cliticos na História do Português* [Tese de Doutoramento, inédita], Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Mateus, M. H. Mira *et aliae* (2003) [1983] *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
Matos, G. Ardisson & I. Silva Duarte (1984) "Cliticos e sujeito nulo no português: contribuições para uma teoria de **pro**", in *Boletim de Filologia* Vol. 29, 479-538.
Peres, J. Andrade & T. Moia (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
Pita Rubido, M. L (2006) "Algunhas consideracións sobre os dativos non argumentais" in *Revista Galega de Filoloxía* Vol. 7, 143-165.
RT = Fontes, M. da Costa (ed.) (1987) *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)*, 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra.
Sánchez Rei, X. M. (1999) *Se o vós por ben Teverdes. A Interpolación Pronominal en Galego*, Santiago de Compostela: Laiovento.
Sánchez Rei, X. M. (2005) "Os falares populares portugueses dos séculos XVI-XIX: información (in)direta sobre o galego da época". In M. Gonçalves & A. Soares da Silva & J. Coutinho & J. Cândido Martins & M. J. Ferreira (eds.) *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio e Homenagem a Amadeu Torres*, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, II, 615-630.
Vasconcellos, J. Leite de (1987) [1901] *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica.
Vázquez Cuesta, P. (1994) "Observações sobre o português de Moçambique". In Lorenzo, R. (ed.) *Atas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*, A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, VI, 631-647.
Vilela, M. (1992) *Gramática de Valências. Teoria e Aplicação*, Coimbra: Almedina.
Vilela, M. (1999) *Gramática da Lingua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.
Vilela, M. (2002) *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Almedina.

34. XOSÉ RAMÓN FREIXEIRO MATO (UNIVERSIDADE DA CORUNHA, GALIZA)

WWW.UDC.ES - PRINCIPAL - GA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DO PORTUGUÊS NA GALIZA

Evidentemente, não é o mesmo falarmos do português na Galiza do que do português da Galiza. Ainda partindo de que galego e português são uma mesma língua, o português da Galiza deverá denominar-se galego na mesma medida, pelo menos, em que o galego de Portugal e do Brasil se denomina português.

Afirma o estudioso brasileiro Júlio César Barreto Rocha (1998: 28), num artigo intitulado "O Brasil fala a língua galega", que a língua falada em Portugal veio de fora de suas fronteiras de hoje e é anterior aos cancioneiros galego-portugueses e inclusive ao Estado português, pois nasceu numa terra que constitui o que antes era a Gallaecia e ainda hoje é a Galiza; portanto, para ele o idioma aqui gerado e desenvolvido deve ser chamado "galego".

Antes de conhecer este trabalho, atrevera-me, um pouco timidamente, a dar a uma comunicação da minha autoria, apresentada num congresso celebrado na cidade "galega" de Braga, o título de "O galego de Portugal" (Freixeiro 2005) e nele queria chamar a atenção para o papel da Galiza e do galego na história de Portugal e da sua língua, sempre na procura de uma maior aproximação galego-portuguesa.

Nas páginas que vêm a seguir tentar-se-á complementar e aprofundar nalguns aspetos relativos a esta questão.

1. Sobre a primitiva denominação do romance hispânico ocidental

Se admitirmos que a Galiza e Portugal são dois reinos galegos em origem (Nogueira 2001: 233), também há de resultar lógico assumirmos que a língua romance comum falada nas duas margens do rio Minho se deve chamar com propriedade *galego* por ser a língua da Gallaecia.

Ao dividir-se esta com a criação primeiro do condado e logo do reino de Portugal, o galego será a língua da Galiza e também a língua de Portugal, facto

que possibilitará o aparecimento do nome composto *galego-português*, por pertencer a estes dois reinos peninsulares.

Mas galego-português é uma denominação serôdia, introduzida pelos eruditos portugueses nos finais do século XIX. Assim a justificava a própria Carolina Michaëlis (1904: 779):

> *"Esta fragmentação da Galliza em duas metades, occorrida exatamente no momento psychologico da primeira florescencia da supposta poesia popular, obriga-nos a empregar o termo composto gallego-português".*

José Joaquim Nunes (1989: 13), a falar dos numerosos dialetos em que se dividiu o hispano-romano, afirma que "*tem para nós particular interesse o que se usava nas margens do rio Minho e ao qual podemos dar o nome de galécio-português*".

Ora, se esta denominação não se empregou na época medieval, qual foi, então, o nome que se deu ao idioma da Gallaecia (e dos reinos da Galiza e de Portugal quando a primeira se dividiu) durante a Idade Média?

Na *Historia Compostellana*, texto latino do século XII, aparece a expressão *gallaeco vocabulo*; e numa relação de livros da biblioteca do arcebispo de Compostela Bernaldo II dá-se notícia, arredor de 1226, de um livro velho de sermões *de littera galleca*, que com segurança quererá indicar que estava escrito em galego e não em latim (Monteagudo 1994: 171).

Porém, a denominação predominante era, em contraposição a *latim*, a de *romanço* (aparece nos finais do século XIV na *Crónica Troiana* e também nos *Miragres de Santiago*, por exemplo), juntamente com a de *lenguagem, linguagem* ou *a nossa linguagem*, estas mais frequentes em textos escritos em território português.

O catalão Jofre de Foixá, autor de umas *Regles de Trobar* escritas em occitano arredor de 1290, cita as línguas que el considera naquela altura habilitadas para a lírica: o francês, o provençal, o siciliano e o galego; *galego*, pois, e não *galego-português* nem *português*, é a denominação que se dava à língua dos cancioneiros, pelo menos nos ambientes eruditos e trovadorescos (Monteagudo 1994: 173). E nada pode resultar mais natural do que esta denominação, pois o galego é a língua da Gallaecia, e Portugal, como dizia Carolina Michaëlis, surge no interior da primeira.

No entanto, não cabe dúvida de que, ao converter-se Portugal em reino independente da Galiza e ao esta ir entrando progressivamente na órbita de Castela, os portugueses vão acabar por denominar o galego que falam com o nome político de 'português'.

Na *Crónica Portuguesa de 1344* já aparece a expressão *segundo a linguagem de Portugal*. Em território galego, pelo contrário, nos *Miragres de Santiago*, de finais do XIV ou de princípios do XV, figura a expressão *lingoajem galego*.

A meados do século XV o Marquês de Santilhana terminará por denominar a língua dos trovadores como "gallega o portuguesa", entendemos que por ser a língua da Galiza e de Portugal, ainda que se tem discutido sobre o sentido inclusivo ou exclusivo da expressão; Monteagudo (1988: 145-6) inclina-se por este último, mas também afirma não ter constância da denominação de 'português' até ao século XV.

Contudo, a divisão política da Galiza em dois reinos, consolidada a meados do século XII, não rompe a unidade linguística, continuando a língua a ser a mesma a ambos os lados do Minho. Ora, a partir da segunda metade do século XII a política portuguesa desloca-se definitivamente para o sul, até se estabelecer finalmente Lisboa como capital do reino; o galego de Portugal converte-se assim em língua protegida pelos reis e, cada vez mais, irá transformando-se num poderoso instrumento cultural e mesmo político.

Como consequência dos descobrimentos, em que Portugal participou como grande potência colonizadora, o galego (português) vai estender-se por diferentes continentes, até chegar a ser também uma das línguas mais faladas no mundo. Mas só alguns eruditos farão referência a que essa língua teve a sua origem na Galiza. Como também afirma Rocha (1998: 129), durante quase um milênio "*foi muito interessante para Portugal ignorar a existência da Galiza, pois*

isto mantinha o mito de que a língua dita portuguesa fora gerada e era originária exclusivamente de seu território, de seus habitantes".

2. O tratamento do galego nalguns estudos portugueses

Os primeiros gramáticos e estudiosos da língua portuguesa costumam distinguir os falares do norte, que eram sentidos como arcaicos ou próprios de camponeses, dos da capital, onde consideravam os primeiros como atrasados e desagradáveis, caso de Fernão de Oliveira (2000); porém, João de Barros manifesta admiração pelas formas antigas do norte devido à sua maior proximidade do latim e Duarte Nunes de Leão observa na sua *Ortografia da Linguagem Portuguesa*, de 1576, caraterísticas fonéticas específicas do norte de Portugal e da Galiza, sendo "*sensível à existência do galego como variante muito próxima do português do norte*" (Castro 1991: 42), ainda que na *Origem da Lingua Portuguesa*, de 1606, fala dele como língua já diferente do português: "*ficou naquela província sabor da língua francesa e, se apartou, lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase üa mesma*" (Leão 1983: 219).

Resulta também de interesse aqui fazermos menção da feliz expressão de Piel (1989) "Gallaecia Magna", ou "Maior", definidora da área inicial do galego-português, a que atribui como limite meridional a ria de Aveiro, e que compreenderia aquele território cujos dialetos apresentam de modo exclusivo as caraterísticas que individualizam o português e o galego ainda hoje no plano fonético e lexical, correspondentes às atuais províncias portuguesas do Douro Litoral, Minho, ocidente de Trás-os-Montes, quase toda a Galiza e a parte ocidental de Astúrias (Castro 1991: 167).

Como essa língua da Gallaecia se estendeu para o sul no período medieval acompanhando o deslocamento do centro de poder político de Portugal para Lisboa, pode falar-se ainda hoje de um *continuum* linguístico desde a Galiza ao Algarve no referente à realidade dialetal, independentemente das normas cultas que se puderem estabelecer (Castro 1991: 24).

Mas os dialetólogos portugueses modernos nem sempre reconheceram a existência dessa continuidade linguística que, com forma retangular, se estende de norte a sul da faixa atlântica peninsular. Assim, nem Leite de Vasconcellos nem Paiva Boléo incluíram o galego no espaço dialetal português, pois os dialetos mais ao norte que assinalam são, respetivamente, o 'interamnense' e o 'falar minhoto' (veja-se uma síntese das suas propostas em Cintra 1995: 125-137).

Contudo, as opiniões de Leite de Vasconcellos a respeito do galego merecem uma atenção especial pela novidade que supõe a sua introdução do termo 'codialeto', sobretudo à luz do estudo realizado por García Turnes (2003); considera esta autora que o galego é um problema para Leite de Vasconcellos que não sabe muito bem como encaixar e harmonizar com a língua nacional portuguesa.

Num artigo de 1895 mesmo afirmara existirem razões para pensar que a língua portuguesa não fora formada no norte e depois propagada para o sul (ainda que posteriormente eliminaria tal afirmação), mas que o romance falado baixo domínio muçulmano no sul já era português, argumento que lhe serviria para situar a origem do idioma nacional dentro do próprio estado, tirando assim ao galego o privilégio de ser o pai do português.

Em ocasiões chega a reclamar a integração política da Galiza em Portugal para dessa forma não ter de situar a origem da língua fora da nação, mas numa parte dela que por razões conjunturais passageiras faz parte do reino vizinho (García Turnes 2003: 378).

Por esta via, de acordo com a opinião desta estudiosa, seria como adotaria o termo 'codialeto', que não tomaria diretamente do 'con-dialeto' de Sarmiento, mas através de Luís Luciano Bonaparte, com quem manteve correspondência, e que define os codialetos como variedades independentes de uma língua.

A noção de *codialeto* do galego para Leite parece implicar uma maior independência estrutural a respeito do português da que apresentam os dialetos portugueses como o trasmontano ou o beirão, por exemplo, mas com a particularidade de não existir uma dependência equivalente no plano sociolinguístico por o português padrão não agir como língua teto para o galego.

Por isso García Turnes considera que o *codialeto* de Leite seria *"o que hoxe chamariamos exodialecto, un vernáculo pertencente a unha área lingüística e cuberta por unha variedade pertencente a outra área diferente*"; também deixa claro que Leite exclui o galego do grupo dos dialetos portugueses propriamente ditos.

No entanto, em estudos de dialetologia portuguesa mais modernos costuma incluírem-se os dialetos galegos, pois os linguistas aceitam pelo geral a classificação formulada por Lindley Cintra por primeira vez em 1970 baixo o título de "*Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses*" (veja-se Cintra 1995: 117-163), onde distingue entre dialetos galegos, dialetos portugueses setentrionais e dialetos portugueses centro-meridionais, classificação que, embora reformulada, se adota também em Cunha & Cintra (1991: 10-19).

Também inclui o galego entre os dialetos portugueses Manuela Barros Ferreira (1992: 30-1), que, no entanto, formula a pergunta de se galego e português são a mesma língua ou duas línguas diferentes.

A análise desta autora não deixa de se ajustar bastante à realidade: galego e português são a mesma língua tanto do ponto de vista histórico como mesmo sincrónico, mas a nível institucional "*verifica-se que o galego tem já uma norma escrita e oral diferente da portuguesa, uma ortografia adequada à sua maneira mais comum de pronunciar, dicionários e gramáticas próprios, os seus Institutos de defesa e ensino da língua*".

3. O português perspetivado desde o galeguismo moderno

Se os gramáticos quinhentistas portugueses, no melhor dos casos, ignoraram o galego, também se deve dizer que os primeiros gramáticos galegos, que aparecem no século XIX, ignoraram pelo geral o português e tiveram a olhada posta no castelhano, que funcionou como modelo de comparação e contraste; assim, dos quatro trabalhos de natureza gramatical que apareceram no Ressurgimento, só no primeiro deles, o de Mirás, se cita no prólogo o português, destacando a sua proximidade do latim e a considerar o galego como uma 'ramificação' dele, ainda que logo se estabelecerá o paralelismo com o espanhol como critério a seguir; os outros três (Saco, Cuveiro e Valladares) utilizam este mesmo critério e já começam estabelecendo alguma referência comparativa ao castelhano e mesmo ao francês, mas sem citarem o português.

No entanto, no século do Ressurgimento o português si vai estar presente no debate linguístico na Galiza e normalmente como argumento de prestígio na defesa do galego, que se apresenta em muitos casos a formar uma mesma língua com aquele e projetada por diferentes continentes. E vai estar especialmente presente o português, como elemento de referência positivo para o galego, no pensamento linguístico do galeguismo cultural e político dos séculos XIX e XX, como se põe de manifesto em três das suas mais significadas figuras (Murguia no XIX, Castelao na primeira metade do XX e Carvalho Calero na segunda), a que a seguir nos referiremos.

No discurso de Tui de 1891 Murguia fala do “noso idioma” que ali perto, ao outro lado do rio Minho, é língua oficial “que serve a máis de vinte millóns de homes” (Murguía 1996: 159). No discurso de 1906 na Academia Galega também reincide na projeção internacional do galego através de Portugal e do Brasil, agora como argumento para contrarrestar o tópico do próximo desaparecimento do idioma.

No primeiro volume da *Historia de Galicia*, publicado em 1865, também afirma que o galego alcançara o seu completo desenvolvimento no português e que este não era outra coisa que o galego literário, tese defendida um século depois por Rodrigues Lapa e que desencadeará a polémica com Ramón Piñeiro. Afirma Hermida (1996: 112-115) que, entanto autores como Balbín de Unquera, López de la Vega ou Juan Valera defendiam a identificação e fusão entre galego e português, Martínez Padín, António de la Iglesia e Murguia eram partidários de uma identificação sem fusão, por não realizarem nenhuma manifestação a favor do lusismo ortográfico.

No entanto, Vázquez Sousa (2004: 82-83) dá a conhecer um texto de Murguia onde propugna a adoção da ortografia portuguesa e diz: "*El gallego y el portugués, me dije, son uno mismo en el origen, gramática y vocabulario. Por que no aceptar la ortografía portuguesa? Si nos fue comun en otros tiempos, por que no ha de serlo de nuevo?*"

Castelao tem plena consciência do processo histórico que levou ao aparecimento de Portugal como reino galego e do português também como idioma galego, de modo que a crise deste na escrita durante os séculos obscuros vai afetar só o território galego e não a língua galega no seu conjunto, pois esta continua a ser veículo de uma literatura que nesse período alcança grande esplendor em Portugal (Castelao 1961: 454). Castelao era, pois, muito consciente de que Portugal nasceu dentro da Galiza e de que a sua língua é o galego. E também, em consequência, afirma que o galego é a língua do Brasil, apesar de que se lhe negue interessadamente o caráter hispano (Castelao 1961: 455).

Fica claro que Castelao não só se adere ao pensamento galeguista dominante que propugna uma identidade essencial entre galego e português, mas é uma das personalidades que mais tem insistido no tema e que tem proporcionado argumentos mais sólidos, sobretudo desde a perspetiva histórica. Talvez a cita mais explícita, e ao mesmo tempo mais polémica, é a tirada da carta a Sánchez Albornoz, onde, após expressar o desejo de que na Galiza se fale tão bem o galego como o castelhano, e vice-versa, acrescenta: *"Deseo, además, que el gallego se acerque y confunda con el portugués, de modo que tuviésemos así dos idiomas extensos y útiles*" (em Carvalho Calero 1989: 91).

Está claro que Castelao deseja "*a restauraçom da unidade lingüística galego-portuguesa*" (Carvalho Calero 1989: 105). Mas não a subordinação do galego ao português, ou a disolução do galego no português. Em *Sempre en Galiza* diz-nos que "*o povo galego fala un idioma de seu, fillo do latín, irmán do castelán e pai do portugués*" (Castelao 1961: 41), dando continuidade ao pensamento de Feijóo, Sarmiento e Murguia; e reforçando a primazia histórica do galego sobre o que ele considera mal chamado português, porque "*o portugués non é outra cousa que o galego, pois da Galiza pasou a Portugal"* (Castelao 1961: 161).

Carvalho Calero mantém no substancial os mesmos postulados teóricos a respeito do idioma que Murguia e Castelao, a defender, portanto, a identidade linguística galego-portuguesa. Porém, a diferença de ambos, acaba por praticar coerentemente o reintegracionismo linguístico na última fase da sua vida, após sucessivas etapas de achegamento. Também Carvalho inaugura, em certo modo, um novo tipo de relação da intelectualidade galeguista com Portugal e com os portugueses, uma nova olhada sobre o país vizinho que o leva a estabelecer projetos de colaboração mútua na procura de passos em positivo que suponham romper a tradicional declaração de irmandade, centrada em muitos casos na poesia e no sentimento de saudade, e avançar na aproximação linguística e mesmo ortográfica.

Assim, Carvalho Calero e Rodrigues Lapa iniciam na editora lisboeta Sá da Costa uma coleção 'Noroeste' dirigida por ambos e que dá como fruto dois volumes de estudos sobre questões linguísticas galego-portuguesas (Lapa 1979 e Carballo 1981).

Na correspondência de Lapa existem cartas de Carvalho que demonstram este afã comum em que ambos se empenharam; numa delas, que Lapa anota como "muito importante" e que leva data de primeiro de outubro de 1980, fala o professor galego da publicação do seu livro e de outros textos em Portugal, manifestando-se partidário de que vaiam "decididamente com ortografia basicamente portuguesa"; mas também faz outras interessantes e clarificadoras considerações que explicam os passos que foi dando como professor universitário na última etapa da sua vida académica, na perspetiva de avançar no reintegracionismo linguístico entre galego e português (em Marques *et al.* 1997: 381).

As suas propostas de futuro para o galego, que passam pela aproximação do português, também vão achar eco e continuidade nalguns dos setores mais conscientes da sociedade galega, como demonstra a existência da Associaçom Galega da Língua (AGAL) e outras correntes reintegracionistas.

4. O português na Galiza de hoje: perspetivas de futuro

A aposta linguística galega para este novo tempo deve passar por conseguirmos a plena normalização do galego como língua natural e própria de Galiza, tal como o define o atual Estatuto de autonomia; e deve passar também por incluir a obriga de os galegos e as galegas conhecermos o galego no novo Estatuto que se está a elaborar. A partir daí, as possibilidades que se nos oferecem em matéria de língua são extraordinárias, de estabelecermos uma planificação académica adequada.

O nosso sistema educativo deveria e poderia garantir, sem grandes problemas, que todas as alunas e os alunos galegos acabassem o ensino médio dominando três idiomas oficiais da União Europeia e três dos idiomas mais falados no mundo: o galego (português) como língua que nos identifica e nos abre as portas a países e culturas de diferentes continentes, o castelhano como língua do Estado também com projeção mundial e o inglês como língua franca internacional; nas atuais circunstâncias, das duas primeiras só a segunda tem garantido plenamente entre nós o seu futuro nas capas sociais mais novas.

Como garantirmos o futuro do galego como língua extensa e útil? Na última parte do ano 1999 o jornal *La Voz de Galicia* deu acolhida nas suas páginas a um debate tranquilo sobre a possibilidade de uma revisão da normativa do galego, em que participaram pessoas de todas as tendências e onde predominava a opinião favorável a uma reforma consensuada, marcando-se em muitas das colaborações a tendência para uma aproximação da norma portuguesa, ideias também presentes nalgum foro de debate e nalguma proposta a título individual de pessoas relevantes: o então presidente do Conselho da Cultura Galega, Carlos Casares, falou de uma "ortografía sensata" que nos una a Portugal (*La Voz de Galicia,* 3-9-99) e "empraza á Académia a reformar a normativa" (*A Nosa Terra,* 4-11-99); num debate celebrado pelas mesmas datas em Santiago de Compostela com a participação de especialistas de tendências opostas (a oficial e a reintegracionista), segundo reflete a imprensa "avanzouse un posible achegamento á norma portuguesa" e os linguistas que intervieram declararam-se abertos às mudanças na normativa em vigor (*El Correo Gallego,* 5-11-99).

Com esta perspetiva e tendo também em conta que a maioria dos linguistas que estão na Academia pertencem ao Instituto da Lingua Galega (ILG), a Asociación Socio-Pedagóxica Galega (AS-PG), organização nacionalista de ampla trajetória no âmbito do ensino e na defesa da língua e da cultura galegas, tomou a iniciativa de promover un diálogo entre representantes do ILG e das áreas de Filologias Galega e Portuguesa das três universidades galegas (Santiago de Compostela, A Corunha e Vigo), oferecendo-se também para moderar as reuniões que se produzissem.

Uma vez aceitado isto por cada uma das partes, iniciaram-se as reuniões com três representantes por cada instituição ao longo do ano 2000 e 2001, até que se chegou a um princípio de acordo que logo uma comissão técnica se encarregou de redigir.

Ratificado este pelos departamentos universitários correspondentes, em setembro de 2001 foi apresentado como proposta na Real Academia Galega (RAG), que inicialmente o rejeitou e finalmente, após a pressão social a que se viu submetida, acabou por o aprovar em 2003. Como costuma acontecer com qualquer tipo de acordo, este não resultou plenamente satisfatório para nenhuma das partes que intervieram nele. Mas em conjunto foi o acordo possível nas circunstâncias em que se produziu.

Parece lógico também pensarmos que um grupo de pessoas ou associações, ainda a considerarem positivos alguns aspetos do acordo, não optassem finalmente pelo seu seguimento por terem escolhido a norma portuguesa ou outra muito próxima dela. Isto não se deve considerar especialmente negativo, sobretudo se a discrepância se circunscrevesse a âmbitos determinados, sempre partindo da opinião pessoal de que o português não deve ser considerado como língua alheia à Galiza. Inclusive pode desempenhar um papel positivo na perspetiva de marcar horizontes de longo prazo para o futuro do galego.

Mas parece claro que a norma do galego na situação atual não pode ser a portuguesa, pois nas presentes circunstâncias, pela correlação de forças existente na vida política e académica, não parece possível outra solução sem causar grave dano ao idioma, pela frontal oposição de setores maioritários que se movem política, social e profissionalmente ao redor da língua. Ora, também não se podem virar as costas ao português e a Portugal, e muito menos agora em que com a integração europeia a Galiza e o norte do país vizinho constituem uma única região da UE.

Pelo contrário, deve procurar-se no possível um achegamento a Portugal e ao português que neste momento parece mais conveniente por via do léxico e por via da aproximação e intercâmbio cultural do que pela via da ortografia.

Primeiro é necessário convencermos o povo galego de que não é inferior a outros, de que tem uma língua digna, de que a sua cultura é importante; é imprescindível recuperarmos na consciência social a dignidade do idioma próprio, coisa que não se pode conseguir falando-lhe do 'português da Galiza' nem escrevendo-o hoje por hoje com a grafia portuguesa.

Também não se pode conseguir, decerto, apresentando o galego como um apêndice do espanhol, com uma forma gráfica completamente subordinada a ele e com umas soluções morfológicas ou lexicais que o aproximem ainda mais da língua oficial do Estado e língua tradicional do poder na Galiza. Neste sentido, consideramos que os passos dados com esta última reforma da norma, sem serem tão profundos como alguns queríamos, cumprem os mínimos necessários para garantirem um modelo de língua digno e acaído às circunstâncias atuais.

Porém, a aceitação de uma norma de consenso não implica uma renúncia aos postulados ideológico-linguísticos pessoais a respeito do que se consideraria a melhor norma possível ou a respeito da relação entre galego e português.

Pode, em teoria, acreditar-se na unidade linguística galego-portuguesa e, ao mesmo tempo, fazer uso da norma oficial que foi produto de um consenso entre especialistas, como também se pode ser republicano ou comunista e exercer responsabilidades públicas num regime monárquico ou capitalista.

Uma coisa é acatar uma norma linguística e outra muito distinta é renunciar às próprias ideias ou inclusive deixar de trabalhar por elas; como também se pode acatar uma lei, mesmo a Constituição, e não estar de acordo com todos os seus princípios ou inclusive ser partidário da sua profunda modificação.

Pode-se, pois, utilizar a norma oficial e, ao mesmo tempo, defender o reintegracionismo linguístico? A resposta virá dada em função do que se perceber por reintegracionismo. Partamos do princípio, não difícil de assumir, de que o galego comummente falado na atualidade está muito interferido pelo espanhol e de que tal modelo não se pode consagrar como irreversível, pois, segundo este parecer, isso ía supor a dialetalização progressiva do galego a respeito daquele e o seu futuro desaparecimento como língua autónoma. Parece lógica e necessária, pois, uma intervenção cirúrgica sobre esse galego falado para o ir reintegrando no seu próprio sistema, de onde nalguns aspetos foi arrincado pela pressão secular da que foi única língua oficial durante séculos. Desde esta perspetiva parece muito defendível a reintegração linguística, entendendo por tal o facto de reconduzirmos o galego para a sua plena autenticidade, liberando-o das interferências forâneas.

Neste sentido, as novas normas podem ser consideradas como reintegracionistas na medida em que reafirmam o galego nas suas raízes e tradição. Ou não acontece assim com o reforçamento de *ao, -bel, -aría*, com o reconhecimento de *até, porén, após, ouvir, Galiza*, ou com a prescrição de *presenza, diferenza, sentenza, graza, conduta, ditado* e os femininos *alemá, catalá, bretoa, por* exemplo?

Nessa reintegração do galego em si próprio, o português deve ser o modelo orientador ou, de o preferirmos, o espelho que nos há de confirmar em muitos casos o que é ou não é galego. E temos o convencimento de que o galego só terá assegurada a sua independência a respeito do castelhano de se manter unido o mais estreitamente possível ao tronco linguístico galego-português de que faz parte. Ou, como disse Rafael Dieste, quanto mais galego for o galego, mais se parecerá com o português.

Com outras palavras, o galego tem de unir a sua sorte à do português como garantia de não ser absorvido pelo espanhol. Não há dúvida de que nesse achegamento ao português a ortografia é um elemento simbólico importante que deve marcar uma primeira fronteira com a língua de Castela.

Ora, também pensamos que a ortografia não é o elemento fundamental nem imprescindível para avançarmos na reintegração antes mencionada. Disfarçado de espanhol, o galego pode ser autêntico galego ou galego-português; e disfarçado de português ou de galego-português, o galego pode ser um castrapo evidente se não se preservarem as suas caraterísticas intrínsecas.

A ortografia é uma convenção que se pode mudar de modo relativamente simples, mas as estruturas internas da língua não se podem mudar com a mesma

facilidade. Por isso é necessário pôr uma atenção muito especial nos aspetos morfossintáticos.

Convém, neste sentido, termos presente que as normas oficiais são ortográficas e morfológicas. As regras sintáticas ou morfossintáticas vêm fixadas pela gramática e a respeito delas não se tem suscitado praticamente discrepâncias, ainda que certos aspetos foram mais ou menos enfatizados ou preteridos, segundo os casos. É claro que não são as novas normas aprovadas aquelas que o movimento reintegracionista propunha ou desejava.

Mas o aproveitamento de todas as possibilidades recolhidas nelas, juntamente com o uso e potenciação dos traços morfossintáticos genuinamente galego-portugueses, que em nada as contrariam, assim como o explícito reconhecimento do português como recurso para o acrescentamento lexical, permitem o assentamento de um modelo de língua mais autêntico e, por isso, mais 'reintegrado'.

Por outra parte, nos últimos tempos produziu-se uma mudança de governo na Galiza após dezasseis anos de maioria absoluta do Partido Popular com Fraga como presidente, período em que a língua galega experimentou un recuo alarmante no número de falantes e em que as relações com o mundo lusófono foram praticamente inexistentes ou simplesmente retóricas, com um presidente galego que utilizava o espanhol em Portugal.

Bem é sabido que os partidos políticos de obediência estatal não têm o idioma galego como uma das suas preocupações políticas. Mas hoje está no governo, por primeira vez na história, o nacionalismo galego através do BNG, ainda que como sócio minoritário num governo presidido por um membro do Partido Socialista.

Nos programas eleitorais do Bloque Nacionalista Galego (BNG) para as eleições autonómicas vem figurando sempre um ponto referido a que o governo galego manterá uma política de intercâmbio de produtos culturais entre a Galiza, Portugal e outros países de língua portuguesa, na linha de naturalizar o necessário interconhecimento e fluxo de comunicação bilateral.

O BNG assinou um acordo programático de governo com o PSdeG-PSOE onde expressamente se diz que a Xunta "*potenciará o intercambio cultural cos países de lingua oficial portuguesa, erixíndose como relevantes nese proceso os medios de comunicación públicos*". Aguardemos que isto se vá cumprindo e que o português se faça cada vez mais presente na Galiza para que todas as pessoas galegas tenham a oportunidade de se familiarizarem com ele e de comprovarem a sua fundamental identidade com a língua galega. Por essa via é como avançaremos no processo de garantirmos o futuro do galego. A isto há de se acrescentar a inclusão do dever de os galegos e galegas conhecermos o galego no novo Estatuto de autonomia da Galiza que agora se está a debater. E também se deveria ir generalizando a presença do português como matéria de ensino nos diferentes níveis educativos.

5. Conclusão

O galego, língua nacional da Galiza e denominação originária do sistema linguístico galego-português, deve neste momento histórico consolidar-se como língua natural e própria do país mediante o decidido avanço do processo de normalização linguística levado a cabo, com pouca vontade por parte do poder político e com insucesso geral na sociedade, durante os anos precedentes.

Ao mesmo tempo, deve continuar o processo de aperfeiçoamento do modelo de língua escrita, e também oral, através da depuração dos castelhanismos e do fortalecimento das estruturas morfossintáticas próprias, assim como dos traços fónicos mais caraterísticos e da depuração e renovação lexical com o português como modelo, de acordo com as próprias orientações normativas.

A isto deve acrescentar-se uma geral abertura da sociedade galega a Portugal e aos países lusófonos, tanto no âmbito cultural como económico, desportivo ou da informação, facilitando a circulação pelo território galego dos diferentes meios de comunicação e de outros produtos veiculizadores da língua, assim como fazendo normal a presença de pessoas de expressão portuguesa nos meios de comunicação galegos.

Parece-nos que só desta forma se poderá progredir no re-encontro e reintegração linguística galego-portuguesa.

Mas também parece o momento e o lugar oportunos para demandar de Portugal e dos portugueses, nomeadamente daqueles que possuem uma maior formação em temas históricos e linguísticos, uma olhada diferente sobre a Galiza e sobre a língua galega, abandonando a rotineira e simplista consideração de ambas como meros apêndices da Espanha e do espanhol.

Entanto que desde a Galiza se está a viver a conflituosa relação galego-português (e também em parte Galiza - Portugal) com paixão e com grande interesse nos últimos séculos e mesmo na atualidade, sobretudo desde o âmbito galeguista, também ao norte do Minho temos a impressão de existir uma grande indiferença em Portugal a respeito da própria existência do galego (e da Galiza) e dos seus vínculos históricos com o português (e com Portugal), com as consabidas e muito destacadas exceções.

Muitos galegos e galegas gostariam de que nos falassem em português quando nos dirigimos a alguém de Portugal na nossa língua comum, apesar da diferença de sotaque e da inevitável interferência do castelhano na nossa forma de nos expressar. E, igualmente, que não nos considerem espanhóis, sem mais matizes, só com dizer que somos da Galiza.

Decerto que a importância que o português tem para o futuro do galego não é equiparável com a que este representa para o português. Bem o compreendemos. E por isso mesmo quero insistir neste velho tema, porque os galegos e galegas que estamos a luitar por garantirmos o futuro do nosso idioma na Galiza necessitamos da ajuda de Portugal para o conseguirmos. E penso que, por razões e compromisso históricos, Portugal também não pode virar as costas à Galiza e à sua língua própria, que também, no fundo, o é deste país que tantos galegos e galegas sentimos como nosso.

Referências Bibliográficas

Carballo Calero, Ricardo (1981) *Problemas da Língua Galega*. Lisboa: Sá da Costa.

Carvalho Calero, Ricardo (1989). Escritos *sobre Castelao*. Barcelona: Sotelo Blanco.

Castelao, [Afonso Daniel Rodríguez] (1961). Sempre *en Galiza*. Buenos Aires: Edición “As Burgas”.

Castro, Ivo (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cintra, Luís F. Lindley (1995) *Estudos de Dialetologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Cunha, Celso & Lindley Cintra (1991) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.

Ferreira, Manuela Barros (1992) *"Dialetologia da área galego-portuguesa".* In António Luís Ferronha (org.) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, 30-38. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Freixeiro Mato, Xosé Ramón (2005) *"O galego de Portugal. Algunhas observacións sobre a xénese e a denominación orixinaria do sistema lingüístico galego-portugués"*. In M. Gonçalves, A. Soares da Silva, J. Coutinho, J. Cândido Martins e M. J. Ferreira (orgs.) *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Vol. 1, 357-371. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia - Universidade Católica Portuguesa.

García Turnes, Beatriz (2003) *"José Leite de Vasconcellos e o codialeto galego"*. *Verba* 30, 367-397.

Hermida, Carme (1996) *"Galego e portugués durante o século XIX".* In *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*, 107-119. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Lapa, Manuel Rodrigues (1979) *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Sá da Costa.

Leão, Duarte Nunes de (1983) *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Marques, Maria Alegria *et al.* (orgs.) (1997) *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina (1904) *“A Galliza, centro de cultura peninsular de 800 a 1135. Santiago de Compostella, foco onde desabrochou o lyrismo gallego-português”.* In *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada por... Vol. 2, 769-835. Halle: Max Niemeyer.

Monteagudo, Henrique (1988) *"Portugués e galego nos gramáticos portugueses do quiñentos"*. In Dieter Kremer (ed.) *Actes du XVIIIe Congrès Internacional de Linguistique et de Philologie Romanes (Université de Trèves 1986)*. Vol. 5, 144-158. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

Monteagudo, Henrique (1994) *“Aspetos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)”.* In Elvira Fidalgo & Pilar Lorenzo Grandín (orgs.) *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, 169-185. Santiago de Compostela: CILL Ramón Piñeiro.

Murguía, Manuel (1996) *En prosa. Textos en galego*. Oseiro-Arteixo: Asociación ‘Manuel Murguía’.

Nogueira, Camilo (2001) *A memória da nación. O reino de Gallaecia*. Vigo: Xerais.

Nunes, José Joaquim (1989) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira, Fernão de (2000) *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Piel, Joseph Maria (1989) *"Uma antiga latinidade vulgar galaica refletida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza".* In *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, 55-60. Lisboa: Instituto Nacional-Casa da Moeda.

Rocha, Júlio César Barreto (1998) *"O Brasil fala a língua galega"*. *Análise empresarial. Revista Galega de Economía e Ciencias Sociais* 28, 127-135.

Vázquez Souza, Ernesto (2004). Desta *beira do Leteu. Artigos de história cultural, literatura e sociedade desde o esquecemento*. Santiago de Compostela: Laiovento.

35. ZENÓBIA COLLARES MOREIRA CUNHA (NATAL - RN - BRASIL)
WWW.UFRN.BR - UFRN

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA ARCAICA: UMA TENTATIVA DE RESGATAR O IDIOMA GALAICO-PORTUGUÊS

Em várias ocasiões, tenho encontrado pessoas da minha cidade natal que expressam seu espanto ao tomarem conhecimento de que escrevi um dicionário da língua portuguesa arcaica, crivando-me de perguntas sobre a utilidade ou a pertinência de tal empreendimento.

Quando respondo que meu objetivo é resgatar, pelo menos, parte do idioma galaico-português, que aquele vocabulário, hoje desconhecido, era o mesmo que os descobridores do Brasil usavam para se expressar, que pertence à língua trazida para o nosso país pelos primeiros colonizadores portugueses, olham-me com espanto.

Claro que depois das explicações mais detalhadas acerca da importância histórica deste idioma para os lusófonos espalhados pelo mundo, compreendem as minhas razões e o valor do meu trabalho, mas não sem um meneio de cabeça típico de quem se sente diante de algo inusitado, quiçá excêntrico.

Considerando que resido em uma cidade situada no nordeste do Brasil, tais indagações são compreensíveis e até naturais, visto que grande parte das pessoas que não frequentam as universidades e os cursos de letras desconhecem os textos produzidos no período arcaico da nossa língua, principalmente as crianças e os adolescentes.

Mesmo assim, o lançamento do dicionário foi um sucesso, especialmente pelo público culto que compareceu e adquiriu o livro, pela presença de representantes das imprensas falada e escrita que filmaram e divulgaram o evento, entrevistaram-me e publicaram elogiosas referências ao livro nos jornais, nas revistas culturais e nos programas da TV Cultura local.

Todavia, não foi somente o desejo de resgatar o já extinto idioma galaico-português o que, inicialmente, nos motivou. Na verdade, o que nos levou à ideia de organizarmos um dicionário foi a nossa própria experiência e dificuldades na sala de aula do curso de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde os professores de literatura portuguesa, de gramática histórica e de filologia, juntamente com os seus alunos, viam-se confrontados, a cada ano letivo, com a ilegibilidade dos textos produzidos no período arcaico da nossa língua.

Para solucionar o problema de forma mais imediata, preparávamos glossários para os textos que selecionávamos para estudo, sempre de forma muito lacunar e precária.

Outras vezes, quando fazíamos uso de obras que dispunham de glossários, as coisas se complicavam ao constatarmos que tais glossários eram incompletos. E não poderiam ser diferentes, como mostrou-nos a própria experiência com a preparação de alguns deles, vez que a nossa subjetividade e os nossos conhecimentos da linguagem interferem no momento de decidir quais vocábulos devem integrar a lista das palavras supostamente desconhecidas do leitor que eventualmente irá fazer uso do texto.

O contínuo trabalho com obras medievais, que vêm acompanhadas de glossários, nos fez descrer da eficiência dos mesmos. Eles funcionavam, na maioria dos casos, apenas como uma modesta ajuda, dando a impressão de que se destinavam a um leitor que já trazia suficientes conhecimentos da língua portuguesa arcaica para ler grande parte dos textos, com desafogo e autonomia.

Os alunos universitários não se ajustam a este perfil de leitor. Em suas incursões no universo das obras produzidas, entre os séculos XII e XVI, necessitavam de uma ajuda bem mais substancial que só um bom dicionário e estudos de certos aspetos gramaticais da língua do período arcaico poderiam subsidiar, principalmente quando abordavam textos em prosa.

O estudo da poesia era menos problemático, em razão das antologias que traziam os textos originais, em galaico-português, e a sua adaptação para o português contemporâneo. Todavia, tal recurso é muito redutor, na medida em que não nos deixa muito espaço para escolhas mais condizentes com o programa de estudos que desejávamos aplicar. Demais, não considerávamos adequado o uso de tais adaptações, salvo nos casos em que os textos adaptados se faziam

acompanhar pelos originais, permitindo o convívio dos alunos com as formas que revestem a nossa língua escrita no período medieval, principalmente.

Nossa primeira tentativa para solucionar o problema resultou no *Pequeno Dicionário do Português Medieval*, elaborado em parceria com o Prof. Annecildo Batista de Carvalho. Publicado em 1992, este despretensioso trabalho teve, para surpresa nossa, a sua primeira edição logo esgotada, principalmente em razão da grande procura por parte de outras universidades do país.

O resultado positivo do nosso trabalho, além de gratificar-nos pelo esforço empreendido, serviu, dentre outras coisas, como indicador de que os nossos problemas e aflições eram compartilhados por professores de outras faculdades, principalmente os que eram responsáveis por disciplinas que lidam com textos do período arcaico, inclusive alunos da pós-graduação em letras e história ou aqueles envolvidos em projetos de pesquisas, que trabalham com obras medievais.

É oportuno lembrar que não fomos os primeiros a empreender esforços para resgatar o vocabulário arcaico. Antes de nós, há mais de duzentos anos, outras tentativas foram levadas a efeito por três sacerdotes. O primeiro deles, D. Bernardo da Encarnação, não chegou a publicar a sua obra, deixada em manuscritos. Em 1727, Raphael Bluteau publicou o seu *Vocabulário Portuguez e Latino*, em 14 tomos.

Esta obra, de grande valor documental, está ultrapassada, além de esgotada há muitos anos, encontrando-se disponível para consultas apenas nos acervos bibliotecários portugueses e em alguns brasileiros.

Ainda no século XVIII surge o *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram,* de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, obra pioneira que, mesmo com as imperfeições que apresenta, é um valioso documento.

Na década de 40 do século XX, Augusto Magne, sacerdote e filólogo brasileiro, deu início à organização do Dicionário da língua portuguesa dos períodos medieval e clássico; todavia não chegou a concluir o primeiro volume da obra. Contudo, o contributo de Magne para a elaboração de um novo dicionário é de suma importância, especialmente em razão dos inúmeros glossários que escreveu para obras do período medieval.

Com o avanço da filologia, a partir das primeiras décadas do século XX, ocorreu um sopro de renovação nesta área do saber, destacando-se várias personalidades que prestaram valiosos contributos para o estudo e conhecimento da língua e dos textos antigos. Surgem, então, críticas ao *Elucidário de Viterbo,* o único instrumento disponível para subsidiar a compreensão da língua portuguesa do período galaico-português.

Em suas Lições de filologia portuguesa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, escritora de grande erudição na área dos estudos filológicos, mencionou a necessidade de um dicionário que oferecesse um repertório mais completo dos vocábulos em uso no período arcaico da nossa língua.

Mesmo reconhecendo o valor do *Elucidário* de Viterbo, a autora não se eximiu de referir à insuficiência do vocabulário nele reunido:

> *Faz imensa falta [...] um dicionário só do 1° período da língua portuguesa, em que se registrem e se documentem, ampla e cuidadosamente, todos os termos contidos nos textos arcaicos [...]. O Elucidário de Viterbo é uma contribuição preciosa, insubstituível pelas citações, tiradas de documentos públicos, em parte perdidos. Mas ainda assim é muito pobre, porque ele não podia no seu tempo aproveitar nenhum dos principais monumentos literários da época galego-portuguesa. (1945. p. 275-76).*

Depois dela, outros estudiosos da língua apontaram uma série de falhas no *Elucidário* que respaldavam e justificavam os comentários de Carolina Michaëlis.

O mais incisivo de todos, no entanto, foi Mário Fiúza, prefaciador da terceira e última edição de referido *Elucidário,* em 1962, que inicia o seu texto com as seguintes palavras:

Há muito tempo já que o Elucidário de Viterbo devia de estar definitivamente arrumado num museu de antiguidades Mostrar-se-ia ao visitante como a primeira tentativa dum dicionário da nossa língua arcaica, um antepassado longínquo dos modernos dicionários, elaborados com espírito crítico e beneficiando do enorme desenvolvimento que a filologia e a história tiveram nos séculos XIX e XX.

Mas ao invés disto, inicia-se hoje a publicação duma nova edição do Elucidário, que continua a ser o único dicionário da nossa língua arcaica. Apesar dos modernos e grandiosos progressos da filologia e da história, ninguém meteu ombros à empresa de elaborar um novo dicionário da nossa língua medieva. Justifica-se, portanto a necessidade de publicar esta nova edição porque a obra continua a estar em uso e ainda não foi substituída (e quando o será...?) por outra mais moderna e mais aperfeiçoada (1962. p. 7).

Ao pretendermos elaborar um novo dicionário dedicado à recuperação do vocabulário galaico-português, julgamos pertinente não postergarmos a valiosa contribuição da obra que abriu os caminhos: o *Elucidário* de Viterbo. A obra pioneira não poderia deixar de estar incluída na base do seu repertório, principalmente por nos legar uma quantidade considerável de termos da fase medieval do nosso idioma, impossível de serem localizadas em outras fontes. Despojados dos excessos e da superfluidade de informações contidas em muitos deles, constituíram um alicerce preciosíssimo, ao qual foram acrescentados milhares de novos vocábulos recolhidos em nossas pesquisas, que não constam da primeira tentativa do frade dicionarista.

Nestes termos, o *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica* assimilou parte do valioso contributo do *Elucidário* de Viterbo, acrescido de todos os outros legados hauridos em textos antigos de que foram escritos edições críticas, notadamente no século XX, além da contribuição de tantas obras consultadas, produzidas no período arcaico da língua portuguesa arcaica, que não foram incluídos no repertório do Elucidário.

Escusado dizer das dificuldades que enfrentamos para levar ao termo as pesquisas que resultaram na elaboração do *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica.* Mantivemo-nos resolutamente laboriosas ao longo dos quatro anos de pesquisa, ou melhor, de exercício de paciência e de cumplicidade com o nosso propósito de resgatar centenas e centenas de palavras relegadas ao esquecimento e desconhecidas do público dos dias atuais.

Foi, portanto, sob o estímulo decisivo da nossa inabalável convicção acerca da pertinência e importância do nosso trabalho que empreendemos quatro viagens a Portugal, em nossos períodos de férias, para, em "peregrinação" nos seus acervos bibliotecários, empenharmo-nos numa exaustiva busca, em um universo bibliográfico constituído por obras publicadas desde o século XII até o século XVI, percorrendo fichários de "Reservados", folheando catálogos, devassando livros antigos, obras poéticas e em prosa, além de inúmeros dicionários etimológicos, elucidários e glossários de obras surgidas no período mais recuado, no qual vigorava o uso do idioma galaico-português.

O título do nosso trabalho, *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*, evidencia claramente que o único e exclusivo interesse que nos moveu foi o de resgatar da dispersão o vocabulário da nossa língua em uso no período historicamente considerado arcaico, ou seja, o que vai do século XII até o século XVI. Salvo em casos especiais, deixamos de registrar as palavras que conservam o mesmo sentido no português contemporâneo, mesmo quando apresentam diferenças de grafia que não interferem na compreensão do seu significado.

No âmbito da linguagem arcaica, foram consideradas as contribuições dos povos que invadiram a Península Ibérica nas fases pré-histórica e proto-histórica da língua portuguesa e que legaram ao idioma em formação palavras e expressões que se incorporaram naturalmente ao repertório autóctone. Foram igualmente considerados os vocábulos de línguas estranhas ao idioma que se incorporaram à linguagem da época, principalmente nos livros de historiadores, cronistas e viajantes que, em seus relatos, inseriram termos indispensáveis à compreensão das suas mensagens, como, por exemplo, os livros que tratam de assuntos das colônias portuguesas na África, em Goa, em Macau, relatos provenientes de viagens, etc. Nestes casos, as palavras foram incluídas no dicionário com o registro do seu significado e de sua procedência, visto que essas informações facilitam a compreensão dos textos nos quais aparecem.

No que diz respeito à ortografia, procuramos ser o mais fiéis possível à forma gráfica original das palavras, evitando atualizá-las, por considerar que qualquer modificação poderia resultar em dificuldades para os futuros usuários do dicionário. Devido à imensa variedade gráfica dos antigos escritores galegos e portugueses, em razão da falta de uniformidade na expressão escrita, nem sempre incluímos todas as possíveis variantes de uma mesma palavra usada em épocas diferentes, ou mesmo numa mesma época.

Não oferecemos informações no campo da etimologia em razão das dificuldades de natureza vária que teríamos nas investigações com vistas a elucidar o étimo de todas as palavras colhidas. Assim, cada verbete está acompanhado apenas da informação acerca da classe gramatical a que pertence a palavra-base, de forma abreviada, conforme o código de abreviaturas devidamente apresentado no início do volume. Apesar do nosso esforço para abonar o significado das palavras com enunciados extraídos das obras escritas no período arcaico, muitas ficaram sem esse importante complemento.

Considerando que esta língua moderna está prodigamente resguardada pelo uso e pelos modernos dicionários, enquanto a língua arcaica, de modo geral, estava relegada ao olvido e, consequentemente, sob ameaça de perder-se na memória dos tempos futuros, deixamos à margem da nossa compilação os vocábulos surgidos a partir do século XVII, seja porque transcendem os limites do período arcaico, seja por estarem fartamente dicionarizados em Portugal e no Brasil.

Não obstante termos colhido cerca de 14.000 vocábulos do idioma galaico-português, acreditamos que ainda não é esta primeira edição do nosso dicionário que conseguiu recuperar todo, ou quase todo, o vocabulário da língua portuguesa arcaica, ou galaico-português. Apesar das nossas exaustivas buscas, muitos vocábulos, decerto, ficaram por ser localizados, à espera de outra pesquisa que dê conta de todas as leituras necessárias à tarefa de resgatá-los. A nossa contribuição, mesmo imperfeita e provavelmente lacunar, não cessa com a presente publicação.

Temos consciência que "*obras desta natureza não se constroem duma só vez*" e que teremos que dar prosseguimento às nossas investigações, com o mesmo empenho e entusiasmo que nos moveram desde o início dos nossos trabalhos, em 1983. É do interesse da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte apoiar e subsidiar as pesquisas necessárias à elaboração de uma segunda edição do dicionário mais completa que a primeira.

Sabemos ser impossível colher todo o repertório vocabular do galaico-português, mas estamos certas de que todo o esforço será válido, toda tentativa será pertinente, para resgatar a maior quantidade possível de um patrimônio linguístico que pertence tanto a Portugal quanto à Galiza, que faz parte da nossa história, que constituiu um importante elo de ligação entre portugueses e galegos durante uma período bastante alargado da nossa história comum, conforme está fartamente documentado em milhares de páginas escritas em prosa e verso por autores galegos e portugueses, que viveram naqueles remotos tempos.

Nestas páginas encontramos a confirmação das palavras de Hélio Pires, segundo as quais "*a Galiza é a nação gêmea da portuguesa e, até à segunda metade do século XV, a língua dos dois lados do rio Minho era uma e a mesma*" (2006. p. 1-2).

Motivada pelo interesse que sempre me despertou a relação entre galegos e portugueses, empenhei-me em comparecer a este Colóquio, com imenso interesse em acompanhar as discussões, em inteirar-me dos problemas que tentam solucionar, enfim disposta a sair daqui com muito mais motivação para dar continuidade às minhas pesquisas sobre um idioma que também é o meu, apesar do tempo e das modificações que sofreu ao transferir-se para um outro continente.

BIBLIOGRAFIA

FIÚZA, Mário. "Advertência Preliminar desta Edição", in Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, 2ª ed., 1962.

PIRES, Hélio. "A Galiza aqui tão perto" In *Portal Galego da Língua*, ACAEL, 2006.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëllis. "Lições de filologia" in *Revista de Portugal*, vol. VII, 1945.

TEMA 2 – TRADUÇÃO

36. ADELAIDE CHICHORRO FERREIRA (PROFESSORA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E MEMBRO DO CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS GERMANÍSTICOS)

O SCHRIFTSTELLA (SIC!) ZÉ DO ROCK, OU DE COMO A DIVERSIDADE NA LÍNGUA ALEMÃ É ÚTIL PARA A LUSOFONIA, E VICE-VERSA NOVEMBRO DE 2006[126].

1. Alemão: língua ameaçada?

Tendo começado tarde a aprender o idioma alemão (apenas no ora chamado 10º ano), dele me aproximei de um modo que poderá parecer invulgar, uma vez que tal afinidade não é simplesmente de índole profissional. Há muito que me liga afetivamente a esta língua, empatia essa que, de alguma forma, me aproxima também daqueles que denodadamente cuidam da Lusofonia (e da ortografia) na Galiza.

Porém, no contexto da proteção das línguas em risco, eu incluo também, em Portugal, a defesa do alemão como língua estrangeira (na linha da temática a que o semanário *Spiegel* dava honras de capa, por coincidência no mesmo dia em que me desloquei a Bragança, a fim de proferir a presente comunicação[127]).

Os poucos da minha geração que, em Portugal, investiram mais de 20 anos a estudar alemão (e algo de semelhante é válido para quem se aventurou com outras linguagens exigentes, como a da matemática ou da música clássica) não deixam de ser, em época de crise económica e social, detentores de saberes a não desbaratar, equivalendo um deles àquilo a que chamei, num colóquio na Alemanha (onde algumas das ideias que aqui defendo foram apresentadas[128]), a capacidade de «ver mais longe do que a borda do prato».

Por muitos anos de vida que alguns de nós tenhamos dedicado a esta língua, o facto é que, sendo ela substancialmente «diferente» das línguas românicas, tal facto simultaneamente torna mais interessante (diria que obsessivamente estimulante) o exercício de ginástica cognitiva associado a qualquer tradução. Justamente por isso, ela exige um tempo de maturação diferente daquele que é típico de outros pares de línguas.

Uma tal experiência fi-la recentemente com uma tradução do alemão para o português em que, tanto eu como o autor do original, o Professor Konrad Ehlich (Ehlich, 2006: 9-61), concluímos ser desejável um estudo mais aprofundado de «evidências» que, interculturalmente, não são da mesma forma óbvias, ou dadas como adquiridas, em ambas as culturas.

É certo que falar alemão em Portugal me separa um pouco daqueles que comigo diretamente convivem, e que experimentarão, relativamente a mim, a mesma perplexidade, ou sensação de incomunicabilidade, que sinto relativamente a peritos em matemática. Será essa sensação algo de «anormal»? Não o creio, pelo que se verá a seguir.

Uma vez que estou cultural e temperamentalmente mais próxima de um sul efusivo e exuberante do que de um norte frio e distanciadamente racional, não deixa de constituir para mim motivo de tristeza não poder partilhar facilmente com quem está mais perto de mim[129] excertos curiosos de leituras que vou fazendo – por estranho que, neste caso concreto, até possa parecer – na «língua dos poetas e pensadores».

[126] Embora não tenham podido estar presentes em nenhuma das ocasiões onde apresentei as comunicações que deram origem ao presente texto, dedico-o tanto à professora universitária que mais me ensinou a apreciar literatura, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille, recentemente jubilada pela Universidade de Coimbra, como ao seu marido Karl Heinz Delille, meu colega de Linguística e orientador na mesma universidade, mas também, durante muitos anos, ativo e multifacetado diretor do Instituto Goethe (Casa Alemã) em Coimbra, de quem gostaria de ter herdado um milionésimo da capacidade para ver um pouco mais longe.

[127] Cf. Schreiber (2006).

[128] Refiro-me ao encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* (GAL), que se realizou em Münster (Alemanha), de 21 a 23 de setembro de 2006.

[129] Nem mesmo posso partilhar esta realidade com os meus alunos, que, em virtude das tendências atuais ao nível do ensino de línguas em Portugal, são agora em menor número do que nas décadas de 80 e 90 do milénio passado, além de necessitarem de estar bem mais contextualizados linguística e culturalmente para poderem acompanhar com a devida profundidade alguns temas (cf. Ferreira / Athayde, 2006: 63-82).

A sensação que ultimamente venho experimentando relativamente a esta língua, vivendo como vivo em Portugal, é a de que ela se (me) esvai, tal como na Galiza há quem o sinta relativamente ao galego. Não obstante ser a língua materna mais falada em toda a União Europeia, o facto é que o alemão, como língua estrangeira, não tem sido escolha apetecível para a maioria dos portugueses, que assim mal se apercebem de que há cidadãos lusófonos a escrever textos interessantíssimos na língua de Goethe.

2. Alemão com açúcar e pimenta

... Ou, mais precisamente, num (?) «idioleto» da mesma, que o autor a que dedico este trabalho designa, alternadamente, por *Kauderdeutsch, Siegfriedisch, Ultradeutsch* ou *Wunschdeutsch*..., designações que talvez se pudessem adaptar à nossa língua como *algaravês* (analogia para com *algaraviada* – sem ofensa para o Sul de Portugal), *viriatês* (em homenagem ao lusitano Viriato, tal como em *Siegfriedisch* se retoma uma mítica figura germânica), ou até como *ultraportuguês* e *português desejado*, esta última expressão evocando na cultura portuguesa – uma vez que tal não se aplica ao caso brasileiro – qualquer coisa como...uma espécie de *sebastianês* (já propor, numa tradução para o galego, um eventual *rosaliês* geraria incómodos no seio de certa lusofonia, dadas as conotações feministas assim convocadas).

Com tudo isto me refiro a um escritor, cabaretista e também realizador[130] de origem brasileira, mas com antecedentes familiares na Alemanha e até mesmo no Báltico. Tendo vivido a sua infância e juventude no Brasil, país por onde vagabundeou de lés a lés (assim como por alguns outros da América Latina), acabou por adotar o nome artístico de Zé do Rock. Não lhe conheço, de facto, o verdadeiro nome, mas como o meu interesse por este autor é sobretudo motivado pela minha «costela» de linguista, deixo aos colegas de Literatura o prazer de investigarem a complexa questão biográfico-identitária que, a par e passo, se revela na sua irreverente escrita. Quem, aliás, me recomendou esta refrescante leitura – ainda assim exigente, mesmo para germanistas –, foi um dos mais reconhecidos estudiosos da língua alemã, o já atrás citado professor Konrad Ehlich. Ora, sem dúvida que Zé do Rock trabalha a língua alemã duma forma tão singular quanto divertida, uma vez que é como se, em simultâneo, nela habitasse culturalmente e com ela não se sentisse verdadeiramente «em casa», necessitando amiúde de a alterar. Uma sensação que eu própria, na minha vertente ecolinguística[131], não deixo de experimentar com relativa frequência, facto que me conduz por vezes a períodos de um certo mutismo.

Na contracapa de um dos livros de Zé do Rock (*Deutsch gutt sonst geld zuruck*), ao lado duma foto do próprio sentado no chão, com um chapéu virado para cima, à frente das pernas, e um letreiro onde se lê *Ich bin Schriftstella* (que poderíamos traduzir por *sô iskritô*...), o autor apresenta-se-nos como uma espécie de mendigo ou vagabundo, que, e traduzo, «nasceu há uma carrada de tempo no Brasil, viveu 14630 dias, bebeu 1357 litros de álcool, tocou 949 horas de flauta e jogou 648 horas de futebol, tendo percorrido à boleia 200 000 quilómetros em 1457 carros, aviões, barcos, comboios, carros de bois e tratores, além de ter visitado 104 países e 16 prisões. Apaixonou-se 8 vezes, rodou um filme, inventou uma língua artificial, criou um alemão simplificado, não estudou nada e vive ainda hoje, a maior parte do tempo, em Munique». Nos títulos dos vários livros[132] que publicou incorre em «erros» semelhantes ao que vimos acima, mas na realidade toda a sua escrita é desconcertantemente rica na violação das regras ortográficas do alemão, pelo que constitui uma certeira reação crítica à polémica, durante anos instalada no contexto germanófono, em torno da nova ortografia (muito contestada por filólogos, escritores e até pelas redações de vários jornais e magazines alemães). Mesmo quando usa o português para comunicar por escrito, Zé do Rock mantém essa sua «imagem de marca», facto que pude constatar ao receber uma resposta sua, redigida num perfeito «zedorockês» de matriz lusófona[133].

[130] Estão, com efeito, disponíveis no mercado duas versões, uma em alemão e uma em português, de um filme que produziu a respeito das comunidades germanófonas no Brasil (onde se refere, entre outras coisas, a uma cidadezinha brasileira de nome Schröder). Desde logo o título, «Deutschland liegt in Brasilien» («a Alemanha fica no Brasil»), é revelador do conteúdo: com muito humor, Zé do Rock desmonta a vida de brasileiros na Alemanha, assim como o modo de vida, lembrando as vivências ensolaradas de Copacabana, de muitos habitantes alemães – por exemplo, na faceta de imediatamente se dirigirem para a beira dos lagos, em biquíni, mal faça um bocadinho de sol.

[131] Embora muito mais bibliografia pudesse ser encontrada neste domínio, por razões históricas não podia deixar de citar aqui alguém, Celso Álvarez Cáccamo, que pela primeira vez me fez aproximar da questão linguística galega, algo que aconteceu na sequência da leitura que fiz deste artigo: Cáccamo (1997).

[132] Cf. Zé do Rock (1995, 2000, 2002).

[133] Sei também que o primeiro dos seus livros, *Fom winde ferfeelt*, conheceu uma edição brasileira, mas fui informada pelo autor de que ela se encontraria esgotada, pelo que não a pude ter em conta

Em didática das Línguas não é possível passar ao lado da reflexão teórica em torno da temática dos erros. Faz parte da atividade de cada professor tê-la em conta, sendo pois no tocante a este aspeto que a escrita de Zé do Rock se revela inspiradora. Em regra, distinguimos entre «erro» e «lapso», mas não seria menos importante insistir numa outra diferenciação – entre «erro» e «colapso» –, uma vez que há que medir as consequências que advêm de se catalogar simplisticamente como errada a maneira de falar ou de escrever de determinada pessoa. De alguma forma, a literatura vive do erro, já que se constitui como desvio, não involuntário, relativamente a uma norma.

Ora, que tem tudo isto a ver com a Galiza? De facto, na origem desta minha comunicação esteve um pedido dum amigo galego, Ângelo Cristóvão, que penso estar representado neste volume, interessado em saber coisas sobre a história e a ortografia do alemão. Na Galiza pugna-se por aquilo que o mesmo colega vem designando por uma língua (ou ortografia) «normal», havendo muitos galegos que entendem que o ideal seria a adoção da norma ortográfica consagrada para o português. Ora, tal colide com a intenção expressa do Estado espanhol, que tem vindo a promover uma norma acusada de promover uma excessiva castelhanização. Enquanto portuguesa que viveu quase toda a sua vida alheada desta problemática, a descoberta do problema linguístico e ortográfico galego fez-me tomar consciência duma realidade política e identitária sujeita não só a oscilações várias, por vezes dramáticas, como a melindrosas disputas, inclusivamente em tribunal, situação essa merecedora de atenção.

Entendo todavia que não é de se sobrevalorizar desmesuradamente aquilo que, numa perspetiva ecológica, continua a equivaler, para muitas atividades do quotidiano, a um sistema linguístico *secundário* relativamente ao plano da oralidade, forma de comunicação por excelência duma «língua de proximidade» (na comunicação entre mãe - pai e filho, nos primeiros anos de vida, ou em geral dentro da família), cujo estatuto de «cidadania» plena não me parece existir, pois tendemos a valorizar muito mais a língua pública, usada fora desse espaço. O conceito acima colocado entre aspas vem merecendo alguma atenção internacional, conforme pude constatar no recente colóquio a que me desloquei na Alemanha, em que frequentes vezes surgia o termo *Nähesprache* (língua de proximidade), quando se tratava de caraterizar uma realidade emergente e multifacetada, de contornos porém não totalmente clarificados – assim, em que aspetos nos é próxima (a nós portugueses, especialmente) a língua da Galiza? Como é que ela diverge da que se fala em Portugal? Um assunto que, a ser escrutinado cientificamente, daria origem, não a uma, mas a várias dissertações de doutoramento.

Finalmente, cabe interrogarmo-nos sobre se aquilo que por vezes, até impensadamente, à primeira vista classificamos como «erro» tolda ou, em vez disso, constrói de forma exata o sentido, o que nos habilitaria a perspetivar a questão do significado que *de facto* possui determinada norma linguística – isto é, acerca de quão «normal» ela será afinal de contas, no mundo complexo, incontornavelmente diverso, que habitamos.

Mesmo fazendo uso duma «língua» individual, e nessa medida não «normal» – ou até da negação duma língua naquilo que a define normativamente, a ortografia padrão –, Zé do Rock faz-nos refletir sobre este problema, sem que deixe de presentear o leitor com uma escrita, aqui e ali, hilariante, e ao mesmo tempo comoventemente universalista – aspetos a que, por falta de espaço, não posso aludir com o pormenor necessário. Um detalhe em que tal caraterística se manifesta é quando se deixa contagiar, *literalmente*, com os inúmeros modos de falar com que se vai deparando nos países que atravessa, assim demonstrando que permanece viva aquela espécie de estranhamento deslumbrado com que os portugueses «infetaram» o mundo[134] aquando das Descobertas – um estranhamento desta feita oriundo do outro lado do Atlântico, e depois transplantado para a Europa, partindo em todo o caso duma perspetivação, também no tom que a informa, moldada por uma cultura lusófona. Cingir-me-ei na minha abordagem apenas às descobertas que o autor vai fazendo ao deambular pela tão vasta e complexa Europa em que vivemos. E começo precisamente por um dos extremos da mesma, sabendo nós entretanto

para a presente análise. Seria porventura interessante averiguar se se trata realmente duma tradução, ou antes de uma adaptação.

[134] Desta forma aludo, não sem alguma ironia, ao conceito de «meme», trazido para a ribalta da ciência por um carismático, porém não menos controverso, biólogo inglês, Richard Dawkins (cf. Dawkins 1976, 2006).

quão difícil se vem tornando estabelecer fronteiras rígidas a leste, a sul (cf. Ehlich 2006: 39), e eu diria que também a Ocidente.

Zé do Rock relata num dos seus livros, por exemplo, a sua passagem por Istambul, simulando o modo como é abordado pelos habitantes locais. Recorre, para tanto, a determinados sinais caraterísticos da escrita turca, que desde logo saltam à vista a quem quer que já tenha passado por um quiosque duma estação de comboios alemã (*döytş**,** einigermaszen, kömmen, Frankfürt, öder...*):

*...manchmal können di türken döytş**.** **»**şprechen si döytş**?**« »ia, einigermaszen.«»wo kömmen si her?«»aus Brasil.«»Brasil? wö is das? näe Frankfürt öder Berlin?«*

(fom winde ferfeelt, p. 118.)

<u>Lingua alemã padrão</u>:

[...manchmal können die Türken Deutsch. »Sprechen si Deutsch?« »Ja, einigermaßen.«»Wo kommen Sie her?«»Aus Brasilien.«Brasilien? Wo ist das? Nahe Frankfurt oder Berlin?«]

<u>Português</u>:

[...Por vezes os turcos sabem alemão. «Fala alemão?»«Sim, um pouco». «De onde é?»«Do Brasil.»«Brasil? Onde é que isso fica? Lá para as bandas de Frankfurt ou Berlim?»]

Entretanto, Zé do Rock vai comentando que, para lidar com os turcos, de pouco serve o inglês, dando de seguida o exemplo dum taxista que apenas conhecia três palavras desta língua, as quais diligentemente aplicava em cada frase: *i am* (usado para *eu sou - estou, eu vou*), *yours* e *conversation*, pelo que dizer *adoro as flores no campo* (no alemão de Zé do Rock: *ich lib di blumen auf der wize = Ich liebe die Blumen auf der Wiese*) se pronunciaria «em turco» (ou em inglês?) como: *i am, yours, conversation, çimen deki çiçekleri sevyorum.* Por vezes, é exatamente esta a sensação que um viajante obtém na Alemanha, país onde a comunidade turca é muito abundante, pelo que, relatando embora um episódio aparentemente vivido no estrangeiro, de algum modo ele se consubstancia na mente dum leitor alemão, ou conhecedor da realidade quotidiana germânica, como *déjà vu* (apenas com a diferença de que, onde se encontram as palavras inglesas, poderiam igualmente ocorrer palavras alemãs).

Ora, Zé do Rock vê-se igualmente «grego» ao viajar pela Grécia, onde uma fonte de inspiração parece ter sido, além das terminações em *-on*, a leitura da lista telefónica – algo que, no estrangeiro, e na falta de outros indícios, não deixa de permitir avaliar o valor que, numa ou noutra cultura, parece ser atribuído a elementos exógenos.

Deixemos agora de parte a tradução das peculiaridades que a grafia memeticamente «infetada» de Zé do Rock revela, simulando a pronúncia da língua grega – designadamente, a terminação de certas palavras com vogal velar aberta, seguida de consoante nasal, ou a transposição de chiantes fazendo tábua rasa da diferença entre as associações grafemáticas <sch> e <ch> no alemão, para já não falar no quase inexistente uso de maiúsculas (que, no alemão padronizado, ocorrem nos substantivos, ou a seguir a ponto final), a não ser em topónimos ou antropónimos – uma regra lusófona que o autor parece aplicar, neste livro pelo menos, de forma não inconsistente.

Atentemos, pois, no exemplo seguinte (que ocorre após um outro em que o autor relata ter recorrido a todos os seus conhecimentos de grego antigo para comunicar neste país, deparando-se embora com a súbita dificuldade de não conseguir, num bar, pedir uma simples água – que, em grego moderno, não se diz *hidro*):

im grichisson sreibt ma fremdwörter in lateinisser srift. speiseeis heisst pagota und ice-cream, pagota wird grichiss gessribon, ice-cream in lateinisser srift. auch namon wie John Murray oder Hans Peter Schmidt im telefonbuch, das in grichisser srift gedruckt is, sind in lateinisser srift angegebon. auf Deutssland übertragon, is es als wäron di russisson namon im telefonbuch von Berlin in kyrilliss gessribon und Mao Tse-Tung in kinesisson karakteron.

(fom winde ferfeelt, p. 116.)

[em grego («grégon») os estrangeirismos escrevem-se no alfabeto latino. Gelado chama-se pagota e ice-cream, mas pagota é escrito em grego, e ice-cream na escrita latina. Também nomes como John Murray ou Hans Peter Schmidt na lista telefónica, escrita em grego, são indicados em alfabeto latino. Se quiséssemos verter esta situação para a língua alemã, era como se os nomes russos, na lista telefónica de Berlim, estivessem redigidos em cirílico, e Mao Tsé Tung em carateres chineses].

Em Estocolmo, por sua vez, «apanha» com mestria a inconfundível abertura de certas vogais (*vollar insellar und kanälar* (= *voller Inseln und Kanäle*); *sär deusk* (para *sehr deutsch*), que se parecem ajustar ao caráter mais direto que vê no povo sueco, em comparação com dinamarqueses e alemães. Não deixa de classificar parte da arquitetura com que aí se depara como... muito «alemã», o que denota, mais uma vez, a proveniência estrangeira do viajante, que parte da realidade que conheceu primeiro para nomear aquela com que entra em contacto posteriormente, porém não da forma intercultural (ou politica)mente mais correta – um pouco como se, despreocupadamente, chamasse «alemão» a um austríaco ou a um suíço:

Stockholm is gut, follar inselar und kanälar. Der baustil get von sär deusk, sär schwär, bis sär modärn. de svenske liven reformen wi sonst nimnd in der wält. de dänen mögen si auch, aber hinken ätwas hinterher. im gegensatz zu de deusken, di ärstmal en studie maken myssen, um zu sen, ob und wie en studie nötig sein wird, und vor alle warum, sind de svenske da ziemlich diräkt.

(Fom winde ferfeelt, p. 124.)

[Estocolmo é uma cidade boa, cheia de ilhas e de canais. A arquitetura vai de um estilo muito alemão, muito pesado, até ao muito moderno. Os suecos adoram reformas, como mais nenhum povo no mundo! Os dinamarqueses também gostam de reformas, mas ficam-lhes um bocado atrás. Comparados com os alemães, que primeiro têm que fazer um estudo para verem se é preciso um estudo, em que moldes e sobretudo porquê, os suecos são bastante diretos.]

À passagem pela Holanda sente-se, por sua vez, reconfortado quando se apercebe de que se trata duma língua com muito de alemão e de inglês (diz mesmo: *hollands is een spraach twischen duits en englis, ma kan vele woorde uismaken* (*fom winde ferfeelt*, p. 127), pelo que imagina conseguir entender (*uismaken* – al. *verstehen*, à letra: *aus* + *machen*) muitas palavras. O problema é que, partindo do termo alemão *Ausfahrt* (para os letreiros indicando a saída numa autoestrada), não consegue ir longe: os holandeses não transformaram simplesmente o prefixo *aus* do alemão em *uit*, colando-o a *waart* (al. *fahrt*), uma vez que *uitwaart* é a palavra holandesa para... *cortejo fúnebre* (al. *Trauerzug*), conforme terá sido dito ao viajante por um anfitrião holandês que, apesar de tudo, o entendeu (caberia perguntar: não existirão semelhantes falsos amigos entre o português e o galego mais castelhanizado?).

Tal designação espelha, apesar de tudo, uma realidade que hoje se observa pelas autoestradas do mundo inteiro, pelo que talvez não fosse impossível mudar, em conformidade, a língua portuguesa, para que as populações pudessem entender melhor que o investimento exclusivo em autoestradas ou em linhas ferroviárias de alta velocidade - aeroportos não lhes resolve os problemas, enquanto houver ferrovias e estradas secundárias ao abandono, ou em condições de aviltante degradação. Há uns tempos atrás, Fernando Venâncio, professor de Estudos Portugueses na Universidade de Amesterdão, mas também escritor e cronista, referia-se indiretamente a isto mesmo, no blogue «Aspirina B» (11 de novembro de 2006), ao dar como exemplo de um estimulante paradoxo linguístico (semelhante a outros como *crescimento negativo* ou o alemão *Schadenfreude*, 'comprazimento na dor alheia'), a expressão holandesa, que eu classificaria como «colocação» (um tipo especial de fraseologia), *remmende voorsprong*, traduzindo-a por *avanço retardante* ou por *progresso inibidor.*

Porém, dizer aos teimosos povos «latinos» que é possível mudar, renovando-as e até brincando um pouco com elas, as suas tão celebradas, mas por vezes desatualizadas línguas pode nem sempre revelar-se tarefa fácil. Disso se terá apercebido Zé do Rock, quando confrontado, desta feita, com a língua francesa, tal como se pode ler no excerto seguinte, retirado do capítulo intitulado «Froncraisch und konsorten» (a França e os seus consortes), em que a sequência grafemática *ch*, onde deveria realizar-se o som [ç], tão típico do alemão, muda para *sch*, do mesmo modo que a vogal velar fechada é afrancesada com a grafia <ou>. Assinale-se aliás a (literalmente...) deliciosa 1ª pessoa do plural do modal *müssen*, no presente do indicativo, como *ma mouss* (= *wir müssen*), sendo que, por um estranho fenómeno de harmonia grafemática, o tão caraterístico trema ou *Umlaut* deixa também de adornar a preposição *für* > fur, onde deveria constar uma vogal palatal arredondada do alemão (que, por sinal, até existe, de forma semelhante, na língua francesa, o que prova que Zé do Rock nem sempre se socorre devidamente da Linguística nas suas «brincriações», para usar um termo do escritor Mia Couto...)

die français sind da etwas empfindelisch, was ire sprache angeet. einmal var isch gast bay einer franceusischen familie. ain grosses essen, mindestens 20 leute waren da. da fing isch an, vorschlege fur die verbesserung der franceusischen

sprace zu macen. glaisch nach dem ersten saz gab s ain aoufrour. Sophie neben mir fragte: »was hast du gesagt?« »ya, isch main nour, ma keunnt aous der franceusischen sprace aine laischte, logische spr..«» habt ir gehört, was er gesagt hat?«» moment, ma mouss es aouch nisch so erns...« isch connte den saz nisch beenden, da haoute misch das medchen aine rain, das maine nase hinten raous geschaout hat.

(fom winde ferfeelt, p. 128)

[Os franceses são muito cheios de melindres, no que toca à sua língua. Um dia estive de visita em casa duma família francesa. Um grande repasto, com pelo menos 20 pessoas. Aí eu comecei a dar algumas sugestões sobre como se poderia melhorar a língua francesa. Logo após a primeira frase gerou-se a confusão. A Sophie, que estava ao meu lado, perguntou: «Que é que tu disseste?», «Pois, eu só acho que se podia tornar a língua francesa mais fácil, mais lógic...» «Ouviram o que ele disse?»,«Calma, não é preciso levarem as coisas tão a sér...». Não pude finalizar a frase, pois nesse momento ela me espetou uma nas ventas com tanta força que o meu nariz acabou furando a minha nuca.»]

À medida que o texto avança, descreve-se uma rocambolesca perseguição em que cada vez mais pretéritos de verbos são grafados com acento (*erreichté*, *sagté*, etc.), o que é ilustrativo do caráter inebriantemente dinâmico deste *Ultradeutsch*, mas também do perigo que reside em tentar convencer os fogosos latinos de que a sua língua já «deu o que tinha a dar», para certas coisas pelo menos.

Noutro dos seus livros (*Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk*, de que retomo aqui um excerto da p. 14), o autor encena-se como professor de línguas, no sentido de, precisamente, fornecer as regras ortográficas e gramaticais do chamado *Siegfriedisch* ou *Wunschdeutsch*. Porque, como o próprio título do livro indica: «o alemão ou é para ser bom, ou então mais vale pedir o dinheiro de volta!» Com a «autoridade» criativa dum estrangeiro residente em Munique, imbuído daquela ligeireza exótica tão apreciada pelos alemães nos brasileiros, o autor redige as suas «lições» num idioma por si recriado, não se inibindo de inventar (ou de simplesmente os preferir, quando existam, como no caso de *Rüsseltier*, termo usado em biologia, ou *lustwandeln*, que soa a arcaísmo literário), novos vocábulos «vernáculos» pelo recurso habilidoso a uma mestria que, se virmos bem, se encontra embutida no próprio sistema linguístico alemão (se bem que não na norma, na terminologia de Eugenio Coseriu).

No que se segue, traduzi tudo, apenas assinalando com sublinhados os substantivos «germanizados» do autor:

O Rüsseltier

Lição nº 1 do manual

O que é isto? É um Rüsseltier. E o que é isto? Também é um Rüsseltier. O que fazem os Rüsseltiere? Vão lustwandeln. Onde vão lustwandeln? Na zona de bares - tabernas de Katzenmanndu. O que é Katzenmanndu? É a capital de Höchstbergien. De início, quando não os conhecemos bem, por uma questão de deferência é preferível que se diga Katzenmannsie. Onde fica Höchstbergien? Höchstberbien fica em Schlitzaugerdteil. E onde fica Schlitzaugerdteil? Schlitzaugerdteil fica a leste. Onde fica o leste? No sítio onde o sol se levanta. Onde o sol se levanta?! Ó meu, abre mas é o Windauge e olha lá para fora!

Façamos uma explicação vocabular, apenas um pouco mais extensa do que a que o próprio autor fornece no fim da «lição»:

Rüsseltier = Elefant - elefante (à letra: «animal com tromba»);

Lustwandeln = passear (lust + wandeln = «cirandar por prazer»; hoje diz-se mais spazieren gehen);

Katzenmanndu = Katmandu (Katze = «gato» + Mann = «homem» + du = «tu»);

Katzenmannsie = Katze + Mann + sie («devia» ser Sie, com maiúscula, na língua padrão, para a forma deferencial de tratamento «você - o senhor - a senhora», mas o facto é que no alemão de Zé do Rock quase não há maiúsculas)

Höchstbergien = Nepal (höchst + Berg + ien = «onde as montanhas são mais altas»)

Schlitzaugerdteil = Ásia (Schlitz + Auge + Erde + Teil; = «continente (Erdteil) [das pessoas com] olhos em bico» (Schlizaugen))

Windauge = Janela (Fenster, o termo hoje normal, vem do latim fenestra. Wind + Auge = «vento» + «olho» = «olho de vento - olho virado para o vento - olho que apanha vento» - «olho da casa por onde entra o vento». Trata-se, portanto, duma «repatriação» do termo a partir do inglês wind-ow (veja-se, no eslavo, o parentesco entre os termos para olho e janela, de acordo com o dic. de Grimm).

Tudo isto, e muito mais, para substituir os muitos «estrangeirismos» (incluindo aqueles que não o chegam a necessariamente a ser, como os nomes próprios ou os internacionalismos...) que pululam na língua teutónica, e a respeito dos quais proliferam, de há décadas ou séculos a esta parte, congressos e tomadas de posição diametralmente opostas por parte de linguistas e filólogos.

Porventura descontente com a polémica que se gerou em torno da nova ortografia alemã[135] (entrada em vigor em 2005, após um conturbado período de transição iniciado em 1998, pautado por críticas veementes e mesmo pela rejeição por figuras públicas ou alguns jornais, mas com emendas já de 2006, Zé do Rock decidiu ir ao ponto de reinventar a escrita teutónica de forma tão absoluta quanto radical, criando as suas próprias regras com a eloquência de quem possui, afinal de contas, um conhecimento apurado do alemão e, simultaneamente, de quem se movimenta à vontade em ambas as culturas. Relativamente ao hábito de germanizar palavras de origem estrangeira, afirma o seguinte:

Wenn di reformagegner wirklich gegen eindeutshungen wären, müssten si dafür eintreten, das man die horae zurük dret und alle wörter, die nich ursprünglich aus dem deutschen kommen, originalis scribit (Ufo in der küche, p. 182-3.)

[Se os adversários da reforma estivessem mesmo contra a germanização de termos, então teriam de defender que as horas - os relógios andassem para trás, a fim de que todas as palavras que não tiveram origem no alemão passassem a ser escritas na sua versão original]

Não me sendo possível alongar-me sobre questões de norma, ou acerca do que numa língua é correto e incorreto fazer, fico-me pela partilha com este auditório do genuíno prazer – inacessível a muitos leitores lusófonos, e em larga medida intraduzível... – que representa este pequeníssimo fragmento da cultura brasileira em alemão, e também da cultura alemã, através do filtro cultural dum escritor brasileiro (mas naturalizado alemão). Deparamo-nos com uma língua imprevisível e saltitante, um surpreendente «alemão-fique-à-vontade» (com «sotaque» brasileiro), não somente com açúcar, mas inúmeras vezes refinadamente apimentado. Interrogo-me como seria a escrita duma «Maria do Rock», ou se semelhantes ousadias gloto-estilísticas seriam expetáveis na pena duma mulher oriunda da diáspora lusófona! Desta leitura, feita embora em diagonal, retenho a convicção de que um certo caos lusófono, irmão gémeo daquela virtude intraduzível do «desenrascanço», faz imenso bem à rígida e circunspeta língua alemã, pois que, filtrada pelo olhar latino, esta acaba por se tornar muitíssimo mais alegre, não deixando esse olhar latino, «a-brincar-a-brincar», de permitir que se digam algumas boas verdades também.

A um estrangeiro que se abalance a ler Zé do Rock com poucos conhecimentos de alemão, este linguajar interlinguístico acaba por se revelar, por vezes, não menos intragável do que a versão canónica da língua alemã naquela área de atividade em que parece ser mais útil aos portugueses e brasileiros que a estudam: a linguagem jurídica. Simular, em suma, a linguagem do «povão» (brasileiro) na língua teutónica constitui, afinal de contas, façanha de se lhe tirar o chapéu, uma prosa que corresponde a um uso literário ou ensaístico da língua alemã, numa variante *muito individual* da mesma, por parte dum cidadão culturalmente híbrido, mesmo que não formalmente estrangeiro. Não obstante tratar-se duma situação excecional, não deixará uma tal realidade de corresponder um pouco ao que se apresenta, cada vez mais, no dia-a-dia linguístico em muitos lugares do mundo, e até por uma questão de resistência cultural. Mais tarde ou mais cedo, o trabalho intensivo com uma dada língua, ou a convivência de perto com uma cultura particular, acaba por moldar os falantes sujeitos a esses contextos, tornando-se imperativa uma maior recetividade para com identidades híbridas.

É em parte nesta zona de passagem entre culturas que se situa a atividade que vem sendo praticada no centro de investigação a que pertenço, o Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, não estando, portanto, deslocada a minha presença num colóquio em que o tema é, em simultâneo, a Lusofonia, a Tradução e a situação de miscigenação linguística na qual se encontra hoje, também, a língua galega. A escrita de Zé do Rock demonstra-nos quão difícil se tornou adotar uma perspetiva essencialista no estudo das línguas. Lendo o programa do Colóquio da Lusofonia de 2006, contendo passagens em alemão do séc. XVIII, deparei-me com aliás com mais uma prova de que a miscigenação acontece, mesmo quando se trata de atividades particularmente apreciadas, eruditas ou tidas em elevada consideração, por parte dos falantes

[135] Sobre esta reforma, veja-se também: Delille (2003), Dudenband 1 (2004).

duma comunidade linguística, e nessa medida cultivadas pelas elites: refiro-me à música a que, com razão (porque de difícil acesso a leigos), chamamos «erudita», aí descrita através dum excerto em alemão «pejado» de estrangeirismos (oriundos do francês ou do italiano) e, nessa medida, difícil de entender pelo «povo» de então (o que também seria, porventura, intencionado...).

Estamos hoje, igualmente, numa era de desconcertantes pontes ou interceções entre estilos, registos e estratos sociais, sendo cada vez mais difícil definir o que se entende por um estilo ou registo «culto». Embora pouco do que disse até aqui o possa fazer adivinhar, aquilo que pretendi demonstrar é, todavia, que a proverbial dificuldade de acesso suscitada em Portugal por uma língua como o alemão não impede que existam escritores lusófonos extremamente criativos na língua de Goethe, mas também, como veremos, que a dificuldade suscitada pelo português, nas suas variantes ditas cultas, será porventura para nós, e para o nosso tão depauperado sistema de ensino, porventura bem maior (e talvez a polémica em torno da TLEBS – Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário – sirva para o demonstrar). Em certas ocasiões, eu própria me dou conta de que não domino determinados registos da minha língua materna! É essa uma razão para dela desistir? E será que Zé do Rock desistiu da norma culta alemã, ao optar por escrever em «Siegfriedisch»? Uma coisa se pode concluir de todo este introito: se a língua que a Pátria (mesmo que seja uma Pátria adotada...) nos oferece nem sempre é totalmente *cosa nostra*, tal não quer necessariamente dizer que, com outra, ou mesmo com outra variante da nossa língua, estejamos necessariamente mal servidos. Tratemos de conhecer um pouco melhor a língua que tanto trabalho deu a Zé do Rock, não sem antes procedermos a uma incursão pela questão da diversidade linguística.

3. O mito português do monolinguismo fecha-nos em casa?

Tudo isto suscitou já uma série de considerações a respeito da «norma», do «normal», da gramática e seus pressupostos, cabendo agora refletir acerca da língua como realidade por longos séculos inquestionada, a qual, em certos locais – um deles Portugal – se veio a plasmar numa outra evidência: a do país, ou nação, bem como na da respetiva independência e destino (não raras vezes concebido como expansionista). Se é lícito dizer-se que a Europa, porque multilingue, é intimamente devedora da diversidade, não devemos salientar este aspeto sem problematização. O confronto com perspetivas diferentes, precipitadamente catalogadas como inferiores, moldou desde o tempo das Descobertas as culturas e línguas de matriz europeia, e de alguma forma fez com que, até aqui, o mundo inteiro venha falando «europeu», por via da influência exercida pelas línguas de colonização, transportadas juntamente com as pessoas nas naus desde a época de Quinhentos (são elas: o português, o espanhol, o francês, o neerlandês, o inglês e também, mas de forma residual, o alemão).

Todavia, o impacto da globalização sobre as línguas não trouxe consigo apenas benefícios. Foram os missionários, por exemplo no Brasil (como, também, em muitas outras partes do mundo), quem mais cedo se dedicou a descrever as línguas autóctones, registando-as em dicionários e gramáticas, e nessa medida prestando um inestimável serviço à Linguística. Convertendo as culturas locais, todavia, simultaneamente aniquilaram aspetos fundamentais da sua especificidade linguística, até porque – gostemos ou não de o admitir – fazia parte do modo de ser de muitas línguas o facto de não possuírem escrita. Apesar de o bem-intencionado esforço missionário ter permitido preservar a memória de algumas dessas línguas, acabou sendo por sua intervenção que algumas delas se vieram a destacar relativamente às demais, adquirindo um estatuto de língua geral que, de outra forma, não alcançariam, o que não é necessariamente uma boa notícia, se o objetivo consistir na preservação do máximo de diversidade linguística.

Não terá aliás sido no sentido de proteger os indígenas que Pombal expulsou os jesuítas do Brasil (assim fazendo cair no esquecimento os seus também muito meritórios esforços linguísticos), mas antes para promover a rivalidade geoestratégica entre o português e o espanhol, em linha com o tratado de Tordesilhas:

> *(...) no Brasil o português impôs-se como ferramenta de conquista da coroa lusitana. O padre José de Anchieta, que aqui chegou em 1554, tanto sabia disso que providenciou um idioma para a comunicação com os nativos. Sua famosa obra leva o título de A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil. A realização profunda e duradoura de Anchieta e seus companheiros jesuítas, justiça seja feita, pode ser testemunhada até hoje, como tive ocasião de comprovar recentemente em viagem a fronteira do Brasil com a Venezuela, pelo uso dessa língua geral*

até os dias atuais por indígenas brasileiros e por caboclos da Amazônia. A chamada língua boa, ou nheengatu em tupi, sobrevive até hoje mesmo tendo sido proibida em 1757 pelo Marquês de Pombal. Estrategista refinado, o marquês percebera que superado o Tratado de Tordesilhas e vigorando o de Madri que ampliou os domínios do império luso para o Oeste e para o Norte, o melhor a fazer seria transformar a língua em arma geopolítica para consolidar a presença portuguesa em rivalidade com a espanhola. Pombal proibiu o ensino da língua geral e expulsou os jesuítas seus criadores.

(Aldo Rebelo, «a globalização da língua»,

http: - - www.comciencia.br - reportagens - linguagem - ling09.htm, pesquisado em setembro de 2006).

Tidas como inferiores ou como recursos ao serviço dos interesses de quem detinha o poder, as línguas locais eram submetidas à administração territorial europeia e, não menos importante, ao poder entendido pelos autóctones como mágico da escrita, essencialmente no «livro dos livros», a Bíblia, que era onde à época se pressupunha existir «a verdade» (Mühlhäusler 1996: 212-240). Sobretudo nos países onde o movimento da Reforma se fez sentir, as línguas que davam corpo a essa verdade transcendente consignada pela escrita eram vistas como mais importantes. Sendo todas iguais (ou «normais») perante Deus, umas acabavam por ser mais iguais («normais», melhores) do que outras, donde que um código, em rigor, secundário haveria de se tornar, para muitas funções do quotidiano, primordial, definindo por excelência, cada vez mais, aquilo que se entende por «cidadania». Sintomas de tal conceção de «normalidade», bem enraizados numa cultura particular (a cultura europeia), são expressões como: «palavras [não escritas] leva-as o vento», ou «nem tudo o que ela diz se escreve» (= é verdadeiro). Hoje deveríamos ter em atenção aquilo que *não* se escreve, e porventura *nunca* se poderá escrever em certos contextos ou de determinadas formas, mas que é verdadeiro e importante.

O chavão autoconfiante do português como «língua falada nos quatro cantos do mundo» suscita uma admiração algo ingénua, que não deveria ofuscar a interrogação acerca de quantas outras línguas e saberes não terão sucumbido no processo de dispersão geográfica da língua lusa (por muito que hoje se verifique o processo inverso: as diversas tentativas de recuperação dos crioulos de base portuguesa). É, não obstante, legítima a empatia para com aqueles que, face a um processo de colonização, se empenham na defesa da sua língua e cultura, mesmo que se arrisquem a fugir de Satanás para cair nos braços de Belzebu. A enorme tendência homogeneizadora trazida pela globalização fez com que a abertura de horizontes determinada pela expansão ultramarina, implicando até alguma consciência da diversidade, tenha decorrido, afinal de contas, não totalmente isenta de erros.

A emancipação relativamente à *lingua franca* que foi na Europa, para muitos usos relevantes, na ciência ou na cultura, o latim, revelou-se incapaz de nomear exaustivamente toda a complexidade do mundo que se abria perante os olhos renascentistas, não obstante, ao dar origem às várias línguas nacionais (inicialmente consideradas como as línguas do vulgo, ou do povo), ter também suscitado a emergência de alguma diversidade linguística. Tendência emancipatória análoga marcou a Europa mais a norte, ou a leste, onde os vernáculos conquistaram não só o mundo da religião, como o da ciência e da administração, prolongando-se ainda hoje este processo em vários locais da Europa onde ca da vez mais se busca maior visibilidade para línguas por vezes reduzidas folcloristicamente a meras «especialidades» regionais (sobre outra noção de «especialidade» confronte-se **Ferreira 2007, in: Atas do Colóquio da Lusofonia de Bragança de 2005**). Associando-se embora a um conceito emergente, em si oposto ao de império – o de nação –, os vernáculos nacionais não deixaram de funcionar como instrumento para a consolidação deste, sob novas formas e noutros lugares.

O olhar do europeu sobre os demais habitantes do mundo acabou por se pautar, genericamente, por preconceitos antigos, um dos quais, segundo Ehlich (2006: 38-43), foi precisamente o preconceito monolingue. Portugal constitui, na Europa, uma realidade que o materializa de forma quase perfeita: entre nós, a língua parece ser decalcada da nacionalidade, sendo vista pelo comum dos cidadãos como realidade mais ou menos estável (ou antes: estabilizadora) e inquestionada (uma espécie de facto consumado, de evidência sobre a qual não é preciso questionarmo-nos). Mas tal como num supermercado é legítimo que nos interroguemos sobre se queremos comprar o produto ou antes a respetiva embalagem, em inúmeros casos excessiva, não menos útil é

questionarmo-nos sobre se muitos dos «brindes» que nos vão sendo oferecidos como invólucro da nossa língua são realmente necessários.

Ao associarmos simplisticamente em Portugal a língua quase estritamente à cultura *nacional*, junto dela tendemos a colocar, através da fugaz comunicação mediática, mas reificadamente, realidades como o futebol, o fado, a religião católica, o fiel amigo, a guitarra portuguesa, etc. Uma tal especificidade portuguesa na relação com a língua parece, além disso, ser sublinhada pelo facto de, ao contrário do que acontece noutros países europeus, boa parte dos estrangeiros que nos procuram (oriundos dos PALOP, do Brasil ou de Timor) falarem o *português* (a par de outras línguas). O preconceito monolingue sai também reforçado pelo facto de a língua em si se denominar *portuguesa* (e não galega ou brasileira), tal como nos Estados Unidos ou na Austrália se fala o inglês, e não o norte-americano ou o australiano. Por fim, algum provincianismo leva-nos a olhar sobranceiramente para o português das elites de Portugal como o paradigma da perfeição. Mas nada, nem ninguém, é perfeito.

Também sobre os portugueses Zé do Rock tem algo a dizer (*fom winde ferfeelt*, p. 137), num capítulo aliás intitulado «África». Nele começa por relatar a sua entrada em Portugal, vindo de Espanha (nessa fase, não se refere de forma especialmente elogiosa às tapas que em Espanha são «serbidas» (*serbiert berden*)... Quanto aos portugueses, se antes foram orgulhosos descobridores do mundo, e se por isso os reconhece, neste mesmo capítulo, como os melhores mediadores em África ou na Ásia (o que se deve precisamente à língua, que o autor partilha connosco), não deixa de os retratar como provincianos (porventura acompanhando com palavras a imagem, por certo lindíssima e até bucólica, que se obtém quando se entra no país, de carro, pelo nordeste de Portugal).

Aludindo às anedotas sobre portugueses que conhece do Brasil (também não especialmente elogiosas...), considera-os, ainda assim, os pais da palavra *saudade*, que definitivamente carateriza os lusitanos como povo melancólico e triste, como se já não bastasse ser «mais pequeno e pobre do que a Espanha» – isto, apesar de, recentemente, um grupo musical galego, os Luar na Lubre, ter feito sair um CD lindíssimo, não menos melancólico, onde as diferentes melodias versam situações de desterro involuntário devido à pobreza que afetou durante muito tempo a região da Galiza... e cujo título de capa é, justamente, a palavra *saudade*! Zé do Rock chega mesmo a atirar um lacónico mas taxativo veredito, a respeito dos hábitos quotidianos dos portugueses, que julgo poder resultar da sua longa convivência com a língua alemã, ao referir o seguinte episódio:

> *»Dasch prtgisische nationalgerischt isch die bacalhoada, ein cabliaueintopf. der cabliau wird ausch kälteren ländern importiert. da frag isch ein prtugeisch:»hör mal, euer nationalgerischt isch importiert. so wasch kann nur sein, wenn dasch volk ser reisch oder ser blöd isch.«»ja«, antwortet er, »Prtgaul isch ein armesch land.«(fom winde ferfeelt, p. 137)*

[O prato nacional dos portugueses é a bacalhoada, um guisado à base de bacalhau. O bacalhau é importado de países frios. Pergunto então a um português: «Ouve lá, o vosso prato nacional é importado. Isso só é possível se o povo for ou muito rico, ou muito burro». «Sim», responde ele, «Portugal é um país pobre.»]

4. Alemão, língua «caseira» mas diversa...

Se necessitamos de tecnologia encontramos, após uma ronda pela internet, explicações muito mais detalhadas em alemão do que em português. A tentativa de partilhar esse conhecimento com outros portugueses suscita porém, invariavelmente, reações como: «Pois, *mas* está em alemão!». Fortemente associado ao *mas*, e ao preconceito de que dá trabalho a aprender, o alemão continua a ser visto como uma língua difícil. Quem em Portugal possui mais afinidades com o mundo anglossaxónico e latino-americano (após meio século de intensa exposição a uma cultura mediática maioritariamente oriunda da América ou do mundo iberoamericano), tende a não atribuir qualquer importância a uma língua como o alemão. Devido a outros estereótipos que afetam negativamente a relação de muitos portugueses para com a língua alemã, impõem-se, no que se segue, algumas palavras a respeito da história desta língua, não sem antes partir dum exemplo do presente, retirado dum glossário europeu multilingue de terminologia ambiental[136].

[136]Disponível em: http://glossary.eea.europa.eu/EEAGlossary e pesquisado em setembro de 2006.

O resultado obtido para *particulate matter* (termo usado no contexto das discussões em torno das alterações climáticas e da poluição do ar no inglês) foi o seguinte:

Língua	***Traduções***
Bulgarian:	*вещество под формата на малки твърди или течни частици*
Czech:	*jemné částice v ovzduší*
Danish:	***partikulært stof***
Dutch:	*stof in deeltjesvorm (vast of vloeibaar), fijn stof*
English:	***particulate matter***
Estonian:	*osakeseheide*
Finnish:	*hiukkaset*
French:	***particules***
German:	***Schwebstoff, Schwebstaub, Staubpartikel, Schwebepartikel, Schwebstoffteilchen, Schwebeteilchen***
Greek:	*σωματίδιο*
Hungarian:	*levegõben terjedõ finom részecskés anyag*
Icelandic:	*smásæ efni*
Italian:	***sostanza particellare***
Latvian:	*cietvielu vai šķidrumu daļiņas atmosfērā*
Lithuanian:	*atmosferos kietos dalelės*
Norwegian:	*svevestøv*
Polish:	*cząstki stałe*
Portuguese:	***matéria particulada***
Romanian:	***Substanţă în particule***
Slovak:	*sypká hmota, pevné častice*
Slovenian:	*trdni delci*
Spanish:	***materia particulada***
Swedish:	***partiklar***

O facto de todas as línguas onde a influência dum vocabulário latino foi maior (inglês, italiano, português, espanhol, romeno e até o dinamarquês, acima assinalados a negrito) de alguma forma recorrerem a um tipo de linguagem claramente associado a um registo abstrato e erudizante permite-nos perceber quão importante é aprender línguas *realmente* diferentes, a fim de se perceber *como* está a ser referido determinado assunto, e assim melhor se compreender, de facto, a própria Lusofonia, bem como o conjunto mais vasto de culturas com as quais ela, de forma privilegiada, vem interagindo.

Traduzamos pois as palavras acima inventariadas da língua alemã, já de si em maior número do que as soluções encontradas para as restantes línguas[137]. Além disso, não nos preocupemos para já, na tradução, com questões de registo ou de adequação sociolinguística: trata-se simplesmente de, sem tabus de qualquer espécie e de mente aberta, recolher o que nos vem à mente quando confrontados com determinado termo. Obteremos, em português, uma série de traduções, algumas quase com laivos «poéticos», donde que a atividade tradutológica em domínios de natureza técnica também beneficia de alguma experiência criativa, possa ela considerar-se, ou não, verdadeiramente como «literária»:

a) partícula volante - pairante (que paira no ar [schweben = pairar]);
b) pó volante - pairante;
c) partícula de pó;
d) partículas de substâncias pairantes, ou: pedacinhos [minúsculos] de substâncias pairantes;
e) [minúsculos] pedacinhos pairantes.

Curiosamente, a palavra *Staub*, que vemos em algumas das construções acima, é a mesma que qualquer dona de casa articula regularmente numa palavra como *Staubsauger* (à letra, *aspirador de pó*, se bem que, eufemisticamente ou não, apenas digamos *aspirador* em português). O elemento *Staub* faz parte, portanto, daquilo a que poderíamos chamar uma genuína «língua de proximidade» (*Nähesprache*), conforme a defini atrás, ainda que de forma muito incompleta. Dentro do domínio temático em questão procurei, no mesmo glossário, a palavra *Mitverbrennung*, que já tenho visto em documentação alemã, e que significaria o mesmo que *coincineração* em

[137] Curiosamente, não se inclui aqui o termo *Feinstaub*, que surgiu recorrentemente na imprensa alemã em 2005 (cf. Ferreira 2006: 88 e segs.), e a respeito do qual é possível encontrar inúmeras páginas *online* – termo este com manifesta semelhança formal para com um dos vocábulos neerlandeses constantes desta mesma lista: *fijn stof*. Dir-se-ia que quanto mais próximas as línguas, mais os seus falantes (ou quem os governa) insistem em as afastar entre si...

português, caso as realidades designadas não fossem, também elas, necessariamente diferentes também. De imediato verifiquei que ela nem sequer ocorria neste glossário online, apenas se detetando a expressão mais recorrente em alemão *Müllverbrennung* («queima de lixo»), o que, a par de evidência adicional por mim recolhida ao longo dos anos, me leva a concluir que há zonas da terminologia ambiental em que a língua portuguesa parece ser, digamos, mais «papista que o papa», mas nem por isso mais transparente, devendo pois sublinhar-se, como manifestamente importante, a abrangência e o interesse com que o tradutor acompanha, ao longo dos tempos, determinada temática de natureza técnica e - ou específica.

Que acontece, a este respeito, com a língua alemã? Regressemos, por uns instantes, a Zé do Rock, mais propriamente ao seu livro *UFO in der Küche* («um ovni na cozinha»), em que relata o regresso a Munique, vindo dum planeta distante, do herói Pé do Jazz, que assim se vem a deparar com uma realidade entretanto totalmente alterada, quer pela reforma ortográfica, quer ao nível dos mais diversos pormenores quotidianos (o utor chega inclusivamente a sugerir, no seu estilo jocoso, que nesse futuro, porventura não muito longínquo, até os automóveis viriam a ser movidos a lixo, no Brasil!). No que toca à língua alemã, não deixa de reconhecer o contributo das grandes figuras que a moldaram ao longo dos tempos, não para que ele seja preservado museologicamente, mas para que elas possam, de facto, servir de exemplo aos atuais utentes da língua, como se vê nos excertos a seguir, que um tanto dessacralizadamente pugnam, acima de tudo, pelo direito à criatividade linguística:

Martin Luther und Konrad Duden ham die deutsche rechtschreibung mer geändert als sich das ein heutiger reformer träumen könnte.Und sie ham immer dem Volk aufs maul geshaut, was reformgegner heutzutage »die sprache an halbanalfabeten anpassen« nennen würden (Zé do Rock, Ufo in der Küche, ein autobiographischer seiens-fikschen, p. 18).

[Martinho Lutero e Konrad Duden mudaram mais a ortografia alemã do que alguma vez um reformador de hoje o poderia imaginar. E «olharam sempre para a boca do povo» (Lutero), coisa a que os adversários da reforma hoje chamariam «adaptar a língua aos semianalfabetos»]

Du kannst mit deiner sprache spilen! Si ham sie bereichert, der Luther, der Göte, in dem sie mit ir gespilt ham. (Ufo in der küche, p. 183)

[Podes brincar com a tua língua! O Goethe e o Lutero enriqueceram-na, brincando com ela.]

Übrigens, ich shreib »Göte«, weil er selber sein namen auf 4 vershidene weisen geshriben hat, und ich hab mich statt für die komplizirteste für die einfache version enthiden (Ufo in der küche, p. 182.)

[Aliás: eu escrevo «Göte» porque ele próprio escrevia o seu nome de 4 maneiras diferentes, e em vez de optar pela versão mais complicada escolhi a mais simples.]

No contexto germânico, um fator relevante no surgimento da língua alemã foi, efetivamente, a ousadia de Lutero ao traduzir a Bíblia, a fim de que pudesse ser compreendida pelo cidadão comum (pela mãe em casa, as crianças nas ruas e o homem no mercado). Também nessa altura (e à semelhança do que hoje acontece com o binómio informática-inglês), a tecnologia calhou associar-se à língua, uma vez que a magnitude deste evento foi multiplicada devido à invenção da imprensa (Stedje 1989: 120-128; Polenz 1970: 137-150; Walter, H. 1986: 310-311). No período que se seguiu, o número de publicações em língua alemã aumentou drasticamente (Betten: 37-40), pelo que se deve, em larga medida mas não exclusivamente, ao movimento da Reforma protestante, e também à atividade científica então emergente, o facto de a língua alemã se ter estabelecido, em boa parte do território dos países germanófonos, como língua da ciência e da cultura. Porém, de certa forma *a partir de baixo*, isto é, sem a intervenção centralista de algum governante. Se nem tudo durante este processo foram rosas (ou não tivesse ocorrido a devastação provocada pela Guerra dos Trinta Anos), a verdade é que o território a que hoje se chama a Alemanha, após um longo período de pulverização política, se carateriza atualmente pelo federalismo (e, a nível linguístico, por significativas variações dialetais, todavia com tendência para se irem diluindo por interferência de uma vasta panóplia de fatores sociais).

Nenhum soberano ou governante, em território alemão, estaria em condições de decretar com sucesso, pela via estritamente administrativa, a defesa da língua alemã – ao contrário da França, onde se levou ao extremo uma cultura centralista, assente na valorização dum idioma entendido como o da da

grande nation française, e contraposto a tudo aquilo que era falado fora do círculo central parisiense, então descaraterizado como «patois» (cf. Born, 2006: 114; Ehlich 2006: 20 - 46). Se, também na gastronomia, se cultivou compensatória e criativamente o apreço pelo local, também no que toca às línguas, da mesma forma que nos movimentos em prol da *slow food* e das *slow cities*, se pode hoje observar atitudes de resistência cultural contra as acelerações da época moderna, em regra induzidas por um princípio organizativo fortemente centralista, sem o qual os dispendiosíssimos Concorde e TGV, bem como as centrais nucleares, não seriam possíveis.

O caso alemão, ao contrário do francês (e assim o demonstra Ehlich, 2006), ilustra que as línguas nacionais não crescem necessariamente por influência da administração que delas se faz, sendo lícito interrogarmo-nos acerca do poder que possui a normalização emanada pelos centros de decisão linguística financiados (ou não) pelos Estados, e pelos interesses que se lhes associam. A consciência destas realidades (tanto no tocante ao excesso como à própria omissão) pode conduzir a uma certa rebeldia relativamente à administração da língua e sua «normalização», ou não fossem tantas vezes poetas e escritores, inerentemente desviantes relativamente àquilo que é a norma, os promotores indiretos (quantas vezes não intencionais!) da língua. Por tudo isto, o alemão, «língua sem estado» segundo Konrad Ehlich, e «policêntrica» na designação há muito estabelecida por Ammon (1995), uma vez que contempla vários centros difusores, constituídos pelos vários estados nacionais onde é falada, como a Alemanha, a Suíça ou a Áustria, não é exemplo a invocar por quem se empenhe em associar a língua nacional à ideia dum estado nacional, independente. No entanto, embora perca terreno, a língua alemã continua a ser atrativa em determinadas áreas do conhecimento (Ammon, 1998), observando-se também movimentos (é o caso do Verein für Deutsche Sprache), oriundos da sociedade civil, que, recentemente, visam «puxar» um pouco por esses, e outros «galões» da língua alemã (um pouco como acontece com a recentemente constituída Associação Galega da Língua Portuguesa).

É portanto necessário distinguir o produto «língua» (em muitos casos transnacional e envolvendo fronteiras fluidas entre variantes, bem como zonas de contacto com alguma hibridização) do produto «embalagem», muitas vezes fabricada artificialmente pelos Estados e interesses associados. Nem tão pouco se deve ignorar que um braço de ferro centralista é suscetível de conduzir a um acentuar, reativamente, dos movimentos dispersivos. Aos meus olhos de portuguesa (como diriam alguns reintegracionistas galegos: falante de uma língua «normal»), não deixa de ser curioso que certas peculiaridades ortográficas adquiram na Galiza um valor de bandeira política, claramente extravasando aquilo que constitui uma língua, a qual supostamente deve desempenhar um número variado de funções, desde a gnosiológica à comunitária, e não apenas um conjunto restrito das mesmas, como acontece com uma tacanha *lingua franca* (Ehlich, 2006: 57-58[138]).

É ainda um pouco tabu falar em «nação» no contexto da Alemanha, se bem que o fenómeno futebolístico e outros aspetos da economia alemã recente tenham contribuído para um recolocar destas questões na agenda política. Perto de Gelsenkirchen vi em setembro, do comboio, uma série de bandeiras alemãs colocadas num jardim, óbvia remanescência do campeonato mundial de futebol em parte ali realizado. Ainda assim, é conveniente recordar que, não só a arrogância imperial que conduziu à 1ª Guerra Mundial deixou marcas profundas na paisagem europeia, como a loucura hitleriana haveria de descredibilizar por completo, e duradouramente, o projeto duma língua alemã intimamente ligada *apenas* a uma dada nação ou cultura. O facto de, desde o pós-guerra até aos anos 90 do séc. XX, terem existido dois estados alemães, aliás associados a projetos político-ideológicos diametralmente opostos mas falando a mesma língua, fez esbater as pretensões de associar o estado alemão que é hoje a República Federal da Alemanha à questão linguística. Ele funda-se, isso sim, numa série de outros aspetos, bem distintos da língua, pelo que, se a língua alemã é hoje prestigiada a nível mundial, e uma das mais aprendidas em todo o mundo por

[138] Numa mesa-redonda realizada no último dia do encontro da *Gesellschaft für Angewandte Linguistik* realizado em Münster, em setembro de 2006, dedicado ao tema da globalização e seu impacto linguístico, uma outra (pujante) função da linguagem, de que se vem falando nos debates em torno da proteção das línguas ameaçadas pelo inglês, foi salientada por Rudi Keller, a propósito da permeabilidade da língua alemã ao inglês, para efeitos de *marketing*. Referia-se este autor à ideia de que todas as línguas possuem a faceta de servirem para... *imponieren*. À função linguística correspondente eu chamaria «exibicionista».

estrangeiros, tal se deve sobretudo à ação discreta do «milagre» alemão e ao gosto que os cidadãos germanófonos manifestam pela cultura e pelas viagens. Os apelos a uma vida mais sustentável, mas também a própria globalização, com a deslocalização de empresas poluidoras para regiões periféricas, fazem-se notar no facto de a paisagem alemã se achar hoje mais atraente do ponto de vista turístico do que em pleno período de industrialização, o que se constitui como outro atrativo a não menosprezar. Mais do que numa política cultural exacerbadamente assertiva, outra globalização da língua alemã parece estar patente em detalhes como o facto de, em qualquer local do mundo (até mesmo em zonas do chamado «Portugal profundo», onde nem mesmo a imprensa portuguesa chega...), ser hoje fácil aceder a canais em língua alemã na TV. Um mercado de 100 milhões de leitores falantes nativos, com toda a diversidade de escolhas – e de conhecimento – que isso implica no seio da União Europeia, faz desta língua uma «ferramenta» imprescindível para a Lusofonia. Não é, de resto, esse o argumento tão invocado por galegos no sentido de a esta acederem? E que têm todas estas considerações a ver com a *minha* relação linguística com a Galiza?

5. A minha língua e a Galiza

Devido ao *handicap* monolingue a que cada vez mais me vejo exposta, sinto necessidade de outras línguas, ou então de poder fazer uso da minha língua individual de formas (para mim) menos monótonas. Falo português desde os dois anos, e foi também em Portugal que fiz a minha escolarização. Aprendi, no entanto, o inglês ou o alemão na universidade, e isso foi imprescindível para que me abalançasse a escrever certas coisas em português. De outra forma, no meu contexto cultural era provável que as calasse, atitude que me faz recordar um episódio observado numa piscina onde, em agosto de 2006, levei os meus filhos mais novos: um homem português, na casa dos 30 anos, comodamente sentado numa espreguiçadeira, discorria longamente sobre modelos de automóveis, respetivos preços, caraterísticas, consumos, etc., num claríssimo ostentar de língua. Duas mulheres que o acompanhavam permaneciam mudas, mas tinham todo o ar de somente fingirem ouvi-lo... Necessitamos de poder dizer coisas que o consenso social no qual estamos inseridos censura – se bem que, na maior parte das vezes, acabemos por as calar...

Que fazer? Que língua usar para escapar a um silêncio castrador? O facto de se ter uma língua a que chamamos *nossa* será sempre desejável? Eis pois o que me liga à Galiza: uma fronteira, uma barreira que se transpõe e que, como tal, *simbolicamente* nos faz falta. Se por cá me calo, para lá do «muro» já tenho algumas vezes falado... Tudo porque, tal como Zé do Rock (embora de modo necessariamente diferente), só concebo a minha língua em trânsito: é que em mim se foi ao longo dos tempos tornando *normal* não ser monolingue. Tomada em exclusivo, a minha língua materna deixou portanto de me ser *normal,* tal como deixaram de fazer parte dela certos invólucros excessivos. Sinto-me *naturalmente* estrangeira onde quer que escreva, e talvez isso me aproxime um pouco de Zé do Rock. Aproxima-me também da Galiza, na realidade, a sua incontornável proximidade, isto é: o poder encontrar «lá fora» uma cultura tão próxima da nossa, ainda que também tão diferente... Daqui até eu ter o poder de criar a minha própria norma linguística, ou para decidir acerca da norma na Galiza, vai, no entanto, uma enorme distância!

Bibliografia

Ammon, Ulrich (1995), *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz. Das Problem der nationalen Varietäten*, Berlin - New York: de Gruyter.

Betten, Anne (1987), *Grundzüge der Prosasyntax. Stilprägende Entwicklungen vom Althochdeutschen zum Neuhochdeutschen*, Tübingen: Niemeyer.

Born, Joachim (2006), «O confixo euro- nos países românicos e germânicos», in: Athayde, Maria Francisca (coord.), *Estudos sobre Léxico e Gramática*, Caderno do cieg n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 111-138.

Cáccamo, Celso Álvarez (1997), «Da Biolinguística à Ecolinguística: um câmbio de paradigma necessário», in: revista *Communicare*. *Revista de comunicação*, APECDA, sob a Direção de Arnaldo Lucas, Porto, 87-92.

Dawkins, R. (1976), *The selfish gene*. Oxford. Oxford University Press.

Dawkins, R. (2006), *The God Delusion*, Bentham Press.

Delille, Karl Heinz (2003), « », in: Delille, Karl Heinz - Athayde, Maria Francisca, *Estudos de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar*, Caderno do cieg n.º10, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Dudenband 1 (2004), *Die deutsche Rechtschreibung*, Hg. v. d. Dudenredaktion, 23., völlig neu bearb. u. erw. Auflage. Mannheim, Leipzig.

Ehlich, Konrad (2006),»Die internationale Valenz des Deutschen und die europäische Sprachenpolitik« - «A valência internacional do Alemão e a política linguística europeia», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca - Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspetivas*. Caderno do cieg n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 9-61.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *Dito €-feito: (co)incineração, produção limpa e (crio)reciclagem. Ensaio de Ecolinguística Aplicada* (inclui a tradução portuguesa da brochura

«*Reciclar em vez de Queimar*»). Caderno do CIEG n.º 21, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.

Ferreira, Adelaide Chichorro - Athayde, Maria Francisca (2006), «O Alemão em números – O ensino do Alemão na Região Centro», in: Delille, Karl Heinz, Athayde, Maria Francisca - Ferreira, Adelaide Chichorro (2006), *A língua alemã: situação e perspetivas*. Caderno do cieg n.º 24, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos 63-82.

Ferreira, Adelaide Chichorro (2007?), «O admirável mundo das linguagens de especialidade», in: Chrystello, Cr. (ed.) - 2003-2006, Atas dos encontros I-IV da Lusofonia de Bragança.

Mühlhäusler, Peter (1996), *Linguistic Ecology*, London, New York: Routledge, 212-240.

Polenz, Peter v. (1970), *História da Língua Alemã*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Schreiber, Mathias (2006), *Deutsch for sale*, in: *Der Spiegel,* nº 40, 2.10.2006 (Título de capa:» Rettet *dem Deutsch! «Die Verlotterung der Sprache*), 182-198.

Stedje, Astrid (1989), *Deutsche Sprache gestern und heute*, München: W. Fink.

Walter, Henriette (1996), *A Aventura das línguas no Ocidente. A sua origem, a sua história, a sua geografia*, Lisboa, Terramar.

Zé do Rock (1995), *Fom winde ferfeelt, ain buch von Zé do Rock*, Edition Diá, Berlin.

– (2000), *Ufo in der küche. Ein autobiografischer seiens-fikschen*, München - Zürich: Piper.

-----(2002), *Deutsch gutt sonst geld zuruck. A siegfriedische und kauderdeutsche ler- und textbuk von Zé do Rock*, München: Antje Kunstmann.

Anexo

Descobrimentos

Adelaide Chichorro Ferreira, 28-29 de Setembro de 2006

A minha língua não é de todo normal
Nem mesmo sei se alguma vez nasceu
O ar que respira é o de Portugal
Mais além o futuro não é meu.

O copo da minha língua levantaste
(Lá dentro a bandeira a meia haste...)
Com a língua cruzo sempre uma fronteira
Só assim eu sei que a trago inteira.

A minha língua não me contém só a mim:
Também contém quem não fala assim
Se nela cabe o que me é diverso
nela cabe certamente o universo.

Calando ou não, a minha língua estiola.
Resgato-lhe eu o som enquanto escrevo.
Carrego num saco verde a viola
Se me travam por cá, lá longe m' atrevo.

A minha língua não tem só o cheiro a mar
Não singraram nela somente as caravelas
Mais que a distância ou que o altar
fizeram-na assim as portas e as janelas.

37. ANABELA MIMOSO (CONFRARIA QUEIROSIANA) WWW.FEQ.PT

A EDIÇÃO BILINGUE

A partir do relato de uma experiência implementada em Bibliotecas do Norte de Portugal e da Galiza, pela Xunta da Galiza e pela Delegação Norte do Ministério da Cultura, no ano de 2005, chamada ***Estafeta do Conto,*** *em que participaram quatro escritores galegos e quatro portugueses e de que resultaram dois livros escritos a quatro mãos, mas com ideias de mais de duzentas crianças do 2º ciclo, pretende-se mostrar que:*

1º- O contacto entre as duas variantes da língua no seu registo oral ou escrito deve ser feito precocemente através da Literatura e com o envolvimento de bibliotecas municipais ou escolares, contando com a participação de escritores das duas nações;

2º- As edições das obras resultantes dessa colaboração devem ser bilingues, de maneira a que cada criança conheça melhor a sua variante linguística e a do outro;

3º- Como já demonstrámos em anterior trabalho, entre falantes de variantes da mesma língua só as edições bilingues permitem que se proceda, simultaneamente, o conhecimento da outra variante, possibilitam o confronto entre as duas, bem como o trabalho de reflexão sobre a própria língua.

Se bem que estes Encontros sejam dedicados, essencialmente, à discussão das questões linguísticas, é evidente que as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza não se reduzem a essas questões, na medida em que a História e a continuidade geográfica entre as duas regiões propiciam a existência de muitos aspetos culturais comuns. No sentido de consolidar os laços culturais que unem a Galiza ao Norte de Portugal, a Junta da Galiza e a Delegação Regional da Cultura do Norte têm vindo, desde longa data, a trabalhar em conjunto.

Ao dar a conhecer estes programas de cooperação, como participante neles, pretendo testemunhar como, na prática, foi possível fomentar a aproximação entre os povos das duas regiões e, consequentemente, o melhor conhecimento da cultura de ambos, nomeadamente da literatura e da língua. As discussões académicas são úteis para o estabelecimento das normas que, por motivos

históricos ou práticos, deverão ser seguidas, mas não serão essas discussões que hão de modificar o *status quo* do galego junto das populações galegas ou das portuguesas, nem junto das populações do resto da Espanha.

Criar hábitos de contacto com a língua falada e escrita desde a mais tenra idade é o meio mais seguro para a vivificar e conservar. Confrontá-la com a norma seguida na margem esquerda do Minho é um meio de a usar, de a fortificar, de a estudar, logo, de a manter. Por outro lado, deste contacto, a língua portuguesa sai também reforçada, pois pode reintegrar vocábulos há muito caídos em desuso, "emprestar" outros, enfim, refletir sobre ela própria.

Obviamente que na avaliação destes programas há que ter em conta a limitação no tempo e no espaço da sua implementação, mas o que interessa é perceber qual o caminho que pode ser seguido e quais os resultados obtidos.

Graças ao programa Comunitário Interreg III – Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha – foi possível facilitar essa cooperação e possibilitar a realização de eventos culturais em zonas culturalmente mais carenciadas, uma vez que 75% dos custos totais do projeto, que ficou por mais de um milhão de euros, foram pagos com fundos europeus. Assim nasceu, em 2003, o projeto "Cultura sem Fronteiras", subdividido em duas vertentes: "Maletas Viageiras" e "Caminho das Letras", em torno da Literatura, e "Sendas", dedicada à música, ao teatro, à dança e a congressos especializados. A "Cultura sem Fronteiras" - CUSEFRO - teve a duração de dois anos.

Este projeto visava, globalmente, lutar assim contra a «desertificação humana e o desenraizamento social e cultural, consequência do isolamento inerente a estas áreas contíguas» (CSF: 14), tentando «estimular o enraizamento da população, manter o património histórico, artístico e cultural, reforçar e melhorar o seu conhecimento» (CSF:16). Por sua vez, as "Maletas Viageiras" e "Caminho das Letras" visavam, especificamente: *«provocar o conhecimento da língua e da literatura nestas duas regiões tão próximas, com o fim de aprofundar o seu estudo e favorecer a sua divulgação e transmissão entre as gerações mais novas, incumbindo-as de conservar a sua riqueza e vigência no futuro»* (ECUS: 7,8) e é precisamente sobre estes dois programas que nos iremos debruçar um pouco mais atentamente.

Assim, no âmbito do "Caminho das Letras", em 2003 e 2004, foram realizados vários roteiros em torno da vida e obra de escritores de ambas as regiões (Rosalía de Castro, Álvaro Cunqueiro, trovadores da Ria de Vigo - Mendinho, Martin Codax e Juan de Cangas -, Eça de Queirós, João de Araújo Correia, Miguel Torga, Teixeira de Pascoaes, Camilo Castelo Branco) permitindo assim o conhecimento dos grandes vultos das letras destas duas regiões, mas também o conhecimento da gastronomia, do património natural e cultural das áreas visitadas. Os seus destinatários eram os professores do secundário e a bibliotecários que tinham como missão a divulgação destas experiências junto dos colegas, dos alunos e dos frequentadores das bibliotecas.

Por sua vez, as "Maletas Viageiras" eram constituídas por lotes de livros e material audiovisual e dirigiam-se ao público de todas as idades. Havia doze lotes de seis maletas cada (seis escritores galegos e seis portugueses) que percorreram as bibliotecas ou centros culturais das duas regiões. Cada lote era constituído por:

- Narrativas para adultos
- Literatura para adultos (outros géneros)
- Literatura Infantil
- Literatura infantil e juvenil
- Livros de viagens, guias, História e Geografia
- Música, vídeos e DVD

As bibliotecas contempladas foram, na Galiza: Redondela, Rosal, Tui, Ribadavia, Salvaterra do Miño, Baiona, Celanova, A Guarda, Barro, Nigrán, Xinzo de Limia e Sandiás; em Portugal: Alijó, Tomás Figueiredo, Barcelos, Caminha, Chaves, Esposende, Forjães, Fafe, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Monção, Ponte de Lima, Valença, Vieira do Minho, Vila Pouca de Aguiar e Vila Verde.

Paralelamente realizaram-se encontros com escritores nas instituições que acolheram as maletas. Desta forma, os leitores galegos (crianças, jovens ou adultos) puderam conhecer e ouvir os escritores portugueses e os leitores portugueses puderam conhecer e ouvir os escritores galegos: Viale Moutinho, Miguel Miranda, Alexandre Parafita, Braga Amaral, Pires Cabral, Alexandre

Honrado e Anabela Mimoso; Paco Martin, Xabier Docampo; António Garcia Teijeiro, Neira Cruz, Fina Casalderrey, Gloria Sanchez, Agustín Paz, Vazquez Freire, Yolanda Castaño, Luísa Castro, Marina Mayoral e Marilar Alexandre.

Particularmente importantes foram os encontros realizados com o público infantil ou juvenil nas bibliotecas ou nas escolas. As crianças puderam constatar que a língua, «com alguma corrupção» era a mesma e que era possível a um galego ler e perceber o português, bem como a um português ler e entender o galego, ao mesmo tempo que amadureciam e aprofundavam o conhecimento da sua própria língua.

Com este projeto conseguiu-se lograr um melhor conhecimento e difusão da literatura de ambas as regiões; o reforço de equipamentos culturais; a rentabilização dos espaços culturais; a criação (ou intensificação) de hábitos de intercâmbio cultural; o contacto entre criadores e entre estes e um público transfronteiriço, bem como uma aproximação à identidade cultural, mercê do melhor conhecimento de si e do outro. Pôde-se constatar através deste projeto, embora isso não possa ser mensurável, «um grande interesse pelo conhecimento da literatura do outro país, assim como da música», mas, mais importante ainda é que se pôde perceber que «*o público mais interessado foi o de menor idade, porque os livros mais consultados foram os de literatura infantil e juvenil*» (CSF: 139).

Se bem que o projeto não fosse, nem pudesse ser extensivo a todas as crianças de ambas as regiões, permite-nos esperar que no futuro um bom número dos seus cidadãos conhecer-se-ão melhor, mas também que estava aberta de par em par a porta para a segunda fase do projeto, levada a cabo no ano seguinte (2005): o programa ECUS, ou seja, Encontros de Culturas.

Os objetivos continuavam a ser os mesmos, portanto, «intensificar as relações culturais entre ambos os lados da fronteira e estabelecer canais fluidos de comunicação no âmbito da cultura» (ECUS: 8). O programa assumia três vertentes: "Musicarte", "Encontros" e "Estafeta do Conto". Obviamente que iremos centrar-nos na "Estafeta do Conto", por ser esta a vertente dedicada à literatura e à língua.

Este projeto desenvolveu-se então em torno da ideia de favorecer o conhecimento da língua e da literatura galega e portuguesa. «Com este objetivo selecionaram-se oito espaços culturais na Galiza e no Norte de Portugal, fundamentalmente bibliotecas, mas também escolas, casas de cultura ou espaços compatíveis para o efeito, em função da sua disponibilidade. Para os locais selecionados enviaram-se diversos materiais como os denominados "Maletas Viageiras", que já funcionaram no anterior projeto "Cultura sem Fronteiras", renovando os lotes de livros, CD, vídeos e DVD existentes.

Para além de tudo isto, desenvolveu-se um novo projeto com o objetivo de conseguir o contacto direto com o mundo da criação através da presença de escritores e escritoras. Nesta parte do projeto, cada espaço foi visitado por um(a) escritor(a) que tinha como missão escrever uma parte de um conto, contando com a ajuda dos meninos e meninas.

Os textos resultantes foram publicados, acompanhados pelo trabalho gráfico de um ilustrador galego e outro português, nas duas línguas» (ECUS: 49). Participaram neste projeto oito escritores: Fina Casalderrey, Xabier Docampo, Paco Martin e Gloria Sanchez; Ana Luísa Amaral, Vergílio Alberto Vieira, João Pedro Messeder e Anabela Mimoso, divididos em duas equipas mistas (chamadas Barriga Verde e Salta Pocinhas): cada par era formado por um escritor galego e uma escritora portuguesa ou vice-versa: uma escritora galega e um escritor português.

Nos espaços galegos o(a) dinamizador(a) era português ou portuguesa, nos espaços portugueses era galego(a). Nasceram assim dois livros: *Passos de Música, Caminhos de Água* e *Como um Golpe de Vento*, ilustrados, respetivamente, por Xosé Cobas e por António Modesto. O projeto envolveu cerca de meio milhar de crianças, além de professores e bibliotecários.

Foram visitadas na Galiza: Bueu, Ponteareas, Oleiros, Cambre, Xinzo de Limia, Celanova, A Guarda e Cangas e em Portugal: Chaves, Santa Marta de Penaguião, Ponte de Lima, Amares, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Celorico de Bastos e Amarante. O que mais nos impressionou neste contacto direto com as crianças, foi o prazer que elas sentiram em poder dialogar com o(a) autor(a) da outra banda do Minho sem necessidade de intermediário (tradutor), sem

constrangimentos, nem equívocos que não fossem fácil e prontamente resolvidos. Através deste envolvimento no jogo da "invenção" da história, estas crianças tiveram, no decurso da atividade, o ensejo de desenvolver o seu raciocínio (encadeamento lógico de ideias), a sua própria língua falada, a socialização, exatamente como se tivessem feito a sua entrada na "oficina" de um escritor. Mas, paralelamente, foi-lhes propiciado o conhecimento da língua falada e da cultura do outro, num claro exercício de democracia, permitindo descobrir e assumir na alteridade, a sua própria identidade.

Mais importante ainda é que esta atividade não se limitou às duas horas de contacto direto com os criadores de sonhos. Implicando as crianças no mecanismo de produção da narrativa, criou-se-lhes um vínculo com a obra que jamais esquecerão e que é recordado pelo nome de cada uma delas inscrito no livro. Ao transformar essa participação num livro pôde-se abrir o caminho para o contacto com a variante da língua escrita pelo outro, prática ainda menos frequente do que o contacto com a língua falada. Este contacto com o escrito é duplamente útil, pois, não só se dá acesso ao conhecimento da variante utilizada na outra margem do Minho, como permite a reflexão sobre a sua própria língua, enriquecendo-a, tornando-a mais dúctil. Isto só foi possível porque a edição das duas obras apresentava, a par um do outro, os textos nas duas variantes da língua.

Como defendemos numa comunicação anterior, apresentada no 4º Colóquio de Lusofonia dedicado a Timor, no caso de se tratar de variantes ou normas de uma mesma língua, deve-se, sempre que possível, promover a edição de obras bilingues, pois, a acessibilidade a ambas as normas desperta a curiosidade, logo a descoberta das semelhanças e diferenças e, posteriormente, a reflexão sobre as razões da sua existência e o enriquecimento mútuo.

Se é verdade que o mercado do livro é mais reduzido ainda na Galiza do que em Portugal, então há que alargá-lo, somando os leitores portugueses (pelo menos os do Norte) aos leitores galegos, apostando nas edições bilingues. Aquilo que foi iniciado pelas instituições políticas pode, deve, ser retomado pela sociedade civil. A verdade é que esta não tem sabido dar resposta à questão.

As editoras galegas, sobretudo no que diz respeito à literatura infantojuvenil, têm, até agora, apostado nas traduções dos seus autores em português, mas esta estratégia meramente comercial não tem interesse para o conhecimento da língua. Convém também referir que não tem havido reciprocidade na aceitação da comercialização da tradução de obras dos escritores portugueses, pelo que não se pode falar em intercâmbio, mas sim numa tentativa de dominar o mercado português do livro. Claro que esta iniciativa, que em nada serve os interesses dos escritores e da literatura portugueses, torna-se pouco credível no nosso país.

De qualquer das maneiras, é fundamental, porém, que a tradução seja feita com especial esmero e não por um mero conhecedor de ambas as línguas, sobretudo no que diz respeito à literatura infantojuvenil. Ela deve ser feita também por um escritor, de preferência, e conhecedor da obra do outro para que possa perceber e respeitar as caraterísticas que o individualizam. Foi assim que os escritores envolvidos no processo procederam ao inteirar-se primeiro da obra do seu par. Claro que a tradução foi revista pelos oito autores, mas sobretudo pelo autor traduzido que, assim pôde sentir e ter voz ativa no texto na outra variante da sua língua.

Mas a implementação da edição bilingue não se deveria limitar ao público português: deveria ser tomada também em relação às restantes línguas faladas em Espanha: o castelhano, o catalão e o basco. Só assim se pode esperar que num futuro, não muito distante, o galego seja amado por sevilhanos, madrilenos, valencianos…, portugueses e galegos e só se ama o que se conhece.

BIBLIOGRAFIA:

Como um Golpe de Vento (2005),ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
Cultura Sem Fronteiras, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
ECUS, 2005, ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte
Passos de Música, Caminhos de Água (2005) ed. Xunta da Galiza e Delegação Regional da Cultura do Norte

38. BARBARA JURŠIČ TERSEGLAV (ASSOCIAÇÃO ESLOVENA DE TRADUTORES LITERÁRIOS) ADMINISTRATIVO DA ASSOCIAÇÃO

LÍNGUAS MINORITÁRIAS E A IMPORTÂNCIA DA TRADUÇÃO

Na primeira parte falo da tradução e a interpretação e as diferenças entre elas. Depois, abordo o tema das novas tecnologias que representam um precioso instrumento de apoio tanto à tradução como à interpretação.

Escrevo sobre os cursos de tradução e de interpretação nos países da União europeia e das diferenças que há entre os dois, da prioridade que dá a Europa unida à interpretação e dos meios que se investem na interpretação, que, por outro lado, escasseiam na área da tradução de, especialmente, literatura séria e de qualidade.

Na segunda parte trato o tema da tradução como instrumento de preservação e revitalização linguística. Tomo o exemplo do esloveno, comparando-o com o galego e também o português, para mostrar como é imprescindível preservar as línguas minoritárias através da tradução, onde se refletem não só a língua, mas também a cultura e os costumes das nações da língua da que se traduz e da língua-alvo.

Falo da importância da formação do tradutor como vínculo entre as duas culturas, literaturas, nações. Saliento que as línguas minoritárias, que são as nossas, representam uma riqueza que é necessário preservar, e falo da multiculturalidade que existe na Europa.

No mosaico dela incluem-se também as nossas duas línguas e os nossos países com as suas identidades. Sublinho que o aspeto intercultural é importante para a abertura do espírito do cidadão europeu. Dedico um ponto à apresentação da lusofonia na Eslovénia.

Concluo com a constatação de que o facto de a nossa língua materna ser uma língua minoritária tem de ser considerado como uma riqueza e que a tradução tem de ajudar a preservá-la de uma forma intensa e responsável.

1.1. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A tradução e a interpretação são irmãs mas têm carateres muito diferentes. Uma mais solitária, mais analítica, lenta, meticulosa, outra mais exteriorizada, rápida, superficial. Ambas têm de ter os valores da outra mas desenvolver sobretudo aqueles, próprios a cada uma. A tradução é mais antiga, e, como, no passado, se ocupavam dela sobre tudo nos conventos, os tradutores modernos também se parecem aos monges e as monjas, que, em vez de ficarem sentados nas frias salas dos edifícios sacros ou nas celas, trabalham no seu canto em computador, sucessor das folhas de papel e das plumas.

Das minhas experiências posso dizer que a tradução, esta paixão muito especial, não é para a gente que não pode ficar sentada horas a fio e que não tem paciência para aperfeiçoar as palavras e as frases durante horas.

Mas, o que me dá mais prazer, é que os resultados deste trabalho cansativo são perenes e dão muita satisfação ao tradutor, porque o trabalho de tradução o transporta para outros mundos e o faz viver outras vidas, um pouco, acho, a experiência do autor que escreve o livro, porque o tradutor, como finalmente fica reconhecido nos anos 70 do século XX, é também coautor do texto e não uma simples “máquina” que reproduza o texto em outra língua. O seu trabalho é perene, porque o que nasce é um livro, um fruto que poderão colher, ler também os outros e assim começar a fazer parte destes mundos já visitados pelo tradutor.

Assim, o tradutor dá a conhecer também uma cultura, um mundo diferente, um país que não é o seu à gente do seu país e desvenda outras identidades aos seus leitores. Como mencionarei à continuação, a tradução é também uma maneira de aproximar os países, os mundos, os costumes, as culturas diferentes e de nos conhecermos melhor a nós e ao nosso país.

A interpretação, por outro lado, é sobre tudo fruto da globalização, das relações e contactos cada dia mais frequentes por entre diferentes povos. É, por exemplo, uma das maiores despesas da União europeia porque, claro, cada país defende a sua língua (ao que tem direito) e não quer deixar perder a sua em favor das “grandes línguas” como são o inglês, o alemão e o francês. A interpretação

exige sobre tudo um bom conhecimento da língua em que se reproduz a mensagem, normalmente se trata da língua materna do intérprete, ou seja uma "fluidez" na fala de uma língua, como costumam chamá-lo os profissionais.

A interpretação não exige um aprofundamento, é muito mais superficial, o que conta é a mensagem e, para cada reunião, o conhecimento dos termos técnicos usados nas discussões. Exige muita concentração e muito treino, mas, segundo as minhas experiências, sobre tudo a interpretação simultânea, aquela na cabina, não te da uma satisfação especial, só deixa ao intérprete exausto. A interpretação consecutiva é mais agradável porque o intérprete está em contacto com as pessoas com quem trabalha. O intérprete consecutivo tem a sensação de fazer parte do grupo, enquanto o intérprete simultâneo se sente mais como uma máquina, fazendo um trabalho muito duro mas a ficar fisicamente fora do "cenário".

1.2. NOVAS TECNOLOGIAS – PRECIOSO INSTRUMENTO DE APOIO À TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

As novas tecnologias, os computadores e o software permitem trabalhar com mais facilidade; corrigir os erros, ordenar o texto, melhorar o texto simultaneamente em qualidade e em rapidez (comparando-o com as máquinas de escrever do tempo dos nossos pais, por exemplo). O tradutor dispõe de um corretor ortográfico, o que é imprescindível sobre tudo quando traduz um texto longo. As novas tecnologias dão-lhe também a oportunidade de fazer consultas em dicionários instalados diretamente no computador ou que facilita muito o seu trabalho (não precisa "treinar" tanto os músculos dos braços) e proporcionam também uma maior rapidez na execução do seu trabalho.

Um bom dicionário é uma ferramenta indispensável do tradutor e uns bons dicionários em CD são uma ferramenta *sine qua non* no seu trabalho quotidiano. Outro recurso precioso do tradutor é sem dúvida a Internet onde pode encontrar praticamente todas as informações que precisa para trabalhar, os dicionários on-line (para os assuntos europeus é por exemplo indispensável o Eurodicautom), pode verificar as palavras, a construção da frase, etc.

O tradutor - intérprete tem acesso às leis, à quase toda a regulamentação europeia, aos tratados, os convénios... tudo à distância de um clique. Somando todo o mencionado, o tradutor pode trabalhar de uma maneira mais eficaz, mais rápida, com uma palavra só – melhor. As minhas experiências mostram também que o correio eletrónico facilita muito os contactos entre os autores e os tradutores, sobre tudo quando vivem nos países muito afastados. Na minha experiência, foi o caso de Mia Couto, do Moçambique, com quem pude aclarar as minhas dúvidas por este meio, por correio eletrónico, de maneira fácil, rápida e também barata.

As novas tecnologias fazem o mundo mais pequeno e fazem-nos sentir as distâncias mais insignificantes. Nada e ninguém fica longe demais.

Temos de aproveitar bem as novas tecnologias porque são feitas para nos servirem, mas não devemos tornar-nos escravos delas e esquecer o mundo ao pé de nós. Muitas vezes, também na tradução, é muito preciosa a ajuda da gente que vive connosco ou perto de nós. Se perdemos o contacto com a realidade imediata também não podemos reproduzir fielmente as realidades da ficção que são, na maioria das vezes, nada mais, nada menos um reflexo da nossa realidade quotidiana.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Surgiram vários cursos de tradução mas sobre tudo de interpretação, como impacto das necessidades na União europeia. Os países membros organizam vários cursos de tradução e de interpretação no âmbito das Faculdades de Letras, uns existentes já antes da adesão deles à União europeia, outros instaurados no tempo da candidatura à adesão à União europeia.

No meu país, a Eslovénia, antes não existiam cursos especiais de tradução ou de interpretação. No período da nossa candidatura à adesão à UE, as necessidades e as pressões foram tais que foi inaugurado um curso especial de interpretação no seio da Faculdade de Letras da Universidade de Ljubljana. Lá, formam-se os futuros intérpretes de conferência europeus. Pelo menos assim deveria ser, mas como constatam muitos, os cursos não são bem ajustados à realidade profissional e os jovens que terminam o curso não têm bastantes

experiências para poderem efetuar o duro trabalho de interpretação. A interpretação é uma profissão que exige muita prática, melhor dizer muito treino. Acho que nas faculdades ainda se fazem demasiadas horas de teoria e poucas demais de prática.

Um bom conhecimento de língua pode ajudar mas para interpretar bem precisa-se muito mais – uma boa concentração, uma boa preparação psicológica (para não ficar nervoso demais nas reuniões, sobre tudo naquelas mais importantes de alto nível), uma memória bem treinada, para enumerar só algumas das caraterísticas mais importantes. Talvez os cursos devam ser orientados mais à prática, à simulação de reuniões verdadeiras, e se devam acrescentar também as aulas da psicologia, da língua materna (o que é importantíssimo, porque normalmente considera-se que os alunos já conhecem bem a sua língua materna, mas, em prática, a imagem resulta completamente diferente) e das técnicas de interpretação ou de tradução.

Falando do meu país, a situação no que respeita os cursos de tradução é a seguinte: praticamente não os há. Trata-se de uma profissão que se tem de aprender por si mesmo, uma vocação que se descobre em si e, depois, se desenvolve segundo os esforços de cada um. Como diz um dito popular esloveno: Cada um é forjador do seu próprio destino. Para dizer a verdade, a modernidade, o nosso mundo de hoje, não é muito favorável aos romances de qualidade, complicados e exigentes, se já favorece a literatura, então se trata dos livros “new age”, da assim chamada literatura “fast food”, do estilo da comida rápida, cuja leitura não exige muito esforço intelectual e “satisfaz” as massas. Assim também ficam prejudicadas as traduções das obras de grande valor porque há sempre menos dinheiro para elas, ou simplesmente cada vez menos editoras interessadas em publicações dos livros comprados pela elite intelectual que não é bastante grande para as editoras poderem sacar benefício dela.

Sobre o Plano Nacional de leitura, lançado pelo Ministério da Cultura português há pouco tempo, o Premio Nobel português Saramago disse que não servia para nada porque "ler sempre foi e sempre será coisa de uma minoria". A modernidade é então mais favorável à interpretação e ao seu financiamento e desenvolvimento porque se inclui no âmbito das aspirações, esforços, iniciativas políticas da União europeia (vendo a situação através dos óculos da nossa grande família europeia). Comparando-a à tradução, dedica-se, no âmbito europeu, muitos mais meios, muita mais energia, cursos e atenção à interpretação que é uma das grandes preocupações da Europa unida.

2.1 TRADUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

O que li sobre a língua galega e a situação da Galiza faz-me pensar na situação da minha língua materna, o esloveno. Têm muitas coisas em comum – as duas são línguas minoritárias, faladas num espaço bastante limitado. O esloveno, agora língua de um país independente a partir do ano 1991, era sempre uma língua bastante desfavorecida. Na História, durante diferentes soberanias (sobre tudo germânicas; por exemplo a dos Habsburgo, o Império austro-húngaro), a primeira língua era o alemão e o esloveno era uma língua do povo, até ao século XVI raramente escrita e quase sem livros para o povo (na maioria analfabeto) se formar nela e eventualmente poder lê-la. (A primeira literatura em língua eslovena, acessível ao povo, foi a tradução (!) da Bíblia no século XVI).

Foram precisos séculos para o nosso povo se independentizar, ultimamente do estado comum com as outras repúblicas jugoslavas (a ex-Jugoslávia), onde tinha status de língua oficial, como o galego em Espanha, e era falado na nossa república e usado pelos meios de comunicação e nas escolas. Hoje em dia, o esloveno é falado por quase 2 milhões de pessoas.

Vivemos na encruzilhada dos três mundos: eslavo, latino e germânico. A nossa língua, na base eslava, tem alguma influência latina e sobretudo germânica. Do que temos por exemplo comparável com o latim, são as declinações (temos 6 casos, o vocativo, ainda vivo nas línguas das restantes repúblicas da ex-Jugoslávia, desapareceu), do alemão temos por exemplo a lógica da construção das frases, e temos também algumas particularidades. Uma delas, própria só da nossa língua (e a outra língua minoritária eslava na Alemanha perto da fronteira polaca e checa) é: o dual. Acho muito importante preservar as particularidades que tendem a desaparecer sobre tudo na língua falada. É uma prioridade incrível poder usar uma forma especial quando se fala de duas pessoas. O nosso povo persistiu graças a uma língua em redor da qual

permaneciam firme os nossos antepassados sob tantos soberanos diferentes e durante tantos séculos da soberania estrangeira.

A tradução, feita bem e pelos tradutores competentes e cultos, ajuda a preservar a língua no seu estado mais puro, enriquecida das "boas" influências modernas e rejeitando o que a empobrece e faz mais banal. O tradutor é um vínculo importante por entre diferentes culturas e povos mas também um elo importantíssimo da cadeia de preservação da língua materna e um guardador do seu brilho no céu das línguas mundiais.

A tradução é um instrumento preciosíssimo de preservação linguística e por isso, como já salientei, os tradutores têm de ser bem formados para poderem assegurar esta preservação, bem informados para proporcionarem a revitalização linguística e conscientes da sua responsabilidade pelo trabalho que fazem.

2.2 PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS – MULTICULTURALIDADE

Quais seriam as linhas de ação para a propagação e preservação das línguas minoritárias?

Tomemos como exemplo o esloveno, a minha língua materna, cuja situação conheço melhor. Na visita recente da Ministra da Cultura portuguesa na Eslovénia falamos também na diversidade das línguas e na importância da multiculturalidade. O ano 2008 será dedicado ao Diálogo intercultural, quer dizer à propagação de todas as línguas existentes na União europeia e aquelas da gente que vive de maneira permanente ou temporária na Comunidade europeia. Mas não só das línguas mas também das diferentes culturas, os costumes, as identidades com as quais cada um dos nossos povos pode orgulhar-se.

Precisamente durante a presidência portuguesa no segundo semestre do ano 2007, serão finalizados os preparativos do Ano do Diálogo Intercultural e a sensibilização para este tema será feita por Portugal. Não só o galego mas também o português são línguas que não são muito presentes no céu europeu, o mesmo podemos dizer do esloveno. Durante a presidência portuguesa e logo a seguir, no primeiro semestre do 2008, durante a presidência eslovena, devemo-nos esforçar para mostrarmos ao mundo quanto valemos no sentido cultural. São previstas várias iniciativas e diversos projetos conjuntos de Portugal e da Eslovénia que permitirão aos cidadãos dos nossos dois países conhecermo-nos melhor mas também teremos a oportunidade de mostrar a todos os europeus o que podemos oferecer, o que podemos dar e também fazer ouvir a nossa voz na Europa. Também no sentido literal; fazer ouvir as nossas línguas e incentivar para que mais gente as aprenda.

Acho que, tomando o exemplo do esloveno, a gente estrangeira não aprecia a língua (nem o país) porque não a - os conhece. Então, nos deveríamos perguntar o que podemos fazer para dar a conhecer as nossas línguas; o galego, o português, o esloveno, ao mundo?

Como atrair, interessar as pessoas por elas? A propagação pode-se fazer se existe vontade política, as grandes campanhas e os grandes projetos só se podem fazer apoiados pelos Estados respetivos, mas nos, tradutores, autores, profissionais linguistas, temos a força da palavra para propagarmos a língua, a literatura, a cultura, a identidade dos nossos países e dos países que "representamos" conhecendo a língua deles. Assim, contribuímos para propagar e preservar, mas só com conhecimentos suficientes da língua materna e a língua-alvo, as duas culturas e os costumes. A qualidade não pode passar desapercebida.

Outra coisa que acho importante é o debate sobre as línguas minoritárias nas ocasiões como esta – o Colóquio da lusofonia, onde se pode debater a lusofonia (neste caso) de maneira mais ampla – nos contextos diferentes e nas áreas geográficas distintas. Apresentar a lusofonia no seu entorno natural, em Portugal e nas áreas fronteiriças, mas também nos outros países da Europa.

2.3 LUSOFONIA NA ESLOVÉNIA

Na Eslovénia, conhece-se bastante mal não só a língua portuguesa mas também Portugal (e vice-versa) e ainda menos os outros países lusófonos, com exceção do Brasil. Mas, felizmente, em setembro do ano passado (2005) abriu em Ljubljana, a capital da Eslovénia, a embaixada de Portugal. Em quase um ano de existência, já se pode notar um certo desenvolvimento, um progresso na aproximação dos nossos povos. Abriu um leitorado esloveno em Lisboa, já existiu

um português na Faculdade de Letras de Ljubljana mas, por falta de meios, fechou, mas pelos vistos, reabrirá em breve, como concordaram os dois ministros da cultura.

Ambos os países são conscientes da importância do aprofundamento das relações e do importante papel que têm as duas línguas neste contexto. Ambas as nações podem aprender muito uma da outra e também prestar-se ajuda na preservação e propagação das línguas respetivas. As línguas minoritárias e as nações mais pequenas têm de ser aliados nesta iniciativa nobre que é a preservação e a propagação da língua materna e a propagação da outra cultura, língua e literatura no seu país.

3. CONCLUSÃO

Todas as línguas são igualmente importantes. Mas, umas são mais divulgadas e faladas por mais pessoas e por isso mais fáceis por preservar. Também não é muito difícil propagá-las porque se propagam quase por si mesmas e porque usadas como línguas de comunicação entre as pessoas dos quais não são língua materna.

As línguas minoritárias não têm uma presença tão fácil no panorama das línguas mundiais. Mas, talvez porque menos presentes, menos espalhadas, podem ser consideradas como uma maior riqueza dos que as utilizam. Talvez as pessoas que se servem delas, as sintam mais como alguma coisa muito própria delas, muito mais enraizada nelas, o que as leva a preservá-las melhor (esperemos!). Temos de nos orgulhar por falar uma língua que falam só poucas pessoas no mundo e fazer tudo para que também os outros possam ouvi-la, conhecê-la, talvez ainda aprendê-la. Os tradutores são responsáveis pela propagação e a preservação da nossa língua e da língua, literatura e cultura da nação cuja língua traduzimos.

É uma responsabilidade bonita mas por isso não deixa de ser uma responsabilidade frente à língua materna e à língua da que traduzimos, frente aos dois povos que de certa maneira representamos, e frente a nós.

39. ISABELLE OLIVEIRA (UNIVERSITÉ LUMIÈRE, LYON2, FRANÇA)

O LUGAR DO TRADUTOR NO MUNDO HODIERNO

As práticas e as teorias da tradução fundamentam-se numa abordagem de linguagem múltipla, definida a partir da conceptualização e perceção que o homem tem de si próprio e do mundo que o rodeia. A linguagem utilizada pelo tradutor assenta portanto numa filosofia da linguagem que se diversificou ao longo dos séculos: objeto de debate que parte da dialética na Idade Média, das discussões do nominalismo, da teoria dos signos no século XVIII, da origem das línguas no idealismo alemão. Na época contemporânea, para certos linguistas, a linguagem torna-se frequentemente um sistema autónomo de dependências internas.

Defende-se uma simbiose entre terminologia e tradução que proporciona uma formação interdisciplinar nas áreas da teoria da tradução, das indústrias da língua, da terminologia e engenharia do conhecimento, da lexicologia e da linguística de corpora, com particular incidência nos domínios científico e técnico.

Este ambiente de investigação completo cria condições necessárias para que os tradutores abordem os últimos desenvolvimentos nas áreas das novas tecnologias da linguagem humana. Os tradutores profissionais têm de saber situarem-se num contexto de modernidade para melhorarem as suas capacidades e para aprofundarem os seus conhecimentos em relação aos últimos desenvolvimentos na sua área de especialidade.

Para finalizar, a garantia das saídas profissionais no campo da tradução passa necessariamente pela afirmação, uso e consolidação da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas.

Nesta nossa análise procurámos saber se existe alguma correlação entre a Formação do tradutor, o Trabalho do tradutor e as Saídas profissionais. Rapidamente, verificámos que em Portugal não existe, na nossa opinião, nenhuma relação entre as três componentes que apresentam alguns défices.

1. Reforçar o estudo das línguas estrangeiros nas escolas

No Livro Branco lançado em 1995, « *Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva* », a Comissão Europeia fixou um objetivo primordial para o desenvolvimento da comunidade europeia: encorajar e ensinar os cidadãos a dominarem três línguas europeias: a língua mãe e duas línguas estrangeiras. Este objetivo foi facilmente alcançado pela maioria dos países europeus, cujas políticas de organização do sistema educativo incluem o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde os níveis mais elementares da escolaridade.

É de salientar que Portugal também se associou ao Grupo Restrito de quinze países que, a partir de 1998, aderiram ao Projeto Políticas Linguísticas para uma Europa Multilingue e Multicultural. No quadro do Projeto acima referido foram elaborados dois Instrumentos de grande relevância e valor pedagógico. No âmbito de uma política linguística: *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas [QECRL]: Aprendizagem, Ensino, Avaliação* e o *Portfolio Europeu de Línguas*." <http: - - www.dgidc.min-edu.pt - serprof - le_eur.asp>. Ficamos praticamente convencidos de que em Portugal, o ensino de línguas estrangeiras cumpre o QECRL, que já não há universidades nem escolas secundárias que utilizam um sistema de nivelação (I, II, III, etc.) que é perfeitamente desconhecido e não reconhecido no mundo inteiro, mas recorrem ao sistema europeu A1, A2, B1, B2, etc.

A partida, acreditámos mesmo que Portugal tinha uma política de ensino de línguas estrangeiras, se não soubéssemos que, em média, 17% dos cidadãos da União Europeia aprenderam a primeira língua estrangeira (LE) na escola primária, contra os 2% que se regista entre nós; se não soubéssemos que o último relatório do Eurobarómetro (2006) nos confirma que dos 25 países da União ninguém tem menos competências do que nós e, pior do que isso, ninguém está interessado em aprender línguas estrangeiras, porque partimos do principio que somos autossuficientes em termos de comunicação linguística. Hoje, é sabido que 45% dos cidadãos europeus pode participar numa conversa numa língua diferente da sua língua materna e que 8 em cada 10 indivíduos no Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia falam corretamente uma outra língua para manterem a comunicação com outros locutores estrangeiros.

Em Portugal, Reino Unido e Irlanda, apenas cerca de um terço da população o consegue fazer. (Cf. < http: - - ec.europa.eu - education - policies - lang - languages - index_pt.html>). Não iremos querer seguir o sistema de ensino de línguas estrangeiras das Ilhas Britânicas, nem devemos ter como referência o facto de na Irlanda, Itália e Grécia apenas se ensinar, em regra, apenas uma LE durante os primeiros onze anos de escolaridade.

Com todos estes sinais de decadência linguística nacional, esperaríamos uma mudança séria em termos de política educativa para as línguas, esperaríamos que pelo menos fosse verdade que Portugal respeita os princípios do Livro Branco da Comissão Europeia, mas a recente reconfiguração do ensino de línguas nos nossos Ensino Básico e Secundário arrasta-nos para um pântano fechado sobre si, porque parece que gostamos de viver em águas escuras. Essa reconfiguração, no que respeita às línguas, ilustra a falta de uma visão global para todo o sistema. Os ciclos de escolaridade não foram programados, uma vez mais na história recente das reformas educativas, de forma integrada.

Na atual configuração do sistema educativo português, apenas podemos esperar que os nossos estudantes terminem o Ensino Secundário com um nível elementar de conhecimento de uma LE, que se perderá rapidamente no tempo, se o estudante não procurar aperfeiçoar essa aprendizagem na etapa seguinte da sua vida académica ou profissional.

Aquilo que um responsável pela política educativa nacional devia perguntar é qual o verdadeiro nível de competência em línguas estrangeiras que os alunos portugueses vão conseguir atingir no final da sua escolaridade obrigatória? Esta questão não está ainda respondida por nenhum país da UE, por isso os Chefes de Estado e de Governo da União solicitaram, por ocasião do Conselho Europeu de Barcelona, que essa avaliação fosse uma promovida para medir com rigor o *status quo* de cada país. É fácil prever o resultado dos estudantes portugueses em matéria de aquisição de competências em LE, daqui a três anos, quando se completar este novo ciclo do Ensino Secundário a iniciar em 2006-07: na melhor das hipóteses, estarão no nível elementar de conhecimentos de uma LE, isto é, terão a capacidade de realizar uma comunicação básica e troca de informação simples e a capacidade para lidar com vocabulário simples e habilidade para se expressar em contextos familiares (nível A2.2 do QECRL), enquanto os seus

colegas europeus, em média, terão esse mesmo nível numa terceira LE, porque terão uma formação mais sólida numa segunda língua, sendo capazes, como são já, de se exprimir embora com certas limitações, em situações familiares e saber lidar de uma forma geral com informação rotineira (nível B1.2, pelo menos).

Cumprir o compromisso do Livro Branco da Comissão Europeia, que hoje tem um comissariado justamente com o título de "Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo". Basta que se ajuste a configuração do Ensino Secundário e se permita a todos os estudantes, qualquer que seja a sua formação, o poder continuar o estudo de uma língua mais forte (aquela cujas competências tenham sido adquiridas no final do 3º ciclo com maior acuidade) e continuar ou iniciar uma segunda LE. Parece e é simples. O que não é simples nem lógico é que se prefira que um estudante estuda uma língua no 1º ciclo (Inglês), continue com essa língua no 2º ciclo, escolha uma outra língua (por exemplo, Francês) no 3º ciclo, mantendo o Inglês, e descontinue toda a sua aprendizagem no Secundário, escolhendo agora uma língua nova (por exemplo, o Espanhol), abandonando toda a formação anterior. Este quadro de aprendizagem em círculo fechado é um sintoma de falta de sensatez na organização do sistema educativo.

O lema atual da política da Comissão Europeia para as línguas é: *"Aprende línguas e serás alguém",* mas em Portugal isso parece não fazer muito sentido, porque acreditamos antes que aquilo que somos como cidadãos modernos está contido na nossa competência exclusiva para falar apenas a língua materna e andar aos saltos nas outras línguas, o que significa que Goethe tinha razão quando referia que quem « não sabe línguas estrangeiras não sabe nada de si próprio ». Assim, esse défice de aprendizagem das línguas estrangeiras ao longo da escolaridade manifesta-se mais tarde na universidade nos cursos de tradução Com efeito, os tradutores necessitam de conhecer profundamente as línguas com as quais trabalham, principalmente a sua própria língua. Conhecer a cultura dos países onde essas línguas são faladas é também indispensável, nomeadamente no que se refere à sua atualidade política, económica e social. Todavia, isso não acontece em Portugal e a maior parte dos tradutores apresentam grandes competências Tradutivas. Não nos esqueçamos que o trabalho do tradutor é um exercício de competências específicas, cultura geral, técnica e teoria, sem descurar a intuição e a sensibilidade (o que se entende por arte de traduzir) e as condições de trabalho.

Na nossa ótica, não basta dar uns rudimentos de tradução ministrados por professores de línguas e de literatura para formar tradutores profissionais (literários ou técnico-científicos). É necessário que a formação de tradutores seja encarada num quadro institucional que aponte para uma estabilidade do ensino e a sua evolução constante dentro da área do conhecimento.

2. A formação do tradutor profissional

Na área da tradução o diploma não é suficiente para ser um excelente profissional. Sabemos que existem bons profissionais sem formação superior e licenciados que são péssimos tradutores. O que é essencial no campo da tradução profissional, é que o tradutor possua profundos conhecimentos da área do conhecimento, sejam eles adquiridos através da experiência quotidiana ou pela formação.

Acontece que as estatísticas em Portugal e na UE indicam que cerca de 90% dos tradutores fazem traduções não literárias. Seria de esperar que a formação incidisse sobre a tradução técnica ou de especialidade. O que na prática não acontece. Em Portugal, ao contrário do que se passa nos outros países da UE, a maioria das escolas de tradução procuram formar tradutores literários e desprezam a tradução de especialidade. Devido a uma ausência de especialização no ensino tradicional, os tradutores técnicos muitas vezes conscientes de suas limitações são levados a cometerem um elevado índice de erros.

Em Portugal, os professores de Técnicas de Tradução limitam-se, geralmente, a ensinar a língua e a literatura. É óbvio que estes professores são competentes na sua área de especialidade, mas não no domínio técnico-científico. Somos da opinião que sem experiência tradutoral não é possível ensinar tradução. Pode-se ensinar línguas, teoria e história da tradução, mas não a tradução sem uma experiência na matéria. Devia-se pensar em abrir mais cursos em Terminologia e Tradução a fim de proporcionar uma formação interdisciplinar nas áreas da Teoria da Tradução, da Tradução, da Informática da Tradução, da Terminologia, da Lexicologia e da Linguística de Texto de Especialidade, com particular incidência nos domínios científico e técnico. Deste modo, pretende-se assim

formar pessoal especializado capaz de satisfazer exigências terminológicas e de normalização (por exemplo tradução - redação de normas) por parte da investigação e da indústria portuguesas, bem como de contribuir para a afirmação, uso e consolidação da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas.

É de salientar que, por enquanto, os melhores tradutores especializados fizeram o ensino primário e secundário em colégios estrangeiros ou completaram o ensino tradicional com o estudo de línguas em escolas privadas e, mais tarde, especializaram-se no estrangeiro por falta de meios em Portugal. Deduzimos que para ser um bom tradutor é necessário viver no estrangeiro, onde é possível complementar estudo e uma atividade profissional, adquirindo com o decorrer dos anos uma consciência linguística diacrónica e sincrónica. O que se espera do trabalho do tradutor profissional é que domine perfeitamente e espontaneamente a língua estrangeira e a linguagem especializada. O resultado do trabalho obtido dos tradutores com estas dupla formação é, obviamente, diferente das traduções técnicas feitas por licenciados em línguas e autodidatas na área do conhecimento. Há áreas onde podemos admitir erros na linguagem especializadas pois não têm repercussões graves, o que não é o caso das ciências da saúde.

Outra observação relevante, é a percentagem insignificante de tradutores profissionais que lecionam nas universidades. Será que não há tradutores profissionais com valor pedagógico ? Uma outra constatação de ordem geral, é que as universidades públicas dão-se ao luxo de lecionar programas completamente desfasados da realidade do mercado de trabalho. A maior crítica que se pode tecer à formação de tradutores em Portugal, é que as universidades (públicas ou privadas) se preocupam quase exclusivamente com o ensino das línguas quando o ensino da tradução começa onde acaba a aprendizagem das línguas.

3. A importância do cultivo da língua portuguesa

Poder-se-á realçar desde já que Portugal nunca se distinguiu por uma política linguística agressiva por oposição a outros países da Europa. As palavras que seguem inscrevem-se no coro de vozes que se têm manifestado em defesa da língua portuguesa e no apontar à necessidade urgente de uma política da língua. Podemos citar Eduardo Prado Coelho que afirma o seguinte: «temos uma retórica da língua portuguesa, temos uma gestão da língua portuguesa, temos demagogos da língua, temos mesmo “gangsters” da língua, mas não temos uma política da língua».

Um esforço terá de ser feito para tentar dar um colorido a este cenário sombrio da difusão e promoção da língua portuguesa que é, indiscutivelmente, relevante e suficientemente viva para que a sua valorização não seja descurada como apreciável veículo cultural e político que se estima para quase 260 milhões de enunciadores dentro de quinze anos. É importante promover a língua portuguesa para ser cada vez mais utilizada nas diferentes organizações internacionais como o Banco Mundial, o Conselho da Europa, a Cruz Vermelha, a EFA, a EFTA, a FOA, o FMI, o INTELSAT, a NATO, os Médicos sem Fronteiras, a OMS, a OCDE, a ONU, a OIT, a UE, a UNESCO e a UNICEF.

Assim, estes centros decisivos internacionais, potenciais mercados de trabalho, confiarão a tradução a um intermédio especializado: o tradutor institucional. Porém, relembramos que o maior empregador é o Serviço de Tradução da Comissão das Comunidades Europeias, do Parlamento Europeu, do Conselho das Comunidades, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Comissão Económica e Social. Estes serviços de tradução estão organizados em cinco grupos temáticos situados em Bruxelas e no Luxemburgo. O subtítulo de um artigo de Mónica Yanakiew resume bem o que ela designa de “Babel comunitária”: “Sem tradutores, ministros não se entendem”.

5. A tradução automática e o lugar do tradutor

As primeiras "máquinas" para a tradução mecânica foram inventadas entre 1930 e 1940 por Georges Artsruni, um engenheiro francês (inventor do "Cérebro Mecânico") e pelo engenheiro russo P. Trojanskij que inventaram, isoladamente, aparelhos mecânicos para o *scanning* de uma banda perfurada com expressões numa língua natural e para relacionar essas "palavras" com palavras de outra língua contidas numa segunda banda perfurada.

Só depois da Segunda Guerra Mundial, no final da década de 40, quando as primeiras grandes máquinas calculadoras começaram a ser usadas em matemática, é que os cientistas começaram a pensar que essas máquinas poderiam ter um uso além do numérico e poderiam servir, por exemplo, para decodificar mensagens codificadas ou para passá-las para a língua natural.

No seu famoso Memorando para a Fundação Rockefeller em 1949, Warren Weaver fez a sua conhecida analogia entre tradução e decodificação. Contudo, nos anos seguintes, a tradução automática tornou-se mais complicada. Não se tratava simplesmente de relacionar um código ou um símbolo com outro, mas de organizar o significado gramatical e semântico da língua para poder traduzir de uma língua para outra (pode-se encontrar mais informação sobre a tradução automática em Hutchins, 1986).

A primeira demonstração de um sistema de tradução automática que teve "sucesso" aconteceu no dia 7 de janeiro de 1954 na Universidade de Georgetown, em Washington D.C. Foi implantado um sistema de tradução do russo para o inglês num *mainframe* IBM que continha um dicionário bilingue com aproximadamente 250 entradas. O sistema conseguiu traduzir com êxito um *corpus* de 60 frases simples em russo por um processo de substituição palavra por palavra, e com algumas regras adicionais para conseguir a ordem correta das palavras em inglês.

Dez anos depois, aproximadamente, o governo americano criou uma comissão para analisar o mercado da tradução e conhecer as últimas novidades em relação à pesquisa e ao desenvolvimento realizados no âmbito da tradução automática. Este Comité de Assessoria no Processo da Automatização de Línguas publicou um relatório em 1966, o conhecido Relatório ALPAC, que passou a ser conhecido como o "Livro preto da tradução automática", também por causa da capa preta do documento.

A Comissão chegou à conclusão de que não havia necessidade de dar apoio à pesquisa e ao desenvolvimento da tradução automática e que era mais importante investir na melhoria da qualidade da tradução tradicional que realizavam os tradutores humanos. É bom relembrar que quando se fala de tradução automática por oposição a tradução humana, esquecemo-nos que o conhecimento sobre tradução tem sido codificado e descrito por seres humanos (linguistas ou linguistas computacionais).

Além disso, a nova geração de sistemas de tradução automática (ou de tradução assistida) recorre a *corpora* de traduções prévias (efetuadas por seres humanos), deste modo esbatendo ainda mais a pretensa oposição. Parece, pois, inútil insistir na primazia da atividade humana, e investir sim na melhoria da sua prática, assim como na ajuda preciosa que os computadores nos podem vir a dar nessa e noutras atividades intelectuais. Todavia, é imprescindível refletir sobre os novos modelos computacionais de tradução. A principal lição a tirar é que não existe máquinas sem homens mas com homens. A tradução automática é, sem dúvida, uma mais-valia, mas sendo uma obra do ser humano terá sempre suas imperfeições e, neste momento, o tradutor profissional não precisa temer este tipo de concorrência.

4. Conclusão

Atualmente, as profissões de tradutor e de intérprete desempenham um papel importante no funcionamento das sociedades modernas, dado que estas necessitam cada vez mais de comunicar entre si, em virtude de fenómenos generalizados como a internacionalização da economia, a rapidez da circulação da informação pelo mundo ou o crescimento da concertação entre países perante questões mundiais (como a defesa do ambiente ou o respeito pelos direitos humanos, por exemplo). Neste contexto, o mercado de trabalho para os tradutores e intérpretes - que é bastante sazonal - conhece altos e baixos consoante a situação económica que as sociedades atravessam e apresenta perspetivas bastante variadas.

As novas exigências do mercado de trabalho, aliadas ao crescente número de pessoas que conhecem e utilizam línguas estrangeiras, têm conduzido a uma crescente especialização destas profissões. Deste modo, quem inicia uma carreira de tradutor e - ou de intérprete deverá deparar-se com um mercado de trabalho exigente e cujo acesso não é garantido pelo mero conhecimento de línguas estrangeiras. Deverá adquirir, por isso, técnicas especializadas em tradução - terminologia e - ou interpretação e é essencial que invista em conhecimentos técnicos e conhecimentos gerais, através, por exemplo, de

estágios curriculares e profissionais no país e no estrangeiro e de um esforço constante na autoformação.

O domínio aprofundado de um maior número possível de línguas estrangeiras é, entre outros, um trunfo importante que pode aumentar significativamente as hipóteses de trabalho. Apesar do inglês, do espanhol e do francês continuarem a ser línguas bastante requisitadas, a oferta dos que trabalham com esses idiomas é elevada, pelo que é aconselhável estudar outras línguas consideradas raras ou minoritárias que começam a ser cada vez mais utilizadas devido à integração dos novos membros na União Europeia.

Por último, é necessário criar uma regulamentação que dê acesso às atividades de tradução e de interpretação a fim de impedir que pessoas sem qualificação apropriada exerçam este tipo de atividade. Daí, o problema de uma mão-de-obra não qualificada e batata, sem os conhecimentos técnicos e linguísticos exigidos para assegurar o elevado nível de qualidade e rigor destes serviços, e que acaba por retirar oportunidades de trabalho e denegrir a imagem da profissão.

6. Referências bibliograficas

García Y.V,. *En torno a la traducción, Teoría, Crítica, Historia*, Editorial Gredos, Madrid, 1989.

Grellet F., *Apprendre à traduire – Typologie d'exercices de traduction*, Presses Universitaires de Nancy, Nancy, 1991.

Gouadec D., *Le traducteur, la traduction et l'entreprise*, Afnor, Paris, 1989.

Ladmiral J.R., *Traduire: Théorèmes pour la traduction*, Payot, Paris, 1979.

Larose R., *Théories contemporaines de la traduction*, Presses de l'Université du Québec, Québec, 1987.

Lederer M., *La traduction aujourd'hui – Le modèle interprétatif*, Hachette, Paris, 1994.

Magalhães F.J., *Da tradução profissional em Portugal*, Edições Colibri, 1996.

Mounin G., *Les problèmes théoriques de la traduction*, Gallimard, Paris, 1963.

Oliveira I., « La Métaphore terminologique sous un angle cognitif », *Meta*, Journal des traducteurs, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 2006, pp. 49-68.

Oliveira I., « Pour une Approche de la métaphore terminologique », *La banque des Mots*, Revue de terminologie française, Conseil international de la langue française, Paris, pp. 23-49.

Serres M., *La traduction*, Les Editions de Minuit, Paris, 1989.

THOIRON Ph., & CLAS A., (eds), *Lexicomatique et dictionnairiques:* in *Actes des IVèmes Journées scientifiques du Réseau L.T.T. (AUPELF-UREF)*, Beyrouth - Montréal : FMA - Aupelf-UREF, 1997.

40. KELSON DOS SANTOS ARAÚJO - JACQUELINE H. ARAÚJO (CENTRO UNIV. DA CIDADE – SOC. EDUC. SÃO PAULO APÓSTOLO, BRASIL)

OS CURSOS SUPERIORES DE TRADUÇÃO NO BRASIL E UMA PROPOSTA PARA A INTRODUÇÃO DO ENSINO DOS APLICATIVOS COMPUTORIZADOS DE AUXÍLIO À TRADUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar de forma breve alguns exemplos de grades curriculares extraídas de Cursos Superiores de Tradução oferecidos por instituições de ensino prestigiadas no Brasil.

Os conteúdos de tais grades curriculares são analisados à luz do contexto acadêmico em que se inserem atualmente, tanto em termos das expectativas do corpo discente, como em termos das habilitações do corpo docente para levar a cabo sua missão de transmissão de conhecimentos no setor de Tradução.

O trabalho prossegue apresentando uma lista dos mais novos recursos computadorizados de apoio ao Tradutor, muitos deles gratuitos e acessíveis à maior parte dos alunos para trabalhos práticos.

O uso de tais aplicativos computadorizados vem sendo ensinado regularmente mediante diversos cursos particulares de curto prazo oferecidos nos grandes centros brasileiros, especialmente no eixo Rio-São Paulo.

Sendo assim, como conclusão, considerando que existe de fato demanda da parte dos profissionais que querem ingressar no mercado de tradução, o presente trabalho inclui também uma proposta de fusão dos conteúdos dos Cursos Superiores com o conteúdo de tais cursos práticos, pelo menos em termos parciais inicialmente (conforme os recursos técnicos e humanos disponíveis), com vistas a se alcançar uma melhor adequação à realidade do mercado global que exige obrigatoriamente um bom domínio de diversas ferramentas de auxílio à tradução.

1. Introdução

Conforme reconhecido pelo Tema 2 do presente Colóquio Anual da Lusofonia 2006, existe atualmente uma abundância de cursos superiores de Tradução, porém o conteúdo acadêmico oferecido pela maior parte de tais

cursos apresenta-se fora da realidade do mercado. Considerando que isto se constata em Portugal, a situação é ainda mais problemática no Brasil, país que, infelizmente por decisão estrategicamente política, permanece há décadas extremamente carente de recursos suficientes destinados à Educação e à formação adequada de Recursos Humanos em termos gerais.

O presente trabalho, então, apresenta inicialmente um breve apanhado do conteúdo médio geral das grades curriculares de alguns cursos superiores de Tradução de universidades brasileiras (consideradas de prestígio nacional) seguido de sua análise correspondente. Tal análise transcorre à luz do contexto acadêmico em que as disciplinas oferecidas inserem-se atualmente, tanto em termos das expectativas do corpo discente, como em termos das habilitações do corpo docente para levar a cabo sua missão de transmissão de conhecimentos adequados à formação de bons profissionais da área de Tradução.

A partir daí, lembramos que, já por vários anos, o mercado global de tradução vem exigindo que o profissional tradutor tenha o domínio de diversas ferramentas computadorizadas de tradução, ferramentas estas capazes de lhe conferir agilidade, precisão e confiabilidade geral nos serviços por ele executados. Particularmente no caso de tradutores independentes (também conhecidos como autônomos ou *freelancers*), muitos dos quais trabalham para agências especializadas, a aquisição das habilidades anteriormente citadas representa um fator chave para seu sucesso no mercado de trabalho altamente competitivo que se nos apresenta. Vale também lembrar que não estamos somente considerando o mercado de traduções técnicas, mas também se inclui o mercado de traduções literárias pois as ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução são coadjuvantes fundamentais ao trabalho do tradutor literário no que toca a se manter a terminologia e estilo utilizados durante toda a extensão da sua tarefa.

O trabalho prossegue apresentando uma lista não definitiva de algumas ferramentas (aplicativos computadorizados) de auxílio ao tradutor que estão disponíveis de forma gratuita na Internet. Porém, tal gratuidade realmente não reflete o quão preciosos são no sentido de facilitarem enormemente as tarefas preliminares à tradução propriamente dita, entre elas: conversão de dados, elaboração de glossários, pesquisa em corpus, gestão de terminologia, enfim, tudo aquilo que contribui para o famoso trinômio-alvo: agilidade, precisão e confiabilidade que caracteriza o tradutor de sucesso. Infelizmente, como perceberemos mais à frente, poucos são os cursos superiores de tradução que preparam seus alunos para tirarem proveito destas ferramentas de apoio.

É importante notar que nem todos os estudantes que procuram um curso superior de Tradução desejam se formar com vistas a abraçar a carreira de ensino acadêmico, notadamente, objeto de muita vocação e extrema dedicação. De fato, embora os bons profissionais de línguas saibam que têm o seu lugar facilmente garantido nas posições de professores ou de instrutores de idiomas em quaisquer Universidades ou Cursos de Idiomas, muitos outros querem graduar-se para poderem atuar bem como tradutores independentes em busca, obviamente, de uma pequena fatia do imenso mercado global de tradução, o qual gira em torno de 10 bilhões de dólares.

Trabalhar como *freelancer* é uma das atividades consideradas mais atraentes pelos recém-formados, pois a oferta de trabalhos ainda é relativamente alta e o tradutor pode oferecer e executar seus serviços a partir da própria casa. Contudo, a situação atual com que se deparam os estudantes, especialmente no Brasil e, acreditamos nós, também em Portugal, consiste em serem obrigados a cursar um número elevado de disciplinas teóricas e de interesse exclusivamente literário que não atendem às suas expectativas técnicas e práticas.

Reconhece-se também a necessidade de separar os currículos oferecidos em dois tipos distintos: graduação como tradutor de textos escritos e graduação como tradutor-intérprete, sendo que as necessidades de formação específica para este último tipo de graduação não será tratada aqui. Como é costumeiro, a escolha das disciplinas específicas para cada tipo pode ser feita a partir do terceiro semestre com as mesmas disciplinas básicas sendo cursadas nos primeiros dois semestres do período escolar.

Desta forma, faz-se mister que os profissionais acadêmicos, gestores das grades curriculares dos cursos superiores de Tradução, tomem providências no sentido de adequarem a preparação acadêmica que é fornecida aos alunos às reais demandas existentes. Do contrário, tais demandas continuarão a ser supridas apenas por parte de cursos independentes, de curta duração, os quais

proliferam pelo eixo Rio de janeiro-São Paulo justamente porque a procura pelo conhecimento da utilização dos aplicativos computadorizados de auxílio à tradução é imensa. Isto configura uma grande pena pois assim se perde a grande oportunidade de fornecer tal conhecimento aos estudantes ainda no ambiente universitário, quer público ou particular, com ou sem bolsas de estudos, de acordo com as provisões de cada instituição de ensino.

Deste modo, o acesso às preciosas informações acaba ficando limitado a uma pequena parcela de profissionais que podem posteriormente pagar pelos cursos particulares de curta duração. Finalmente, não é arriscado afirmar que, sem o domínio satisfatório das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, o destino dos profissionais tradutores será semelhante ao daquele das máquinas de escrever e do antigo aparelho de telex, ou seja, ainda hoje há quem faz uso dos seus serviços, porém em uma escala muito limitada.

2. Exemplos de grades curriculares de cursos superiores de Tradução oferecidos por instituições de ensino prestigiadas no Brasil

Nossa pesquisa demonstrou que há cerca de 31 instituições de ensino superior listadas como oferecendo cursos de graduação como Tradutor e - ou Intérprete (Bacharelado).

Deste total, apenas 11 instituições efetivamente podem ser consideradas como tituladoras da graduação em Tradução aos seus alunos devido à oferta de (algumas) disciplinas específicas.

De fato, a Tabela 1 demonstra que há um desbalanceamento muito grande entre a quantidade de disciplinas orientadas para as formações geral - humanística, linguística, literária e a quantidade daquelas disciplinas voltadas para a formação específica do tradutor, formação esta mormente relegada a apenas uma ou duas disciplinas de teoria e - ou de prática de tradução e que, mesmo assim, passam a estar presentes apenas a partir do segundo ano de estudos.

TABELA 1.

Exemplo de grade curricular com disciplinas tipicamente oferecidas por Cursos Superiores de Letras em Instituições de Ensino brasileiras com habilitação como Tradutor

Graduação: Bacharel Em Letras - Tradutor	
Período - Semestre	Disciplinas
1	- CONCEITOS BÁSICOS DE LINGUÍSTICA - INGLÊS I - LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL - LEITURAS ORIENTADAS I - LITERATURA BRASILEIRA I
2	- ELEMENTOS DE LATIM I - INGLÊS II - ESTUDOS LINGUÍSTICOS I - LEITURAS ORIENTADAS II - LITERATURA BRASILEIRA II - NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA
3	- ESTUDOS LITERÁRIOS - INGLÊS III - ESTUDOS LINGUÍSTICOS II - TEORIA DO TEXTO - LITERATURA BRASILEIRA III - TRADUÇÃO: TEORIA E TÉCNICA
4	- INGLÊS IV - LITERATURA BRASILEIRA IV - SINTAXE DO TEXTO - LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO - TRADUÇÃO DO INGLÊS I
5	- CULTURA INGLESA - INGLÊS V - PANORAMA DA LITERATURA PORTUGUESA - SEMÂNTICA DO TEXTO - TRADUÇÃO DO INGLÊS II
6	- CULTURA NORTE-AMERICANA - INGLÊS VI - PRODUÇÃO TEXTUAL I - TRADUÇÃO DO INGLÊS III - VERSÃO DO INGLÊS I
7	- ESTILÍSTICA DO INGLÊS - INGLÊS VII - PRODUÇÃO TEXTUAL II - TRADUÇÃO DO INGLÊS IV - VERSÃO DO INGLÊS II

8	- ESTÁGIO SUPERV. DE TRADUÇÃO DO INGLÊS - INGLÊS VIII - TERMINOLOGIA I - VERSÃO DO INGLÊS III

A partir da Tabela 1 podemos também constatar a total falta de atualização das poucas disciplinas específicas de tradução oferecidas pois nenhuma das ementas respetivas nem mesmo menciona, sequer na teoria ou na prática, as ferramentas computadorizadas de tradução indispensáveis ao profissional realmente capacitado.

Outro aspeto preocupante na análise deste exemplo de grade curricular diz respeito à oferta de disciplinas que rezam sobre o tema da versão para a língua estrangeira, neste caso, o inglês.

Nossa experiência demonstra que é totalmente desaconselhável que profissionais ainda sem extensa experiência com tradução para sua própria língua materna (como é o caso da imensa maioria dos alunos que procuram um Curso Superior de Tradução) venham a se aventurar em trabalhos de preparação de versões para sua segunda língua. Os resultados do ensino obtidos nesse tipo de disciplinas dificilmente refletiriam uma produção de textos com qualidade aceitável comercialmente.

Decerto que um Curso Superior para formação de Tradutores deva ser capaz de conferir os fundamentos básicos teóricos aos estudantes para que adotem uma postura reflexiva quanto à sociedade e aos desafios com os quais se depararão.

Porém, o que se constata é que a teoria acadêmica vem sendo por demais privilegiada e o resultado acaba sendo a geração de profissionais diplomados com poucas chances de serem bem-sucedidos no mercado globalizado de tradução.

Mesmo mediante esta breve análise, não é temeroso afirmar-se que a quase totalidade dos cursos superiores de Tradução disponíveis no Brasil não oferece grades curriculares capazes de prepararem adequadamente seus alunos. A leitura das ementas das disciplinas específicas amplamente indica que nem sequer se faz menção da utilização da informática aplicada à tradução nem da especialização em novas tecnologias e muito menos ainda se fala sobre as tendências do mercado de tradução (veja a Tabela 2).

TABELA 2.

Exemplos das ementas de algumas disciplinas específicas sobre Tradução oferecidas por Instituições de Ensino Superior brasileiras

Disciplina	Ementa
Teoria da Tradução I	Reflexão científica sobre a tradução. Fundamentos teóricos: elementos constitutivos da teoria de tradução. Terminologia e significado em prospetiva interlinguística Questões fundamentais dos contatos de Língua. Linguagem, língua e cultura. Tipos e técnicas de tradução. O contato entre línguas e o problema da equivalência. O conceito de fidelidade: ganhos e perdas. Os limites da tradução.
Teoria da Tradução II	Tipologia do texto aplicado à tradução. Diferentes modelos de classificação de textos. Abordagem empírica de textos em diferentes línguas. Determinantes extralinguísticos e suas aplicações à tradução. Tipologia de culturas. Relações entre língua e cultura. Adequação do processo de tradução à língua de destino. A tradução literária. Problemas da tradução computacional.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Gerais	Introdução: problemas gerais de tradução. Características e diferenças das duas línguas. Exercícios e tradução de textos gerais sobre: organização social e administrativa; comércio, indústria, meios de transporte, serviços, meios de comunicação, sindicatos, assistência social.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Jurídicos	Natureza do discurso jurídico (discurso fechado): necessidade de precisão e de eliminação de ambiguidades Tradução de textos da constituição, dos códigos civil, penal e comercial, de documentos jurídicos, acórdãos e pareceres, de textos jornalísticos

	sobre assuntos jurídicos. Natureza do discurso político: considerações sobre mensagem e estilo - frases de efeito, retórica. Diferenças de estilo no discurso político em inglês e português. Tradução de textos de análise política e de discursos. Pesquisa de bibliografia e formação de glossários de termos jurídicos.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Técnicos	Natureza do discurso científico e técnico: implicações para a tradução. Tradução de textos científicos e técnicos em diversas áreas. Pesquisa bibliográfica e formação de glossários de termos técnicos.
Prática de Tradução Inglês-Português: Textos Literários	Textos literários: prosa, crítica comparativa de traduções existentes. Natureza do discurso literário: problemas específicos da tradução literária. Tradução de textos de prosa de autores contemporâneos.
Terminologia	Aspetos teóricos da pesquisa terminológica. Técnicas e atualidades. Exercícios práticos de pesquisa de terminologia. Terminologia mono e multilíngue como atividade de apoio à ciência e à tecnologia e ao trabalho do tradutor - intérprete. Conceituação. Escolas terminológicas (correntes de pensamento). Problemas terminológicos dos países em desenvolvimento. O caso brasileiro. Relações com a linguística geral e com os setores da linguística (lexicologia, semântica etc. A pesquisa terminológica apoiada em recursos computacionais: terminologia informatizada. Polissemia e homonímia. A relação sinonímica. Sistematização terminográfica. Tipos de termos. Dicionários, vocabulários, tesauros etc. Padrões terminológicos nacionais e internacionais. Trabalho prático dos alunos.

Observamos que as breves menções do uso de computadores no trabalho do tradutor já vêm sob uma ótica desfavorável ("os problemas da tradução computacional", por exemplo) ou são abordados de uma forma muito superficial ("a pesquisa terminológica apoiada em recursos computacionais: terminologia informatizada"), dispersa entre uma grande quantidade de outros tópicos teóricos da mesma disciplina.

Desta forma, uma rápida análise das ementas das disciplinas dos cursos oferecidos indica que não visam dar a conhecer aos alunos as ferramentas de auxílio à tradução, muito menos realizar tarefas práticas com elas, algo que seria de extrema valia para o futuro profissional formado.

No universo de Instituições de Ensino Superior estudado, pouquíssimas são as que tentam implementar o ensino da teoria e da prática com memórias de tradução, da terminologia de áreas técnicas e com o estabelecimento de parcerias com empresas do campo da informática e - ou com agências de tradução.

Estas últimas atividades representam um componente interessante do ponto de vista prático pois, por exemplo, pode envolver a prestação por parte dos alunos de serviços gratuitos de tradução e interpretação a projetos especiais de ajuda humanitária no Brasil e no exterior (serviço oferecido, de fato, por apenas uma das instituições de ensino pesquisadas cuja orientação possui cunho religioso), além de poderem atender, também, a instituições parceiras da instituição de ensino com oportunidade de remuneração real, ampliando seu portfólio e desde já conferindo aos alunos uma prévia de situações reais do mercado de trabalho.

Apenas uma das instituições pesquisadas oferecia palestras virtuais com tradutores profissionais já estabelecidos cujos temas giravam ao redor do mercado de tradução e suas exigências. Tais instituições citadas anteriormente foram exceções à regra.

3. Cursos independentes de curta duração para Tradutores - um nicho de mercado

Dada a grande necessidade que têm os profissionais de Tradução, formados ou não em nível Superior, no tocante a se adequarem às exigências atuais do mercado (não somente por parte das agências de tradução, mas também por parte dos clientes finais), existe uma ampla variedade na oferta de cursos de

curta duração, presenciais ou à distância, que abrangem exatamente a parte prática do ferramental que todo Tradutor profissional precisa dominar para tornar-se bem-sucedido em sua carreira.

Alguns exemplos dos componentes curriculares oferecidos em tais cursos incluem: O Mercado de Tradução, Ferramentas de Tradução: Trados, Wordfast, Novas Estratégias de Pesquisa para o Tradutor: "Sites" de Busca, Internet, Pesquisa de Corpus e CD-ROMs Multimídia, Oficina: Uso de Corpus para Otimizar o Texto Traduzido, Corpus: Como Fazer seu Próprio Corpus: Tamanho, Balanceamento, Tipos, Representatividade, Prática de Tradução "Corpus Based", Word Avançado para Tradutores.

Percebe-se aqui que os conteúdos de tais cursos podem ser adaptados de forma a serem abrangidos no âmbito do sistema de créditos acadêmicos para cada semestre ou período escolar nas Instituições de Ensino Superior. Os alunos seriam beneficiados por não mais precisarem ter que recorrer a formação especializada adicional (após a obtenção do seu diploma) para que possam começar efetivamente a trabalhar em nível profissional.

Além dos conteúdos de informática próprios do ensinamento prático das disciplinas específicas sobre tradução auxiliada por computador, vale ainda citar alguns aplicativos computadorizados disponíveis gratuitamente na Internet e que são de extrema importância para o trabalho do tradutor.

Em um país como o Brasil em que o valor do salário mínimo nacional é aviltante (cerca de 100 euros líquidos), aplicativos gratuitos (e úteis) são quase que uma questão de sobrevivência ao tradutor autônomo iniciante. A Tabela 3 apresenta uma compilação não abrangente de alguns de tais aplicativos.

TABELA 3.

Alguns valiosos aplicativos computadorizados de auxílio ao trabalho dos tradutores

Aplicativo	Descrição	Utilidade	Disponível gratuitamente em
A.F.7 Merge Your Files 1.3	Funde o conteúdo de vários arquivos em apenas um.	Tradução de centenas de pequenos arquivos .htm que exigiriam trabalho de abrir, traduzir, salvar e fechar os arquivos um a um.	http: - - www.fauland.com - af7.htm
CSV to TMX Converter 1.0-7	Extrai o texto dos glossários bilíngues no formato CSV e o converte para o formato TMX compatível com Trados - Wordfast.	Abastecimento de memórias de tradução com o conteúdo de centenas de glossários já prontos (da Microsoft, por exemplo).	www.maxiprograms.com
CSVed 1.3.11	Manipulador de arquivos CSV, delimitados com qualquer separador. Possui várias funções de edição, busca e substituição.	Para arquivos CSV cujo conteúdo não foi possível extrair com o aplicativo CSV Converter.	http: - - home.hccnet.nl - s.j.francke - software - software.htm
ApSIC Xbench 2.6	Permite fazer busca simultânea em múltiplas referências bilíngues (arquivos de texto tabulado, memórias TMX, .txt,	Manutenção da mesma terminologia empregada em trabalhos anteriores para o mesmo cliente. Possibilidade	www.apsic.com

	.ttx, .rtf, .doc, SDLX .itd, dicionários e glossários nos formatos IBM TranslationManager, STAR Transit, Wordfast e Microsoft .csv)	de consulta fácil e rápida a corpus extremamente vasto com definição de prioridade de importância.	
Convert 4.08	Conversor de unidades de medida.	Conversão rápida e fácil de diversos tipos de unidades de medida, sempre presentes em textos de traduções técnicas.	http: - - joshmadison.net - software - convert -
FreeBudget 4.1.1.0	Aplicativo para contagem de palavras em arquivos nos formatos RTF, MSWord, WordPerfect e TXT.	Geração de relatórios para orçamentos aos clientes com estimativa de tempo de execução dos projetos.	www.webbudget.com
Xpdf 3.01pl2	Visualizador de arquivos PDF.	Extração do texto, conversão de PDF para PostScript e outras.	http: - - www.foolabs.com - xpdf - download.html

4. Conclusão

No Brasil, algumas possíveis barreiras ao aprimoramento do conteúdo dos Cursos Superiores de Tradução incluem a falta de experiência do corpo docente na utilização avançada das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, deficiências crônicas na formação dos alunos que ingressam nos cursos (muitos pensam que irão aprender inglês ou espanhol nos cursos de Letras das Universidades quando, na verdade, já deveriam apresentar conhecimentos avançados do idioma estrangeiro) e carência de equipamentos e de instalações adequadas ao ensino prático.

Contudo, tais barreiras não podem permanecer eternamente como estão. Elas existem, sim, e são de grande dificuldade, mas não intransponíveis.

Como acreditamos que existe interesse na busca por qualidade nos cursos superiores de tradução, aquelas Universidades que, mesmo de forma tímida inicialmente, conseguirem começar a quebrar os paradigmas e assim incluírem em suas grades curriculares mais e mais disciplinas voltadas inteiramente ao atendimento das necessidades práticas do trabalho do tradutor moderno, serão as que mais se destacarão no meio acadêmico no quesito integração com o Mercado.

Algumas propostas de intervenção com o objetivo de atualização dos currículos das disciplinas oferecidos atualmente são:

a) a preparação adequada dos professores universitários do quadro atual das Instituições de Ensino Superior aproveitando a oferta dos cursos independentes de curta duração.
Com os novos conhecimentos práticos adquiridos pelo corpo docente, a reelaboração das ementas das disciplinas poderá efetivamente adequá-las àquilo que realmente um tradutor recém-formado precisa saber atualmente para conquistar o seu lugar no mercado global;

b) o estabelecimento de parcerias - convênios com agências de tradução, nacionais e estrangeiras, sempre interessadas no aproveitamento dos melhores jovens profissionais para seus quadros, quer como efetivos, quer como tradutores autônomos. Isto permitirá também garantir a oferta de estágios de qualidade aos formandos que é uma parte importante e obrigatória dos parâmetros curriculares nacionais.

c) o estabelecimento de parcerias - convênios com fornecedores - fabricantes de equipamentos de informática para a criação ou reequipamento

de laboratórios para o ensino prático sobre as ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução.

Se a aquisição de licenças de utilização dos aplicativos for uma questão importante em termos de custos, é possível utilizar as versões de demonstração dos principais programas como o Trados, Wordfast, SDLX Light, Déjà Vu, entre outros.

Certamente, a análise da situação curricular atual da maior parte das Instituições de Ensino Superior de Cursos de Letras voltados para a formação de Tradutores no Brasil demonstra que há um longo caminho a ser percorrido no tocante à modernização do conteúdo das disciplinas oferecidas com vistas a um melhor atendimento das necessidades do mercado global de tradução.

A aparente cristalização teórica - acadêmica das matérias presentes no ensino universitário sobre tradução precisa ser quebrada. As tecnologias transformam o modo de trabalhar, de ensinar e de informar. Por conseguinte, os cursos universitários não mais devem deixar a parte prática relegada a um segundo ou terceiro planos pois o mercado somente acolherá bem os profissionais cuja formação tenha incluído o domínio das ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução, domínio este capaz de lhes possibilitar o fornecimento de serviços de forma rápida, confiável e de custo acessível aos seus clientes.

5. Referências Bibliográficas

Oren, T. (2004) 'Machine Translation and the Global Blogosphere' in 'Global Voices session' - Harvard Berkman conference. Disponível em http: - - www.windsofchange.net - archives - 006011.php

ABRAPT - Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (2006), 'Lista de Cursos de Tradução no Brasil'. Disponível em http: - - www.abrapt.org.br

Lavor, Cecília S. de; Freire, Gustavo N. de; Gorovitz, Sabine (2006) in 'O Mundo na Ponta da Língua'. Disponível em http: - - www.unb.br - portal - graduacao - cursos - sobre - letras.php

Excertos do 7º Prêmio União Latina - CBL de Tradução Especializada (2006) in 'As Novas Tecnologias e a Necessária Adaptação do Tradutor' - Seminário organizado na Bienal Internacional do Livro de São Paulo

Stupiello, M.S. Prof. Érika N. A. (2006) in 'Letras - Tradutor e Intérprete' - Apresentação do Curso. Disponível em http: - - www.unilago.com.br - graduacao - info - ?Curso=9

41. REGINA CÉLIA DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA (UNIVERSITÀ DEGLI STUDI SUOR ORSOLA BENINCASA, NÁPOLES, ITÁLIA)

O TRADUTOR E O PROBLEMA DA MULTICULTURA

"(...) Traduzir literatura é exercer a paixão literária: é seduzir a palavra, namorar a entrelinha, apalpar o silêncio, é esvaziar-se de si para deixar que o outro se manifeste, um pouco como num caso de amor. Trabalho difícil, tão fácil de criticar, tão pouco considerado, mas que se faz porque esse também é um preço a se pagar: em lugar de um emprego público, permanecer horas e horas no reino do seu pequeno escritório, com livros, discos, silêncios e cada vez mais indagações.

(...)"

Luft, Lya, *Somos o material da nossa arte*. São Paulo. PUC, Imprensa Oficial, 1997:14

O fenómeno mundial da globalização, reduziu o mundo a uma aldeia global, a uma comunidade aberta a todos os povos, comunidade múltipla nas suas diferenças e no seu legado comum, estimulando contactos multiculturais que permitem uma dinâmica de reconhecimento recíproco cada vez mais estreito, no âmbito histórico e cultural.

O diálogo intercultural leva à comunicação, à informação, ao conhecimento dos diversos usos e costumes, das tradições, da história, da língua de um país. No mundo contemporâneo está-se a desenvolver uma atitude mental da pluralidade, da cultura do outro, da riqueza que constituí a identidade cultural de cada povo, de cada etnia.

O que é que a globalização tem a ver com a tradução?

Se entendermos o ato da tradução, como uma mera operação linguística e técnica, não se sabe que relação existe entre a globalização e o tradutor. Mas, se a entendermos como um ato de comunicação e de interpretação, o caso muda completamente de perspetiva.

As diferentes traduções que hoje se realizam podem ser classificadas, seguindo uma tipologia simples em: traduções técnicas, científicas e literárias.

Diversos são os fatores que levam à realização de uma determinada tradução. Mas, é em conformidade com esses fatores que se pode definir a qualidade do trabalho realizado.

É primordial conhecer a finalidade da tradução, porque muitas vezes, considera-se uma tradução de qualidade, aquela que corresponde inteiramente *"às exigências expressas pelo cliente*", onde a tradução é vista como uma simples operação económica, uma simples troca de mercadoria.

Num mundo caraterizado pelo "*compra e vende",* a economia tende a dominar também a atividade de tradução. O critério é aquele de que o *cliente compra uma propriedade* e portanto, consequentemente, essa propriedade tem um caráter absoluto. Esta ação, não exige do tradutor um trabalho intelectual e ao mesmo tempo, afasta o cliente do pagamento dos Direitos de Autor previstos pela Lei. Através do pagamento da tradução, o tradutor perde o direito de decidir o que fazer com a sua tradução, seja ela de caráter técnico, científico ou literário.

Se em relação à tradução técnica e científica, é mais fácil aceitar este fenómeno, o mesmo não acontece para a tradução literária. Na tradução de um livro de instruções, ou de um texto de caráter jurídico, não é fundamental respeitar a personalidade artística do autor e a originalidade do estilo da obra.

Tratamos aqui, evidentemente, da tradução de obras literárias.

No início do século XIX, os estudos sobre a tradução desenvolveram-se principalmente na Europa do Oriente, onde a influência dos formalistas russos, do círculo linguístico de Praga e das teorias homskianas era mais forte.

O século XX, assiste a um notável florescer de estudos e investigações no âmbito da tradução. Lentamente a tradução deixa de ser considerada como um apêndice da ciência linguística ou da literatura comparada e começa a afirmar-se como uma disciplina autónoma, possuindo o seu próprio campo de investigação.

O trabalho dos tradutores começa a ser visto com mais atenção.

Mas, o que provocou a expansão dos estudos de tradução no Ocidente, foi a persecução de objetivos que miravam satisfazer os aspetos práticos e económicos no sentido da tradução automática realizada por máquinas e que considerava a tradução como uma atividade meramente mecânica.

Esta visão da tradução vai determinar a realização de erros sucessivos, que levam a uma revisão de todo o processo até então, desenvolvido.

Durante os anos Trinta, incrementam-se contemporaneamente, a teoria tradutológica e os estudos que se orientavam para a automatização do trabalho da tradução.

De um lado, temos a União Soviética e do outro, os Estados Unidos da América. Vivia-se uma conjuntura económica, social, política e cultural típica dos tempos da Segunda Guerra Mundial que exigia medidas imediatas para a resolução dos problemas militares daquele tempo. Existiam, então, razões diferentes que motivavam a tradução:

- A União Soviética desenvolvia a técnica da tradução, traduzindo a literatura mundial numa linguagem acessível à maioria da população, e fazia-o utilizando a língua russa, conhecida em todos os países pertencentes à União Soviética,
- Os Estados Unidos da América utilizavam já a informática para a realização de traduções.

Duas diretrizes que seguiam estradas divergentes: a primeira, levou à tradução como criação artística e a segunda, à obtenção imediata de uma tradução.

> "*...os serviços secretos americanos sonhavam com um sistema capaz de traduzir rapidamente e a baixo custo as comunicações intercetadas aos soviéticos* (...)" (J-F Dortier 1999 : 13).

Depois do grande interesse demonstrado pela tradução automática de textos não literários, com a utilização de computadores, a tradução que se fazia durante os anos Cinquenta, é definida como ciência. Um grupo de teóricos da informação,

especialistas da linguística, matemáticos e engenheiros, procuraram aplicar ao ato de tradução a estatística e a teoria linguística.

> "(...) *A disciplina que se queria fundar foi denominada com diversos nomes, cada um dos quais refletia uma certa perspetiva teórica. Na verdade, é suficiente percorrer a história destes nomes - ciência da tradução, teoria da tradução, tradutologia e finalmente translation studies - para conhecer os diferentes pontos de vista, com os quais se estudou o traduzir.* "[139] (Nergaard 1995 : 3)

Nos anos sessenta, assiste-se a uma verdadeira viragem, no que diz respeito, aos estudos da tradução. Roman Jakobson, é um dos principais atores desta mudança, e no âmbito do formalismo russo elabora novas teorias válidas ainda hoje.

Segundo Jakobson, a tradução è um ato de comunicação, principalmente entre culturas diferentes, porque a tradução consiste em transpor o significado de uma palavra com outras palavras; sem ela não seria possível o conhecimento de objetos que não pertencem a uma própria cultura. O autor fala do "*equivalente na diferença*".[140]

Portanto, a tradução deve ser entendida num sentido amplo como uma forma de comunicação. O tradutor além de dominar a língua de partida e aquela de chegada, tem de ser capaz de satisfazer os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho e pelo leitor, que hoje é de caráter multilingue e multicultural.

Explicar por outras palavras o significado de uma expressão, é um ato de interpretação que varia dependendo da pessoa que o faz e portanto, é sempre diferente de indivíduo para indivíduo.

Todos sabemos, que existem diferentes interpretações de um mesmo texto, mas que no entanto, conservam o núcleo essencial do texto original. Trata-se portanto, de tudo aquilo que não se modifica ao nível do significado, por exemplo, o sentido de uma poesia, ou a visão do mundo que o autor deseja revelar ao leitor.

Contemporaneamente, o pensamento de Lotman abre a Escola de Telavive às teorias da tradução. Desta escola faz parte o estudioso Itmar Even-Zoahr que abre novas perspetivas para o estudo da tradução.

A literatura traduzida é um elemento daquele complexo de sistemas interativos, que se definem como cultura.

Tornam-se determinantes os fatores sociais, culturais, ideológicos, além dos literários e linguísticos. A tradução passa a ser considerada cada vez mais, como um fenómeno de comunicação intercultural e social.

Assim, a problemática global da formação do tradutor é essencial para o desempenho de uma profissionalidade de qualidade. O tradutor, além de possuir uma formação de dimensão técnica e científica deve desenvolver o seu trabalho de modo correto e eficaz, procurando articular as duas componentes do "saber" e do "saber-fazer".

Esta dimensão profissional supõe a existência de uma bagagem cognitiva e de uma aptidão eficiente, no que diz respeito à utilização dos conhecimentos úteis no momento certo.

A formação cultural do tradutor, constituí uma das componentes mais complexas, pouco definida, mas, fundamental para o exercício da profissão. Esta componente é reconhecida de modo inequívoco e unânime como uma parte intrínseca do desempenho correto da profissão de tradutor.

Não é por acaso que, por exemplo, os curricula que se referem aos Cursos de tradução nas Universidades Portuguesas são analisados e discutidos pela Associação Portuguesa dos Tradutores e pela Representação Portuguesa do Serviço de Tradução da Comissão Europeia.

[139] Tradução realizada por mim.

[140] Jakobson, Roman (1966), "Aspetti linguistici della traduzione", in Saggi di Linguistica Generale, Feltrinelli, Milão, pg 56.

O trabalho dos tradutores manifesta-se de modo determinante na receção das obras literárias, determinando contemporaneamente um enriquecimento linguístico e cultural do sistema de chegada, o qual amplia os seus horizontes.

O tradutor deve ter bem presente a cultura fonte e a cultura de chegada, respeitando a identidade e a diferença cultural. É necessário então, conhecer o conceito de cultura e de identidade cultural porque através da tradução são duas culturas que se comparam, que entram em contacto.

A cultura de um povo faz-se, através da sua língua, da sua literatura, dos seus usos e costumes, das suas memórias, das suas tradições, da sua história e dos seus feitos heroicos. Pertence à cultura de um país, os mecanismos que conduzem à conceção e à difusão de descobertas científicas, tecnológicas e de todas as formas de arte e de diálogo. O que é a alma, o que é o profundo social e mental das manifestações do espírito de um povo, isso também é cultura. Toda esta riqueza transparece nas obras literárias de um país. É necessário traduzi-la.

Dedicar maior atenção à dimensão cultural da função do tradutor é pois, indispensável. O desaparecimento das fronteiras culturais e políticas, típico do nosso tempo, atribuiu consequentemente ao tradutor um papel social, especial.

Cada ato de tradução é uma atividade interpretativa, na qual as escolhas feitas pelo tradutor têm consequências em cadeia, como por exemplo, impedir determinadas potencialidades semânticas para evidenciar outras ou criar determinadas notas intratextuais ou intertextuais em vez de outras.

Inevitavelmente, cada ato de tradução sofre também as mudanças no tempo, pois a língua e a sociedade estão em constante devir; por isso, cada época sente a necessidade de traduzir novamente os mesmos textos já traduzidos anteriormente.

Neste sentido afirma Maria Corti:[141]

> "(...) *Cada época produz um tipo próprio de sinais, que se manifesta nos modelos sociais e literários: apenas esses se consumam e a realidade parece esmorecer, novos sinais são necessários para cativar de novo, daí o valor informativo das estruturas dinâmicas da literatura.* (...)" (Corti 1976 :183 - 4)

Portanto, é preciso pegar no texto original, lê-lo e considerá-lo em relação ao contexto político, histórico, social e cultural que o produziu.

Antes de começar a traduzir é preciso compreender o texto, interpretá-lo em todos os seus aspetos e examiná-lo nas suas diferenças entre os dois sistemas, o sistema fonte e aquele de chegada.

A observação do texto de partida serve para entender a estrutura do texto, depois realiza-se uma leitura atenta que permite ao tradutor entrar na atmosfera mental do autor e de chegar a compreender realmente o texto. Segue-se então, a decodificação do texto, através da utilização de todos os instrumentos à disposição do tradutor.

Umberto Eco, afirma que a tradução é uma das formas de interpretação e que como tal, tem como finalidade a criatividade da intenção do texto, aquilo que o texto diz ou sugere em relação à língua na qual é expresso e o contexto cultural no qual nasceu. Só deste modo, se pode dizer que a tradução é "fiel", isto é, aceitável.

Eco não fala de normas, mas aconselha a escolha alternativa dos diversos tipos de tradução, dependendo dos problemas apresentados pelo texto original a traduzir.

O importante é que, o texto traduzido, mesmo se diferente, tenha o sentido, ou grande parte do sentido do texto original, isto é, o pensamento do outro, a alteridade fechada nele.[142]

"(...) Para concluir

[141] Tradução realizada por mim. Corti, Maria (1976) *Principi della della comunicazione letteraria*, Bompiani, Milão, pgs183-184. (citada também por Bassnett).

[142] Eco, Umberto (1995), "*Sulla traduzione*" in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.

[...], deve-se dizer que uma tradução satisfatória deve dar [isto è conservar muito imutado, e possivelmente aumentar sem contradizer] o sentido do texto original ... Traduzir significa interpretar e interpretar quer dizer também aposar que o sentido que nós reconhecemos num texto é de algum modo, e sem contradições cotextuais evidentes, o sentido ***daquele*** *texto.*

O sentido que o tradutor deve encontrar, e traduzir, não está depositado em nenhuma língua. É simplesmente o resultado de uma pura conjetura de interpretação [...] a decisão é tomada contextualmente, mas entender um contexto é um ato hermenêutico. (...)"[143] (Eco, 1995:38)

O tradutor tem a responsabilidade de se manter distante das tradições nacionais e de agir como um agente intercultural. Ele funciona como um intermediário que põe em contacto duas culturas diferentes, ato no qual, pode agir de maneira parcial ou imparcial. É necessário pois, recorrer ao campo da ética profissional e usar eticamente o poder e o papel de *agente intercultural*.

A prática da tradução profissional exige um modelo novo de formação, deve ser de caráter interdisciplinar, multidisciplinar.

O ensino da componente - cultura - deve preparar o tradutor a não cometer erros de cariz histórico e cultural na tradução, e deve prepará-lo a agir numa realidade multifacetada, fornecendo-lhe todos os elementos metodológicos e teóricos de que necessita para compreender tal realidade.

Se um tradutor possui um texto original para traduzir, ao tentar compreender qual o contexto cultural que o originou, deve preocupar-se ao mesmo tempo, em conhecer mais sobre a época no qual o texto nasceu. Assim, realizará uma tradução o mais fiel possível ao texto original.

É indispensável pois, conhecer a história do país da língua de partida, para poder deste modo transmitir o sentir real do autor.

É importante, salientar ainda que, nem sempre o tradutor pertence ao conjunto dos fatores sociais, culturais, políticos e históricos considerados desejados.

Se o tradutor é de outro país, com certeza que não condivide o mesmo universo de referências intelectuais e culturais do autor. Se por acaso, pertence a outra época, o contexto histórico de referência não é o seu e pode até ser-lhe desconhecido.

O tradutor é considerado como um sujeito integrado num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico, que não pode ser ignorado ou simplesmente eliminado ao elaborar a tradução. A sua vivência no presente, influenciará sem dúvida, voluntária ou involuntariamente, a sua tradução. O tradutor pode encontrar-se completamente alheio aos princípios ideológicos e às correntes filosóficas e literárias que inspiraram o autor do texto.

É pois, exatamente nesta situação que o tradutor faz a sua escolha, realizando uma tradução literalmente "fiel", usando a sua competência linguística ou então procurando estabelecer uma atitude comunicativa, estudando as referências culturais que sustentam o texto, compreendendo o autor na sua época e integrado na sua história.

Por isso, deve existir uma convergência entre o texto original e o universo mental do tradutor.

Receber um texto para traduzir então, é como receber o próprio autor em casa carregado dos seus sentimentos e emoções.

Exagerado?!

O tradutor deve tentar analisar e compreender o universo interior do autor, para depois, conseguir transmitir realmente aquilo que o autor escreveu, através da utilização da linguística.

[143] Idem. Tradução realizada por mim.

Quer isto dizer então que, para realizar uma tradução de qualidade é fundamental a realização de um trabalho de investigação, que vai dar **"personalidade"** à obra traduzida.

Não se trata portanto, de uma sucessão de palavras perfeita ou imperfeitamente ajustadas ao original, que deturpa a intenção verdadeira de comunicação do autor. A tradução ideal, pois, não é uma correspondência perfeita a nível de vocabulário.

Assim, é evidente que o objetivo principal do tradutor deve ser aquele de ficar o mais próximo possível ao original na sua totalidade e ser transparente no texto traduzido, isto é, a finalidade última é aquela de reproduzir o texto fonte noutro código linguístico.

A este propósito a estudiosa brasileira Rosemary Arrojo afirma:

> *"(...) traduzir [...] implica [...] em primeiro lugar, reconhecer seu papel essencialmente ativo de produtor de significados e de representante e intérprete do autor e dos textos que traduz.*
>
> *Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica. Ou seja, terá que estar sintonizado com o ideário do seu tempo e lugar e, consequentemente, com a visão que esse tempo e lugar lhe permite ter do texto e do autor que interpreta. (...)"*[144]
>
> (Arrojo, 1992:104)

Depois de quanto foi dito, é óbvio, que traduzir não significa apenas conhecer a língua de partida e aquela de chegada. É muito mais do que isso.

Esta é a consciência a adquirir para oferecer produtos de qualidade aos leitores e para poder competir no mercado de trabalho global.

O tradutor escolhido pela casa editora, certamente não pode ser o autor da obra a traduzir, mas também não poderá ser o estudante que fez apenas um exame de língua.

Infelizmente, este é um dos casos que ainda se verifica em Itália. Não último, o caso de algumas traduções apresentadas na Feira do Livro de Turim de 2006, onde Portugal era o país convidado.

As Casas Editoras não pagam as traduções e por isso, muitas são confiadas a alunos de língua Portuguesa. Estes, não dominando a realidade cultural, social, história de Portugal e dos países de expressão portuguesa, cometem erros de tradução bastante graves.

Os Estudos Portugueses em Itália, estão a desenvolver-se muito neste momento. Existe um grande interesse manifestado pelos estudantes, a nível Universitário, pois o número de alunos inscritos nas diversas cadeiras de Língua, de Cultura, de Tradução e de Literatura está a aumentar.

Contudo, conhecer a Língua Portuguesa não quer dizer conhecer também a história, a cultura, as tradições e o sentir das gentes que se exprimem em Língua Portuguesa.

É necessária uma promoção correta e eficaz da língua e da literatura lusófona. O Mundo Lusófono constituí um "desconhecido" para a maioria dos italianos. Vê-se sempre um ar de grande surpresa, nos rostos dos estudantes, quando descobrem que o Português, é uma língua na qual se exprimem muitos povos, muitas etnias, muitos países situados nos diversos continentes.

É urgente, a consciência da importância da nossa língua no mundo para assim poder promover traduções de qualidade que realmente divulguem a verdadeira Cultura Portuguesa e Lusófona. Para isso, é necessário e inevitável entrar na alma do povo Português.

Apesar de tudo, nos últimos anos, a relação do leitor italiano com os escritores portugueses tem aumentado. Esta aproximação à literatura

[144] Arrojo, Rosemary (1992), *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, pg 104. Citada por Bolunovsky.

portuguesa deve-se, sem dúvida, à grande circulação de ideias e de notícias, proporcionada pela *Casa Comum*, que constituí a União Europeia.

A Comunidade Europeia, facilita a circulação e o conhecimento das raízes culturais de todos os Países europeus e, portanto, também de Portugal.

Por outro lado, Portugal tem participado recentemente em grandes acontecimentos internacionais, que desenvolvem um papel de primordial importância. É o caso da Exposição Mundial realizada em Lisboa, denominada Expo 98, de "Porto Capital Europeia da Cultura" de 2001 e do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

O desenvolvimento da cidade de Lisboa, em 1998, foi motivado pela Exposição Mundial "Expo", que provocou um aumento enorme dos fluxos turísticos. Contemporaneamente, a política favoreceu o melhoramento das estruturas hoteleiras e o melhoramento do acolhimento dos turistas em Portugal.

Ainda, a atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao escritor José Saramago e o grande intercâmbio de notícias, levam a intensificar o número de traduções de obras literárias portuguesas endereçadas ao público italiano.

A ação divulgativa e de promoção da tradução de autores portugueses e de expressão portuguesa, feita nos últimos anos, pelo Instituto Camões e pelo Instituto Português do Livro, tem sido muito importante para o conhecimento de um ato de comunicação que exige o reconhecimento de territórios autónomos, que se estão abrindo a um diálogo intercultural.

O leitor italiano tem vindo a descobrir e a conhecer um "*mundo novo*" ligado à língua portuguesa, que de um modo inacreditável, é falada em vários Países. Esta, constituí a maior *descoberta*.

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, a tradução de obras literárias portuguesas em Itália, era realizada por estudiosos, eruditos italianos apaixonados pela realidade portuguesa. No entanto, quando os Estudos Portugueses se afirmam nas Universidades Italianas essa realidade transforma-se.

Fundamental, foi a ação de promoção e divulgação da Língua Portuguesa realizada pelo Professor Giuseppe Carlo Rossi. Primeiro, como professor na Universidade de Roma, depois como impulsionador, durante 20 anos, do ensino da Língua Portuguesa no Instituto Universitário Oriental da cidade de Nápoles e em 1957, com a abertura da Cadeira Universitária dos estudos de Língua e Literatura Portuguesa.

A Giuseppe Rossi, muitos outros se seguiram no panorama da divulgação dos Estudos Portugueses nas Universidades Italianas. Mas incansável, divulgadora e colaboradora com a ação portuguesa de difusão e promoção da língua e da cultura, tem sido a atividade desenvolvida pela Professora Maria Luísa Cusati, apesar das grandes dificuldades que frequentemente se apresentam.

Começou assim, uma escola de lusitanistas em Itália, que se tem vindo a desenvolver, quer na vertente da investigação quer na vertente das traduções.

António Paula, por exemplo, desenvolveu uma grande atividade de propagador da Cultura Portuguesa. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e fundou em Nápoles a Società Camoens, que viu a sua atividade diminuir com o início da Segunda Guerra Mundial, na qual a Itália, desenvolveu um papel muito dinâmico.

Atualmente, na livraria encontramos obras traduzidas não só de autores portugueses, mas já se entreveem algumas obras de outros países de expressão portuguesa, nomeadamente de autores brasileiros, pois este país desperta muito interesse nas gentes italianas.

No entanto, como já foi dito, não é suficiente conhecer o vocábulo correspondente entra a língua fonte e a língua de chegada para realizar uma tradução de qualidade.

Uma das tradutoras de Português para Italiano, Rita Desti (que tem traduzido principalmente obras de José Saramago e de Paulo Coelho), define-se como uma

grande defensora da fidelidade total à obra de partida. Por isso, ela nas suas traduções procura transferir o sentido de cada palavra e reproduzir o mesmo nível do texto.

Trata-se de uma visão extremamente essencial. É necessário ter presente que uma palavra em língua portuguesa, muitas vezes não tem um significado estável inerente e talvez em italiano não exista a palavra correspondente, tendo o mesmo significado.

Este tipo de tradução, corre o risco de despir o texto traduzido da profundidade que ele apresenta no original.

Frequentemente a tradução da Literatura Brasileira, é realizada a partir de edições posteriores à primeira e muitas vezes não fiéis às intenções do autor. Traduzir Clarice Lispector ou Guimarães Rosa, exige um importante trabalho de investigação, para tentar compreender o interior destes autores e conseguir dar ao leitor italiano a profundidade das obras escritas por eles.

Segundo alguns estudiosos italianos, como Alfredo Bosi, Luciana Stegagno Picchio, António Cândido, estes autores têm um tipo de narrativa que renova e fortalece a prosa brasileira.

O romance de Clarice Lispector "Perto do coração selvagem", foi traduzido pela Desti - *"Vicino al cuore selvaggio" Editora Adelphi* - respeitando a forma e sendo-lhe fiel, mas dificilmente transmite o sentido do mundo interior desta autora e ao mesmo tempo, não consegue manter o seu estilo narrativo.

Edoardo Bizzarri, na sua nota de tradução à obra de João Guimarães Rosa, "Grande Sertão: Veredas" de 1963 - *"Grande Sertão" editado pela Editora Feltrinelli, em 1970*[145] - expõe a sua dificuldade em traduzir em língua italiana muitos dos vocábulos desta obra.

Além disso, Bizzarri revela a sua dificuldade em introduzir o leitor europeu no mundo lírico-narrativo brasileiro e ainda por cima, aquele de Guimarães Rosa. A linguagem que funde estrutura e flexões da língua regional, com as novidades e o mundo natural, os sons que chamam a natureza tropical, não têm nada de semelhante na terminologia de um país europeu.

Muitas vezes, o tradutor recorreu à tradução de nomes de localidades e de pessoas, enquanto nomes correspondentes à flora, à fauna, às danças, à natureza, aos alimentos manteve-os escritos na língua original. A edição apresenta um glossário, mas seriam necessárias algumas notas, para introduzir mais o leitor no mundo do Grande Sertão.

Em relação à tradução de autores africanos e timorenses, muito lentamente se está despertando a editoria italiana.

No que se refere à Literatura Portuguesa as obras traduzidas são já de diversos autores. Através dos estudos realizados por Jaime Raposo Costa (naqueles anos Conselheiro Cultural da Embaixada Portuguesa em Roma) e da recolha feita pelo Instituto Camões - Instituto Português do Livro e da Biblioteca[146], temos um quadro geral das obras traduzidas em Italiano, entre as quais sem dúvida, os autores mais traduzidos são: Fernando Pessoa, que detém o primado; Eça de Queirós, que estimula o interesse do leitor italiano, segue-se Jorge de Sena e Eugénio de Castro.

A "língua" é o instrumento fundamental para o contacto entre os povos, e foi esse, o instrumento utilizado pelos portugueses durante a sua atividade marítima, durante os Descobrimentos.

A língua portuguesa deu origem à criação de estudos gramaticais das línguas locais (no Oriente, por exemplo) para facilitar o contacto entre dois povos, entre duas culturas, para facilitar a comunicação.

Mas, cada obra literária é um texto único, original que detém os seus problemas intrínsecos. É necessário então que o tradutor dê o verdadeiro enquadramento social e cultural, aquele que o autor pressupõe.

[145] Tradução de Edoardo Bizzarri, Rosa, João Guimarães (1970) "*Grande Sertão*", Editora Universale Economica Feltrinelli, Milão, 7.

[146] ICA/IPLB (2005), *"Autores Portugueses e de Expressão Portuguesa, Traduzidos para italiano"*, Lisboa. Disponível em www.instituto-camoes.pt.

A língua portuguesa tem uma riqueza própria de léxico e um tipo de estrutura que resultam dos percursos históricos e culturais complexos e muitas vezes híbridos, que muitas vezes, podem não encontrar imediata correspondência na harmonia da construção da língua de chegada.

A Língua Portuguesa e a Língua Italiana possuem as mesmas raízes latinas, por isso, é possível realizar um trabalho de tradução respeitoso e digno.

Na sequência da minha experiência pessoal, penso que a tradução de obras literárias deve contar com um grupo de pessoas, onde o domínio da língua de partida e aquela de chegada, pressupõe também o conhecimento respetivo da história, das tradições, dos usos e costumes, numa palavra da cultura de um povo.

Eis então que, expressões linguísticas, provérbios, modos de dizer antigos e sempre novos, encontram os seus específicos correspondentes na língua de chegada, mesmo se a tradução não corresponde palavra por palavra.

O sentido que o autor quis dar àquela frase e à sua obra é transmitido ao leitor.

Na formação do tradutor é indispensável, portanto, a componente do saber que compreende campos como a história e a cultura de um país.

Bibliografia:

- Adragão, José Victor (1988) "*A autonomia do tradutor*", in Revista ICALP, vol. 1 março, 24-33.
- Arrojo, Rosemary (1992) "*O signo desconstruído*", Campinas: Pontes. Disponível em www.cadernos.ufsc.br.
- Barreiros, José Colaço (2005) "*O que é uma boa tradução",* in Revista Babilónia, Ensaios, junho, 129-145.
- Bassnett, McGuire, Susan (1993) *La traduzione. Teorie e pratiche*. Bompiani, Milão.
- Cossudovsky, Michel (2003) *"A Globalização da pobreza e a nova ordem mundial*", Editora Caminho, Lisboa. Disponível em www.solagral.org.
- Corti, Maria (1976) *Principi della della comunicazione letteraria*, Bompiani, Milão.
- Costa, Jaime Raposo (1999*) "Autori Portoghesi. Tradotti ed editi in Italia. Narrativa Poesia Saggistica* (1898-1998), Catalogo Ragionato, Ambasciata del Portogallo-Roma.
- Cusati, Maria Luísa (1999) *"L'uomo del paese azzurro"* de Manuel Alegre, O Homem do País azul, Editora Liguori, Nápoles.
- Cusati, Maria Luisa (2006) "*Quando il diavolo ci mette la coda, racconti fantastici portoghesi*", Editora l'Ancora del Mediterraneo, Nápoles.
- Dortier, Jean-François (1999) "*Pensèe et langage: les limites de la traduction automatique*", in Sciencies Humaines, n° 90 Janvier.
- Eco, Umberto (1995), "*Sulla traduzione*". in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Even-Zoahr, Itmar (1995) "La posizione della letteratura tradotta all'interno del polissistema letterario", in A.A. V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Furlan, Mauri (2004) "*Tradutor ou cotradutor*", in Suplemento Cultural do Diário Catarinense, novembro, Florianópolis.
- ICA - IPLB (2005), "*Autores Portugueses e de Expressão Portuguesa, Traduzidos para italiano*", Lisboa. Disponível em www.instituto-camoes.pt.
- Jakobson, Roman (1966) *"Aspetti linguistici della traduzione*", in Saggi di Linguistica Generale, Feltrinelli, Milão.
- Lispector, Clarice, (1998) "*Perto do coração selvagem "*, Editora Rio de Janeiro: Rocco.
- Nergaard, Siri (1995) "*Introduzione*", in A.A.V.V. Teorie contemporanee della traduzione, Bompiani, Milão.
- Rosa, João Guimarães (1970) "*Grande Sertão*", Editora Universale Economica Feltrinelli, Milão.
- Pais, Carlos Castilho (2000) *"Tradução, tradutores e traição na comunicação social*", disponível em http: - - premiotraduçao.itds.pt - trabalho - seminario2000.htm.
- Picchio, Luciana Stegagno (1997) História da literatura brasileira
- Torquato, Carolina (2001) "*La traduzione dell'Intraducibile*", in Cadernos de Tradução. Florianópolis: NUT, v. 2, n. 8, 81-96. Disponível em www.cadernos.ufsc.br - online - 8 - carolina.htm.
- Veschi, Gabriella "*Tra arte e scienza: il fascino della traduzione",* disponível em http: - - circe.lett.unitn.it - html
- Zurbach, Christine (2005*) "Da Formação Cultural do tradutor no esino Superior: Algumas reflexões*", in Revista Babilónia, Ensaios, junho, 43-55.